UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NARA LYA SIMÕES CAETANO CABRAL

**MOBILIZAÇÕES DISCURSIVAS DA CATEGORIA “POLITICAMENTE CORRETO”:
um mapa dos sentidos que emergem no jornalismo**

SÃO PAULO

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NARA LYA SIMÕES CAETANO CABRAL

**MOBILIZAÇÕES DISCURSIVAS DA CATEGORIA “POLITICAMENTE CORRETO”:
um mapa dos sentidos que emergem no jornalismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração I (Teoria e Pesquisa em Comunicação), Linha de Pesquisa 2 (Linguagens e Estéticas da Comunicação), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP), como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes.

SÃO PAULO

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cabral, Nara Lya Simões Caetano

Mobilizações discursivas da categoria "politicamente correto": um mapa dos sentidos que emergem no jornalismo / Nara Lya Simões Caetano Cabral. -- São Paulo: N. Cabral, 2015.

488 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Mayra Rodrigues Gomes

Bibliografia

1. Politicamente correto 2. Liberdade de expressão 3. Discurso 4. Interdição 5. Jornalismo I. Gomes, Mayra Rodrigues II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

A dissertação de mestrado *Mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto”*: um mapa dos sentidos que emergem no jornalismo, realizada pela aluna Nara Lya Simões Caetano Cabral sob orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes, foi _____, no dia ____/____/____, pela banca composta pelos professores doutores:

Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes (orientadora)

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Mayra, por mostrar, todos os dias, a paixão pela pesquisa e pelo ensino. Obrigada pela confiança e dedicação com que me conduz, desde os primeiros ensaios na pesquisa científica, pelo olhar rigoroso, pelas correções precisas, pela presença afetuosa, por ensinar-me a enxergar um novo caminho sempre.

Agradeço à minha família, por todo o amor com que me ensinaram a aprender, desde as primeiras palavras, e apoiaram-me ao longo de meus estudos. Agradeço aos meus pais, Eduardo e Lucília, por me darem um exemplo a seguir, e ao meu irmão, Arthur, pela companhia e amizade. Registro também meu sentimento de gratidão, repleto de saudade, à nossa querida Maria Lucia (*in memoriam*), por seu coração sempre pronto à acolhida. Com a certeza de que nunca poderia retribuir-lhes à altura, faltam-me palavras para expressar meu amor e gratidão.

Agradeço também às professoras que compõem a banca de defesa, pela leitura atenta de meu trabalho. À professora Cristina Costa, com quem tenho a honra de conviver e aprender desde a Iniciação Científica, agradeço pelos ensinamentos de hoje e de ontem. À professora Monica Martinez, obrigada pela atenção e gentileza com que aceitou participar desse momento importante de minha formação. Agradeço também ao professor Renato Janine Ribeiro, pelos apontamentos iluminadores no momento da banca de qualificação.

Pelo apoio e carinho ao longo dos últimos anos, agradeço aos colegas do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) e do MidAto – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas. Agradeço também aos professores e funcionários da Escola de Comunicações e Artes da USP e, especialmente, do Departamento de Jornalismo e Editoração.

Obrigada aos amigos que tanto contribuíram nessa etapa de minha formação. Agradeço aos companheiros de jornada uspiana, Andrea Limberto, Eliza Casadei, Guto Lobato, Natália Keri e Seane Melo, pelos momentos partilhados, pelas risadas e contribuições preciosas. Em especial, agradeço ao querido amigo Ivan Paganotti, que acompanhou esta pesquisa desde as primeiras linhas de seu projeto. Obrigada também, pelo companheirismo amoroso e sempre compreensivo, aos meus amigos de toda uma vida, Kerstin Muner, Angelo Viggiani e Luccas Paixão.

Este último agradecimento é para aquele que me tinge os dias de poesia. Rafael Scabin, luz da minha vida, meu turbilhão, meu descompasso. Obrigada por me encorajar sempre e me dar um motivo para ir à luta. Toda conversa espremida entre um café e outro na padaria tem sua importância gravada em cada uma dessas páginas – e essa é só uma das direções que você ensinou a meu olhar. Mas estas frágeis palavras são pequenas, uma vez mais. Felizmente, uma vida inteira se desenha em nosso horizonte para que eu possa insistir em balbuciar o inexprimível.

Epígrafe

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada.

- Michel Foucault (*As palavras e as coisas*)

RESUMO

Esta pesquisa investiga os sentidos, valores e discursos circulantes que emergem nas páginas da imprensa em torno da categoria “politicamente correto”, observando suas relações com a liberdade de expressão e formas de controle da produção discursiva. A partir de matérias da *Folha de S. Paulo*, no período de 1991 a 2014, pesquisamos as transformações do politicamente correto no Brasil e as regulações por ele estabelecidas. Embasamo-nos, nesse percurso, nas proposições de Michel Foucault sobre a arqueologia dos discursos, de modo que as matérias jornalísticas devem ser tomadas como acontecimentos discursivos, isto é, como vestígios materiais que servem de base à “escavação” de plataformas culturais, saberes e regras sócio-históricas que condicionam a emergência de enunciados e discursos. Nossos resultados apontam para a emergência do politicamente correto como categoria em disputa no debate público, inserida em um contexto de reposicionamentos dos saberes sobre liberdade de expressão, e para o papel decisivo do jornalismo na introdução dessa expressão nas discussões que se travam na esfera pública brasileira. O posicionamento assumido pelo jornalismo remete a um imaginário discursivo sobre a democracia, o que também tem seu papel na consolidação da legitimidade e do lugar de fala da imprensa. De modo correlato, a discussão pública sobre o politicamente correto no Brasil mostra-se profundamente polarizada. Por fim, a emergência da categoria “politicamente correto” como forma de denominar processos de regulação sobre a linguagem reflete – e também determina – a centralidade e a visibilidade adquiridas por esse fenômeno em nossa cultura: centralidade da linguagem, de modo amplo, como mediadora das relações sociais; centralidade do individual na condução de ações políticas; centralidade do paradigma de circulação de ideias – e, por conseguinte, visibilidade das formas de controle da expressão, entendidas cada vez mais como intoleráveis.

Palavras-chave: Politicamente correto; Liberdade de expressão; Discurso; Interdição; Jornalismo.

ABSTRACT

This research investigates the senses, values and circulating discourses that emerge in the pages of the press around the category “political correctness”. Our goal is to understand the relationship between such category, freedom of expression and forms of control of discursive production. From journalistic texts published by *Folha de S. Paulo*, in the period from 1991 to 2014, we researched the transformation of political correctness in Brazil and the regulations laid down by it. In this journey, we base ourselves on Michel Foucault's propositions on the archeology of speeches; so that the newspaper articles should be taken as discursive events, as material evidence underpinning the excavation of cultural platforms, knowledge and socio-historical rules that constrain the emergence of statements and speeches. Our results show the emergence of political correctness as a category in dispute in the public debate, set on a repositioning context of knowledge on freedom of expression, as well as the decisive role of journalism in the introduction of the expression “political correctness” in the discussions which take place in Brazilian public sphere. The position assumed by journalism refers to an imaginary discourse on democracy, which also plays a role in the consolidation of legitimacy and place of speech of the press. At the same time, the public discussion of political correctness in Brazil shows up deeply polarized. Finally, the emergence of the category “political correctness ” as a way of giving a name to processes of language regulation reflects – and also determines – the centrality and visibility acquired by this phenomenon in our culture: the centrality of language, broadly, mediating social relationships; centrality of the individual in the conduct of policy actions; centrality of the circulation of ideas – and therefore visibility of control strategies of expression, increasingly understood as intolerable.

Keywords: Political correctness; Freedom of expression; Discourse; Interdiction; Journalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição temática dos verbetes da cartilha.....	p. 107
Gráfico 2. Primeiras ocorrências da expressão "politicamente correto".....	p. 159
Gráfico 3. Menções à expressão “politicamente correto” na Folha de S. Paulo.....	p. 160
Gráfico 4. Distribuição temporal das unidades do corpus.....	p. 162
Gráfico 5. Proporção das matérias coletadas em relação ao número total de menções.....	p. 164
Gráfico 6. Categorização das matérias do corpus - Gêneros jornalísticos.....	p. 170
Gráfico 7. Gêneros jornalísticos - Distribuição das matérias do corpus ano a ano.....	p. 172
Gráfico 8. Categorização das matérias do corpus - Grandes temáticas.....	p. 176
Gráfico 9. Grandes temáticas - Distribuição das matérias do corpus ano a ano.....	p. 179
Gráfico 10. Categorização das matérias do corpus - Procedência geográfica.....	p. 181
Gráfico 11. Procedência geográfica - Distribuição das matérias do corpus ano a ano.....	p. 183
Gráfico 12. Menções às expressões "politicamente correto" e "politicamente incorreto" na Folha de S. Paulo.....	p. 248

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de matérias jornalísticas do corpus, ano a ano.....	p. 161
Tabela 2. Gêneros jornalísticos - Distribuição ano a ano das matérias do corpus.....	p. 171
Tabela 3. Grandes temáticas - Distribuição ano a ano das matérias do corpus.....	p. 178
Tabela 4. Procedência geográfica - Distribuição ano a ano das matérias do corpus.....	p. 182

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Objeto, hipóteses, objetivos.....	15
2. Percurso teórico e metodológico.....	18
3. Motivações, trajetória, inquietações.....	22
4. Desenho da dissertação.....	25
 PARTE I - HORIZONTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	
 Capítulo 1	
Por um olhar arqueogenealógico: discurso, história, regulações.....	31
 1. Reconstituindo um percurso intelectual.....	31
2. Conceitos-chave.....	35
3. Jornalismo e arqueologia dos discursos.....	37
4. Regulações discursivas.....	40
5. Arqueogenealogia e história.....	41
6. Isotopias, implícitos e interdiscurso.....	43
7. Discurso midiático e discurso político.....	45
 PARTE II - DISCURSO, INTERDIÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
 Capítulo 2	
Liberdade de expressão: conceitos, crises, constrações.....	51
 1. Um breve histórico do conceito.....	52
2. Da palavra impressa à imagem ao vivo.....	54
3. Algumas crises.....	59
4. Liberdade de expressão e seus entraves na atualidade.....	62
5. Novas vozes na cena pública.....	72
 Capítulo 3	
Politicamente correto, uma categoria em disputa.....	77
 1. O politicamente correto no Brasil: em busca de uma delimitação.....	77
1.1. Divergências.....	82
2. “Political correctness”: deslocamentos, poder e identidades.....	84
3. PC, linguagem e discurso.....	97
3.1. A cartilha <i>Politicamente correto & direitos humanos</i>	104
4. Sob a ótica da interdição.....	113
4.1. Direitos, discursos, disputas.....	116
4.2. O peso da censura.....	119
4.3. Alguns limites.....	130

4.4. No que toca a liberdade de expressão.....	135
PARTE III - NAS PÁGINAS DA IMPRENSA	
Capítulo 4	
Primeiras leituras do <i>corpus</i>	139
1. A construção dos dados da pesquisa.....	139
2. “Um jornal a serviço do Brasil”?.....	150
3. Usos da expressão “politicamente correto” anteriores a 1991.....	155
4. Constituição geral do <i>corpus</i> : incidência dos textos.....	160
5. Análise descritiva do material empírico.....	165
5.1. Gêneros jornalísticos.....	168
5.2. Grandes temáticas.....	173
5.3.Procedência geográfica.....	180
Capítulo 5	
Articulações discursivas na <i>Folha de S. Paulo</i>	185
1. Sentidos atrelados à categoria “politicamente correto”: deslizamentos e disputas.....	187
1.1. Tendência, movimento, ideologia?.....	192
1.2. Consolidação da expressão, entre comportamento e consumo.....	198
1.3. Ancoragem no contexto brasileiro.....	202
1.4. Aquisição do estatuto de luta política.....	208
2.Regulações discursivas e redes de poder: agentes, instituições, lugares de fala.....	212
2.1. Estado.....	215
2.1.1. Justiça.....	216
2.2. Movimentos sociais.....	220
2.3. Iniciativa privada.....	224
2.4. Rasuras sobre a linguagem.....	230
2.5. Poder de sanção.....	235
3. Batalhas discursivas: ressignificações, contraposições e interdiscurso.....	239
3.1. Tentativas de ressignificação e dissensos.....	241
3.2. O politicamente incorreto como par opositivo do correto.....	247
3.3. Cruzamentos entre discursos.....	255
3.3.1. O discurso da liberdade de expressão.....	256
3.3.2. O discurso do humor.....	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	273
ANEXO I – Tabela de análise das matérias jornalísticas	293
ANEXO II – Matérias jornalísticas do <i>corpus</i>	327

INTRODUÇÃO

A substituição dos nomes das coisas por outros que pareçam mais justos – mais adequados, mais construtivos, enfim, mais *corretos* – não é invenção do nosso tempo. Podemos citar uma série de episódios em que renomear elementos da vida social atende ao objetivo de impulsionar, por meio da linguagem, valores novos que, conforme se crê, seriam capazes de enfrentar a resistência de velhos costumes. O critério que fundamenta o grau correção das palavras, bem como a seleção dos valores desejáveis, parte de uma perspectiva ideológica. E nem poderia ser diferente.

Paris, final do século XVIII. Após a Revolução Francesa, 1400 nomes de ruas que continham referências a um rei, a uma rainha ou a um santo foram substituídos por denominações mais afeitas aos novos tempos. A Place Luis XV, por exemplo, tornou-se Place de La Révolution. Notre Dame tornou-se o templo da Razão e Montmartre se tornou Mont Marat. Como assinala Robert Darnton, trinta cidades apropriaram-se do nome de Marat: “trinta entre as 6 mil que tentavam apagar o passado mudando de nome” (DARNTON, 2010, p. 25).

Além dos nomes de lugares, os revolucionários chegavam a trocar os seus próprios. De acordo com Darnton, aqueles que se chamavam Louis apresentavam-se de outros modos, como Brutus ou Spartacus; sobrenomes como Le Roy ou Lévêque eram substituídos por La Loi ou Liberté; as crianças ganhavam nomes inspirados em fatos da atualidade – como Fructidor, Constitution, Dez de agosto, Marat-Couthon-Pique – e o ministro das Relações Exteriores, Pierre-Henri Lebrun, deu à filha o nome de Civilisation-Jémappes-République.

O elemento público era estendido para a vida privada, introduzindo-se nas relações mais íntimas. Assim, a Revolução Francesa quis converter todo mundo em *tu* – pronome usado para expressar intimidade, em contraposição ao *vous*, empregado no tratamento formal. Sob o Antigo Regime, o *tu* era reservado às relações assimétricas ou profundamente pessoais: pais se dirigiam aos filhos com *tu*, superiores referiam-se assim a seus inferiores (os quais, por sua vez, respondiam utilizando o *vous*) e namorados empregavam *tu* em suas conversas. Em 1793, uma resolução chegou a ser aprovada em Tarn, uma região pobre da França, proibindo que os cidadãos se referissem uns aos outros

por *vous*, anunciando o banimento do *vous* (quando no singular) da linguagem e determinando sua substituição por *tu* ou *toi* (DARNTON, 2010, p. 27).

A esse respeito, Darnton cita também uma petição apresentada por uma delegação de *sans-culottes* à Convenção Nacional em 1794. A petição defendia a abolição do *vous* “em virtude de que haverá menos orgulho, menos discriminação, menos reserva social”. Em seguida, o texto argumenta a favor do banimento do pronome afirmando que tal medida contribuiria para a ampliação da fraternidade e da igualdade. Como afirma Darnton: “Hoje isso pode parecer risível, mas para os revolucionários era absolutamente sério: eles queriam construir uma nova sociedade baseada em novos princípios de relações sociais” (DARNTON, 2010, p. 27).

Se lhe tiramos a palavra “revolucionários”, a frase acima parece dizer respeito às discussões que emergem atualmente em torno do politicamente correto. Hoje, as reivindicações que circulam no espaço público sob a rubrica “politicamente correto” defendem justamente a construção de uma sociedade baseada em novos princípios sociais – não mais os do nacionalismo e da república, cuja afirmação não mais configura matéria urgente; mas sim, ideais de cidadania e dos direitos humanos.

Como se vê, não constitui novidade a aposta na introdução de mudanças sobre a linguagem como caminho à consolidação de valores e práticas sociais. No entanto, não podemos desconsiderar as particularidades que compõem o que se entende como a emergência do politicamente correto hoje. Ente essas especificidades, destacamos dois dados fundamentais: a constituição do politicamente correto como discurso – e, em particular, como discurso político –, profundamente ligado ao cenário político contemporâneo e transformado em militância; e a textualização que o politicamente correto promove sobre as interdições que suscita, enquanto, em geral, essas regras permanecem implícitas nos movimentos de mudança em torno de padrões linguísticos.

Mas, para além desses dados, há uma especificidade que se coloca de modo decisivo nos dias de hoje: o fato de haver um nome que isola, categoriza, destaca e define os investimentos em direção às mudanças de palavras. A existência da categoria “politicamente correto” reflete – e também determina – a centralidade e a visibilidade adquiridas por esse fenômeno em nossa cultura: centralidade da linguagem, de modo amplo, como mediadora das relações sociais; centralidade do individual na condução de

ações políticas; centralidade da circulação de ideias – e, por conseguinte, visibilidade das formas de controle da expressão, entendidas cada vez mais como intoleráveis.

A incorporação de um nome, com o consequente quadriculamento por ele produzido na malha de nosso imaginário, desenha realidades a serem vividas, produz um novo traçado da luz sobre o mundo e constroi lugares a serem ocupados pelos sujeitos. Esses sujeitos, atravessados pelos discursos circulantes que cristalizam a presença da categoria “politicamente correto”, encontram-se invariavelmente cindidos entre a norma e seu desvio, entre a iluminação e o atraso, entre a ingenuidade e a subversão – em um jogo de remetências mútuas e identificações imaginárias, em que ser politicamente correto ou incorreto torna-se, acima de tudo, um meio de (des)legitimação de posicionamentos, um modo de estar no mundo.

Compreender as mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto”, rastreando os sentidos e valores a ela atados, é o que motiva a existência desta pesquisa.

1. Objeto, hipóteses, objetivos

No debate público, a expressão “politicamente correto” costuma ser aplicada a vários campos, prescrevendo formas de expressão ou conduta, com o objetivo de combater atitudes discriminatórias, sobretudo no que diz respeito às questões étnicas, de gênero e sexuais. Não obstante, o alcance do politicamente correto vai além, buscando – nas palavras de Sírio Possenti – “tornar não marcado o vocabulário (e o comportamento) relativo a qualquer grupo discriminado” (POSSENTI, 1995, p. 125).

Nesta pesquisa, investigamos os sentidos, valores e discursos que se assentam em torno da categoria “politicamente correto” no Brasil, fenômeno recente em nossa cultura. Para tal, tomamos como ponto de partida matérias jornalísticas publicadas pela *Folha de S. Paulo*, jornal brasileiro de grande circulação. Nosso foco recobre o intervalo de 1991 a 2014, abrangendo o período pós-abertura democrática do país, momento fértil às reflexões acerca da liberdade de expressão no Brasil.

O jornalismo apresenta-se como meio a partir do qual podemos localizar informações sobre contexto e situação real, recuperando discursos circulantes na sociedade, casos polêmicos envolvendo a mobilização da categoria “politicamente

correto” que emergem nas páginas da imprensa, assim como identificar os posicionamentos assumidos por diferentes agentes/instituições no debate público.

Adotando, como horizonte teórico, as considerações de Michel Foucault sobre uma perspectiva arqueológica, as matérias jornalísticas constituem pontos de partida para a identificação de plataformas culturais e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de enunciados e conceitos em torno do politicamente correto. De modo correlato, é possível também investigar como a imprensa brasileira, a partir do caso do jornal *Folha de S. Paulo*, posiciona-se frente a essas questões. A escolha da arqueologia como método analítico justifica-se pelo fato de que o pensamento de Foucault, como um todo, com suas proposições sobre discurso, interdição e formas de controle da produção discursiva, transita pelo assunto desta dissertação.

Como procuraremos mostrar, o objeto desta pesquisa remete a discussões sobre as fronteiras da liberdade de expressão na contemporaneidade. De um lado, estão os defensores do politicamente correto como um “caminho para a civilidade”; de outro, há aqueles que apontam que o politicamente correto representa uma forma de cerceamento da liberdade da expressão, produzindo impactos sobre diversos campos de manifestação.

Com a Constituição de 1988, que veda a censura, a imprensa e os meios de comunicação brasileiros saem do jugo da burocracia censória estatal. Com o fim do controle direto do Estado sobre os discursos que circulam na esfera pública, a liberdade de expressão torna-se, ela própria, discutida no debate público. Não obstante, há uma persistência de práticas autoritárias que remetem a um “mal-estar silenciado” (KEHL, 2010, p. 125), evidenciando a sobrevivência de resquícios de censura no Brasil, como “herança” indigesta dos séculos de colonização (COSTA, 2006). Na verdade, os novos mecanismos que visam hoje ao controle do fluxo de informações na esfera pública originam-se de conflitos entre a liberdade de expressão e outros direitos assegurados na Constituição, reposicionando-se entre as esferas pública e privada (PAGANOTTI, 2012).

Esse quadro remete à existência de rearticulações dos discursos sobre a liberdade de expressão e reposicionamentos de seus limites no Brasil contemporâneo. É importante, pois, notar que as tensões existentes entre o politicamente correto, a liberdade de expressão e valores democráticos em nossa sociedade devem ser consideradas em face dessas novas configurações da liberdade de expressão.

Ao longo desta pesquisa, buscamos analisar algumas dessas tensões, mapeando os discursos que compõem o debate público sobre o politicamente correto – inclusive a posição da própria imprensa, a partir do caso da *Folha de S. Paulo*. De modo geral, nossos achados remetem ao estabelecimento de discussões acerca de alguns dos grandes pressupostos de ação das mídias e do jornalismo, possibilitando também a reflexão sobre seu posicionamento frente a princípios democráticos fundamentais.

Diante dessas considerações, orientamo-nos pelos seguintes questionamentos:

- (a) Quais os valores, verdades consensuais e discursos assentados em nossa cultura sobre a categoria “politicamente correto” que são trazidos à tona, por meio da imprensa, para a esfera pública? Ou seja, qual a origem da noção de “politicamente correto”, como ela é entendida, quais as disputas que se colocam em torno dela e como ela tem se modificado ao longo do tempo no Brasil?
- (b) Quais as regulações instauradas pelo discurso politicamente correto, em termos de modificações sobre a linguagem verbal? Ou seja, em que “áreas” temáticas e discursivas os impactos do politicamente correto mais se fazem notar?
- (c) Como, a partir da atuação da imprensa, o princípio da liberdade de expressão é invocado e passa a integrar as discussões que mobilizam a categoria “politicamente correto” no Brasil?

Com base nessas indagações, elaboramos as seguintes hipóteses de trabalho, que discutiremos ao longo desta dissertação:

1. O politicamente correto se apresenta, discursivamente, como categoria em disputa entre os diversos agentes envolvidos em sua discussão pública, ou seja, não há um consenso sobre os sentidos e valores relacionados à expressão “politicamente correto”, que vem se modificando ao longo do tempo.
2. O jornalismo desempenha papel fundamental na inserção da temática do politicamente correto no debate público brasileiro, contribuindo para a popularização da expressão

“politicamente correto” e construindo, ele próprio, um discurso sobre o politicamente correto.

3. Com a redemocratização do país e o fim da censura oficial, as discussões sobre o politicamente correto no Brasil vêm à tona e ganham força em um momento de crise e rearticulação dos discursos sobre a liberdade de expressão no país, de reformulação de suas fronteiras e deslocamento de seus limites.

Sintetizando essas ideias, o principal objetivo geral desta pesquisa diz respeito à compreensão dos valores, consensos e discursos circulantes em torno da categoria “politicamente correto” no Brasil, bem como das regulações por instauradas pelo discurso politicamente correto. Esperamos, assim, analisar suas relações com formas de controle e supervisão da produção discursiva e com o discurso da liberdade de expressão. Como objetivo específico, ressaltamos a recuperação dos diversos discursos em circulação na sociedade a respeito do politicamente correto, tendo como principal ponto de partida matérias veiculadas na imprensa.

Nossos objetivos teóricos, por sua vez, estão relacionados à discussão, à luz de nosso quadro teórico de referência, do discurso politicamente correto no Brasil contemporâneo. Pretendemos também, de modo correlato, discutir e aplicar conceitos correlatos à perspectiva arqueológica acerca do discurso, com base em formulações propostas por Michel Foucault (2012), a um estudo situado no campo das Ciências da Comunicação, tomando como ponto de partida registros de caráter jornalístico.

2. Percurso teórico e metodológico

São poucos os pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre a temática do politicamente correto. Um desses estudiosos, Sírío Possenti, aponta brevemente as principais divergências observáveis nas discussões sobre o politicamente correto no Brasil – fenômeno que, segundo os autores consultados, é oriundo nos Estados Unidos e muito arraigado no pensamento anglo-saxônico (LEFORT, 20/03/1994).

De um lado, estão os que apostam no politicamente correto, entendido enquanto resultado da organização de minorias, fenômeno que combate a discriminação a grupos

minoritários ou tradicionalmente marginalizados, atuando sobretudo no plano da linguagem (POSSENTI, 1995, p. 125). Do outro lado do debate, estão os que acreditam que o politicamente correto implica em formas de restrição da liberdade de expressão. Esse argumento passa pela ideia de que o politicamente correto tudo “vigia”, consistindo em uma forma atualizada e internalizada de censura (PAULA, 2008).

É interessante destacar, nesse sentido, que procuramos, nesta pesquisa, examinar a hipótese de que, entre demandas políticas e a preocupação comercial, o politicamente correto se respalda no Brasil em interesses e discursos de caráter muito diverso. Como veremos, o politicamente correto se exerce na intersecção entre demandas de minorias e movimentos sociais e a preocupação, por parte de empresas de mídia e comunicação, com a adoção de políticas e linguagens “menos polêmicas” ou “mais neutras”, a fim de se protegerem contra possíveis processos judiciais. A adoção dos manuais de redação por jornais brasileiros a partir dos anos 1980 parece ser parte desse fenômeno.

Para o exame do “fenômeno” politicamente correto, foi-nos caro o conceito de discurso. Como veremos, propomos, nesta pesquisa, que o politicamente correto configura um verdadeiro “discurso”, aos moldes do conceito foucaultiano. Isso porque o politicamente correto – assim como o discurso em Foucault – remete a regras e práticas que constroem representações sobre certos objetos e conceitos, definindo aquilo que se pode dizer sobre eles, em um momento histórico específico (FOUCAULT, 2008a).

É da natureza de todo discurso, portanto, determinar interdições e, com o politicamente correto, não é diferente. Não obstante, é preciso compreender a especificidade do politicamente correto em razão tanto do estabelecimento explícito das regras e motivações das interdições que gera, quanto de seu caráter de discurso político – o que está na base das solicitações de interferência em nome do PC que muitas vezes redundam em ações de censura.

Para investigar os discursos que se assentam em torno da temática do politicamente correto, nos é cara, também, a noção de “discurso circulante”, proposta por Patrick Charaudeau. O discurso circulante, nessa perspectiva, diz respeito a “uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 118). Assim, ao investigar os valores e consensos

atrelados à categoria “politicamente correto”, estaremos indagando sobre os discursos circulantes na sociedade que dizem respeito à temática em foco.

Com base em tais considerações, propomos um gesto duplo de análise: de um lado, temos o estudo dos discursos *sobre* o politicamente correto (ou seja, dos saberes, valores e consensos sobre esse tema); de outro, o estudo do *próprio discurso* do politicamente correto, com suas regras de formação, condições de emergência e das regulações que instaura. Entre um foco e outro, interessa-nos compreender como a categoria “politicamente correto” é mobilizada por diferentes atores sociais, cujos enunciados emergem nas páginas da imprensa.

Em consonância com essa proposta, adotamos, como norte teórico/metodológico fundamental, as proposições de Foucault sobre a perspectiva de análise arqueológica. Apropriando-nos dessa abordagem, as matérias jornalísticas devem ser tomadas como acontecimentos discursivos, como vestígios materiais que – analogamente à investigação do arqueólogo – servem de base à “escavação” de plataformas culturais, saberes e regras sócio-históricas. Assim, a análise dos enunciados e formações discursivas pretende determinar os princípios segundo os quais emergiram os únicos conjuntos significantes que foram enunciados (FOUCAULT, 2008a, p. 135).

Ao mesmo tempo, teremos em nosso horizonte as proposições de Foucault sobre os sistemas de controle dos discursos – ideias que ocupam o limiar entre discurso, agenciamento do saber e regulações do poder, isto é, os cruzamentos entre arqueologia do saber e genealogia do poder (GREGOLIN, 2006, p. 96). Em outras palavras, trata-se de investigar, por esse viés, como o saber se atrela à realização de poder na sociedade por meio do discurso. Tais considerações são relevantes à reflexão sobre o(s) discurso(s) politicamente correto(s) como estratégia de controle discursivo, de modo que devemos recorrer às proposições de Foucault sobre a “capilarização” do poder.

Essa ideia é trabalhada na fase de sua obra que propõe uma “genealogia do poder”, sobretudo nos livros *Vigiar e punir*, de 1975; *História da sexualidade I: A vontade de saber*, de 1978; e *Microfísica do poder*, de 1979 (FOUCAULT, 1987; 1988; 2001). Para Foucault, o poder se exerce junto a todos os indivíduos, em diversas esferas da vida (inclusive da vida cotidiana), compondo uma malha capilar de “micropoderes”, que se reforçam por meio de práticas reiteradas. Nesta visão, o poder está presente nas

dinâmicas diárias e concretas da vida, tendo como objeto de ação os corpos, comportamentos e condutas dos indivíduos.

Em sua realização, o poder estabelece mecanismos de controle e regulação da produção dos discursos. Nesse sentido, o poder possui um aspecto produtivo: ele produz realidade, fixa verdades, condiciona rituais de fala. Determina-se o que pode e o que não pode ser dito não (somente) pela proibição explícita, mas pela produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 1987, p. 161).

Com tudo isso em vista, de modo a atender aos objetivos desta pesquisa, às suas perspectivas teóricas e às perguntas de investigações, procuramos cobrir, no momento de observação dos dados, um recorte significativo no que concerne aos discursos sobre o politicamente correto no Brasil contemporâneo, abrangendo um recorte temporal amplo e tendo como ponto de partida um jornal de grande circulação no país.

Quanto à amostra adotada, a pesquisa baseia-se em textos publicados na versão impressa da *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2014, sobre o politicamente correto. Além de sua expressiva circulação, a escolha desse veículo como foco de investigação se deve à sua tradição e reconhecida influência no debate público no brasileiro. De fato, a *Folha de S. Paulo* representa uma publicação com forte histórico de jornalismo comercial; inclusive, sua política editorial, sintetizada no *Projeto Folha*, apresenta características peculiares e que muito influenciaram a atual produção jornalística brasileira. Tais características abrangem aspectos gráficos, a ênfase no papel de “cão de guarda” da imprensa (como vigilante do poder), a autocrítica (*ombudsman*) e o estreitamento de laços com o mercado (AZENHA, 1991, p. 16).

O recorte temporal adotado na pesquisa, correspondente ao período pós-abertura democrática do país, justifica-se por abarcar um intervalo próximo à atualidade e amplo o bastante para comportar regularidades temáticas e discursivas. Além disso, trata-se de um período de grande interesse à investigação das rearticulações – após tantos anos de ditadura militar, repressão e censura – dos discursos circulantes na sociedade brasileira sobre a liberdade de expressão e dos modos de supervisão e controle discursivo.

A respeito da coleta dos dados primários, as matérias jornalísticas foram localizadas por meio da palavra-chave “politicamente correto”, utilizando-se os acervos *online* da *Folha de S. Paulo*. De modo a selecionar, como objeto de análise, os textos em que a categoria “politicamente correto” é mobilizada de modo relevante, privilegamos

as matérias em que o PC aparece como critério de seleção da pauta – portanto, como foco principal da matéria. Em seguida, realizamos um novo recorte, selecionando apenas os textos em que a expressão “politicamente correto” vincula-se especificamente às discussões sobre linguagem. Chegamos, por meio dessas operações, a um *corpus* de 133 matérias jornalísticas.

Na primeira etapa analítica da pesquisa, realizamos uma “análise descritiva” dos dados com base em procedimentos de organização, crítica e classificação do material coletado (LOPES, 2010, p. 149). Assim, pudemos mapear e categorizar as matérias segundo gêneros jornalísticos e enfoques temáticos gerais. A partir do domínio e compreensão sobre os dados levantados, pudemos identificar fatos significativos que serviram como ponto de partida para o tratamento analítico e os esforços interpretativos subsequentes (LOPES, 2010, p. 149).

Em um segundo momento analítico, corresponde à fase interpretativa do estudo, as matérias jornalísticas sobre o politicamente correto foram analisadas discursivamente à luz da arqueologia do saber de Michel Foucault (2012), tendo em vista também as articulações saber/poder e os sistemas de controle da produção discursiva (GREGOLIN, 2006, pp. 96-97). A escolha desse referencial teórico-metodológico parece-nos adequada ao interesse da pesquisa em investigar os valores, consensos e discursos circulantes em torno da categoria “politicamente correto” no Brasil e as regulações estabelecidas por esse discurso em relação à linguagem e à produção discursiva, indagando sobre sua inserção nas discussões sobre liberdade de expressão no país.

3. Motivações, trajetória, inquietações

Cheguei ao universo da pesquisa científica durante a graduação, quando estava no curso de Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, na Escola de Comunicações e Artes da USP. Por dois anos, de 2010 a 2012, fui bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) junto ao Projeto Temático “Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa. Dentro do projeto, atuei no eixo de

pesquisa “Liberdade de Expressão: Manifestações no Jornalismo”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes.

O Arquivo Miroel Silveira é um acervo de 6.137 processos de censura a peças teatrais encaminhadas ao Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas do estado de São Paulo, de 1927 a 1968. Esses documentos foram doados à Escola de Comunicações e Artes da USP pelo professor Miroel Silveira, que os havia utilizado como fontes de informação em sua tese de doutorado apresentada à Universidade São Paulo, a qual daria origem ao célebre livro *A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro*, publicado em 1976 (COSTA, 2003).

Em 2009, os estudos sobre censura a partir do Arquivo Miroel Silveira – que se iniciou em 2000, por iniciativa da Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa – concentraram-se no Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC). Mais tarde, em 2012, foi institucionalizado o Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom), Núcleo de Apoio à Pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, com coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa e vice-coordenação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes. Desde o início da iniciação científica, e até hoje, minhas inclinações no universo da pesquisa vêm estando, de algum modo, sintonizadas com as discussões estabelecidas no NPCC, primeiro, e agora no OBCOM.

Os primeiros trabalhos que tive a oportunidade de conduzir sob orientação da professora Mayra nasceram de inquietações a respeito do posicionamento do jornalismo frente à censura e à liberdade de expressão. Na Iniciação Científica, estudamos como a imprensa, diante de episódios censórios, posicionava-se em relação à liberdade de expressão, seu grande pressuposto de ação. Nessas pesquisas, nosso foco centrava-se em casos de censura ao teatro, analisados a partir dos documentos do Arquivo Miroel Silveira, e o recorte temporal adotado correspondia à época de encenação das peças em foco. Com efeito, minhas pesquisas concentraram-se no intervalo de 1943 a 1968.

As constatações obtidas nos levantamentos realizados lançaram a semente das inquietações que motivariam a realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso, também sob orientação da professora Mayra. Isso porque, mesmo tendo como foco de atenção jornais de grande circulação no estado de São Paulo, identificamos a predominância do silêncio a respeito da censura teatral. Esse silêncio predominava mesmo em períodos democráticos, em que a imprensa não se encontrava sob censura

prévia: a explicação para esse dado estava, portanto, no plano da cultura, ou melhor, dos discursos circulantes que apontavam para uma naturalidade da censura.

Não nos interessa aqui reconstituir todo o percurso dessas pesquisas. Ainda assim, devo sublinhar que nossos achados aumentaram meu interesse pelo tema. Como seria possível a imprensa não denunciar a censura às peças teatrais, tão rigorosa naquela época? E como isto poderia se dar mesmo em um período predominantemente democrático, em que os jornais não estavam censurados? Só pudemos encontrar respostas para essas questões tendo-se em vista a concepção acerca da censura presente na sociedade da época: pois, enquanto dispositivo de regulação social, a prática censória era tida como mecanismo natural e rotineiro, cujo exercício não se cabia questionar.

É certo que os tempos mudaram. Os anos de ditadura militar deixaram marcas profundas em nossa memória e cultura. Não obstante, as perguntas que fazíamos sobre o passado pareceram-nos tão ou mais pertinentes se direcionadas aos dias de hoje. É que a censura continua a existir, ainda que sob novas roupagens, como forma de permanência das arbitrariedades do poder. Mas como será que os jornais se comportam, hoje, frente à prática censória? E mais: quais são as concepções (ou os discursos) a respeito da censura presentes em nossa cultura que emergem nas páginas da imprensa? Foram essas as perguntas que procurei discutir, modestamente, em meu TCC.

Em 2012, após a conclusão de minha graduação em Jornalismo, as discussões conduzidas no âmbito do Obcom levaram-me a outras indagações. Participando de debates e seminários promovidos pelo Núcleo – como o Seminário Censura em Debate, realizado no Centro Cultural Marques de Melo em outubro daquele ano –, pude notar como muitas das discussões – acadêmicas e não-acadêmicas – sobre censura e liberdade de expressão na atualidade recaem sobre a temática do politicamente correto.

O que me chamou a atenção, motivando a elaboração de meu projeto de Mestrado, não foi a possibilidade de responder à questão sobre se o politicamente correto configura, ou não, uma forma de censura; mas sim, o fato de essa pergunta ser formulada. Quais podem ser as condições de possibilidade que dão ensejo à emergência de enunciados como esse? Quais as concepções de censura e liberdade de expressão que se colocam como pressuposto à formulação dessa indagação? E, ainda, o que se quer dizer com a expressão “politicamente correto”?

Diante desses questionamentos iniciais, nasceu o interesse em mapear as discussões estabelecidas no debate público sobre o politicamente correto, os discursos e disputas que a atravessam, procurando compreender seus pontos de contato e zonas de colisão com os valores associados à liberdade de expressão e à censura. Algo como – em termos obviamente modestos – a possibilidade de traçar uma pequena arqueologia do politicamente correto no Brasil.

Em relação aos estudos que pude conduzir anteriormente, esta pesquisa mantém, em seu horizonte e como pano de fundo, a preocupação em refletir sobre os discursos circulantes a respeito da liberdade de expressão, sobretudo no que diz respeito às suas áreas limítrofes e fronteiriças, considerando a complexidade que a comunicação e as mídias adquirem na contemporaneidade. Trata-se de reafirmar a importância do princípio de liberdade, sem deixar de avaliar os limites que se colocam à expressão de ideias em nossa sociedade em face de outras demandas igualmente democráticas, como as relacionadas à proteção da honra e da imagem e ao combate à discriminação.

Diz Patrick Charaudeau que “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 20). No limite, é sobre essa relação complexa (e fundamental) entre as mídias (e, notadamente, o jornalismo) e democracia que esta pesquisa se debruça, localizando nos discursos em circulação o papel de fixar e cristalizar valores que norteiam nossa vida social.

4. Desenho da dissertação

Após esta breve introdução sobre alguns dos conceitos e problemas que se colocam como fundamentos deste trabalho, é necessário pontuar a divisão da pesquisa de modo a sistematizar a análise das mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto” em matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo*.

A *primeira parte* desta dissertação, que compreende o *Capítulo 1*, é dedicada à apresentação de conceitos que compõem o horizonte teórico-metodológico desta pesquisa. Nesse momento, abordaremos a natureza das práticas discursivas e das formas de cotejá-las, a partir da obra de Michel Foucault, a fim de fundamentar a perspectiva sob

a qual enquadraremos nosso objeto de estudo e conduziremos a análise das matérias jornalísticas sobre o politicamente correto.

Ainda no primeiro capítulo, traremos também alguns conceitos importantes à operacionalização metodológica das formulações que compõem nosso quadro teórico; dentre eles, destacamos a noção de isotopia, a teoria das implicações, segundo Osvald Ducrot, e o conceito de interdiscurso, conforme proposto por Dominique Maingueneau. Por fim, discutiremos conceitos de Patrick Charaudeau para caracterizar os discursos midiático e político – os quais, por meio de referências mútuas e constantes imbricações, correspondem às duas vertentes discursivas em foco nesta pesquisa.

A *segunda parte* desta dissertação, que abarca o *Capítulo 2* e o *Capítulo 3*, orienta-se pelo objetivo de sistematizar conceitos importantes à discussão do politicamente correto no Brasil. No segundo capítulo, revisaremos algumas das modulações históricas por que passou o conceito de liberdade de expressão, observando suas relações com o jornalismo e a consolidação da esfera pública. Buscaremos apontar e analisar a existência de crises conceituais que marcam a evolução histórica da ideia de liberdade de expressão, de modo a compreender os impasses que se colocam a esse conceito na contemporaneidade e que são relevantes à compreensão das discussões atuais sobre as relações entre o politicamente correto e a livre expressão. Por fim, procuraremos discutir a emergência de novas vozes na cena pública, as quais fazem suas reivindicações – muitas das quais, identificada como “politicamente corretas” – ecoarem sobre os limites da liberdade de expressão.

No terceiro capítulo, realizaremos uma revisão dos principais referenciais bibliográficos disponíveis sobre o politicamente correto, a fim de delimitar conceitualmente nosso objeto de investigação, compreendê-lo segundo uma perspectiva histórica e analisá-lo à luz de sua pertinência do ponto de vista da linguagem e do discurso, de modo a definir nosso foco de atenção dentre as várias manifestações possíveis do politicamente correto. Nesse momento, procuraremos mapear como o discurso politicamente correto emerge no contexto norteamericano, buscando compreender suas condições de possibilidade. Além disso, propomos um enquadramento do politicamente correto segundo os conceitos de discurso, interdição e censura, de modo a avançar na compreensão acerca das regulações que instaura.

A *terceira parte* desta dissertação, que compreende o *Capítulo 4* e o *Capítulo 5*, destina-se às análises empreendidas a partir das matérias jornalísticas que compõem o *corpus* da pesquisa. No quarto capítulo, apresentamos as primeiras leituras sobre esse conjunto de textos, procurando mapear sua incidência ao longo do tempo e sua distribuição em termos de gêneros jornalísticos, grandes temáticas e referências ao contexto geográfico/nacional onde se desenrolam as discussões sobre o politicamente correto. Nesse momento, interessa-nos compreender as principais regularidades dentro de nosso *corpus*, a fim de identificar dados significativos ao posterior tratamento analítico mais aprofundado.

No quinto capítulo, analisamos discursivamente as matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo* que mobilizam a expressão “politicamente correto”. Buscando interpretar os dados empíricos à luz dos conceitos que se colocam em nosso horizonte teórico, perseguimos as modificações, dissensos e disputas que se travam em torno da categoria “politicamente correto” no debate público. Em um primeiro momento, detemo-nos nos deslizamentos verificados nos sentidos atrelados à expressão “politicamente correto”, propondo uma periodização das discussões sobre essa temática no país, conforme mediadas pelo discurso midiático. Em um segundo momento, buscamos mapear as redes de poder instauradas a partir do discurso politicamente correto, identificando os agentes, instituições e lugares de fala por ele atravessados. Em um terceiro momento, discutimos as batalhas discursivas estabelecidas em torno do PC, procurando identificar contraposições, ressignificações e marcas de interdiscursividade. A respeito do interdiscurso, destacamos a consolidação de um discurso politicamente incorreto como par opositivo do correto, bem como as conexões entre o discurso politicamente correto e os discursos da liberdade de expressão e do humor.

Por fim, as *considerações finais* são dedicadas à apresentação de conclusões gerais sobre as mobilizações discursivas do politicamente correto no jornalismo, apontando as conexões do PC com um imaginário discursivo sobre a cidadania e a formação discursiva da democracia. Nesse momento, procuramos pontuar os atravessamentos verificados entre os discursos midiático e político, as rearticulações e reposicionamentos da liberdade de expressão no Brasil contemporâneo e os recortes construídos pelo jornalismo como “espelho deformante” do espaço público. Buscamos, ao final desse trajeto, refletir sobre

a demarcação de campos em jogo na emergência da categoria “politicamente correto” e suas implicações em termos de efeitos de poder.

PARTE I

HORIZONTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Capítulo 1

Por um olhar arqueogenealógico: discurso, história, regulações

Para pesquisar as mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto”, propomos, como percurso de investigação, perseguir os vestígios dos regimes de verdade por ele mobilizados. Propomos também sua compreensão como princípio regulador atuante em diversos campos de produção discursiva. Com base nisso, e considerando as articulações saber/poder, pretendemos discutir, neste capítulo, a formulação de uma abordagem “arqueogenealógica” acerca do discurso politicamente correto no Brasil.

Nessa proposta metodológica, defendemos a adoção de matérias jornalísticas como ponto de partida. Tal abordagem tem como objetivo rastrear como se configuram, contemporaneamente, os discursos circulantes sobre a temática em foco que emergem na imprensa, as transformações nos sentidos da categoria “politicamente correto” no Brasil e as regulações estabelecidas por esse princípio. Assim, as matérias jornalísticas apresentam-se como material rico e relevante a uma dupla proposta analítica: em primeiro lugar, a partir delas, podemos recuperar os discursos circulantes na sociedade, em dado momento histórico, de modo a examinar as diferentes concepções e valores em disputa em torno do politicamente correto; em um segundo momento, podemos compreender a construção do discurso do próprio jornal em relação ao objeto de nosso interesse.

Coloca-se ainda, em nosso horizonte, um objetivo correlato: refletir sobre a arqueologia dos discursos como proposta analítica de interesse para pesquisas que se debruçam sobre produtos jornalísticos, possibilitando rastrear enunciados e discursos em circulação na sociedade em determinado momento histórico e, ao mesmo tempo, identificar os posicionamentos assumidos pela imprensa nessa malha discursiva.

O atual contexto da liberdade de expressão no Brasil remete à existência de rearticulações dos saberes sobre a liberdade de expressão e reposicionamentos de seus limites. As tensões existentes entre o politicamente correto, a liberdade de expressão e valores democráticos em nossa sociedade devem ser consideradas em face dessas novas configurações dos discursos sobre liberdade de expressão. Queremos ressaltar, com isso,

que vivemos uma mudança em termos de práticas discursivas sustentada por uma rearticulação dos saberes sobre a liberdade de expressão, democracia e direitos humanos.

Essas “novas configurações do saber” sobre a liberdade de expressão e as possibilidades de fala – para usar um termo empregado por Gregolin (2006, p. 86) –, ainda em processo de acomodação, haja vista o caráter recente de nossa democracia, ao emergirem como verdadeiros “acontecimentos”, em toda a sua dispersão, constituem objeto fértil à proposta foucaultiana de abordagem arqueogenealógica de discursos.

1. Reconstituindo um percurso intelectual

Ao longo de sua trajetória intelectual, Michel Foucault procurou produzir uma história dos modos de subjetivação do homem na cultura, deparando-se, a todo momento, com as questões do poder e da produção dos saberes. Nesse percurso, o autor destina especial atenção ao sujeito – seja como objeto de saber, como objeto de poder ou como construção identitária:

[...] Tenho procurado estudar – é esse meu trabalho em curso – a maneira como um ser humano se transforma em sujeito; tenho orientado minhas pesquisas na direção da sexualidade, por exemplo – a maneira como o ser humano tem aprendido a reconhecer-se como sujeito de uma “sexualidade”. Não é, portanto, o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral das minhas investigações (FOUCAULT, 1982 apud GREGOLIN, 2006, p. 58).

Para Foucault, o sujeito é uma construção fabricada, historicamente, pelas práticas discursivas e é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que se dão as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes. Assim, a história da subjetivação dos homens na cultura é constituída pelo próprio discurso; por conseguinte, a relação entre linguagem, história e sociedade está na base do pensamento de Foucault (GREGOLIN, 2006, pp. 55-59).

Apesar de tais características perpassarem todo o trabalho do autor, sua obra pode ser dividida, como aponta Maria do Rosário Gregolin (2006), em três etapas principais. É importante observar, a esse respeito, que tal forma de se dividir a obra de Foucault foi proposta pelo próprio autor, em *O sujeito e o poder* (FOUCAULT, 1982). Obviamente, não se tratam de etapas estanques. Ainda assim, essa proposta de periodização permite-

nos visualizar, com maior clareza, diferentes predominâncias de temas e teorizações, consolidadas a partir de modos distintos de produção histórica das subjetividades.

No primeiro momento do trabalho de Foucault, é possível localizar uma preocupação maior com os diferentes modos de investigação que pretendem alcançar o estatuto de ciência e produzem, dessa forma, a objetivação do sujeito. É nessa fase que o autor empreende uma investigação dos “saberes” que embasam a cultura ocidental. O “método arqueológico”, nesse sentido, é buscado justamente como forma de se entender a história desses saberes (como aparece, nitidamente, em *A arqueologia do saber*). Além disso, a atenção de Foucault esteve voltada, sobretudo, para a história da loucura, da medicina e de “campos do saber que trataram dos temas da vida, da linguagem e do trabalho” (como na obra *As palavras e as coisas*) (GREGOLIN, 2006, p. 55).

Esse momento, a que Gregolin se refere como “arqueológico”, tem como temática fundamental o descentramento do “homem”, entendido na filosofia humanista como sujeito livre e racional. Para Foucault, porém, o homem do humanismo e do racionalismo aparece como “uma espécie em vias de desaparecimento”, cuja ruptura fora instituída pela Etnologia (sobretudo a partir de Lévi-Strauss) e pela Psicanálise (sobretudo a partir de Lacan), abalando as bases das ciências humanas com base na visão do homem, ao mesmo tempo, “como objeto e como sujeito” (GREGOLIN, 2006, pp. 56-57). Assim, como colocado por Foucault em *As palavras e as coisas*, “a etnologia, como a psicanálise, interroga não o homem, ele próprio, tal como pode surgir nas ciências humanas, mas a região que torna possível em geral um saber acerca do homem” (FOUCAULT, 1966, pp. 490-491).

Com o método arqueológico, Foucault busca captar, justamente, os “vestígios da rachadura, o momento primeiro em que o Ocidente deixa que se desenvolvam os germes de sua própria destruição” (GREGOLIN, 2006, p. 57). É que a arqueologia, de modo amplo, visa à recusa do *continuum* cultural, enquanto postulado da Razão, preocupando-se em descobrir e descrever “as ‘estruturas históricas’ e, sobretudo, em utilizar essa descrição para pôr em relevo a *condição* a partir da qual um campo inteiro de conhecimentos e teorias se organizou” (LOURENÇO, 1966, p. 7).

Assim, nos dois primeiros livros da fase arqueológica – *Doença mental e psicologia* e *O nascimento da clínica* –, segundo Gregolin (2006, p. 57), evidencia-se um empenho em voltar às fontes do momento racional, apropriando-se dele em um

movimento de oposição ao irracional. Nesse sentido, o estudo da temática da “doença mental” ofereceu terreno fértil ao autor, uma vez que o saber médico se constitui a partir da separação entre o “positivo” e o “negativo”, isto é, entre a normalidade e a patologia, de modo que, no momento histórico em que se sistematizou o saber sobre a loucura e a morte, irrompiam novos saberes.

Ao codificar-se a estranheza e a anormalidade, tudo o que escapa ao racional foi submetido a um amplo movimento de enclausuramento (o louco no hospício, o doente no hospital, o a-social na prisão). Foucault analisa esse movimento ao acompanhar, pela lente da *arqueologia*, o nascimento das ciências humanas (GREGOLIN, 2006, p. 57).

Em um segundo momento da obra de Foucault, a atenção do autor voltou-se para o estudo da objetivação do sujeito em “práticas divergentes”: ou seja, o sujeito está sempre dividido, seja no interior dele mesmo, seja em relação aos outros por meio de técnicas disciplinares. O autor empreende, então, uma análise das articulações entre os saberes e os poderes, constituindo uma “genealogia do poder” (como em *Vigiar e Punir*) e firmando as bases para a ideia de que o poder, pulverizando-se na sociedade, dá-se enquanto relação, isto é, consolida-se na forma de “micro-poderes”. Nasce, assim, a concepção de uma “microfísica do poder” (que dá título ao livro homônimo) – o que, aliás, está na base do afastamento entre o pensamento de Foucault e a noção althusseriana de aparelhos ideológicos do Estado (GREGOLIN, 2006, p. 55).

Por fim, na terceira fase de seu trabalho, Foucault investiga as formas de subjetivação a partir de “técnicas de si”, da “governamentalidade”, ou seja, do governo de si e dos outros (como aparece nas obras *O governo de si e dos outros* e *A coragem da verdade*). É nesse momento que o autor se volta para as questões da “sexualidade, da constituição histórica de uma *ética e estética de si*” (como nos três volumes da *História da Sexualidade*) (GREGOLIN, 2006, p. 55).

Embora cada um dos três momentos descritos indique diferentes predominâncias temáticas, é possível perceber cruzamentos e pontos de contato entre eles. Como vimos, a primeira fase é marcada pela predominância da tematização da história dos saberes; ao mesmo tempo, é muito forte a ligação de Foucault com o estruturalismo, já que ele está preocupado com a explicitação metodológica, procurando evidenciar a “centralidade do discurso como fio condutor de suas investigações” (GREGOLIN, 2006, p. 59).

Não obstante, na obra *A arqueologia do Saber*, de 1969, já aparecem novos direcionamentos, com o autor aproximando-se dos historiadores da *Nova História* em sua busca pelo método arqueológico. De modo correlato, em *A ordem do discurso*, de 1971, temos um limiar, isto é, um momento de passagem entre a “arqueologia do saber” e a “genealogia do poder”. Da mesma maneira, os livros que analisam a genealogia e a microfísica do poder são atravessados pela questão das técnicas de governamentalidade, temática predominante na terceira fase do autor (GREGOLIN, 2006, p. 60).

2. Conceitos-chave

A respeito do título do livro *As palavras e as coisas*, de 1966, Foucault afirmou, em entrevista concedida à *Magazine Littéraire* em 1969, tratar-se de um nome “completamente irônico”. A ironia residia no fato de que a obra não tratava de palavras ou de coisas; o objetivo do autor, ao contrário, era justamente deslocar a discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas, buscando empreender uma análise dos próprios discursos, isto é, das “práticas discursivas que são intermediárias entre as palavras e as coisas. Essas práticas discursivas a partir das quais se pode definir o que são as coisas e situar o uso das palavras” (FOUCAULT, 1969 apud GREGOLIN, 2006, pp. 75-76).

Nesse sentido, devemos notar que a noção de “discurso”, na obra de Foucault, tem um valor diferente daquele fixado no campo da Linguística. Na verdade, o objetivo do autor nunca foi estudar a “língua”, mas os próprios “discursos”. Para ele, o termo “discurso” diz respeito às regras e às práticas que constroem representações sobre certos objetos e conceitos, definindo aquilo que se pode dizer sobre eles, em um momento histórico específico.

Devemos, então, pensar no conceito de discurso em Foucault como atrelado ou condicionado pelas plataformas culturais de uma época, carregando consigo tomadas de visão sobre o mundo. Para esse autor, se há unidade em um discurso, ela não se deve a uma coerência visível e horizontal entre os objetos, mas ao sistema que torna possível sua formação. Afastando os termos “ciência”, “ideologia”, “teoria” ou “domínio de objetividade”, Foucault emprega a expressão “formação discursiva” para se referir a um sistema específico de dispersão entre certo número de objetos e à existência de

regularidades entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas (FOUCAULT, 2008, p. 43). Em outras palavras:

Uma formação discursiva traz em seu bojo uma tomada de mundo: uma posição gnosiológica, uma ideologia, uma localização no conjunto dos pensamentos de um tempo e lugar. Caracteriza-se pela demarcação de campos do saber, prático ou teórico, pela demarcação de planos ideológicos, pela demarcação de planos históricos ou epistemológicos (GOMES; CABRAL, 2011).

Pensando, então, a formação discursiva como um conjunto de discursos que têm em comum sistemas de dispersão, regularidades, incidências sobre temas ou ideias e regras sócio-históricas de produção, o discurso em Foucault pode ser definido como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, pp. 135-136 apud GREGOLIN, 2006, p. 95).

O discurso, dessa maneira, agrega enunciados que se desenvolvem em torno de temáticas, conteúdos e/ou ideias centrais, os quais lhe conferem unidade (GOMES; CABRAL, 2011). Ele é, em toda a sua extensão, histórico e pressupõe, necessariamente, a ideia de “prática” – isto é, atos discursivos praticados por sujeitos historicamente situados, condicionados por condições anônimas e determinadas no tempo e no espaço, fixando as diretrizes que regem a produção dos enunciados (GREGOLIN, 2006, p. 95).

O conceito de discurso, em Foucault, é fundamental não apenas ao entendimento da noção de formação discursiva e do modo de organização/aglutinação dos enunciados, como também tem importância central ao desenvolvimento da análise arqueológica, pois está ligado à descrição das práticas discursivas, da movimentação dos enunciados e, portanto, da constituição do “saber” (enquanto conjunto de elementos formado por práticas discursivas). Nesse sentido, voltaremos diversas vezes à noção de “discurso” ao longo das análises empreendidas nesta pesquisa.

De modo correlato, podemos invocar também outro conceito que muito contribui à compreensão e à visualização da noção de “discurso”, conferindo uma modulação mais simplificada e muito operativa à proposta de Foucault. Trata-se da ideia de “discursos circulantes”, proposta por Patrick Charaudeau (2006). Estando sempre em mutação, em função das verdades estabelecidas em um determinado tempo e lugar, os discursos circulantes “são aquilo de que se alimentam as conversações, assim como as mídias, uma

vez que dão o tom do que nos interessa, o tom do modo de falar sobre esses interesses e a tonalidade de nossas visões de mundo” (GOMES; CABRAL, 2011). Propomos considerar, diante dessas definições, que o conceito de discurso circulante é fundamental à análise de enunciados e discursos a partir de matérias jornalísticas.

3. Jornalismo e arqueologia dos discursos

Em uma arqueologia dos discursos, as matérias jornalísticas devem ser tomadas como acontecimentos discursivos, em sua irrupção histórica. Elas constituem vestígios materiais, que – como na investigação do arqueólogo, que busca entender as culturas e os modos de vida de civilizações passadas – servem de base à análise e à escavação de plataformas culturais, saberes e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de determinados enunciados e discursos.

A imprensa configura-se como meio em que muitas informações podem ser obtidas sobre contexto e acontecimentos sociais, no passado e no presente. Propomos que, para o estudo do politicamente correto, a análise arqueológica constitui ferramenta importante tanto para a recuperação de discursos em circulação em determinado momento histórico, para rastrear valores e saberes assentados sobre a temática em foco, quanto para a compreensão dos posicionamentos assumidos pelos veículos de imprensa, por meio de sua conexão com certos enunciados.

Nesse sentido, a análise arqueológica permite-nos compreender a assunção de posicionamentos pela imprensa levando em conta sempre a historicidade. Por isso, a análise arqueológica não se debruça sobre as frases atômicas, em sua lógica interna, mas sobre o “campo de exercício da função enunciativa”: suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, com a história e com a própria materialidade do enunciado (GREGOLIN, 2006, p. 90).

Para Foucault, o sujeito é uma construção fabricada historicamente pelas práticas discursivas e é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que se dão as mudanças nos saberes e sua articulação com os poderes. A história da subjetivação dos homens na cultura é constituída pelo próprio discurso. Portanto, a relação entre linguagem, história e sociedade está na base do pensamento do autor.

Foucault nunca se vinculou à Análise do Discurso enquanto disciplina. Apesar disso, em suas análises, procurou mostrar que há, nos discursos, “regras de formação dos objetos (que não são regras de utilização das palavras), regras de formação dos conceitos (que não são leis de sintaxe), regras de formação das teorias (que não são de dedução ou regras teóricas)” (FOUCAULT, 1969 apud GREGOLIN, 2006, p. 76).

É assim que, na arqueologia, a análise de enunciados e formações discursivas pretende compreender os princípios segundo os quais os conjuntos significantes efetivamente formulados puderam emergir. Para Foucault, é preciso deixar de lado categorias que mantêm a continuidade. Deve-se “deixar falar” somente o discurso, “ficar no nível das coisas ditas”, de modo a definir “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 1986, p. 182 apud GREGOLIN, 2006, p. 86).

O método arqueológico, dessa forma, busca entender os “acontecimentos discursivos” – isto é, o as sequências efetivamente formuladas –, investigando as condições histórico-sociais que tornaram possível sua emergência. Os acontecimentos discursivos devem ser tomados como uma “população de acontecimentos dispersos”, de modo a explicar as novas configurações do saber (GREGOLIN, 2006, p. 87).

Além disso, os enunciados estão sempre em correlação; todo enunciado “tem margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1986, p. 112 apud GREGOLIN, 2006, p. 93). Isso fica claro no caso do jornalismo, haja vista a proximidade temporal com os dados narrados e o fato de que as matérias jornalísticas sempre respondem, reiteram ou corrigem umas às outras, incorporam falas de sujeitos e instituições, fazem referência a textos que se situam para além do espaço do jornal.

Dessa forma, todo enunciado, para fazer sentido, correlaciona-se sempre a um “campo subjacente” ou “campo associativo”, travando relações com formulações que com ele coexistem em um mesmo espaço historicamente delimitado. É assim que o enunciado se constitui, simultaneamente, como singularidade e repetição, e sua análise deve levar em conta a dispersão e a regularidade dos sentidos produzidos:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistemas de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986 apud GREGOLIN, 2006, p. 90).

Uma formação discursiva, enquanto conjunto de enunciados, incide sobre campos específicos, estabelecendo regulações. As formações discursivas se caracterizam pela demarcação de campos do saber, de planos ideológicos, de planos históricos ou epistemológicos (GOMES; CABRAL, 2011). Logo, vemos que a formação discursiva, de grande extensão e alcance, desenvolve-se e abraça longos períodos históricos, sendo de difícil transformação. Em geral, uma mudança de formação discursiva está associada a profundas rupturas no saber, nas plataformas epistemológicas, como aquelas relacionadas aos grandes paradigmas de uma época.

Nesse sentido, a aplicação da análise arqueológica a matérias jornalísticas dificilmente leva à identificação, de forma direta, das formações discursivas. O que vemos mais facilmente, emergindo nos textos, são discursos circulantes, a partir dos quais se pode investigar a quais formações discursivas estão filiados. Propomos que a noção de discurso circulante é relevante à aplicação de conceitos da arqueologia de saber, tal como pensada na obra de Foucault, em uma análise discursiva com foco em textos de jornal.

Em suas análises, o filósofo desenvolveu abordagens arqueológicas de grandes sistemas de pensamento – como as ciências humanas, a loucura, a medicina, investigando os saberes que embasam a cultura ocidental (GREGOLIN, 2006, p. 55). Levando em conta os discursos circulantes, por outro lado, favorece-se a identificação de plataformas culturais e da assunção de posicionamentos mesmo em períodos de tempo mais curtos e sobre assuntos os mais diversos. Na proposição de Patrick Charaudeau, “o discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2006, p. 118).

Sendo o discurso um conjunto de enunciados, e sendo os enunciados “performances verbais em função enunciativa”, o conceito foucaultiano de discurso pressupõe a ideia de “prática”. É que os discursos, para existirem como tal, encarnam-se na materialidade do mundo, sendo sustentados por uma série de dinâmicas de exercício da palavra que emergem dos jogos sociais, sempre historicamente situados. Em nosso caso, o jornalismo remete, como espécie de “testemunha” ou registro de seu tempo, a essas práticas que determinam “o que se diz” e “quem deve (ou pode) dizer”, ao mesmo tempo em que se apresenta como “acontecimento” discursivo, isto é, forma de materialização ou objetivação dos discursos.

4. Regulações discursivas

Se uma proposta analítica baseada na arqueologia dos discursos, conforme discutida por Foucault, procura dar conta de compreender os saberes e verdades consensuais assentados em torno do politicamente correto em nossa cultura, a compreensão das regulações discursivas visadas por meio desse princípio (ou discurso) requer uma abordagem que recorra às vinculações entre discurso e saber.

Em nossa proposta analítica, devemos recorrer, para isso, às proposições de Michel Foucault acerca dos sistemas de controle dos discursos e das palavras (FOUCAULT, 2008). Essas observações ocupam, na obra do autor, o limiar entre discurso, agenciamento do saber e regulações do poder, no cruzamento entre uma arqueologia do saber e uma genealogia do poder (GREGOLIN, 2006, p. 96). Trata-se de investigar como determinadas configurações do saber se atrelam à realização de poder.

Para Foucault, o poder se exerce de forma capilarizada – ideia trabalhada na fase genealógica de seu trabalho, sobretudo nos livros *Vigiar e punir*, de 1975; *História da sexualidade I: A vontade de saber*, de 1978; e *Microfísica do poder*, de 1979 (FOUCAULT, 1987; 1988; 2001). É que o poder se exerce junto a todos os indivíduos, em diversas esferas da vida (inclusive da vida cotidiana), compondo uma malha capilar de “micropoderes”, que se reforçam por meio de práticas reiteradas. Nessa visão, o poder está presente nas dinâmicas diárias e concretas da vida, tendo como objeto de ação os corpos, comportamentos e condutas dos indivíduos.

Em Foucault, é via discurso que as regulações – para além da materialidade de sua atualização na vida – se estabelecem e se conservam:

Desse modo, os discursos se erigem em fundamento e justificativa para as regras; enquanto as expressam também as legitimam, porque desde a origem no signo o efeito é o da produção de significações: as significações que conferem sentido ao mundo e a nós (GOMES, 2003, p. 41).

As práticas discursivas são objeto de luta: elas determinam que nem tudo pode ser dito e que as coisas que se podem dizer são regidas por uma “ordem do discurso”. É assim que o poder se atrela também a mecanismos de controle e regulação sobre a própria produção dos discursos. Nesse sentido, o poder possui um aspecto produtivo: ele produz realidades, fixa verdades, condiciona rituais de fala. Determina-se o que pode e o que não

pode ser dito não (somente) pela proibição explícita, mas pela produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 1987, p. 161).

Segundo Foucault, “em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2008, p. 8). Esses procedimentos se caracterizam por mecanismos discursivos que possuem, como efeitos, a “exclusão” (procedimentos externos), a “sujeição” (procedimentos internos) e a “rarefação” (relativa à rarefação dos sujeitos que falam).

Entre essas formas de controle, destacamos aquelas relativas à exclusão, que dizem respeito às constrictões impostas às palavras, com sua rasura ou circunscrição. Nesse âmbito, insere-se a “palavra proibida” – ou seja, as palavras que não devem ser enunciadas –, que abarca, em relação ao nosso foco de atenção, o “tabu de objeto” (assunto sobre o qual não se fala) e o “ritual de circunstância” (condições sob as quais não se usam certas palavras) (FOUCAULT, 2008). Não obstante, não devemos esquecer o conceito que, dentre os sistemas de exclusão, Foucault enfatiza como a “vontade de verdade”. Determinando uma compreensão do mundo e da vida, ela orienta as demais formas de exclusão, inclusive a das palavras.

5. Arqueogenealogia e história

Colocamo-nos, como vimos, no limiar entre discurso, agenciamento do saber e regulações do poder, isto é, nos cruzamentos entre a arqueologia do saber e a genealogia do poder – em outras palavras, propomos adotar uma abordagem “arqueogenealógica” do politicamente correto. Nessa perspectiva, empreendemos um gesto duplo de análise: de um lado, temos o estudo dos discursos *sobre* o politicamente correto (saberes, valores e verdades consensuais sobre esse tema); de outro, o estudo do *próprio discurso* politicamente correto, com suas regras de formação, condições de emergência e das regulações que ele instaura.

De fato, na obra de Foucault, entre arqueologia e genealogia não se apresenta uma separação radical, pois a descrição das práticas discursivas é que fornece as bases para a genealogia da verdade em um dado momento histórico. Com a arqueologia, podemos

investigar uma prática discursiva determinada, em meio às práticas discursivas de uma época, entendendo os discursos (sempre históricos) como acontecimentos na ordem do saber; com a genealogia, é possível mostrar como o saber está atado a relações de poder.

Nessa perspectiva, para compreender como se enquadra uma proposta de arqueogenealogia em relação ao pensamento do referido autor, o conceito de formação discursiva, que citamos anteriormente, coloca-se como conceito chave. Ele aparece, pela primeira vez, no livro *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*, publicado em 1966. Foucault buscava captar, justamente, os “vestígios da rachadura, o momento primeiro em que o Ocidente deixa que se desenvolvam os germes de sua própria destruição” (GREGOLIN, 2006, p. 57).

Assim, o interesse de Foucault, na base do olhar original que esse autor lançou sobre a ciência e o conhecimento, era descrever a epistemê ou solo de saber em que os conhecimentos estão imersos e nos quais embasam sua positividade, ou seja, traçar uma história das condições de possibilidade e de uso da verdade e do saber. Em outras palavras, Foucault propunha analisar as formações discursivas que produzem as verdades que nos guiam em cada momento histórico. De fato, o arqueólogo analisa uma ordem do saber e o meio pelo qual é feita essa análise é o discurso. A própria determinação dos objetos de saber, em cada época, depende de uma formação discursiva: “o objeto de saber ‘loucura’ foi estatuído num domínio, e há domínios nos quais certos objetos adquirem status científico e outros não” (ARAÚJO, 2007, p. 8).

No caso do politicamente correto, vemos que a emergência do estatuto das palavras e seu papel na disseminação de preconceitos como objetos de saber está atrelada a uma formação discursiva sobre direitos humanos. Seguindo esse raciocínio, os enunciados em nome do politicamente correto funcionam e têm efeito porque compõem uma prática discursiva que é prestigiada por produzir verdade – em outras palavras, as reivindicações favoráveis a esse princípio respaldam-se em um ideário sobre respeito às diferenças, combate à discriminação.

Não obstante, as práticas discursivas têm relação com outras práticas sociais, culturais, políticas etc., e é sobre essa relação que se debruça a perspectiva genealógica. Em uma tomada arqueogenealógica, a abordagem do arqueólogo é acompanhada de análises sobre o modo como certas práticas são usadas, reutilizadas, acumuladas, abandonadas etc. Na genealogia, trabalhamos a partir das descrições e objetivações do arqueólogo do saber

e a identificação dos discursos e formações discursivas liga-se à análise que diagnostica as relações entre saber e poder (ARAÚJO, 2007, p. 23).

No caso de nosso objeto de estudo, trata-se de investigar, a partir da compreensão dos saberes e verdades consensuais estabelecidas em torno do politicamente correto (incluindo-se, nesse caso, a compreensão das rachaduras epistemológicas que permitiram a emergência desse discurso no Brasil), como essa categoria torna-se motivo de reivindicações que alcançam a esfera pública e procuram interferir em práticas políticas, culturais, artísticas, comunicacionais e, inclusive, discursivas.

É preciso lembrar, porém, que tal proposta analítica é fundamentalmente histórica, tendo como base a história dos arquivos do saber que mostram as formações discursivas de uma época – em nosso caso, os arquivos contemporâneos sobre o estatuto das palavras, os direitos humanos, os valores democráticos e a liberdade de expressão. Na outra ponta da equação, coloca-se a história das ações e regulações que esses arquivos – ligados a redes de poder – justificam e sustentam.

6. Isotopias, implícitos e interdiscurso

No empenho em operacionalizar os conceitos que se colocam em nosso horizonte teórico, devemos percorrer um trajeto, quando da análise das matérias jornalísticas de nosso *corpus*, que passe do enfoque do texto, em seu sentido posto, aos implícitos e, de maneira mais ampla, ao contexto do discurso.

Para mapear os sentidos que emergem nas matérias jornalísticas atrelando-se à categoria “politicamente correto”, no conjunto vasto de textos de nosso *corpus*, devemos perseguir as reiteraões, as repetições de sentido que se reforçam e, pela repetição, são indicativas da positividade de discursos cuja análise é de nosso interesse.

De modo a identificar tais reiteraões, respaldamo-nos no conceito de isotopia. Criado por Greimas, esse conceito inicialmente referia-se ao domínio da semântica estrutural, mas tornou-se posteriormente vulgarizado em análise de discurso. Como assinalam Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, a isotopia diz respeito aos procedimentos que compõem a coerência de uma sequência discursiva.

Nas palavras dos autores: “Fundada na *redundância* de um mesmo traço no desenvolvimento dos enunciados, tal coerência diz respeito principalmente à organização

semântica do texto” [grifo dos autores] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 292). Dentre as possibilidades conceituais compreendidas pela tipologia das isotopias, interessa-nos, nesta pesquisa, as isotopias semânticas estritas, que se referem à recorrência de uma mesma categoria de sentido.

Ao lado da identificação das isotopias – e até como forma de melhor explorá-las –, devemos rastrear também os sentidos implícitos, isto é, os pressupostos e subentendidos constitutivos dos enunciados. Para tal, embasamo-nos na teoria das implicações, de Osvald Ducrot. Segundo esse autor, “[...] a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). Nas palavras de Gomes, “se o pressuposto é uma condição de formulação do enunciado, o subentendido é uma ilação sobre ele fundada” (GOMES, 2008, p. 13).

No mapeamento dos sentidos implícitos, o contexto adquire importância central. Como assinalam Charaudeau e Maingueneau, o trabalho interpretativo, em relação a pressupostos e subentendidos, deve consistir em combinar as informações extraídas dos enunciados com determinados dados contextuais. Embora a interpretação dos subentendidos configure tarefa complexa e arriscada, ela é de fundamental importância, pois, para compreender como os enunciados são compreendidos, é preciso dar conta de todos os componentes de seu sentido. “Em qualquer caso, a compreensão global de um enunciado inclui a de seus pressupostos, de seus subentendidos e de outras implicaturas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 272).

Dando um passo adiante, buscaremos também mapear as relações de interdiscursividade que se estabelecem em torno da categoria “politicamente correto”. Nas palavras de Charaudeau e Maingueneau, “Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no *interdiscurso*” [grifo dos autores] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 286). Assim, para aprofundar nossas reflexões, é importante distinguir duas acepções de interdiscurso.

Em um sentido restritivo, o interdiscurso diz respeito a um conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros. É o caso, como veremos, dos discursos do politicamente correto e do politicamente incorreto. Tomado em um sentido amplo, o interdiscurso refere-se ao conjunto das unidades

discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita. Como veremos, buscaremos ressaltar as relações estabelecidas entre o discurso politicamente correto, o discurso do humor e o discurso sobre liberdade de expressão.

Por fim, cabe ainda salientar o conceito de “primado do interdiscurso”, segundo o qual o interdiscurso é anterior e constitutivo do próprio discurso. Nesse sentido, os discursos não existem previamente, sendo colocados em relação – seja de aliança, seja de polêmica –, uns com os outros, posteriormente. Em lugar disso, os discursos nascem justamente nas brechas de uma rede interdiscursiva (MAINGUENEAU, 2005).

Além disso, o primado do interdiscurso implica na proposição de que uma formação discursiva produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada formação discursiva é dominada pelo interdiscurso, excluindo que sejam colocadas em contraste formações discursivas tidas como independentes umas das outras (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2008, p. 287).

A partir da compreensão dos enunciados que emergem nas páginas da imprensa, esperamos mapear os sentidos – em diferentes dimensões – que se atrelam à categoria “politicamente correto”. Esperamos, também, compreender as relações que se estabelecem entre diferentes discursos no espaço discursivo onde se discute o PC. Posto isso, é possível passar da análise dos enunciados à compreensão da função enunciativa, do posicionamento dos diferentes agentes engajados no debate público, das condições históricas de possibilidade que engendram a fundação de discursos sobre o politicamente correto – e, sobretudo, do próprio discurso politicamente correto.

7. Discurso midiático e discurso político

Ao lado dos conceitos que buscamos pontuar, é fundamental também elucidar, em nosso horizonte teórico-metodológico, algumas proposições acerca da natureza, do funcionamento e das condições de produção dos discursos midiáticos e político, os quais configuram nossos dois grandes focos de atenção nesta pesquisa. Para tal, embasamo-nos nas discussões propostas por Charaudeau acerca do discurso das mídias (2011) e do discurso político (2011).

A respeito do discurso midiático, devemos observar que as mídias possuem natureza compósita, sendo atravessadas por forças de diferentes naturezas: sua função

cidadã ou simbólica; a demanda comercial que caracteriza as empresas de mídia; o atravessamento por interesses, pressões e influências políticas. Além disso, não se pode dizer que as mídias transmitem o que ocorre na realidade social. Elas, em lugar disso, impõem o que constroem do espaço público.

Isso porque a linguagem apresenta sua própria opacidade. Por conseguinte, as notícias constroem uma “imagem fragmentada do espaço público”, “uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel”. Por isso, Charaudeau diz que as mídias compõem “vários espelhos deformantes ao mesmo tempo”, cada um mostrando, embora com deformações, fragmentos simplificados do mundo social (CHARAUDEAU, 2010, p. 20).

Nas palavras do autor, “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” (CHARAUDEAU, 2010, p. 20). Nas páginas da imprensa, a democracia emerge como constante representação, construída a partir dos discursos que atravessam o jornalismo. Essa representação da democracia, não obstante, é necessária não apenas à sobrevivência das mídias – que encontram sua razão ética de ser no exercício de sua função cidadã –, como também à saúde democrática.

O próprio espaço público, assinala Charaudeau, é compósito, comportando práticas diversas, sendo algumas de linguagem, algumas de ação, outras de troca e organização em grupos de influência. Isso ocorre em todas as esferas que caracterizam as sociedades democráticas, isto é, nas esferas do político, do civil e das mídias. Os atores de cada uma delas constroem uma visão parcial do espaço público, como uma representação que tomaria o lugar da realidade. Ao mesmo tempo, essas três esferas interferem, continuamente, umas sobre as outras.

Vemos, com base nessas ideias, que os discursos midiático e político apresentam pontos de contato e atravessamentos importantes. O discurso midiático assume-se como vigilante diante do discurso político, enquanto este busca viabilizar suas estratégias de influência buscando influir sobre a esfera das mídias.

Segundo Charaudeau, discurso político é aquele que “está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior” (CHARAUDEAU, 2011, p. 42). Entendemos que é exatamente isso que faz o discurso politicamente correto: ao procurar interferir em dinâmicas da vida pública,

trazendo à luz propostas que tentam influenciar o outro, ele pretende aliciar os sujeitos em seu favor, solicitando, deles, uma tomada de posição.

Como aponta Charaudeau, o discurso político “[...] é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias da comunicação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 43). Além disso, é preciso notar que, embora o discurso político não esgote, de forma alguma, todo o conceito de política, não há política sem discurso.

A linguagem, ao permitir a circulação dos discursos, leva à constituição de espaços de discussão, persuasão e sedução, nos quais são elaborados tanto o pensamento político, quanto a ação política. A linguagem, portanto, é o que motiva e orienta as ações – as quais, no caso da política, estão relacionadas a relações de influência social (CHARAUDEAU, 2011, p. 39).

Nesse sentido, todo discurso político remete a um imaginário sociodiscursivo, para empregar outro conceito de Charaudeau (2011). Os imaginários discursivos são imaginários de verdade, funcionando como fontes de identificação e estratégias de persuasão, que são carregados pela linguagem. A verdade dos imaginários é definida em termos de adesão, a qual depende de seu efeito e força.

Os principais imaginários de verdade, nos termos de Charaudeau, mantêm a referência a valores do bem em comunidade, remetendo a ideias como “tradição”, “modernidade” e “soberania”. Esses imaginários devem ser compreendidos pelo maior número possível de interlocutores, onde se ancora a imbricação que os discursos políticos buscam travar com o discurso midiático.

PARTE II

DISCURSO, INTERDIÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Capítulo 2

Liberdade de expressão: conceitos, crises, constrações

A liberdade de expressão, enquanto princípio democrático, constitui um dos pressupostos de ação da imprensa, sua “bandeira” maior. De fato, já no nascimento da esfera pública, fazia-se presente o princípio da liberdade. O debate racional e livre, a ruptura com o Estado, o propósito de crítica – todos esses elementos evidenciam a busca de independência no espaço público. Também a gênese da imprensa está ligada ao advento da modernidade, vinculando-se a conquistas como o surgimento do Estado de Direito, da democracia e o estabelecimento dos direitos civis. É assim que a liberdade de expressão, como o jornalismo, emerge no bojo dessas transformações – de dimensões políticas, sociais, econômicas, filosóficas.

Não obstante, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, os conceitos de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa passam por diversos deslocamentos. Da consolidação de uma instância da palavra impressa à formação de uma instância da imagem ao vivo – conceitos que retomaremos nas próximas páginas –, os atributos do ideário moderno de liberdade de expressão vão sendo, um a um, postos em xeque pela observação da experiência histórica. Ao mesmo tempo, mais do que nunca, torna-se urgente discutir a liberdade de expressão, no âmbito acadêmico e para além dele, diante do avanço de novas formas de censura.

Diante disso, este capítulo pretende propor uma breve revisão do conceito de liberdade de expressão (e de sua variante como liberdade de imprensa), refletindo sobre os impactos que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, do jornal impresso à imagem ao vivo, têm sobre ele. Ao final, procuraremos pontuar, brevemente, alguns aspectos das discussões sobre a liberdade de expressão e seus entraves na atualidade, cenário em que emergem as discussões sobre o politicamente correto.

Assim, a relevância da reflexão sobre a liberdade de expressão, em suas dimensões conceituais e históricas, justifica-se nesta pesquisa tendo em vista o fato de que as discussões na esfera pública sobre o politicamente correto remetem a áreas de fronteira da liberdade de expressão, zonas de colisão com outros direitos e valores. Esse processo é trazido à tona na esfera pública pelas narrativas jornalísticas e pelos agentes

envolvidos em discussões correlatas, como forma de debater o estatuto da liberdade de expressão. Desse modo, é fundamental compreender a relação entre o jornalismo e os postulados da liberdade de expressão e de imprensa, a fim de construir um quadro teórico referencial que poderá nos auxiliar na compreensão do posicionamento do veículo de imprensa em foco a partir das matérias jornalísticas a serem analisadas neste trabalho.

1. Um breve histórico do conceito

Liberdade de expressão é um conceito, essencialmente, histórico. Por conseguinte, para que possamos compreender melhor as questões que se colocam na contemporaneidade, propomos um breve histórico do conceito de liberdade, com suas transformações ao longo do tempo e diferentes tomadas ideológicas, para que possamos, com isso, compreender melhor as condições que possibilitaram o surgimento, nos últimos anos, de discussões que culminaram em polêmicas em torno do politicamente correto.

Voltemos, então, no tempo. Em *Antígona*, peça escrita por Sófocles, poeta e dramaturgo grego trágico do século V a.C., a protagonista, filha de Édipo e Jocasta, se revolta contra a proibição do rei Creonte de sepultar seu irmão Polínicie, morto em batalha contra Tebas, representando “justamente o grito da liberdade pessoal e da rebelião contra o autoritarismo do poder do Estado” (COSTA, 2013, p. 27). É na Grécia Clássica, nesse conflito entre moralidades, que se localiza, como nos lembra Cristina Costa, a gênese da concepção ocidental de liberdade, a qual se vincula à noção de pertencimento a uma coletividade, levando à contestação de dogmas, preceitos religiosos e conservadores ou dos ditames do Estado. Privilegia-se a participação política, a opinião, o exercício da vontade, a ação coletiva e, ao mesmo tempo, individual (COSTA, 2013, p. 26).

Na Idade Média, entre filósofos cristãos, a discussão sofre um deslocamento para a questão da liberdade de escolha, deixando o campo da participação política. Mais tarde, o surgimento da Inquisição, primeira manifestação da censura como instituição, dedicada à supressão de heresias no seio da Igreja Católica, lança luz sobre a defesa da liberdade individual de expressão e de opinião, ainda que contrárias aos dogmas do catolicismo. Vemos, de modo muito insipiente, o surgimento de focos de resistência e de defesa da

liberdade¹. Não obstante, ainda não estava em questão a defesa ou discussão da liberdade de expressão como direito coletivo, elemento da vida pública e da participação política.

Assim, “de um lado expressão de uma individualidade (ou subjetividade) e de outro de uma cidadania, mas sempre como luta contra um poder opressor e castrador” (COSTA, 2013, p. 28), é a partir dessa tradição greco-latina que se forma o conceito moderno de liberdade, que se expressa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na França, em 1789. Como ressaltado por Costa (2013, p. 28), esta foi a primeira vez que a liberdade de expressão se apresentou, no Ocidente, como um direito do indivíduo cuja garantia é dever do Estado. O que antes constituía impulso ou vontade individual aparece, agora, como direito a ser defendido pela República.

Do século XVIII em diante, o conceito de liberdade continuou a se modificar, sendo cada vez mais influenciado pelo ideário liberal. Um dos precursores do liberalismo, John Milton, registrou, em sua *Areopagitica* (1644) – que, na verdade, dizia respeito à liberdade de impressão independentemente de licença pelo Estado –, uma das mais famosas defesas da liberdade de expressão. Na visão do autor, as pessoas são perfeitamente capazes de distinguir entre o bem e o mal e, pelo exercício da razão (e a fim de se exercitar tal habilidade), devem ter acesso ilimitado às obras e pensamentos de outros indivíduos (PETLEY, 2007, p. 37).

De acordo com Cristina Costa, vemos, a partir dessa tradição de pensamento, o desenvolvimento de ao menos três conceitos modernos de liberdade (e sua vertente na liberdade de expressão): a liberdade de expressão republicana, como liberdade de crítica à monarquia; a liberdade de expressão liberal, como defesa do livre fluxo de informação e de notícias; e a liberdade de expressão socialista, como liberdade de contestação, conscientização política e transformação social.

Essa complexidade do conceito de liberdade de expressão torna-se ainda maior à medida que se desenvolvem os meios de comunicação de massa. Segundo Petley, o entendimento do que é liberdade de expressão depende da posição ocupada pelos vários agentes envolvidos no processo de produção, difusão e consumo das informações. Para os

¹ Foi este o caso de Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, moleiro do norte da Itália nascido em 1532, que, com sua tese de que o mundo nascera da putrefação e sua visão um tanto contestadora da Igreja Católica e de outros poderes estabelecidos, foi denunciado ao Tribunal do Santo Ofício em 1583. Considerado herege, Menocchio foi submetido a extensos interrogatórios, cuja documentação foi analisada por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (GINZBURG, 2006).

empresários da comunicação, por exemplo, liberdade de expressão corresponde à liberdade de possuir empresas de mídia e de utilizá-las para expressar seus pontos de vista ou seus interesses mercadológicos. Por outro lado, para os funcionários das empresas de comunicação, liberdade pode significar a possibilidade de exercício da autonomia profissional. Já no caso do receptor, está em jogo o acesso a pontos de vista plurais, a possibilidade de se fazer ouvir pela mídia e condições de escolha frente a conteúdos tidos como “ofensivos” (PETLEY, 2007, p. 31-32).

Além disso, como nos lembra Cristina Costa, é preciso observar que, sob a perspectiva liberal e com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a ideia de liberdade passa a ser usada para se referir, na maioria das vezes, “ao livre fluxo das ideias partidárias e das intervenções hegemônicas que transitam pela imprensa escrita” (COSTA, 2013, p. 30). Em outras palavras, passa a haver uma confusão entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa, que se mantém até hoje, de modo que a segunda concepção se torna objeto mais frequente de defesas e reivindicações no debate público. Não obstante, muitos autores fazem uma distinção entre liberdade de expressão e “liberdade de imprensa” – diferença expressa, como nos lembra Petley, na Constituição dos Estados Unidos. Sob essa ótica, o primeiro conceito diz respeito à expressão individual e o segundo, à comunicação mediada (PETLEY, 2007, p. 30).

Para entender como surge a noção de liberdade de imprensa, enquanto vertente que deriva da liberdade de expressão, é fundamental anotar como se dá o nascimento da esfera pública e compreender a formação de uma instância da palavra impressa – todos processos interligados.

2. Da palavra impressa à imagem ao vivo

Como sabemos, o nascimento do jornalismo está atrelado ao surgimento da democracia moderna, do capitalismo, dos ideais de cidadania, de igualdade jurídica, de liberdade. Ele surge, no século XVIII, com a função de defensor e porta-voz da mentalidade que ascendeu com a derrocada do Antigo Regime e com a queda do Absolutismo, representando uma verdadeira “revolução impressa”.

Mas, ao lado dessa dimensão política, há um aspecto material da circulação de informações (a qual culminaria com o surgimento dos vínculos comunicacionais que

formaram a esfera pública e, nela, o papel decisivo da imprensa) que não se pode desconsiderar. Como anota Jürgen Habermas (1984), a gênese da esfera pública está ligada ao surgimento do capitalismo e à circulação de informações junto à troca de mercadorias. De fato, já a partir do século XIV, a antiga troca de cartas comerciais passa a ser transformada em uma espécie de sistema corporativo de correspondência.

Assim, a esfera pública burguesa foi sendo moldada a partir de um discurso econômico, por um lado, e de um projeto filosófico, de outro, ambos interconectados em termos da formação do pensamento moderno. (BUCCI, 2009, p. 73). Nesse sentido, é preciso, ter em mente a influência do Iluminismo enquanto projeto fundamental à formatação das bases epistemológicas sobre as quais se assentou a sociedade burguesa. É do projeto iluminista e, sobretudo, da ideia de emancipação, que a esfera pública extrai sua legitimidade. Nessa formação discursiva, os cidadãos “emancipados” passam a defender sua própria autonomia e a considerar-se suficientemente esclarecidos para decidirem sobre si mesmos e sobre questões relevantes a seus interesses. Estão aí as bases do ideal de liberdade – e liberdade de expressão e de imprensa – que marca a construção (discursiva, sem dúvida) do sujeito moderno.

Ora, essa forma de entender o papel do homem na sociedade é própria do movimento iluminista, que – em termos muito resumidos, mas que servem ao propósito de esclarecer a ideia que aqui queremos mostrar – representa a superação de um estado de incapacidade de utilizar o próprio intelecto sem ser guiado por um “outro”. No século XVIII – época em que a sociedade burguesa se estabeleceu como esfera pública² –, vivia-se uma separação entre sociedade civil (domínio da moral) e Estado (domínio do político), então absolutista. Essa divisão colocava os limites entre as esferas do privado e do público. Assim, ainda que a esfera privada tivesse poderes de legislação moral, ela não possuía legitimidade política.

Com a ideia de publicidade e de formação da opinião pública, transforma-se a relação entre público e privado, o que se dá a partir de “discursos que engendram juízo de valor sobre o poder ou sobre a organização do Estado” (BUCCI, 2009, p. 72). De acordo com Habermas, esfera pública diz respeito à reunião de privados em um espaço público, os quais, a partir do uso da razão, discutem temas de interesse comum, levando à

² As datas variam, de país para país; quando falamos em século XVIII, temos em mente, sobretudo, o caso francês.

formação de opinião sobre os assuntos debatidos (HABERMAS, 1984). Nesse cenário, os primeiros impressos possuíam função opinativa, atuando como veículo da opinião produzida nos espaços públicos de debate, confronto e convívio. Desse modo, a imprensa assume papel fundamental no sentido da ampliação da crítica política.

Para Habermas, as condições para definirmos a esfera pública burguesa são a publicidade – entendida como a divulgação pública das informações necessárias ao debate dos temas – e o debate racional – tido como o meio de garantir que a opinião pública seja a expressão da síntese dos vários argumentos, visando à constituição de uma posição identificada com o interesse geral. Nesse pensamento, o conceito essencial do processo de debate racional no espaço público é a “opinião pública”, entendida como resultado dessas discussões acerca de um tema específico (HABERMAS, 1984).

Visualizamos, nesse momento, o que podemos considerar como uma “primeira fase” da ideia moderna de liberdade de expressão, muito ligada à liberdade de crítica e à autonomia frente ao Estado, à formação do público, ao espírito de cidadania, à emancipação do sujeito moderno e à necessidade de circulação de informações. Trata-se de uma liberdade que se situa entre os conceitos republicano (do ponto de vista da oposição ao poder absolutista) e liberal (do ponto de vista do imperativo das relações de troca que levam aos primeiros ensaios de formação de uma esfera pública) de liberdade de expressão. Vemos, pois, que esses conceitos – embora possam ser apresentados mais ou menos como tipos ideais, ou seja, considerados de modo “puro” a fim de tornar mais clara a explicação de suas propriedades – apresentam cruzamentos e interfaces quando passamos à observação da experiência histórica.

Não obstante, o ideário de liberdade presente na gênese da esfera pública burguesa, ainda que inspirasse o surgimento de uma imprensa de opinião cuja importância foi fundamental ao estabelecimento dessa esfera pública, não possuía o mesmo estatuto que a liberdade de imprensa pôde alcançar com a expansão da imprensa como atividade comercial. É essa segunda modulação da ideia moderna de liberdade de expressão que buscaremos examinar agora, observando sua conexão com a formação de uma “instância da palavra impressa”.

Para compreender esse processo, é preciso lembrar que a imprensa desempenhou papel fundamental no processo que Habermas (1984) identificou como “mudança estrutural da esfera pública”. Para o autor, essa transformação ocorreu quando a imprensa

– que, na esfera pública burguesa, atuava como veículo das opiniões produzidas nos espaços públicos de debate – tornou-se o elemento principal para representar os interesses burgueses. No princípio, as primeiras publicações atingiam a burguesia culta como meio de comunicação para a formação de opinião pública na esfera pública burguesa. Os primeiros impressos, inclusive, tratavam de assuntos ligados à arte e literatura. Com o tempo, as discussões – até então presenciais – expandiram-se para outros públicos, que passam a ter acesso aos debates políticos.

Esse processo, segundo Habermas, ocorreu a partir da consolidação do Estado liberal de direito burguês em sua fase intervencionista, resultante da necessidade de mediação dos conflitos entre capitalistas e trabalhadores, que ascenderam do âmbito privado ao público. Habermas identifica o risco inerente à contradição da esfera pública: no momento em que sua constituição hegemônica deixa de ser burguesa e parte do povo adentra tal espaço, a noção da publicidade e de um princípio de debate racional volta-se contra a própria burguesia.

Devemos notar que, nesse cenário, o trabalho da imprensa começava a incomodar não apenas proprietários privados, em sua esfera íntima, mas também os interesses de integrantes do poder público. Como observa Ivan Paganotti, embora a interferência do Estado tenha reduzido a imprensa à lógica empresarial, sujeita a uma gama de interdições, a segurança jurídica foi também essencial para o sucesso do modelo de mídia como negócio capitalista, baseado no lucro e na sustentação comercial:

Como o público interessado nas novidades do dia era mais amplo do que os capazes de acompanhar as tramas palacianas e partidárias, foi possível um aumento das tiragens e a venda do espaço publicitário – assim, grandes editores perceberam que, ao invés de sitiarem as torres do poder administrativo, eles podiam construir seus próprios impérios de papel (PAGANOTTI, 2012, p. 6).

Com efeito, ainda que fundada no modelo de empresa com interesses particulares, a imprensa amplia a esfera pública e supera a expressão de opiniões individuais na esfera privada, abrindo espaço para cidadãos interessados em influir no processo político e informar-se sobre acontecimentos relativos aos poderes administrativo, parlamentar e judicial, posicionando-se a partir de uma perspectiva pública. Assim, a imprensa sustentou a consolidação de um espaço público de debate, diante do qual o Estado precisa buscar legitimidade para suas ações, a partir do debate racional e do estabelecimento de consenso (PAGANOTTI, 2012, p. 7).

É aí que entra a formação de uma “instância da palavra impressa”, como fala Eugênio Bucci, conceito que mobilizamos para compreender a relação comunicativa específica trazida à cena pela atuação da imprensa sobre a configuração de espaços públicos. No caso dos jornais impressos, suportes da constituição dos espaços públicos nacionais (sobretudo no século XIX e início do XX), o ritmo dos deslocamentos estava condicionado à periodicidade diária das publicações. Não apenas as informações disponíveis renovavam-se a cada 24 horas, como também o entendimento dos fatos e das ideias nascia e morria a cada ciclo. A instância da palavra impressa demarcava também uma região espacial, com fronteiras (idiomáticas e geográficas) limitadas, relacionada ao “contingente humano que a tem como referência de relação comunicativa”, mobilizando o acervo imaginário dessa comunidade diariamente (BUCCI, 2009, p. 68).

Situando-se na lógica da instância da palavra impressa, a liberdade de imprensa constitui elemento fundamental à consolidação da democracia e do Estado nacional moderno. Do ponto de vista das práticas profissionais, a liberdade aparece como pressuposto de ação e fundamento ético do jornalismo. Nesse cenário, o Estado não pode ignorar os argumentos e opiniões influentes que são trazidos à tona na esfera pública por meio de ações de comunicação. No entanto, o Estado detém o poder de silenciar as informações que considere ameaçadoras ou indesejáveis. Assim, “se a esfera pública age como um *sensor* de opiniões para influenciar decisões, em alguns momentos o poder administrativo impõe, como um *censor*, limites ao acesso e à discussão de informações públicas” (PAGANOTTI, 2012, p. 5).

Instaura-se, desse modo, uma tensão com a esfera pública a partir do instituto da censura. O que está em jogo é justamente a independência ou a liberdade do debate público e, por pressuposto, dos órgãos jornalísticos, encarregados de mediar esse debate. O princípio da liberdade de imprensa, na instância da palavra impressa, torna-se objeto de reivindicações em discursos circulantes na esfera pública como elemento fundamental ao sucesso do projeto democrático.

Não obstante, com o desenvolvimento da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, já no século XIX, a palavra impressa deixava de ser fator obrigatório para que os cidadãos tivessem acesso às informações que lhes interessavam.

O entretenimento ganha espaço – pelo cinema e, depois, pela televisão – e o espaço comum tornou-se um “imenso parque de diversões virtual”, no qual a “instância da imagem ao vivo” passou a ter importância central (BUCCI, 2009, p. 69).

Ligada não à imagem ao vivo em si, mas ao lugar social que lhe serve de sede, à “condição imediata e permanente de estar ao vivo a qualquer momento” (BUCCI, 2009, p. 71), essa instância representa um vínculo comunicacional, ao mesmo tempo tecnológico e social, entre os sujeitos, sendo indiferente o meio pelo qual ocorre essa comunicação – o que inclui até mesmo a internet (que, nesse entendimento, não revoga a instância da imagem ao vivo). A visão torna-se o principal critério de verificação da verdade; a política e o jornalismo aproximam-se do espetáculo e do entretenimento; dissolvem-se os limites do idioma e geográficas; a instantaneidade substitui o tempo cíclico; a razão perde terreno. Como diz Eugênio Bucci, “o espaço público posto pela ‘instância da imagem ao vivo nasce, enfim, como um espaço marcadamente estético” (BUCCI, 2009, p. 69). Nessa nova instância, entram em crise os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa paridos com o advento da modernidade.

3. Algumas crises

Esses conceitos – embora, do ponto de vista da ética jornalística e da recuperação de um histórico teórico, continuem a ser muito relevantes – apresentam limitações para explicar a complexidade da realidade comunicacional contemporânea, podendo, inclusive, mostrar-se pouco eficientes em discussões políticas e jurídicas sobre as possibilidades de expressão e os processos de interdição na atualidade. Esse processo se torna cada vez mais evidente com evolução das novas tecnologias, que reforçam a instância da imagem ao vivo, e com a mundialização da cultura e o fim dos espaços nacionais, concomitante ao fim dos aparatos censórios estatais.

Um dos principais aspectos que evidenciam o deslocamento conceitual aqui em foco diz respeito ao pressuposto da razão. Se o conceito moderno (ou, chamemo-lo aqui, “clássico”) de liberdade de expressão tem, como fundamento, a aposta na racionalidade humana, ele apresenta uma deficiência significativa para pensar os processos comunicacionais na instância da imagem ao vivo, em que, como afirma Bucci (2009), o simbólico perde terreno para o imaginário e o “ver” ocupa o lugar do “conhecer”.

Se pensarmos no conceito de “telespaço público”, que é instaurado pela instância da imagem ao vivo, os impasses impostos ao conceito clássico de liberdade de expressão ou imprensa ficam ainda mais evidentes. Segundo Eugênio Bucci, há cinco deslocamentos históricos de tempo e espaço que distanciam o telespaço público do entendimento convencional de espaço público.

O primeiro desses deslocamentos diz respeito à materialidade, que se verifica, agora, não em espaços físicos, mas nos espaços demarcados pela instância da imagem ao vivo – em outras palavras, a virtualidade se apresenta como expansão eletrônica do espaço social (BUCCI, 2007, p. 2). O que nos interessa notar, nesse caso, é que, historicamente falando, o conceito da liberdade de expressão ou imprensa segundo a concepção tradicional de espaço público está ligado, primeiro, a debates presenciais; e, segundo, a debates mediados pelo suporte físico do jornal. De modo correlato, a liberdade de expressar pensamentos e opiniões era considerada (juridicamente, inclusive) em termos de fronteiras geográficas (nacionais ou regionais) bem delimitadas. Com a imagem ao vivo, essas fronteiras se diluem, e torna-se preciso repensar o alcance da liberdade de expressão e de imprensa em uma escala global.

O segundo deslocamento apontado por Eugênio Bucci diz respeito ao abandono da utopia do consenso, que é substituído pela “ordem anárquica do conflito” (BUCCI, 2007, p. 2). Embora, como sublinha Eugênio Bucci, dialogue com o paradigma habermasiano, o telespaço público se abastece de diferentes níveis de conflito. Devemos, por isso, problematizar, no plano teórico, o ideário segundo o qual o conceito de liberdade de expressão aparece como forma de legitimar a atividade da imprensa, enquanto instituição encarregada de mediar o debate público, a fim de que, pelo diálogo, estabeleça-se o consenso que dará o tom da opinião pública. Pois, no lugar da racionalidade, emerge a força da identificação. No telespaço público, mais do que sempre, a opinião pública não pode ser mais do que uma mistificação.

O terceiro deslocamento está relacionado ao esvaziamento do significado em favor do significante, de modo que o novo “idioma universal” decorre da visualidade e da discursividade da imagem, sobretudo a partir da televisão. Mais uma vez, o que está em jogo, no telespaço público, é a perda de terreno da razão e o fim da aposta no consenso. Isso coloca em xeque, em termos conceituais, tanto a busca pelo debate racional e livre que marca o surgimento da esfera pública burguesa e motiva o conceito de liberdade de

expressão a ela acoplado, quanto a aposta na imprensa e em sua liberdade como forma de mediação de conflitos e caminho para a formação de uma opinião pública coesa na qual se devem amparar as decisões políticas.

O quarto deslocamento se refere à falência do sujeito racional e a emergência do sujeito do inconsciente como “protagonista do telespaço público” (BUCCI, 2007, p. 2). Por isso, o telespaço público não depende da opinião pública (e nem da fé em uma opinião pública) – embora possa teatralizá-la. O consumidor substitui o cidadão. Retomamos, portanto, algumas ideias já enunciadas: a ideia moderna de liberdade de expressão e de imprensa, ao pressupor um sujeito racional e livre, enfrenta uma crise conceitual ao adentrar um terreno ordenado segundo tensões inconscientes.

Por fim, o quinto deslocamento, que retoma elementos já presentes nos demais, diz respeito ao caráter “fragmentável e fragmentado” do telespaço público (BUCCI, 2007, p. 2). Ele se subdivide em incontáveis espaços públicos – plurais, instantâneos, divididos em segmentos comunitários, temas, regiões, crenças. Isso coloca um desafio fundamental ao conceito moderno de liberdade de expressão: a necessidade, não obstante seu caráter de direito universal, de dar conta de explicar a complexidade de uma realidade multifacetada e, ao mesmo tempo, contribuir com discussões que possam ajudar a afastar os ecos de censura, levando em consideração os diferentes desafios que se colocam à livre expressão nos vários espaços que compõem o telespaço público.

Notemos, além disso, que as formas de censura que se vêm desenvolvendo com o advento da instância da imagem ao vivo não são iguais àquelas típicas da instância da palavra impressa. Dois elementos aparecem como decisivos nessa mudança: a dissolução das fronteiras nacionais e a substituição dos tempos cíclicos pela instantaneidade. Se mudam o alcance e o tempo de circulação das mensagens, as medidas adotadas para cerceá-las também se transformam. Com efeito, se, na lógica da palavra impressa, vigora a forma clássica da censura – cotidiana, estatal, nacional, burocratizada –, a passagem para a imagem ao vivo e a primazia do espetáculo implicam em formas censórias mais difusas, descentralizadas, internacionais, indiretas³.

Obviamente, as fases não são estáticas e há outros fatores históricos a serem considerados – o avanço do neoliberalismo, por exemplo, com o consequente

³ Para falar das diferenças entre formas clássicas de censura e as práticas censórias exercidas na atualidade, embasamo-nos no trabalho de Cristina Costa (2013, pp. 21-26).

enxugamento do Estado. Ainda assim, acreditamos ser interessante traçar, conceitualmente, um paralelo entre as formas clássicas de censura e a instância da palavra impressa, de um lado, e as novas formas de censura (cuja emergência temos verificado até os dias de hoje) e a lógica da imagem ao vivo, de outro.

Surgem, nesse cenário, novas discussões sobre a liberdade de expressão e seus limites – caso do politicamente correto *versus* o politicamente incorreto, por exemplo, que remete a disputas nas áreas de fronteira da liberdade de expressão, a crises de valores, a lutas por legitimidade do discurso. Esse caso remonta também às tensões que a liberdade de expressão enfrenta na passagem para a instância da imagem ao vivo ao colocar em evidência elementos que a caracterizam: a instantaneidade da circulação, o papel das imagens (inclusive as evocadas por palavras), a crise do discurso racionalista.

4. A liberdade de expressão e seus entraves na atualidade

“A censura acabou?”, indaga Paolo Marconi em sua dissertação de mestrado, defendida em 1979 na Escola de Comunicações e Artes da USP (MARCONI, 1980, p. 114). A questão discute os limites do aparente final da censura no período de distensão política encabeçada pelo presidente Geisel, na segunda metade da década de 1970.

O autor esclarece, pois, que a liberação de jornais e veículos da censura prévia não representava o fim dos mecanismos de controle, já que continuavam a haver casos pontuais de restrição a meios de comunicação, leis duras, dificuldades de acesso às fontes de informação, pressões políticas e econômico-administrativas – além da censura exercida, internamente, nos próprios veículos de comunicação.

Naquele momento, em fins dos anos 1970, o país estava ainda muito próximo da censura política e da repressão exercidas durante os “anos de chumbo”. A questão colocada por Marconi é, no entanto, muito pertinente ainda nos dias de hoje: evidência da permanência dos mecanismos de censura no Brasil que, sempre reconfigurados, aparecem sob novas roupagens e inserem-se no quadro – para usar os termos de José Marques de Melo (2007) – da nossa “síndrome da mordação”.

Obviamente, o tipo de controle sobre a informação e os mecanismos de cerceamento da liberdade de expressão passaram por muitas modificações dos anos 1970 para cá. Com a redemocratização, por exemplo, foram extintos o Serviço de Censura da

Polícia Federal e a censura policial. Mas, mesmo em um ambiente democrático, continuam sendo praticadas medidas de retaliação política e econômica aos meios de comunicação e à produção artístico-cultural no Brasil.

Segundo Cristina Costa, por mais diferentes que sejam os processos atuais de censura, eles operam de modo a perseguir autores e obras que, de alguma maneira, se opõem a interesses e à ideologia dominante. A autora ressalta, entre as formas de controle e censura que presenciamos hoje, os casos de restrição ou sanção aos meios de comunicação por meio de processos judiciais; a classificação indicativa de produtos culturais; dispositivos legais que determinam os limites da expressão (“regulamentando aquilo que pode ou não se tornar um insulto passível de indenização e até de imputação criminal, quando dito, escrito ou expresso gestualmente”) (COSTA, 2013, p. 32).

Há também, segundo a autora, formas de censura indireta, causadas, sobretudo, pelo impacto dos interesses mercadológicos sobre a produção artística e cultural – basta atentarmos, por exemplo, aos altos custos envolvidos em qualquer produção dessa natureza. É esse o caso também das leis de incentivo, que passam para a responsabilidade de empresas patrocinadoras a decisão sobre o que deve ou não ser produzido e exibido. Agrava esse cenário a presença, na comunicação globalizada, de confrontos entre ideologias diversas, que se balizam por pontos de vista opostos. O caso do politicamente correto, em exame nesta pesquisa, parece inserir-se como elemento dessa forma de confronto ideológico.

A Constituição brasileira de 1988, refletindo o espírito da primeira emenda à Constituição dos Estados Unidos, instituiu o primado da liberdade de expressão, vedando totalmente a censura. Em texto específico sobre a comunicação social (capítulo V), no artigo 220, a Carta afirma que a manifestação não sofrerá nenhuma restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, impede a existência de dispositivos legais que possam constituir embaraço à liberdade de informação jornalística. (MATTOS, 2005, pp. 19-23).

Porém, apesar do caráter “liberal, tolerante e pluralista” da Carta de 1988, como aponta Marques de Melo, “as forças que atuam nos desvãos do sistema constitucional nunca renunciaram aos seus propósitos autoritários, permanecendo vigilantes para amordaçar as redes midiáticas, de forma sutil ou ostensiva” (MARQUES DE MELO, 2007, p. 22). Nos espaços deixados vazios pela lei, várias têm sido as tentativas de encontrar meios para fazer calar a imprensa, que, desde o processo de redemocratização

do país, assumiu papel fundamental no que diz respeito à publicação de denúncias de falcatruas políticas e administrativas. A atuação do jornalismo enquanto instância de vigilância do poder, segundo Mattos, passou “a incomodar a tal ponto que a liberdade de imprensa passou a ser ameaçada de várias maneiras” (MATTOS, 2005, pp. 22-23).

Mas não é somente a imprensa que, no pós-1988, vem sendo cerceada de diversas formas. Nesse sentido, Maria Cristina Castilho Costa (2006) faz observações acerca do teatro que podem nos ajudar a pensar sobre a questão da censura à produção cultural de forma ampla. Segundo a autora, embora com o fim do regime militar a censura tenha cedido e desarticulado boa parte de seu aparato repressivo e controlador, os mecanismos coercitivos que regulam a produção artística e cultural no Brasil encontram novas formas de se perpetuar. Assim, o Estado exerce sua função controladora das artes e da cultura por meio de mecanismos como as leis de incentivo e a justiça comum. Também a própria indústria cultural se tornou um filtro decisivo na escolha daquilo que vai ou não a público (COSTA, 2006, p. 262).

O papel desempenhado atualmente pelo mercado no que concerne à restrição da circulação de determinadas informações é enfatizado por Alfredo Caldeira (2008) – que, embora se concentre no contexto português, faz considerações relevantes ao entendimento da censura também no Brasil. Para o autor, é a simples “inexistência” de determinadas informações, decorrente da impossibilidade de se falar sobre algo, o que as atuais democracias mais facilmente aceitam em sua vida pública. Tal fato, segundo ele, está em grande medida relacionado à “concentração econômica dos meios de comunicação social, de edição, de divertimento e lazer, do cinema e, em muitos casos também, do teatro” (CALDEIRA, 2008, p. 16).

Assim, Caldeira aponta que se, tradicionalmente, a censura quase sempre se ergueu sobre o duplo argumento de “Deus” (religião) e de “César” (Estado), “o novo bezerro de ouro” é o mercado e, por meio dele, são expurgadas de nosso convívio muitas ideias e fatos que, no entendimento de alguns, não devem vir a público. Para o autor, quase nada é expressamente proibido hoje. Ainda assim,

[...] muitos acontecimentos, tomadas de posição, acções, expressões do pensamento, publicações, espectáculos e manifestações artísticas, limitam-se a... não existir! Não são noticiados, não têm destaque informativo, não são ouvidos os seus promotores ou intervenientes e, quando trespassam a muralha de silêncio, logo desaparecem de novo (CALDEIRA, 2008, p. 16).

Desse modo, o autor aproxima as coerções impostas pelas leis de mercado, que regem a indústria cultural e as empresas de comunicação, aos mecanismos censórios, tendo em vista que, em ambos os casos, determinados acontecimentos e ideias são excluídos da esfera pública. Essa lógica – já enunciada nas proposições de Costa (2006) citadas anteriormente – é fundamental à compreensão de alguns dos limites que se impõem à liberdade de expressão hoje no Brasil.

Como observa Eugênio Bucci, quando um grupo econômico detém o monopólio de meios de comunicação social (sobretudo de radiodifusão) em uma dada região, ele adquire o poder – real ou virtual – de excluir determinadas pautas do debate público. De fato, esse tipo de conjuntura, ainda presente no Brasil após o fim da ditadura militar, “pode dar ensejo ao exercício da censura por mãos privadas, normalmente sob o comando remoto de interesses instalados no Estado ou de interesses de oligarquias que mantêm relações promíscuas com o Estado” (BUCCI, 2011).

Além do silenciamento de determinadas discussões ou pontos de vista, o primado dos princípios mercadológicos possui efeitos, no caso do jornalismo, sobre o teor das mensagens veiculadas. Claudia Rodrigues (2002), ao afirmar que a “morte do jornalismo” começou com o fim da ditadura militar, expressa uma visão um tanto ingênua porque baseada no pressuposto de que, nos “anos de chumbo”, a imprensa como um todo tenha resistido aos arbítrios do Estado.

No entanto, a afirmação da autora é válida na medida em que remete aos efeitos da crescente influência das assessorias de imprensa sobre o jornalismo, bem como às pressões, cada vez mais intensas, decorrentes de conchavos firmados entre empresários da comunicação e publicitários, anunciantes etc. Assim, devido a “um mercado excessivamente preocupado em alimentar a voracidade da doutrina econômica”, o jornalismo tornou-se, nas palavras da autora, uma “grande encenação”, o que leva a todo tipo de manipulação na produção da notícia (RODRIGUES, 2002, pp. 130-133).

Como efeito colateral, a “privatização” da censura é por vezes invocada, por representantes do poder, como argumento favorável à implantação de um controle mais rigoroso, por parte do Estado, dos meios de comunicação – o que, na visão de muitos autores e profissionais de comunicação, pode também redundar em focos de censura. Nas palavras de Eugênio Bucci,

A existência da possibilidade de censura privada, efetiva ou não, eficaz ou não, jamais deveria servir de salvo-conduto para uma autoridade tentar sufocar a livre comunicação na sociedade. Uma violência jamais deveria compensar a outra. Uma violência não deveria encorajar a outra (BUCCI, 2011).

Em correlação com as formas “privadas” de censura, devemos citar o papel que a autocensura desempenha ainda nos dias de hoje. Para Bernardo Kucinski, essa forma de censura está profundamente arraigada em nossa cultura, tendo chegado a determinar o padrão de controle da informação durante os quinze anos de ditadura militar, de modo que os demais métodos de controle (inclusive a censura prévia) tiveram importância “acessória” se comparados à autocensura. Assim, afirma o autor, “sua prática prolongada pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destacam a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura” (KUCINSKI, 1998, p. 51).

Não obstante a incontestável influência que as formas de censura privada e autocensura exercem hoje sobre a produção e veiculação de informações, não podemos deixar de considerar, também, o papel exercido pelas formas externas de controle, vigilância e censura sobre a imprensa e os meios de comunicação. Nesse viés, inserem-se as ações assumidas em nome da classificação indicativa de produtos culturais. A Classificação Indicativa, no Brasil é uma atribuição da Secretaria Nacional de Justiça e tem como atribuição a indicação de faixas etárias a que obras audiovisuais e jogos de RPG devem ser destinados.

Mayra Rodrigues Gomes (2013) ressalta que, de fato, conforme o argumento defendido por representantes da Secretaria Nacional de Justiça, a classificação, por si só, é meramente indicativa – ou seja, tem a função de orientar os pais sobre o teor dos produtos culturais com que seus filhos podem deparar-se; porém, essa classificação não deixa de representar também uma forma de vigilância sobre a produção cultural, vigilância essa centralizada nas mãos do Estado. Além disso, a combinatória da classificação com a determinação de faixas horárias de exibição (no caso de programas televisivos) abre diversos caminhos para o controle e termina por aproximar o exercício da classificação, muitas vezes, a uma forma de censura (GOMES, 2013, p. 55).

Sérgio Mattos destaca outra dimensão em que se podem exercer ameaças à liberdade de expressão na atualidade. Para ele, as novas tentativas, diretas ou indiretas, de controlar os meios de comunicação que vêm surgindo desde 1988 consistem,

basicamente, de dispositivos e propostas legais (MATTOS, 2005, p. 23). É este o caso, por exemplo, da “Lei Mordaça” – apelido do projeto de lei nº. 2961-b, criado em 1997 como proposta de modificação da Lei 4.898/65, que tratava de abuso de autoridade. Segundo o projeto, membros do Ministério Público, do Tribunal de Contas e autoridades policiais ou administrativas estariam proibidos de revelar aos meios de comunicação informações de que tenham conhecimento em razão do cargo que ocupam. A lei, que foi amplamente repudiada e caracterizada como uma forma de “censura prévia” por diversos setores da sociedade, pelos grandes veículos de comunicação e pelas associações de imprensa, chegou a ser arquivada, mas a discussão foi retomada em vários momentos (MATTOS, 2005, pp. 23-28).

Outro exemplo de ação que suscita a discussão em torno de uma possível “volta” da censura são os projetos de criação de dispositivos legais ou órgãos governamentais reguladores dos meios de comunicação. Foram estes os casos, nos últimos anos, das propostas de criação do Conselho Federal de Jornalismo, da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e da Lei Geral de Comunicações, por exemplo.

Assim, no ano de 2004, o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou um projeto de criação do Conselho Nacional de Jornalismo e de conselhos regionais, a pedido da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj). O projeto original, porém, sofreu emendas na Casa Civil, despertando a oposição da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e de grandes veículos de imprensa (MATTOS, 2005, p. 28).

Durante o 5º Congresso Brasileiro de Jornais, em 2004, Francisco Mesquita Neto, ex-presidente da ANJ, afirmou que “ao estabelecer punição a jornalistas e o controle de empresas de comunicação, a proposta [de criação do Conselho Federal de Jornalismo] revela características claras de cerceamento à liberdade de imprensa” (ANJ, out./2004: 6 apud: MATTOS, 2005: 29). Com as pressões dos proprietários dos grandes jornais, tanto isoladamente, como por meio da ANJ, o projeto foi retirado de pauta ainda no ano de 2004 (MATTOS, 2005, p. 29).

De acordo com Mattos, outro projeto do governo Lula que teve forte oposição dos setores das comunicações foi o de transformar a Agência Nacional de Cinema (Ancine) em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). A oposição se deu sob a justificativa de o projeto demonstrar velada ameaça à liberdade de informação ao dar poderes à nova agência que permitiriam a regulação e fiscalização do setor de

radiodifusão e telecomunicações, incluindo a linha editorial e a programação de emissoras de rádio e televisão (MATTOS, 2005, pp. 31-33).

Em janeiro de 2005, após forte reação dos grupos envolvidos, o projeto foi esvaziado, substituindo-se o texto sobre o poder regulatório da agência por outra proposta de agência, que concentraria sua atuação no fomento e fiscalização. Segundo Mattos, Lula afirmou que a Ancinav não poderia preceder um marco regulatório. Assim, ele autorizou a elaboração da Lei Geral das Comunicações, em que seriam estabelecidas as normas e identificados os agentes reguladores que atuariam no setor de radiodifusão e telecomunicações, tanto no que se refere à sua dinâmica econômica, quanto a aspectos típicos da comunicação social e seu conteúdo (MATTOS, 2005, pp. 31-33).

Historicamente, a Lei Geral de Comunicações vem sendo elaborada e discutida desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, o ministro das Comunicações Juarez Quadros entregou a seu sucessor, Miro Teixeira, duas minutas com propostas de um projeto de lei das comunicações. Essas duas versões incorporam o conteúdo de dez leis que, em síntese, envolvem a televisão paga e a radiodifusão, além de abranger as mais recentes mudanças na regulamentação. Inclui-se aí a lei que permite a entrada de capital estrangeiro em veículos de comunicação de massa e os fundamentos do projeto de regionalização da programação de emissoras de rádio e televisão, de autoria da deputada Jandira Feghali (MATTOS, 2005, p. 33).

Todas essas propostas e discussões remetem à questão da regulação dos meios de comunicação no Brasil, que aparece como temática frequente em matérias da imprensa e no debate público em geral. Não obstante, ainda não há no país – diferentemente de muitas democracias europeias – um consenso sobre a adoção de marcos regulatórios para a comunicação social. Ainda que, em geral, as negociações em torno dessa questão se dêem entre o Estado e alguns poucos grupos privados (LIMA, 2011, p.34), grupos que reivindicam a criação de marco regulatório para as comunicações, como organizações da sociedade civil e entidades de representação da mídia pública, tomam posições públicas, promovem atividades e buscam canais alternativos para a expressão de suas posições.

Em matéria de marco regulatório, as opiniões dos grupos engajados no debate político e de pesquisadores preocupados com a temática aparecem muito divididas. Para alguns, como Venício Lima (2011), a adoção de um marco regulatório para a comunicação social no Brasil representa um avanço no sentido democratizar a

comunicação no país, além de restringir o efeito censório que o imenso poder das leis de mercado exercem sobre a livre expressão.

Para outros, como Mattos (2005), essas iniciativas representam um retrocesso: “é preocupante o ressurgimento da censura prévia no Brasil, incluídos aqui as tentativas de aprovação da Lei Mordaza e o uso de outras ferramentas econômicas, jurídicas e policiais para intimidar a imprensa e os jornalistas” (MATTOS, 2005, p. 165). Nesse sentido, há também uma nova forma de censura que desperta cada vez mais atenções: a proibição da divulgação de determinadas informações por meio de processos judiciais.

Exemplo dessa prática é o caso do jornalista Alvanir Ferreira Avelino, que foi condenado, em 2003, a cumprir pena de dez meses e quinze dias de detenção em regime semi-aberto por causa do teor de reportagens e editoriais escritos no jornal *Dois Estados*, de Miracema. O caso ganhou repercussão internacional, fazendo com que a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) manifestasse preocupação com essa detenção, bem como com relação às prisões de outros jornalistas, que ocorreram, principalmente, na América Latina. Segundo a SIP, essas condenações motivam a autocensura e inibem a imprensa no exercício do papel de vigilante do governo (MATTOS, 2005, p. 165).

Outro exemplo famoso foi a condenação, em 2005, do radialista Jorge Reis da Costa, nacionalmente conhecido como Jorge Kajuru. Ele foi sentenciado a dezoito meses de detenção em regime aberto e ao pagamento de 200 dias-multa (equivalente a seis salários-mínimos e meio) por difamação. A acusação foi baseada no fato de que, em seu programa, o radialista teria classificado a Organizações Jaime Câmara, afiliada à Rede Globo, de “oportunista” pela forma como teria obtido os direitos de transmissão do campeonato goiano de futebol (MATTOS, 2005, p.167).

Mas foi no ano de 2009 que essa interferência da Justiça como forma de cercear a liberdade de expressão ganhou evidência no país, por ocasião da censura imposta, por decisão judicial do desembargador Dácio Vieira, ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Nessa ocasião, o veículo foi proibido de publicar notícias sobre a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, cujo principal investigado era Fernando Sarney, filho do então presidente do Senado, José Sarney. A respeito desse episódio, Eugênio Bucci afirma:

É uma ironia mais que perversa. Nenhuma das reportagens do *Estadão* sobre os desmandos no Senado faltou com a verdade. Nenhuma de suas notícias foi mentirosa. E o que é que o jornal ganhou ao final de sua brilhante trajetória? A mordaza. É como se, por ter sido “inimigo” das instituições, levasse o castigo

merecido. [...] A culpa, como dizem os homens do poder, é sempre da imprensa (BUCCI, 2009, p. 76).

Como nota José Maria Mayrink, o caso do Estadão serve, acima de tudo, para marcar uma discussão atual e relevante, sobretudo desde abril de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a Lei de Imprensa (MAYRINK, 2010, p. 123). Trata-se do debate em torno dos marcos legais que dizem respeito à atividade da imprensa, bem como aos marcos regulatórios dos meios de comunicação em geral – debate esse, aliás, que foi reavivado recentemente com a proposta do governo Lula de instituir um “controle público da mídia”.

Nesse terreno, os debates são acalorados e há posições muito distintas. Em geral, as empresas de comunicação posicionam-se contrárias à criação de formas de regulação, sob a alegação de que tais medidas podem configurar risco de censura e ameaças à liberdade de expressão (como vimos algumas páginas atrás, nos casos das propostas de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Ancinav). Por outro lado, os defensores de um marco regulatório das comunicações no Brasil apontam a “necessidade de se substituir a enorme confusão regulatória por um marco legal geral que regule todo o setor” (CANELA, 2004). De qualquer forma, a garantia da liberdade de expressão e a defesa da independência da imprensa e dos meios de comunicação frente aos interesses governamentais devem permanecer como grandes norteadores dessa discussão.

Freitas Nobre já antecipava alguns tópicos desse debate. Para o autor, é necessário que haja uma legislação específica para os meios de comunicação, “que abranja desde o registro da empresa até o procedimento penal e o ressarcimento do dano material e moral”. Isso porque, sem essa especificidade legal, acabam por surgir leis esparsas e deficientes, que em nada contribuem para garantir a liberdade de expressão (NOBRE, 1988, p. 93).

Seja como for, o que todas as discussões parecem sinalizar é a existência de um movimento de rearticulação da prática censória (bem como das formas de resposta a ela) no Brasil, no âmbito do Estado democrático de direito. Fundamentalmente, o que parece estar em jogo, sobretudo nos casos de censura por processos judiciais, que constituem uma das formas mais frequentes de cerceamento hoje, é um reposicionamento dos interesses públicos e privados. Como coloca Ivan Paganotti, “o palco principal do espaço público atual passa a mostrar o que antes era segregado aos bastidores: tanto a vida íntima

de figuras (des)conhecidas quanto os interesses privados de produtores midiáticos ocupam as luzes da ribalta” (PAGANOTTI, 2012, p. 8).

Finalmente, são as tensões decorrentes desse processo de reposicionamento, de acordo com Paganotti, que explicam as transformações da censura em democracias recentes, vindas de duradouros períodos autoritários, como é o caso do Brasil. Nesse cenário, também a censura passa por um reposicionamento, marcado pela tentativa crescente de controlar os temas de interesse particular. Surgem, aqui, conflitos entre a publicação de informações e a proteção da imagem de indivíduos. Não obstante, como observa Paganotti, “mesmo em situações que envolvem figuras públicas e ligadas ao aparelho estatal, exige-se o silêncio devido a fatores particulares, como o sigilo da justiça ou a preservação da intimidade” (PAGANOTTI, 2012, p. 8).

Também as discussões sobre o politicamente inserem-se justamente, nesses reposicionamentos da liberdade de expressão no Brasil contemporâneo, a partir de seu conflito com outros direitos democráticos fundamentais. Embora consideremos problemático o uso da categoria “politicamente correto” para designar uma forma de censura, como vimos – tendo em vista não apenas a diversidade de sentidos e valores que se associam ao termo, como também sua dimensão discursiva fundamental –, muitas das ações e intervenções solicitadas em nome do politicamente correto, sobretudo por meio de processos judiciais, reacendem a discussão em torno da existência e reconfiguração das práticas censórias na atualidade.

De fato, e ainda que não pretendamos esmiuçar o que configura ou não censura hoje (uma discussão ampla, complexa, que se reflete inclusive em debates em curso no Judiciário, como o caso da Classificação Indicativa e sua análise pelo Supremo Tribunal Federal⁴), não podemos deixar de assinalar que muitas ações tomadas em nome dos valores que se associam à noção de politicamente correto no debate público guardam muitas similaridades com o que se entende como prática censória – vide o caso da ação civil movida contra o dicionário Houaiss, em 2012. Quanto à discussão sobre a existência de entraves à liberdade de expressão na atualidade, especialmente nos aspectos em que

⁴ Referimo-nos aqui à ADI 2404, que julga a constitucionalidade da Classificação Indicativa, a partir da contestação apresentada pelo Partido Trabalhista Brasileiro de seu caráter vinculativo. Embora a tendência é que o STF decida pela inconstitucionalidade do atual modelo de classificação, até março de 2015, a ação não havia sido julgada.

ela colide com outros direitos democráticos fundamentais, é importante sublinhar a emergência de novos atores que se fazem ouvir nesse debate.

5. Novas vozes na cena pública

Desde o início dos anos 1990, temos assistido à emergência, na cena pública, de identidades historicamente reprimidas. Só então esses sujeitos sociais, que já se mobilizavam socialmente de modo significativo há pelo menos duas ou três décadas, ganharam maior projeção no debate político e nas discussões a que tem acesso o público em geral. Fazendo-se ouvir por meio dos meios de comunicação (muitas vezes, alternativos) e ganhando força, mais tarde, com a expansão das mídias digitais, movimentos organizados da sociedade civil, defendendo os direitos das chamadas minorias sociais, fazem suas reivindicações ecoarem, entre outros tópicos da agenda pública, sobre o debate em torno da liberdade de expressão.

Como destaca Maria da Glória Gohn, os principais movimentos sociais, na atualidade, atuam por meio de redes sociais, em escala local, regional, nacional e internacional, e fazem largo uso de meios de comunicação, em especial, a internet – evidenciando a conexão que se vai firmando entre discursos políticos e discursos midiáticos. Suas estratégias de ação variam entre a simples denúncia, formas de pressão direta – como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, negociações etc. – e pressão indireta. Valendo-se da organização em redes – estrutura típica da sociedade informatizada e globalizada –, os movimentos sociais articulam-se segundo grande diversidade de possibilidades, como as associações comunitárias, redes “temáticas” – com foco em segmentos da sociedade, como as redes voltadas a questões de gênero – e as redes de governança, que buscam articulações com a gestão pública. Além disso, destaca-se o papel das ONGs e o grande número de militantes/assessores de movimentos sociais que adentram o campo acadêmico, convertendo, muitas vezes, tais movimentos em objeto de estudo (GOHN, 2013, pp.13-16).

Como fundamento às novas formas de associativismo que emergiram entre os movimentos sociais a partir dos anos 1990, coloca-se a ideia da “participação cidadã”. Em nome dela, surgem empenhos no sentido de organizar os integrantes de dada comunidade de modo a possibilitar a articulação entre ideários múltiplos.

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais (GOHN, 2013, p. 18).

Dentre os movimentos que emergem na cena pública nos anos 1990, alguns chamam particularmente nossa atenção devido às suas relações com demandas, ações e posicionamentos classificados, em discursos circulantes na sociedade, como “politicamente correto”. Nesse sentido, devemos destacar, por exemplo, a organização de grupos organizados de mulheres, visando à participação política e a criação de redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra o machismo e formas diversas de discriminação. De modo correlato, também ganharam visibilidade grupos ligados à defesa de direitos dos homossexuais, que passaram a organizar passeatas, atos públicos e protestos. Podemos citar, ainda, o caso do movimento negro, que adquire o estatuto de movimento voltado à construção de identidade, engajando-se na luta contra a discriminação racial (GOHN, 2013, p. 21).

É interessante também notar que, dentre os dez eixos temáticos apontados por Gohn como norteadores das lutas e demandas de movimentos sociais no Brasil, alguns cruzam-se com nossos achados sobre as articulações discursivas em torno da categoria “politicamente correto”, aos quais retornaremos mais adiante neste trabalho. Em especial, referimo-nos aos eixos temáticos norteadores que são atravessados, de modo mais evidente, por disputas em torno da dimensão identitária das lutas sociais: “movimentos étnico-raciais (índios e negros)” e “movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais)” (GOHN, 2013, p. 32). Como veremos posteriormente, em nossas análises, as questões étnicas, de gênero e sexuais são justamente as que emergem, com mais ênfase e visibilidade, nas discussões públicas em torno do politicamente correto que atravessem as páginas da imprensa.

Nesse cenário, divergências sobre o caráter da liberdade de expressão (ou, ainda, sobre “qual” liberdade de expressão se está falando), se não são invenção recente,

ganham notável projeção e destaque: não se fala mais em liberdade de expressão como (ou, ao menos, não *apenas* como) o direito de os meios de comunicação convencionais, incluindo-se aí o jornalismo, expressarem-se, o que dava o tom do debate durante a ditadura militar, quando era preciso defender a imprensa dos disparates dos órgãos de censura oficiais; o que se vê é o aumento da visibilidade de um debate sobre a ampliação da liberdade de expressão para além da mídia comercial e bem estabelecida.

Fala-se cada vez em pluralidade de vozes, em democratização da informação e da comunicação, em dar voz aos oprimidos, em respeito às diferenças, em combate aos preconceitos. Inserindo-se no amplo discurso dos direitos humanos, os movimentos organizados da sociedade civil que defendem os direitos das minorias – negros, indígenas, mulheres, homossexuais – têm papel decisivo nessas mudanças em termos de visibilidade e políticas de representação em curso até hoje.

Das mídias e de movimentações nas ruas e em fóruns de discussão organizados pelos movimentos sociais, essas reivindicações passaram à agenda de debates das políticas públicas. Segundo Alexandre do Nascimento, isso ocorreu na metade dos anos 1990, embora o debate intelectual sobre temas como racismo tenha tido início do século XX. De acordo com ele,

De uma forma geral, foi na década de 1990 que a sociedade, o governo da União, as escolas e universidades, a mídia e outros entes estatais e privados passaram a discutir mais profundamente o racismo, o preconceito, a discriminação, a desigualdade racial e políticas contra esses problemas (NASCIMENTO, 2007, p. 2).

As discussões em torno de ações “politicamente corretas” surgem nesse mesmo período, como efeito das (ou em resposta às) reivindicações em prol de representações menos preconceituosas de diversos grupos sociais e das rearticulações das discussões sobre liberdade de expressão. Para José Luiz Fiorin (2008), o politicamente correto surge justamente como efeito da emergência das identidades historicamente reprimidas, que ganham visibilidade a partir dos anos 1990.

A respeito da censura na atualidade, o literato sulafricano J. M. Coetzee defende uma ideia que pode ser interessante para pensarmos o quadro aqui em discussão. Segundo o autor, a atualidade é marcada pelo fim do consenso liberal sobre liberdade de expressão. Coetzee afirma que, até os anos 1980, a opinião de que tanto melhor seria quanto menos restrições fossem aplicadas à expressão humana era compartilhada, em linhas gerais,

pelos intelectuais da época. Hoje, no entanto, não se pode mais formular tal suposição. Segundo ele, “Há renomados intelectuais que defendem sanções legais e institucionais contra publicações e filmes do mesmo tipo daqueles que, na África do Sul do passado, pretendia-se qualificar como “indesejáveis” e que agora, em geral, são denominados como ‘ofensivos’” (COETZEE, 2008, p. 23).

Nesse contexto, o autor chama atenção à possibilidade construção de contrarrepresentações, que podem atuar como forma de combater representações consideradas ofensivas. Como diz Coetzee: “se as representações, verdadeiras sombras, são de fato tão perigosas, seguramente as medidas adequadas contra elas são outras representações” (COETZEE, 2008, p. 27). Com o foco que se atribui, na esfera pública contemporânea, ao peso das palavras em disseminar preconceitos e com as divergências a respeito do caráter nocivo ou necessário de intervenções sobre as representações sociais veiculadas em espaços midiáticos, a proposição de Coetzee sobre um “embate simbólico” – por ingênuo ou utópica que pareça, tendo em vista a profunda desigualdade nas condições dadas à enunciação e à escuta entre os vários setores sociais – não deixa de ser pertinente, ao menos como provocação, às reflexões e pesquisas que procurem pensar a constituição de espaços mais democráticos e eficientes de debate.

Capítulo 3

Politicamente correto, uma categoria em disputa

* * *

1. O politicamente correto no Brasil: em busca de uma delimitação

No processo de construção de nosso objetivo de estudo, defrontamo-nos sempre com questões sobre o significado da expressão “politicamente correto” (ou, como também é chamado, “PC”). De fato, assumir uma delimitação prévia para o que se pode entender com essa expressão, com base em estudos já feitos sobre o tema, é fundamental à estruturação da pesquisa e à própria justificativa de sua pertinência.

Ao mesmo tempo, é preciso sublinhar a dificuldade em se assumir de antemão uma definição conceitual precisa para a categoria “politicamente correto”, tendo em vista sua natureza histórica e as disputas que a cercam – chamemos atenção para o fato de não haver, no debate público e na esfera acadêmica, um consenso sobre seu sentido e seu valor, marcados por constantes mutações e deslizamentos ao longo do tempo⁵. Ao mesmo tempo, é preciso considerar também o fato de esta pesquisa pretende mapear os entendimentos atrelados à expressão “politicamente correto” nos discursos de diferentes agentes sociais que emergem nas narrativas da imprensa, bem como compreender a posição do próprio jornalismo nessas discussões. Para tal, precisamos estar abertos a tão ampla diversidade de sentidos e posicionamentos.

Dessa maneira, não podemos fechar os olhos para a diversidade de sentidos atribuídos ao politicamente correto nos discursos que circulam socialmente, sobretudo naqueles que emergem nas páginas da imprensa. Entendemos que a atribuição de sentido é produto sempre da ação subjetiva, e que os sujeitos, historicamente situados, têm acesso apenas a uma realidade conformada pelas ordens simbólica e imaginária. Noutras palavras, conhecemos apenas a realidade construída pelos discursos, sempre multifacetada e fragmentada: não faz sentido falar, sob essa perspectiva, na existência de

⁵ Essa constatação se baseia tanto na revisão bibliográfica sobre o tema proposta neste capítulo, quanto na observação e análise do *corpus* de matérias jornalísticas em foco nesta pesquisa. Nesses textos, os sentidos e os valores atribuídos à noção de politicamente correto passam por muitas transformações ao longo do tempo. Voltaremos a essa ideia mais adiante, com mais profundidade, quando da discussão das análises empreendidas e apresentação de seus resultados.

uma verdade única e objetiva – numa verdade mais “real”. Não pretendemos adentrar a seara de tais discussões filosóficas, cuja complexidade requereria um espaço de que não dispomos nas curtas dimensões de uma dissertação. O que nos interessa aqui é salientar que partimos do pressuposto de que só temos acesso ao politicamente correto por meio das várias representações construídas sobre ele – sempre representação de alguém para outrem⁶ –, as quais, carregadas por discursos circulantes, são objeto de interesse do mapeamento proposto nesta pesquisa.

De modo a elucidar nossas escolhas, tomemos emprestada das Ciências Sociais a distinção entre dois tipos de conceitos, sob as denominações de “categoria nativa” e “categoria analítica”. No primeiro caso, trata-se das categorias “forjadas, elaboradas e reelaboradas pelos agentes sociais diante das contingências que compõem as pautas e os recursos linguísticos em meio ao cotidiano prosaico da experiência psicossocial”; já no segundo caso, temos as categorias “talhadas como recursos teórico-metodológicos para compreender e interpretar a estruturação da vida cotidiana dos agentes, seus impasses, tensões e construções de horizontes de significado dentro da dinâmica sócio-histórica” (ALVES, 2008, p. 82).

A partir daí, podemos afirmar com mais clareza que o objetivo desta pesquisa será mapear a emergência do politicamente correto enquanto *categoria nativa*, ou seja, compreender a emergência desse conceito conforme seu uso por diferentes instâncias sociais (especialmente, a instância jornalística), dando conta do forte caráter político-ideológico e normativo atribuído pelos agentes na mobilização desse conceito. Ao mesmo tempo, em um primeiro momento, nesta parte em que nos dedicamos à revisão de trabalhos acadêmicos sobre o politicamente correto, estaremos tomando-o enquanto *categoria analítica* – o que se faz útil como recurso teórico-metodológico. De fato, a diferenciação entre essas duas ordens de conceitos e a mobilização de cada uma em diferentes momentos da investigação atende a uma necessidade metodológica da pesquisa, cabendo observar que, como parte do processo social, o que se verifica sempre é a proximidade e o trânsito constante entre essas duas dimensões conceituais.

Com isso em vista, sem pretender, neste momento, dar conta da diversidade de sentidos atrelados ao politicamente correto nos discursos circulantes, recorreremos aos

⁶ Referimo-nos à natureza das representações sociais segundo a perspectiva teórica proposta por Serge Moscovici (2011).

contornos gerais de explicações propostas, em trabalhos de outros pesquisadores, à noção de “politicamente correto”. Acreditamos que esses contornos oferecem uma delimitação relevante de politicamente correto, capaz de orientar teórica e metodologicamente as escolhas deste trabalho, e suficientemente ampla para nela caberem as divergências, contradições e disputas entre sentidos associados à expressão no debate público no país.

No Brasil, há relativamente poucos estudos específicos sobre o politicamente correto, especialmente na área da Comunicação, e o que se observa, em grande parte dos trabalhos, é a recorrência na utilização dos mesmos referenciais bibliográficos sobre essa temática. Adotaremos aqui, como principal fundamentação, os trabalhos de Sírío Possenti e Renato Janine Ribeiro – nenhum dos dois situados no campo das Ciências da Comunicação – sobre o estatuto do politicamente correto, depreendendo, a partir deles, uma delimitação geral para o significado dessa expressão, que possa nos orientar nesta pesquisa. Cabe observar, a esse respeito, que os trabalhos dos dois autores apresentam pontos de intersecção na discussão sobre o estatuto do politicamente correto, ao mesmo tempo em que representam pontos de vista de duas disciplinas importantes – a Linguística e a Filosofia Política – aos interesses desta pesquisa.

Segundo Possenti, o politicamente corresponde a uma tendência que se aplica a vários campos prescrevendo formas de expressão ou conduta, com o objetivo de combater atitudes discriminatórias, sobretudo no que diz respeito às questões étnicas, de gênero e sexuais. Não obstante, o alcance do politicamente correto vai além, buscando – nas palavras do autor – “tornar não marcado o vocabulário (e o comportamento) relativo a qualquer grupo discriminado” (POSSENTI, 1995, p. 125). Renato Janine Ribeiro (2000, p.26) destaca que o politicamente correto desenvolveu-se nos Estados Unidos, em meios intelectuais que defendem as minorias, como a ideia de que é condenável o uso de preconceitos, que devem ser eliminados.

Falando especificamente sobre a ação do politicamente correto sobre a linguagem, Possenti aponta-o como uma “atividade ‘epilinguística’ que classifica expressões em politicamente corretas ou incorretas e que transforma esta qualificação em militância” (POSSENTI, 2006, p. 56). Sobre essa intervenção sobre a linguagem verbal (que, na verdade, estende-se também a outras formas de representação e manifestações culturais), o teórico da Análise de Discurso Crítica, Norman Fairclough, faz uma consideração interessante. Segundo ele, o politicamente correto representa uma espécie de “política

cultural”, ou seja, uma política que, com foco em representações, valores e identidades, busca gerar mudança social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 18). Em uma linha parecida, Stuart Hall fala sobre o politicamente correto como forma de estratégia ou estilo político (HALL, 1994). Note-se que já temos, nesta breve revisão do que escreveram alguns autores sobre o politicamente correto, ao menos duas definições distintas sobre a natureza do PC: seu enquadramento como tendência, em uma acepção mais ampla, ou como modo de ação política.

Com base nessas ideias, podemos buscar um denominador comum para a ideia de politicamente correto. De modo bastante abrangente, a categoria “politicamente correto” pode ser entendida como referência a uma manifestação da cultura, surgida em um momento de emergência na cena pública de identidades historicamente reprimidas, que se volta à produção discursiva por meio da classificação de diferentes formas de representação (dentre as quais, a linguagem verbal) como “corretas” ou “incorretas”, prescrevendo o uso das primeiras e condenando o uso das segundas, com o objetivo de combater preconceitos e discriminações, acreditando assim produzir mudança social. Ao lado desse processo de classificação, o politicamente correto explicita as regras que a motivam e solicita, a instâncias sociais, intervenções que garantam a exclusão ou a prescrição de formas de representação conforme a classificação atribuída.

Ao longo desta pesquisa, retomaremos essa caracterização acerca do politicamente correto, procurando examinar suas especificidades, motivações, mecanismos de ação e emergência histórica. Seja como tendência ou estratégia política, o PC manifesta-se também como discurso – ou seja, aparece como conjunto de enunciados construindo determinada visão de mundo –, como procuraremos retomar mais adiante. Por ora, cabe anotar que referiremo-nos ao politicamente correto, quando for pertinente destacar sua dimensão discursiva, como “discurso politicamente correto”. De fato, é essa dimensão em que o PC aparece como foco de construções discursivas, dados os objetivos desta pesquisa, que nos interessa prioritariamente.

Mencionamos que os focos de atuação do politicamente correto podem ser muito variados; dentre eles, a linguagem apresenta-se como apenas um dos focos possíveis de intervenção, como sublinha Fairclough (2003), embora seja a candidata mais frequente a essa interferência. Essa ideia é apontada por Sírío Possenti (2006, p. 51), que destaca os variados campos em que incide o PC. Ele menciona, por exemplo, a atribuição da

classificação politicamente correto a determinadas formas de comportamento ou conduta, citando, como exemplo, que “num recente dia dos namorados, um jornal afirma que “casais entram na era do politicamente correto, são fiéis, trocam anéis e fazem sexo responsável”. Outro exemplo citado pelo autor diz respeito à retirada do ar, pelas redes inglesas de TV BBC e Channel 4, de algumas mímicas consideradas incorretas (por exemplo, o dedo em forma de gancho para significar “judeu” e puxar os cantos dos olhos para representar “chinês”) que eram utilizadas em programas para deficientes auditivos (POSSENTI, 2006, p. 51).

Mais um exemplo de manifestação do politicamente correto, segundo o autor, pode ser encontrado nas discussões sobre políticas afirmativas, como cotas para determinadas etnias em universidades. Essa discussão, mais recente no Brasil, ganhou força nos Estados Unidos já nos anos 1980 e 1990, quando muitos dos debates sobre o politicamente correto diziam respeito a políticas adotadas por universidades do país de forma a garantir a reparação de injustiças históricas contra minorias sociais. Dentre todas as diferentes formas de manifestação do politicamente correto, estão as intervenções sobre a linguagem verbal. Não obstante, como destaca Possenti, ela se coloca como foco privilegiado desse tipo de iniciativa:

Tais questões estão sendo propostas em conjunto, e acompanhadas de outras, na defesa de um comportamento, inclusive lingüístico, que seja politicamente correto. O movimento inclui em especial o combate ao racismo e ao machismo, à pretensa superioridade do homem branco ocidental e a sua cultura pretensamente racional. Estas são, digamos, as grandes questões [...] As formas lingüísticas estão entre os elementos de combate que mais se destacam, na medida em que o movimento acredita (com muita justiça, em princípio) que reproduzem uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça e outras características físicas e sociais que são objeto de discriminação, o que equivale a afirmar que há formas lingüísticas que veiculam sentidos que evidentemente discriminam (preto, gata, bicha), ao lado de outros que talvez discriminem, mas menos claramente (mulato, denegrir, judiar, anchorman, history etc.) (POSSENTI, 2006, p. 52).

Por enquanto, não procuraremos discutir mais a fundo as regulações visadas pelo politicamente correto sobre a linguagem e, tampouco, sua relevância para as teorias do sentido, já que destinaremos um tópico deste capítulo a tais questões. Cabe anotar, porém, que, no estudo das manifestações do politicamente correto e na análise das matérias jornalísticas que compõem nosso *corpus*, adotaremos, como foco principal de nossa atenção, casos em que o PC esteja relacionado à linguagem – ou, mais especificamente, à

linguagem verbal, isto é, às suas intervenções sobre as palavras, expressões e modos de dizer. Tal escolha se justifica não apenas pelo empenho em constituir um quadro de análise mais sucinto e pelo destaque que as intervenções sobre a linguagem concentram no quadro de ações em nome do politicamente correto, como também pelo objetivo de examinar os modos de regulação visados pelo PC sobre a linguagem, bem como as manifestações por esses modos suscitadas na esfera pública.

1.1. Divergências

Antes de prosseguirmos com a discussão de nosso objeto de estudo, devemos fazer um breve parêntese a fim de examinar a hipótese, enunciada no início deste trabalho, segundo a qual a categoria “politicamente correto” constitui uma categoria em disputa. Voltaremos a essa hipótese – e às disputas em torno do politicamente correto – mais detidamente ao longo da pesquisa. Neste momento, cabe observar que, no debate público e acadêmico sobre o tema, as opiniões apresentam-se muito divididas. De um lado, estão os que apostam no politicamente correto, entendido enquanto resultado da organização de minorias, como fenômeno que combate a discriminação a grupos minoritários ou tradicionalmente marginalizados, atuando sobretudo no plano da linguagem (POSSENTI, 1995, p. 125). Do outro lado do debate, estão os que acreditam que o politicamente correto implica em formas de restrição da liberdade de expressão. Esse argumento passa pela ideia de que o politicamente correto tudo “vigia”, consistindo em uma forma atualizada e internalizada de censura (PAULA, 2008).

Veremos que, nos Estados Unidos, a emergência do politicamente correto entre os anos 1980 e 1990 provocou reações apaixonadas por parte dos dois lados envolvidos na discussão. Os defensores do PC apontam que seus detratores, ligados a setores liberais e conservadores, buscavam desqualificar a mobilização política da esquerda no país por meio de críticas à lógica do “political correctness”. Em relação ao Brasil, Luiz Eduardo Soares aponta que há, entre as nossas elites, um consenso de repulsa ao politicamente correto. Esse posicionamento, segundo o autor, desdobra-se em três interpretações principais, que vêem o politicamente correto como: a) forma de cerceamento do humor e da espontaneidade; b) expressão puritana, racionalista e autoritária, que pretende construir

uma sociedade artificialmente uniforme; c) tentativa de normatizar comportamentos aceitos, anulando as diferenças (SOARES, 1998).

Entre pesquisadores, as opiniões também se dividem. Como retomaremos adiante, Stuart Hall (1994) vê, no PC, o mérito de empoderar determinados grupos sociais, mas aponta falhas em sua proposta de intervenção sobre a linguagem e na estratégia política adotada. Renato Janine Ribeiro (2000) procura discutir a “grandeza e a miséria” do politicamente correto, destacando sua qualidade enquanto resultado da organização de minorias, embora ressalte sua especificidade como manifestação de uma cultura de *lobby* (como tal, furtando-se a pensar um projeto de sociedade), sua fraqueza ao implantar-se no Brasil (tendo em vista a associação entre o PC e o pensamento marxista, gerando resistência em parte da opinião pública, e a debilidade dos movimentos sociais no país) e sua falha, enquanto proposta política, por ancorar-se no reforço demasiado de identidades (que, afinal, só podem assentar-se sobre a dor). Sírío Possenti ressalta que o politicamente correto – designado como “movimento” – possui méritos políticos, mas comete claros equívocos a respeito da natureza da linguagem e dos discursos. Também Possenti observa que o politicamente correto corresponde a “um movimento confuso, com altos e baixos, e comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis e outras francamente risíveis” (POSSENTI, 2006, p. 53). De acordo com o autor, para alguns, o PC representa apenas um efeito do relativismo e da crise da racionalidade; para outros, as línguas invariavelmente empobrecerão com os efeitos dessa tendência.

Como vemos, não há consenso sobre a natureza do politicamente correto, sua consequências ou sua validade ética/política. Há, inclusive, divergências sobre o teor da expressão “politicamente correto”. Seguindo a trajetória de sua antecessora em inglês, “political correctness”, a expressão mudou constantemente de sentido, sendo apropriada por diferentes agentes sociais, conforme diferentes interesses. Procuraremos mapear e compreender esses deslocamentos de sentido no debate público brasileiro a partir da análise das matérias de nosso *corpus*; não obstante, a revisão bibliográfica que apresentamos neste capítulo, ainda que não se aprofunde nessas modificações no caso do Brasil, dá pistas para compreendê-las. Partindo do que escreveram outros pesquisadores sobre o politicamente correto, acreditamos que a presença constante de deslizamentos e disputas caracteriza as discussões sobre o politicamente correto no país.

Por fim, há ainda outra divergência que devemos sublinhar neste momento. Embora, para alguns debatedores, o PC corresponda a um movimento organizado e coeso, há pesquisadores que defendem que ele não possui real homogeneidade. Para Fairclough (2003), por exemplo, o rótulo “politicamente correto” (ou “political correctness”, focalizando a origem em inglês do termo) foi criado por seus detratores para se referir a uma série de políticas culturais que não apresentam a unidade que o termo sugere. Sob essa perspectiva, a denominação “politicamente correto” representa mais um corte político do que propriamente conceitual. Também Renato Janine Ribeiro endossa essa ideia: “[...] o termo ‘politicamente correto’ foi cunhado pelos detratores e não pelos defensores da posição que é assim retratada” (RIBEIRO, 2000, p. 27). Outros, como John K. Wilson (1995), vão além e afirmam que o politicamente correto não passa de um mito criado pela crítica conservadora para desmobilizar ações ligadas a políticas de identidade. Não obstante, buscando não simplificar o debate, não podemos deixar de sublinhar o surgimento de iniciativas, ao menos no Brasil, que se autointitulam politicamente corretas – caso, por exemplo, da cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, lançada em 2005 pelo governo federal brasileiro.

Como vemos, são muitas as disputas que se estabelecem em torno da categoria “politicamente correto”. Nesta pesquisa, procuraremos mapeá-las e compreendê-las, a partir das matérias jornalísticas de nosso *corpus*. Acreditamos ser possível, desse modo, apreender ao menos algumas das várias dimensões em que o politicamente correto vem sendo tomado no debate público brasileiro, suas acepções e apropriações por diferentes agentes sociais – em suma, acreditamos ser possível analisar sua natureza discursiva. Por ora, ao discutir o politicamente correto a partir de revisão bibliográfica do conceito, buscamos ao menos pontuar as várias dimensões em que essas disputas se observam.

2. “Political correctness”: deslocamentos, poder e identidade

Continuando nossa linha de reflexão, e com base na observação das discussões que emergem no debate público sobre o tema, devemos dedicar particular atenção à ideia, já bastante assentada, de que o politicamente correto não nasce como fenômeno genuinamente brasileiro, tendo chegado até nós por meio de outras culturas, com origem, sobretudo, nos Estados Unidos.

Em 1994, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Claude Lefort, ao ser indagado sobre o “movimento politicamente correto”, afirma que “felizmente essa noção não teve nenhuma repercussão na França”⁷, acrescentando trata-se de um “fenômeno americano, anglo-saxônico, que é insuportável, mas que é interessante na medida em que parece traduzir algo de muito antigo em uma certa tradição de seita nos Estados Unidos. Como se tudo precisasse passar por regras para poder existir” (LEFORT, 20/03/1994, s./p.).

Referindo-se ao politicamente correto como uma “moda” relacionada a uma “atração por um certo tipo de expressão”, então presente em todos os lugares, ainda que com maior rigidez nos Estados Unidos, Lefort localiza a origem do politicamente correto na força e presença de um discurso normativo sobre o que se deve ou não fazer e pensar característico da cultura anglo-saxônica: “Há um discurso sobre a alimentação, o sexo, a maneira de manter o corpo”, diz ele. Segundo o filósofo, esse discurso faz-se presente também no “conformismo do pensamento” presente em um comportamento de seita identificado pelo sociólogo francês liberal Alexis de Tocqueville já no século XIX.

De fato, invocar as ideias de Tocqueville (1986) é interessante a esta discussão na medida em que o pensador, observando a então nascente democracia americana, nota que, com o rompimento dos vínculos que uniam os indivíduos no regime aristocrático, os homens ficam sujeitos às suas paixões individuais e ocupam-se apenas de seus próprios interesses pessoais, deixando de lado qualquer responsabilidade com seus semelhantes e entregando-se, assim, a um conformismo que aceita todas as regras sociais impostas pelo individualismo, o que aprofunda o abismo entre as esferas pública e privada. O próprio avanço do sistema político representativo faz prevalecer, no fundo, a opinião de uma minoria – ainda que bastante incisiva para envolver toda a sociedade.

A ideia de “seita”, nesse sentido, enfatiza o elemento de associação voluntária de indivíduos, de modo que a esfera individual prevalece sobre a comunidade religiosa hierarquizada, ideia afim das noções de autonomia individual e igualitarismo democrático. Nesse contexto, o domínio quase despótico do ideário de igualdade (igualdade de condições, no pensamento de Tocqueville) acaba por comprometer as garantias de liberdade plena (entendida, nesse caso, como ausência de coerção). Por essa lógica, retomando a afirmação de Lefort, é esse conformismo de pensamento de que fala

⁷ Cabe observar que, ao longo dos anos 1990 e 2000, as discussões sobre o politicamente disseminaram-se de tal modo que hoje chegam a diversos países da Europa, inclusive à França. Nesses locais, o politicamente correto é invocado especialmente em relação às discussões sobre xenofobia.

Tocqueville, em que se manifesta um componente normativo e o qual se vincula ao enfraquecimento do apreço pela vida pública, que leva à crença na ideia da existência de algo “politicamente correto”, o que adquire valor de norma.

Também Renato Janine Ribeiro (2000), embora não fale sobre essa tradição de seita, chama a atenção para a vinculação entre elementos da vida pública dos Estados Unidos e a natureza do politicamente correto. Segundo o autor, o fenômeno do politicamente correto revela um traço tipicamente norteamericano: a presença do *lobby*, que pulveriza a vida política nos Estados Unidos. A sociedade norteamericana carece de uma noção de espaço público como instância em que se possam discutir políticas amplas e gerais, de modo que a opinião acaba se dissolvendo em uma série de interesses setoriais.

Para Ribeiro, esse modo de organização e mobilização social, além de ter alcance limitado, enuncia um projeto não de sociedade, mas sim, de grupos; com efeito, as demandas identificadas sob a rubrica “politicamente correto” percebem o conflito, mas nem sempre percebem que ele é social, ou seja, transformam-no em étnico ou em “mero conflito entre homens e mulheres”, convertendo-o em algo “natural” e, portanto, fora da ação humana. Nas palavras de Janine Ribeiro,

Estes [os interesses locais ou setoriais] se prestam melhor ao engodo, porque, na falta de uma definição geral, as promessas a qualquer segmento social podem facilmente ser frustradas. Tal como há *lobbies* da indústria militar, surgem *lobbies* dos discriminados, é claro que de estofo mais democrático – só que os primeiros alcançam mais vitórias do que os segundos, que quando muito conseguem um lugar ao sol, e não uma nova sociedade (RIBEIRO, 2000, pp. 30-31).

Seguindo essa hipótese sobre a origem norteamericana do conceito de politicamente correto, a expressão em português deriva dos termos “political correctness” ou “politically correct”, relativamente incomuns no vocabulário e na cultura dos Estados Unidos antes do final do século XX. Na verdade, os primeiros registros da expressão ocorreram em contextos em que não se verificava o conteúdo de desaprovação social que marca seu uso contemporâneo. O educador americano Herbert Kohl (1992), por exemplo, aponta que, até meados do século XX, os usos da expressão “politically correct” diziam respeito à aplicação dogmática da doutrina stalinista em debates entre membros do Partido Comunista e socialistas. A frase era empregada em referência às recomendações oficiais do Partido, que determinava quais deveriam ser as posições “corretas” em diferentes tópicos políticos.

The term “politically correct” was used disparagingly, to refer to someone whose loyalty to the CP line overrode compassion, and led to bad politics. It was used by Socialists against Communists, and was meant to separate out Socialists who believed in egalitarian moral ideas from dogmatic Communists who would advocate and defend party positions regardless of their moral substance (KOHL, 1992).

Mais tarde, nos anos 1970, movimentos políticos associados à Nova Esquerda passaram a empregar a expressão “political correctness”, como aponta Ruth Perry (1992), em um sentido mais próximo de seu uso contemporâneo, isto é, como forma de condenar posturas discriminatórias, sobretudo racistas e sexistas. Segundo o jornalista William Safire, autor do *Safire’s Political Dictionary* (2008), um dos primeiros registros do termo com o sentido que conhecemos hoje diz respeito ao emprego feito por Toni Cade na obra *The black woman: an anthology*, de 1970, em que se lê: “A man cannot be politically correct and a chauvinist too” (CADE, 1970 *apud* SAFIRE, 2008, p.556).

Há, ainda, outra versão sobre o uso da expressão entre os anos 1970 e 1980. Segundo essa hipótese, integrantes da Nova Esquerda passaram a aplicar os termos “political correctness” e “politically correct” como forma de satirizar a radicalização de ideias e propostas internamente ao próprio movimento. A esse respeito, Debra L. Schultz afirma: “throughout the 1970s and 1980s, the New Left, feminists, and progressives [...] used their term *politically correct* ironically, as a guard against their own orthodoxy in social change efforts” (SCHULTZ, 1993).

Também Ellen Willis, no ensaio *Toward a feminist revolution* (1992), ressalta que, até o início dos anos 1980, o termo “political correctness” (ou “PC”) era usado por feministas como referência sarcástica aos movimentos antipornografia de então e seus esforços para definir uma “sexualidade feminista” (WILLIS, 1992, p.19). Sobre esse uso da expressão e sua origem, diz Stuart Hall:

According to one version, political correctness actually began as an in-joke on the left: radical students on American campuses acting out an ironic replay of the Bad Old Days BS (Before the Sixties) when every revolutionary groupuscule had a party line about everything. They would address some glaring examples of sexist or racist behaviour by their fellow students in imitation of the tone of voice of the Red Guards or Cultural Revolution Commissar: “Not very ‘politically correct’, Comrade!” (HALL, 1994, pp. 164-165).

Não obstante essa hipótese sobre a origem da expressão “political correctness”, Stuart Hall anota que a primeira vez que ele, pessoalmente, tomou contato com o termo foi em meados dos anos 1980, quando, em viagem aos Estados Unidos para palestrar em uma universidade daquele país, foi alertado pelos organizadores do evento de que teria que ser cuidadoso sobre o teor de sua fala. Isso porque, com o novo clima estabelecido com a eleição de Ronald Reagan, a direita havia instalado comitês pelo campus encarregados de monitorar palestrantes e registrar quando o conteúdo de conferências pudesse ser considerado ofensivo à Constituição dos Estados Unidos ou atentatório contra os valores morais da nação. Diante desse episódio, Hall observa: “Here, PC was clearly part and parcel of the 1980’s backlash against the 1960’s. It was the right and the Moral Majority who were trying to prescribe what could and could not be thought and said in academic newsrooms” (HALL, 1994, p. 165).

Esse caso é muito representativo das disputas estabelecidas em torno dos sentidos da categoria “politicamente correto”, sempre em mutação e apropriados por diferentes agentes no cenário político. De fato, quando Hall publica o artigo de que extraímos as citações acima, em 1994, a tendência do “politically correct” já era apontada, no debate público norteamericano, como um empreendimento da esquerda – conforme o autor sublinhará mais adiante no texto. De fato, parece haver um consenso entre os pesquisadores do tema de que foi entre os anos 1980 e 1990 que a expressão “political correctness” passou a ser empregada por representantes da direita, conservadores ou liberais, para descrever, pejorativamente, tentativas de promoção de políticas de identidade, sobretudo aquelas voltadas à introdução de novas palavras e expressões supostamente menos discriminatórias, ganhando destaque na imprensa norteamericana a partir do início da década de 1990 (WHITNEY; WARTELLA, 1992).

Como destacam Charles Whitney e Ellen Wartella (1992), tornaram-se objeto da classificação como “politicamente corretas” políticas empreendidas para apoiar o multiculturalismo, promover ações afirmativas para minorias, combater o discurso de ódio e revisar as grades curriculares de escolas e universidades. Muitas dessas ações tiveram origem na academia, ganhando repercussão, posteriormente, no debate público em geral. Tratando desse fenômeno e seu impacto sobre as universidades norteamericanas, o jornalista Richard Bernstein, em matéria publicada em outubro de 1990 no jornal *The New York Times*, escreve:

The term “politically correct”, with its suggestion of Stalinist orthodoxy, is spoken more with irony and disapproval than with reverence. But, across the country the term “p.c.”, as it is commonly abbreviated, is being heard more and more in debates over what should be taught at the universities. There are even initials – p.c.p. – to designate a politically correct person. And though the terms are not used in utter seriousness, even by the p.c.p.'s themselves, there is a large body of belief in academia and elsewhere that a cluster of opinions about race, ecology, feminism, culture and foreign policy defines a kind of “correct” attitude toward the problems of the world, a sort of unofficial ideology of the university (BERNSTEIN, 20/10/1990, s./p.).

Na mesma época, foi publicado nos Estados Unidos o *Dicionário e manual oficial do politicamente correto* (originalmente, *Official politically correct dictionary and handbook*), escrito por Christopher Cerf e Henry Beard⁸. Lançado em 1992 pela editora Harper Collins, o livro recomenda a utilização de palavras e expressões mais adequadas ao esforço de eliminar, da fala, o conteúdo discriminatório contido em estereótipos relacionados principalmente a questões de gênero, sexuais e étnicas.

Além de indicar como indesejáveis algumas palavras e expressões, a publicação prescreve sua substituição por outros termos considerados mais “neutros”. Algumas das expressões recomendadas são, por exemplo: “African American”, em lugar de “black”; “native American”, em lugar de “Indian”; “intellectually disable”, em lugar de “mentally retarded”; “visually impaired” e “hearing impaired”, em lugar de “blind” e “deaf”; “firefighter” e “policeofficer”, em lugar, respectivamente, de “fireman”/“firewoman” e de “policeman”/“policewoman” (CERF; BEARD, 1992).

Na ocasião, motivados pela repercussão alcançada pelos defensores de demandas tidas como politicamente corretas, oponentes do PC passaram a empregar a expressão “politically incorrect” em referência a si mesmos para indicar sua ausência de constrangimento em ignorar as prescrições do vocabulário considerado politicamente correto. A partir dessa oposição, surgiu o programa de televisão *Politically incorrect* (no ar entre 1993 e 2002, com apresentação de Bill Maher e produção da HBO) e a série de livros *The politically incorrect guide*, publicada pela Regnery Publishing, com mais de

⁸ Christopher Cerf, conhecido por seus livros e artigos humorísticos, é escritor, compositor e produtor de televisão; entre os anos 1960 e 1970, antes de ingressar no universo televisivo, esteve envolvido no mercado editorial, tendo trabalhado na editora Random House, co-fundada por seu pai. Henry Beard é humorista, co-autor da revista *National Lampoon* autor de diversos livros de grande sucesso comercial.

vinde livros escritos por diferentes autores, nos anos 2000, apresentando o ponto de vista classificado como “politicamente incorreto” sobre diferentes temas⁹.

No contexto norteamericano, um dos principais argumentos adotados para desqualificar demandas reunidas sob a categoria “politicamente correto” é sua possibilidade de se converter em forma de censura ou controle da palavra e do pensamento. Segundo Whitney e Whartella (1992), essa foi a tônica das críticas apresentadas pela mídia norteamericana nos anos 1990 contra as políticas afirmativas reconhecidas como politicamente corretas. Em diferentes ocasiões, veículos jornalísticos de expressiva circulação e reconhecimento, como as revistas *Forbes* e *Newsweek*, usaram a expressão “polícia do pensamento” (“thought police”, em inglês) em referência ao politicamente correto (WHITNEY; WARTELLA, 1992).

O escritor conservador inglês Christopher Hitchens, em entrevista concedida a Elizabeth Wasserman, em 2002, apresenta um argumento interessante. Para ele, é exagerado afirmar que o que se entende por “politicamente correto” seja, de fato, uma forma de polícia do pensamento. Por outro lado, ambos – tanto uma polícia do pensamento, quanto o discurso politicamente correto – possuem objetivos e motivações em comum, isto é, a mesma “mentalidade”, o que torna a proposta politicamente correta condenável *a priori*, independentemente de seus efeitos pragmáticos:

[...] People who talk about political correctness as being a kind of thought police have no idea of what a thought police is. But political correctness does have the same mentality. It means that intellectual argument is doomed. Objective truth simply becomes a thing to jeer at, because obviously there's no such thing as objectivity – unless of course you're politically okay, in which case you can be objective. Any child can see through that, but many adults can't (HITCHENS, 23/10/2002, s./p.).

No meio acadêmico, muitos pesquisadores se debruçaram sobre o politicamente correto como forma de restrição da liberdade de expressão. É possível citar ao menos uma

⁹ No Brasil, a ideia inspirou a publicação de obras com viés semelhante ao da série de livros norteamericana. Entre os de maior sucesso comercial, estão o *Guia politicamente incorreto da América Latina*, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* e o *Guia politicamente incorreto da História do Mundo*, todos de Leandro Narloch (o primeiro, em coautoria com Duda Teixeira), publicados pela Editora Leya em 2011, 2011 e 2013, respectivamente. Nos três casos, o objetivo do autor é desconstruir passagens, ideias e personagens que têm papel consagrado na narrativa histórica adotada no ensino de História nas escolas do país, entendida como uma narrativa construída do ponto de vista de ideais nacionalistas e que privilegia o lado dos oprimidos, seguindo princípios marxistas. Em 2012, foi lançado também o *Guia politicamente incorreto da Filosofia*, de Luiz Felipe Pondé, publicado pela editora Leya, em que o autor procura, a partir de conceitos filosóficos, desmistificar a categoria de politicamente correto.

dezena de estudos, publicados em periódicos estrangeiros, seguindo essa linha. Em linhas gerais, um argumento comum à maioria deles é o de que o politicamente correto restringe o direito, democrático, legítimo e inviolável, a se dizer o que se pensa, protegendo apenas alguns poucos grupos “privilegiados”.

Partindo de uma preocupação com a transparência no discurso público, Glenn C. Loury, pesquisador da Universidade de Boston, propõe, em artigo publicado em 1994, uma “teoria do politicamente correto” como forma de “autocensura”. Ele examina como, no processo de comunicação, os emissores, ao produzirem mensagens relacionadas a temas socialmente sensíveis, “editam” previamente seus enunciados diante do risco de desagradar os receptores, recorrendo à utilização de eufemismos como estratégia de expressão. Em situações de tal natureza, o autor vê como impossível o exercício pleno da crítica (LOURY, 1994).

Em contrapartida, temos posicionamentos como o defendido por John K. Wilson, que refuta a crítica conservadora ao politicamente correto no livro *The myth of political correctness* (1995), em que discute o impacto das políticas afirmativas adotadas no final do século XX em universidades norteamericanas. Wilson aponta que, a partir de 1991, quando a categoria “PC” passou a ser mobilizada como objeto de artigos, editoriais, livros e notícias nos Estados Unidos, a ideia da existência de uma vigilância politicamente correta foi construída e transformada em mito por seus detratores. “The mythology of political correctness”, diz o autor, “declares that conservatives are the victims of a prevailing leftist ideology in American universities, oppressed by radical students and faculty determined to brain-wash them” (WILSON, 1995, p. 1).

De acordo com ele, as críticas ao que supostamente configura uma polícia do pensamento politicamente correta levou a uma distorção sobre as verdadeiras modificações conduzidas em universidades e faculdades, apontando que a mera presença de ideias radicais, sustentadas por alguns poucos extremistas, contaminou todo o sistema de ensino superior. Ainda segundo Wilson, esses “ataques” contra o feminismo, ações afirmativas e o multiculturalismo resultam do temor diante das mudanças culturais em curso, desde os anos 1960, nos Estados Unidos e no mundo:

The backlash against PC is part of the resentment against the many changes – institutional and intellectual – in American universities since the 1960s. Affirmative action programs, multicultural curricula, new research in the humanities and social sciences, and the “politicization” of the academy are all among its targets. Conservative critics say that a return to the good old days –

when feel people went to college, feminism and multiculturalism did not exist, and nobody caused trouble – will restore liberal education to its former glory (WILSON, 1995, p. 158).

Com isso em vista, devemos anotar que, enquanto o uso da expressão “political correctness” (ou, ainda, “politically correct”) com o sentido que conhecemos hoje data dos anos 1990, o fenômeno em curso que suscita tal denominação remete a, pelo menos, três décadas antes disso. Esse fenômeno corresponde a um conjunto de mudanças culturais e políticas que podem ser associadas, por um lado, à chamada “virada linguística” na academia; e, por outro lado, à emergência de políticas de identidade, dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Stuart Hall (1994) observa essa conjunção de fatores. Com relação à primeira motivação, temos o reconhecimento de que nosso relacionamento com a realidade e a vida social é sempre mediado através da linguagem e dentro dela, e que a linguagem e o discurso são fundamentais às operações de poder. Em outras palavras, as coisas só se tornam objeto de luta política porque são representadas – ou seja, elas possuem uma dimensão cultural ou discursiva. Nas palavras do autor: “In this sense, we may say that PC arises in an intellectual culture which has undergone what the philosophers call ‘the linguistic turn’” (HALL, 1994, p. 168).

Mais adiante, retomaremos e aprofundaremos a discussão sobre a relação entre o politicamente correto e linguagem; neste momento, porém, é importante sublinhar que a preocupação com o papel das palavras na propagação de ideologias e preconceitos que caracteriza o PC só pôde constituir-se como tal devido ao deslocamento que ocorreu no século XX do foco da filosofia e de outras humanidades para a linguagem, com a chamada “virada linguística”.

Não queremos dizer, com isso, que o politicamente correto filia-se formalmente ou de modo coerente a postulados filosóficos ou linguísticos herdados da virada linguística; ao contrário, queremos apenas sublinhar que a virada linguística, tendo representado uma grande ruptura epistemológica, produziu uma rearticulação de discursos e concepções no Ocidente, a qual possibilitou o direcionamento de um olhar para a linguagem como central à organização da vida social. Com esse gesto, que caracteriza o giro linguístico na filosofia, a linguagem deixa de ser vista como transparente e passa a ser entendida como agente estruturador da realidade – tese apropriada, com diferentes

graus de simplificação, por demandas classificadas no debate público como “politicamente corretas”.

Ao mesmo tempo, devemos sublinhar que às mudanças representadas pela virada linguística na academia correspondem mudanças na vida social. Como afirma Norman Fairclough, “The ‘cultural turn’ and the ‘language turn’ are first of all ‘turns’ in social life itself, and only secondarily turns in philosophy and social theory” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19). De fato, o crescente relevo atribuído à cultura e ao discurso na vida social é um traço marcante da contemporaneidade, sobretudo nas últimas décadas. Escrevendo em 2003, Fairclough localiza indicadores dessa mudança no papel desempenhado pelas indústrias culturais, que se tornaram importantes domínios da prática social, com seus vínculos cada vez maiores com outros domínios da prática social (economia, política, vida familiar etc.) tornando-se um traço muito significativo da vida social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19).

Embora as indústrias culturais correspondam a uma atividade econômica – como, aliás, todas as outras indústrias –, elas se diferenciam por sua especialização enquanto sistema signifiicante (na terminologia de Raymond Williams), de modo que as representações, valores e identidades por elas produzidos e postos em circulação influenciam decisivamente outros domínios da vida social. Outro indicativo apontado por Fairclough diz respeito ao fato de que os domínios da cultura e do discurso são cada vez mais expressivos, do ponto de vista econômico, para a produção e o consumo. Isso se deve não apenas ao fato de que bens sejam agora consumidos primeiro não por seu valor de uso, mas por seu valor cultural ou simbólico, mas também porque as economias se tornam cada vez mais informacionais e os aspectos relativos à vivência ou formação cultural dos trabalhadores são cada vez mais decisivos do ponto de vista do *business*. Em todos esses casos, o que temos são indicativos empíricos de que a questão da identidade converteu-se, nas últimas décadas do século XX, em uma preocupação central da vida social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19).

Ao lado desse deslocamento no papel conferido à cultura e à linguagem na vida social, coloca-se a emergência, como aponta Stuart Hall, das políticas de identidade, nas quais o fator de mobilização reside em identidades sociais compartilhadas (como mulher, negro, *gay* etc.), refletindo a expansão do político da esfera pública para a esfera privada, espaço das interações sociais informais e dos cenários da vida cotidiana. Com isso,

questões que tradicionalmente eram consideradas como não políticas – tais como vida familiar, casamento, relações sexuais – adquiriam estatuto político. Se, no passado, as principais contradições da vida social sob a ótica da esquerda estavam na exploração econômica e na existência de classes sociais, o contexto em que emergem reivindicações em nome do PC é marcado pela proliferação dos locais de conflito social, que passam a incluir questões de gênero, raça, sexualidade etc. (HALL, 1994, p. 167).

Segundo Fairclough, no final do século XX, a vinculação entre partidos políticos/governos e interesses específicos de classes sociais desapareceu. Os governos convertem-se, cada vez mais, em “sócios” próximos de empresários e boa parte de sua atribuição concentra-se em criar condições financeiras, de infraestrutura e recursos humanos voltadas ao sucesso da iniciativa privada no contexto altamente competitivo da economia global. Mesmo a educação, que se torna uma preocupação central, converte-se em uma forma de “governança cultural” – formação e transformação de identidades e valores. Nesse cenário, a esquerda política, incapaz de responder ao avanço da Nova Direita e do neoliberalismo com uma estratégia efetivamente contra-hegemônica, torna-se fragmentada. Nas palavras de Fairclough, “They [the left politics] are no longer centred upon the political parties and social classes but oriented to ‘single issues’ and to a politics of recognition, identity and difference as much as to a politics of re-distributive social justice” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19).

Com efeito, o conceito de “politicamente correto” vem ganhando terreno em contextos em que a iniciativa política passou para os “novos” movimentos sociais, dos quais os argumentos em favor do PC retiram sua força e razão de ser. Isso reflete, como afirma o Hall, um abalo sísmico importante na topografia política (HALL, 1994, p. 167). Em lugar da legitimidade dos partidos políticos, entra em cena a luta pelo reconhecimento de demandas. Nesse sentido, uma importante característica do politicamente correto, conforme aponta Hall, é o modo como ele atravessa a tradicional divisão entre direita e esquerda, e separa diferentes parcelas da esquerda. Por todas essas razões, o autor aponta que o politicamente correto é prototípico da natureza das questões que caracterizaram o cenário político altamente mutável dos anos 1990 (HALL, 1994, p. 166).

Partindo dessa constatação, é possível compreender a proposição feita por Hall – e contrária a uma posição corrente no senso comum e defendida por muitos autores – de que o politicamente correto não constitui um fenômeno intrínseco, verdadeiramente

norteamericano. Como ele aponta, enquanto estratégia política (ou, ainda, “estilo” político), o PC esteve muito presente no debate político inglês já nos anos 1980, ainda que não fosse assim denominado. Na verdade, o que normalmente se reconhece como a “americanidade” do politicamente correto diz muito sobre como todas as sociedades pós-industriais vêm passando por transformações e sobre o que vem ocorrendo no cenário político de democracias liberais em todo o mundo.

PC seems to me to reflect the fragmentation of the political landscape into separate issues; and the break-up of social constituencies, or at least their refusal to cohere any longer within some broader collective identity or “master category” like that of “class” or “labour”. In fact, PC seems to be typical of those societies where there has been an erosion of the mass party as a political form, a decline in active participation in mass political movements and a weakening in the influence and power of the “old” social movements of the working class and industrial labour (HALL, 1994, pp. 166-167).

Para Fairclough, o conceito de “politicamente correto” só pode ser entendido adequadamente se for considerado dentro do quadro mais amplo de mudanças sociais das últimas décadas do século XX. Segundo o autor, o PC é apenas uma expressão de uma série de intervenções culturais engajadas em modificar representações, valores e identidades (em parte, através de mudanças na linguagem) que permeiam a vida social contemporânea. Essas intervenções atravessam práticas econômicas (vale lembrar que surgem novos vocabulários para descrever novas formas de trabalho, bem como as novas identidades que correspondem a essas formas) e políticas, aparecendo também na mediação da política por meio dos meios de comunicação. O próprio projeto político do neoliberalismo, a exemplo dos governos de Reagan e Thatcher, direcionou considerável atenção a intervenções culturais e discursivas, intervindo sobre âmbitos da vida antes fora dos domínios tradicionais da política¹⁰ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 21).

¹⁰ Fairclough defende que o peso dado ao politicamente correto por seus detratores é desproporcional diante de outras formas de intervenção cultural, sobretudo aquelas conduzidas pelos governos neoliberais e pelo imenso poderio da mídia, muito mais efetivas, segundo o autor, do que o PC. Isso porque a intervenção buscada pelo que se entende como “politicamente correto” se dá de modo aberto, explícito e assumido, enquanto outras formas de intervenção ocorrem de modo dissimulado, o que as torna muito mais perigosas. Além disso, apenas o PC acaba sendo visto como “político”, enquanto a introdução de novos termos no mundo financeiro (ainda que com uma função de intervenção cultural) é vista como pertencendo ao domínio da “economia”. Para ele, as críticas massivas direcionadas ao politicamente correto – além de se pautarem por essa separação liberal entre política e economia – não dão conta de compreender a complexidade da vida social, tendo como objetivo e principal consequência a desmobilização dos projetos da esquerda (FAIRCLOUGH, 2003, p. 22).

Embora reconheça na categoria “politicamente correto” a possibilidade de empoderamento de pequenos grupos de militantes, Hall aponta que o alcance dessa mudança só pode ser restrito a espaços reduzidos, como salas de aula e a própria academia, deixando esses grupos cada vez mais isolados na arena política mais ampla. Tendo em vista os contextos dos Estados Unidos e do Reino Unido na era Reagan-Thatcher, o autor destaca outros limites do PC: ao entrar em choque com o avanço da Nova Direita e do neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, o politicamente correto falha como estratégia política ao buscar instituir-se como vanguarda política, ancorada em uma minoria. Em lugar disso, o mais eficiente, aponta o autor, seria engatar-se em uma “guerra de posição” (para usar um termo de Gramsci), mais adequada às sociedades pós-industriais, com poder descentralizado e exercido não apenas pelo Estado, mas também na sociedade civil. Nesse tipo de estratégia, deve-se buscar avançar por meio de um balanço de forças distribuído por todo o terreno da luta, em lugar de assumir, em relação ao adversário, um confronto frontal (HALL, 1994, p. 176).

Outro ponto para Hall, em relação a essa falha estratégica, é que o PC sacrifica a possibilidade de conquistar o apoio de uma maioria (“winning the majority over to your side”) em razão de um senso purista de “correção”. Em outras palavras, em uma guerra de posição, qualquer um engajado em mudanças substanciais em direção a uma sociedade melhor não pode ignorar o peso e os efeitos da revolução democrática, e o engajamento em ações de luta e militância não pode ser empreendido, satisfatoriamente, de modo alheio às fronteiras do terreno da democracia (HALL, 1994, p. 176). Por essa razão, para Hall, a proposta política reconhecida com o nome de “politicamente correto” representa – com sua estreiteza, moralismo e vanguardismo entrincheirado – o fracasso da esquerda diante da força adquirida pela nova direita nos anos 1980 e 1990.

Por fim, Hall aponta ainda outro problema do politicamente correto:

[...] PC should know that challenging the assumptions built into our ordinary use of language is one thing, policing language is another. Trying to get people collectively to change their behaviour towards minorities is one thing and telling them what they can and can't do is something altogether different [...] What we call identities are not created outside of culture and then mobilized by politics. Instead, politics consists fundamentally of the process of forming individuals (whose identities are multiple and divided) into 'new political subjects' (HALL, 1994, pp. 179-180).

Segundo o autor, o PC se apresenta como estratégia de silenciamento de problemas, em lugar de trazê-los à luz e lidar com eles, limitando-se a tratar de questões sociais relevantes apenas no nível de seus efeitos (isto é, sem procurar resolver as causas). Ignorando o conhecimento herdado da “virada linguística”, o PC está embasado na crença de que, por meio de um processo de legislação, a esquerda pode “consertar” a linguagem, deixando de lado a ideia de que a verdade é sempre contextual, construída no interior do discurso e conectada a relações de poder; em outras palavras, ao procurar combater o racismo, o machismo ou a homofobia por meio da mera inversão de sinais, acaba-se reforçando a discriminação (HALL, 1994, p. 181).

No caso do Brasil, a eficácia do que se entende como “politicamente correto” revela-se ainda mais limitada. Renato Janine Ribeiro, embora aponte que o PC apresenta muitos limites – caso, por exemplo, de seu traço enquanto cultura de *lobbies* –, ressalta, como qualidade do movimento, sua origem enquanto resultado da organização das minorias (assim como o faz Hall). No entanto, no caso brasileiro, após duas décadas de ditadura militar, os movimentos sociais e as políticas de identidade ganham força tardiamente. Assim, se, na passagem para a cultura brasileira, o politicamente correto não apresenta a mesma força que concentra nos Estados Unidos, isso se deve mais às suas virtudes que a seus defeitos; em outras palavras, para Ribeiro, sua relativa fraqueza resultaria não de seus excessos, mas do fato de que as minorias aqui são pouco organizadas: “Se alguma cultura pode dar-se o luxo de achar risível o excesso nos direitos humanos, não é, certamente, a nossa” (RIBEIRO, 2000, p. 32).

3. PC, linguagem e discurso

Em fevereiro de 2012, o Ministério Público Federal em Uberlândia, Minas Gerais, ajuizou ação civil pública contra a Editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss pedindo a imediata retirada de circulação, suspensão de tiragem, venda e distribuição das edições do dicionário *Houaiss*. A ação teve como motivação, segundo a Procuradoria, a presença de “referências preconceituosas” e “racistas” no verbete do dicionário sobre ciganos.

A ação judicial pedia que os termos considerados preconceituosos fossem suprimidos do dicionário e exigia o pagamento, pela editora Objetiva e pelo Instituto Antônio Houaiss, de R\$ 200 mil de indenização por dano moral coletivo. O início do

processo remonta ao ano de 2009, quando a Procuradoria Geral da República aceitou uma representação, por parte de uma pessoa de origem cigana, afirmando que os dicionários brasileiros expressavam preconceito em relação ao povo cigano.

Entre os sentidos associados à palavra “cigano”, constavam no dicionário *Houaiss*, devidamente identificadas sob a rubrica “uso pejorativo”, as acepções do termo como “aquele que trapaceia; velhaco, burlador” e “que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina”. Em suas versões eletrônicas, o *Houaiss* definia a palavra “cigano” como “aquele que faz barganha” e “esperto ao negociar”.

Na ocasião, notícias veiculadas pela *Folha de S. Paulo* evidenciavam o argumento que subjazia à ação judicial: “Segundo a Procuradoria, a significação atribuída violaria o artigo 20 de Lei 7.716/89, que tipifica o crime de racismo” (FOLHA DE S. PAULO, 28/02/2012). Incluído pela Lei 8.021/90, tal artigo define como crime “praticar, induzir ou incitar, pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou preconceito de raça, religião, etnia ou procedência nacional”. Como se vê, a decisão da Justiça visava a zelar pelo direito, democraticamente fundamentado, de os indivíduos não sofrerem preconceito ou discriminação por razões de procedência nacional. Embora relevante à compreensão das mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto”, não é essa dimensão jurídico-política dos limites que se colocam à liberdade de expressão em face de outros direitos o que nos interessa neste momento.

Em lugar disso, interessa-nos notar que a decisão da Justiça, no exemplo que citamos, tem por base a ideia de que um dicionário, ao registrar os sentidos pejorativos correntemente associados a determinado grupo social e circulantes em uma cultura, assume uma postura preconceituosa. Com efeito, tem-se a ideia de que os sentidos dependem das palavras isoladas, independentemente dos discursos de que fazem parte – aludindo, nos termos de, Foucault à “soberania do significante” (FOUCAULT, 2008).

Em outras palavras, o exemplo demonstra a interferência buscada por iniciativas classificadas como “politicamente corretas” sobre as palavras, além de colocar em evidência a relevância das discussões sobre o PC às teorias do sentido. Elegemos, nesta pesquisa, como foco de atenção privilegiado, os cruzamentos entre as discussões sobre o politicamente correto e modos de regulação sobre a linguagem. Diante de tal escolha, procuraremos compreender – a partir, principalmente, das proposições de Sírío Possenti –

o interesse do conceito de politicamente correto para a Análise do Discurso (AD), tomada aqui em sua vertente dita francesa, com origem em Michel Pêcheux e Michel Foucault.

O primeiro dado a ser destacado – a exemplo do caso *Houaiss* – diz respeito à emergência de iniciativas que revelam preocupação, em nome do politicamente correto, em prescrever quais palavras podem ser usadas e quais devem ser evitadas. De fato, “a atividade do movimento em favor de comportamentos politicamente corretos, além de combater o uso de termos marcados negativamente, caracteriza-se também por propor a substituição de tais termos por outros, que seriam ‘neutros’ ou ‘objetivos’” (POSSENTI, 1995, p. 131). Esse objetivo tem por base ao menos duas ideias que se chocam com postulados fundamentais à Análise do Discurso. A primeira dessas ideias é a de que o sentido é intrínseco às palavras consideradas isoladamente, enquanto, para a AD, ele está relacionado sempre ao contexto de fala e é repleto de historicidade (POSSENTI, 2006, p. 68). O artigo de Carlos Heitor Cony, a propósito do caso *Houaiss*, ilustra tal posição:

Qualquer palavra pode mudar de significado conforme as circunstâncias e o tom da pronúncia [...] “Você é um cão” pode ser elogioso, no sentido de fidelidade, apego a um amigo. Mas pode ser pejorativo, com o sentido de canalha: “Você não passa de um cão” (CONY, 04/03/2012).

O que chega a aparecer de modo simplificado em algumas concepções do senso comum, como a que transcrevemos acima, constitui postulado fundamental a analistas do discurso, linguistas e filósofos da linguagem. Como sabemos, a Análise de Discurso questiona a afirmação de que a conotação pejorativa esteja ligada diretamente à própria palavra. Como sublinha Possenti, “Para esta teoria dos sentidos, a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente (um discurso racista, por exemplo)” (POSSENTI, 2006, p. 56). Ao mesmo tempo, tal discurso só ocorre se houver condições sócio-históricas que permitam sua emergência.

Os argumentos em favor do PC partem de uma concepção de tal modo distante do entendimento assentado na tradição de estudos de discurso a que remetemos aqui que, muitas vezes, denúncias apresentadas acerca do teor discriminatório de certas palavras ancoram-se em uma hipótese etimológica segundo a qual seria possível afirmar, de modo definitivo, se uma palavra propaga ou não preconceitos. Por essa lógica, se uma hipótese etimológica for verdadeira – por exemplo, a hipótese sobre a origem da palavra “mulato”

enquanto derivante de “mula”¹¹ –, a palavra veicula racismo; por outro lado, sendo essa hipótese falsa, a palavra seria “absolvida”, revelando-se neutra (POSSENTI, 2006, p. 55).

Retomando uma observação de Stuart Hall, o PC está embasado na crença de que, por meio de um processo de legislação, a esquerda pode “consertar” a linguagem, deixando de lado a ideia de que a verdade é sempre contextual (HALL, 1994, p. 181). Isso nos leva à segunda ideia básica às propostas de intervenção sobre a linguagem nomeadas como “politicamente corretas” que se choca com um postulado fundamental da Análise do Discurso. Ao contrário do que se entende em AD, o politicamente correto tem por premissa a ideia de que é possível haver termos neutros ou objetivos; para os analistas do discurso, como nos lembra Bakhtin, o signo não apenas reflete, mas sim, refrata a realidade, convertendo-se, por isso, em arena das lutas sociais (BAKHTIN, 2009).

Mayra Rodrigues Gomes examina o politicamente correto sob a ótica dos processos de reflexão/refração da realidade, a partir das ideias de Bakhtin. Ela aponta que o PC se exerce por meio de tentativas de parar a refração da linguagem por meio da interferência sobre seu trabalho como reflexo de uma cultura. Como ela ressalta, “refletir” corresponde a um processo de espelhamento, à dimensão em que uma língua reproduz elementos da realidade como compreendida por uma cultura. Por outro lado, isso não ocorre sem desvios de uma direção previamente dada – ou seja, sem refratar a realidade.

At the point where a language reflects, it means a repetition upon fields already dimensioned or circumscribed by the words. In this point, it ties the significations as an effect of relapse. At the point where it refracts, it operates as a type of translation/conversion that incorporates new vectors and makes irradiate the signification to other spaces not contemplated by the fields. If, by one side, it has the effect of changing the direction of signification, by another side it has, automatically, the power to expand it, making it irradiate or proliferate (GOMES; CABRAL, 2013).

De fato, como destaca Gomes, interferir na reflexão operada por uma língua significaria procurar mudar frontalmente os modos de pensar de uma cultura, com seus estereótipos, preconceitos e razões presumidas. Isso seria tarefa gigante e difícil de ser empreendida. Não obstante, há estratégias – como as reunidas sob a rubrica “PC” – que buscam transformações por vias mais indiretas, intervindo sobre os processos de refração.

¹¹ Em 2000, o emprego da palavra “mulato” por parte do então candidato à presidência da República Fernando Henrique Cardoso suscitou uma longa discussão pública, com reações adversas por parte de militantes de movimentos organizados e de outros cidadãos que decidiram intervir no debate por considerarem que a referida palavra veiculava conteúdo racista.

A partir de tais concepções sobre a linguagem, grupos organizam-se politicamente em torno dos sentidos das palavras e lutam para que alguns sejam vitoriosos e outros, eliminados. Essa disputa nos lembra que as lutas sociais não se dão apenas em torno de bens materiais, mas também, de bens simbólicos, como postula Bourdieu. No entanto, essas disputas não mais se restringem a conflitos de classe, segundo os critérios do marxismo clássico. Essas novas formas de luta alcançam também – ou prioritariamente – grupos engajados na conquista de direitos de igualdade para as minorias sociais e outros setores historicamente marginalizados, consideradas em função de elementos como etnia, gênero, orientação sexual (POSSENTI, 2006, p. 56).

Diante da existência dessas novas formas de luta, muitos ressaltam os méritos políticos das iniciativas reunidas sob a categoria “politicamente correto”. Esse reconhecimento se dá não apenas no debate público, mas também em discussões acadêmicas, a exemplo de alguns dos autores com trabalhamos nesta pesquisa – como Sírio Possenti (2006) e Renato Janine Ribeiro (2000), que enfatizam seu caráter como movimento resultante da organização de minorias, e mesmo Stuart Hall, ao sublinhar que o PC contribui para o empoderamento de grupos sociais. Nesse sentido, o politicamente correto pode ser entendido como expressão daquilo que Norman Fairclough, pesquisador vinculado à Análise Crítica do Discurso, entende como uma tendência à democratização dos discursos (FAIRCLOUGH, 2004 apud POSSENTI, 2006, p. 71).

Mais adiante, retomaremos a discussão acerca do estatuto político do discurso politicamente correto e das disputas que se colocam em torno dele. Neste momento, em relação à linguagem, devemos observar que o que o PC faz é textualizar um fenômeno linguístico e discursivo relacionado a certas mutações que buscam suprimir as assimetrias em relação aos direitos de determinados grupos sociais (POSSENTI, 2006, p. 71). Certamente, há discursos em circulação na sociedade, amparados em determinadas condições histórico-sociais, que dão sustentação a tais mutações e, especialmente, à textualização proposta pelo PC. Essas condições de possibilidade, conforme buscamos algumas páginas atrás, remetem à conjuntura histórica e política em que emergem os movimentos em favor de vocabulários menos ofensivos, sobretudo no que diz respeito à topografia política contemporânea e ao surgimento das políticas de identidade.

Em outras palavras, podemos dizer que a categoria “politicamente correto” diz respeito a disputas em torno de padrões linguísticos e à emergência de um padrão que se

quer constituir como dominante. Em toda sociedade histórica, verifica-se, em diferentes graus e por diferentes modos, a existência de disputas de tal natureza, bem como a existência de padrões linguísticos dominantes, que se impõem pela força da cultura e das instituições. Aqueles que estão investidos no discurso/padrão linguístico representado pelo PC, apostam em sua positividade moral, avaliação que não se mostra necessariamente válida para quem se localiza em outro momento histórico, em outra sociedade ou mesmo em outro grupo dentro da mesma sociedade – ou seja, em geral, sujeitos atravessados por discursos diferentes atribuirão diferentes valores a um mesmo padrão linguístico. Tais divergências estão ligadas às discordâncias e disputas que se colocam em torno da validade ou não do movimento politicamente correto.

Assim, um dos traços mais característicos dos discursos que se reúnem sob a categorização do politicamente correto diz respeito à textualização acerca de determinados fenômenos linguísticos. Nessa sua empreitada, ao explicitar as regras envolvidas com a implantação de um padrão linguístico que quer ver dominante, o politicamente correto recai, sob a perspectiva dos estudos de discurso a que nos filiamos, em alguns equívocos. Nesta discussão, procuramos apontar os que se mostram mais evidentes. A seguir, sintetizaremos alguns desses principais equívocos segundo a listagem proposta por Sírío Possenti (2006, p. 69):

a) O politicamente correto considera que, trocando palavras marcadas por outras não marcadas ideologicamente, reduzem-se os preconceitos. Ainda que o discurso possa servir para realimentar as condições sociais que sustentam as ideologias e os próprios discursos, a mera troca de palavras isoladas não é capaz de interferir sobre as formações discursivas de que se alimenta uma cultura. Como já dissemos, a hipótese sobre a existência de palavras “neutras” não se sustenta.

b) Em alguns casos, o PC baseia-se em uma hipótese etimológica que desconsidera o papel desempenhado pelos discursos em que as palavras estão inseridas sobre a produção dos sentidos. Esse “etimologismo” ocorre em casos como o citado a respeito da palavra “mulato” e em outros como, por exemplo, a polêmica envolvendo a palavra “history” – que, com base na identificação de sua primeira sílaba com a forma pronominal “his”, pode ser apontada como impositiva de um ponto de vista masculino.

c) Muitas vezes, o politicamente correto acaba sugerindo eufemismos de certa forma ingênuos, para não dizer cômicos, sobretudo quando não há, para certas palavras, um sinônimo passível de ser considerado politicamente correto.

Na colisão de diferentes discursos circulantes acerca do estatuto das palavras, podemos ver a emergência de disputas e negociações em torno das questões politicamente corretas. Segundo Sírío Possenti,

Esta dupla posição em relação ao peso das palavras – peso que seria intrinsecamente seu, segundo uma hipótese, ou que derivaria dos discursos nos quais são enunciadas, segundo outra – mostra claramente a relevância do problema em questão e a diferença entre as hipóteses que tentam explicar o que ocorre no domínio do sentido (POSSENTI, 1995, p. 131).

Como assinala Possenti, “analisar dados do movimento politicamente correto é, em mais de um sentido, analisar o funcionamento ideológico da linguagem” (POSSENTI, 2006, p. 49). Partindo dessa ideia, o autor lista algumas das principais problemáticas das teorias do sentido que são trazidas à luz pelas discussões em torno do PC:

- a) A significação está condicionada aos discursos em que os enunciados ocorrem;
- b) São certas palavras que tornam um texto passível de ser considerado como preconceituoso (seja ele machista, racista, homofóbico);
- c) A relação entre som e sentido só pode ser explicada historicamente;
- d) Há certa relação entre o sujeito do discurso e o discurso, mas o sentido independe das intenções dos sujeitos produtores dos enunciados.

O interesse representado pelo politicamente correto para a Análise do Discurso, nesse sentido, reside no fato de esse discurso evidenciar de modo muito claro como se dá a disputa pelo sentido de certas palavras, já que o PC consiste, em grande parte, em um engajamento nesse tipo de luta, por um lado, e na denúncia dos efeitos de sentido gerados pelo uso de determinadas formas linguísticas, por outro. Assim, os elementos discursivos mobilizados pelo que se busca construir como uma linguagem politicamente correta são dados empíricos de grande relevância à AD. Como afirma Possenti,

Tais palavras, cujo uso e cujo sentido se disputa, permitem assistir ao vivo a várias micro-histórias semânticas de alto valor epistemológico, já que exibem claramente o processo de criação de certos efeitos de sentido [...] Além disso, e de forma talvez mais interessante, os dados manifestam discordâncias mesmo entre locutores que aparentemente deveriam estar do mesmo lado, se só houvesse dois lados, sobre quais sejam as palavras mais adequadas e quais os seus reais sentidos (POSSENTI, 2006. p. 50).

A análise de manifestações do que se pressupõe como uma linguagem politicamente correta possibilita, por um lado, a compreensão das formações discursivas histórias nas quais certos itens lexicais (sejam aqueles considerados indesejáveis, sejam aqueles cujo uso é recomendado) ancoram seus sentidos. Cabe lembrar, a esse respeito, que, na ótica da AD, os sentidos variam entre os diversos sujeitos falantes em função do lugar social em que cada um se situa. Ao mesmo tempo, a qualificação dos sujeitos produtores de enunciados considerados preconceituosos coloca em evidência as formações discursivas e as disputas que dão sustentação à atribuição de tal classificação.

É relativamente óbvio que tais dados têm um relevo especial em relação a tais teses da AD. Nada melhor para verificar a idéia do discurso como uma prática social e histórica do que ver e viver disputas de sentidos, materializada na luta pelo emprego de certas palavras e na luta para evitar o emprego de outras (POSSENTI, 2006, p. 50).

Nesta pesquisa, a partir da análise das matérias jornalísticas sobre o politicamente correto, um de nossos objetivos será, justamente, mapear as disputas que se estabelecem em torno do sentido das palavras. Como assinala Possenti, os dados relacionados aos elementos discursivos mobilizados em nome do politicamente correto são abertamente discutidos e avaliados e revelam as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros (POSSENTI, 2006, p. 50). Tendo tais considerações em nosso horizonte, esperamos mapear o posicionamento dos diferentes agentes sociais engajados no debate público sobre o tema no Brasil e apreender as regulações visadas pelas solicitações sob a rubrica do PC.

3.1. A cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*

A fim de compreender, de modo mais aprofundado, as regulações buscadas pelas diversas iniciativas em relação à linguagem identificadas, no Brasil, sob a categoria “politicamente correto”, traçaremos algumas reflexões sobre a cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, escrita por Antonio Queiroz e publicada em 2004 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, com tiragem de cinco mil exemplares. A publicação, espécie de manual com 96 verbetes apresentados em ordem alfabética, traz palavras e expressões que revelam preconceitos e discriminação

contra pessoas ou grupos sociais. Dentro desse conjunto amplo, elegemos, como amostragem, apenas as entradas relativas a questões étnicas¹².

Não obstante a tentativa de alcançar um amplo público de formadores de opinião, o lançamento da cartilha, na ocasião, gerou grande polêmica. Jornalistas e intelectuais acusaram o governo de estar instaurando uma nova forma de “censura”, com o intuito autoritário de controlar o que as pessoas dizem (FIORIN, 2008).

O jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, um dos maiores em circulação do Brasil, apresentou, em matérias e artigos de opinião, uma postura crítica em relação ao lançamento da cartilha. Em 12 de maio de 2005, por exemplo, o jornal veiculou um texto de seu articulista Hélio Schwartsman intitulado *Tributo à estultice*. O artigo faz críticas negativas à iniciativa, afirmando se tratar de uma “realização inepta de uma ideia estúpida”. O autor também destaca que, para muitas das palavras presentes na cartilha, não há alternativas “aceitáveis”, como no caso do vocábulo “anão”, que deve ser substituído por “pessoas afetadas pelo nanismo” (SCHWARTSMAN, 12/05/2005).

Três dias depois, o jornal publicou outro artigo, assinado pelo poeta Ferreira Gullar, que aponta o politicamente correto como uma “mania” que busca “censurar palavras e expressões nascidas do falar popular”. Mais adiante, o autor reafirma essa ideia: “[...] falar é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal), que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura” (GULLAR, 15/05/2005).

Diante de tal repercussão, a cartilha foi rapidamente recolhida pelo governo. Não se tem notícias do que ocorreu, de fato, nos bastidores políticos até que se chegasse à decisão pelo recolhimento do material. Não é difícil imaginar que as reações evidenciadas no debate público possam ter tido influência sobre tal decisão. Sabemos que a cartilha foi lançada na primeira semana de maio de 2005 e, na semana seguinte, o então secretário dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, já havia solicitado sua suspensão¹³. Na época, circulou a notícia – de veracidade nunca plenamente confirmada – de que a publicação foi

¹² Em um primeiro momento, proporemos uma análise de conteúdo, de modo a mapear tematicamente os verbetes da cartilha, organizando-os em diferentes categorias. Em seguida, e com base na classificação proposta, empreenderemos uma análise discursiva dos verbetes. Nessa trajetória, embasamo-nos em ideias de Michel Foucault e Osvald Ducrot a propósito dos discursos.

¹³ Informações extraídas da matéria *Índex de palavras*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110505/p_141.html>. Acesso em 24 Mar. 2015

criticada entre os próprios ministros e de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria entendido por que alguns termos eram apontados como indesejáveis na cartilha¹⁴.

Seja como for, o fato é que a cartilha não chegou a ter aplicação direta. E, embora não tivesse valor normativo, o texto representava uma orientação do Governo Federal à população, o que constitui um dado relevante. Mas não apenas por isso entendemos que sua análise é importante. Na verdade, o exame da cartilha possibilita a identificação de diferentes discursos em jogo nas disputas pela representação do outro, além de permitir a compreensão dos efeitos de regulação visados por propostas em nome do PC.

Trata-se, além disso, de um exemplo interessante porque constitui um dos poucos frequentes casos em que uma iniciativa se autodenomina como “politicamente correto” – geralmente, a expressão é cunhada por um agente externo e, com grande frequência, em sentido depreciativo. Logo, a cartilha é um rico material à compreensão da concepção de politicamente correto assumida ou reafirmada por ao menos uma parcela do poder público à época. É possível compreender, pelo entendimento desse processo, como certas palavras e expressão são sinalizadas com uma marca de interdição.

Ao mesmo tempo, a cartilha representa um marco importante no debate público sobre o politicamente correto no Brasil, não apenas por sua repercussão polêmica, mas também pelo fato de representar talvez a primeira e a mais emblemática incorporação explícita dos princípios politicamente corretos (com, inclusive a utilização da expressão “politicamente correto”) por uma ação governamental.

Para Sírío Possenti, o caso da cartilha é muito interessante para os postulados da Análise de Discurso, “pois está fundada numa concepção de linguagem referencialista que considera a existência de uma relação direta entre as palavras e as coisas” (POSSENTI, 2006, p. 68). Isso significa dizer que, para os idealizadores da cartilha, a carga preconceituosa das palavras listadas está colada às próprias palavras, enquanto, para a AD, os sentidos são sempre inoculados de historicidade.

Considerando a publicação como um acontecimento discursivo – para usar uma ideia de Michel Foucault –, devemos tomá-la como singularidade e repetição, isto é, como irrupção histórica e em função de suas articulações com outros enunciados. Trata-se de um acontecimento único, em suas especificidades, mas também relacionado a uma

¹⁴ Informações extraídas da matéria *Cartilha do politicamente correto é ridicularizada*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI526576-EI1194,00-Cartilha+do+politicamente+correto+e+ridicularizada.html>>. Acesso em 24 Mar. 2015

série de discursos assentados na sociedade. Além disso, como sequência efetivamente formulado de enunciados, a cartilha constitui vestígio material das plataformas culturais, condições sócio-históricas e verdades consensuais que permitiram a sua emergência.

Os 96 verbetes que compõem a cartilha dizem respeito a diferentes tipos de representações sociais – relativas a grupos étnicos, identidades sexuais, profissões, faixas etárias, procedência nacional, classe social etc. Para apreender melhor esse universo temático e a fim de delimitar um conjunto de verbetes como foco de análise mais detalhada, propomos a classificação das entradas da cartilha em catorze categorias¹⁵. Vejamos a distribuição quantitativa dos verbetes entre elas:

Gráfico 1. Distribuição temática dos verbetes da cartilha.

¹⁵ Segundo Laurence Bardin, toda categorização implica na constituição de um “sistema”. Nesse sentido, a classificação dos elementos constitutivos de um conjunto passa por operações de diferenciação e analogia. Além disso, está em jogo um processo de nomeação, pois “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico” (BARDIN, 1988: 117).

Por meio da categorização dos verbetes, procuramos apreender os diferentes lugares do outro que se procuram proteger da atribuição de preconceitos: Etnia; Deficiência física/mental; Portador de doença; Pobreza/carência social; Velhice; Infância; Procedência nacional/regional; Gênero; Orientação sexual; Suspeita de crime; Profissão; Religião; Grupo político/ideológico; e Outros. Em todas as categorias, o que vemos, nos verbetes propostos pela cartilha, é a proposição de novas designações para referirmo-nos a grupos que são objeto de discriminações diversas.

A partir dessa classificação, selecionamos, como foco de análise mais detalhada, os verbetes que compõem a categoria “etnia”. Além de possibilitar o acesso a uma parcela amostragem mais modesta do universo da cartilha, esse recorte é representativo, ainda que não da categoria individualmente mais numerosa dentro do universo da cartilha, de um grupo de palavras que dizem respeito a algumas das tensões mais agudas, em termos da representação do outro, na sociedade brasileira.

A primeira entrada dessa amostra, por ordem alfabética, diz respeito à expressão “a coisa ficou preta”. Na descrição do verbete, lemos que “a frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo [sic] forte conotação contra os negros” (QUEIROZ, 2004).

Como fica claro, o subentendido indesejado é o de que a palavra “preta” na expressão “a coisa ficou preta” constitui referência à tonalidade da pele, isto é, à etnia negra, e, com isso, implica em depreciação desse grupo. Assim, a leitura a ser barrada é a da associação entre a cor preta e o aumento da dificuldade de dada situação: como se, ao empregar a palavra “preta” para designar um quadro negativo, desqualifica-se toda a ideia de “preto”. O dizer implícito é, pois, a discriminação de pessoas negras.

O pressuposto, nesse caso, é o de que a palavra “preta”, na expressão em foco, diz respeito à cor da pele negra, dentre uma série de acepções possíveis para essa palavra (em outras leituras, “preta” poderia fazer referência ao escurecimento do céu, indício do agravamento das condições meteorológicas, ou representar uma alusão à ideia de obscuridade de maneira ampla, por exemplo).

De fato, a pressuposição é a de que, mesmo que a palavra “preta” não faça referência direta à pele negra na atualização cotidiana do enunciado “a coisa ficou preta”, esse sentido fica em aberto. Ao mesmo tempo, a associação entre essas duas ideias – cor preta e situação difícil – implica na “contaminação” da primeira pelo caráter negativo da

segunda. Ademais, o caráter “vazio” do significante “coisa” – ou seja, o termo “coisa” pode ser preenchido com diversos significados – reforça a ideia de abertura da expressão para significações racistas.

Na sequência da cartilha, a segunda entrada relativa a questões étnicas é “Branquelo”. Na definição apresentada, “branquelo” e “branquelo azedo” são definidas como expressões pejorativas contra brancos: “Por incrível que pareça, existe no Brasil preconceito racial contra pessoas brancas. Mais fortemente, contra membros das colônias europeias no Sul do País” (QUEIROZ, 2004). Aqui, diferentemente do verbete anterior, a palavra rasurada relaciona-se, em seu uso corrente, diretamente à designação de um grupo étnico. O subentendido a ser barrado diz respeito a um sentido de “descaso” ou “ironia” atribuído à cor branca: a ideia pressuposta é a de que o sufixo “elo”, na composição da palavra “branquelo”, atribui-lhe conotação de desdém.

Em seguida, encontramos a entrada “Bugre”: “termo depreciativo do indivíduo de origem indígena, tido como selvagem, rude” (QUEIROZ, 2004). No verbete, explica-se que a palavra foi usada pela primeira vez no Brasil no século XVI, empregada por oficiais da marinha francesa, quando do estabelecimento da sede da França Antártica no Rio de Janeiro, para designar tribos indígenas que habitavam o litoral do país.

Bastante extenso, o conteúdo da entrada ajuda-nos a localizar o subentendido que o gesto do politicamente correto procura circunscrever, a saber: a desqualificação do indígena por meio de sua designação como atrasado, selvagem, sem cultura. Como pressuposto, temos o entendimento de que a palavra em foco é expressão do olhar do colonizador e que esse olhar constitui raiz de discriminação. Por conseguinte, as marcas desse ponto de vista devem ser apagadas.

Semelhantes são os sentidos em jogo no caso do verbete “Selvagem e silvícola”, apresentado quase ao final da cartilha: “Ambas são expressões pejorativas ainda muito usadas para desqualificar os indígenas. Para muitos habitantes de centros urbanos, os índios são pessoas que vivem no mato, vestem tangas e utilizam colares” (Queiroz, 2004). Novamente, vemos aqui, como pressuposto, a ideia de que a concepção do indígena como atrasado, a partir de um olhar externo (no caso, o olhar do habitante da cidade), é discriminatória.

Com isso, o subentendido cujo bloqueio deve ser buscado sob a ótica da cartilha diz respeito à ideia de que o indígena, pelo fato de viver em áreas de floresta (ou seja,

sendo ele um “selvagem”), é produto exclusivo da natureza e desprovido de cultura – ou, ainda, detentor de uma cultura “menor” em relação àquela típica do “homem civilizado”. Ainda em relação a essa temática, também o termo “índio” aparece na cartilha. No verbete, vemos que a palavra se refere a uma:

Designação genérica de qualquer indivíduo cujos ancestrais habitavam as Américas antes da chegada dos europeus, no século 16. O termo foi cunhado pelos navegadores da esquadra de Cristóvão Colombo, quando aportaram no continente em 1492, baseados na crença equivocada de que haviam chegado às Índias (QUEIROZ, 2004).

Tendo, como pressuposto, a importância da valorização da identidade dos povos indígenas por meio da desconstrução do olhar do colonizador sobre o colonizado, busca-se conter o caráter genérico e superficial do termo “índio”. O subentendido, nesse caso, seria o de que a população indígena constitui um agrupamento homogêneo, reconhecível por alguns poucos contornos gerais, desprovido de nuances históricas/culturais e definindo-se por oposição à complexidade da civilização. Em outras palavras, busca-se conter o movimento de estereotipização dos indígenas.

Retomando a sequência alfabética dos verbetes que compõem nossa amostragem, encontramos, na letra “C”, a indicação da palavra “crioulo” como inadequada. No texto da entrada, afirma-se que se trata de uma “antiga designação do filho de escravos”, constituindo hoje “um termo pejorativo e discriminador do indivíduo negro ou afrodescendente” (QUEIROZ, 2004).

O que está em questão é o apagamento da vinculação à palavra de uma memória das injustiças históricas cometidas contra os negros no período da escravidão: em “crioulo”, esse sentido aparece como o implícito a ser bloqueado. Seu caráter pejorativo decorre da pressuposição de que, ao empregar um termo originário da sociedade escravocrata, o falante da língua endossa-lhe o sentido depreciativo.

Mais adiante, também a expressão “samba do crioulo doido” é apontada na cartilha como indesejável. O verbete afirma que a expressão tornou-se famosa como título de um samba de Sérgio Porto, que satirizava o ensino da História do Brasil, mas “passou também a ser usada para discriminar os negros, atribuindo-lhes confusões e trapalhadas” (QUEIROZ, 2004).

O que está em questão, nesse caso, não é tanto o caráter preconceituoso da palavra “crioulo” considerada isoladamente, mas a sua qualificação como “doido”. O

subentendido a ser barrado, nesse sentido, relaciona-se a uma generalização da adjetivação em questão: trata-se da ideia de que, na expressão em foco, “doido” aparece como atributo que deprecia toda a identidade negra. Como se, ao dizer “samba do crioulo doido”, desqualificássemos a própria ideia de negritude.

Na letra “D”, a cartilha aponta como indesejáveis as palavras “denegrir ou denigrir”. A descrição do verbete afirma que “esse verbo, com o sentido de aviltar, diminuir a pureza, conspurcar, tornou-se ofensivo contra os negros e, por essa razão, deve ser evitado” (QUEIROZ, 2004). A operação de pressuposição em jogo na composição da palavra diz respeito à vinculação entre a ideia de “tornar negro” e a noção de “impureza” ou “depreciação”. O subentendido a ser bloqueado, pois, é o de que o emprego da palavra “denegrir” implica em discriminação da ideia de “negritude”, de modo geral, o que está relacionado ao preconceito racial contra os negros no Brasil.

O raciocínio em jogo é semelhante àquele envolvido no primeiro verbete de nossa análise, “a coisa ficou preta”. A diferença é que, nesse caso, a proposta politicamente correta parte de uma hipótese etimológica sobre que os sentidos das palavras. É precisamente sobre essa hipótese, no caso da palavra “denegrir”, que se apoia o pressuposto que fundamenta o bloqueio dos subentendidos indesejados.

Na sequência, encontramos, em relação à categoria em foco, a entrada “mulato”:

Filho de mãe branca e pai negro, ou vice-versa. Mestiço de branco, negro ou indígena, de cor parda. Originariamente, na língua espanhola, a palavra se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, daí sua carga pejorativa.

Transposto para o português já com o sentido de mestiço, o termo serviu à ideologia do branqueamento da raça negra e entrou no imaginário popular, pela literatura nativista, para designar pessoa sedutora, lasciva, inzoneira, sonsa, cheia de artimanhas ditas ‘tropicais’, um outro estereótipo (QUEIROZ, 2004).

Como o próprio conteúdo do verbete indica, o subentendido que se quer barrar diz respeito à noção de miscigenação como fator de degeneração: seja em referência ao cruzamento entre animais, seja pela alusão ao mulato como figura de características moralmente questionáveis. No terreno das pressuposições, temos a ideia de uma vinculação entre o termo “mulato” e a proposta de branqueamento da população no Brasil, o que aparece como indício do caráter preconceituoso da palavra em questão.

Seguindo a cartilha, encontramos o verbete “negro”. Aqui, a proposta é diferente dos demais verbetes analisados: refere-se à palavra “negro” como termo preferido, em

geral, por militantes dos movimentos negros, em contraponto ao termo “preto”, que costuma ser mais preconceituoso. Ao mesmo tempo, o verbete assinala que, na verdade, “o contexto determina o sentido das duas expressões” (QUEIROZ, 2004), de modo que ambas podem se ofensivas ou carinhosas dependendo da forma como são usadas.

É curioso notar que, distanciando-se do caráter prescritivo dos demais verbetes analisados, a entrada “negro” parece relativizar inclusive a ideia pressuposta na proposta da cartilha de que as palavras, mesmo consideradas isoladamente, fora de contexto, têm o poder de perpetuar preconceitos.

A preferência da palavra “negro” a “preto”, conforme se aponta na entrada “negro” (para a qual é redirecionado o verbete “preto”), está atrelada à valorização de uma identidade étnica. O subentendido desejável, no caso de “negro”, diz respeito à designação de um grupo em sua dignidade, com história e demandas próprias. Em contraponto, o subentendido indesejável no caso de “preto” está ligado à depreciação desse grupo pela atribuição de um adjetivo que implica em efeitos de reificação e de destituição de uma trajetória histórica.

Correlata a esse entendimento é a entrada “preto de alma branca”, a última de nossa análise. Lemos, na cartilha, a seguinte descrição para essa expressão:

Um dos slogans mais terríveis da ideologia do branqueamento no País, que atribui valor máximo à raça branca, e mínimo aos negros. “Apesar de ser preto, é gente boa” e “É negro, mas tem um grande coração” são variações dessa frase altamente racista, segregadora (QUEIROZ, 2004).

O pressuposto que está na base da formulação da expressão é a oposição entre o “ser preto” e ter “boa alma”: ou seja, apesar de ser preto, o indivíduo possui bons atributos, equivalentes aos das pessoas brancas. Como subentendido, temos que “ser preto” e ter “boa alma” são atributos que, fora de situações excepcionais (ou seja, quando o indivíduo possui “alma branca”) não coexistem na mesma pessoa. No limite, a expressão deixa subentendida uma ideia de superioridade dos brancos sobre os negros.

Como vemos, as interferências em prol de uma linguagem politicamente correta, procurando barrar certos sentidos preconceituosos atados às palavras, incidem sobre a apreciação social dos termos e expressões. O que se busca conter são sentidos subjacentes às palavras – ou, ainda, os seus subentendidos –, colocando em seu lugar, às vezes, termos mais “objetivos”.

A neutralidade, nesse caso, é buscada como efeito da redução dos desvios decorrentes da apropriação social da língua, de modo a se preservar a ilusão dos sentidos como mais próximos de uma literalidade (ou, ainda, mais próximos da ideia de sentido “posto”, como sentido literal contido nas palavras). Esse movimento em torno dos sentidos – que podemos reconhecer como um movimento próprio de diversas iniciativas classificadas como politicamente corretas – opera com base em plataformas culturais, saberes assentados e discursos circulantes, portadores de representações e valores, dando os contornos para os sentidos que se querem ver firmados.

Esses elementos, da ordem de pressupostos, como pano de fundo do discurso, dizem respeito à dimensão das condições de existência dos enunciados produzidos (no que diz respeito seja às palavras prescritas como desejáveis ou à indicação de outras tantas como indesejáveis, com sua inserção em uma língua). Em outros termos, a busca por uma linguagem entendida como mais neutra (e, por essa lógica, mais distante de sentidos discriminatórios) apóia-se ela própria em um recorte de mundo sobre o que devem ser esses sentidos e o seu contrário.

Esse grande implícito de propostas identificadas, em diversos discursos sociais, como politicamente corretas permanece como norteador de todos os verbetes analisados, atrelando-se à ideia de dignidade e respeito a todos os indivíduos independentemente de origem étnica. Esse implícito deve ser visto como derivando de uma formação discursiva – para usar um conceito de Foucault (2012) – que anima todo o Ocidente em nossos dias e, de modo mais claro, desde pelo menos os anos 1960.

Conforme a análise da cartilha evidencia, essa formação discursiva está ligada aos ideais dos direitos humanos: o combate à discriminação e à palavra do preconceito, perfeitamente inserido no “verdadeiro” de nosso tempo, está na base das solicitações de restrição das manifestações linguísticas que escapam a esse quadro.

4. Sob a ótica da interdição

As representações sociais, segundo Serge Moscovici, configuram uma maneira específica de compreender e comunicar um conteúdo familiar. Motivadas justamente pela busca de familiaridade, essas representações, sempre móveis e circulantes, são carregadas pela linguagem. A transformação de algo não familiar em familiar se dá pela convenção e

pela memória – não pela razão. Pelas estruturas tradicionais, não pelas estruturas intelectuais. Logo, a conclusão tem prioridade sobre a premissa e o veredicto se sobrepõe ao julgamento (MOSCOVICI, 2011).

Logo vemos que as representações sociais, constituindo sempre uma redução, são terreno fértil para a instalação de preconceitos. Retirar representações em circulação em uma cultura, porém, é tarefa imensa, difícil de ser empreendida – é preciso lembrar que não se trata apenas de circunscrever as palavras, no plano simbólico, mas também de reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário. No limite, não se pode falar na existência termos neutros ou objetivos.

É sobre as representações sociais que procuram agir as afirmações ou iniciativas normalmente agrupadas sob a categoria “politicamente correto”. Nesse entendimento, o PC, com o objetivo de firmar representações que se devem sobrepor a representações correntes de grupos historicamente marginalizados, frequentemente atadas a sentidos pejorativos, constitui uma proposta que, dirigida a vários campos, recomenda formas menos “ofensivas” de expressão, com o objetivo de evitar a reiteração de discriminações do ponto de vista étnico, de gênero e sexual.

Devemos observar, no entanto, que as iniciativas e proposição reconhecidas sob a rubrica do politicamente correto não surgem como resultado direto da existência de desigualdades e preconceitos – que, desde sempre, marcam a sociedade brasileira. O empenho em nomear de modo destituído o outro, aliás, é característico das dinâmicas de poder entre estabelecidos e *outsiders*, que estão presentes, com particularidades, em diversas realidades sociais. Segundo Norbert Elias e John L. Scotson: “Nos países de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre os estabelecidos e *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 27).

De acordo com os autores, parece ser uma constante em qualquer figuração de poder estabelecidos-*outsiders* a exclusão, pelos mais poderosos, dos membros dos grupos considerados como inferiores de diversos níveis de contato social, mantendo-se o tabu em torno desses contatos por meio de formas de controle social, como a “fofoca depreciativa” contra os suspeitos de transgressão (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

Obviamente, cada realidade social possui suas especificidades e é preciso considerar a importância de tal fator. Mas é importante frisar que as iniciativas e condutas reconhecidas como parte do politicamente correto não são uma resposta “natural” ou “universal” a toda realidade marcada por representações estigmatizantes e, dessa forma. Dessa forma, o PC só pode ser compreendido se considerado historicamente. No Brasil, a presença da segregação social é tão antiga quanto a colonização – o uso de mão-de-obra escrava negra, aliás, talvez seja o signo máximo da destituição completa do outro, que perde inclusive sua subjetividade, sendo visto e devendo (por essa lógica) ser mostrado como diferente e inferior.

A contestação dessa realidade também não é fato recente: no Brasil, já no início do século XX, movimentos organizados da sociedade civil atuavam em defesa dos direitos da população negra. Mais tarde, em meados do século, a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos fez ecoar gradativamente, no país, a difusão de valores básicos de dignidade a pessoa humana. Não estamos diante, portanto, de um quadro social novo ou, muito menos, inédito. No entanto, somente nas últimas décadas temos observado ações sistemáticas a propósito da contenção da discriminação por meio de regulações específicas sobre as palavras, que desaguaram no que se reconhece hoje como politicamente correto.

Desde o início dos anos 1990, temos assistido à emergência, na cena pública, de identidades historicamente reprimidas no Brasil. Fala-se cada vez em pluralidade de vozes, em democratização da informação e da comunicação, em dar voz aos oprimidos, em respeito às diferenças, em combate aos preconceitos. Nesse contexto, aponta José Luiz Fiorin, a linguagem politicamente correta aparece como expressão de uma visibilidade adquirida que revela a força de grupos e minorias sociais, outrora “discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas” (FIORIN, 2008, s/p.).

Começamos a refletir sobre esse quadro contextual levando em conta dois fatores fundamentais: a conquista de maior visibilidade na esfera pública por movimentos e minorias sociais, em um momento de rearticulação dos limites da liberdade de expressão; e, principalmente, a conformação de um discurso circulante (ou, melhor dizendo, de um conjunto de discursos circulantes), a partir de *lobbies* de setores organizados da sociedade (RIBEIRO, 2000), e cujo caráter é, sobretudo, político.

4.1 Direitos, discursos, disputas

Nos últimos anos, uma série de episódios tem alçado a temática do politicamente correto – na multiplicidade de sentidos que o termo comporta – a objeto de discussão na esfera pública. Como já expusemos, em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou a cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, escrita por Antônio Queiroz. Não obstante a tentativa de alcançar um amplo público de formadores de opinião, o lançamento da cartilha, na ocasião, gerou grande polêmica.

O poeta Ferreira Gullar foi uma das personalidades brasileiras que saiu a público para criticar a iniciativa. Em artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, ele descreveu o politicamente correto como uma “mania” que busca “censurar palavras e expressões nascidas do falar popular”. Mais ao final do texto, Gullar reafirma essa ideia: “[...] falar é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal), que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura” (GULLAR, 15/05/2005).

Diante de tão negativa repercussão, a publicação foi rapidamente recolhida pelo governo¹⁶. No texto de apresentação da cartilha, assinado pelo então subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, lemos que a iniciativa pretendia chamar a atenção de toda a sociedade, sobretudo pessoas influentes no debate público, para os preconceitos enraizados no cotidiano:

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. (CIPRIANO, 2004, s/p.).

Mais adiante, o texto destaca a importância de respeitarmos para sermos respeitados, a fim de se cumprir o “princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc.” Também o texto de Jaime Pinsky, reproduzido à guisa de “introdução” da cartilha, dá indícios da filiação que o

¹⁶ Ainda assim, destacamo-la aqui porque, mesmo que não tenha função de documento legal e não possua aplicação prática direta, a cartilha evidencia discursos em jogo nas disputas pela representação do outro e traços característicos da proposta politicamente correta, sendo representativa da incorporação dos princípios da correção política por políticas públicas para os direitos humanos no Brasil.

politicamente correto busca no ideário dos direitos humanos. Diz o texto, a certa altura, que “observar, estudar e agir respeitando as diferenças é o que se esperada [sic] de cidadãos que acreditam na democracia e, de fato, lutam por um mundo mais justo” (PINSKY, 2004, s/p.).

Por esses excertos – que, apesar de enxutos, revelam importantes aspectos do discurso em que se baseia a publicação em foco –, vemos que a cartilha assenta sua legitimidade e fundamento em princípios como o caráter universalista das causas dos Direitos Humanos, a responsabilidade de cada um na manutenção do bem comum, a defesa da dignidade humana e o respeito a todas as pessoas, iguais em suas diferenças.

Como destacado por Maria Luiza Marcílio, as premissas dos direitos humanos, universais e invioláveis, centram-se na dignidade da pessoa humana. Dentre os legados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estão “valores como a tolerância, a fé na liberdade de pensamento e de expressão, a fraternidade entre os povos, o respeito à pessoa humana”, até hoje presentes na maioria das constituições de países democráticos (MARCÍLIO, 2008, p.18).

É dos princípios da dignidade, da unidade e da igualdade de todas as pessoas, componentes da solidariedade ou fraternidade entre os povos, que deriva o princípio do “bem comum” – que, sob o foco dos direitos humanos, deve ser a meta prioritária de toda sociedade, assegurada tanto pelas pessoas comuns, consideradas individualmente, quanto pelo Estado (MARCÍLIO, 2008, p. 20).

Amparando-se no discurso dos direitos humanos, a cartilha – a exemplo do que fazem muitas propostas qualificadas como politicamente corretas – chama o cidadão a exercer responsavelmente o seu papel cívico por/com outros indivíduos. Para isso, o exercício do politicamente correto propõe a retirada, da linguagem, de termos que revelam e alimentam preconceito (ou até, em alguns casos, estigmas sociais) contra determinados grupos.

Como vimos, traçar, com precisão, uma definição de “politicamente correto” não é tarefa fácil, já que a própria expressão encontra-se em disputa entre diferentes agentes sociais. Para dar conta dessa complexidade, é preciso examinar, caso a caso, a compreensão que cada parte envolvida nesse debate apresenta para o termo em questão. Neste momento, o que buscamos fazer é mapear, a partir do trabalho de outros

pesquisadores, uma delimitação do politicamente correto, da qual podemos partir neste início de nossas reflexões – afinal, também essas acepções conceituais indicam importantes sentidos da categoria “politicamente correto” na contemporaneidade.

Vimos que o politicamente correto – tal como entrou para a breve bibliografia a ele destinada no país – constitui uma tendência que se aplica a vários campos, prescrevendo formas de expressão ou conduta, com o objetivo de combater atitudes discriminatórias, sobretudo no que diz respeito às questões étnicas, de gênero e sexuais. Nas palavras de Sírio Possenti, essa tendência busca “tornar não marcado o vocabulário (e o comportamento) relativo a qualquer grupo discriminado” (POSSENTI, 1995, p. 125).

Renato Janine Ribeiro refere-se ao politicamente correto como uma doutrina, que nasceu nos Estados Unidos, desenvolveu-se em meios intelectuais que defendem as minorias e tem, por base, a ideia de que é incorreto ou “condenável” o uso de termos que conotem preconceitos (RIBEIRO, 2000, p. 26).

Façamos um parêntese. Devemos ter em mente, com base nessas proposições, que os princípios reconhecidos como politicamente corretos dizem respeito a sentidos e concepções identitárias em disputa contemporaneamente. Ao lado dos princípios dos direitos humanos, a emergência do politicamente correto baseia-se também na conformação de um saber específico sobre a linguagem, desenvolvido ao longo do século XX a partir de estudos que se dedicaram a pensar o estatuto do discurso, o que possibilitou a tomada de consciência da palavra como ação – ou seja, como capaz de criar realidades e ela, em si, como um gesto.

O literato J. M. Coetzee apresenta uma ideia interessante a esse respeito. Para ele, o poder de ofensa de determinados termos está relacionado ao uso que deles se faz para nomear o outro: ou seja, ao fato de aparecerem em um “ato de fala”. Dessa forma, os nomes recuperam seu “poder simbólico” que, para além de seu conteúdo semântico, corresponde ao poder de denominar que quem os utiliza possui. Sobre palavras aparentemente neutras que se tornam capazes de causar ofensa, Coetzee afirma: “Somente quando vemos seu uso como um ato verbal, um gesto de marcar distâncias, compreendemos sua resistência à entropia semântica”¹⁷ (COETZEE, 2008, p. 16).

Não obstante a validade desse raciocínio para pensarmos as dinâmicas de poder entre denominadores e denominados, devemos lembrar que não há termos neutros ou

¹⁷ Tradução nossa.

objetivos: “todas as palavras, ensina Bakhtin, são assinaladas por uma apreciação social” (FIORIN, 2008). É aí, aliás, que reside, para Renato Janine Ribeiro – que procurou refletir sobre a “grandeza e miséria” do politicamente correto –, uma das dimensões positivas de tal proposta: já que a linguagem “expressa, produz e reproduz uma visão de mundo”, é preciso expor e, eventualmente, combater esses pontos de vista – ainda que isso possa levar a ingenuidade ou excessos (RIBEIRO, 2000, p. 28).

As representações sociais, para Moscovici (2011), constituem sempre, como já dissemos, uma redução – o que faz delas terreno fértil para a instalação de preconceitos. Ao mesmo tempo, retirar representações em circulação em uma cultura representa um projeto imenso, difícil de ser empreendido, pois envolve não apenas circunscrever as palavras, mas também reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário.

Toda essa complexidade está refletida também nos debates presentes na esfera pública e em espaços acadêmicos. Sírío Possenti aponta as duas principais posições que emergem nessas discussões: de um lado, estão os que apontam que o politicamente correto representa uma forma atualizada de censura, gerando cerceamento da liberdade da expressão, com impactos sobre diversos campos de manifestação cultural; de outro, há os que apostam no politicamente correto como “caminho para a civilidade”, enquanto resultado da organização de minorias, fenômeno que combate a discriminação a grupos minoritários ou historicamente marginalizados (POSSENTI, 1995, p. 126).

Entre expressão de censura ou tendência libertadora, procuraremos, nas próximas páginas, refletir sobre as implicações de uma e outra posição, a fim de firmar terreno para que se possa pensar o estatuto do politicamente correto, em sua relação com a liberdade de expressão, e refletir sobre seus efeitos pretendidos e os impactos por ele visados sobre a sociedade.

4.2. O peso da censura

Em matéria da versão *online* da *Folha de S. Paulo* de março de 2013 sobre o lançamento do *Guia politicamente incorreto da filosofia*, de Luiz Felipe Pondé, lemos que “A intenção do livro é levantar um debate apontando como o politicamente correto, nascendo de uma preocupação que não deixa de ser consistente, se transformou numa verdadeira censura fascista do pensamento público” (ANDRIGHETTO, 29/03/2013).

Outro exemplo da posição que vê no politicamente correto uma forma de restrição da liberdade de expressão, como escreveu Sírío Possenti, pode ser encontrado na repercussão, em 2005, em torno do lançamento da cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, como pontuamos algumas páginas atrás.

De fato, o politicamente correto guarda, com a censura, uma similaridade fundamental: em ambos os casos, o que está em jogo é a resposta a formas de ofensa. Para Coetzee, a ofensa está na raiz de todo ato censório, de modo que não se ofendem apenas os que se encontram em uma situação de subordinação, mas também aqueles que têm receio de serem privados de alguma forma de poder (COETZEE, 2008). No caso do politicamente correto, a resposta se dá pela tentativa – por meio de uma multiplicidade imensa de mecanismos – de eliminar da linguagem termos capazes de ofender; no caso da censura clássica, há uma reação ativa sobre uma ofensa efetiva ou potencial.

Ainda que seja possível traçar tal aproximação, é preciso considerar a existência de diferenças conceituais importantes entre as duas noções em foco. Começemos, pois, tentando avançar um pouco na compreensão da natureza do fenômeno denominado, em diversos discursos sociais, como “politicamente correto”. Se há algo que se pode afirmar sobre o politicamente correto, é que essa expressão não significa a mesma coisa para todos aqueles que a utilizam – e nem em todas as épocas. Há traços valorativos e semânticos comuns atravessando todas essas acepções, como tentamos pontuar, mas é preciso observar que a natureza do que se quer dizer por politicamente correto é extremamente fluida. Expliquemos: o que se identifica e denomina por politicamente correto, no debate público e até mesmo na discussão acadêmica, corresponde não a uma forma de conduta ou prática, mas sim, a uma diversidade significativa de iniciativas.

Quando da análise de nosso *corpus*, adentraremos nessa complexa rede de sentidos e valores. Em comum, as práticas reunidas sob a rubrica “politicamente correto” conservam a preocupação com a contenção de preconceitos, o combate à discriminação, o embasamento nos direitos humanos. Nem sempre, está em jogo a preocupação com a reprodução de preconceitos via linguagem, embora esse sentido seja bastante frequente – recorte que constitui nosso foco de atenção aqui. Às vezes, o PC se refere a uma prescrição genérica de palavras ou condutas desejáveis; às vezes, refere-se a políticas públicas ou sanções jurídicas.

Para Sírio Possenti, por exemplo, a palavra que aparece é “tendência”. Renato Janine Ribeiro adota “doutrina”. Já os pesquisadores Amadeu de Oliveira Weinmann e Fábio Vacaru Culau entendem o politicamente correto como “conjunto de intervenções políticas – visto que exercem pressão contra práticas ditas de assujeitamento –, cujo alvo preferencial é a linguagem ou, mais precisamente, determinadas manifestações linguísticas, que carregariam em si a marca da discriminação contra grupos minoritários” (WEINMANN; CULAU, 2014, s./p.).

Buscando avançar em um entendimento básico acerca do PC, é preciso considerar que, na base das referidas intervenções políticas – também elas muito diversas –, e a possibilitar reuni-las sob a mesma categoria, há um discurso – ou um conjunto de discursos – baseados em saberes e fixando valores mais ou menos comuns a tudo o que se costuma identificar como parte do politicamente correto. Lembremos, com Foucault, que as práticas não-discursivas são atravessadas e amparadas por práticas discursivas. Não obstante a grande diversidade de ações, intervenções e debates suscitados em nome do politicamente correto, entendemos que o que possibilita reuni-los todos em uma mesma categoria – por menos consensual que seja – é a existência de uma dimensão discursiva que os atravessa. De fato, muitas vezes, o que se denomina como politicamente correto no debate público refere-se, de modo genérico, a uma série de prescrições ou recomendações sobre como empregar as palavras – caso em que fica evidente o entendimento do PC enquanto grupo de enunciados.

Nesse sentido, privilegiaremos, neste momento, a dimensão discursiva do politicamente correto. Em outras palavras, referir-nos-emos ao PC como discurso – ou, melhor dizendo, conjunto de discursos, dada sua já reiterada diversidade. Isso não quer dizer que não consideremos que, em nome do politicamente correto, sejam reivindicadas intervenções políticas, mas sim que, antes de serem efetivadas tais intervenções, o que há é o discurso. De fato, as ações denominadas no debate público como “politicamente corretas” são de uma multiplicidade impossível de ser explicada por um único conceito ou um único nome. Em comum, a todas elas, parece existir apenas um conjunto de argumentos ou concepções de mundo – ou seja, algo da ordem dos discursos. Também esses argumentos são muito diversos, mas partilham entre si algumas ideias fundamentais.

Pensando na concepção dual do signo linguístico, tomamos dos referentes em jogo no caso do nome “politicamente correto” – ou seja, tomamos da coisa que está fora da linguagem e é por ela representada – sua dimensão discursiva. Entendemos que o nome “politicamente correto”, dependendo da situação de enunciação, pode referir-se a diferentes referentes. Porém, em todos eles há uma dimensão discursiva que não apenas configura possivelmente o único dado comum a atravessar tão grande diversidade, como também nos interessa sobremaneira, por suas características peculiares.

Dito de outra forma, nosso enfoque não se justifica apenas pelo atravessamento por uma dimensão discursiva evidente das práticas reconhecidas na vida social sob a categoria “politicamente correto”, isto é, enquanto categoria nativa; também nossa inclinação teórica e os objetivos desta pesquisa embasam nossa opção por considerar o politicamente correto – neste ponto sim, como categoria de análise – enquanto discurso.

E é por conta desse entendimento do PC enquanto fenômeno fundamentalmente discursivo, no denominador comum do que se entende por politicamente correto nos discursos sociais circulantes, que urge traçar uma distinção em relação à censura. Antes de mais anda, devemos buscar uma conceituação mais precisa de censura – levando-se em conta que o exercício e o entendimento da censura apresentam profundas variações de um momento histórico para outro.

A oposição entre sujeito e cultura, entre o “eu” e o “outro” e entre diferentes grupos em uma cultura sempre levou à repressão das dissidências e insubordinações, por meio do autoritarismo e da violência. Situando-a entre esses recursos, ao longo da história da humanidade, Cristina Costa explica a censura como sendo, de modo geral, “o poder de impor pela autoridade, pela força, pela dependência, pela barganha e até pela violência, o silêncio ao dissidente”, “tendo se tornado cada vez menos suportável (ao menos no Ocidente) à medida que a sociedade se tornou predominantemente laica, urbana, complexa, plural e republicana” (COSTA, 2013, p. 20).

Partindo dessa concepção, bastante abrangente, podemos problematizar alguns aspectos do posicionamento segundo o qual o politicamente correto constitui uma forma de censura. Primeiro, há que se considerar que o politicamente correto por si, considerado como princípio norteador – ou como discurso, como veremos – não representa uma imposição que usa de autoridade, força, dependência, barganha ou violência. Ele é, antes disso, uma textualização de valores, posições identitárias e princípios

políticos/ideológicos. Por outro lado, em nome do PC, muitas ações de intervenção são solicitadas às autoridades estatais e a instituições sociais, o que muitas vezes gera decisões com valor de lei e sanções a quem infringir os valores prescritos sob a rubrica do politicamente correto. Sob essa ótica, embora o politicamente correto, por sua natureza, não tenha o poder de agir por si só como forma de censura, ele pode dar ensejo ou fornecer os argumentos que fundamentam ações de caráter censório

Em segundo lugar, é preciso considerar que não se trata, no caso do princípio da correção política, de fazer silenciar a voz do dissidente. Se pensarmos em termos de hegemonias, o politicamente correto traz à tona um discurso que – ainda que se pretenda hegemônico – não constitui o discurso do “mais forte”. Ao contrário, o que está em questão é a defesa de demandas contrárias a ideologias estabelecidas de longa data – caso do racismo, machismo, homofobia etc. Esse é um argumento, aliás, muito empregado pelos defensores do politicamente correto para legitimá-lo como uma iniciativa que difere da censura. Não podemos deixar de notar, porém, que o entendimento acerca da censura como instituição encarregada de fazer silenciar a voz do dissidente não é válido à análise do politicamente correto – para nenhum dos dois lados da discussão. Isso porquê o PC surge e se exerce em um contexto em que a questão das identidades não pode mais ser examinada apenas como base na bilateralidade hegemonias/dissidências.

Ao mesmo tempo, podemos aprofundar essa reflexão adotando um conceito de censura localizado, de modo mais preciso, no tempo e no espaço. Pensemos, pois, na forma clássica da censura, cuja presença no Ocidente ruiu com a extinção dos órgãos censórios estatais ao final do século XX. Observando essa experiência histórica específica, vemos que a atribuição ao politicamente correto do mesmo estatuto da censura incorre em alguns equívocos conceituais, já que o politicamente correto não se organiza formalmente como instituição social.

A reação da Igreja Católica às heresias que levariam à Reforma Protestante criou a censura como instituição (representada, sobretudo, pela Inquisição), que, tornada laica, foi incorporada como aparelho do Estado pelas monarquias absolutistas. Mais tarde, no século XIX, foi adotada por governos capitalistas preocupados com a ameaça socialista e, no último século, esteve presente nos regimes nazi-fascistas e stalinista.

Na Modernidade Ocidental, que se situa entre os séculos XV e XX de nossa era, a censura se caracterizou prioritariamente como ação política do Estado,

parte integrante de seu aparelho administrativo, cuja função era controlar a produção artística e as comunicações (COSTA, 2013, p. 21).

Não é o caso, como devemos observar a esta altura, do politicamente correto, em nosso nossa opção por enquadrá-lo enquanto discurso, que não se estabelece, por si só, como instituição ou órgão de Estado. Por outro lado, o argumento da correção política é muitas vezes encampada em políticas públicas, enquanto princípio, funcionando como ideologia norteadora de ações voltadas aos direitos humanos – ideologia que implica a tomada de posição entre outros discursos de caráter ideológico.

Como vemos, estamos o tempo todo partindo de uma distinção: de um lado, temos o politicamente correto considerado, grosso modo, como princípio norteador de ações no campo político, solicitações às instituições sociais e políticas públicas; de outro lado, temos as ações, empreendidas pelo Estado ou por instâncias sociais, que se nutrem dos valores defendidos pelo PC. Essas duas dimensões dos processos de controle sobre as palavras e os discursos interligam-se no ponto exato em que o politicamente correto, ao condenar o uso de certas expressões e prescrever o uso de outras, estabelece não-dizeres ligados a uma concepção de vida pública, os quais precisam ser endossados por instituições ou pelo Estado para que adquiram força de lei. Com isso em vista, podemos avançar em nosso entendimento acerca do politicamente correto. Propomos considerá-lo, conceitualmente, como forma de interdição – ou, ainda, diremos que, em seu projeto de interferência sobre as palavras, atua gerando interdição. Ao lado da marcação de determinadas palavras e expressões com a etiqueta da interdição, os discursos reunidos sob a nomenclatura do politicamente correto solicitam a instituições e ao Estado a tomada de ações e garantias que assegurem a exclusão das palavras assim rotuladas. Há que se observar, não obstante, que algumas das ações solicitadas representam formas de censura.

As ações de interferência solicitadas pelos discursos identificados como PC podem ser de natureza muito distinta (processos judiciais, formulação de leis, adoção de políticas culturais, divulgação público dos termos desejáveis etc.) e, em alguns casos, podem adquirir valor de lei ou norma. Cada caso, portanto, deve ser analisado individualmente, inclusive para que possamos compreender se as ações empreendidas possuem ou não teor censório. Um indicativo relevante para pautar essa análise deve ser a consolidação das solicitações em nome do PC em forma de lei ou norma, com previsão de sanções a quem descumpri-las, caso que pode indicar o exercício da censura (pensemos

no caso do dicionário *Houaiss*, por exemplo, já discutido nesta pesquisa). Algumas vezes, também, as ações solicitadas em nome do politicamente correto podem não se concretizar. Nesse caso, mesmo sem valor de lei, os efeitos da interdição mantêm-se atuantes no nível da cultura e do jogo das trocas discursivas.

A separação entre discurso/interdição, de um lado, e censura, de outro, mostra-se pertinente em termos analíticos, embora, na realidade da vida social, as duas dimensões atuem conjuntamente, com reforços e remetências mútuas. Ao atribuir a marca da interdição às palavras, os discursos identificados como PC não apenas estabelecem não-ditos no jogo das práticas discursivas, mas também dão ensejo à condução de reações ativas por parte de outras instâncias sociais de modo a assegurar os efeitos da interdição. A atribuição da marca de interdição não se faz de maneira descomprometida. Vemos, portanto, que estamos diante de dois níveis ou degraus de um mesmo processo de controle sobre a linguagem e os discursos: primeiro, temos a interdição estabelecida pelos discursos ditos politicamente corretos; depois, vêm as interferências estabelecidas por parte de instituições sociais sobre as palavras com base nas marcas de interdição estabelecidas por isso que se reconhece como PC – interferências essas que, voltamos a dizer, recaem muitas vezes em ações de caráter nitidamente censório.

O pressuposto dessa separação analítica entre dois degraus distintos de um mesmo processo de controle sobre a linguagem é a ideia de que os discursos do politicamente correto, embora gerem interdição e solicitem formas de intervenção ativa por parte de instituições sociais, não são capazes, eles mesmos, de gerar as intervenções solicitadas. Em outras palavras, consideramos que o politicamente correto não corresponde a uma instituição social e, por si só, não tem poder de legislar sobre a vida social. Reiteramos, pois, que entendemos o politicamente correto como um conjunto – difuso, esparso, confuso, mas não por isso inexistente – de notações sobre valores e ações, sobre o estatuto das palavras e estratégias a serem adotadas. Como estratégia política, ele compreende uma série de enunciados que fixam seus postulados fundamentais.

Com isso, queremos sublinhar que o que confere ao politicamente correto certa unidade é sua dimensão discursiva, isto é, mais do que designar um tipo específico de ação, o PC compreende uma tomada de mundo, uma perspectiva ideológica, um conjunto de enunciados sobre temas em comum. Em outras palavras, quando propomos

compreender o politicamente correto como um discurso (ou conjunto de discursos), devemos lembrar que todo discurso está sempre gerando interdições.

Façamos um parêntese para compreender melhor o conceito de interdição. Para isso, embasamo-nos nas ideias propostas por Michel Foucault em *A ordem do discurso* (2008). Nessa obra, o autor aponta que, em toda sociedade, a produção dos discursos é controlada segundo certos procedimentos de controle. Ele é movido pela pergunta: “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2008, p. XX). Para controlar o acontecimento aleatório na produção discursiva é que surgem os procedimentos de controle de que Foucault se ocupará. Ele mostra, portanto, que as práticas discursivas são objeto de luta: elas determinam que nem tudo pode ser dito e que as coisas que se podem dizer são regidas por uma “ordem do discurso” – está colocada, dessa forma, a questão do poder.

Os procedimentos descritos por Foucault se caracterizam por mecanismos discursivos e podem ter como efeito, dentre outros, a “exclusão”. A exclusão é o tipo de interferência que nos interessa aqui para compreender o politicamente correto, já que corresponde a procedimentos externos de controle, isto é, com origem em instâncias sociais. Em outras palavras, os procedimentos externos são as limitações impostas pela sociedade à produção de discursos, ou seja, que vêm de fora e neles interferem. Dentre a tipologia proposta por Foucault para explicar as modalidades de interferência gerada pelos procedimentos externos, interessa-nos aqui a categoria da “interdição da palavra”.

O princípio da interdição determina que algumas palavras sejam proibidas, isto é, que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância e que qualquer um não pode dizer qualquer coisa. É exatamente a isso que dizem respeito os rituais da palavra fixados pelos discursos reconhecidos como politicamente corretos, determinando a interdição de palavras e enunciados. Esses rituais da palavra distribuem, em uma comunidade, o direito ao ato de dizer em um determinado campo discursivo. Decorrem dessas práticas de interdição a existência de “tabus de objeto” (assuntos sobre os quais não falamos; por exemplo: excrementos à mesa ou o tema do suicídio na mídia) e “rituais de circunstância” (não se pode falar de tudo em toda circunstância) – modalidades de interdição em que se insere o politicamente correto.

Em suma, podemos dizer que a interdição corresponde a um mecanismo discursivo de controle com origem em instâncias sociais, que atua gerando exclusão de determinadas palavras, a partir do estabelecimento de tabus de objeto e rituais de circunstância. Parece-nos claro, portanto, que o politicamente correto, em seu projeto de interferência sobre as palavras, produz interdições.

Temos aqui mais um aspecto em que podemos considerar o politicamente correto como um discurso aos moldes do conceito de Michel Foucault. Como princípio norteador, com sua característica de gerar interdição, o politicamente correto – assim como o discurso foucaultiano – remete a regras e práticas que constroem representações sobre certos objetos e conceitos, definindo aquilo que se pode dizer sobre eles, em um momento histórico específico (FOUCAULT, 2002).

Como se vê, todos os discursos, em diferentes graus, geram formas de interdição. Com o politicamente correto, não é diferente. Nesse sentido, a especificidade do grupo de discursos em foco nesta pesquisa está em duas características fundamentais. Primeiro, há a explicitação dos processos de interdição, com suas regras, valores e motivações, pelos próprios enunciados que compõem esse discurso (ou seja, trata-se de um discurso *sobre* a interdição que gera), enquanto, em geral, a interdição gerada pelos discursos não é por eles posta tão explicitamente. Segundo, o politicamente correto apresenta-se como discurso político, ideia a que voltaremos mais adiante; neste momento, cabe assinalar que o caráter político dos discursos politicamente corretos termina por convertê-los em militância e é o que fundamenta a solicitação de intervenções às instâncias sociais que, muitas vezes, dão ensejo a ações de censura.

Recapitulando alguns tópicos enunciados, procuramos problematizar a aproximação entre o politicamente correto e a censura (sobretudo, a censura entendida enquanto instituição), apontando que o PC constitui um apanhado de discursos que têm como efeito gerar interdições (as quais, por vezes, ao serem validadas por instituições sociais, convertem-se em censura). Como sabemos, todas as culturas são atravessadas por diferentes discursos que – assim como faz o politicamente correto – determinam aquilo que se pode e o que não se deve dizer. Para alguns autores, em uma direção diversa daquela representada pelas conceituações de censura com que trabalhamos até agora, as próprias limitações impostas pela própria cultura ao homem representam uma forma de censura. Algo como uma censura que – longe de se impor pela força, autoridade,

violência; longe de se instaurar como instituição; e longe de ser arbitrária – deriva da própria inserção da subjetividade humana na cultura.

Vale à pena pontuar esse entendimento de censura porque, embora diferente dos conceitos até agora apresentados, ele representa um interessante paralelo para a ideia de interdição, conforme a mencionamos aqui. Como diz Manuel Carlos Chaparro, existe, nas sociedades democráticas, uma “censura cultural” – diferente da “censura política”, esta sustentada pela força e/ou pelo arbítrio. Segundo ele, não há cultura sem censura. Nas palavras do autor,

A censura cultural funciona na preservação dos modelos e valores estabelecidos em cada país, em cada religião, em cada partido, em cada instituição, em cada família, em cada jornal, separando o que pode ou convém ser dito do que não pode ou não convém dizer, segundo critérios que qualificam o que é ou não perigoso – e isso tanto se aplica aos ambientes reacionários, que rejeitam idéias avançadas, quanto aos ambientes abertos, evoluídos, que repudiam propostas e visões conservadoras (CHAPARRO, 2012, s/p.).

Isso vai de encontro, justamente, ao choque entre sujeito e cultura de que fala Cristina Costa: “[...] desde os primórdios da cultura, estabeleceu-se o conflito entre uma subjetividade única e indivisível que nos distingue como individualidade e a força hegemônica da cultura forjada nas relações estabelecidas pela vida coletiva” (COSTA, 2013, p. 20). Qual seja o nome que dermos a ele, o fato é que esse processo difere profundamente das formas institucionalizadas de censura de que falamos anteriormente.

Vemos, por tudo isso, que é possível estabelecer aproximações entre os discursos que se reconhecem como o politicamente correto e a censura; e que, embora devam ser separadas em função de propósitos analíticos, essas duas dimensões (a do PC e a da censura) apresentam, na prática da vida social, inegáveis interligações, já que ambas inserem-se em um mesmo processo de controle discursivo no qual, a partir das interdições geradas pelo politicamente correto, solicitam-se propostas de intervenção passíveis de serem classificadas como censura. De qualquer forma, a classificação dos discursos politicamente corretos como censura, se não completamente infundada, necessita de um tratamento conceitual acurado para que não se torne problemática.

Por fim, na dimensão em que podemos considerar o politicamente correto como uma forma de “censura cultural”, é preciso lembrar que não se trata de uma censura igual àquela exercida nos momentos de vigência de uma censura institucional. Essa censura cultural, por si só, não foge ao funcionamento das sociedades democráticas, embora seja preciso atentar para o risco e os casos em que esse tipo de interdição assume a forma de

lei, possivelmente valendo-se de recursos arbitrários ou autoritários. Como diz Chaparro, “O perigo está no estabelecimento ou no consentimento do poder arbitrário de censurar” (CHAPARRO, 2012, s/p.).

É importante atentarmos também para o peso que possui o termo “censura”. Ainda que, como diz Chaparro, o perigo não esteja nessa palavra isolada, sua invocação, em enunciados na esfera pública, tem como efeito a invalidação de determinados posicionamentos. É que as palavras mobilizam uma “memória discursiva”, um campo associativo em que os enunciados correlacionam-se com uma série de outras formulações já assentadas em um espaço historicamente delimitado (FOUCAULT, 2002, p. 36). É o que talvez ocorra, por vezes, no caso do politicamente correto: a atribuição do vocábulo “censura” como definidor de sua natureza, de modo simplista e conceitualmente equivocado, tem como resultado a deslegitimação do argumento que se quer ver combatido.

Chegando, então, a este ponto da discussão, esperamos ter apresentado uma distinção entre a correção política em sua dimensão discursiva, agrupamento de princípios norteadores ou amarração de valores que circulam na cultura, e as ações de intervenção ativa ou direta exercidas em nome desse princípio. Assim, se seria arriscado atribuir ao politicamente correto, considerado como discurso, princípio regulador ou mesmo ideologia, a etiqueta de censura, muitas das ações que encontram fundamento ou justificativa na correção política, por outro lado, podem incorrer em processos de caráter, inequivocamente, censório.

Para que possamos compreender episódios como esse, é preciso levar em conta as especificidades da censura na atualidade, após a extinção dos órgãos censórios oficiais. Segundo Costa, “Estamos, hoje, diante de processos de interdição plurais, difusos, indiretos e internacionais” (COSTA, 2013, p. 22). Esses processos incluem mecanismos diversos, dentre os quais, processos judiciais, a classificação etária, leis que regulamentam as possibilidades de expressão, leis de incentivo, restrições de origem mercadológica (sendo, os dois últimos, de natureza indireta). Em todos os casos, o politicamente correto pode emergir como argumento para as restrições exercidas.

Não obstante, a análise deve ser feita caso a caso, considerando sempre a complexidade desse cenário – complexidade que diz respeito tanto aos mecanismos atuais de censura, quanto às fronteiras da liberdade de expressão, em que esta se cruza com

outros direitos democráticos fundamentais. Arbitrariedade, autoritarismo, ausência de diálogo com a sociedade civil, processos que restringem *a priori* a circulação de determinados conteúdos (em lugar de punições *a posteriori*, legalmente amparadas), prevalência de interesses privados sobre o interesse público – são todos elementos indicativos de que, em determinada ação, reside ainda o fantasma da censura.

4.3. Alguns limites

Por outro lado, é preciso examinar também os argumentos dos entusiastas das ações, falas e reivindicações reunidas sob a categoria do politicamente correto. O PC, dizem, constitui um caminho à libertação – e isso quando seus defensores empregam a terminologia “politicamente correto”, geralmente utilizada pelos detratores; de qualquer forma, pensemos nos argumentos que são utilizados para justificar como benéficas e necessárias as várias práticas e falas reconhecidas como politicamente corretas, com ou sem assunção explícita da nomenclatura.

Retomemos as palavras de José Luiz Fiorin: “A ideia [por trás do politicamente correto] é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias” (FIORIN, 2008, s./p.). Pretendemos, então, de modo breve, sublinhar alguns dos limites desse argumento, a partir de uma observação, ainda que pontual, dos elementos que constituem os discursos reconhecidos como politicamente corretos, procurando refletir sobre o estatuto de seu objetivo transformador.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o caráter preconceituoso ou discriminatório de determinadas palavras, bem como seu poder de reforçar estigmas, deriva de apreciações sociais enraizadas no imaginário (como os estereótipos, por exemplo) e carregadas pela linguagem. Ou seja: nenhuma palavra pode, por mais que se persiga tal objetivo, ser completamente neutra. Essa ideia encontra um importante paralelo no pensamento de Mikhail Bakhtin, para quem:

Todo signo é ideológico [...] O signo e a situação social estão indissolivelmente ligados [...] A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações da vida social. Para ele, a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia (YAGUELLO, 1988, pp. 16-17).

Nessa perspectiva, há uma vinculação entre a palavra e a situação social. A palavra, por ser portadora de uma ideologia (entendida, aqui, como uma determinada

visão de mundo), acompanha todos os atos de compreensão e interpretação da vida humana. Além disso, a própria enunciação é de natureza social. Os enunciadores selecionam as palavras a partir de um “estoque social” de signos disponíveis, de modo que a própria utilização desse signo em uma situação concreta de fala é determinada pelas relações sociais (BAKHTIN, 1988, p. 113).

O fato de a linguagem ser portadora de ideologias, muitas vezes preconceituosas e discriminadoras, remete à existência de formas de violência que, em lugar de passarem pela coerção física, realizam-se por meio do signo. Para entender essa ideia, devemos recorrer ao conceito de “violência simbólica”, conforme Pierre Bourdieu:

A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que não são elas mesmas percebidas como tais, apoiando-se sobre as ‘expectativas coletivas’, as crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica repousa sobre uma teoria da crença, ou melhor, sobre uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e apreciação que lhes permitirão perceber as injunções inscritas em uma situação ou em um discurso e de obedecer-lhes¹⁸ (BOURDIEU, 1994, p. 188).

A violência simbólica, segundo Bourdieu, está ligada à imposição de categorias de pensamento, percepção e apreciação sobre agentes sociais dominados. Em virtude dessa violência simbólica que lhes é imposta, tais agentes passam a entender a ordem social como legítima. Como diz o autor, a violência simbólica é aquela “que é exercida sobre um agente social com sua cumplicidade” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.167). Em certos sentidos, a violência simbólica pode ser até mais profunda do que a violência física, uma vez que ela está incorporada nas próprias estruturas cognitivas e modos de ação dos indivíduos, legitimando (e, portanto, reproduzindo), a ordem social.

Sob essa perspectiva, as propostas identificadas como correspondentes ao politicamente correto propõem uma discussão relevante ao identificarem que as palavras são portadoras de uma ideologia e que a dominação simbólica naturaliza relações sociais desiguais. Além disso, tendo em vista o conceito de violência simbólica, a ideia na base do politicamente correto carrega consigo o potencial de lançar luz, no discurso público, sobre situações de dominação, mostrando-as como ilegítimas.

Não obstante, vemos que seu alcance em termos de transformação da ordem social é limitado, pois as relações de dominação não se situam apenas na palavra/ato de fala e, embora passem pela linguagem, são reforçadas também por outras práticas. O

¹⁸ Tradução nossa.

politicamente correto, porém, não vai além do alcance da palavra, como se ela fosse centro e origem da dominação, em uma relação de causa e consequência, simplificando o problema. Um pensamento mais complexo, por outro lado, diz respeito à compreensão da dominação como constituída em uma relação dialética entre linguagem e práticas, palavra e cultura, formas de expressão e relações sociais.

A esse respeito, há outro conceito de Bourdieu (2009) que é relevante a esta discussão. Trata-se da ideia “habitus”, que corresponde à memória social instalada no corpo e liga o simbólico e a prática. De modo simplificado, para os propósitos deste trabalho, a noção de habitus mostra que a separação entre os planos prático e simbólico é questionável, uma vez que um interfere sobre o outro. Assim, mesmo que haja uma preocupação institucional em termos de redução de preconceitos e que haja políticas afirmativas – que, sem dúvida, são importantes –, o problema é que, enquanto houver diferenças no plano das práticas e elas forem hierarquizadas, a dominação será mantida.

Norman Fairclough apresenta uma visão interessante a esse respeito. Para ele, os discursos podem construir e reconstruir práticas sociais, estruturais sociais e a vida social como um todo, porém, não há garantias acerca desses efeitos construtivos: “the sedimentation of institutions and the habituses of people may make them resistant” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24). Segundo o autor, um ponto de vista dialético sobre as práticas sociais deve também incluir o reconhecimento da formação de permanências, as quais podem limitar a fluxo dialético entre os elementos.

Essas permanências podem ser divididas em dois tipos: primeiro, há a relativa permanência das instituições, organizações, redes de práticas e estruturas, considerando que estruturas e instituições desenvolvem rigidezes internas capazes de torná-las resistentes a toda forma de mudança, especialmente mudanças culturais e discursivas; segundo, há a relativa permanência gerada pelo habitus de cada pessoa, entendido como um conjunto de disposições, pontos de vista e conhecimentos (em termos discursivos e não discursivos) que se desenvolve ao longo do tempo e também pode ser consideravelmente resistente a mudanças (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).

Além disso, retomando as ideias de Bourdieu sobre violência simbólica, não se pode esquecer que imposição de categorias de pensamento e apreciação se ampara em um esquema de percepção, fruto das práticas de socialização. Por isso, ainda que se mudem

palavras e expressões pontualmente, não se altera o esquema, porque não se modificam as relações sociais.

Há, postas essas ponderações, mais uma reflexão preliminar que gostaríamos de traçar. Devemos, nesse sentido preciso, observar que os discursos do politicamente correto emergem de modo a compor um discurso político. Segundo Patrick Charaudeau, discurso político é aquele que “está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior” (CHARAUDEAU, 2011, p. 42). É exatamente o que faz o discurso politicamente correto: ao procurar interferir em dinâmicas da vida pública, trazendo à luz propostas que tentam influenciar o outro, ele pretende aliciar os sujeitos em seu favor, solicitando, deles, uma tomada de posição.

Ao mesmo tempo, o caráter do politicamente correto como discurso político fica evidente se observarmos sua ligação à organização da sociedade tanto como governo, ponto em que busca mudar o modo como se gerenciam processos da vida social de modo a interferir na distribuição do poder na sociedade, quanto como discussão, ponto em que depende de discussões na esfera pública voltadas à participação política para ganhar visibilidade e legitimidade.

Como aponta Charaudeau, o discurso político “[...] é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias da comunicação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 43). De fato, o politicamente correto emerge, como agrupamento de discursos, em plataformas e espaços de discussão distintos, sendo alimentado por variados agentes sociais, o que mobiliza uma multiplicidade de cenas em seu processo de enunciação.

Além disso, embora o discurso político não esgote, de forma alguma, todo o conceito de política, é preciso lembrar que não há política sem discurso. A linguagem, ao permitir a circulação dos discursos, leva à constituição de espaços de discussão, persuasão e sedução, nos quais são elaborados tanto o pensamento político, quanto a ação política. A linguagem, portanto, é o que motiva e orienta as ações – as quais, no caso da política, estão relacionadas a relações de influência social (CHARAUDEAU, 2011, p. 39). O caráter político do discurso do politicamente correto, por esse motivo, atribui-lhe (ou deriva de) a propensão à influência social, o que, em tese, pode resultar em transformações, mais ou menos pontuais, de aspectos da vida pública.

Embora esse potencial transformador seja afirmado pelos defensores do politicamente correto (note-se aqui a justificação de um posicionamento e a constituição de um espaço de sedução, características do discurso político), a própria estratégia de ação em seu favor implica em uma limitação de sua eficácia e abrangência. Essa ideia é desenvolvida por Renato Janine Ribeiro, que aponta, como principal fraqueza do politicamente correto, o fato de ele exibir o traço tipicamente norteamericano do *lobby*. Segundo ele, a sociedade norteamericana perdeu há muito tempo a noção de um espaço público, dissolvendo-se a capacidade de discussão de políticas amplas e gerais.

Lá, a opinião se converteu em uma infinidade de pequenos interesses setoriais, os quais, nas palavras do autor, “se prestam melhor ao engodo, porque, na falta de uma definição geral, as promessas a qualquer segmento social podem facilmente ser frustradas. Tal como há *lobbies* da indústria militar, surgem *lobbies* do discriminados” (RIBEIRO, 2000, p. 30). Ainda que de caráter, obviamente, mais democrático, esse *lobby* do politicamente correto nem sempre percebe a dimensão social do conflito que identifica. Em outras palavras, os conflitos sociais são apresentados como pulverizados e passam, de interesse de todos os cidadãos, a demandas de grupos específicos, sejam eles definidos por origem étnica, gênero ou opção sexual.

Por fim, há uma limitação correlata que deve ser ressaltada. É que o politicamente correto, embora traga à luz questões fundamentais ao respeito à cidadania, pode ter seu potencial libertador questionado por não colocar em discussão um propósito de emancipação econômica. Para o politicamente correto, a existência de classes sociais não é uma questão prioritária. Nem mesmo a dominação de mercado – que possui, como sabemos, notável potencial silenciador – é abordada nesse discurso.

Embora não seja explicitamente tratada pelos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a existência de disparidades sociais profundas é apontada por pesquisadores que se dedicam ao estudo dos direitos humanos como empecilho à consolidação da dignidade humana¹⁹. Maria Luiza Marcílio, por exemplo, chama atenção para a necessidade de libertar as pessoas de condições subumanas de extrema pobreza (MARCÍLIO, 2008, p. 20). Ao deixar de lado essa discussão, os discursos a que se atribui

¹⁹ Alguns estudos recentes da área da Ciência Política, por exemplo, apontam que altos níveis de desigualdade econômica são prejudiciais ao estabelecimento ou manutenção de um Estado democrático de direito (BOIX, 2003).

o rótulo PC, de modo geral, deixam em aberto um importante tópico do ideário no qual ele busca sua própria filiação.

4.4. No que toca a liberdade de expressão

Ao final deste tópico, devemos observar, como consideração preliminar, ponto de partida de nossa pesquisa, que os discursos do politicamente correto se engajam, como mecanismo discursivo, na contenção de dinâmicas de agressão de grupos considerados hegemônicos sobre aqueles tradicionalmente marginalizados – ou seja, entre o que Norbert Elias denomina como estabelecidos e *outsiders* (2000).

Apesar de seus limites, o que está em jogo no que se reconhece como politicamente correto são disputas sobre a legitimidade da representação do outro – sendo que a representação, aqui, não significa apenas a possibilidade de falar em nome do outro, “mas também o poder quase mágico de controle sobre as imagens produzidas sobre os outros” (PAGANOTTI, 2012, p.13). Assim, as reivindicações em nome do politicamente correto questionam a atribuição dos papéis de quem tem o poder de aplicar nomes a outros grupos.

No limite, o que se questiona é o monopólio das representações – em geral, daquelas que os estabelecidos detêm sobre os *outsiders*. Se, de fato, isso não se faz sem a realização de interdições sobre a linguagem, a invocação da liberdade de expressão como argumento desautorizador do politicamente correto tem como principal efeito a explicitação das posições de poder em jogo nessa equação.

Como nota J. M. Coetzee (2008, p. 23), o debate atual sobre liberdade de expressão é marcado pelo fim do consenso liberal que, outrora, predominava entre os intelectuais ocidentais. Segundo ele, até os anos 1980, era possível dizer que a intelectualidade compartilhava, em linhas gerais, a opinião de que quanto menos restrições forem aplicadas à expressão humana, melhor. Hoje, no entanto, não se pode mais formular tal suposição.

Mais adiante, debruçaremos sobre alguns dos diferentes argumentos em disputa no debate público sobre o politicamente correto. Como ponto de partida, devemos observar – a partir do que aqui procuramos apontar, quase esquematicamente – que as principais divergências entre tais argumentos são reveladoras da ausência de consenso sobre a liberdade de expressão.

Consensual, nesse caso, apenas a ideia de que a liberdade de expressão é um valor positivo, enquanto a censura corresponde a um valor negativo. O que vem a ser censura e liberdade de expressão, porém – assim como o que vem a ser o politicamente correto e, neste caso, qual o seu valor – permanece no centro de disputas diversas.

Para os estabelecidos, tradicionalmente detentores das representações legítimas, o politicamente correto é uma forma de censura; para os *outsiders* e seus defensores (dentre os quais, ativistas pró direitos humanos e intelectuais), ele corresponde à liberdade de criação de novas representações.

Diante das discussões aqui propostas, é interessante chamar atenção para a ideia de Coetzee (2008, p. 27) sobre o embate de representações. Para ele, as medidas mais adequadas contra representações ofensivas é a construção de “contrarrepresentações”. Mais do que apontar soluções fechadas, essa ideia nos interessa à medida que vai de encontro a uma tentativa de abrir caminhos para reflexões futuras – tendo em mente sempre a constituição de espaços de debate mais democráticos e plurais.

PARTE III

NAS PÁGINAS DA IMPRENSA

Capítulo 4

Primeiras leituras do *corpus*

A fim de lançar as bases para a análise discursiva que se pretende realizar no próximo capítulo deste trabalho, com foco em matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo* publicadas entre 1991 e 2014 que mobilizam a categoria “politicamente correto”, devemos traçar aqui algumas considerações a respeito dos seguintes tópicos:

(a) Observação das evidências concretas, enquanto fase da presente pesquisa destinada a reconstruir, empiricamente, os fenômenos estudados;

(b) Breve apresentação da proposta editorial e trajetória histórica do jornal em foco neste estudo, com os objetivos de se apreender alguns dos elementos que compõem seu contrato de comunicação²⁰ e, sobretudo, de se detalhar a composição do universo de investigação deste trabalho;

(c) Especificidades do material jornalístico coletado em termos de indicadores genéricos de construção das pautas, a partir da tabulação e categorização dos textos, de modo a avaliar as características do material empírico com que estamos lidando e, simultaneamente, construir uma primeira etapa de análise dos dados.

Tais aspectos – que concernem tanto à delimitação de escolhas metodológicas da investigação, quanto à análise descritiva de nosso *corpus* – serão os assuntos centrais do presente capítulo. Começemos, pois, abordando as operações e escolhas envolvidas na observação dos dados empíricos em foco neste estudo.

1. A construção dos dados da pesquisa

No curso de uma pesquisa empírica, as operações envolvidas na fase da observação, de acordo com o modelo metodológico descrito por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, “visam à ‘reconstrução empírica da realidade’, isto é, visam coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial” (LOPES, 2010, p. 142). Por corresponder ao processo de construção

²⁰ Segundo conceito utilizado por Patrick Charaudeau (2010).

dos dados científicos, a observação é fundamental ao desenvolvimento de qualquer investigação empírica e deve estar vinculada aos propósitos teóricos da investigação, que “repercutem na construção empírica dos fenômenos” (LOPES, 2010, p. 142).

De modo a responder aos propósitos deste estudo, com suas perspectivas teóricas e perguntas de investigação, procuramos cobrir um recorte significativo no que concerne à produção jornalística impressa atual no Brasil. Apesar das limitações de toda pesquisa de Mestrado, buscamos adotar um recorte representativo em termos da circulação e relevância no debate público do veículo escolhido – no caso, o jornal *Folha de S. Paulo* –, bem como quanto à abrangência temporal do período de observação – de 1991 a 2014.

A etapa da observação, diz Lopes, corresponde à realização da ruptura epistemológica na prática da pesquisa (LOPES, 2010, p. 143). Trata-se do momento em que a ruptura entre o objeto científico e o objeto real ou concreto – isto é, a ruptura entre o fato científico e o saber imediato – pode ser verificada nas escolhas relativas à delimitação e à composição do universo a ser focado na pesquisa e às técnicas de observação implicadas, com base no quadro teórico adotado. É que, tratando-se do universo social, “a ilusão de transparência do objeto real deve ser criticada”, afastando-se as relações mais aparentes (LOPES, 2010, p. 121).

Devemos falar na construção, pelo pesquisador, dos dados científicos, processo que abrange duas operações distintas: a amostragem e as técnicas de coleta (LOPES, 2010, p. 144) – com todas as ressalvas, porém, que podem ser feitas ao termo “coleta”, já que as informações a investigar não estão prontas ou disponíveis para serem simplesmente “recolhidas” pelo pesquisador, conquanto devem ser, como pontuamos, construídas a partir das perspectivas e propostas teórico-metodológicas da pesquisa.

Quanto à delimitação da amostragem, o que está em jogo é a construção de um “universo de investigação” (LOPES, 2010, p.144). Neste trabalho, nossa amostra compõe-se de textos jornalísticos – tomados como unidades de pesquisa fundamentais – publicados na versão impressa do jornal *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2014, que empregam a categoria “politicamente correto”. A escolha da *Folha* como foco de nossa atenção deve-se à sua expressiva circulação, relevância no debate público e importância em termos de consolidação de tendências e formatos de produção no contexto atual do

jornalismo brasileiro²¹. Buscamos cobrir, dessa forma, um universo relativamente relevante dentro da atual produção jornalística brasileira.

Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) relativos ao ano de 2013²² apontam a *Folha de S. Paulo* como um dos maiores jornais de circulação paga do país. Com uma circulação diária média de 294.811 exemplares, o periódico aparece atrás apenas do popular *Super Notícia* (média de 302.472 edições), de Belo Horizonte. Embora o *Super Notícia* lidere o *ranking*, trata-se de um veículo com características editoriais muito diversas daquelas que buscamos cobrir nesta pesquisa: editado em formato tablóide, com forte apelo popular, trata-se de uma publicação bastante enxuta, em geral, com poucas páginas. Além disso, sem influência consolidada no debate político, o *Super Notícia* existe há poucos anos: foi fundado apenas em 2002, enquanto os primeiros jornais da empresa Folha da Manhã circulam desde 1921.

Assim, com base nos dados divulgados pelo IVC, a *Folha de S. Paulo*, embora seja o segundo jornal em circulação do país, representa, dentre os veículos jornalísticos tradicionais, aquele com a maior circulação. No *ranking*, logo após a *Folha*, aparece o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, com circulação média de 267.542 exemplares; em seguida, vem o paulistano *O Estado de S. Paulo*, com 234.542 exemplares por dia. Esses dados, porém, alteram-se se são consideradas também as edições digitais dos periódicos. Como registra matéria da *Folha* publicada em fevereiro de 2014²³, o IVC adotou novas regras no levantamento de jornais brasileiros para refletir o crescimento das edições digitais. Com as novas diretrizes, no relatório divulgado no mês de janeiro daquele ano, a *Folha de S. Paulo* lidera o *ranking*, com média diária de 332.354 exemplares. Em seguida, aparecem os jornais *O Globo* (média de 299.821), *Super Notícia* (média de 292.988) e *O Estado de S. Paulo* (média de 233.415).

Esses dados, indicando a relevância da *Folha de S. Paulo* em termos de circulação no país, são um dos fatores a justificar a escolha desse jornal como universo de investigação nesta pesquisa. Não obstante, além de apostarmos na *Folha* como amostragem significativa da produção jornalística da grande imprensa brasileira, há outras razões que embasam sua escolha como nosso foco de atenção. Um desses fatores é

²¹ No próximo subitem deste trabalho, procuraremos apresentar as principais características editoriais e as especificidades da trajetória do jornal *Folha de S. Paulo*.

²² Conforme divulgado na página da Associação Nacional de Jornais (ANJ, s./d.).

²³ A matéria intitulava-se *Instituto ajusta critérios para aferir circulação de jornais; Folha é líder nacional* (FOLHA DE S. PAULO, 26/02/2014).

a grande presença de menções ao politicamente correto, ao longo do tempo, em seus textos. Em rastreamentos preliminares, constatamos que, dentre os três maiores jornais brasileiros segundo a listagem do IVC (excetuando-se o *Super Notícia*, que não consideramos nessas buscas devido às suas já mencionadas particularidades editoriais), a *Folha de S. Paulo* é o que utiliza mais vezes a expressão “politicamente correto”. Localizamos 2.843 ocorrências na *Folha*, datadas de 1978 a 2014, em contrapartida a 2.831 registros n’*O Globo*, também datados da década de 1970 a 2014, e 1.296 menções n’*O Estado de S. Paulo*, entre 1982 e 2014²⁴.

Por fim, há um último fator a reforçar as razões pelas quais elegemos a *Folha de S. Paulo* como foco de nossas análises nesta pesquisa. É que, por sua trajetória e perfil editorial, a *Folha* constitui um estudo de caso relevante. Além de seu forte histórico de jornalismo comercial, inspirado no modelo do americano *USA Today*, a *Folha* assume, no momento da abertura democrática, com a implantação do *Projeto Folha*, um discurso de pluralismo e apartidarismo, no qual busca fincar sua credibilidade pública. Na mesma época, o jornal buscou construir uma autoimagem calcada no discurso de defesa da liberdade de expressão e da democracia, com a adoção do *slogan* “Um jornal a serviço do Brasil” e procurando apagar, de sua memória oficial, episódios de franca cooperação com o regime militar. Entendemos, por tudo isso, que a *Folha de S. Paulo* configura um caso exemplar de como os jornais buscam, discursivamente, legitimar sua atuação na filiação aos ideais democráticos – âmbito em que a discussão sobre o politicamente correto, em seus cruzamentos com o debate sobre liberdade de expressão, aparece como foco privilegiado de disputas e construções identitárias.

Quanto ao período de observação adotado, este corresponde ao intervalo de 1991 a 2014. A escolha do marco inicial pautou-se pela constatação, após as primeiras leituras mais atentas do material jornalístico publicado sobre o tema em foco, de que o ano de 1991 marca uma mudança fundamental no debate público sobre o politicamente correto no Brasil. É nesse ano que a categoria “politicamente correto” ganha destaque e projeção decisivos nas discussões públicas, tornando-se objeto de diversas polêmicas e disputas. Foi também principalmente a partir de 1991 que a expressão “politicamente correto”

²⁴ Para efetuar esses rastreamentos, adotamos as ferramentas de busca presentes nos acervos digitalizados disponíveis para consulta na página d’ *O Globo* (<http://acervo.oglobo.globo.com>), d’ *O Estado de S. Paulo* (<http://acervo.estadao.com.br>) e da *Folha de S. Paulo* (<http://acervo.folha.com.br>, para a consulta até 1993, e search.folha.com.br, para a consulta dos dados de 1994 em diante). Em todos os casos, as buscas foram restritas à versão impressa dos jornais. Último acesso em 30 de março de 2015.

adquiriu contornos semânticos e discursivos peculiares, afastando-se de seu uso, até então quase unânime, com o sentido puro e simples de “correto do ponto de vista da política”. Ao mesmo tempo, a opção por estender o recorte temporal de nosso *corpus* até o ano de 2014 atende ao objetivo de abarcar um intervalo próximo à atualidade. Temos, portanto, um período suficientemente extenso para permitir a identificação de padrões temáticos e regularidades discursivas nos textos analisados.

O intervalo em foco compreende a publicação de 8.765 edições da *Folha de S. Paulo*²⁵. Como se vê, tanto a escolha do veículo jornalístico que é nosso foco de atenção, quanto o recorte temporal adotado implicam na constituição de uma amostra abrangente, cobrindo muitos anos de produção jornalística e abrangendo um número significativo de edições. Tal opção possibilita a construção de uma visão geral sobre a cobertura da *Folha de S. Paulo* acerca do assunto pesquisado, os modos como o jornal vem mobilizando a categoria “politicamente correto” e os discursos que circulam na esfera pública e emergem nas páginas do veículo em foco. Por isso, este estudo possui uma dimensão exploratória: dado o número reduzido de pesquisas brasileiras que abordam as discussões em torno do PC no país, buscamos conhecer as principais tendências do debate público em torno da ideia de “politicamente correto” e os enfoques da imprensa, em particular da *Folha de S. Paulo*, sobre essa temática. Tal visada exploratória se concretiza principalmente em um primeiro momento analítico, de descrição do *corpus*, no qual buscamos uma categorização das matérias jornalísticas a partir de aspectos formais e temáticos bastante sintéticos.

Com base em todos esses critérios de construção de nossa amostragem, passemos às operações relativas às técnicas de coleta – isto é, aos “instrumentos por meio dos quais são obtidas ou coletadas as informações ou dados brutos da pesquisa”, os quais diferem das técnicas de análise que lhes sucedem (LOPES, 2010, p.146). Nesta pesquisa, fazemos uso combinado de dados secundários (pesquisa bibliográfica) e dados primários (os textos jornalísticos sobre o politicamente correto). Como crivo fundamental à seleção dessas matérias, efetuamos buscas em acervos digitais da *Folha de S. Paulo* utilizando, como palavra-chave, a expressão “politicamente correto” – e aqui cabe dizer algumas palavras. É que, partindo da ideia de que não há um consenso sobre o PC, buscamos compreender

²⁵ A primeira edição do jornal que compõe nossa amostragem – publicada em 1 de janeiro de 1991 – é a de número 22.553. A última edição coberta em nossa pesquisa, do dia 31 de dezembro de 2014, corresponde à 31.318ª edição do jornal.

como o conceito de “politicamente correto” é mobilizado como categoria nativa pelos atores sociais no debate público. Perseguir as condições em que emergem os usos da expressão “politicamente correto” constitui objeto de nosso interesse – assim, vemos que a opção por direcionar o levantamento dos textos por meio da palavra-chave em questão foi motivada não somente por uma implicação prática dos recursos de busca próprios do ambiente digital, como também por um pressuposto teórico-metodológico da pesquisa.

Além disso, a fim de cobrir um conjunto amplo de textos, recorreremos a duas diferentes plataformas de busca que disponibilizam para consulta pública o acervo da *Folha de S. Paulo*. Em um primeiro momento, trabalhamos com a ferramenta do *Acervo Folha*, que disponibiliza edições do jornal digitalizadas página a página²⁶. Nesse acervo, temos acesso não a um arquivo de textos veiculados pelo jornal, mas sim, às imagens das páginas de cada edição. Trata-se de uma coleção muito extensa, que abrange exemplares dos diferentes títulos já publicados pela Empresa Folha da Manhã – além da *Folha de S. Paulo*, sobre a qual nos debruçamos, estão disponíveis também os acervos da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite* –, cobrindo um período bastante vasto, com início em 1921 – ano de fundação da *Folha da Noite*. O site do *Acervo Folha* informa que a maior parte da coleção é resultado da conversão das edições dos jornais em papel para o formato digital, com intermédio da cópia em microfilme, e que a empresa vem trabalhando continuamente para preencher as lacunas do acervo.

Não obstante sua extensão, em termos de edições e período temporal cobertos, o *Acervo Folha* apresenta duas desvantagens principais em relação à precisão almejada na pesquisa científica: primeiro, o fato de possuir justamente algumas lacunas, já que há edições e páginas faltando; segundo, o fato de sua ferramenta de busca não ser totalmente confiável, já que a localização dos textos a partir de palavras-chaves depende da legibilidade das páginas – e, como muitas foram digitalizadas com o intermédio da cópia em microfilme, há trechos em microfilme e algumas ocorrências podem não ser rastreadas pela ferramenta de busca. Por outro lado, a busca por meio do *Acervo Folha* é a única ferramenta disponível que se presta à localização de textos, a partir de palavra-chave, publicados nas edições mais antigas do jornal.

²⁶ O *Acervo Folha* pode ser acessado pelo seguinte endereço: <http://acervo.folha.com.br>. Último acesso em 30 de março de 2015.

Dessa maneira, utilizando o banco de dados do *Acervo Folha*, pudemos localizar a primeira vez que a expressão “politicamente correto” foi empregada na *Folha de S. Paulo*. Essas buscas nos levaram a uma primeira ocorrência em 1978. Considerando, obviamente, as limitações da busca e do armazenamento das informações, é possível que a expressão “politicamente correto” já tivesse sido utilizada antes pelo jornal. Mesmo assim, a possível existência de ocorrências anteriores que não puderam ser rastreadas não representa um dado problemático. Isso porque, pela observação dos vários anos de cobertura do jornal, verificamos que a grande mudança discursiva em torno do uso da categoria “politicamente correto” se deu em 1991 – antes disso, as ocorrências da expressão eram esparsas, apresentavam um sentido genérico e mais ou menos estável.

Assim, as menções ao politicamente correto encontradas entre 1978 e 1991 configuram uma amostra razoavelmente significativa para entendermos esses primeiros usos da categoria em foco, com um sentido ainda pouco preciso e de importância e visibilidade muito reduzidas no debate público. Sobre esse período, como se verá mais adiante, buscamos construir uma espécie de “pré-história” dos usos do conceito de politicamente correto. Ao mesmo tempo, foi a partir dos achados que resultaram de nossas primeiras buscas junto ao acervo da *Folha* que pudemos definir um marco inicial coerente ao período de observação adotado. Com base na constatação da “virada” discursiva observada em 1991, adotamos esse ano como início de nosso *corpus*, cuja cobertura se estende até o ano de 2014.

Tendo em vista, então, a abrangência temporal de nosso *corpus*, formado por matérias jornalísticas publicadas entre 1991 e 2014, o uso do banco de dados do *Acervo Folha* também possibilitou rastreamos os textos mais antigos com a expressão “politicamente correto”, veiculados de 1991 a 1993 – período cuja consulta só é possível por meio da referida ferramenta de busca. Já em um segundo momento, para investigar os anos de 1994 em diante, pudemos utilizar outro mecanismo de pesquisa: o arquivo dos textos publicados na edição impressa do jornal, no próprio *site* da *Folha de S. Paulo*²⁷, que disponibiliza para consulta as edições mais recentes do jornal.

Embora essa ferramenta de pesquisa esteja presente no *site* da *Folha de S. Paulo*, é possível, por meio dela, optar por realizar a busca apenas entre os textos oriundos de sua

²⁷ O arquivo de textos da *Folha de S. Paulo* pode ser consultado pelo endereço: search.folha.com.br. Último acesso em 30 de março de 2015.

edição impressa (excluindo-se as matérias veiculadas em sua versão *online* e em outros suplementos do Grupo Folha). As desvantagens desse arquivo em relação ao *Acervo Folha* são sua cobertura temporal bastante reduzida, que tem início apenas em 1994, e o fato de disponibilizar não as imagens das páginas do jornal tal como foram impressas, mas apenas os textos transcritos. Tais desvantagens, porém, não representam perda significativa para os propósitos desta pesquisa: primeiro, porque o período de tempo não coberto por esse arquivo pode ser consultado por meio do *Acervo Folha*; segundo, porque nos interessa analisar apenas a dimensão verbal dos textos analisados, sendo de importância secundária seus aspectos gráficos, imagéticos e de diagramação.

Ao mesmo tempo, esse arquivo de textos da *Folha de S. Paulo* disponível para consulta no *site* do jornal apresenta uma grande vantagem, que justifica sua utilização para o levantamento das matérias publicadas de 1994 a 2014: a eficiência de sua ferramenta de busca. Como a pesquisa por palavra-chave é feita diretamente nos textos, e estes apresentam-se totalmente legíveis, é possível realizar um rastreamento mais completo e eficaz. De fato, realizando-se a mesma varredura com a palavra-chave “politicamente correto” por meio das ferramentas de busca do *Acervo Folha* e do arquivo de textos do jornal, para o mesmo intervalo de tempo, o segundo motor de pesquisa localiza um número maior de resultados. Por isso, na construção do *corpus*, fizemos uso combinado dos dois recursos de pesquisa, utilizando a mesma palavra-chave, “politicamente correto”, e centralizando as buscas no acervo da versão impressa da *Folha de S. Paulo*. Procuramos, não obstante as limitações práticas de toda pesquisa em arquivos, chegar ao conjunto mais completo possível de matérias jornalísticas de interesse a esta pesquisa.

Essas buscas, em um primeiro momento, nos levaram a um volume muito grande de matérias: cerca de dois mil textos utilizando a expressão “politicamente correto”. Além de representar um recorte demasiadamente extenso para ser analisado dentro das limitações temporais de uma pesquisa de mestrado, esse conjunto de pouco mais de dois mil textos é majoritariamente formado por matérias de pouco ou nenhum interesse a este trabalho, uma vez que empregam o termo “politicamente correto” de modo muito pontual/colateral, ou seja, não apresentam sobre ele elementos semânticos/discursivos

relevantes aos nossos propósitos. Fez-se necessário, então, efetuar novos recortes nesse conjunto de textos, de modo a se constituir um *corpus* mais consistente e significativo²⁸.

Adotamos dois critérios a fim de selecionar os textos que possuem relevância real a esta pesquisa. O primeiro deles diz respeito à eleição, como foco privilegiado de atenção, das relações entre politicamente correto e linguagem. Por isso, dentre os textos localizados em nossas primeiras buscas, selecionamos, para compor o *corpus*, aqueles que tratam das discussões sobre o politicamente correto em suas relações e incidências sobre a linguagem, isto é, que tratam da dimensão da representação, sobretudo no que diz respeito à linguagem verbal. Essa escolha se justifica pelas questões levantadas por esta pesquisa, bem como por suas inclinações teórico-conceituais. Dentre as formas e objetos de incidência daquilo que se classifica como “politicamente correto” no debate público, estamos interessados naqueles que dizem respeito à regulação sobre a linguagem, os discursos, as palavras, os modos de dizer.

Ao lado desse critério, foi preciso adotar também crivos para selecionar, dentre tão vasto universo de textos, apenas aqueles em que o politicamente correto aparece de modo relevante, oferecendo dados significativos à pesquisa. Com esse objetivo em nosso horizonte, optamos por não selecionar os textos em que a categoria “politicamente correto” é mencionada pontualmente, como elemento coadjuvante, ilustrativo ou fator de comparação. De modo a embasar a distinção entre as matérias jornalísticas que tomam o PC como tema principal e aquelas em que ele aparece como assunto coadjuvante, recorreremos aos conceitos de “valor-notícia de seleção” e “valor notícia de construção”. A noção de valor-notícia diz respeito ao grupo de critérios que indicam se um determinado fato merece receber tratamento jornalístico – ou seja, se possui valor como notícia: “os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um

²⁸ Dentre as ocorrências localizadas por meio dos mecanismos de busca do acervo digitalizado do veículo pesquisado, alguns tipos de materiais foram desconsiderados, a saber: cartas enviadas por leitores; páginas destinadas a apresentar citações diversas de personalidades sobre assuntos em evidência (na *Folha*, esse tipo de conteúdo costuma aparecer, nos anos mais recentes, no caderno *Folha Corrida*); publicações adicionais distribuídas juntamente com os veículos em foco (como os suplementos *Guia Folha*, a revista *Seráfina* e a revista *São Paulo*); seções destinadas a traduzir textos publicados em veículos estrangeiros (como, por exemplo, o caderno especial *New York Times*, publicado esporadicamente em alguns anos abarcados por nosso recorte); chamadas de notícias (nesse caso, a consideração da chamada implicaria em uma redundância, já que a matéria em si já será selecionada); anúncios e classificados. Tais critérios baseiam-se nos objetivos de evitar redundância de conteúdos, concentrar nossa investigação no material editorial próprio da versão impressa da *Folha de S. Paulo* (excluindo, portanto, suplementos e publicações adicionais) e focalizar as referências ao politicamente correto feitas especificamente pelo jornalismo (o que exclui as cartas de leitores, pois nesse caso o discurso é produzido em instâncias para além do próprio jornal, bem como as coletâneas de citações de pessoas famosas e os anúncios e classificados).

acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Segundo Mauro Wolf, os valores-notícia, enquanto componentes da noticiabilidade, permitem-nos responder à pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2009, p. 202). Partindo dessa ideia, o autor aponta dois aspectos principais do funcionamento dos valores-notícias, conforme convém destacar aqui. O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que, na seleção dos eventos que se transformarão em notícia, os critérios de relevância agem conjuntamente, em “maços”. Os valores-notícia, portanto, atuam, na prática, de modo complementar. São diversas as relações e combinações “que se determinam entre diferentes valores-notícia, para ‘recomendar’ a seleção de um fato” (WOLF, 2009, p. 202).

O segundo aspecto fundamental dos critérios que estabelecem a relevância de um determinado acontecimento, de acordo com o proposto por Wolf, é que eles se desenrolam ao longo de todo o processo de produção das notícias. Eles vão além do momento de seleção das pautas, estendendo-se também aos procedimentos de elaboração posteriores. Desse modo, os valores-notícia operam de duas maneiras:

São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de ser incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guias para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público (GOLDING-ELLIOT, 1979, p. 114 apud WOLF, 2009, p. 203).

Com base nessas duas formas de atuação, estabelecemos a distinção entre “valores-notícia de seleção” e “valores-notícia de construção”. No primeiro caso, estão implicados os critérios relativos à avaliação da importância e do interesse de um determinado acontecimento (critérios substantivos) e ao contexto de produção da notícia (critérios contextuais) – isto é, os fatores que determinam se um determinado acontecimento será noticiado. A divisão dos valores-notícia de seleção em duas categorias é proposta por Traquina, que toma como ponto de partida o trabalho de Wolf (TRAQUINA, 2005, p. 78). Já no caso dos valores-notícia de construção, o que está em jogo são os critérios que determinarão a construção do fato como notícia, a partir da

hierarquização dos vários aspectos de um determinado acontecimento a ser noticiado – ou seja, os fatores que determinam como a notícia será apresentada.

Levando-se em conta a diferenciação entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção, foi possível distinguir de modo mais preciso, na coleta dos dados desta pesquisa, as matérias jornalísticas que empregam a categoria “politicamente correto” como foco principal e aquelas em que o politicamente correto é mencionado apenas pontualmente. Assim, selecionamos para a composição de nosso *corpus* apenas os textos em que a temática do politicamente correto faz parte dos critérios motivadores da escolha da pauta – ou seja, apenas os textos em que a ideia do politicamente correto vincula-se aos valores-notícia de seleção. Com efeito, chegamos a um conjunto de 133 textos publicados pela *Folha de S. Paulo* entre 1991 e 2014 – um conjunto de dados não apenas mais enxuto e de manuseio mais viável nos limites e prazos concretos, como também mais relevante e mais significativo, tendo em vista os objetivos da pesquisa.

Dentre os textos selecionados em função de tais critérios, não fizemos distinção por gênero da matéria – ou seja, não foram excluídos textos em função de sua organização ou formato textual. Com exceção das cartas de leitores, anúncios, traduções de textos publicados em veículos estrangeiros, chamadas de capa e suplementos e encartes do jornal – cujas razões para a exclusão de nosso *corpus* já procuramos explicitar –, o universo de observação adotado compreende grande diversidade de gêneros jornalísticos, cobrindo tanto aqueles reconhecidos como “relato”, quanto os que pode ser reunidos sob a rubrica “comentário”. Além disso, os textos localizados compreendem uma grande diversidade de abordagens e compreensões acerca da ideia de “politicamente correto” – justamente, mapear os diferentes sentidos e valores atrelados à expressão em foco constitui objetivo desta pesquisa.

Na etapa de categorização das matérias jornalísticas, nosso objetivo será compreender como se dá a incidência, entre as unidades que compõem nosso *corpus*, de gêneros jornalísticos, das grandes linhas temáticas em que são enquadradas as discussões sobre o politicamente correto e da procedência geográfica dos debates relatados/comentados nos textos. Com base nesse mapeamento, buscamos lançar um primeiro olhar sobre o *corpus*, traçando uma primeira apreensão geral sobre os dados que o constituem. Mais adiante, passaremos a um segundo tratamento analítico/interpretativo das matérias jornalísticas, relativo à etapa de análise discursiva dos textos jornalísticos –

assunto para o próximo capítulo desta dissertação. Por ora, concentremo-nos na descrição de nosso universo de investigação e de nosso *corpus*.

2. “Um jornal a serviço do Brasil”?

A proposta de traçar um breve “perfil” da publicação em foco justifica-se por dois objetivos principais. O primeiro deles diz respeito à importância de se conhecer, com mais detalhes, o universo de investigação trabalhado. Isso é fundamental à compreensão dos critérios que embasaram a escolha do jornal observado e, também, permite-nos visualizar como se compõe o recorte desenhado por este estudo.

Além disso, um segundo objetivo que motiva a apresentação das principais especificidades do veículo em foco diz respeito à importância de se compreender, em linhas gerais, as propostas editoriais desse veículo, que definem como se constrói seu contrato de comunicação e influem sobre a construção das matérias jornalísticas. As políticas editoriais correspondem a diferentes modos de se lidar com os valores-notícias – conforme conceitos de Mauro Wolf (2009) –, já que estão ligadas ao estabelecimento de critérios específicos que pautam a avaliação da importância e do interesse dos acontecimentos, bem como a apresentação das notícias, isto é, a hierarquização dos vários aspectos de um determinado acontecimento a ser noticiado.

Embora a linha editorial esteja diretamente relacionada à forma como os veículos jornalísticos realizam as pautas, representando uma série de parâmetros e modulações sobre as mensagens publicadas, sabemos que não é possível explicar todas as manifestações sobre o politicamente correto presentes nos textos analisados com base nas linhas editoriais da *Folha*. Ainda assim, podem ser traçadas correlações entre o projeto editorial da publicação jornalística e os discursos que, na materialidade das notícias, atravessam-na – o que é relevante sobretudo tendo-se em vista que a demarcação de posições editoriais remete a discursos que os veículos de imprensa mantêm sobre si mesmos e a que eles se filiam.

Recuperar, ainda que resumidamente, o percurso da *Folha de S. Paulo* significa deparar-se com uma trajetória descontínua, repleta de rupturas e marcada por constantes redefinições. Como observa Nicolau Sevcenko,

Um dos aspectos mais marcantes da história da *Folha de S. Paulo* é o de que se trata de um jornal em constante reformulação. E isso em todos os aspectos, desde as mudanças sucessivas na direção da empresa até a linha editorial, os recursos tecnológicos, os tipográficos, os critérios jornalísticos e a feição de conjunto do jornal. A história da *Folha* é por isso muito mais a trajetória de muitas mudanças do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida (SEVCENKO, 2000, p. 9).

Por isso, até chegarmos ao projeto editorial em vigor nos dias de hoje, que é o que centralmente interessa-nos aqui, retomaremos algumas passagens importantes da trajetória da *Folha de S. Paulo*, a fim de compreender melhor as diversas reformulações que marcam seu percurso. Como veremos, ao longo desse trajeto, o veículo adotou diferentes posicionamentos em função da conjuntura histórica de cada momento.

Remontemos, pois, às raízes da *Folha*, que datam da fundação da *Folha da Noite* em 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha. Com uma linha mais “localista”, o jornal voltava-se sobretudo para questões da administração da cidade. Esse mesmo direcionamento seria adotado pela *Folha da Manhã*, criada em 1925. A partir dessas duas publicações, firmavam-se as bases para a constituição da Empresa Folha da Manhã Limitada, que seria fundada em 1931 (SEVCENKO, 2000, p. 9).

Após um período de empastelamento por conta da Revolução de 1930, quando saiu vitoriosa a Aliança Liberal de Getúlio Vargas (vale lembrar que as Folhas haviam apoiado a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República), a empresa foi comprada, em 1931, por Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, assumindo um posicionamento alinhado aos interesses dos cafeicultores paulistas. Nessa fase do jornal, como observa a pesquisadora Gisela Black Taschner, “teve primazia o liberalismo oligárquico, com sua face excludente e autoritária. [...] Mas a preocupação maior das *Folhas* nesse período foi com o café. O resto era considerado secundário” (TASCHNER, 1992, p. 52).

Em 1945, a direção da empresa passou às mãos de José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga, sendo transformada em uma sociedade anônima sob o nome de “Empresa Folha da Manhã S.A.”. Ao mesmo tempo, na esteira dessa mudança, o jornal adotava uma postura de identificação com o discurso desenvolvimentista então em voga (SEVCENKO, 2000, p. 9). Foi também nessa fase, sob o comando de Nabantino Ramos, que teve início uma maior integração entre os jornais do grupo Folha, que passaram a assumir mais claramente uma postura enquanto empresa capitalista. Como afirma Taschner,

Não se trata mais de um jornal cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma empresa que tem atividade jornalística [...] E a concepção das *Folhas* como empresa, que visa ao lucro, foi também claramente assumida por seus diretores nessa fase, ao declararem que nada justifica que a indústria jornalística impere em bases de lucros inferiores às normais (TASCHNER, 1992, p. 67).

Na mesma época, foi criada a *Folha da Tarde*, em 1949. Somente mais tarde, em 1960, as três *Folhas* seriam reunidas sob o título de *Folha de S. Paulo*, mantendo-se, porém, o sistema de três edições (matutina, vespertina e noturna). Foi quando surgiu também o *slogan* “um jornal a serviço do Brasil”. Em 1962, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem a direção da Empresa Folha da Manhã S.A., então em sérias dificuldades financeiras, tendo como preocupação inicial a “reestruturação econômica, tecnológica e comercial do diário” (SEVCENKO, 2000, p.9).

Foi com o início dos anos 1970, de acordo com Nicolau Sevcenko, que o jornal assumiu uma nova linha de atuação, “visando pressionar no sentido da ‘distensão’ e da ‘abertura’ do regime militar e lançando-se a seguir em campanha aberta pela Nacional Constituinte e pelas eleições diretas em todos os níveis” (SEVCENKO, 2000, p. 9). Apesar dessa linha, que redundaria na implantação do Projeto Folha durante os anos 1980, como veremos, o posicionamento da Empresa Folha da Manhã durante a ditadura militar remete a episódios de franca cooperação com os militares.

Esses episódios, protagonizados pela *Folha da Tarde* (que ressurgiu como tal em 1967), foram estudados por Beatriz Kushnir em seu doutorado – como já vimos mais cedo neste trabalho. Vale lembrar, porém, que a *Folha da Tarde*, a partir de 1968, caracterizou-se por uma grande quantidade de policiais que compunham sua redação e por reproduzir notas divulgadas pela Polícia Federal, conferindo-lhes a aparência de verdadeiras matérias jornalísticas. Existiram censores que eram jornalistas e jornalistas que eram policiais. Graças a essa linha de atuação, a *Folha da Tarde* ficou conhecida como o “diário oficial da Oban” (sigla para “Operação Bandeirante”, temido centro de investigação e tortura do Exército Brasileiro sediado em São Paulo) (KUSHNIR, 2004).

É importante notar que esse percurso da *Folha da Tarde* parece sofrer um apagamento, pelo próprio Grupo Folha, de sua memória oficial²⁹. Nesse sentido, Elaine

²⁹A atuação da *Folha da Tarde* na ditadura militar, segundo Elaine Muniz Pires, é excluída da memória oficial da *Folha de S. Paulo* desde os anos 1980, pois “a atuação colaboracionista e de defesa explícita das

Muniz Pires, em artigo baseado na sua pesquisa de mestrado, afirma que a emergência da *Folha de S. Paulo* como um dos principais jornais do país, a partir de 1986, está vinculada à construção de uma “auto-imagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (PIRES, 2007, p. 311).

Nesse cenário, o ano de 1984 teve importância fundamental à consolidação da *Folha de S. Paulo* como a conhecemos hoje, com o posicionamento pró “Diretas-Já” assumido pelo jornal, com uma ampla cobertura da campanha, e a implantação do Projeto Folha. O que estava em jogo, naquele momento, era a demarcação de um posicionamento do jornal enquanto defensor do projeto democrático que se buscava construir no país – o que significa falar na afirmação de um discurso acerca do próprio jornal e de sua inserção na sociedade. Embora adotado anos antes, o *slogan* da *Folha*, utilizado até os dias de hoje, dá conta de resumir essa ideia: tratava-se, justamente, de consolidar o veículo como “um jornal a serviço do Brasil”.

No mesmo ano de implantação do Projeto Folha, surge também o *Manual da Redação*. Todas essas iniciativas de reformulação, para além da discussão sobre seu caráter mercadológico³⁰, representam um marco no jornalismo brasileiro. Possivelmente tenha sido esta a primeira vez que um jornal comercial apresentou um tratado sobre suas convicções, difundindo-o publicamente.

políticas governamentais e da repressão estatal não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, à imagem da própria empresa”.(PIRES, 2007: 312). Atualmente, ainda é possível notar marcas desse apagamento. No acervo *on-line* da *Folha*, por exemplo, é possível acessar todas as edições digitalizadas da *Folha de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* publicadas desde 1921, mas não há edições da *Folha da Tarde* disponíveis. De modo correlato, o livro *Primeira página* (que analisamos em sua quinta edição, lançada no ano 2000), editado pela Publifolha e destinado a reunir as primeiras páginas consideradas mais importantes da história da *Folha*, desde a fundação da *Folha da Noite*, não inclui qualquer capa da *Folha da Tarde* (FOLHA DE S. PAULO, 2000).

³⁰ Para muitos autores, a linha de defesa das Diretas-Já assumida pela *Folha* constitui uma forma oportunista de se lançar como veículo democrático por meio da afirmação de uma proposta que, na verdade, já era conduzida pelo governo como parte da estratégia de promover uma abertura lenta e segura (PIRES, 2007). Beatriz Kushnir, por exemplo, entende o engajamento do jornal nas Diretas-Já e a implementação do Projeto Folha como “jogadas” de marketing. Para ela, o novo projeto editorial adotado pela *Folha* visava à “difusão e venda do jornal como um produto mercadológico” (KUSHNIR, 2004, p. 339). Na mesma linha, podemos citar a visão de José Arbex Júnior, para quem o Projeto Folha representa o programa político e ideológico de uma “revolução” introduzida pela *Folha* no jornalismo brasileiro que levou à rápida implantação no país de uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista havia construído ao longo de décadas. Para ele, “o *Projeto Folha*, sinteticamente, significou a adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial” (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 141).

A construção do Projeto Folha foi fortemente influenciada pelo modelo adotado no jornal *USA Today*. Assim, Carlos Eduardo Lins da Silva, que participou da elaboração do Projeto Folha, reconhece, no livro *O adiantado da hora*, a influência exercida pelo jornalismo norte-americano sobre o projeto editorial da *Folha*. Segundo Luiz Carlos Azenha, no prefácio à obra de Lins da Silva, dentre os princípios consagrados nos Estados Unidos que inspiraram o Projeto Folha, incluem-se aspectos de apresentação gráfica, a ênfase no papel de “cão de guarda” da imprensa, em sua vigilância do poder, a autocrítica pública (por meio do *ombudsman*) e o estreitamento das relações com o mercado (AZENHA, 1991, p. 16).

Além desses princípios, o projeto editorial da *Folha de S. Paulo* engloba também outras propostas, atualmente fundamentais à sua configuração. Segundo o discurso sustentado pela própria empresa, o Projeto Folha foi implantado “com o objetivo de produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 10). Trata-se de uma concepção de jornalismo – crítico, pluralista, apartidário – que, segundo o *Manual de redação* da *Folha*, acabou adquirindo uma característica doutrinária, impregnando-se na personalidade do jornal e ajudando a moldar a imprensa brasileira nas últimas décadas (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 17).

Outro aspecto importante do projeto editorial da *Folha* diz respeito ao princípio da “objetividade”. Embora o jornal assuma que “não existe objetividade em jornalismo”, já que toda a atividade do jornalista é pautada por decisões subjetivas, aponta-se para “a obrigação de ser o mais objetivo possível” a partir do relato fiel dos fatos, o que depende de uma postura de “afastamento” e “frieza” por parte do profissional (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 46). Desse modo, fica claro que, na *Folha*, as notícias e reportagens não são espaços destinados à emissão de “opinião”, que deve ficar restrita a páginas específicas e, sobretudo, aos editoriais.

Por tudo isso, a escolha da *Folha de S. Paulo* como universo de investigação desta pesquisa, para além de sua representatividade em termos de circulação, permite-nos abarcar um veículo com forte histórico de jornalismo comercial e uma proposta editorial bastante muito significativa no cenário da produção jornalística brasileira atual. Como procuramos mostrar, a *Folha* assumiu papel de destaque nas discussões sobre a redemocratização do país, procurando construir para si uma imagem de jornal defensor e

porta-voz dos valores do novo regime democrático, posicionando-se de modo incisivo – embora não desinteressado – nos debates sobre a liberdade de expressão.

3. Usos da expressão “politicamente correto” anteriores a 1991

Por meio de buscas conduzidas no Acervo Folha – disponível para acesso pelo endereço *acervo.folha.com.br* –, a ocorrência mais antiga dos termos “politicamente correto” que pudemos encontrar data de 1978. A expressão aparece em um texto intitulado *Os comunistas da AL depois da “Primavera”*, publicado no Primeiro Caderno da *Folha de S. Paulo* e assinado por Newton Carlos. O foco do pequeno comentário são as repercussões da Primavera de Praga na América Latina, dez anos depois do episódio, citando, em especial, Chile e Argentina. O texto, então, trata das estratégias adotadas pelos partidos comunistas nos países do continente, abordando os casos das nações com eleições, como Colômbia, Venezuela e Costa Rica.

Nesse contexto, a expressão “politicamente correto” aparece em um trecho de um documento de 1968 das guerrilhas armadas venezuelanas. O documento é citado para ilustrar um momento de crise do movimento guerrilheiro na Venezuela, marcado pela deserção de comunistas: após decretar um fracassado boicote às eleições no país em 1964, as guerrilhas tomam outra decisão, quatro anos mais tarde. O texto de Newton Carlos transcreve o trecho em que tal orientação aparece: “‘Não é politicamente correto desenvolver ações de violência contra o processo eleitoral, porque elas nos isolariam ainda mais das massas, dada a nossa fraqueza, e não impediriam a realização das eleições’, dizia o documento das guerrilhas venezuelanas” (CARLOS, 23/08/1978).

A ocorrência de “politicamente correto”, nesse contexto, nada tem a ver com o uso contemporâneo do termo, que emerge no início dos anos 1990 e até hoje suscita numerosas menções, polêmicas acaloradas e ânimos exaltados no debate público. No texto de 1978, “politicamente correto” refere-se a algo correto do ponto de vista da política – e devemos entender “política”, nesse caso, como o campo das ações políticas *stricto sensu*. Aqui, “politicamente correto” não diz respeito a direitos, à política como partilha ou rede de poder que envolve a todos os membros de uma comunidade, a valores como o respeito às diferenças.

Além disso, a expressão “politicamente correto” aparece como predicativo do sujeito “desenvolver ações de violência contra o processo eleitoral” e a palavra “politicamente”, embora especifique e restrinja o sentido de “correto”, poderia ser dispensada da frase sem grande prejuízo para seu sentido global. Da mesma forma, “politicamente correto”, nessa forma de uso, não poderia se converter em substantivo: as estratégias políticas podem ou não ser “politicamente corretas”, mas não há “o politicamente correto”, como elemento destacável, capaz de converter-se em sujeito. Àquela altura, não havia ainda o recorte imaginário que permitiria, nos anos 1990, a emergência da expressão “politicamente correto” como unidade de sentido.

De fato, diferentemente da ocorrência que observamos em 1978, a expressão “politicamente correto”, em sua forma mais recente, não permite a separação dos termos “politicamente” e “correto”. As duas palavras passam a compor uma unidade semântica indissociável, coadunando um sentido específico. Usando outros termos, podemos dizer que as palavras “politicamente” e “correto” passam a compor um único signo, correspondendo a uma única célula da rede simbólica que se lança sobre o imaginário, a recortar seus campos. Não obstante, usando a metáfora da rede simbólica, dadas as disputas em torno do sentido e do valor que se colocam em torno da expressão “politicamente correto”, como procuraremos mostrar, trata-se de um recorte sobre o manto imaginário um tanto movediço, com nós que deslizam para modificar as dimensões de seu alcance. Mas, ainda assim, os nós permanecem atados.

Voltando à ocorrência que localizamos em 1978, a forma de uso de “politicamente correto” que nela se percebe repete-se em algumas outras matérias da *Folha de S. Paulo* que pudemos encontrar, no *Acervo Folha*, datadas dos anos 1980. Em 1981, por exemplo, o jornal publicou uma pequena nota opinativa, não assinada, intitulada *Vice-versa*, que emprega a expressão “politicamente correto” para designar ações de agentes políticos. No texto, que trata de uma visita ao Brasil do então vice-presidente dos Estados Unidos, George Bush, afirma-se:

Inserida na estratégia dos EUA de cultivar o respaldo de seus tradicionais aliados, cada vez menos dispostos a fazê-lo automaticamente, a viagem do vice norte-americano foi submetida, no Brasil, a um protocolo particularmente rigoroso e politicamente correto. Já que o presidente Figueiredo encontra-se impedido e o exercício da Presidência está a cargo do sr. Aureliano Chaves, o sr. Bush foi oficialmente recebido por aquela autoridade que lhe é equivalente do ponto de vista formal: o deputado Nélson Marchezan, presidente, [sic] da

Câmara, que em discurso reafirmou as irrepreensíveis linhas gerais da política externa brasileira (FOLHA DE S. PAULO, 16/10/1981).

Mais uma vez, o que temos, aqui, é o uso da expressão “politicamente correto” em relação ao campo das ações políticas *stricto sensu*. Além disso, o termo é usado como qualificativo de uma decisão política, desempenhando a função de adjunto adnominal, com a possibilidade de separação das palavras “politicamente” e “correto” sem que isso represente prejuízo ao sentido global do trecho. Também em 1981, uma notícia sobre a crise política então vivida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) faz uso similar da expressão. No texto, que anuncia que o reitor da Unicamp havia acatado a opinião da comunidade da universidade acerca de aguardar um novo parecer do Conselho Estadual de Educação sobre a exigência de docentes titulares para a direção de suas unidades, o termo “politicamente correto” aparece em uma declaração do presidente da Adunicamp, associação que representa os docentes da universidade:

Segundo o presidente da Adunicamp, Eliezer Rizo, a comissão insistiu junto ao reitor para que não vincule a solução ao problema dos servidores à problemática geral da Unicamp. Eliezer disse que Plínio Alves de Moraes [o reitor] se mostrou sensibilizado quando a comissão enfatizou que a readmissão dos funcionários ‘seria um gesto magnânimo, além de politicamente correto, porque no Brasil de hoje não se pode mais raciocinar em termos de poder público magoado com atitudes de entidades de classe em busca da defesa de seus direitos’” (FOLHA DE S. PAULO, 04/12/1981).

Essa ocorrência constitui um caso interessante. Talvez aqui já seja possível perceber uma modificação primitiva no sentido e no uso da expressão “politicamente correto”. Ao fazer referência a uma nova racionalidade política e tratar de direitos de setores sociais, o texto – embora consista em um caso isolado – parece antecipar alguns dos elementos que entrarão em pauta, mais tarde, com o debate público sobre o politicamente correto que se constrói a partir dos anos 1990. Não obstante, o termo “politicamente correto” é, uma vez mais, utilizado para designar algo correto do ponto de vista das decisões políticas – no caso, ela aparece como qualificativo da possível readmissão dos funcionários pelo reitor da Unicamp –, sem a presença dos sentidos que se coadunam nos usos mais recentes da expressão.

Em 1985, localizamos um texto em que aparece um uso semelhante da expressão “politicamente correto”. Na matéria *Petista condena a decisão de expulsar parlamentares*, que trata de uma cisão interna no Partido dos Trabalhados (PT) gerada por

divergências quanto à expulsão ou manutenção de três deputados federais dos quadros do partido, afirma-se: “Em nota a Executiva do PT em Minas condenou a decisão de desligamento dos deputados, ‘embora divergindo destes companheiros, pois consideramos politicamente correto o não comparecimento do PT ao Colégio Eleitoral” (FOLHA DE S. PAULO, 19/01/1985). Também nesse caso, vemos claramente que as palavras “politicamente” e “correto” não compõem uma unidade indissociável.

Em 1986, encontramos uma última ocorrência da expressão “politicamente correto” que reforça o uso que dela se fazia antes da virada no debate público sobre o tema que marca o início dos anos 1990. De modo semelhante ao que ocorre no texto citado anteriormente, a matéria *Fracasso do diálogo reacende a mobilização* – assinada pelo mesmo Newton Carlos que escreve o texto mais antigo dentre nossos achados, datado de 1978 – emprega o termo “politicamente correto” em referência a uma estratégia assumida por atores políticos: “Valdés acha que os militares têm um papel da transição e no futuro do Chile e não é ‘politicamente correto’ hostilizá-los” (CARLOS, 30/03/1986). É interessante notar que esta é a primeira vez, dentre nossos achados, que a expressão “politicamente correto” aparece entre aspas. Ainda que se trate de um caso isolado, esse dado parece antecipar a junção das palavras “politicamente” e “correto” em uma unidade semântica indissociável.

Além disso, o uso do termo “politicamente correto”, nesse contexto, parece relacionar-se à defesa de um comportamento “mais civilizado”, sentido que caracteriza alguns dos primeiros usos da expressão no início dos anos 1990. Ainda assim, o contexto da matéria reforça o uso da expressão conquanto forma de indicar o grau de correção de determinada ação conforme os jogos de força e as estratégias no campo político. De modo correlato, não estão postos – nem implicitamente – outros sentidos que caracterizam as discussões mais recentes sobre o politicamente correto, como a noção de um projeto que visa a problematizar questões da vida social, a invocação do ideário dos direitos humanos, do respeito às diferenças, combate aos preconceitos etc.

O gráfico abaixo ilustra a presença da totalidade de menções ao politicamente correto, na *Folha de S. Paulo*, nos entornos do momento em que seu uso parece “explodir” nas páginas do jornal, procurando recobrir o período desde a primeira ocorrência que localizamos, em 1978:

Gráfico 2. Primeiras ocorrências da expressão "politicamente correto".

É nítido, pela observação do gráfico, que a expressão “politicamente correto” entra maciçamente para o vocabulário da *Folha de S. Paulo* em 1991. Nesse momento, a expressão passa a ser usada com mais frequência pelo jornalismo brasileiro, que incorpora discursos circulantes provenientes do contexto norteamericano – nessa época, vale lembrar, o debate sobre o PC nos Estados Unidos ganhava projeção internacional. Em seguida, observamos um grande aumento no número de ocorrências entre os anos de 1992 e 1993, momento em que as matérias jornalísticas começam a abordar as primeiras discussões sobre a penetração do politicamente correto no Brasil.

Tais transformações nos dados numéricos acerca da presença do politicamente correto na *Folha de. Paulo* reiteram as mudanças que procuramos descrever nos usos e sentidos da expressão. Em outras palavras, os dados que encontramos parecem indicar que alguns poucos elementos característicos das discussões sobre o politicamente correto que emergem na imprensa brasileira a partir dos anos 1990 já apareciam prenunciados, pontual e primitivamente, em matérias jornalísticas anteriores. Não obstante, o uso que se fazia da expressão antes da última década do século XX era profundamente diferente daquele que encontramos em matérias posteriores a 1991. Além disso, é nesse momento que “politicamente correto” torna-se uma unidade simbólica específica, com correspondentes delimitados – ainda que mutáveis e deslizantes – no imaginário social. É desse recorte temporal – sobre o qual se constroi o *corpus* desta pesquisa – que procuraremos tratar deste momento em diante.

4. Constituição geral do *corpus*: incidência dos textos

Antes de adentrarmos a constituição geral de nosso *corpus*, observemos o gráfico a seguir, que evidencia a distribuição, entre os anos de 1991 e 2014, da totalidade de menções à expressão “politicamente correto” na *Folha de S. Paulo*:

Gráfico 3. Menções à expressão “politicamente correto” na *Folha de S. Paulo*.

O primeiro dado que nos chama a atenção, ao observarmos o gráfico, é a baixa concentração do número total de menções ao politicamente correto em 1991. Efeito do caráter ainda muito incipiente do debate sobre a temática no Brasil, esse dado contrasta com a presença de matérias em que o politicamente correto aparece como elemento de destaque na constituição da pauta: como veremos a seguir, de um total de 26 ocorrências da expressão “politicamente correto” em 1991, seis textos foram selecionados para a composição do *corpus* – ou seja, em cerca de 23% dos textos que citam o politicamente correto, essa temática é foco central do texto.

Trata-se de uma porcentagem significativamente maior, se comparada aos outros anos analisados. Em outras palavras, o politicamente correto, por sua novidade e teor inusitado, recebia destaque com grande frequência quando aparecia nos jornais. Nos primeiros anos de discussão, e sobretudo de 1991, foram publicados muitos textos na *Folha* preocupados em apresentar a categoria “politicamente correto”, com seus sentidos ainda extremamente movediços, ao público brasileiro.

Há também outros dados que nos chamam a atenção no gráfico. É vidente, por exemplo, que o auge da discussão sobre o politicamente correto, em termos do número de

menções, deu-se na segunda metade dos anos 1990. Mas o dado mais importante, talvez, seja o fato de que, embora na segunda metade dos anos 2000 o número total de menções ao politicamente correto não seja tão alto, a discussão sobre o tema ganha importância no interior das matérias do jornal, ancorando-se, cada vez mais, no contexto brasileiro – com mais matérias sobre sistemas de cotas, políticas de identidade, reivindicações de movimentos sociais, iniciativas de ONGs, políticas públicas voltadas à proteção das minorias etc. Além disso, tornam-se mais frequentes as discussões sobre as manifestações especificamente linguísticas do politicamente correto.

A partir desse universo amplo de ocorrências, realizamos os recortes que possibilitaram selecionar os textos que compõem nosso *corpus*. Com base nas técnicas de amostragem e coletas já descritas, por meio dos motores de busca disponibilizados para consulta pública do acervo da *Folha de S. Paulo*, chegamos a um total de 133 matérias, publicadas entre 1991 a 2014, que empregam a expressão “politicamente correto”. Sublinhamos, uma vez mais, que a escolha dos textos pautou-se pela escolha daqueles em que tomam a temática do politicamente correto aparece atrelada a questões de linguagem e é incorporada como assunto central na elaboração da pauta. Esse primeiro conjunto de ocorrências permite-se visualizar a quantidade de vezes em que o veículo empregou a expressão “politicamente correto”, independente do contexto e forma de uso. Vejamos a tabela:

1991	1992	1993	1994	1995	1996
6	7	3	6	6	6
1997	1998	1999	2000	2001	2002
3	5	4	6	5	2
2003	2004	2005	2006	2007	2008
5	5	13	6	3	3
2009	2010	2011	2012	2013	2014
5	7	4	9	4	10
TOTAL: 133 textos					

Tabela 1. Número de matérias jornalísticas do corpus, ano a ano.

A distribuição temporal das matérias de nosso *corpus*, com momentos de maior ou menor concentração ao longo dos anos, fica mais evidente ao observarmos o gráfico:

Gráfico 4. Distribuição temporal das unidades do *corpus*.

A tabela e o gráfico mostram que, após a entrada da expressão “politicamente correto” para o vocabulário do jornal em 1991 – justamente quando o debate sobre o tema nos Estados Unidos ganhava repercussão internacional –, há um pequeno aumento no número de ocorrências em 1992, momento em que as matérias jornalísticas começam a abordar as primeiras discussões sobre a penetração – ainda bastante incipiente – do politicamente correto no Brasil. Cabe observar também que, de 1994 em diante, adotamos novo motor de busca para realizar o levantamento dos textos³¹. Desse modo, seria inconsistente a comparação entre o número de ocorrências localizadas entre 1991 e 1993 e aquelas obtidas na passagem para 1994.

Por outro lado, não podemos deixar de notar que, embora o novo mecanismo de busca utilizado para rastrear as menções ao politicamente correto a partir de 1994 seja mais eficiente, possibilitando uma varredura mais completa das matérias, não houve aumento significativo no número de textos selecionados para o *corpus*, se compararmos o intervalo de 1991 a 1993 com o ano de 1994. Podemos sublinhar, dessa forma, uma presença particularmente significativa da temática do politicamente correto, nos primeiros anos observados, em notícias que o têm como foco central.

³¹ Como dissemos anteriormente, a ferramenta utilizada para pesquisar os textos publicados a partir de 1994 possui eficiência e abrangência maiores.

De fato, o ano com a maior proporção de matérias que abordam o politicamente correto de modo relevante em relação ao número total de usos da expressão foi 1991. Tal fato parece decorrer do grande “alvoroço” causado, entre os órgãos de imprensa, pelas então recém chegadas ao país polêmicas sobre o politicamente correto. Foram muito frequentes, nesse momento, os textos em que a ideia do politicamente correto aparece associada a valores-notícia de seleção. Como, nesse ano, a discussão sobre o politicamente correto, refletindo o debate existente nos Estados Unidos, adquiriu grande projeção no jornal – podemos até dizer que foi nesse ano que a discussão sobre o tema entrou para o debate público brasileiro, ainda que pouco concentrada no contexto nacional –, há grande número de textos dedicados a “anunciar” a chegada do o politicamente correto ao país.

É interessante também notar que, ao longo dos anos, tornaram-se mais frequentes os textos que apenas citam o politicamente correto de passagem, atribuindo-o como qualificação pontual a diferentes eventos ou personalidades. Isso porque, após os primeiros anos, o politicamente correto já havia sido devidamente “apresentado” aos leitores brasileiros. Com efeito, a própria expressão “politicamente correto”, tendo entrado para o repertório compartilhado entre jornalistas e leitores, passou a dispensar maiores apresentações e começou a ser usada para caracterizar diferentes situações, aparecendo mais vezes com menor peso no texto.

Outro dado relevante é o elevado número de matérias selecionadas em 2005 – passando de cinco textos, em 2004, para treze, no ano seguinte. Efeito das famigeradas discussões sobre a cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, lançada naquele ano pelo Governo Federal, essa alta presença de matérias que tomam o PC como tema central, nas páginas da *Folha*, ilustra muito bem o papel decisivo que o ano de 2005 teve para o debate público em torno da categoria “politicamente correto”.

Outro ano com incidência relativamente alta de textos foi 2012, dado que está ligado, principalmente, às repercussões da ação judicial movida pelo Ministério Público em Uberlândia contra a Editora Objetiva, responsável pela publicação do dicionário *Hoauiss*, ameaçando-lhe impor sanções devido à presença de sentidos supostamente preconceituosos associados ao verbete “cigano”. Por fim, cabe observar também a presença significativa de matérias focalizando o politicamente correto em 2014 – que concentra mais do que o dobro do número de textos do ano anterior. O que explica essa

elevada incidência de matérias foram as polêmicas, amplamente cobertas pela imprensa, em torno das ofensas racistas proferidas por uma torcedora do Grêmio contra o goleiro Aranha, que jogava pelo Santos, em uma partida de futebol do Campeonato Brasileiro, no dia 28 de agosto de 2014.

Como pontuamos, 1991 concentra a maior proporção de textos selecionados para nosso *corpus* em relação ao número total de menções ao politicamente correto, dada a grande presença de matérias, publicadas nesse ano, que têm a temática do PC como objeto principal. Não obstante, quanto à relação entre a quantidade de matérias coletadas e o número de citações da expressão “politicamente correto” pelo jornal em cada ano, há mais um dado importante. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 5. *Proporção das matérias coletadas em relação ao número total de menções.*

Vemos que, com a exceção de alguns poucos anos – como é o caso de 2005, por exemplo – os anos 2000 e 2010 concentram, individualmente, quantidades menores de menções ao politicamente correto, se comparados anos 1990. Isso se explica pelo fato de que, logo que chegou ao Brasil, a discussão sobre o politicamente correto povoou as páginas da imprensa. Sendo citada, na maioria das vezes, de maneira jocosa, a categoria “politicamente correto” tornou-se, na década de 1990, um termo frequente no vocabulário dos jornalistas. Espécie de expressão “em moda”, o politicamente correto aparecia em

toda sorte de textos, inclusive em matérias sobre comportamento, moda e consumo. Não à toa, era comum encontrarmos textos com dicas para ser um “cara politicamente correto” e para a compra de “presentes politicamente corretos no Natal”.

Por outro lado, nos anos 2000 e 2010, de modo geral, a proporção de matérias selecionadas para nosso *corpus* em relação ao número total de menções ao politicamente correto é relativamente maior. De fato, nesse momento, a discussão sobre o PC no Brasil alcançava maior maturidade, o que se refletia em uma presença maior de textos que propunham discussões aprofundadas sobre o PC. O politicamente correto passava a ser abordado como tema relevante no âmbito das discussões sobre política e, principalmente, cultura. Surgem mais matérias que tratam de iniciativas de movimentos sociais, ações afirmativas, políticas públicas de identidade, discussões sobre sistemas de cotas étnicas etc. Em 2005, 2012 e 2014, por exemplo, há uma concentração maior de textos tratando especificamente dos casos polêmicos que já mencionamos.

5. Análise descritiva do material empírico

Nosso primeiro procedimento analítico diz respeito a operações de categorização e contagem estatística das matérias jornalísticas que compõem o *corpus*, a fim de identificar algumas de suas características mais imediatas. Por estar baseada em “procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados” (LOPES, 2010, p. 149), podemos pensar essa etapa da investigação, considerando-se o modelo metodológico proposto por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, como a fase, no curso de uma pesquisa empírica, denominada “descrição”.

Nesses termos, podemos destacar, dentre as operações que integram a descrição, duas propostas que serão de fundamental importância ao detalhamento quantitativo de nosso *corpus*: (a) realização de tabulações (a fim de localizar concentrações, frequências e tendências nos dados coletados) e de categorizações (com o objetivo de encontrar campos de sentido no material empírico); (b) e apreensão da massa dos dados coletados em sua totalidade, de modo a identificar e selecionar fatos de significação para o tratamento analítico posterior (LOPES, 2010, p. 149).

Por meio desses procedimentos, firmam-se as bases para o desenvolvimento de outras etapas analíticas desta pesquisa. Isso porque as operações relativas à análise

descritiva, neste trabalho, têm início na abordagem quantitativa do *corpus*, apresentada neste capítulo, e estendem-se até a análise discursiva do material³², a ser abordada mais adiante, quando será possível aprofundar a discussão acerca das condições de produção dos fenômenos estudados,

Procedimento analítico [que] só é possível mediante as interferências permitidas pela tabulação ou classificação anterior dos dados, pelas quais o fenômeno deixa de ser percebido como algo caótico e ininteligível e passa a ser visto em seus atributos essenciais e interdependentes, isto é, sob uma forma sintética (LOPES, 2010, p. 149).

O objetivo da categorização, de acordo com o sentido comumente adotado no terreno da análise de conteúdo³³, é reagrupar as unidades de registro em um número reduzido de categorias, de modo a tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade (FONSECA JÚNIOR, 2008, p. 292). Segundo Laurence Bardin, toda categorização implica na constituição de um “sistema”. Nesse sentido, a classificação dos elementos constitutivos de um conjunto passa por operações de “diferenciação” (o que significa que o valor de um elemento no interior de um sistema de categorias é determinado pelas oposições que estabelece com os demais elementos) e de “analogia” (isto é, reagrupamento segundo gênero e aspectos compartilhados). Além disso, está em jogo um processo de nomeação, pois “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico” (BARDIN, 1988, p. 117).

Todas essas operações, no interior da pesquisa, são perpassadas por pressupostos teóricos, pelos objetivos da investigação, pelas perguntas que se procura responder, definindo-se “recortes” ou “enquadramentos” particulares sobre o *corpus*. A elaboração das categorias é influenciada por um conhecimento prévio sobre o tema, que nos ajuda a pensar um conjunto de formas possíveis de ação do politicamente correto. Não obstante, a definição exata do conjunto de classes a ser considerado nasce do objetivo de contemplar as especificidades do *corpus*. Por exemplo: um dos conjuntos de categorias a ser adotado

³² A etapa destinada à análise discursiva de matérias jornalísticas que abordam o politicamente correto, a qual deverá compor o próximo capítulo desta pesquisa, além de representar uma continuidade da fase descritivo-analítica dos dados coletados, realiza-se também como espaço de elaboração interpretativa, uma vez que introduz uma integração mais direta entre o objeto empírico e os referenciais teóricos da pesquisa.

³³ Por “análise de conteúdo”, entendemos, com base nas proposições de Laurence Bardin, um conjunto de instrumentos metodológicos aplicáveis ao estudo das mensagens (ou, ainda, dos discursos) e extremamente diversificados, mas que, em suas diversas acepções, possuem em comum o objetivo de permitir a realização de inferências sobre esses conteúdos, oscilando entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (BARDIN, 1988, p. 9).

neste trabalho, concernente aos gêneros textuais, foi definido com base em uma combinatória entre conceitos relativos a gêneros jornalísticos e a observação das especificidades do material empírico.

Em suma, com relação à formulação das categorias utilizadas, pautamo-nos pelos seguintes parâmetros, conforme propostos por Bardin (1988, p. 120):

- (1) Exclusão mútua: a construção das categorias deve ser feita de modo que cada elemento não possa existir em mais de uma categoria. Como retomaremos mais à frente, é preciso salientar que, por vezes, é inevitável a existência de cruzamentos e transversalidades entre algumas categorias adotadas neste estudo, o que se deve à própria complexidade do material a ser classificado. Não obstante, no caso desta pesquisa, a classificação das matérias jornalísticas se dá sempre em função das categorias que lhes sejam mais específicas;
- (2) Homogeneidade: a fim de se assegurar o princípio da exclusão mútua, é fundamental que, em um mesmo conjunto de categorias, trabalhe-se com uma única dimensão de análise. Por exemplo: ao classificarmos o material jornalístico pelo tipo de censura abordado, não podemos considerar outras variantes, tais como gênero do texto, local onde ocorre o episódio retratado etc.;
- (3) Pertinência: o sistema de categorias deve corresponder aos objetivos e às questões da pesquisa. Nesta pesquisa, por exemplo, as classes adotadas devem possibilitar o mapeamento das especificidades que compõem o tratamento conferido à questão da censura nas matérias jornalísticas em foco;
- (4) Objetividade e fidelidade: as variáveis envolvidas na elaboração das categorias devem ser definidas de maneira clara e os procedimentos classificatórios devem ser objetivos, a fim de garantir a fidelidade dos resultados;

- (5) Produtividade: sob um ponto de vista pragmático, um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis em termos de exatidão, de possibilidades explicativas e de novas hipóteses.

Levando-se em consideração esse conjunto de princípios, com o objetivo de identificar aspectos formais e temáticos gerais das matérias jornalísticas que compõem o *corpus* deste estudo, foram adotados diferentes “eixos” de categorias – ou diferentes “dimensões de análise”, para usar um termo usado por Bardin (1988, p. 118). São eles:

- (a) Gêneros jornalísticos;
- (b) Grandes temáticas;
- (d) Procedência geográfica.

Postas essas considerações preliminares, passemos à classificação das matérias jornalísticas de nosso *corpus* em razão das dimensões de análise propostas.

5.1. Gêneros jornalísticos

Uma primeira forma de classificar nosso *corpus* tem por base a distinção dos gêneros jornalísticos a que pertencem as matérias em foco. Desse modo, podemos compreender quais tipos de estrutura e organização são utilizados nos textos que enfocam o politicamente correto. O mapeamento da presença dos gêneros entre as matérias jornalísticas configura um vetor a ser observado porque diz respeito à natureza e ao teor das matérias, indicando o viés pelo qual a temática do politicamente correto foi abordada. Para abordar a questão dos gêneros jornalísticos, porém, é fundamental pontuar, ainda que brevemente, alguns aspectos conceituais em jogo.

De acordo com José Marques de Melo (1994), Luiz Beltrão foi o primeiro pesquisador brasileiro a se preocupar com a questão dos gêneros, propondo uma divisão baseada em três classes: jornalismo informativo (notícia, reportagem), interpretativo (reportagem em profundidade) e opinativo (editorial, artigo, cartas do leitor, crônica, charge) – destinados, respectivamente, a informar, explicar e orientar o público.

A concepção de Beltrão, no entanto, é revista por Marques de Melo, que propõe uma nova divisão baseada na identificação de duas vertentes da produção jornalística: a “reprodução do real” (jornalismo informativo), abarcando as formas textuais da nota, notícia, reportagem e entrevista, e a “leitura do real” (jornalismo opinativo), que abarca as formas do editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Trata-se de uma proposta de sistematização dos gêneros que toma, como parâmetros fundamentais, a natureza estrutural dos textos e a intencionalidade neles presente (isto é, “reproduzir” ou “ler” o real) (MARQUES DE MELO, 1994, p. 64-65).

No entanto, mais uma vez, os critérios de teorização dos gêneros são questionados. Para Manuel Carlos Chaparro, não é possível dividir os textos entre “informação” e “opinião”, pois “a consistência do relato jornalístico exige cada vez mais a elucidação opinativa, assim como a clareza e o sentido do comentário dependem da qualidade das informações que lhe dão sustentação” (CHAPARRO, 2008, p. 115).

Por isso, a partir da observação da práxis jornalística, Chaparro considera inadequada a divisão entre “jornalismo informativo” e “jornalismo opinativo”. Segundo ele, não é possível separar a opinião da informação porque todo o processo de produção de notícias, por mais que se busque obter efeitos de objetividade, é permeado por opções subjetivas. “Há opinião em todas as decisões e em cada momento de atribuição de valor aos factos e às coisas” (CHAPARRO, 2008, p. 115).

Partindo da ideia de que os dois principais vieses de atuação do jornalismo dizem respeito a “relatar” e “comentar” a atualidade, Chaparro propõe uma nova forma de classificação. Assim, de acordo com ele, são dois os gêneros do discurso jornalístico: o “comentário” e o “relato”, dentro dos quais existem ainda subtipos textuais, chamados pelo autor de “espécies”. Assim o gênero “relato” comporta a reportagem, a notícia, a entrevista e a coluna, que constituem “espécies narrativas”, e os roteiros, indicadores, agendamentos, previsões meteorológicas, cartas-consulta e informações úteis, que correspondem às “espécies práticas”. No gênero “comentário”, insere-se o artigo, a crônica, as cartas e a coluna, que são “espécies argumentativas”, e a caricatura e a charge, enquanto “espécies gráfico-artísticas” (CHAPARRO, 2008, p. 123).

Nesta pesquisa, para categorizar as matérias jornalísticas que abordam o politicamente correto, adotaremos a proposta de Chaparro de divisão dos gêneros jornalísticos. Assim, as matérias jornalísticas de nosso *corpus* serão classificadas em:

- (a) Relato, com subtipos como a notícia, a nota, a reportagem e a entrevista;
- (b) Comentário, compreendendo formas textuais como a do artigo/coluna, do editorial, da resenha, da crônica e da charge.

Embora tenhamos anotado, por uma questão de clareza metodológica, quais os subgêneros textuais que compõem cada uma das duas categorias de classificação adotadas, não adotaremos subdivisões de gêneros na classificação das matérias – elas serão divididas apenas entre “relato” e “comentário”. Isso porque não nos interessa, neste momento, identificar os subtipos textuais que compõem esses dois grandes grupos. O que nos interessa centralmente é identificar as grandes motivações ou enquadramentos gerais que o jornal destina ao politicamente correto. Compreender se o tratamento conferido pelo jornal a episódios e discussões envolvendo a referida temática tem por objetivo *relatar* ou *comentar* dados da vida social significa compreender também de que modo, e com que objetivo, a categoria “politicamente correto” é mobilizada.

Vejamos como se dá a presença dessas categorias entre as matérias jornalísticas de nosso *corpus*, considerando a totalidade dos anos abarcados na pesquisa:

Gráfico 6. Categorização das matérias do corpus - Gêneros jornalísticos.

Vemos que, considerando a totalidade do *corpus*, há grande predominância de textos classificados na categoria “comentário” – são 88 matérias pertencentes a esse gênero, enquanto, na classe “relato”, encontram-se 43 textos. Esse dado indica uma tendência importante na cobertura da grande imprensa brasileira, a exemplo do caso da *Folha de S. Paulo*, sobre as discussões em torno do politicamente correto: em geral, esse assunto, quando tratado pelos jornais, suscita uma tomada de posição clara, o que é

característico da polarização que desde cedo marcou o debate sobre o PC no Brasil. O próprio uso da categoria “politicamente correto” costuma se dar de modo a demarcar uma opinião, uma visão de mundo: cunhada geralmente pelos detratores das iniciativas a que diz respeito, essa expressão, longe de ser neutra, é empregada pelos atores sociais de modo a indicar uma posição entre as forças que marcam as disputas em torno de seus sentidos e de seu valor.

A seguir, vemos a presença de cada gênero por ano (entre parênteses, a porcentagem que cada categoria detém em relação ao total anual de textos do *corpus*):

	1991	1992	1993	1994	1995
Relato	3 (50%)	4 (57,1%)	3 (100%)	1 (16,7%)	-
Comentário	3 (50%)	3 (42,9%)	-	5 (83,3%)	6 (100%)
	1996	1997	1998	1999	2000
Relato	4 (66,7%)	1 (33,3%)	-	2 (50%)	2 (33,3%)
Comentário	2 (33,3%)	2 (66,7%)	5 (100%)	2 (50%)	4 (66,7%)
	2001	2002	2003	2004	2005
Relato	1 (20%)	-	1 (20%)	-	5 (38,5%)
Comentário	4 (80%)	2 (100%)	4 (80%)	4 (80%)	8 (61,5%)
	2006	2007	2008	2009	2010
Relato	2 (33,3%)	-	2 (66,7%)	1 (20%)	4 (57,1%)
Comentário	4 (66,7%)	3 (100%)	1 (66,7%)	4 (80%)	3 (42,9%)
	2011	2012	2013	2014	
Relato	-	2 (22,2%)	-	4 (40%)	
Comentário	4 (100%)	7 (77,8%)	4 (100%)	6 (60%)	

Tabela 2. Gêneros jornalísticos - Distribuição ano a ano das matérias do corpus.

Como a tabela evidencia, a presença do gênero “relato” entre as matérias do *corpus* tem presença majoritária nos primeiros anos analisados, em especial, entre 1991 e 1993. Entre 1994 e 1999, a categoria “comentário” torna-se mais presente, embora, em

alguns anos, os textos classificados como “relato” ainda predominem (o que ocorre em 1996) ou haja equivalência entre os dois tipos textuais (em 1999). De 2000 em diante, a presença do gênero “comentário” torna-se predominante em todos os anos analisados, com exceção apenas de 2010. Há inclusive anos (2002, 2007, 2011 e 2013) em que todos os textos coletados pertencem a essa categoria. O gráfico a seguir ilustra melhor a relação entre as presenças das categorias “relato” e “comentário” a cada ano:

Gráfico 7. Gêneros jornalísticos - Distribuição das matérias do corpus ano a ano.

Nos primeiros anos cobertos por nosso *corpus*, sobretudo entre 1991 e 1993, observa-se grande presença de textos que relatam fatos relacionados ao politicamente correto e episódios das discussões públicas sobre esse tema, no Brasil e nos Estados Unidos. Tratava-se, nesse momento inicial, de inserir a temática do politicamente correto no debate público brasileiro, informando os leitores sobre a existência de tais discussões, até então desconhecidas de grande parte da sociedade brasileira. O politicamente correto era tomado como referente no noticiário, objeto a ser anunciado, grande novidade que chegava ao país.

Essa tendência permanece ao longo dos anos 1990, embora com menor força, já que o politicamente correto, deixando de ser novidade, tornava-se cada vez menos objeto de anúncio pela imprensa, sendo tomado, cada vez mais frequentemente, como objeto de

comentários, análises e interpretações. Nos anos 2000 e 2010, assentada a presença do politicamente correto entre nós, a cobertura do jornal entra em nova fase: não se tratava mais de anunciar a chegada do politicamente correto ao Brasil, mas sim, de analisar suas motivações, consequências e os diferentes interesses envolvidos nesse debate. O politicamente correto passa a ser focalizado menos a partir de fatos, e mais a partir de temas. Decrescem as narrativas sobre acontecimentos associados à ideia do PC e aumentam os textos que dissertam sobre ele. Nessa fase, observa-se, com grande nitidez, que o politicamente correto se torna uma categoria de análise empregada pelo jornal, por cuja lente os repórteres e articulistas olham para os fatos do mundo.

À medida que o PC se instala na sociedade brasileira, passando a fazer parte do vocabulário de veículos midiáticos, discussões públicas e movimentos sociais, a *Folha de S. Paulo* assume sobre ele uma posição crítica. Logo que seus ecos chegaram ao Brasil, o politicamente correto não passava, aos olhos do jornal, de uma moda a ser consumida, estilo de vida pitoresco importado dos Estados Unidos; porém, quando as discussões sobre o tema ganham estatuto político no Brasil, a cobertura se torna, paulatinamente, crítica e interpretativa, quase sempre engajada em empregar a expressão “politicamente correto” de modo destituído.

5.2. Grandes temáticas

Do ponto de vista temático, uma primeira forma de categorizar as matérias jornalísticas de nosso *corpus* diz respeito à sua distribuição entre enquadramentos de assuntos mais ou menos gerais. A partir dessa dimensão classificatória, podemos identificar os grandes campos temáticos dentro dos quais o politicamente correto foi abordado nos textos da *Folha de S. Paulo*.

É importante observar que não tomamos aqui a ideia de grandes temáticas – ou, ainda, de “macrotemáticas” – como sinônimo de “editorias”. Tal diferenciação está baseada na concepção de que “editorias são divisões de cadernos propostas pelos jornais que, normalmente, seguem alguma afinidade macrotemática. Já macrotemáticas são os grandes assuntos pelos quais podemos dividir o escopo noticioso de um jornal.” (VENANCIO, 2008, p. 101).

Desse modo, uma mesma macrotemática pode ser abarcada, em várias publicações, por editoriais que recebem nomes diferentes, embora a organização por editoriais dos veículos jornalísticos pode oferecer pistas para a identificação das grandes temáticas das matérias. O que está em jogo nesse tipo de categorização não é a natureza dos episódios ou eventos relacionados ao politicamente correto que são abordados nos textos – sobretudo porque se pode considerar que o politicamente correto, em suas diversas formas de ação, possui sempre conexão estreita com o terreno da política; o que está em jogo, em lugar disso, é o tratamento temático conferido pelo jornal aos acontecimentos ou discussões em foco.

Com base nisso, todas as matérias de nosso *corpus* puderam ser alocadas nas seguintes macrotemáticas:

- (a) Política: diz respeito às matérias que tratam do politicamente correto, com foco no Brasil ou em outros países, a partir do enfoque de assuntos relacionados à vida política e ao governo, passando por questões relativas aos três poderes, a figuras e partidos políticos, a políticas públicas e de Estado etc.;
- (b) Cultura: abarca todos os textos que, ao focar a temática do politicamente correto, tratam de assuntos relacionados à cultura, artes ou espetáculos. Incluem-se aqui matérias que abordam tanto produtos culturais transmitidos por meios de comunicação massivos (como televisão e cinema, por exemplo), quanto aqueles mais tradicionais ou “eruditos” (como o teatro ou as artes plásticas, por exemplo), assim como discussões sobre aspectos mais amplos da vida cultural de determinada sociedade;
- (c) Nacional geral: diz respeito aos textos que abordam a questão do politicamente correto dentro de assuntos concernentes à vida nacional em geral. Devem entrar aqui, portanto, as matérias que tratam de assuntos que não se encaixam nas demais macrotemáticas listadas. Como exemplo, podemos citar matérias que enfoquem tentativas de intervenção ou protestos públicos em nome do politicamente correto;

- (d) Esporte: abarca todas as matérias que tratam de casos ou eventos relacionados à temática do politicamente correto a partir do enfoque de assuntos ligados ao mundo do esporte em geral. Como exemplo, podemos citar uma série de notícias, veiculadas no ano de 1994, que, ao falar sobre a realização da Copa do Mundo de Futebol então sediada nos Estados Unidos, discutem a questão do politicamente correto naquele país;
- (e) Internacional: aqui, devem ser alocadas as matérias que tratam de assuntos gerais concernentes a outros países e que fiquem de fora das demais grandes temáticas. Deve-se observar, portanto, que não basta a matéria tratar de um episódio de discussão do politicamente correto ocorrido no exterior para que ela seja inserida na presente categoria; é preciso, além disso, que o teor do texto não possa ser enquadrado em nenhuma das outras macrotemáticas listadas;
- (f) Economia: essa grande temática engloba notícias que falam sobre o politicamente correto a partir do enfoque de assuntos ligados à área econômica. Como exemplo, podemos citar discussões sobre a natureza do politicamente correto no âmbito das ações empreendidas em uma de economia neoliberal;
- (g) Educação: abarca todas as matérias que tratam do politicamente correto partindo da abordagem de assuntos relacionados à educação, básica ou universitária, seja no âmbito do ensino formal ou na esfera da discussão de temas para fora dos muros da escola, incluindo-se também o universo acadêmico. Devem entrar aqui, por exemplo, matérias que tratem de livros indicados ou proscritos na rede de ensino em nome do politicamente correto, bem como textos sobre discussões em torno dos padrões linguísticos utilizados por professores e alunos nos espaços de ensino e aprendizagem;
- (h) Comportamento: diz respeito aos textos que tratam de discussões ou episódios relacionados ao politicamente correto dentro da ótica de questões comportamentais humanas. Abarca, por exemplo, textos que indicam o

politicamente correto como um “estilo”, com características, padrões de consumo e jargões próprios.

A seguir, podemos ver como se configura a distribuição numérica das matérias de nosso *corpus* entre cada uma das grandes temáticas listadas:

Gráfico 8. Categorização das matérias do corpus - Grandes temáticas.

O gráfico evidencia uma prevalência, no total de matérias, da macrotemática “Cultura”, seguida de “Nacional geral”, “Política”, “Esporte” e “Comportamento”. Por último, aparecem as categorias “Internacional”, “Economia” e “Educação”. É curiosa a grande presença da temática esportiva – que prevalece, inclusive, sobre os textos que abordam o politicamente correto sob a perspectiva da educação. Esse dado se deve à presença significativa de casos de racismo no esporte, em particular, no futebol. A prevalência da categoria “Cultura” se deve ao fato de que o jornal, ao longo dos anos, focalizou episódios envolvendo o politicamente correto em relação a diversos campos de produção cultural sem trazer esses debates para o campo da discussão política.

Na tabela a seguir, os dados são apresentados ano a ano, com a porcentagem que cada categoria detém em relação ao total anual de textos.

	1991	1992	1993	1994	1995
Política	-	2 (28,6%)	-	-	1 (16,7%)
Cultura	-	3 (42,8%)	3 (100%)	3 (50%)	5 (83,3%)
Nacional geral	2 (33,3%)	1 (14,2%)	-	1 (16,7%)	-
Esporte	-	-	-	-	-
Internacional	2 (33,3%)	1 (14,2%)	-	-	-
Economia	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-
Comportamento	2 (33,3%)	-	-	2 (33,3%)	-
	1996	1997	1998	1999	2000
Política	-	-	1 (20%)	-	1 (16,7%)
Cultura	2 (33,3%)	-	4 (80%)	3 (75%)	5 (83,3%)
Nacional geral	2 (33,3%)	1 (33,3%)	-	1 (25%)	-
Esporte	1 (16,7%)	2 (66,7%)	-	-	-
Internacional	1 (16,7%)	-	-	-	-
Economia	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-
Comportamento	-	-	-	-	-
	2001	2002	2003	2004	2005
Política	-	-	1 (20%)	-	2 (15,4%)
Cultura	2 (40%)	2 (100%)	2 (40%)	4 (80%)	5 (38,4%)
Nacional geral	2 (40%)	-	1 (20%)	1 (20%)	3 (23,1%)
Esporte	-	-	-	-	2 (15,4%)
Internacional	-	-	-	-	-
Economia	-	-	-	-	1 (7,7%)
Educação	-	-	1 (20%)	-	-
Comportamento	1 (20%)	-	-	-	-

	2006	2007	2008	2009	2010
Política	2 (33,3%)	1 (33,3%)	-	-	-
Cultura	4 (66,7%)	2 (66,7%)	1 (33,3%)	2 (100%)	4 (57,1%)
Nacional geral	-	-	2 (66,7%)	-	2 (28,6%)
Esporte	-	-	-	-	-
Internacional	-	-	-	-	-
Economia	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	1 (14,3%)
Comportamento	-	-	-	-	-
	2011	2012	2013	2014	
Política	-	1 (11,1%)	2 (50%)	-	
Cultura	4 (100%)	5 (55,6%)	1 (25%)	2 (20%)	
Nacional geral	-	2 (22,2%)	-	1 (10%)	
Esporte	-	1 (11,1%)	-	3 (30%)	
Internacional	-	-	-	1 (10%)	
Economia	-	-	-	1 (10%)	
Educação	-	-	-	-	
Comportamento	-	-	1 (25%)	2 (20%)	

Tabela 3. Grandes temáticas - Distribuição ano a ano das matérias do corpus.

Os dados mais relevantes, nesse eixo de classificação, dizem respeito à diminuição da presença da categoria “Internacional”, ao longo do tempo, e ao crescimento da presença da categoria “Geral Nacional”. Esses dados são sintomáticos do deslocamento verificado na cobertura do jornal relativamente ao contexto de discussão do politicamente correto. Assim, as primeiras matérias davam maior ênfase à cobertura do politicamente correto fora do Brasil, sobretudo nos Estados Unidos, enquanto as matérias mais recentes se preocupam em tratar do contexto brasileiro.

Outro dado relevante diz respeito à diminuição da presença da categoria “Comportamento” ao longo dos anos – ao mesmo tempo, a categoria “Cultura” tornou-se

mais presente com o passar do tempo. Nos primeiros anos pesquisados, o maior número de matérias nessa classe evidencia o enfoque dado pelo jornal ao politicamente correto como “estilo de vida” – ser politicamente correto, sob esse ponto de vista, representava a opção individual de seguir ou não uma moda que chegava ao país.

Observemos o gráfico a seguir, que ilustra a distribuição temporal das três macrotemáticas mais frequentes em nosso *corpus*:

Gráfico 9. Grandes temáticas - Distribuição das matérias do corpus ano a ano.

Como o gráfico mostra, as discussões sobre o politicamente correto foram paulatinamente sendo enquadradas no terreno da política, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000, resultado da ampliação do debate público sobre os movimentos sociais e políticas de identidade no país. Os próprios integrantes desses movimentos foram, cada vez mais, incorporando a expressão “politicamente correto” ao seu vocabulário, inclusive com a intenção de ressignificar/revalorar o termo, tradicionalmente empregado pelos jornais, sobretudo nos anos 1990, com carga fortemente pejorativa.

5.3. Procedência geográfica

As matérias que abordam o politicamente correto podem também ser divididas em razão do local onde ocorre o evento ou discussão que, no texto, são associados à ideia de “politicamente correto”. Nessa dimensão de análise, adotamos, a partir da observação do *corpus*, as seguintes categorias, nas quais puderam ser alocadas as matérias do *corpus*:

- (a) Brasil;
- (b) Estados Unidos;
- (c) Brasil e Estados Unidos;
- (d) Não especificado;
- (e) Outro país.

O critério para a inclusão dos textos nessas categorias parte da identificação do local onde ocorre a discussão/evento relativo ao politicamente correto abordado como tema principal nas matérias em foco. Assim, se uma determinada notícia cita mais de um local onde ocorrem focos de do politicamente correto, a classificação será feita em função daquele que recebe maior destaque, sempre que tal ênfase for perceptível.

A categoria “Brasil” abarca os textos que situam a discussão sobre o politicamente correto exclusiva ou predominantemente no contexto brasileiro. Ideia correlata orienta a classificação das matérias no grupo “Estados Unidos”. No caso da classe “Brasil e Estados Unidos”, reunimos os textos que destinam atenção igual ou muito similar aos contextos brasileiro e norteamericano. Na categoria “Não especificado”, são incluídas as matérias que não ancoram a discussão sobre o politicamente correto em um país ou local específico, abordando-a de modo amplo e geral. Por fim, a classe “Outro país”, com pouquíssimos representantes em nosso *corpus*, reúne os textos que situam o politicamente correto em países específicos que não Brasil ou Estados Unidos.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição do total de matérias que compõem nosso *corpus* entre as categorias acima descritas:

Gráfico 10. Categorização das matérias do corpus - Procedência geográfica.

Na totalidade do *corpus*, é evidente a prevalência das matérias que tratam do contexto brasileiro. É interessante notar também que a esmagadora maioria dos textos ancoram as discussões sobre o PC nas realidades brasileira e/ou norteamericana, sendo ínfima a porção de matérias que tratam do politicamente correto em outros países.

A tabela abaixo registra como as categorias se distribuem ano a ano:

	1991	1992	1993	1994	1995
Brasil	2 (33,3%)	2 (28,5%)	-	5 (83,3%)	1 (16,7%)
Estados Unidos	2 (33,3%)	4 (57,2%)	3 (100%)	-	5 (83,3%)
Brasil e EUA	-	-	-	1 (16,7%)	-
Indeterminado	2 (33,3%)	1 (14,3%)	-	-	-
Outro país	-	-	-	-	-
	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	2 (33,3%)	1 (33,3%)	3 (60%)	2 (50%)	2 (33,3%)
Estados Unidos	4 (66,7%)	2 (66,7%)	1 (20%)	2 (50%)	4 (66,7%)
Brasil e EUA	-	-	1 (20%)	-	-
Indeterminado	-	-	-	-	-
Outro país	-	-	-	-	-

	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	4 (80%)	-	4 (80%)	3 (60%)	12 (92,3%)
Estados Unidos	1 (20%)	1 (50%)	1 (20%)	1 (20%)	1 (7,7%)
Brasil e EUA	-	-	-	1 (20%)	-
Indeterminado	-	1 (50%)	-	-	-
Outro país	-	-	-	-	-
	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	3 (50%)	3 (100%)	2 (66,7%)	3 (60%)	6 (85,7%)
Estados Unidos	1 (16,7%)	-	-	2 (40%)	-
Brasil e EUA	-	-	-	-	-
Indeterminado	-	-	-	-	1 (14,3%)
Outro país	2 (33,3%)	-	1 (33,3%)	-	-
	2011	2012	2013	2014	
Brasil	2 (50%)	7 (77,8%)	2 (50%)	9 (90%)	
Estados Unidos	1 (25%)	-	1 (25%)	-	
Brasil e EUA	1 (25%)	-	1 (25%)	-	
Indeterminado	-	2 (22,2%)	-	-	
Outro país	-	-	-	1 (10%)	

Tabela 4. Procedência geográfica - Distribuição ano a ano das matérias do corpus.

Observando a presença de cada categoria, ano a ano, o que mais nos chama atenção é o aumento gradual, ao longo do tempo, do número de matérias que situam a discussão sobre o politicamente correto no Brasil. Vejamos o gráfico, que mostra como se distribuem as duas categorias mais presentes:

Gráfico 11. Procedência geográfica - Distribuição das matérias do corpus ano a ano.

Todos esses dados evidenciam que as matérias da *Folha de S. Paulo* sobre o politicamente correto passam, paulatinamente, a tratar da discussão sobre esse tema com foco no contexto brasileiro. Até o ano 2000, era significativa a presença de textos pertencentes à categoria “Estados Unidos” – com exceção apenas de 1998 e 1999, esse grupo mostrou-se predominante na tabulação dos dados referentes a todos os anos da década de 1990. Já entre 2000 e 2014, as matérias da categoria “Brasil” são significativamente mais numerosas em todos os anos analisados (exceto 2002, que conta com apenas um registro integrando nosso *corpus*).

É importante observar, a esse respeito, que, com o tempo, não apenas aumentaram as ocorrências de episódios em solo brasileiro envolvendo a discussão sobre o politicamente correto; na verdade, o recorte construído pela *Folha* ao abordar a temática do politicamente correto – cuja presença no jornal, muitas vezes, não é motivada por acontecimento isolado ou fato específico, mas sim, por uma discussão ampla e difusa, que emerge da esfera pública e/ou é nela introduzida pela imprensa – vai-se ancorando cada vez mais no contexto nacional.

Em outras palavras, o jornalismo não apenas registra a emergência de discussões sobre o politicamente correto na sociedade em relação à realidade brasileira, como também – e talvez sobretudo, dada sua inclinação a moldar o debate público – brasileira esse debate, colocando discursos em circulação. Fazendo ecoar discussões que ganhavam

projeção nos Estados Unidos, a imprensa brasileira fabrica, para a agenda pública, a preocupação com o “politicamente correto” como problema nacional, em um momento em que as reivindicações dos movimentos sociais quanto ao uso das palavras ainda ganhavam força por aqui e a própria expressão “PC” era utilizada como forma de destituir tudo aquilo por ela designado.

Ao lado do crescimento da categoria “Brasil”, vimos também que se tornam paulatinamente mais frequentes, em relação aos demais eixos de categorias adotados, as classes “Cultura” (no caso das macrotemáticas observadas) e “Comentário” (no caso dos gêneros textuais examinados). Com efeito, vemos que, ao mesmo tempo em que a discussão sobre o politicamente correto no jornal “nacionaliza-se”, ela também se volta para os assuntos da agenda cultural do país – em um sentido, porém, muito mais do consumo de bens culturais do que das políticas de cultura – e aparece prioritariamente sob uma lente opinativa. O politicamente correto torna-se uma categoria aplicada pela *Folha de S. Paulo* como forma de analisar ou comentar diferentes fatos do mundo. Na verdade, o próprio uso da expressão “politicamente correto”, longe de constituir uma escolha neutra, implica em uma tomada de posição crítica.

Assim, ao final desse percurso em que buscamos descrever nosso *corpus* e construir sobre ele uma primeira tomada analítica, parece-nos claro o papel do jornalismo brasileiro, em especial a grande imprensa, representada pela *Folha de S. Paulo*, em moldar o debate público sobre o politicamente correto, ecoando discursos em circulação nos Estados Unidos e ajudando a introduzir entre nós o uso da expressão “PC”. Nesse processo, a categoria “politicamente correto”, além de apresentar-se como objeto de permanentes negociações, emerge como eixo em torno do qual se organizam, pela força narrativa do jornalismo, discussões sobre diferentes temas e fatos da vida social. O politicamente correto torna-se, para a imprensa, um critério para compreender e analisar acontecimentos e debates. Na assunção desse prisma, a tomada da expressão “PC” não se faz de maneira neutra: além de lançar luz sobre o posicionamento dos sujeitos daquela enunciação, que emerge nos entremeios do discurso jornalístico, também interpela todos os envolvidos na situação de comunicação a optarem por um dos lados de um debate – desde sempre, embora crescentemente – polarizado.

Capítulo 5

Articulações discursivas na *Folha de S. Paulo*

Neste capítulo, após termos empreendido uma análise descritiva de nosso *corpus*, buscamos desenvolver uma análise discursiva das matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo* que constituem foco de nossa atenção. Nosso objetivo, neste momento, é passar do enfoque no texto, e seu sentido posto, aos implícitos e, de maneira mais ampla, ao contexto do discurso. Nesse trajeto, mobilizamos conceitos que compõem o repertório teórico-metodológico que orienta este trabalho, conforme buscamos detalhar no primeiro capítulo desta dissertação.

Além das proposições de Michel Foucault – como as noções de discurso, acontecimento discursivo, função enunciativa e formação discursiva –, mobilizamos também a noção de discurso circulante, de Patrick Charaudeau, e a discussão de Dominique Maingueneau acerca da interdiscursividade, que atravessa todo discurso. Invocamos ainda a noção de isotopia, que nos será útil à identificação de traços de sentido que se reiteram, bem como os conceitos que compõem a teoria das implicitações, de Osvald Ducrot, de modo a compreender os pressupostos e subentendidos a serem decifrados pelos enunciados em foco sobre o politicamente correto.

Partindo dessas ferramentas, esperamos chegar à discussão de conceitos que integram o arcabouço de Michel Foucault sobre o discurso – recorrendo às ideias de enunciado, formação discursiva, acontecimento discursivo, interdição, vontade de verdade e função enunciativa, dentre outros conceitos caros à perspectiva arqueológica que buscamos esboçar nestas análises.

Nosso objetivo, neste percurso analítico, é tomar as matérias jornalísticas em sua irrupção histórica. Elas constituem vestígios materiais, que – como na investigação do arqueólogo, que busca entender as culturas e os modos de vida de civilizações passadas – servem de base à análise e à escavação de plataformas culturais, valores, verdades consensuais e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de determinados enunciados e discursos (e não outros) mobilizados em torno da categoria “politicamente

correto”. Ao mesmo tempo, pretendemos compreender como o jornalismo se posiciona nessa intrincada malha discursiva.

De modo a organizar nossas reflexões e constatações, apresentamos a análise dos enunciados e discursos que emergem nas páginas da *Folha de S. Paulo* “blocos”, “eixos” ou “temas”. A partir da leitura de cada uma das matérias que compõem o *corpus* deste trabalho, elaboramos uma extensa tabela (conforme se pode consultar junto aos anexos desta dissertação), a fim de mapear as principais características – temáticas, semânticas e discursivas – dos textos jornalísticos em foco e, por conseguinte, das abordagens acerca da categoria “politicamente correto” que circulam no debate público.

A partir da tabela, pudemos agrupar os textos em blocos que representam as principais tendências dos discursos sobre o politicamente correto analisados. Logo, a apresentação da análise discursiva das matérias em função de eixos ou temas emerge da leitura do *corpus*, não se tratando de uma proposta feita de antemão. Com base nessa forma de organização textual da apresentação das análises empreendidas, procuramos dar conta das principais características das articulações discursivas dos textos da *Folha de S. Paulo*. Desse modo, quando conveniente e necessário à clareza dos raciocínios realizados, selecionamos, para análise mais aprofundada, algumas matérias jornalísticas de nosso *corpus*, conforme sua pertinência e representatividade.

Tendo em vista tais propostas, dividimos este capítulo nas seguintes etapas:

(a) Mapeamento – por meio da identificação de reiteraões semânticas – dos diferentes significados, sentidos e valores atrelados ao politicamente correto nos enunciados que compõem as matérias jornalísticas de nosso *corpus*. Nesse momento, propomos uma periodização das principais formas de mobilização da categoria “politicamente correto” na cobertura da *Folha de S. Paulo* e no debate público, procurando observar as conexões existentes entre os vários sentidos da expressão, seus pressupostos e subentendidos, e seus contextos de emergência.

(b) Levantamento, a partir das representações construídas pela *Folha de S. Paulo*, dos principais agentes e instituições sociais envolvidos nas discussões sobre o politicamente correto, bem como dos discursos circulantes que atravessam esses lugares de fala. Procuraremos, também, observar quais os principais campos semânticos/discursivos sobre os quais incidem as regulações sobre a linguagem buscadas por iniciativas descritas como politicamente corretas.

(c) Análise das marcas de interdiscursividade que emergem nas matérias da *Folha de S. Paulo*. Pretendemos analisar as apropriações de sentidos/valores atados ao politicamente correto com o propósito de subvertê-los, assim como discutir o cruzamento entre discursos – ou conjuntos de discursos – fundadores que irrompem no jornal: o discursos politicamente incorreto como par opositivo do correto; o discurso sobre o humor, como campo privilegiado à discussão sobre o politicamente correto; e o discurso que invoca o ideário da liberdade de expressão.

1. Sentidos atrelados à categoria “politicamente correto”: deslizamentos e disputas

A categoria “politicamente correto” torna-se pauta no jornalismo e passa a ser discutida no debate público, de forma ampla, a partir de 1991. Como vimos, a ocorrência mais antiga que encontramos do uso da expressão pelo jornal, com base nos registros do Acervo *online* da *Folha*, data de 1978. Também como procuramos mostrar, as ocorrências da expressão anteriores a 1991, na *Folha de S. Paulo*, dizem respeito, de modo genérico, a “algo correto do ponto de vista das ações políticas” e aparecem em notícias sobre manobras de ocupantes de cargos políticos. A ênfase, nesse caso, recaía sobre questões de estratégia política, muito mais do que sobre a esfera dos valores, da ética, dos direitos e deveres. Ademais, os termos “politicamente” e “correto”, nesse contexto, não compunham uma unidade de sentido indissociável.

Passando ao conjunto de nosso *corpus*, a matéria mais antiga intitula-se *Como ser politicamente correto*. A tira do cartunista Jeff Shesol, publicada inicialmente no *The New York Times*, aborda, de modo irônico, a preocupação dos norteamericanos em serem “politicamente corretos”. O campo circunscrito pela expressão, nesse momento, já se desenhava sob contornos bem delimitados e específicos: ser “politicamente correto” referia-se a uma forma de conduta que visava a respeitar, de modo igual, todas as identidades. Esse modo de comportamento, a ser assumido por cada indivíduo, é descrito também pela legenda produzida pela *Folha* para acompanhar o cartum: ser politicamente correto, dizia o jornal, equivale a não possuir qualquer “preconceito de raça, sexo, estilo de vida etc.” (FOLHA DE S. PAULO, 23/07/1991).

Essa primeira publicação é muito representativa de uma tendência que se manifesta de modo muito evidente nos textos datados dos primeiros anos que compõem

nosso *corpus*. Trata-se da necessidade de apresentar ao público leitor, a todo momento, o significado da expressão “politicamente correto”. Em matéria de 28 de julho de 1991, assinada por Wagner Carelli, por exemplo, aparece, logo no início do texto, uma definição de politicamente correto similar àquela presente no primeiro texto de nosso *corpus*: “A ideia americana de ‘PC’ baseia-se em revisão de todo termo e enredo que supostamente venham a ameaçar o mais fraco, denegrir o deficiente e discriminar o ‘diferente’” (CARELLI, 28/07/1991). Note-se que, ao lado da expressão “politicamente correto”, aparece, novamente, a indicação de se tratar de uma “ideia americana”.

Definição similar aparece em matéria de 22 de dezembro do mesmo ano, assinada por Andréa Dantas. No pequeno texto, destinado a indicar ao leitor como comprar o presente adequado aos adeptos do “estilo politicamente correto”, afirma-se:

Antes de mais nada, atenção. Não confunda o jeitinho de ser PC com o próprio PC, aquele amigo do presidente que acusam de ser politicamente incorreto. O PC de que estamos falando é uma corrente que tem conquistado as universidades norte-americanas, e cujos seguidores defendem acima de tudo o respeito à diferença racial, cultural (DANTAS, 22/12/1991).

A exemplo desses textos, a grande maioria das matérias sobre o PC publicadas em 1991 – e, embora em menor medida, também em 1992 – apresentam uma preocupação em definir o que a categoria em foco representava, buscando traduzir o conceito de seu entendimento no contexto norteamericano para uma possível aplicação à realidade brasileira. Daí decorrem algumas constatações importantes. A primeira diz respeito ao pressuposto – retomando aqui a teoria das implicações, de Ducrot (1987) – em jogo na operação realizada pelo jornal. Pois, se era preciso buscar uma “definição” para o PC, tal demanda se explica pelo fato de a expressão “politicamente correto” não ser ainda conhecida, de modo amplo, pelo público brasileiro. Isso se torna evidente quando observamos que, nos anos mais recentes de nosso *corpus*, o jornal toma como pressuposto que o entendimento do significado da expressão “politicamente correto”, embora sempre deslizante, é partilhado pelo leitor. De fato, após os primeiros anos de discussão, a *Folha* abandona a necessidade de apresentar o significado da expressão e a categoria “PC” se torna lente para a interpretação de diferentes fenômenos sociais.

Cabe observar que o fato de a expressão “politicamente correto” não ser amplamente conhecida pelo público brasileiro na época das primeiras matérias de nosso *corpus* leva a dois dados importantes, passando do texto ao contexto. Primeiro, que não

havia, à época, debates sobre o assunto em relação ao contexto brasileiro com grande repercussão social – provavelmente, as discussões sobre o poder das palavras na reprodução de preconceitos ficavam restritas aos setores engajados. Isso reforça a existência de uma diferença fundamental entre as discussões no espaço público sobre o politicamente correto no Brasil, no início dos anos 1990, e aquelas verificadas nos Estados Unidos, onde as polêmicas em torno do PC já gozavam de maior notoriedade. Além disso, supondo que já houvesse entre os movimentos sociais e grupos organizados discussões sobre o poder das palavras em reforçar preconceitos, parece-nos claro que a expressão “politicamente correto” não era ainda utilizada para designar essas discussões. Isso nos conduz ao segundo dado que devemos ressaltar: dada essa conjuntura, parece-nos igualmente claro que a mídia brasileira, em especial a jornalística, a exemplo da *Folha de S. Paulo*, teve papel decisivo na introdução da categoria “politicamente coreto” no debate público brasileiro.

Com essa ideia, correlaciona-se uma segunda constatação que gostaríamos de sublinhar. É que as discussões sobre o politicamente correto no Brasil, em seu início, importavam concepções e entendimentos oriundos do contexto norteamericano – basta lembrar que, durante os anos 1990, especialmente na primeira metade da década, os textos que situavam nos Estados Unidos os debates sobre o PC têm presença expressiva dentre as unidades de nosso *corpus*. De modo correlato, as primeiras notícias sobre o politicamente correto no Brasil apresentam-no como uma nova “tendência” que chegava ao país e não se preocupavam em ancorar o termo na realidade política/social brasileira. Nessa tentativa de tradução cultural, as matérias da *Folha* não apontavam um correspondente exato, na dinâmica de disputas e movimentos sociais do Brasil, ao PC, tal como era entendido nos discursos que circulavam sobre/no contexto norteamericano.

De fato, nota-se que os primeiros momentos da discussão sobre o politicamente correto na *Folha de S. Paulo* são marcados por uma preocupação, por parte do jornal, em anunciar a (aparente) entrada do PC no Brasil. O exemplo mais claro desse empenho é a matéria intitulada ‘*Politicamente correto*’ chega ao Brasil, de 28 de julho de 1991. O texto trata da veiculação de uma nova versão da canção infantil *Atirei o pau no gato*, produzida pela editora Brinque Book. O objetivo da inclusão de um novo parágrafo na letra da música, segundo o texto, era conscientizar as crianças sobre os males da violência contra animais (CARELLI, 28/07/1991). Cabe notar, no entanto, que a matéria assume

um acontecimento pontual como marco inicial do politicamente correto no Brasil, tomando-o como um movimento coeso. Além disso, a classificação da iniciativa como politicamente correta se dá pelo autor do texto: não se trata, portanto, de uma manifestação que se autoproclamava “politicamente correta”.

Com efeito, podemos apontar que a categoria “politicamente correto” adquire visibilidade no debate público brasileiro no início dos anos 1990, a partir do discurso midiático, carregando discursos que circulavam nos Estados Unidos. Entendemos que, embora não fosse o único espaço de discussões na esfera pública, a imprensa detinha importância significativa no debate brasileiro, no sentido tanto de incorporar discursos em circulação na sociedade, quanto no de colocar novos discursos em circulação. Possivelmente, as discussões sobre o politicamente correto vieram à tona em diferentes meios de comunicação, simultaneamente. Não obstante, é impossível desconsiderar a importância do jornalismo nesse contexto, sobretudo se lembrarmos que, no início dos anos 1990, o acesso às tecnologias digitais era ainda muito restrito no país, bem como o uso das mídias digitais como veículo de comunicação.

O jornalismo exercia papel importante na publicização de temas e discussões na esfera pública, especialmente entre as camadas mais escolarizadas e intelectualizadas da população. E, considerando o contexto do jornalismo brasileiro – e, em especial, do jornalismo tradicional, praticado por grandes empresas de comunicação –, o destaque da *Folha de S. Paulo*, sua visibilidade e influência no debate público são incontestáveis. Ademais, é importante sublinhar que as discussões sobre o politicamente correto que emergiam na imprensa, a exemplo da *Folha*, incorporavam tópicos e discursos em voga no debate norteamericano. Assim, parece-nos plausível considerar que o debate público sobre o tema no Brasil tenha sido fomentado pelos relatos e posicionamentos que chegavam, até nossa sociedade, via jornalismo.

Em outras palavras, a imprensa colocava discursos em circulação, em um momento em que não haviam adquirido visibilidade os debates sobre o politicamente correto entre outros setores sociais, como as camadas politicamente organizadas ou mesmo a academia. Ao mesmo tempo, é preciso notar que a dificuldade inicial em ancorar as discussões sobre o PC no contexto brasileiro é indício da malsucedida tentativa, nos primeiros anos de debate, de traduzir o conceito para a nossa realidade. Ao buscar anunciar a chegada do politicamente correto ao Brasil, o jornal adota o modo

como a expressão era empregada nos Estados Unidos. É interessante observar, a esse respeito, que a referência a uma concepção norteamericana acerca do politicamente correto era explícita nos textos: há uma reiteração de construções como “a preocupação dos norteamericanos” (FOLHA DE S. PAULO, 23/07/1991), “nova etiqueta americana” (CARELLI, 28/07/1991) e “doutrina norte-americana” (RIBEIRO, 29/03/1992). Na matéria sobre a canção *Atirei o pau no gato*, por exemplo, busca-se construir, por paralelismo, uma similaridade entre ações nos Estados Unidos e o contexto brasileiro: “Enquanto norte-americanos patrulham conceitos culturais, brasileiros alteram letra de ‘Atirei o pau no gato’” (CARELLI, 28/07/1991).

Como procuramos pontuar até aqui, fica evidente o poder do jornalismo em colocar discursos em circulação. Ao tornarem-se visíveis no Brasil, os discursos circulantes sobre o PC não encontram correspondente social/cultural, já que o histórico de mobilização dos movimentos sociais no país guardava profundas disparidades em relação ao contexto norteamericano. Um artigo de Renato Janine Ribeiro publicado em 1992, na *Folha*, dá conta dessas diferenças: diz o autor que a fraqueza de nossos movimentos sociais, que não contavam com a simpatia da opinião pública, impossibilitava que o politicamente correto conseguisse, nas universidades brasileiras, implantação similar àquela conseguida em universidades dos Estados Unidos (RIBEIRO, 29/03/1992). Some-se a isso o fato de que somente anos mais tarde ganhariam força, no país, as reivindicações de movimentos e minorias sociais especificamente em relação à linguagem. Como os discursos circulantes são sempre produto de um contexto histórico-social e, ao mesmo tempo, ajudam a moldá-lo, o resultado dessa “importação” da categoria “politicamente correto” é um desajuste inicial, uma impossibilidade de fazê-la corresponder, nos primeiros anos de discussão, às lutas travadas em nossa esfera pública.

Essas tensões tornam evidentes algumas das disputas que se colocam, em nosso debate público, em torno da categoria “politicamente correto”. Ao longo de todo o período examinado, deparamo-nos com sentidos que deslizam continuamente, configurando sempre novas possibilidades de entendimento da expressão. Ao mesmo tempo, a assunção de determinados sentidos do politicamente correto e não outros, pelos agentes sociais, revela a tomada de posições na esfera pública: disputas que se travam, no terreno dos embates políticos – em sentido amplo –, em torno de direitos e valores fundamentais à vida democrática. O poder de delimitar o que significa ser politicamente

correto é também o poder de determinar a legitimidade das nomeações dirigidas ao outro. Entre as palavras e as coisas, vivem os discursos que regulam o campo de agência dos sujeitos: é sobre esse espaço que procuram interferir as disputas em torno do politicamente correto. São alguns desses embates e deslizamentos que procuraremos mapear nas próximas páginas.

1.1. Tendência, movimento, ideologia?

São muitas as divergências a respeito do significado, do sentido e do valor da expressão “politicamente correto” que aparecem nos enunciados dos diversos agentes sociais envolvidos no debate público sobre o tema. As disputas e embates entre diferentes concepções acerca do PC manifestam-se também entre os textos da *Folha de S. Paulo*: a compreensão do que significa a categoria “politicamente correto” muda entre uma época e outra, entre matérias de uma mesma época e às vezes no interior de um mesmo texto, dependendo dos discursos circulantes invocados em cada caso. Procuraremos, neste capítulo, mapear as principais disputas em torno do sentido da categoria “politicamente correto” que marcam as discussões sobre o tema na esfera pública, conforme emergem nas páginas da *Folha*. Começamos pontuando um dos principais terrenos onde se dão tais divergências: a natureza do politicamente correto.

Entre as matérias analisadas, são muitas e distintas as concepções apresentadas a esse respeito. Dentre as várias versões apresentadas, é possível identificar três eixos ou blocos de sentido que reúnem as principais definições atribuídas à expressão “politicamente correto” presentes nos textos: o entendimento do PC como *tendência*, como *movimento cultural* e como *ideologia*. Cabe esclarecer que não queremos aqui dizer que esses três eixos são capazes de englobar todas as manifestações sobre o politicamente correto, já que há textos que escapam a essa classificação. Na verdade, nossa intenção, ao apontar esses três blocos, é reunir as concepções mais frequentes, dentre o material que analisamos, associadas ao politicamente correto. Buscamos mapear, com isso, as principais reiteraões de sentido – ou isotopias, para usar um conceito-chave a nossas análises – presentes nos textos pesquisados.

No primeiro caso, estão as matérias que apresentam o politicamente correto como a marca de nossa época, uma tendência ampla a influenciar diversas esferas da vida

social; no segundo caso, temos os textos que tomam o politicamente, explicitamente ou enquanto pressuposto, como um modo organizado de ação; por fim, no caso do terceiro eixo, são abarcadas as publicações que apontam o politicamente correto como forma de pensamento, visão de mundo ou doutrina. Vejamos alguns exemplos que elucidam os sentidos atados à categoria “PC” em cada um desses casos.

As matérias que atribuem ao politicamente correto o sentido de “tendência” aparecem ao longo de todo o período pesquisado, embora sejam mais frequentes nos primeiros anos considerados – em especial, até 1994. Nesse período, a concepção do politicamente correto enquanto tendência aparece de modo nítido nas matérias que associam o politicamente correto às ideias de “moda”, “mania”, “estilo de vida” ou “conduta”. Como exemplo, citamos a matéria *A filosofia de Caco, o sapo, sai em livro*, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 1993 (FOLHA DE S. PAULO, 19/11/1993). No texto, o PC é apresentado como uma “mania”. A matéria retrata a visão expressa no livro do personagem Caco – fantoche famoso por integrar produções infanto-juvenis televisivas, como *Vila Sésamo* –, segundo o qual o PC não é um problema por si só, mas sim, por seus exageros – os “excessos” do politicamente correto, aliás, também constituem um traço constantemente reiterado nos textos da *Folha*.

Ideia similar também aparece, dentre muitos exemplos que poderíamos citar, em matéria de 3 de janeiro de 1994, intitulada *É bom tomar cuidado com o que você fala* (PAIVA, 03/01/1994). Nesse texto, o politicamente correto é descrito como uma “onda” que ainda não havia “pegado” no Brasil e restringe as possibilidades de expressão, especialmente no humor. Nesse sentido, reitera-se também, em diversos textos, a ideia de que, sendo uma moda criada pelos estadunidenses, o politicamente correto seria, invariavelmente, exportado para o Brasil. A ideia pressuposta nesse tipo de construção é a de que os brasileiros, como bom quintal dos Estados Unidos, estariam dispostos a incorporar todo tipo de subproduto cultural fabricado pelos norteamericanos.

Mais um exemplo interessante desse viés de entendimento do politicamente correto enquanto tendência genérica é a matéria intitulada *Bono personifica a chatice da correção política*, veiculada em 21 de fevereiro de 2006. Nesse texto, o PC aparece como uma tendência genérica a estar do lado dos “mais fracos”, o que reúne uma legião de fãs. Nesse sentido, o texto retoma a ideia – mais frequente entre os primeiros anos pesquisados – segundo a qual o politicamente correto configura uma moda, um estilo,

com padrões de consumo específicos. Os adeptos do PC são retratados como pessoas “chatas” e “ingênuas”: “Bono faz parte daqueles formadores de opinião do Primeiro Mundo Maravilha que acreditam em duendes progressistas do Terceiro Mundo. Estão sempre achando que vai brotar algo novo” (GONÇALVES, 21/02/2006).

Outro sentido recorrente dentre as matérias que associam o politicamente correto a uma tendência é sua representação enquanto marca de nosso tempo. Em 22 de setembro de 1996, por exemplo, a *Folha* publicou a notícia *Politicamente correto atinge até as bíblias*, em que o PC é apresentado como elemento característico de uma “era”, em que dados do senso comum passam a tornar-se ofensivos. Pelo título, vê-se o pressuposto do texto: nada escapa à tesoura do politicamente correto (DECIA, 22/09/1996). De modo correlato, é frequente, entre os textos, a apresentação do PC como espécie de “obsessão” característica da contemporaneidade (MCGRATH, 21/05/2000), uma forma de “histeria” (HALLACK, 24/09/2001) ou modo de “comportamento” ou “apelo” – quase sempre associado a ideias como estupidez (PONDÉ, 23/11/2009) ou a adjetivos como “doentio” (POSSOLO, 11/10/2009).

São muito comuns as matérias que apresentam o politicamente correto como uma tendência genérica, sem deixar claro o que se pode compreender sobre seu modo de aplicação/concretização. Em geral, são textos que invocam a categoria “PC” para explicar diferentes fenômenos sociais como influenciados por uma inclinação – que não se explica, exatamente, de onde vem – a certas características peculiares, as quais são definidas pela rubrica do politicamente correto. Como exemplo, citamos uma entrevista com o humorista Evandro Santos, de 14 de maio de 2009, intitulada *Para ator, ser correto demais atrapalha humor*. No texto, o entrevistado afirma: “É preciso respeito. Mas se você fica muito pisando em ovos e com muitos dedos, fica chato. O excesso do politicamente correto prejudica o humor” (SANTOS *apud* FOLHA DE S. PAULO, 14/05/2009). Note-se que PC é apresentado como uma tendência genérica que torna o humor “chato”. O pressuposto, nesse caso, é que o humor deve ser livre o bastante para ser eficiente. Além disso, há uma diferenciação entre “ser respeitoso” e ser “politicamente correto”, embora não fique claro o limite de um e outro.

O segundo bloco de sentidos que se repetem, como mencionamos, com grande frequência em nosso *corpus* diz respeito ao entendimento do politicamente correto como movimento cultural – isto é, o entendimento do politicamente correto como estratégia ou

agrupamento, socialmente organizado, voltado a diferentes modos de intervenção na sociedade. É interessante observar, no entanto, que nenhum dos textos analisados aponta com precisão quem são os sujeitos ou instituições, quais são pautas, qual o histórico – enfim, qual a especificidade – de um suposto movimento que se possa denominar como politicamente correto. Isso se deve ao fato – ao mesmo tempo em que o evidencia –, em primeiro lugar, de as ações classificadas nas discussões públicas como politicamente corretas não apresentarem coesão ou conexão, sobretudo formal – mas também ideológica – entre si. Não há um movimento organizado que se autointitule “politicamente correto” no Brasil – as iniciativas que reivindicam para si o nome de politicamente corretas são localizadas e pontuais. Embora, a partir dos anos 1990, sejam recorrentes as reivindicações de restrições quanto ao uso de palavras consideradas ofensivas, são relativamente raros os casos em que tais iniciativas filiam-se claramente à expressão “politicamente correto”. De fato, as ações/discursos às quais se atribui esse rótulo revelam-se muito diversificadas entre si – ora ele é usado para se referir a políticas afirmativas, ora para tratar de reivindicações de movimentos sociais, ora para falar de palavras e expressões que são objeto de interdições diversas.

Não obstante, o entendimento, que circula no debate público e emerge no jornalismo, do politicamente correto enquanto movimento cultural possui – se comparada à ideia do PC como “tendência” – contornos mais precisos. A primeira ocorrência em que tal acepção acerca do politicamente correto aparece de modo explícito se dá em 1994, com a publicação do artigo *Mulher com mulher dá croco*, assinado por Barbara Gancia. No texto, a autora se refere ao PC como um movimento que procura resolver conflitos sociais à base de eufemismos “rasteiros”, levado a cabo por uma “gentalha”: “O movimento politicamente correto ainda me mata de rir. Essa gentalha que resolve as discrepâncias do comportamento humano à base de eufemismos rasteiros agora inventou uma que é de rolar” (GANCIA, 07/10/1994). Outro modo frequente de atribuir ao politicamente correto o sentido de movimento cultural é associá-lo à ideia de militância. Em 2009, por exemplo, outro artigo de Barbara Gancia – que saiu em defesa de Danilo Gentili por ocasião das polêmicas em que o humorista estava envolvido por conta de uma piada considerada racista publicada em seu *Twitter* – emprega a expressão “a turma do politicamente correto” (GANCIA, 31/07/2009).

Mas nem sempre as associações do politicamente à ideia de movimento cultural procuram ridicularizá-lo dessa forma. Em 8 de janeiro de 2013, Michel Laub assina um artigo que aponta o PC como um movimento que, embora limite a arte ao esperar que temas sensíveis sejam tratados com solenidade literal, tem como virtude o poder de devolver a minorias a condição de narrar sua própria história (LAUB, 08/01/2013). Outro exemplo – este mais antigo – de descrição menos “agressiva” do politicamente correto como movimento cultural está na notícia publicada em 2 de janeiro de 1996, com o título *Politicamente correto já toma conta da NBA*, acerca da mudança de nome de um time da referida liga de basquete. No texto, afirma-se: “O politicamente correto, movimento sócio-cultural que visa derrubar preconceitos e defender as minorias (às vezes, com exageros), chegou ao esporte nos EUA” (FOLHA DE S. PAULO, 02/01/1996). Nesses dois exemplos, os textos ressaltam a dimensão de ação política daquilo a que se referem como “movimento do politicamente correto”.

Por fim, o terceiro eixo de sentidos associados ao politicamente correto que gostaríamos de destacar – a ideia do PC como ideologia – encontra-se bem distribuído ao longo de todo o período analisado. Nesses textos, há a reiteração da concepção de politicamente correto como conjunto de ideias ou pensamentos de determinados indivíduos ou grupos. Nessas ocorrências, o PC aparece associado a termos como “mentalidade”, “cultura” – no sentido de modo de entender o mundo –, “doutrina”, “dogma”, “crença”. A especificidade desse bloco de matérias – em relação ao eixo que chamamos de “tendência” – é que, nesse caso, o politicamente correto não é apresentado simplesmente como uma preferência ou inclinação expressas pontual ou isoladamente, mas sim, como um conjunto, coerente e sistemático, de concepções sobre o mundo, consideradas em sua dimensão social. Em outros termos, nessa forma de entender a natureza do PC, ele é apresentado – explicita ou, em alguns casos, implicitamente – como um pensamento partilhado capaz de condicionar a ação de indivíduos e seu modo de entender o mundo.

Assim como nos casos dos outros blocos de textos que examinados, é possível citar diversas matérias da *Folha de S. Paulo* para ilustrar a concepção do politicamente correto como ideologia. Um dos exemplos mais interessantes é o artigo *Palavras, palavras*, assinado por Otavio Frias Filho. No texto, veiculado em 14 de agosto de 2003, o diretor de redação do jornal descreve o PC como uma doutrina associada a um

automatismo, que acaba por escancarar – e até reforçar – preconceitos. Por tentar reprimi-los na mente, onde são inapagáveis, o politicamente correto termina por torná-los mais sedutores, uma vez que proibidos. Nesse sentido, o politicamente correto é apontado pelo autor como “polícia do pensamento”, quando radicalizado:

Ao estigmatizar termos e expressões por serem preconceituosos, o pensamento correto os combate ali onde eles são invencíveis, nas profundezas da mente. Proibidos, acabam por exercer sedução ainda maior. É somente quando a prática social deixa de ser preconceituosa que o deslize de linguagem se torna anódino, um tigre de papel (FRIAS FILHO, 14/08/2003).

O artigo de Otavio Frias Filho é particularmente interessante porque exemplifica com clareza um traço recorrente em diversos outros textos que apresentam o politicamente correto como ideologia: o fato de apontá-lo como espécie de conjunto organizado e coeso de pensamentos, chegando a ser em tal grau sistemático que se converte em método de vigilância. Dessa maneira, são também recorrentes, nos textos analisados, associações entre o politicamente correto e a ideia de um pensamento totalizante que se impõe de modo autoritário. É o que ocorre de modo explícito, por exemplo, no texto *“Cyrano de Bergerac” mira ditadura do politicamente correto*, de 1 de novembro de 2011. Nele, o PC é apresentado como uma mentalidade capaz de cercear o falar cotidiano. Descrevendo-o como uma “ditadura”, o texto faz referência às ideias de autoritarismo, exceção e censura (MELLÃO, 01/01/2011). Em enunciados desse tipo, o sentido a ser decifrado – isto é, o subentendido em jogo – diz respeito à ideia de que o politicamente correto e seus ditames, sob o ponto de vista dos valores democráticos, são inaceitáveis e ilegítimos e, como tal, devem ser combatidos.

Por fim, há uma constatação interessante em relação a todos os três blocos de sentidos atados ao politicamente correto que buscamos examinar. É que, em todos os casos, o que os conjuntos de enunciados analisados fazem, cada um à sua maneira, é atribuir coerência a tudo o que se reúne sob a rubrica “politicamente correto”, em um gesto de apagamento das muitas e diversas disputas que se colocam no debate público sobre essa temática. O sentido implícito, nesse caso, é de haver, de fato, na vida social, uma coesão entre as várias iniciativas e discussões qualificadas como politicamente incorretas. Por outro lado, a ausência de um movimento organizado que assuma o rótulo de “politicamente correto”, somada à existência de tantas formas distintas de se compreender o politicamente correto – como procuramos mostrar, levantando exemplos

mais expressivos –, cada uma pressupondo-se homogênea e coesa, é evidência de que realmente estamos diante de uma categoria inserida na arena de múltiplas disputas.

1.2. Consolidação da expressão, entre comportamento e consumo

Entre 1991 e 1994, é possível observar a existência de uma primeira fase das discussões sobre o politicamente correto na *Folha de S. Paulo*, em que o uso da expressão se dá, principalmente, em matérias sobre comportamento e consumo. Nesses primeiros registros que compõem nosso *corpus*, o politicamente correto é apresentado como “moda” ou “estilo de vida”, determinando inclusive tendências de consumo. Há textos que dão dicas sobre como ser “uma pessoa politicamente correta”, como dar presentes politicamente corretos no Natal ou como identificar alguém politicamente correto – por exemplo. Os textos se dividem entre denunciar os “exageros” da “onda” politicamente correta, ainda que lhe atribuindo certa curiosidade, e descrever o PC como o imperativo de nosso tempo, ao qual se devia estar “atenado”. Em todos os casos, porém, o subentendido a ser decifrado remete a uma despolitização das ações e debates classificados como “politicamente corretos”.

Em 19 de agosto de 1991, por exemplo, o jornal publicou um artigo intitulado *Saiba como ser um cara ‘politicamente correto’*, assinado por Sérgio Sá Leitão. Logo no início da matéria, fica clara a necessidade de explicar para o leitor o significado da expressão: “A esquerda norte-americana é pródiga em criar e exportar bossas. A última a chegar ao Brasil é a síndrome do ‘politicamente correto’” (LEITÃO, 19/08/1991). Nesse momento, parece predominar a preocupação em consolidar o próprio uso da expressão, de modo a torná-la familiar ao público brasileiro – o pressuposto de enunciados como esses, conforme já procuramos pontuar, diz respeito à falta de familiaridade do público brasileiro diante da categoria em foco. Se é preciso explicar o que significa dizer “politicamente correto”, é porque pressupõe-se que o receptor da mensagem não conheça seu significado. Da mesma forma, a ocorrência dos termos “politicamente correto” entre aspas, muito frequente nessa primeira fase, reforça a ideia de que estávamos diante, justamente, de uma expressão desconhecida do público brasileiro, quase um estrangeirismo.

Além desses elementos, a matéria *Saiba como ser um cara ‘politicamente correto’* é exemplar de outros traços marcantes dos primeiros anos de discussão em torno do PC no jornalismo brasileiro. O texto oscila entre registrar o espraçamento inevitável de uma “moda” – uma moda que se alastrava entre intelectuais – e criticar os efeitos do politicamente correto. “Um cidadão ‘politicamente correto’”, diz o artigo, “é um cara que chama as coisas por nomes que ninguém costuma usar. Acha que os nomes regulares são opressivos. Por isso usa eufemismos”. Em seguida, o autor se refere ao PC como “praga” e sublinha a ingenuidade de seus adeptos: “A suposição deles é a de que o racismo acaba se um negro é chamado de ‘afro-brasileiro’. Não sabem que os brasileiros são capazes de proezas históricas” (LEITÃO, 19/08/1991).

No mesmo ano, uma matéria – que já citamos no início deste capítulo –, nas proximidades do Natal, procura indicar os melhores presentes para os adeptos de diferentes modas – as “vítimas do estilo”, nas palavras da jornalista Andréa Dantas. Ao lado do “mauricinho”, da “perigosa perua” e do “pichador”, figura o sujeito politicamente correto. O texto, em tom irônico, indica algumas opções para presentear os adeptos do PC: uma agenda de papel reciclado, um dicionário Aurélio – para orientar as trocas lexicais –, os vídeos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – sobre temas socialmente engajados, como as questões indígena e ambiental –, o filme *Dança com Lobos*, dirigido por Kevin Costner, e cerveja sem álcool (DANTAS, 22/12/1991). O que a lista de presentes nos mostra é um traço marcante de todas as matérias sobre o politicamente correto nesse momento inicial das discussões no Brasil: a categoria “PC” apresenta sentido abrangente, abarcando grande diversidade de iniciativas e campos de aplicação. O subentendido a ser decodificado nesses textos, além de remeter à despolitização das atitudes politicamente corretas, aponta para uma localização do PC na esfera das ações individuais.

Nos primeiros anos após 1991, a categoria “politicamente correto” é mobilizada pelo jornal para referir-se à preocupação com a preservação do meio ambiente, ao cuidado com a saúde (casos, por exemplo, de iniciativas antiálcool e antitabagistas) e a um engajamento político-social genérico – o qual, embora abarque a questão da luta contra a discriminação de minorias historicamente reprimidas, por meio de intervenções sobre a linguagem, não a tem como especificidade. Os significados possíveis para o

politicamente correto, sobretudo até 1994, aparecem atados à ideia ampla de condutas mais “civilizadas” ou “engajadas”.

Não obstante, na caricatura que os textos por vezes constroem, ser “politicamente correto” torna-se sinônimo, no jogo dos subentendidos construídos, de ser “certinho demais”. É o que acontece na matéria que citamos sobre os presentes de Natal: ao lado da descrição das lembrancinhas mais adequadas, aparece a ilustração de um sujeito vestindo calça e camisa sociais, óculos com armação grossa e cabelo encaracolado – em uma imagem infantilizada. O politicamente correto, nesse contexto, emerge quase como sinônimo de “chato”, “simplório” ou “ingênuo”. Por essa razão, não são raras as ocasiões em que se busca atribuir um caráter risível ao PC.

Iniciativas como a alteração na letra da canção *Atirei o pau no gato*, que citamos algumas páginas atrás, são retratadas de modo caricato. Ao lado da notícia que trata desse episódio, uma charge mostra um casal, despido, na cama. Após o homem não conseguir completar uma ereção, a mulher diz: “Liga não, meu amor... Isso acontece com todo mundo...”. Com expressão confusa, o sujeito responde à parceira: “Eu sei, mas será que é politicamente correto?”. Ora, o desenho traz à tona o implícito que parece atravessar grande parte das matérias da *Folha de S. Paulo* sobre o politicamente, de 1991 a 1994: as pessoas eram tomadas por uma paranoia, que chegava aos rincões mais profundos da vida privada. Acometidos por tal excesso, os adeptos do politicamente correto tornavam-se dignos de ridicularização.

Em 28 de julho de 1991, a *Folha* publicou uma submatéria intitulada *Teste seu ‘saber’ e descubra seu perfil político*. Ao lado, uma coluna esclarece as características de cada uma das quatro categorias de perfil político avaliadas no jogo. O perfil politicamente correto aparece associado à representação de um sujeito que comete excessos e possui poucos amigos, dada a sua evidente chatice: “Entende a história de cabeça para baixo – posição, no caso, politicamente correta – e muito provavelmente não fuma. Sorte. Dificilmente lhe dariam um cigarro” (FOLHA DE S. PAULO, 28/07/1991). Mais uma vez, retorna a imagem do sujeito atormentado, que contamina todas as dimensões de sua vida com a paranoia politicamente correta.

Espécie de *quiz* com perguntas sobre situações cotidianas, cenas da vida doméstica e impasses envolvendo questões étnicas e de ecologia, o objetivo do teste é explicitado logo no início do texto de apresentação que o precede: “O teste abaixo foi elaborado

segundo os códigos do que é ‘politicamente correto’ nos Estados Unidos, aplicados às circunstâncias brasileiras” (FOLHA DE S. PAULO, 28/07/1991). Uma vez mais, observando-se as perguntas e respostas que compõem o pequeno jogo, é possível notar que, na tentativa de tradução do conceito de politicamente correto para o contexto brasileiro, os sentidos e situações a ele associados apresentam caráter genérico, englobando questões sobre a educação dos filhos; discussão sobre identidade de gênero na infância; hábitos de consumo de produtos midiáticos; visões sobre a virgindade; forma de se referir a etnias; filmes, personagens, produtos, times de futebol e episódios históricos – e a escolha do mais politicamente (in)correto dentre listagens dadas; como lidar com adultério e homossexualidade; tabagismo; uso de palavras estrangeiras; etc.

Além do teor genérico da expressão, o teste revela a invocação de pouquíssimos elementos próprios da realidade social brasileira nas discussões sobre o PC. Excetuando-se uma questão sobre os episódios mais politicamente incorretos da história nacional, todos os demais tópicos que compõem o *quiz* podem corresponder a uma grande diversidade de contextos. Ao mesmo tempo, é interessante notar que, ao focalizar prioritariamente a dimensão do comportamento individual, a discussão sobre o politicamente correto esvazia-lhe o teor político. Há uma questão em que o leitor é indagado sobre qual seria sua reação à hipotética criação de uma Secretaria Extraordinária de Defesa das Populações Negras no Rio de Janeiro. Dentre as possíveis respostas, aquela que corresponde ao perfil “politicamente correto” afirma que a iniciativa “não tem razão de ser”. Esse dado revela não apenas o caráter incipiente do debate à época – já que, anos mais tarde, a criação de órgãos estatais com a função de zelar pelos direitos humanos entraria para a pauta reconhecida como “politicamente correta” –, como também a desvinculação do campo de agência do PC dos espaços de luta e mobilização política.

Assim, é muito significativa a reiteração, nas matérias dessa primeira fase de cobertura da *Folha*, do sentido de politicamente correto como conduta individual. Ao personalizar o comportamento politicamente correto, apontando-o como estilo que cabe a cada um seguir, individualmente – inclusive no que diz respeito a possibilidades de consumo –, os textos apagam sua dimensão enquanto luta política – sentido que, no início dos anos 1990, era evidente nos debates sobre o PC estabelecidos nos Estados Unidos. Em matéria assinada por Marcelo Paiva, afirma-se que “o politicamente correto ameaça a descontração de um papo” (PAIVA, 03/01/1994). Entre tendência risível e perigo

concreto, o tratamento dado pelo jornal ao politicamente correto, nos primeiros anos analisados, revela uma preocupação evidente com a vida cotidiana, com a fala e as ações de cada um, inclusive em sua dimensão privada.

Ao mesmo tempo, as matérias registram que a assunção de posicionamentos politicamente corretos se dava de modo mais ou menos voluntário e não havia, naquele momento, a denúncia de sanções impostas no país aos que violavam os códigos de conduta do PC. Se, por um lado, as notícias sobre os Estados Unidos tratavam de ações como o *lobby* de minorias sociais junto a Hollywood (RIBEIRO NETO, 24/02/1992) e mostravam animações da Disney sendo criticadas por seu teor supostamente “pesado” para as crianças (AUGUSTO, 15/03/1992), as matérias sobre o PC no Brasil procuravam responder, entre ironias e sátiras, como ser um sujeito politicamente correto. A partir desses dados, chegamos a uma dupla de implícitos fundamental: os textos analisados partem, como condição básica à sua formulação, de uma incerteza que predominava em relação ao sentido da categoria “politicamente correto”; ao mesmo tempo, como ilação a ser sobre traçada sobre os enunciados em foco, temos a ideia de que os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela tentativa de consolidar o uso da expressão entre nós.

1.3. Ancoragem no contexto brasileiro

A partir de 1994, paulatinamente, a expressão “politicamente correto” passa a ser empregada para qualificar cada vez mais personagens e ações brasileiras. A primeira matéria de nosso *corpus* a mobilizar a categoria “politicamente correto” para designar uma ação motivada por embates sociais e simbólicos próprios do contexto nacional foi publicada ainda no final de 1994. Intitulada *Negros vão à Justiça contra ‘Pátria Minha’* e assinada por Armando Antenore, a notícia aborda a indignação de representantes da comunidade negra em São Paulo, que prometiam entrar na Justiça com uma notificação contra a Rede Globo de Televisão, por conta de uma cena da novela *Pátria Minha* em que um personagem (branco), ao acusar seu jardineiro (negro) de roubo, proferira insultos de caráter racista (ANTENORE, 07/11/1994).

A matéria registra o embate de forças entre agentes sociais, travado na esfera pública, em torno do potencial ofensivo das palavras. É interessante notar que, segundo o texto, a categoria “politicamente correto” é invocada não pelo movimento negro, mas

pelos roteiristas da novela: segundo eles, a cena de manifestação de racismo fora idealizada como forma de conscientização do público, em nome do PC.

Gilberto Braga e os demais autores da novela dizem que conceberam o diálogo entre Raul e Kennedy em nome do politicamente correto. Querem denunciar o preconceito racial no Brasil. Usam "palavras fortes" para "revoltar os telespectadores e mobilizá-los contra a discriminação".

O Geledés/SOS Racismo, organização de São Paulo que luta pelos direitos dos negros, pensa diferente. Considera que a cena de "Pátria Minha" aguçou, sim, o preconceito racial – menos por causa dos termos que Raul usou e mais pela maneira como Kennedy reagiu às agressões.

"O jardineiro não se portou com dignidade. Recebeu as ofensas quase que passivamente. Teve uma conduta que não reflete o comportamento do negro contemporâneo", afirma Sueli Carneiro, coordenadora do Geledés (ANTENORE, 07/11/1994).

Como se vê, não há consenso, entre diferentes agentes sociais, sobre o papel das palavras na manutenção do racismo. O dissenso se dá também em relação ao sentido de “politicamente correto”, e não apenas entre agentes sociais diversos: o próprio jornal, em momentos distintos, mobiliza a expressão com objetivos particulares. Um editorial publicado apenas um dia após a notícia acima transcrita, com o título *Racismo na TV*, emprega os termos “politicamente correto” como forma de definir o momento em que se vivia, conquanto espécie de interdição cultural que tornava improvável que os autores da novela *Pátria Minha* levassem a público alguma forma de incitação ao preconceito: “É preciso esperar o desfecho, mas parece impossível que, nestes tempos do politicamente correto, os autores da obra optem por fazer triunfar uma apologia do racismo” (FOLHA DE S. PAULO, 08/11/1994).

O editorial registra o embate de argumentos entre o movimento negro e os autores da telenovela. Embora se posicione veementemente contra o racismo, apresenta uma visão liberal: defende que, em uma democracia, não se pode impedir que as pessoas digam “bobagens”. Mais adiante, ressalta o mérito da telenovela em levar a público a discussão de um problema social tão sério e, invocando valores democráticos, chama a atenção para o perigo que reside nas tentativas de cercear a liberdade de expressão. O que o texto faz, além de evidenciar o choque entre diferentes discursos acerca do politicamente correto, é trazer à luz o embate entre direitos democráticos fundamentais que marca as discussões sobre o politicamente correto no Brasil até hoje.

Esses dois textos sobre a polêmica em torno do racismo na telenovela *Pátria Minha* podem ser considerados como marcos iniciais de um segundo momento de

mobilização da expressão “politicamente correto” dentre as matérias de nosso *corpus*. Essa fase, caracterizada pela transição entre o momento inicial das discussões – marcado pela tentativa de consolidação da categoria “politicamente correto” no debate público brasileiro, com o foco dos textos da *Folha* recaindo principalmente sobre os Estados Unidos – e a ancoragem das discussões sobre o PC no contexto brasileiro, estende-se até o final dos anos 1990. Isso fica evidente, por exemplo, no fato de se tornarem menos frequentes, gradualmente, as ocasiões em que o jornal, para se referir ao politicamente correto, faz menção à origem norteamericana do conceito ou à sua presença no debate público estadunidense.

Nesse momento, após a euforia inicial com o que parecia ser a “chegada” do politicamente correto ao Brasil, muitos textos afirmavam que o politicamente correto não se havia instalado no país ou por aqui se manifestava de modo superficial. Marcelo Coelho, por exemplo, em artigo de 23 de junho de 1995, afirma:

Aqui, são relativamente raras as tentativas de se impor um vocabulário politicamente correto. Idéias como a de proibir o emprego de termos como "quadro-negro" nas escolas e mesmo a exigência, amplamente aceita nos Estados Unidos, de que se fale sempre "ele ou ela" quando se faz referência a uma pessoa indeterminada, não pegam tanto por aqui (COELHO, 23/06/1995).

Formulações desse tipo, recorrentes em nosso *corpus*, têm como pressuposto a necessidade de se buscar uma tradução mais cuidadosa do conceito de politicamente correto em sua passagem do contexto norteamericano para o contexto brasileiro. Um pouco mais tarde, em 7 de janeiro de 1996, um artigo intitulado *A inquisitorial demência do politicamente correto*, assinado por Javier Marías, exemplifica muito bem a ideia, frequente em matérias da *Folha* à época, de que o Brasil vivia uma espécie de alerta diante dos avanços do politicamente correto em outros países, sobretudo nos Estados Unidos. Esse entendimento acerca do PC assume, como pressuposto, um discurso circulante acerca do papel do Brasil nos processos de troca e circularidade cultural: segundo esse discurso, há um processo, supostamente inevitável, de replicação, em terras brasileiras, de fenômenos sócio-culturais norteamericanos e europeus. Diante disso, o subentendido a ser decifrado aponta para uma ideia de irreversibilidade do processo de colonização do Brasil pela mentalidade politicamente correta:

A praga do "politicamente correto" está se tornando muito mais grave e ameaçadora do que parecia. Embora algumas de suas perversões possam ser aqui consideradas como brincadeira, acreditando que não nos afetarão, convém ficar de sobreaviso. Os prejuízos já causados nos EUA e na Europa do norte, devem ser levados em conta, uma vez que quase tudo que procede desse país e dessa região termina impondo-se sem dificuldade entre nós (MARÍAS, 07/01/196).

Não obstante, é preciso notar que, também a esse respeito, as matérias da *Folha* apresentam-se divididas. Por um lado, muitos textos são atravessados – a exemplo dos trechos citados acima – por um discurso circulante acerca do potencial de entrada do politicamente correto no Brasil. Em outros casos, incorpora-se a ideia de que o PC já havia chegado ao país – a notícia sobre a polêmica envolvendo a novela *Pátria Minha*, por exemplo, parece evidenciar essa versão sobre os fatos. A existência desse dissenso coloca em evidência dois dados principais acerca do debate público sobre o politicamente correto no Brasil da segunda metade dos anos 1990.

Primeiro, temos o fato de que, passada a euforia inicial diante de uma suposta chegada do politicamente correto ao Brasil – euforia essa alimentada pelo jornalismo – os discursos que circulavam na esfera pública e emergiam nas páginas dos jornais mostravam-se divididos, como efeito da existência de divergências em torno do sentido da expressão e das dificuldades em traduzir o conceito do contexto norteamericano para o nosso, dadas as muitas diferenças em termos de conjuntura político-social. Em outras palavras, o país atravessava um momento de transição, com o surgimento das primeiras iniciativas e reivindicações de organizações e movimentos sociais, ainda esparsas e pontuais, as quais permitiriam que a mobilização da categoria “politicamente correto” no debate público pudesse, de fato, fincar raízes no contexto brasileiro.

É preciso também ressaltar que a mobilização do politicamente correto para tratar do contexto brasileiro era feita de modo ainda fragmentado, pontual, esparso. Não havia – como talvez nunca tenha chegado a existir de fato – um movimento organizado que se autorrotulasse “politicamente correto” no Brasil, e a expressão nem sempre aparecia para designar um empenho em proteger minorias sociais. Por um lado, a categoria “politicamente correto” era invocada pelo jornal para tratar de episódios como a mobilização do movimento negro contra a novela *Pátria Minha*, da Rede Globo; ao mesmo tempo, em muitos textos, o significado da expressão ainda aparecia de modo vago e genérico, sendo atribuído a ações ecológicas (reciclagem), voltadas à saúde (campanhas

antifumo, por exemplo) ou, de forma mais ampla, consideradas como comportamentos mais “civilizados”, voltados a uma espécie de “boa convivência”.

O segundo dado que gostaríamos de ressaltar diz respeito ao fato de que, desde a segunda metade dos anos 1990, parece-nos claro que a invocação da categoria “politicamente correto” para qualificar ações e opiniões que vinham à tona na esfera pública se dava de modo a legitimar, pelos agentes sociais, determinados posicionamentos e pontos de vista. Ou seja, dada a impossibilidade de estabelecer um consenso sobre o sentido – e mesmo sobre o significado – da expressão “politicamente correto”, a mobilização dessa categoria apresentava-se como terreno fértil para a luta pela validação de opiniões e pontos de vista. Desse modo, quando de interesse aos sujeitos enunciadoreis – seja por parte de seus defensores, seja por parte de seus críticos – o politicamente correto é apresentado como fenômeno devidamente instalado no país.

Com relação ao argumento apresentado pelos detratores do politicamente correto, podemos citar, como exemplo, um artigo de Barbara Gancia, de 8 de maio de 1998. No texto, a autora comenta a reação indignada de leitores à defesa que fizera, dias antes, de uma gafe cometida por Pedro Bial durante a transmissão do programa dominical *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão. Sem saber que seu microfone estava ligado, o apresentador referiu-se ao Balé Kirov como “coisa de viado”. Em resposta às críticas a seu artigo enviadas por e-mail por leitores indignados, Gancia escreve:

Onde é que enterraram a leveza e a graça que costumavam elevar o espírito desta nossa gente bronzada? Quem foi o filho de uma égua que contaminou o tapuia com essa demência americana chamada de comportamento politicamente correto? (GANCIA, 08/05/1998).

O politicamente correto, desde o início das discussões no Brasil, não configura uma categoria “neutra” ou “objetiva” – se é que pode haver palavras assim. De modo particular, a expressão “politicamente correto” interpela os sujeitos a uma tomada clara de posição: como vimos, os primeiros textos sobre essa temática publicados pela *Folha de S. Paulo* baseavam-se na tentativa de dividir os indivíduos entre politicamente corretos e politicamente incorretos. Nesse cenário, o PC desenha-se como elemento fundamental à tomada de posição e à construção de identidades na esfera pública.

Além de tudo isso, há mais um aspecto que gostaríamos de ressaltar sobre o segundo momento de mobilização da categoria “politicamente correto” na *Folha de S.*

Paulo, conforme procuramos demarcá-lo. Assim como ocorre na fase anterior, a expressão é empregada, com frequência, com sentido destituído. Porém, diferentemente do que ocorre nos primeiros anos da década de 1990, a invocação do politicamente correto com o objetivo de desautorizá-lo não se dá tanto pela tentativa de evidenciar seus aspectos risíveis, fazendo dele uma caricatura; em lugar disso, o que vemos, a partir do final dos anos 1990, é o empenho em denunciar, em uma parcela considerável dos textos do jornal analisados, os efeitos perversos – do ponto de vista político – do PC.

Muitas vezes, a expressão “politicamente correto” aparece como forma de se referir a uma espécie de *marketing* – o *marketing* politicamente correto que, subentendendo-se, buscava arrebanhar seguidores dentre o desprevenido público brasileiro. Em outros casos, começavam a surgir enunciados que associavam o politicamente correto à ideia de entrave à liberdade de expressão – como veremos mais adiante, é durante os anos 2000 que a associação do PC a uma forma de censura ganha força nas páginas do jornal. Nesses enunciados, diante de seu potencial de restringir o exercício de um direito fundamental, fica implícito o caráter inaceitável do politicamente correto diante dos princípios democráticos. Como exemplo, citamos o artigo *Muito riso e pouco siso em 1998*, assinada por David Drew Zingg:

Nos velhos tempos, antes de os advogados inventarem a idéia de controlar nossas línguas e impor o "politicamente correto", a gente se rachava de rir do azar dos outros, como, por exemplo, os portugueses ou os vinhos. Hoje em dia, esse tipo de atitude deixou de ser considerado boa conduta por parte de pessoas civilizadas (ZINGG, 08/01/1998).

O texto, que faz um balanço das previsões para o ano de 1998, expressa a ideia – reiterada em matérias da mesma época – de que o politicamente correto representa uma restrição à fala cotidiana. Mesmo sem recorrer a uma discussão ética ou política, o texto alude, indiretamente, ao ideário da livre expressão. Em outras matérias do mesmo período, o politicamente correto é associado às palavras “excessos” (SUZUKI JR., 29/03/1997), “ditadura” (CALIL, 13/10/1998) e “ranço” (FOLHA DE S. PAULO, 01/03/1999). O que se começa a desenhar, diante de nossos olhos, é o uso quase sempre destituído que se faz, no jornalismo brasileiro, da expressão “politicamente correto”.

1.4. Aquisição do estatuto de luta política

O Brasil da geração afirmativa é o título da reportagem assinada por Fabiano Maisonnave que a *Folha de S. Paulo* publicou em 6 de junho de 1999. O texto – o último dos anos 1990 em nosso *corpus* – antecipa algumas das principais tendências na abordagem do politicamente correto pelo jornal durante os anos 2000 e 2010 – período correspondente ao que propomos considerar como a terceira fase de uso da categoria “politicamente correto” na cobertura da *Folha*. A matéria trata das mudanças verificadas entre pesquisadores brasilianistas nos Estados Unidos: além do perfil multicultural dos acadêmicos, cresce o número de estudos e publicações sobre o Brasil, com foco especialmente em questões étnicas. Com efeito, a representação que se constroi do país, entre esses estudiosos, ressalta a dimensão afirmativa das disputas identitárias.

Uma nova geração de brasilianistas está surgindo nos Estados Unidos. Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de negros, e de mudanças na sociedade brasileira, ela traz abordagens diferentes para velhos temas, principalmente relações raciais, e acrescenta outros, como estudos sobre pentecostalismo e homossexualidade (MAISONNAVE, 06/06/1999).

Como último representante de nosso *corpus* da década de 1990, a matéria representa a transição discursiva verificada na passagem de um milênio a outro: à medida que o politicamente correto parece se integrar ao contexto brasileiro, em paralelo ao amadurecimento dos movimentos sociais no país, as pautas da *Folha* começam a concentrar-se nos cadernos de cultura e, sobretudo, de política, e a expressão vai ganhando sentido mais específico. A categoria “politicamente correto” deixa de se referir a uma forma de conduta genérica, a um estilo de vida ou a comportamentos “civilizados”, e passa a representar um modo de se fazer política. Ao lado da ideia de assunção de uma bandeira política, a expressão em foco adquire também um contorno ideológico mais preciso.

A reportagem que citamos, embora não enfatize aspectos prejudiciais decorrentes do PC, apresenta a noção de politicamente correto como associada a um valor negativo – tendência que se mostra predominante em todos os períodos compreendidos por nosso *corpus*. Ainda assim, verifica-se, nos anos 2000 e 2010, uma mudança significativa no sentido atribuído à expressão “politicamente correto”. Seu emprego torna-se, cada vez

mais, atrelado ao engajamento na luta de grupos historicamente marginalizados, como se vê no trecho a seguir:

Com a entrada de mulheres e minorias e a criação de centros de estudos para esses grupos, a academia norte-americana viu-se inundada por pesquisas com temáticas sociais "de baixo para cima". Por causa disso, esses trabalhos têm sido muitas vezes classificados de "politicamente corretos".

Segundo Levine [Robert Levine, diretor de estudos latino-americanos da Universidade de Miami], entre os brasilianistas o politicamente correto tem se manifestado muitas vezes na escolha do tema. "Há muitos trabalhos sobre o movimento negro no Brasil, que é muito pequeno, frágil. Existe um interesse desproporcional em escolher um assunto em que pode haver vítimas e culpados. Acho interessante estudar sobre Palmares, mas é igualmente interessante fazer estudos nos quais não se sabe como sairá a conclusão" (MAISONNAVE, 06/06/1999).

Mesmo a partir de 2000, ainda continuam a ser veiculadas matérias que apresentam o politicamente correto de maneira vaga, como forma genérica de "bom comportamento" ou "conduta civilizada". Porém, esses textos passam a dividir espaço com textos, cada vez mais frequentes, sobre iniciativas de movimentos e organizações sociais, políticas afirmativas, processos judiciais contra manifestações consideradas "politicamente incorretas" e iniciativas governamentais em nome dos direitos humanos. Publicada em 26 de janeiro de 2004, a matéria *Patrulha de carnaval*, por exemplo, mostra o que considera como ideário do politicamente correto operando por meio de processos judiciais, movidos por políticos ou pela Igreja. O texto trata de sanções efetivas, mas não diz respeito aos direitos de minorias, referindo-se a tentativas de conter formas diversas de ofensa, em uma espécie de moralismo disseminado.

Não obstante, a matéria mostra o cruzamento do politicamente correto com a esfera política, salientando ações de políticos – muitas vezes, responsáveis pela abertura de processos judiciais – e questionando a postura assumida pela Justiça (ESCÓSSIA, 26/01/2004). A discussão sobre o papel do Judiciário nos debates que invocam a categoria "politicamente correto" parece chegar a ápice em 2008, quando veio a público a ação impetrada pelo Ministério Público contra a editora responsável pela publicação do dicionário *Houaiss*, devido à presença de sentidos pejorativos no verbete sobre ciganos. Na ocasião, o jornal veiculou um artigo, assinado por Pasquale Cipro Neto, em que o PC é descrito como uma "bobajada", sendo apontado como um excesso e uma forma de restrição à livre expressão (CIPRO NETO, 15/03/2012).

Como dissemos, tornam-se mais frequentes, a partir de 2000, os textos que invocam a categoria “politicamente correto” no contexto de discussões sobre os direitos das minorias sociais no Brasil. Isso fica claro, por exemplo, no texto *A novela das sete e o incômodo racial*, publicado em 14 de março de 2004, em que o PC é apresentado como uma iniciativa que busca conferir visibilidade a grupos historicamente marginalizados (ABRAMO, 14/03/2004). O jornal também começa a incorporar, paulatinamente, discursos que buscam desconstruir, ao menos em parte, a valoração negativa que predomina nas descrições jornalísticas sobre o politicamente correto. O texto que acabamos de citar é exemplo disso: nele, o politicamente correto aparece como algo positivo, na medida em que busca conter injustiças sociais, ao mesmo tempo em que se destaca uma dimensão negativa do PC, já que, quando extremado, parece levar à mera ocultação dos preconceitos.

As políticas educacionais também se tornam objeto cada vez mais frequente das matérias jornalísticas. Em 2003, por exemplo, o artigo *Uma bobagem histórica*, assinado por Vinicius Torres Freire, destaca o papel do Estado (por meio do sistema de ensino) na condução de ações consideradas politicamente corretas. O texto parte de uma lei, então sancionada pelo presidente Lula, que obrigaria as escolas a terem aulas de cultura afrobrasileira (FREIRE, 13/01/2003). Os debates sobre a influência dos princípios considerados politicamente corretos no campo da educação deságuam nas matérias, veiculadas em 2010, acerca das polêmicas envolvendo a adoção de obras de Monteiro Lobato em escolas públicas brasileiras. Mais especificamente, o Estado, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), determinou que o livro *Caçadas de Pedrinho*, dado seu teor racista, fosse recolhido das escolas do sistema público. Além disso, o CNE sugeriu que fossem incluídas na obra notas explicativas de modo a orientar a leitura dos trechos considerados ofensivos. No ensaio *Caçada a Monteiro Lobato*, Marcelo Coelho apresenta o PC como uma tendência que, embora possa trazer progressos no combate à discriminação, é problemática por trazer seriedade demais às obras culturais, interferindo excessivamente em sua forma e em seu conteúdo (COELHO, 14/10/2010).

Como se vê, nesse contexto, a questão do racismo adquire espaço privilegiado nas pautas sobre o politicamente correto. É interessante notar, a esse respeito, que todas as matérias da *Folha de S. Paulo* que integram nosso *corpus* – tanto as que criticam o politicamente correto, quanto aquelas que buscam salientar seus méritos –, sem exceção,

destacam o caráter intolerável do racismo em nossa sociedade e a necessidade de extingui-lo. Todas elas se constroem, dessa forma, tendo como pressuposto a legitimidade do discurso dos direitos humanos, vontade de verdade – para usar o conceito foucaultiano – que emerge como forte condicionante dentre a produção discursiva contemporânea. Nesse mesmo sentido, o ponto sobre o qual os textos discordam, com diversas matizes de opinião, recai sobre a eficácia e/ou à pertinência das iniciativas classificadas como politicamente corretas na luta contra o racismo.

Retomemos o artigo de Vinicius Torres Freire que citamos acima, por exemplo. Ele exemplifica com clareza o discurso, presente em diversas publicações do jornal que analisamos, segundo o qual as regulações impostas por ações categorizadas sob a rubrica do “PC” – para além de seu caráter exagerado e sua inclinação a “engessar” o pensamento e a conduta do povo brasileiro – não seriam suficientes para combater o preconceito étnico tão arraigado em nossa sociedade. Esse posicionamento parte da oposição entre regular e educar, defendendo que a legislação sobre o ensino não é eficiente em melhorar sua qualidade – embora não explicita quais outras medidas poderiam ser eficazes. Diz o autor: “Nosso racismo é vasto, negros ganham menos, morrem cedo. O preconceito é ensinado, da casa-grande à escola. Não se trata de tema trivial. Mas a educação melhora com a lei?” (FREIRE, 13/01/2003).

Em 2005, a publicização de uma nova polêmica trouxe à tona elementos importantes das discussões circulantes na esfera pública sobre o politicamente correto nos anos 2000. Naquele ano, o governo federal, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, publicou a cartilha *Politicamente correto & direitos humanos* – espécie de manual com mais de noventa entradas que apontavam expressões e palavras consideradas indesejáveis, por serem portadoras de preconceito. Como buscamos analisar em capítulo anterior desta dissertação, o episódio gerou grande repercussão midiática e foi abordado em diversas notícias e artigos da *Folha* (FOLHA DE S. PAULO, 01/05/2005; DANTAS & SUWWAN, 06/05/2005; GULLAR, 15/05/2005; FOLHA DE S. PAULO, 15/05/2005).

Esse caso evidencia, por um lado, a tomada de posição, por parte do Estado, nas discussões em torno de embates identitários, bem como a invocação, em discursos circulantes, do papel do governo nos debates acerca do politicamente correto. Por outro lado, a idealização da cartilha é exemplar da emergência – sobretudo a partir dos anos 2000 – de tentativas de ressignificar/revalorar o uso da categoria “politicamente correto”,

já que a expressão é adotada, nesse caso, como forma autodenominação. Esse exemplo nos permite sublinhar, novamente, que os anos 2000 e 2010 correspondem a uma fase de alocação das discussões públicas sobre o politicamente correto nos terrenos tradicionalmente políticos – como a esfera de ação do Estado –, conforme evidenciam os discursos que emergem nas páginas da *Folha de S. Paulo*.

Em todas as fases que caracterizam a mobilização da expressão “politicamente correto” na cobertura da *Folha de S. Paulo*, ao longo do período examinado, a categoria em foco emerge como objeto de disputas que se travam, na esfera pública, em torno de seus sentidos e seus valores. Tomando as matérias jornalísticas abarcadas em nosso *corpus* como acontecimentos discursivos – em referência ao universo foucaultiano –, devemos considerar os enunciados em suas relações com outros enunciados. Com isso em vista, o que vemos emergir nas páginas do jornal é um jogo de remetências contínuas entre os vários enunciados acerca do politicamente correto: em outras palavras, estamos diante de uma batalha discursiva em torno da legitimidade do sentido da categoria “politicamente correto”.

Levando isso em conta, procuraremos, nas próximas páginas, mapear quais são – a partir das representações construídas pela *Folha de S. Paulo* – os agentes e instituições sociais envolvidos nas discussões sobre o politicamente correto, quais os principais discursos circulantes que atravessam esses lugares de fala e quais os principais campos semânticos/discursivos sobre os quais incidem as regulações sobre a linguagem buscadas por iniciativas descritas como politicamente corretas.

2. Regulações discursivas e redes de poder: agentes, instituições, lugares de fala

Devemos começar este breve mapeamento dos lugares institucionais engajados nas discussões e iniciativas que se travam ao redor do politicamente correto por um dado peculiar, mas recorrente no conjunto de nosso *corpus*: a ausência de especificação, em alguns dos textos da *Folha de S. Paulo* analisados, sobre os agentes ou instituições responsáveis pelas propostas e iniciativas abordadas.

Contabilizamos, em nosso *corpus*, 49 matérias jornalísticas em que não são identificados os agentes sociais responsáveis pelo politicamente correto, isto é, *quem* exerce o PC, de qual lugar institucional ele parte. Nesses textos, a categoria

“politicamente correto” é mobilizada em referência a um pensamento genérico – remetendo especialmente às acepções do PC enquanto tendência ou ideologia, conforme procuramos agrupar mais cedo nestas análises. Esse modo de se referir ao politicamente correto – talvez, um modo mais “politicamente correto” de tratar o politicamente correto, sem apontar-lhe os responsáveis – gera, como efeito de sentido – a partir dos subentendidos deixados em aberto –, a ideia de uma generalização do politicamente correto, de um espraiamento do PC em todos os setores da vida social, ao mesmo tempo em que leva ao apagamento das condições materiais e históricas de sua emergência.

De fato, é sintomático o fato de que as matérias que não delimitam claramente quais os lugares institucionais de onde partem as demandas em nome do politicamente correto tornam-se mais frequentes com o decorrer dos anos, ao longo do período analisado. Em particular, elas fazem-se mais presentes a partir da segunda metade dos anos 2000. É nesse momento que identificamos uma mobilização maior da categoria “politicamente correto”, por parte do jornalismo, como lente para interpretar diversos fatos e discussões da vida social – não por acaso, aumenta também o número de textos que podem ser classificados como pertencentes ao gênero “comentário”. Como pressuposto, os enunciados que compõem os textos do jornal tomam a ideia de que a expressão “politicamente correto”, sendo já conhecida do público, dispensaria maiores apresentações – embora, como vimos, não sejam poucas as disputas e dissonâncias que se travam em torno de seu sentido e de seu valor.

Ao lado dessa recorrência na abordagem do politicamente correto, aparece também com frequência, entre os textos de nosso corpus, o apontamento dos movimentos e minorias sociais, de modo genérico, como responsáveis pela emergência e pelo avanço do PC, sem, no entanto, especificar quais os grupos, entidades e sujeitos envolvidos nessa empreitada. Poderíamos citar diversas matérias da *Folha de S. Paulo* que ilustram tal abordagem. Para ficar em um caso mais antigo, o texto *Cegueira brasileira*, publicado pelo jornal em 1998, referia-se assim ao “avanço” do politicamente correto no Brasil: “Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, frequentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos” (SOARES, 13/12/1998). É interessante observar, como o excerto evidencia, que os discursos circulantes sobre o politicamente correto que emergem nas páginas da imprensa assinalam, ao lado dos

movimentos sociais, a atuação de intelectuais e militantes ligados à esquerda na condução de iniciativas em nome do PC.

De fato, examinando os episódios e agentes trazidos à tona na esfera pública pelo jornalismo, vemos que os movimentos/minorias sociais, atuando ao lado de acadêmicos, pensadores e militantes políticos, têm papel importante nas discussões e iniciativas em torno do que se entende por politicamente correto no Brasil. Não obstante, eles não constituem os únicos agentes sociais cujo engajamento se faz decisivo nesse debate. Assim, para que possamos rastrear, de modo mais acurado, os lugares institucionais envolvidos nas discussões e disputas em torno do PC. Devemos tomar as matérias jornalísticas como acontecimentos discursivos – isto é, como vestígios materiais que servem à escavação de discursos, plataformas culturais, condições sócio/históricas. Dessa maneira, pensamos ser possível nos aproximar do contexto de emergência das discussões sobre o PC no Brasil, desde os anos 1990.

Em outras palavras, é preciso pensar sobre o papel das instituições nas articulações que sustentam as relações de poder que levam ao estabelecimento de regulações sobre a linguagem. No caso dos movimentos sociais e empresas privadas, estamos diante não de instituições, no sentido estrito do termo. Por outro lado, a emergência e visibilidade desses agentes evidenciam justamente a crise das instituições tradicionais, na contemporaneidade, e sua substituição, ao menos parcial, no contexto das discussões políticas, por outros agentes sociais. Não obstante o caráter difuso de suas ações, essas novas vozes que adquirem cada vez mais peso no debate público ocupam o vazio deixado pelo desmonte de lugares institucionais tradicionais.

De modo correlato, devemos passar, no percurso de reflexões que procuramos desenhar, para a abordagem dos discursos que atravessam esses lugares institucionais. Como vimos mais cedo, o que transforma um ato de fala em enunciado – em uma perspectiva foucaultiana – é a dimensão da função enunciativa: o fato de ele ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, de acordo com determinadas condições históricas. Dada essa preocupação com a historicidade, não devemos nos debruçar sobre a lógica interna dos enunciados, mas sim, buscar compreender suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, a materialidade que lhe é própria. O poder está ligado aos lugares institucionais – cada lugar se coloca em uma posição numa rede de poder ampla – e, ao mesmo tempo, é

fundamentalmente relacional – só existe na relação entre os vários lugares de fala mobilizados. Estamos diante de uma rede capilar, que chega a cada indivíduo, em seu falar cotidiano – o que significa dizer que o poder determina, pelo discurso, um mundo a ser visto e vivido.

Por tudo isso, pensando sob uma perspectiva arqueológica, é preciso buscar mapear os lugares institucionais que se engatam, discursivamente, nos embates em torno do PC, fazendo nó em uma rede de poder que sustenta regulações diversas sobre a linguagem. Nessa malha de discursos e relações de poder, não apenas os movimentos sociais tomam parte nas lutas travadas: também o Estado – atuando, sobretudo, por meio de políticas educacionais e, em especial, através da Justiça – e a iniciativa privada – em particular, através de empresas do ramo da comunicação, inclusive jornais – têm papéis decisivos. É sobre alguns dos principais aspectos dessa rede, em sua dimensão discursiva, que traçamos as reflexões que ocupam as próximas páginas.

2.1. Estado

O Estado aparece, nas matérias de nosso *corpus*, entre os atores sociais responsáveis pela condução de ações consideradas “politicamente corretas”. Dentre os casos em que se verifica o empreendimento de ações estatais concretas, destacam-se iniciativas relacionadas à educação. O caso mais célebre, sem dúvida, diz respeito às polêmicas, em 2010, envolvendo a adoção do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, pela rede pública de ensino. As polêmicas foram motivadas por denúncias do movimento negro acerca de passagens da obra consideradas de cunho racista (CASTRO, 12/11/2010; FOLHA DE S. PAULO, 29/10/2010; COELHO, 14/11/2010).

Mas esse não é o único exemplo de intervenção do Estado em relação à educação: outro exemplo está nas discussões, em 2003, em relação à validade da Lei 10.639, que versa sobre a inclusão de aulas sobre História e Cultura Afrobrasileiras na grade curricular das escolas, de ensino fundamental e médio, públicas e particulares (FREIRE, 13/01/2003). O que atravessa esses episódios, fundamentando a ação do Estado, é a concepção da educação como dispositivo adequado à promoção de um discurso considerado mais “correto”, à luz dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, nessa

discussão, muitas das iniciativas do Estado em relação à educação remetem a uma posição institucional voltada à tutela da população – especialmente, de seus membros supostamente mais suscetíveis (crianças e adolescentes em período de formação). Talvez por isso, nos textos analisados, a atuação do Estado é apontada com desconfiança. Em relação ao último exemplo que citamos, o articulista Vinicius Torres Freire descreve o PC como uma normatização que torna a educação artificial.

Também abordado de modo crítico pelo jornal, outro episódio de atuação do Estado que recebe destaque no jornal – este sim, como exemplo de ação que assume a filiação à nomenclatura “politicamente correto” – diz respeito ao lançamento da cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, em 2005, pelo governo federal. A iniciativa foi imediatamente qualificada como censura, em artigo de Ferreira Gullar (GULLAR, 15/05/2005). Além disso, o jornal destacou a incoerência por trás da publicação da cartilha, ao destacar que até mesmo o então presidente Lula empregava, em seus discursos, termos contrários às normas da cartilha (DANTAS & SUWANN, 06/05/2005). Seja sob o argumento da inconsistência ou pela denúncia da censura, os veículos de imprensa tradicionais posicionaram-se, em geral, contra a cartilha.

Por outro lado, a atuação do Estado em relação ao politicamente correto concretiza-se também na ação da Justiça, foco que recebe destaque entre as matérias de nosso *corpus*, provavelmente, devido ao número de episódios. A seguir, detemo-nos mais detalhadamente nos discursos que emergem nas páginas do jornal em relação ao engajamento da Justiça nas discussões sobre o politicamente correto.

2.1.1. Justiça

Nas matérias jornalísticas analisadas, a Justiça – enquanto componente do aparelho do Estado – é apontada como uma das instituições que tomam parte nos debates sobre o politicamente correto no Brasil. Em muitos textos, o poder judiciário é apontado como o responsável pela condução de decisões e iniciativas consideradas “politicamente corretas”. Mas é importante observar que a atuação judicial não se dá de modo isolado: de modo geral, é preciso que entidades sociais ou indivíduos privados entrem na Justiça contra manifestações que considerem ofensivas.

Como buscamos pontuar anteriormente, a atuação de juízes, em especial os de primeira instância, configura hoje uma das principais modalidades de cerceamento da livre expressão, especialmente nos casos em que há restrição quanto à veiculação de informações contrárias aos interesses de políticos e pessoas influentes. No caso das discussões que mobilizam a categoria “politicamente correto”, há muitos casos em que a atuação da Justiça é motivada por denúncias e ações movidas por movimentos sociais, representantes de minorias, grupos organizados da sociedade civil e organizações não-governamentais, em função de atitudes consideradas discriminatórias. No caso do Brasil, o racismo – sobretudo, contra a comunidade negra – tem destaque entre as motivações de processos judiciais em nome do que se qualifica, em discursos circulantes na esfera pública, como politicamente correto.

Destacamos, para análise mais detida, um texto de nosso *corpus* que consideramos representativo das matérias da *Folha de S. Paulo* que abordam o posicionamento da Justiça em relação às discussões sobre o politicamente correto. Trata-se do texto intitulado *Caso provoca polêmica entre juristas*, publicado em 9 de agosto de 1996, que retoma a polêmica que viera a público, dias antes, em torno da canção *Veja os cabelos dela*, de Francisco Everardo Oliveira Silva, famoso sob o nome artístico “Tiririca”. Dentre os episódios de que dão conta os textos de nosso *corpus*, esse caso constitui o primeiro, em termos cronológicos, em que se registra uma decisão judicial efetiva associada aos termos “politicamente correto”.

Embora o processo tenha sido ajuizado em 1997, localizamos apenas em 1996, em nossa busca junto à *Folha de S. Paulo*, matérias sobre o caso que empregam a expressão “politicamente correto”. A ação foi movida pelas ONGs Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, Instituto das Pesquisas das Culturas Negras, Grupo de União e Consciência Negra e Instituto Palmares. De acordo com as entidades, a música continha trechos de caráter racista, especialmente nos versos “Essa nega fede, fede de lascar/ Bicha fedorenta, fede mais que gambá”. A gravadora Sony foi condenada pela sentença – emitida em 2004 e mantida em 2011 pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio –, que estipulava indenização de R\$ 300 mil. Além disso, 80 mil cópias do CD de Tiririca lançado em 1996 foram recolhidas, depois que cerca de 250 mil unidades já haviam sido vendidas (FOLHA DE S. PAULO, 03/03/2011).

Embora busque se construir sobre efeitos de neutralidade, constituindo-se como um texto de caráter assertivo, a matéria *Caso provoca polêmica entre juristas* concede espaço maior a falas que questionam a decisão da Justiça de confiscar o CD de Tiririca – no caso, dois advogados, sendo um deles o advogado da *Folha*, e o diretor geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional. É interessante notar que, mesmo no trecho em que se apresentam os argumentos da Justiça em relação ao caso, tais formulações acabam sendo desconstruídas – ou, pelo menos, relativizadas – pelo jornal. O próprio título do texto, ao remeter à ausência de consenso entre juristas, deixa aberto o caminho para o subentendido de que a decisão da Justiça é, no mínimo, problemática. Ilação similar pode ser traçada a partir do trecho:

[...] para os juízes, Tiririca incita o racismo na música “Veja os Cabelos Dela”. Ultrapassa, assim, um dos limites que transformam o direito à liberdade de expressão em abuso. Daí, a censura – tida como uma espécie de antídoto contra o excesso. Nem todos os juristas pensam da mesma maneira (FOLHA DE S. PAULO, 09/08/1996).

Note-se que há o emprego da palavra “censura” para designar a decisão da Justiça, termo que decerto não é assumido pelo próprio texto da decisão, remetendo a um posicionamento que contraria aquele sustentado pelos juristas responsáveis pela sentença. Com efeito, o jornal afirma um distanciamento em relação à lógica que fundamenta a decisão judicial em foco. Além disso, a ideia de censura – vedada pela Constituição, embora o próprio sentido da palavra encontre-se sob disputa nos discursos sociais – empresta à decisão judicial sentido intolerável em uma sociedade democrática, de modo a relativizá-la/desautorizá-la.

Em toda a sua extensão, a matéria situa a discussão sobre o politicamente correto na arena dos embates entre discursos circulantes próprios da esfera jurídica. Esses discursos remetem a um lugar de fala – e, portanto, a uma posição de sujeito – que é tomada pelo jornal como autorizada a discutir – e, especialmente, delimitar – direitos e deveres. Ao longo de todo o período pesquisado, as matérias da *Folha de S. Paulo*, em diversas ocasiões, registram o engajamento de membros da Justiça em discussões sobre o politicamente correto, evidenciando o atravessamento dessas discussões por discursos – muitas vezes, dissonantes – que demarcam o campo jurídico. Já em seu início, o texto em foco remete a enunciados situados para além dos limites do jornal, buscando

embasamento em trechos da Constituição para esclarecer os valores fundamentais postos em confronto pelo “caso Tiririca”:

O primeiro [valor] é a liberdade de expressão. Está previsto no artigo 220, parágrafo 2º, que proíbe "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

O outro valor – a igualdade racial – ampara-se no artigo 5º, inciso 52º: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível" (FOLHA DE S. PAULO, 09/08/1996).

Nesse embate de valores, a *Folha* dá maior espaço e destaque a enunciados em que se defendem a primazia da liberdade de expressão e o caráter censório implicado na decisão da Justiça sobre o CD de Tiririca. O texto cita, por exemplo, uma fala do advogado e articulista da Folha, Luís Francisco Carvalho Filho, que afirma: “A censura exercida por um juiz é tão grave quanto a exercida por um general”. É também na fala do advogado que aparece a associação entre o politicamente correto e a decisão judicial em foco: “Precisamos tomar cuidado quando, em nome do politicamente correto, ameaçamos a liberdade de expressão” (FOLHA DE S. PAULO, 09/08/1996).

A remissão à censura, presente em diversas passagens da matéria, evidencia a ativação de uma memória discursiva, que remete a enunciados sobre a prática censória, produzidos em outros contextos históricos, que atestam seu caráter intolerável a partir do testemunho dos danos produzidos. A citação da fala de Luís Francisco Carvalho Filho mostra isso de modo explícito, aludindo à impossibilidade de se impor limites à interferência dos censores: “A história já nos mostrou que as sociedades sempre sabem como a censura começa, mas nunca sabem de que maneira termina”.

Como se vê, a matéria é atravessada por um discurso sobre a democracia, que aparece respaldando tanto a decisão judicial, em seu combate ao racismo, quanto as críticas à sentença. De fato, como esse caso ilustra, um dado recorrente dentre as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas diz respeito à mobilização do ideário democrático pelos dois lados do dissenso nas discussões públicas sobre o politicamente correto. É nítida a presença de enunciados povoando as margens de outros enunciados (FOUCAULT, 1986, p. 112 *apud* GREGOLIN, 2006, p. 92), pois o que está em jogo é todo um “campo associativo” – nos termos de Foucault –, historicamente delimitado, que compreende formulações sobre a censura, a democracia, a liberdade de expressão e o papel da

imprensa. Quanto ao lugar do jornalismo, este busca, por sua vez, ao posicionar-se ao lado da liberdade de expressão, (re)afirmar sua legitimidade.

2.2. Movimentos sociais

Outro espaço de ação apontado como relevante nas matérias de nosso *corpus* em relação ao empreendimento de iniciativas em nome do politicamente correto diz respeito, como já pontuamos, aos movimentos sociais, incluindo setores da sociedade civil organizados politicamente na defesa de minorias e ONGs. A ação dos movimentos sociais se dá pela tentativa de exercer pressão e influência junto a outros lugares institucionais, como o Estado, a Justiça e empresas privadas – é o que Renato Janine Ribeiro, ao tratar do sucesso de implantação do politicamente correto na sociedade norteamericana, chama de cultura de lobbies (RIBEIRO, 2000). Isso porque, vale sublinhar, os movimentos sociais, por si só, não têm poder de legislação e, tampouco, de sanção institucionalizado. Para que o engajamento na construção de uma linguagem considerada “mais correta” funcione e alcance toda a sociedade, é preciso negociar as possibilidades de legislar e sancionar junto ao Estado.

A respeito do enfoque conferido pela *Folha de S. Paulo*, é importante reiterar que há grande presença de matérias que relacionam as reivindicações por parte de minorias/movimentos sociais ao exercício do politicamente correto sem especificar episódios ou grupos em particular. Há certa abstração em torno da ideia de minorias sociais, que são apresentadas, nessa perspectiva, mais como potenciais responsáveis pela condução de iniciativas em nome do politicamente correto. Esse tipo de abordagem, presente sobretudo nos primeiros anos de nossa análise, materializa-se em enunciados como este: “Nos dias de hoje, é preciso calcular as falas. Existem tantas minorias, que um escorregão pode ofender uma. O politicamente correto ameaça a descontração de um papo” (PAIVA, 03/01/1994).

Por outro lado, mesmo nos casos de matérias que tratam de episódios específicos envolvendo propostas e iniciativas de movimentos sociais, não são raras as vezes em que o jornal refere-se a esses grupos de maneira generalizante – adotando, por exemplo, a expressão “movimento negro”, em lugar de especificar as entidades envolvidas. Com o avançar dos anos 2000 e 2010, a abordagem da *Folha* acerca das ações de movimentos

sociais torna-se paulatinamente mais ancorada na materialidade das discussões e polêmicas que vêm à luz na esfera pública, na mesma medida em que se tornam mais consistentes as denúncias do jornal sobre as ameaças à liberdade de expressão representadas por ações classificadas como “politicamente corretas”. Não por acaso, são também raras as ocasiões em que o jornal concede voz a representantes de movimentos e minorias sociais e cede espaço aos argumentos apresentados por esses setores nas discussões sobre o politicamente correto.

De fato, chega a ser difícil selecionar, dentre o conjunto de nosso *corpus*, um texto que possamos examinar mais detidamente como representativo dos discursos que atravessam e conformam o lugar de fala dos movimentos sociais atuantes no Brasil. Curiosamente, nos anos mais recentes, embora as discussões sobre o PC na *Folha de S. Paulo* gradativamente se tornem mais voltadas à abordagem de episódios específicos, os textos reservam menos espaço à incorporação do discurso de representantes de movimentos sociais. Talvez a explicação para esse dado esteja no fato de que, nos anos 2000 e 2010, aumente, em nosso *corpus*, a presença de formas textuais típicas do “comentário”, normalmente um gênero menos dialógico e menos voltado à apresentação dos “dois lados” de uma dada questão.

Voltando aos primeiros anos de nosso *corpus*, o primeiro texto a tratar de uma iniciativa efetiva conduzida por representantes de minorias sociais no Brasil intitula-se *Negros vão à Justiça contra ‘Pátria Minha’* – que trata da indignação do grupo Geledés/SOS Racismo, organização sediada em São Paulo que luta pelos direitos da comunidade negra, em razão da presença de cenas de racismo na novela *Pátria Minha*, da Rede Globo. O grupo prometia entrar na Justiça com uma notificação contra a emissora e os autores do folhetim. Temos aqui um primeiro ponto a ser destacado: em relação ao engajamento de movimentos sociais nas discussões sobre o politicamente correto no Brasil, conforme emergem nas páginas da *Folha de S. Paulo*, destacam-se, no debate público, as entidades ligadas ao movimento negro. O debate sobre o politicamente correto no país, como temos procurado mostrar, encontra nas discussões sobre o racismo contra negros sua vertente de maior visibilidade.

A matéria da *Folha* sobre o caso da novela *Pátria Minha* começa com a descrição do capítulo da novela responsável por gerar repercussão negativa:

Na semana passada, a novela da Globo levou para o horário nobre um tema que poucos brasileiros ousam discutir às claras: o racismo. O assunto entrou em cena durante o capítulo de quarta-feira, quando um dos protagonistas da trama, o empresário Raul Pelegrini (Tarcísio Meira), acusou o jardineiro Kennedy (Alexandre Moreno) de roubo. Era uma acusação injusta. Mesmo assim, o funcionário teve que ouvir o patrão esbravejar: "Você abriu meu cofre, negro safado." Chorando, o jardineiro jurou inocência. "Você pensa que acredito em crioulo?", prosseguiu Raul. "Vocês, quando não sujam na entrada, sujam na saída. Foi vingança? Vingança porque não deixei você estudar? Você pensa que conseguiria aprender alguma coisa? Não sabe que o cérebro de vocês é diferente do nosso?" (ANTENORE, 07/11/1994).

Mais adiante, o texto apresenta trechos de entrevista com Sueli Carneiro, coordenadora do Geledés/SOS Racismo. Segundo ela, a cena de *Pátria Minha* estimula o preconceito racial menos pelos termos utilizados, do que pela imagem de passividade que constroi do negro: "O jardineiro não se portou com dignidade. Recebeu as ofensas quase que passivamente. Teve uma conduta que não reflete o comportamento do negro contemporâneo" (ANTENORE, 07/11/1994). Diante de tal constatação, o grupo Geledés/SOS Racismo avalia que a novela deveria resgatar a autoestima dos negros, o que só poderia ocorrer se o jardineiro Kennedy passasse por um processo de conscientização ao longo da trama. Esse debate é representativo de uma tendência presente em muitas das discussões que emergem na esfera pública sobre o politicamente correto: para os que apostam no poder da representação na perpetuação do preconceito, não basta apenas apagar os elementos portadores de sentido discriminatório; as reivindicações se dão também no sentido de promover imagens positivadas dos grupos sociais representados. O pressuposto desse discurso é o de que a produção cultural deve construir uma representação "ideal" da realidade, de modo a fornecer "bons exemplos".

De modo geral, o posicionamento defendido por movimentos sociais e grupos em defesa de minorias sociais aparece pressuposto nas matérias da *Folha de S. Paulo*. Ao lado de uma alusão – em geral, vaga – ao peso dos movimentos sociais na condução de iniciativas consideradas "politicamente corretas", outro dado que aparece com muita frequência nos textos analisados é o relato de episódios em que o constrangimento a favor do uso de vocabulários "mais adequados" parte de indivíduos que, sem ter necessariamente conexão formal com entidades organizadas da sociedade civil, incorporam a preocupação com a discriminação contra grupos sociais. Esse dado aparece reiterado em diversas matérias de nosso *corpus*. Por vezes, o constrangimento parte de figuras políticas, autoridades religiosas ou outras personalidades proeminentes, atuando

individualmente. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1995, por ocasião dos insultos proferidos publicamente contra imagem de Nossa Senhora Aparecida por parte de um bispo da Igreja Universal. Como se sabe, Nossa Senhora Aparecida é negra. Na época, Luiz Mott registrou em artigo para a *Folha*:

O deputado negro Paulo Paim, do PT gaúcho, registrou denúncia de crime racial, alegando que o crente, ao chamar a Virgem Aparecida de feia, cometeu um insulto racista. O novo arcebispo de Aparecida, d. Aloísio Lorscheider, surfando na onda racial, ratificou esta mesma ilação, associando a aparição da imagem da santa negra, no século 18, a uma espécie de reforço celeste à luta dos negros contra as injustiças da escravidão (MOTT, 29/10/1995).

Os discursos circulantes em defesa de minorias sociais atravessam diversas posições subjetivas na sociedade, fundamentando posicionamentos e reivindicações classificadas como politicamente corretas. Como o exemplo nos mostra, há casos em que esses discursos são apropriados para legitimar interesses e manobras políticas. Nesse sentido, há dois aspectos que nos interessa sublinhar a respeito das discussões públicas sobre o politicamente correto no Brasil: primeiro, que as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas, dadas suas estratégias de construção, levam a um apagamento, no discurso do jornal, das condições materiais que condicionam as ações empreendidas por movimentos e entidades sociais na luta por uma linguagem menos preconceituosa; segundo, que os discursos em defesa de minorias sociais – e, em particular, em defesa de representações mais dignificantes desses grupos sociais – atravessam diversas posições subjetivas que participam do debate público.

Quanto à emergência dos movimentos sociais e à conformação de sua função enunciativa – para retomar um conceito de nosso horizonte teórico –, é preciso sublinhar, dentre as condições sócio-históricas que condicionam seu posicionamento discursivo, a visibilidade de um saber sobre direitos humanos na contemporaneidade. Esse discurso ganha projeção e é redimensionado com a emergência de novas vozes na esfera pública – participando, ou reivindicando participação, nas discussões políticas. Além disso, os movimentos sociais se inserem nas disputas políticas – em sentido amplo – alavancadas pela crise das instituições tradicionais, disputando um lugar institucional movido e atravessado por embates diversos.

2.3. Iniciativa privada

O terceiro lugar de agência a participar dos embates em torno do politicamente correto no debate público brasileiro que gostaríamos de ressaltar corresponde à iniciativa privada. Pontuamos, algumas linhas acima, o fato de indivíduos – de notoriedade pública ou não – incorporarem os discursos circulantes que dão ensejo às iniciativas em nome do politicamente correto, produzindo constrangimento sobre outros indivíduos em prol de representações mais respeitadas de determinados grupos sociais. Embora esse tipo de ação seja recorrente em nosso *corpus*, debruçamo-nos, neste momento, sobre outra categoria de agente social ainda mais presente – e de maior relevância – nos textos que analisamos: interessa-nos aqui observar a pilhagem, por empresas privadas, de diretrizes relativas à linguagem reunidas sob a rubrica “politicamente correto”.

Esse posicionamento por parte de empresas – em especial, empresas do ramo da comunicação, produtoras cinematográficas, editoras, jornais –, ao mesmo tempo em que pode ser identificado como efeito do constrangimento gerado pela interdição produzida pelos discursos politicamente corretos, contribui para a visibilidade, abrangência e efetividade dos princípios do PC. Como muitos dos princípios identificados no debate público sob a nomenclatura “politicamente correto” possuem força de lei, prevendo inclusive sanções – caso do crime de injúria racial, por exemplo –, a designação dessa apropriação por empresas privadas aparece, por vezes, em matérias de nosso *corpus*, associado à ideia de autocensura.

Trata-se de uma discussão de grande relevância, embora complexa, vale assinalar, pois depende da delimitação clara de um conceito de censura – que também se revela polissêmico. Se entendemos a censura como uma barreira que se coloca de modo a impedir o fluxo de informações e discursos na esfera pública, podemos pensar que de fato as empresas privadas, ao adotarem diretrizes reconhecidas como politicamente corretas, incorrem em autocensura. Por outro lado, se pensamos em um conceito mais político de censura – associando-a ao exercício arbitrário do poder, em favor de interesses particulares, ou vinculando-a à ideia de violação de princípios democráticos–, talvez nem sempre possamos classificar a conduta das empresas, ao incorporarem princípios politicamente corretos, como forma de autocensura.

De fato, as discussões sobre o PC, como já procuramos mostrar, tratam sempre, no fundo, do embate entre princípios democráticos fundamentais. Temos, de um lado, o princípio da liberdade de expressão, um direito fundamental; do outro, o direito à não discriminação por etnia, gênero, opção sexual, idade e quaisquer outros componentes da identidade. Embora, dada essa natureza limítrofe entre direitos, entendamos que a discussão sobre a aplicabilidade do conceito de censura ao politicamente correto deve ser feita de modo cuidadoso e, sobretudo, observando-se caso a caso, é preciso sublinhar que a incorporação de diretrizes do PC por empresas privadas revela sempre, e de modo nítido, o poder do discurso de gerar interdições.

Examinando as matérias de nosso *corpus*, o primeiro exemplo de incorporação, por parte de uma empresa, dos princípios politicamente corretos aparece na matéria que anuncia a “chegada” do PC ao Brasil – o que não deixa de ser emblemático do papel da iniciativa privada, ao lado do Estado e de movimentos sociais, em fixar o politicamente correto no imaginário brasileiro. O texto, intitulado *‘Politicamente correto’ chega ao Brasil*, trata da veiculação de uma nova versão da canção infantil *Atirei o pau no gato*, produzida pela editora Brinque Book. Na versão corrigida, foram incluídos os versos: “Não atire o pau no gato/ Porque isso não se faz/ O gatinho é nosso amigo/ Não se deve maltratar os animais”. Como revela a matéria da *Folha*, a proprietária da editora, Suzana Camacho, afirmou na ocasião que a nova estrofe foi adotada por ser considerada “mais saudável” (CARELLI, 28/07/1991).

Esse caso é sintomático não apenas da primeira fase de discussões sobre o politicamente correto no Brasil – quando a expressão era adotada de modo vago, para designar grande diversidade de iniciativas. Ele evidencia também o fato de que empresas privadas ligadas à comunicação e à produção cultural, especialmente nos anos 1990, incorporavam modificações em termos de linguagem, expressões e vocabulário identificadas sob o rótulo “politicamente correto” como estratégia de *marketing*. Não se trata, em casos como o da cantiga *Atirei o pau no gato*, de ceder a pressões externas, respeitar determinações com força de lei ou sucumbir ao temor da imposição de sanções. Na verdade, a incorporação de mudanças vocabulares, em episódios assim, parte de uma tentativa de conquistar e ampliar o público consumidor, elaborar um produto de maior valor, estar “sintonizado” com as tendências de um setor de mercado – no caso específico

de nosso exemplo, uma tendência que chegava até nós, carregada por discursos circulantes, a partir do contexto norteamericano.

Alguns anos mais tarde, um artigo de Barbara Gancia dá conta de processo similar: a adoção da expressão “lesbian chic” para designar homossexuais femininos. Segundo a colunista, o termo foi criado pela revista *New Yorker* e adotado pelo festival Mix Brasil de Manifestações da Sexualidade: “Para atenuar o fenômeno e torná-lo passível de ser enquadrado em alguma categoria de consumo, eles agora deram para chamar a ‘sapataria’ de ‘lesbian chic’ (GANCIA, 07/10/1994). Como se vê, também nos Estados Unidos a iniciativa privada contribuía para a promoção e fixação de alterações vocabulares reconhecidas como “politicamente corretas”. Em 1995, por exemplo, uma matéria de Carlos Eduardo Lins da Silva relatava o lançamento de uma “Bíblia politicamente correta”, pela Oxford University Press:

[...] para os autores da nova Bíblia, uma coisa é certa: Deus não tem sexo. Por isso, não pode ser chamado de Pai nem de Mãe, e sim de Pai-Mãe.

As expressões Senhor e Mestre também ficam proibidas. Não só por serem sexistas, mas também por referendarem uma sociedade de classes que deve ser combatida. Quanto a Rei, nem falar: além de tudo, essa é monarquista.

Como o grupo de teólogos da versão “inclusiva” da Bíblia é composto por defensores do sistema republicano, a palavra “reino” também foi abolida do texto.

A “escuridão” foi tirada do texto sagrado. Foi substituída por “noite” porque, segundo os novos evangelistas, o sentido pejorativo do termo “escuridão” pode ser associado a pessoas de pele negra (LINS DA SILVA, 15/10/1995).

As modificações na linguagem do texto bíblico, como se vê, são amplas, produzindo interferências significativas sobre seu conteúdo e estilo. Como registra a matéria de Lins da Silva, o prefácio da obra justifica a proposta: “Nós criamos novas metáforas, como a do Pai-Mãe, para fazer o leitor pensar sobre o poder que a metáfora tem de nos fazer questionar a realidade”. Nas palavras dos editores da “Bíblia politicamente correta” – *The New Testament and Salms: A Inclusive Version*, no título original –, fica evidente a proposta de incorporação de discursos circulantes sobre os direitos humanos e o poder da linguagem na construção da realidade. Esses discursos são incorporados e têm sua circulação impulsionada não apenas pela ação de movimentos sociais e grupos politicamente organizados, mas também, por iniciativas de intelectuais e empresas. Como se vê, a comunicação social, por sua visibilidade e influência no debate público, possui papel fundamental na circulação tanto dos discursos reconhecidos como

“politicamente corretos” – no caso, os discursos que cristalizam as modificações discursivas desejáveis –, quanto dos discursos *sobre* o politicamente correto – no caso, os discursos que mobilizam a categoria “politicamente correto” para tratar de diferentes ações e debates que vêm à tona na esfera pública.

Cabe assinalar também um dado interessante a respeito da incorporação, por agentes privados, dos princípios politicamente corretos entendidos como ideologia. Em 2001, uma matéria intitulada *Politicamente correto desvirtua fatos, diz professora*, tomando a expressão “politicamente correto” como sinônimo de discurso marxista, trata da abordagem de temas históricos por editoras de livros didáticos de modo “engajado” – segundo o próprio texto. A matéria discute como a abordagem de temas como a situação das mulheres na Idade Média ou a Guerra do Paraguai, por exemplo, se dá através de prismas ideológicos, o que leva a leituras anacrônicas e à descontextualização dos fatos (FOLHA DE S. PAULO, 05/09/2001).

De modo correlato, tratando do politicamente correto como tendência genérica – e que se alastra de modo indesejável –, um artigo de Marcelo Coelho publicado pela *Folha* em 2007, com o título *Correção política em dia de churrasco*, aborda a incorporação de princípios politicamente corretos pelo grupo *Palavra Cantada*, responsável pela composição de cantigas infantis “engajadas”. No repertório do grupo, estão, por exemplo, canções críticas ao trabalho infantil ou ao excesso de compromissos de crianças paulistanas. Essa politização do universo infantil é associada, no texto, à perda do prazer vinculado à espontaneidade e aos espaços de descomprometimento – a exemplo do sentido expresso já no título da matéria (COELHO, 30/05/2007).

Em contrapartida, em anos mais recentes, as discussões sobre o politicamente correto em relação à iniciativa privada aproximam-se de debates sobre a regulação de setores da comunicação. Em 2000, a *Folha de S. Paulo* publicou matéria intitulada *Propagandas são alvo das mais inusitadas reclamações*, focalizando as iniciativas do Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), instituição que fiscaliza a ética da publicidade no Brasil. Como fundamento para muitas de suas decisões, aparecem os princípios politicamente corretos. O texto cita, por exemplo, uma resolução do Conar pela alteração de um comercial de iogurte dietético da Parmalat, em que uma mulher acima do peso é alvo de brincadeiras em seu escritório. Na ocasião, a agência DM9DDB, responsável pela criação da propaganda, alegou que a propaganda apenas

retratava uma situação recorrente no cotidiano. Não obstante, o conselho, após receber queixas de consumidores, declarou que o anúncio era ofensivo aos obesos.

“O Conar defende a liberdade de expressão comercial, desde que ela não seja enganosa, abusiva ou cause constrangimento ao consumidor ou a empresas”, diz Gilberto C. Leifert, presidente da entidade. Mas ele concorda que muitas vezes “a compreensão de um anúncio é influenciada demais pelo politicamente correto, ultrapassando os limites do aceitável” (SALLUM, 09/07/2000).

Outros exemplos de interferência do Conar sobre a publicidade em nome do que se reconhece como politicamente correto são apresentados no artigo *A Devassa da Devassa*, de Renato Janine Ribeiro, publicado em 7 de março de 2010 (RIBEIRO, 07/03/2010). Ao mesmo tempo, há também casos em que a opção por alterar peças publicitárias potencialmente ofensivas parte da própria agência responsável por sua criação. A matéria da *Folha* assinada por Erika Sallum cita o caso de uma propaganda da Credicard, criada pela W/Brasil, em que uma mãe, conjecturando se daria ou não um cartão para seu filho. Ao decidir pelo presente, ela afirma: “afinal, sai mais barato do que terapia”. O Conselho Regional de Psicologia sentiu-se ofendido. Para evitar conflitos, a agência e o Credicard resolveram alterar a propaganda (SALLUM, 09/07/2000).

Mesmo nesse caso, em que temos uma decisão aparentemente mais “espontânea”, o pressuposto que sustenta a declaração da agência publicitária e da empresa em questão certamente remete ao temor diante do risco de sofrer um processo – por parte do Conar ou mesmo da Justiça. Episódios como esse colocam-nos diante, uma vez mais, da possibilidade de instauração de formas de autocensura por empresas e sujeitos envolvidos em atividades de comunicação. De fato, com o aumento – se não do número, ao menos da visibilidade – de processos judiciais amparados em solicitações identificadas como “politicamente corretas” –, as discussões refletem também as pressões representadas por mecanismos legais/jurídicos e pelo temor de sanções.

Quanto à posição da imprensa, cabem algumas palavras sobre a incorporação de princípios politicamente corretos pelo jornalismo. Não é difícil supor que, a exemplo de outras esferas midiáticas, também a imprensa tenha incorporado – sob maior ou menor grau de pressão – mudanças lexicais e discursivas que condizem com a proposta do PC. Em nosso *corpus*, o exemplo mais evidente em favor dessa hipótese está na matéria intitulada *Folha implanta o ‘Novo Manual da Redação’*, de 1º de maio de 1992. Dentre as novidades trazidas pela publicação, o texto apresenta um *box* onde se lê “As palavras

certas – o que a Folha considera ‘politicamente correto’”. Note-se que a expressão “politicamente correto” é utilizada em autorreferência e com valor positivado, isto é, para designar as novas diretrizes que o jornal anunciava como desejáveis. Também é evidente o propósito de autopromoção que se busca cumprir com a divulgação das novas orientações politicamente corretas (FOLHA DE S. PAULO, 01/05/1992).

A matéria lista quais palavras devem ser evitadas – por serem pejorativas –, quais são desejáveis – por serem supostamente mais “neutras” – e quais não são recomendáveis por exagerarem no grau de correção – ou seja, por serem politicamente corretas demais. Em lugar de “preto, “crioulo, escurinho, alemão, moreno, de cor”, o *Novo Manual* recomenda que se empregue “negro” e evite-se o exagero contido nas opções “afro-brasileiros, cidadão do tipo negróide”. Em lugar de “pé-rapado, pobretão, salário-mínio, roto”, deve-se usar “pobre, pessoa de baixa de renda (mas o melhor é informar com precisão a renda)”. Além disso, seria exagerado dizer “desapercebido, desvalido, miserável, paupérrimo, oprimido pelas necessidades, descamisado”.

Só para citar mais alguns exemplos, o *Novo Manual* recomenda também que se evite empregar os termos “nortista, paraíba, retirante, cabeça-chata, pau-de-arara”, prescrevendo sua substituição por palavras mais isentas, como “nordestino, paraibano, piauiense”. Por outro lado, também considera inadequada a opção “oriundo da região Nordeste da nação”. No restante do *box* apresentado na matéria, aparecem indicações lexicais para se referir a pessoas idosas, pessoas de baixa estatura e menores infratores (FOLHA DE S. PAULO, 01/05/1992). É interessante notar que muitas das opções listadas como indesejáveis pelo manual de redação da *Folha de S. Paulo* lançado em 1992 aparecem também na cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, lançada treze anos mais tarde pelo governo federal – à qual o jornal, em matérias e artigos opinativos, apresentou críticas contundentes.

Ao final desse percurso, devemos assinalar que os dados levantados a partir do exame das matérias jornalísticas de nosso *corpus* sinalizam a favor da confirmação de uma das hipóteses descritas no início deste trabalho. De fato, parece-nos razoável afirmar que o politicamente correto se exerce na intersecção entre demandas de minorias e movimentos sociais, ações governamentais e a preocupação, por parte de empresas de mídia, com a adoção de políticas e linguagens “menos polêmicas” ou “mais neutras”, a fim de se protegerem contra possíveis processos judiciais. A adoção dos manuais de

redação por jornais brasileiros a partir dos anos 1980, por exemplo, parece ser parte desse fenômeno. Ademais, é preciso notar que não são raros os casos em que empresas e agentes sociais privados incorporam os princípios reconhecidos como “politicamente corretos” por afinidade ideológica ou estratégia de *marketing*. Entre demandas políticas e interesse comercial, o politicamente correto se respalda, no Brasil, em objetivos e discursos de caráter muito diverso.

2.4. Rasuras sobre a linguagem

Além dos agentes e instituições engajados nas discussões públicas que emergem nas matérias da *Folha de S. Paulo* acerca do politicamente correto, podemos identificar também os campos temáticos, em termos de linguagem, circunscritos pelas iniciativas classificadas, no contexto das discussões públicas focalizadas, como politicamente corretas. Nas primeiras matérias de nosso *corpus* analisadas, nota-se grande diversidade de palavras e expressões, sobre temáticas diversas, proscritas, segundo o jornal, pelo politicamente correto. Ao mesmo tempo, eram frequentes os textos que apontavam, de modo vago, os campos temáticos onde recaíam as regulações propostas em nome do PC. O primeiro texto de nosso *corpus* – *Como ser politicamente correto*, de 23 de julho de 1991 –, por exemplo, alude apenas à circunscrição de enunciados potencialmente ofensivos, genericamente, sem especificar quais palavras ou expressões seriam “proibidas”. Isso se repete em outras matérias do mesmo ano (FOLHA DE S. PAULO, 28/07/1991; LEITÃO, 19/08/1991; DANTAS, 22/12/1991).

Nesse momento, o debate público sobre o politicamente correto, como procuramos mostrar, era caracterizado por uma tentativa de consolidar o uso da expressão entre nós. Os textos da *Folha* buscavam anunciar a suposta chegada do PC ao Brasil e a categoria “politicamente correto” era empregada em referência a uma grande diversidade de iniciativas, mas, em especial, para demarcar uma forma de conduta na esfera individual. Essa dificuldade de ancoragem da expressão “politicamente correto” de modo específico na realidade brasileira insere-se no mesmo contexto em que, nas discussões públicas que emergem nas páginas do jornal, o PC aparece atado a tentativas de regulação sobre campos de fala muito diversos: de alterações em versos de música infantil sobre maus tratos a animais (CARELLI, 28/07/1991) à proscrição de palavras relacionadas a à

pobreza, à velhice, aos nordestinos, às pessoas de baixa estatura, aos menores infratores (FOLHA DE S. PAULO, 01/05/1992).

É interessante observar que, nesse momento inicial de nosso *corpus* – em especial, na primeira metade dos anos 1990 –, quando as matérias jornalísticas referem-se à regulação visada pelo que denominam como “politicamente correto” sobre palavras e expressões relacionadas a grupos sociais, elas o fazem de dois modos principais: dizendo que o PC é uma demanda de grupos sociais, mas sem especificar quais grupos são esses; ou, por outro lado, citando um grande número de grupos distintos. Em relação ao primeiro caso, vemos uma grande concentração em 1992 e 1993 de textos que mencionam, de modo genérico, a existência de grupos sociais cujas representações, pela ótica do politicamente correto, requereriam cuidado (RIBEIRO NETO, 24/02/1992; ZINGG, 05/07/1992; SÁ, 09/11/1993). Quanto ao segundo caso, os textos que pulverizam os grupos cujas representações seriam limitadas por iniciativas em nome do PC distribuem-se, especialmente, entre 1992 e 1999.

Nas duas situações, porém, temos em comum a pressuposição de um caráter genérico e descontextualizado das intervenções empreendidas sob a rubrica do politicamente correto. Essas intervenções são situadas não no campo de embates concretos entre grupos sociais, mas na esfera da fala individual e cotidiana. Em 3 de janeiro de 1994, por exemplo, o artigo *É bom tomar cuidado com o que você fala*, assinado por Marcelo Paiva, cita recomendações, sob a rubrica do politicamente correto, para que se busquem palavras mais adequadas em substituição a “surdo”, “anão”, “gordo”, “negão”, “sapatão”. O autor também expressa a ideia de que a busca por um linguajar mais “correto”, menos ofensivo e mais neutro, parte de demandas expressas por uma infinidade de grupos pulverizados na sociedade (PAIVA, 03/01/1994).

Alguns dias depois, no artigo *Impoliticamente correto*, Ricardo Semler chama a atenção para as tentativas de mascaramento da realidade que, segundo ele, vinham sendo levadas a cabo em nome do politicamente correto. Como efeito, surgiam tentativas de restrição do uso de palavras como “paraplégico”, “deficiente”, “neguinho”, “negão”, “japonês”, “alemão”, “gordo”, “velhinho”, “nigger”, “black” (SEMLER, 16/01/1994). Outro exemplo curioso é o caso da já citada matéria *A bíblia politicamente correta*, de Carlos Eduardo Lins da Silva. Na nova edição do texto bíblico que era lançada nos Estados Unidos, transparece o empenho em eliminar palavras consideradas

preconceituosas em relação a gênero, etnia (negros e judeus) e deficiências físicas (caso das palavras “cego” e “manco”). Além disso, foram eliminados termos em referência a situações diversas de opressão – como a palavra “reino”, considerada representativa de um sistema político antidemocrático (LINS DA SILVA, 15/10/1995).

Podemos citar ainda exemplos mais próximos do final dos anos 1990. Em 8 de janeiro de 1998, um artigo de David Zingg chama a atenção para a tendência crescente na sociedade a qualificar como má conduta piadas sobre grupos sociais diversos, como “portugueses” e “vesgos”. Ao mesmo tempo, o autor assinala que anedotas desse tipo vinham sendo substituídas por piadas com “loiras” (ZINGG, 08/01/1998) – as quais, em meados dos anos 2010, já seriam consideradas politicamente incorretas também. Poucos dias mais tarde, um artigo de Luís Nassif sustenta que seria desejável que a imprensa assumisse uma postura mais “politicamente correta” ao falar sobre determinadas categorias profissionais. De modo mais específico, o autor critica o que considera como coberturas jornalísticas estigmatizantes em relação às classes dos funcionários públicos e juízes (NASSIF, 17/10/1998). Por fim, podemos citar um último exemplo. Em 30 de maio de 1999, a matéria intitulada *O mundo dos branquinhos*, assinada por Sérgio Dávila, apresenta vasta lista de grupos sociais vítimas de preconceito no Brasil: negros, mulheres, deficientes, nordestinos, pobres, sindicalistas, idosos, homossexuais. Diante disso, a partir da fala dos entrevistados – os líderes sindicais Rose Marie e Vicentinho –, enumera expressões proscritas pela lógica do politicamente correto: “A coisa está preta”, “fulano mijou para trás”, “judiar”, “dar mancada” (DÁVILA, 30/05/1999).

Com o passar dos anos, verificamos que se modificam os campos temáticos sobre os quais é mais cerrada a grade do controle discursivo empreendido pelas iniciativas designadas como “politicamente corretas”. Conforme podemos apreender a partir das discussões públicas de que dão conta as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas, à medida que os anos 2000 avançam, os debates sobre o politicamente correto e o poder das palavras na manutenção de preconceitos concentram-se nas questões de gênero (representações sobre a mulher), sexuais (representação sobre a homossexualidade) e – sobretudo – étnicas (em particular, quanto às representações sobre o negro). Essa observação converge no sentido da constatação, mencionada algumas páginas atrás, sobre a centralidade que as discussões sobre o racismo adquirem, gradualmente, nos textos da *Folha* que mobilizam a categoria “politicamente correto”.

Para se ter uma ideia, entre 2005 e 2014, localizamos 23 textos, dentre um total de 57 matérias, que fazem referência explícita a tentativas de contenção de manifestações racistas contra indivíduos negros. Como se vê, poderíamos citar muitos exemplos. Em todos os casos, porém, é patente que, mesmo quando apresentam críticas ao que consideram como “politicamente correto”, as matérias reconhecem a gravidade do racismo em nossa sociedade. Em 7 de fevereiro de 2007, o artigo intitulado *Cor não pega. E racismo*, de Mário Magalhães, trata da marcha de carnaval *O teu cabelo não nega*, lançada nos anos 1930 por Lamartine Babo. No texto, o PC é apontado como uma “maldição” capaz de restringir a alegria do falar natural. Ao mesmo tempo, o autor critica a naturalização do preconceito e do racismo. Ou seja, mesmo quando a filiação à categoria “politicamente correto” é refutada, levanta-se a bandeira do combate à perpetuação do racismo pelo uso de certas palavras.

Argumentam que era a cultura da época, sem conotação discriminatória. O racismo, contudo, é inegável. E, fosse para eternizar cabeças do passado, talvez valesse reintroduzir a escravidão e a chibata.

Incomoda que se trate como natural o que não é. Dizer que só topa a moçoila porque cor não se transmite é barbaridade, não liberdade poética. Reconsiderar o que cantamos desde o berço não implica avalizar desvarios autoritários como cartilhas para sufocar a arte (MAGALHÃES, 07/02/2007).

Esse exemplo mostra como, na quase totalidade das matérias jornalísticas analisadas, a expressão “politicamente correto” é empregada em referência à conduta de um outro – muitas vezes, um outro imaginário, cujo comportamento se procura refutar. São raras as ocasiões em que os agentes sociais se reconhecem no rótulo de “politicamente correto”. O “politicamente correto” é quase sempre atribuído a um outro – e um outro considerado mais errôneo do que o “eu” do discurso. Em outras palavras, a atribuição e a refutação da denominação “politicamente correto” participam de um jogo enunciativo em que se procura, pelo ato de nomear, deslegitimar a posição de outros indivíduos/grupos, em um caso, ou legitimar o próprio posicionamento, em outro.

Outro exemplo a ser destacado é o caso do texto *O racismo negro*, de Luís Nassif, no qual se manifesta uma posição mais abertamente crítica ao PC. Nele, o autor aponta que o politicamente correto e sua manifestação em políticas afirmativas podem levar a uma intolerância racial, por grupos negros politizados, contra setores brancos e pardos mais pobres. Embora minimize a presença do racismo na sociedade, o autor não nega de todo a sua existência. Segundo o autor,

Um dos grandes ativos brasileiros é a convivência racial, especialmente naquilo que o Brasil tem de melhor: o povo brasileiro. Existe um racismo disfarçado em alguns setores, classe média e alta não-intelectualizada, em alguns ambientes, não no ambiente popular (NASSIF, 04/03/2005).

Postas tais considerações, há mais duas modificações nos campos discursivos circunscritos pelas iniciativas e posicionamentos tidos como politicamente corretos, como mostram os textos da *Folha de S. Paulo* analisados, que devemos sublinhar. A primeira delas diz respeito a um deslocamento, ao longo dos anos, dos modos como são rasurados os campos: inicialmente, indicavam-se as palavras indesejadas; com o tempo, as circunscrições passaram a ser discutidas em função de temas. O que nos leva à segunda mudança: durante o período analisado, em especial nos anos 2000, as regulações sobre a linguagem propostas em nome do politicamente correto adquirem contornos mais precisos em termos de situações e contextos de fala. Em outras palavras, os discursos circulantes que atravessam as matérias jornalísticas passam, paulatinamente, a delimitar, em função de contextos e sujeitos específicos, os modos de representação que devem ser evitados em nome dos princípios politicamente corretos.

De modo geral, vemos que as interferências em prol de uma linguagem politicamente correta, procurando barrar sentidos ofensivos atados às palavras, incidem sobre a apreciação social dos termos e expressões. O que se busca conter são sentidos subjacentes às palavras – ou, ainda, os seus subentendidos –, colocando em seu lugar termos que se pretendem mais “objetivos”. Esse movimento em torno dos sentidos opera com base em plataformas culturais, saberes assentados e discursos circulantes, portadores de representações e valores, dando os contornos para os sentidos que se querem ver firmados. Desse modo, a busca por uma linguagem entendida como mais neutra (e, por essa lógica, mais distante de sentidos discriminatórios) apoia-se ela própria em recortes de mundo sobre o que devem ser esses sentidos e o seu contrário.

Além disso, assim como os sentidos atrelados à categoria “politicamente correto”, vemos que também as palavras e expressões rasuradas alternam-se ao longo dos anos. Essas regulações – passando da assinalação de palavras isoladas para a circunscrição de temáticas e situações de fala específicas – tornam-se mais integradas às discussões políticas sobre as questões identitárias e as demandas de movimentos sociais no país. É assim, testemunhando esse percurso, que o jornalismo, a exemplo do que faz a *Folha de*

S. Paulo, registra as disputas estabelecidas, na esfera pública brasileira, em torno do peso e do poder das (pelas?) palavras.

2.5. Poder de sanção

Para além da dimensão dos interditos culturais, alguns episódios que têm levado a categoria “politicamente correto” a se tornar foco de discussões e polêmicas no debate público caracterizam-se, desde os anos 1990, pela imposição de sanções a indivíduos, grupos ou instituições, devido à veiculação de mensagens consideradas discriminatórias. É significativa a diversidade de casos, dos teores das mensagens e das sanções exercidas. O tipo e a gravidade da discriminação verificada também diferem de caso para caso. A partir das matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo* que compõem nosso *corpus*, é possível examinar alguns desses episódios, apontando a grande diversidade de situações que se reconhece entre eles.

A primeira ocorrência em nosso *corpus* que indica a possibilidade de instauração de sanção diz respeito à já mencionada discussão sobre a novela *Pátria Minha*, da Rede Globo, em 1994, por conta da notificação judicial acionada por entidades ligadas ao movimento negro. Cabe observar, porém, que notificação é um instrumento judicial com a finalidade de apenas notificar sobre um suposto desvio (ANTENORE, 07/11/1994). Desse modo, a Rede Globo e os autores da telenovela só seriam efetivamente processados, com a possibilidade de sofrerem algum tipo de sanção, caso houvesse reincidência no objeto da denúncia. Além disso, não localizamos outras matérias que dessem conta de desdobramentos do caso.

Dois anos depois, as polêmicas envolvendo versos racistas em uma canção de Tiririca – episódio de que também já tratamos algumas páginas atrás – correspondem ao primeiro caso, dentre os achados de nosso *corpus*, em que realmente se concretiza uma forma de sanção a partir da denúncia de dizeres considerados discriminatórios (FOLHA DE S. PAULO, 09/08/1996). A sentença judicial determinou o recolhimento de CDs e fixou multa, para a gravadora Sony, caso a decisão fosse desrespeitada. É interessante observar, ainda, que o caso remete aos limites entre direitos democráticos fundamentais, e que a decisão da Justiça foi amparada na legislação sobre crime de injúria racial. Assim, o que, por um lado, é apontado em discursos circulantes na esfera pública como a “censura”

do politicamente correto, por outro, está apoiado em instrumentos legais elaborados – ao menos em tese – de acordo com as regras do jogo democrático.

A partir dos anos 2000, localizamos uma incidência maior de casos que redundam em formas de interferência/punição. Já citamos, por exemplo, os episódios envolvendo decisões do Conar sobre publicidades de teor considerado preconceituoso. Em 2005, um artigo assinado por José Geraldo Couto discute a prisão do jogador argentino Desábato por insultos racistas contra o brasileiro Grafite. Embora o próprio argentino tenha admitido o teor racista de seu gesto, o episódio dividiu a imprensa brasileira, com jornalistas – como Juca Kfoury, José Trajano, Tostão, Marcelo Tas – considerando a prisão exagerada (COUTO, 16/04/2005).

Na segunda metade dos anos 2000, explodem os episódios envolvendo polêmicas com humoristas brasileiros. Em 2009, Barbara Gancia assina o artigo intitulado *Humor que não ousa não presta*, sobre o polêmico ato de racismo do comediante Danilo Gentili, do CQC. Alguns dias antes, o humorista havia publicado em seu *Twitter* a postagem: “Agora no TeleCine King Kong, um macaco q depois q vai p/cidade e fica famoso pega 1 loira. Quem ele acha q é? Jogador de futebol?”. Além das manifestações de indignação por parte do público – a “turma do politicamente correto”, nas palavras de Gancia –, o Ministério Público Federal declarou que a piada seria alvo de análise judicial (GANCIA, 31/07/2009). Mas esse é apenas um exemplo das polêmicas envolvendo comediantes considerados “politicamente incorretos”: o próprio Gentili voltou às manchetes após fazer piadas com judeus, em 2011, e seu ex-colega de CQC, Rafinha Bastos, contabiliza, entre os processos judiciais, uma ação movida pela Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) devido a piadas supostamente discriminatórias contra pessoas com deficiência. Em 2014, Rafinha Bastos foi absolvido pelo juiz Tom Alexandre Brandão, da 2ª Vara Cível de São Paulo, que considerou que uma piada não pode ser interpretada de forma literal (MANDEL, 24/02/2014).

Outro caso que veio a público nos anos 2010 é o episódio envolvendo o dicionário *Houaiss*. Em 2012, o Ministério Público Federal em Uberlândia ajuizou ação civil pública contra a Editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss pedindo a retirada de circulação, suspensão de tiragem, venda e distribuição das edições do dicionário (CIPRO NETO, 15/03/2012). A ação teve como motivação a presença de referências supostamente racistas no verbete do dicionário sobre ciganos – como sabemos, os dicionários têm a

função de registrar os diversos sentidos de uma palavra em determinada cultura, inclusive os pejorativos. A ação baseou-se no artigo 20 da Lei 7.716/89, que tipifica o crime de racismo (FOLHA DE S. PAULO, 28/02/2012). Não obstante, a apreensão dos exemplares não foi executada porque a editora retirou, da versão *online* do dicionário, as acepções da palavra “cigano” causadoras da polêmica.

Avançando um pouco no tempo, o último caso que gostaríamos de salientar diz respeito às ofensas de caráter racista proferidas por uma torcedora do Grêmio contra o goleiro Aranha, do Santos, durante uma partida pelo campeonato brasileiro de futebol em agosto de 2014. Na época, foram publicados diversos textos na *Folha* sobre o episódio (SÁ, 30/08/2014; CANOFRE, 24/09/2014; FOLHA DE S. PAULO, 25/09/2014). Na partida entre Grêmio e Santos realizada em 28 de agosto, torcedores gremistas dirigiam-se ao goleiro santista com gritos de “macaco”. A auxiliar de odontologia Patrícia Moreira, que estava entre os torcedores do Grêmio responsável pela manifestação racista, foi identificada pelas filmagens da partida. Devido à exposição, ela passou a ser investigada por injúria racial, perdeu o emprego e teve de deixar sua casa por causa de ameaças (CANOFRE, 24/09/2014). O Grêmio também foi julgado, pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva, pelos atos de racismo de sua torcida contra o goleiro Aranha.

A esse respeito, é preciso fazer um parêntese: além das sanções “oficiais”, que procuramos exemplificar por meio de alguns casos que vieram à tona no debate público brasileiro dos últimos anos, há também formas de pressão e coação “extra-oficiais”. É esse o caso, por exemplo, da pichação da casa da torcedora gremista e dos insultos proferidos contra ela nas redes sociais – independente da gravidade de seu delito, essas formas de coação extrapolam as medidas judiciais cabíveis. Uma matéria de nosso *corpus* publicada em 2002 fornece outro exemplo similar desse tipo de pressão popular. Intitulado *A santíssima trindade do novo cartunismo*, o texto trata da obra dos cartunistas norteamericanos Ted Rall, David Rees e Aaron McGruder, mostrando que os três já haviam sofrido alguma forma de censura desde os atentados de 11 de setembro de 2001, por conta de seu humor ácido. Além disso, a matéria afirma que seus trabalhos geravam descontentamento pelo fato de irem contra o politicamente correto que dominava a grande imprensa do país à época. Por essa razão, tornaram-se alvo de ameaças por parte do público, inclusive na forma de *hate-mails* (DÁVILA, 21/05/2002).

Como se vê, é imensa a diversidade de casos, de conteúdos/mensagens considerados ofensivos e, até mesmo, de tipos de sanções impostas. Em muitos desses episódios, as matérias da *Folha de S. Paulo* invocam a discussão sobre o caráter censório das iniciativas reportadas – discussão que consideramos de grande importância à saúde democrática de nosso debate público. Não obstante, é preciso definir muito bem o que se entende por “censura”. O que observamos, nas matérias jornalísticas analisadas, em geral, é um uso indiscriminado da palavra “censura” para tratar de iniciativas em nome do que se entende por “politicamente correto”. Como já pontuamos mais cedo nesta dissertação, entendemos que o discurso – ou, antes, os discursos – do politicamente correto configura sempre uma interdição. Em alguns casos, porém, os discursos politicamente corretos são tomados como argumento e justificativa para ações que de fato restringem a liberdade de expressão, aproximando-se de atos censórios.

Devemos, porém observar que a categorização de iniciativas em nome do politicamente correto como censura requer cautela conceitual, já que estamos em uma área de limite e choque entre direitos democráticos fundamentais. Sob esse aspecto, pressupõe-se que a legislação que tipifica o crime de injúria racial, por exemplo, possui caráter democrático, pois zela por direitos fundamentais fixados na Constituição. Obviamente, sabemos que há casos de exagero, distorções e manipulações políticas da lei. Além disso, o corpo de leis de toda sociedade encontra-se (e é desejável que assim seja) em constante mutação, mediante os debates estabelecidos na esfera pública, com a participação dos cidadãos. Por tudo isso, a reflexão sobre o caráter censório ou não das iniciativas em nome do politicamente correto – inclusive daquelas mais polêmicas, que abrangem a imposição de sanções – deve ser feita levando-se em conta as especificidades de cada caso analisado.

Tomamos a definição de censura proposta por Cristina Costa como fundamental a essas discussões. Segundo ela, censura diz respeito ao “poder de impor pela autoridade, pela força, pela dependência, pela barganha e até pela violência, o silêncio ao dissidente”, “tendo se tornado cada vez menos suportável (ao menos no Ocidente) à medida que a sociedade se tornou predominantemente laica, urbana, complexa, plural e republicana” (COSTA, 2013, p. 20). Nesse sentido, é fundamental pensar sobre a censura em função de sua dimensão política, levando em conta componentes como a arbitrariedade e a existência de respaldo em valores e normas da vida democrática. Dentre os exemplos que

citamos, entendemos que há diferenças substanciais entre iniciativas como a ação judicial movida contra o dicionário *Houaiss* – a qual não apenas parte de uma incompreensão acerca do papel do dicionário, como também gera uma restrição prévia à circulação de informações – e o processo instaurado contra a torcedora do Grêmio no caso Aranha – pois, afora os ímpetus populares de se fazer justiça com as próprias mãos, trata-se do julgamento de uma conduta considerada delituosa, que contraria princípios fundamentados por lei.

Ao final desta trajetória, procuramos mapear uma rede de poder que se exerce na intersecção entre movimentos sociais, Estado e iniciativa privada, gerando rasuras sobre manifestações discursivas e redundando, em alguns casos, em força de lei e/ou sanção efetiva. Em relação a esse último aspecto, há episódios que podem ser considerados como verdadeiras ocorrências de censura – vide o caso *Houaiss*. Mas o poder de interdição gerado pelos discursos classificados como politicamente corretos leva a interferências sobre a vida cotidiana não só de grandes conglomerados de mídia, mas também de todos os cidadãos. Quem não pensa duas vezes antes de escolher as palavras para tratar de temáticas socialmente sensíveis em postagens nas redes sociais?

Esses dados ilustram, com clareza, a capilaridade do poder de que nos fala Michel Foucault. Para controlar o acontecimento aleatório na produção discursiva é que surgem os procedimentos de controle de que o pensador se ocupa em sua célebre conferência *A ordem do discurso*. Não podemos esquecer que as práticas discursivas são objeto de luta: elas determinam que nem tudo pode ser dito e que as coisas que se podem dizer são regidas por uma “ordem do discurso”. O que as matérias jornalísticas analisadas evidenciam, a todo momento, é que a ordem da comunicação contemporânea é marcada pela emergência, com força e grande visibilidade pública, das interdições em diversos níveis reunidas sob a rubrica – abrangente, polissêmica, imprecisa, controversa – do politicamente correto.

3. Batalhas discursivas: ressignificações, contraposições e interdiscurso

Nas matérias jornalísticas que compõem nosso *corpus*, vemos emergir, a todo momento, cruzamentos, em relação de aliança ou polêmica, entre diferentes discursos, que atravessam as discussões sobre o politicamente correto. Como assinala Foucault, todo

enunciado, para fazer sentido, correlaciona-se sempre a um “campo subjacente” ou “campo associativo”, travando relações com formulações que com ele coexistem em um mesmo espaço historicamente delimitado. Com isso em vista, debruçamo-nos, neste tópico de análise, sobre batalhas discursivas em três níveis de concretização.

Em um primeiro momento, examinando conjuntos de ideias, organizadas por meio da linguagem, que se apropriam, implícita ou explicitamente, de outras configuradas anteriormente, analisamos dissensos e tentativas de ressignificação que emergem no conjunto de matérias que compõem nosso *corpus*. Mergulharemos, nesse momento, até o nível do enunciado. De modo mais específico, debruçamo-nos sobre as manifestações que buscam questionar sentidos e valores pejorativos atrelados ao PC, os quais se mostram hegemônicos no contexto da imprensa tradicional, como procuramos indicar a partir do caso da *Folha de S. Paulo*.

Em um segundo momento, procuramos examinar a relação de delimitação mútua estabelecida entre o discurso politicamente correto e o discurso politicamente incorreto, que coexistem em um mesmo campo discursivo. Veremos que o incorreto está implícito no apontamento do correto. Ao mesmo tempo, o incorreto não se instala sem que o correto tenha sido apontado. Para tal, partimos de uma acepção mais restritiva do conceito de interdiscursivo, conforme registram Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 286). Será fundamental, a esse momento de nossas análises, a ideia de que a heterogeneidade é anterior e constitutiva do próprio discurso.

Por fim, em um terceiro momento, buscamos examinar as relações estabelecidas entre o politicamente correto e outros campos discursivos. Em particular, debruçamo-nos sobre a interdiscursividade estabelecida com os discursos do humor e da liberdade de expressão – que propomos como os dois discursos que atravessam, de modo mais decisivo, as discussões sobre o politicamente correto no espaço público. Para tal, partimos de uma acepção mais ampla de interdiscurso. Como assinalam Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 287), o conceito diz respeito também ao conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita

3.1. Tentativas de ressignificação e dissensos

Não apenas os significados da categoria “politicamente correto” encontram-se em disputa nas discussões que emergem nas páginas da imprensa: também em torno de seu valor surgem dissensos e embates na esfera pública. São muito recorrentes, na *Folha de S. Paulo*, como buscamos pontuar, as referências ao politicamente correto com enfoque destituído, a fim de desqualificar as iniciativas ou ideias – sendo essas iniciativas e ideias também deslizantes, variando conforme o significado de “politicamente correto” invocado em cada caso – reunidas sob a rubrica “PC”.

Dentre as características “negativas” atribuídas ao politicamente correto nos discursos que emergem nas páginas do jornal, destacam-se as ideias de exagero ou excesso, ingenuidade, infelicidade, intolerância, etiqueta (no sentido de configurar uma simplificação, uma conduta preocupada com meras aparências), modismo (no sentido de sua superficialidade), cinismo, artificialidade ou falsificação, setorização (no sentido de perder de vista o todo social), hipocrisia, esterilidade, submissão, ocultação (no sentido de apenas esconder, sem combater de fato, as desigualdades) manipulação, melindre. Em particular, vemos, com muita recorrência, a associação do politicamente correto à ideia de que representa uma limitação ao humor – a atribuição ao PC de uma espécie de “mau humor”, como já observou Renato Janine Ribeiro (2000) – e uma forma de cerceamento de valores democráticos fundamentais, especialmente a liberdade de expressão. Quanto ao segundo caso, vemos a vinculação, ao politicamente correto, de ideias como vigilância, censura, controle, repressão, autoritarismo, doutrina, ditadura.

Há, inclusive, quem afirme que a expressão “politicamente correto” nasce embebida de sentido pejorativo, como forma de desqualificar as reivindicações de movimentos e minorias sociais sobre a linguagem. Essa proposição aparece ainda no debate público norteamericano. A posição de Jon K. Wilson nesse sentido é muito significativa. Para ele, o politicamente correto é na verdade um mito criado pela crítica conservadora para desmobilizar ações relacionadas a políticas de identidade (WILSON, 1995). Para Fairclough (2003), o rótulo “politicamente correto”, especificamente em sua origem em inglês (“political correctness”), foi criado por seus detratores para se referir a uma série de políticas culturais que não apresentam a unidade que o termo sugere. Também Renato Janine Ribeiro – referindo-se à origem norteamericana do debate –

endossa essa ideia: “[...] o termo ‘politicamente correto’ foi cunhado pelos detratores e não pelos defensores da posição que é assim retratada” (RIBEIRO, 2000). Uma versão resumida desse texto de Ribeiro, vale assinalar, foi publicada na *Folha de S. Paulo*, em 1992, e integra nosso *corpus*.

O que é interessante notar a respeito dessas anotações é que todas elas se referem ao debate público sobre o politicamente correto estabelecido nos Estados Unidos. É possível afirmar que mesmo Renato Janine Ribeiro, quando escreve na *Folha*, tem em mente o contexto norteamericano – o que se torna evidente não apenas porque ele mesmo o indica de modo claro no texto, mas também porque, àquela altura, o debate sobre o politicamente correto não havia adquirido qualquer especificidade em relação à realidade brasileira. Não obstante, a ideia de que a categoria “politicamente correto” nasce como eivada por um propósito destituído no debate norteamericano é importante, pois o debate público sobre o PC no Brasil parece importar dos Estados Unidos não apenas o termo – traduzindo-o quase que literalmente para o português –, mas também os discursos circulantes sobre essa temática.

Com base nisso, parece-nos coerente pensar que a expressão “politicamente correto”, quando começou a aparecer nos textos da imprensa, importava também a visada pejorativa que marcava as discussões no cenário norteamericano. É muito simbólico, nesse sentido, que o texto mais antigo de nosso *corpus* seja justamente uma tirinha originalmente publicada no *The New York Times*. Se, por um lado, seria complicado falar em uma origem da categoria “politicamente correto” no debate brasileiro – já que essa origem se encontra em outro contexto nacional –, parece-nos que a denominação “politicamente correto”, nas duas realidades em questão, representa mais um corte político do que propriamente conceitual. Entre nós – que incorporamos discursos que já circulavam nos Estados Unidos, em um cenário polarizado –, não poderia ser diferente.

Apesar da presença significativa de valor negativo sendo atrelado à categoria “politicamente correto”, notamos que, já no início dos anos 1990, apareciam na esfera pública brasileira, como registra o jornalismo, algumas manifestações, ainda que pontuais, que relativizavam o caráter negativo do PC. Na *Folha de S. Paulo*, embora sejam mais frequentes os textos ressaltando aspectos negativos do politicamente correto, aparecem também publicações – em especial, artigos de opinião – que destacam aspectos positivos do PC, fazendo eco a posicionamentos que certamente gozam de mais espaço

entre setores ligados à esquerda política, grupos vinculados a movimentos sociais e veículos de imprensa alternativos. Mais do que isso, aparecem no debate público manifestações que buscam ressignificar/revalorar a expressão “politicamente correto”, a fim de dissociá-la do valor negativo que marca a grande maioria dos textos da imprensa tradicional sobre essa temática. Essas manifestações tornam-se mais visíveis, em sua emergência no jornalismo tradicional, a partir da década de 2000, à medida que os movimentos sociais ampliam sua voz na esfera pública.

No conjunto de nosso *corpus*, o primeiro texto a identificar alguns aspectos positivos no politicamente correto é o artigo de Renato Janine Ribeiro, de 1992, que mencionamos algumas linhas acima. Intitulado *Aqui não tem PC*, o texto destaca a dificuldade de implantação do politicamente correto no Brasil e reconhece sua qualidade democrática. Além disso, o autor destaca a importância do avanço na conquista de direitos por movimentos e minorias sociais, ao mesmo tempo em que reconhece também a ingenuidade e o simplismo contidos no que identifica como a doutrina politicamente correta (RIBEIRO, 29/03/1992).

Na sequência cronológica de nossos achados, a próxima matéria a atribuir, de modo explícito, valor positivo ao politicamente correto foi publicada em 29 de maio de 1995. Com o título *Linguagem desbanca ‘Gaiola’*, o texto – que faz a crítica do filme *Gaiola das loucas* – aponta os méritos do tipo de preocupação a que se costuma referir pela rubrica “PC” – a busca por vocabulários menos preconceituosos, respeitando todas as identidades e preservando-lhes a dignidade sem distinções. Apesar disso, é interessante notar que o texto não pode ignorar as críticas correntemente atreladas à categoria “politicamente correto”: “O que se ataca no PC é a inquietação que instaura. É que subitamente a linguagem deixe de oferecer uma representação confortável das coisas” (ARAÚJO, 29/05/1995). Eis um aspecto recorrente em muitos enunciados que compõem as matérias de nosso *corpus*: mesmo nos textos em que se elogiam as iniciativas em favor de terminologias mais respeitadas, não se deixa de reconhecer a remissão a sentidos pejorativos provocada pela expressão “politicamente correto” – o que parece configurar sintoma do fato de a categoria em foco já estar por demais marcada, em discursos circulantes na sociedade, por valores negativos.

Dentre as matérias que compõem nosso *corpus*, pudemos localizar ao menos dezenove textos nos quais se atribui, abertamente, valor positivo ao politicamente correto.

Um exemplo interessante é o artigo *Liberdade para o racismo*, de Vladimir Safatle: nesse texto, o autor não busca apenas atribuir valor positivo às iniciativas consideradas “politicamente corretas”, como também procura ressignificar a própria expressão “politicamente correto”, questionando o sentido pejorativo a ela associado. No texto, cita-se o caso de uma revista francesa (pelo contexto, sabemos que se trata da publicação satírica *Charlie Hebdo*) que menciona a “ditadura” do politicamente correto, ao que o autor se contrapõe. Segundo ele, criticar o politicamente correto tornou-se uma estratégia adotada por todos os que são pegos em atitude de racismo e discriminação – para ele, o uso da categoria “PC” não passa de um argumento retórico. O termo, no texto, aparece no discurso do “outro” que o autor critica (SAFATLE, 19/11/2013).

Como essa, outras tentativas de ressignificação/reavaliação da categoria “politicamente correto” ganham força no debate público ao longo dos anos 2000 e 2010. De modo mais específico, essas tentativas parecem ser impulsionadas após a publicação, em 2005, da cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, pelo governo federal. Como escreve Perly Cipriano, na apresentação da cartilha:

A idéia do título, “Politicamente Correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes (CIPRIANO, 2004, s./p.).

Essas palavras evidenciam a dificuldade em se ignorar a “memória discursiva” – para empregar um termo do universo foucaultiano – associada à expressão “politicamente correto”. Como pressuposto para a provocação que se busca com o emprego de “politicamente correto” no título da cartilha, o excerto acima remete justamente às disputas e polêmicas suscitadas no debate público em torno dessa temática. Só pode haver provocação se antes há controvérsia – e, sobretudo, se o que se busca construir é um contraponto. De fato, parece-nos que a mobilização da categoria “politicamente correto” como forma de rotular a si mesmo – a exemplo do que faz a cartilha – constitui uma iniciativa pouco frequente no contexto analisado. São raras as vezes em que um agente/agrupamento social emprega a expressão “politicamente correto” para designar algo de sua própria conduta ou posicionamento. Por conseguinte, a iniciativa de publicação da cartilha, pela polêmica gerada, conferiu projeção à mobilização da expressão “politicamente correto” como forma de autodenominação.

Por fim, examinemos um último exemplo, que consideramos relevante à compreensão dos embates discursivos travados em torno da expressão “politicamente correto” no debate público. Trata-se do artigo *Correto demais*, escrito por Vladimir Safatle. Como se vê, Safatle se mostra, dentre os articulistas da *Folha*, como um dos críticos mais frequentes, nos últimos anos, dos argumentos que buscam destituir o politicamente correto. O artigo em foco, publicado em novembro de 2012, parte de diferentes episódios para questionar a emergência de discursos voltados a denunciar abusos cometidos em nome do politicamente correto – seja em relação às propostas de regulamentação da união civil homoafetiva, na França, à suspensão de uma atleta grega devido à postagem de comentários xenófobos em sua página no *Facebook*, durante os jogos olímpicos, ou às polêmicas envolvendo passagens racistas da obra de Monteiro Lobato. O autor parte desses acontecimentos para ironizar as críticas correntes ao politicamente correto, sublinhando o surgimento de

[...] denúncias violentas contra a mesma "ditadura do politicamente correto" que, ao que parece, deve ser o resultado de um grande complô mundial contra livres pensadores vestidos de atletas gregas, manifestantes que gostam de agredir feministas e defensores da clarividência política de Lobato (SAFATLE, 20/11/2012).

Os enunciados que compõem o artigo têm como pressuposto, condição para sua formulação, a emergência de discursos circulantes que atribuem valor pejorativo ao politicamente correto, associando-o a ideias como autoritarismo e cerceamento da livre expressão. O próprio título do texto, ao buscar afirmar o politicamente correto como “correto demais”, remete à existência de enunciados prévios em que se questionava a validade ou “correção” do PC. Tomando a matéria como um “acontecimento discursivo”, conceito de Foucault caro a este trabalho, devemos considerar os enunciados que a compõem em sua singularidade e, ao mesmo tempo, em suas relações com outros enunciados. Já o início do texto, ao contrapor-se ao posicionamento segundo o qual o PC constitui uma forma de “ditadura”, chama atenção para as correlações entre diferentes enunciados que, ao versarem sobre o politicamente correto e suas regulações sobre a linguagem, inserem-se em um mesmo campo, historicamente delimitado.

Na refutação das “denúncias” ao politicamente correto, evidencia-se a existência de um jogo enunciativo que se estabelece em torno da legitimidade, ética e política, de iniciativas que buscam conter manifestações discursivas ofensivas aos valores do

multiculturalismo, debate no qual recebe atenção fundamental a temática do cerceamento da liberdade de expressão – isto é, se as ações empreendidas em nome do politicamente correto assemelham-se a práticas censórias, por um argumento; ou se a invocação de um imaginário acerca da censura como forma de desmobilização de tais ações configura pura retórica para autorizar a continuidade de manifestações discriminatórias, segundo o outro lado da discussão.

Travam-se, nas margens dos enunciados, “batalhas discursivas” (GREGOLIN, 2006, p. 93) que remetem a condições sócio-históricas de existência dos próprios enunciados. De um lado, a delimitação do posicionamento dos críticos do politicamente correto, contrários às políticas de linguagem empreendidas sob a rubrica “PC”, remete a uma posição de sujeito, historicamente construída, cuja ocupação está ligada ao ideário da liberdade de expressão, em seu enquadramento mais próximo ao discurso liberal. Ao denunciar no politicamente correto o que consideram como expressão de um viés ditatorial, esses discursos circulantes buscam filiação a valores democráticos. Ora, o consenso mais ou menos amplo de que a democracia constitui um tipo de organização social mais justa e legítima do que as ditaduras depende de um saber historicamente assentado. No caso específico do Brasil, mobiliza-se uma memória discursiva – arraigada em séculos de exercício de prática censória e, em especial, na repressão vigente durante o regime militar – acerca do peso da censura e seus efeitos perversos.

É interessante notar que, nas batalhas que se estabelecem nas margens dos enunciados, o posicionamento defendido pelo artigo pressupõe uma posição subjetiva historicamente conformada por discursos também vinculados aos ideais de democracia. É esse saber que constitui condição para a emergência de enunciados como estes:

No entanto, é bom lembrar que uma democracia sabe separar a opinião do preconceito. Uma opinião é aquilo que é, por definição, indiferente. Ela abre um espaço de indiferença a respeito de enunciados e discursos. Mas há enunciações que não podem ser recebidas em indiferença, já que trazem, atrás de si, as marcas da violência que produziram ao serem enunciados. Uma sociedade tem a obrigação moral de defender-se deles (SAFATLE, 20/11/2012).

Destacando o que considera como caráter retórico da defesa da livre expressão como argumento para questionar o politicamente correto, o artigo de Safatle invoca os princípios democráticos e o ideário dos direitos humanos para demarcar o limite que separa a liberdade para a manifestação de opiniões do discurso de ódio. Ao questionar as

críticas ao politicamente correto e defender as iniciativas reunidas sob a rubrica do “PC”, os enunciados da matéria centram-se em refutar o rótulo de censura, a qual se pressupõe indefensável em um contexto de valorização da democracia.

Assim, apesar dos contrapontos entre os dois discursos sobre o politicamente correto que atravessam o artigo em foco – um, de modo explícito; o outro, como condição de sua emergência –, ambos apresentam pontos de contato interessantes. Dito de outro modo, os dois lugares de fala mobilizados na matéria são atravessados pelo ideário da democracia – seja por meio do questionamento de modos de regulação da linguagem, seja pela invocação dos direitos humanos e do respeito à dignidade. Nas bordas dos enunciados que se confrontam, assistimos ao choque entre direitos fundamentais – questão notoriamente explorada como grande paradoxo dos direitos humanos: a defesa de alguns entrando em atrito com a invocação de outros tantos.

3.2. O politicamente incorreto como par opositivo do correto

Como desdobramento a partir dos discursos sobre o politicamente correto, vemos emergir a referência, nos enunciados jornalísticos de que nos ocupamos, à oposição “correto/incorreto”, constitutiva da interdiscursividade que marca o campo discursivo onde se travam polêmicas e alianças em torno do PC.

De fato, as discussões sobre o politicamente correto na esfera pública invocam, com frequência, a categoria “politicamente incorreto”. O gráfico abaixo compara as menções às expressões “politicamente correto” e “politicamente incorreto”, considerando a totalidade de textos publicados na *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2014:

Gráfico 12. Menções às expressões "politicamente correto" e "politicamente incorreto" na Folha de S. Paulo.

Para além do universo delimitado em nosso *corpus*, comparando-se a recorrência das expressões “politicamente correto” e “politicamente incorreto” no jornal, de 1991 a 2014, percebemos que a primeira categoria aparece com maior frequência. Além disso, a presença da categoria “politicamente incorreto” oscila, em cada ano, mais ou menos conforme cresce ou diminui o número de menções à expressão “politicamente correto”. Porém, embora proporcionalmente menor, a presença da expressão “politicamente incorreto” nas páginas da *Folha de S. Paulo* não deixa de ser expressiva.

Entre as matérias jornalísticas de nosso *corpus*, encontramos onze textos que empregam a expressão “politicamente incorreto” – apenas três deles publicados antes do ano 2000. Nesse contexto, a primeira ocorrência que pudemos localizar de emprego explícito da expressão “politicamente incorreto” aparece na crônica *Impoliticamente correto*, de Ricardo Semler, publicada em 1994. No texto, a expressão “politicamente incorreto” refere-se ao que escapa às normas estabelecidas pelo politicamente correto, em particular, quanto ao uso de palavras para designar grupos sociais. O autor, ao relatar sua experiência em um percurso de carro, comenta que, a certa altura, deparou-se como uma faixa pedindo ajuda para compra de cadeiras de roda. Nesse momento, inicia uma reflexão sobre os modos de designação de deficientes físicos:

No primeiro farol uma turma estende uma faixa pedindo ajuda para compra de cadeiras de rodas. Procuro a carteira, enquanto penso na desculpa fácil dos que não dão esmola porque habituariam mal aos que deveriam estar trabalhando. Passo o dinheiro e me ocorre: cadê os paraplégicos? Fico envergonhado de achar que os deficientes têm que ser desfilados em pleno cruzamento para que os motoristas sejam movidos à caridade. Dou um pouco mais. Eta dilema moral burguesão.

Dou a partida e penso nas palavras que usei: paraplégico, deficiente. Pouco depois passo pela AACD, uma associação em prol das "crianças defeituosas". Nossa, põe politicamente incorreto nisso, mas décadas atrás não era problema algum. Aliás, neguinho era expressão carinhosa; negão denotava porte; japonês era todo oriental e alemão o único ruivinho no campo de várzea. Agora não pode mais não (SEMLER, 16/01/1994).

Mais adiante, refere-se ao politicamente correto como iniciativa que busca “tapar o sol com a peneira”: “Ninguém vira respeitador através da semântica. Não vamos botar banca de educados. Fazemos de conta que não somos racistas, discriminadores e machistas, mas é claro que somos, e bastante”. Como se vê, o texto – como já sugere seu título – apresenta um posicionamento segundo o qual o que se pretende questionar com o sufixo “-in” não é propriamente o caráter de correção do politicamente correto – como fazem os discursos que se consolidam, mais tarde, em defesa do politicamente incorreto –, mas sim, a consistência política do PC, buscando evidenciar sua incapacidade de sustentar-se como estratégia de intervenção no combate aos preconceitos.

Na sequência cronológica de nossos achados, a expressão “politicamente incorreto” aparece novamente em 1997, no artigo *O politicamente incorreto termo ‘assassino’*, assinado por Hélio Schwartsman. No texto, a categoria é empregada com sentido similar à ocorrência anterior: “politicamente incorreto” corresponde às palavras que fogem ao que se considera correto do ponto de vista do PC. Não obstante, diferentemente do que ocorre no exemplo anterior, o artigo de Schwartsman não se concentra em criticar o politicamente correto. Em lugar disso, questiona-se o uso indiscriminado de um termo que pode ser considerado “incorreto” – no caso, a palavra “assassino” para designar suspeitos ainda não condenados pela Justiça. Embora critique o uso da palavra em questão, o texto apresenta a expressão “politicamente incorreto” como simples oposição à categoria “politicamente correto”. Em outras palavras, não se busca “levantar a bandeira” do politicamente incorreto.

Nesses tempos do politicamente correto, em que negros tornam-se afro-brasileiros, e os tradicionais baixinhos viram indivíduos verticalmente prejudicados (pelo menos em inglês), cabe refletir sobre o uso indiscriminado do termo “assassino(a)”, provavelmente a palavra mais pronunciada nas

cercanias do tribunal onde se julga o homicídio de Daniella Perez (SCHWARTSMAN, 24/01/1997).

Com isso, pretendemos sublinhar que os dois exemplos citados evidenciam um elemento importante das primeiras mobilizações da categoria “politicamente incorreto” nas discussões públicas recortadas pelo discurso jornalístico: nesse momento inicial de debates, não se havia coadunado, de fato, um discurso politicamente incorreto. Isto é, sob a rubrica do politicamente incorreto, não se havia constituído um conjunto de enunciados que carregassem uma tomada de mundo minimamente coesa sobre acontecimentos, indivíduos, julgamentos que emergem no espaço público.

Não queremos com isso dizer que, no espaço recortado por um discurso, não caibam divergências ou disputas – o caso do politicamente correto é exemplar disso. O que propomos é que o conceito de politicamente incorreto, nos primeiros registros de sua mobilização discursiva, não representava ainda a determinação de campos de ação possível, nem a possibilidade de atravessamento dos sujeitos e, tampouco, remetia à potencialidade característica do discurso de gerar interdição. Pensemos no conceito de discurso circulante em Charaudeau e, sobretudo, na concepção de discurso em Foucault. Em outras palavras, faltava, à consolidação de um discurso politicamente incorreto, a colocação da questão do poder.

Tendo essa perspectiva conceitual no horizonte, é possível falar na consolidação de um discurso politicamente incorreto a partir dos anos 2000 – e, sobretudo, após a primeira metade da década. A consolidação desse discurso é evidenciada pela existência de modificações nos modos pelos quais o politicamente incorreto é invocado no debate público. Nesse momento, a categoria “politicamente incorreto” assume contornos mais específicos, adquirindo sentido próximo ao de “movimento cultural”. A emergência desse sentido sinaliza para o fato de que o discurso politicamente incorreto – como todo discurso – implica em um atravessamento próprio dos sujeitos, determinando maneiras de ver o mundo e modos de ação específicos.

Na esteira da consolidação do discurso politicamente incorreto, um fenômeno editorial evidencia a visibilidade que essa temática adquire nos anos 2000: o lançamento dos “guias politicamente incorretos”. O primeiro título – *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch – foi lançado em 2009, pela editora Leya. Em seguida, o mesmo autor lançou os igualmente polêmicos *Guia politicamente incorreto da*

América Latina (coescrito por Duda Teixeira), em 2011, e *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, em 2013. A proposta, em todos os três casos, é apresentar a versão politicamente incorreta sobre a história de cada um dos contextos em foco, o que pressupõe a assunção de um contraponto a uma versão politicamente correta dos fatos já consolidada. Note-se, portanto, que o “incorreto” só se instala uma vez que o “coreto” já tenha sido apontado.

No caso dos guias politicamente incorretos de Leandro Narloch, de modo geral, o politicamente incorreto emerge com o sentido de traçar contraponto a máximas defendidas largamente pelos historiadores. Em sentido mais específico, os guias questionam as narrativas históricas herdeiras de uma perspectiva marxista. O “correto” que se pressupõe, portanto, diz respeito não apenas a um saber estabelecido – e, por isso, tido como correto –, mas também, e sobretudo, a uma concepção de correto atravessada por um posicionamento ideológico: a história politicamente correta como a que se volta à valorização dos vencidos, dominados, oprimidos. Por conseguinte, o “incorreto” insere-se no pólo oposto dessa perspectiva ideológica, buscando desconstruir o heroísmo atribuído pela História aos dominados, ao mesmo tempo em que resgata a perspectiva de figuras que integram o rol de “dominadores”. O *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, por exemplo, procura mostrar que Zumbi dos Palmares tinha escravos, que os portugueses ensinaram os índios brasileiros a preservar as florestas e defende a importância dos bandeirantes (NARLOCH, 2014).

Em 2012, a editora Leya lançou o *Guia politicamente incorreto da Filosofia*, de Luiz Felipe Pondé. O livro busca questionar teses filosóficas consolidadas, em especial, aquelas que são invocadas em defesa de grupos sociais marginalizados, de direitos humanos, da igualdade e do respeito às diferenças. De modo geral, a obra se opõe aos discursos de fundamentação filosófica que buscam apaziguar o conflito no campo social. Criticando, por exemplo, a “histeria feminina”, o livro pretende ser “a confissão de um pecador irônico a respeito de uma mentira moral: o politicamente correto” (PONDÉ, 2012). A obra segue, portanto, linha similar à dos guias de Narloch, embora assuma um tom por vezes mais polemista. Segundo o próprio Pondé, o livro é “movido por uma intenção específica: ser desagradável para um tipo específico de pessoa (que, espero, seja você ou alguém que você conhece) ou, talvez, para um tipo de comportamento (que, espero, seja o seu ou o de algum amigo seu)” (PONDÉ, 2012). Como se vê, o contraponto

que se busca estabelecer em relação ao politicamente correto é assumido de maneira explícita. Uma vez mais, nesse caso, a emergência do “incorreto” depende de um estabelecimento anterior do “correto”. Não obstante, parece-nos claro que o discurso politicamente incorreto assume contornos tão ideológicos quanto a perspectiva politicamente correta que busca combater.

Em 2014, veio a público o mais recente integrante da série de guias politicamente incorretos: o *Guia politicamente incorreto do futebol*, de Jones Rossi e Leonardo Mendes Júnior, também pela Leya. Buscando desconstruir chavões do universo futebolístico, o livro foi lançado em meio ao alvoroço despertado pela Copa do Mundo. Sobre esse guia, é preciso sublinhar que ele não expressa o mesmo teor ideológico que está presente nos outros guias da série que citamos. O par opositivo “correto”/“incorreto”, nesse caso, não remete a embates entre grupos sociais, às relações entre dominados e dominadores e, tampouco, a questões relacionadas aos direitos humanos: trata-se, em lugar disso, do simples jogo entre afirmação/desconstrução de ideias do senso comum. Mesmo assim, o rótulo “politicamente incorreto” é mantido devido a seu apelo comercial, tendo em vista o sucesso de vendas dos outros guias lançados pela editora Leya. De fato, esse exemplo ilustra, com clareza, como a categoria “politicamente incorreto” vem sendo apropriada, por agentes e empresas privadas, como forma de consolidação de uma verdadeira marca.

Entendemos, como indício à consolidação de um verdadeiro discurso politicamente incorreto no Brasil, o fato de a categoria “politicamente incorreto” passar a ser mobilizada como conjunto mais ou menos coerente de ideias e propostas, uma visada sobre o mundo e um caminho para a ação. O título *Quem tem medo do politicamente incorreto?*, que dá nome ao artigo assinado por Lilia Moritz Schwarcz que a *Folha de S. Paulo* publicou em 15 de maio de 2005, ao referir-se ao politicamente incorreto como substantivo – e precedido pelo artigo definido “o” –, ilustra bem essa tendência (SCHWARCZ, 15/05/2005).

Também o artigo de Contardo Calligaris intitulado *O que é politicamente correto?*, publicado em 2005, toma, como pressuposto, concepção similar acerca do politicamente incorreto. Afirma o autor:

Imaginemos que Severino Cavalcanti, numa roda de padaria, diga que os homens não chegam virgens ao casamento (e, portanto, conseguem orientar-se debaixo dos lençóis) porque algumas mulheres têm vocação para “professoras”. É uma piada de última. Se eu estivesse na roda, não acharia graça, mas nem por

isso invocaria a polícia da linguagem: afinal, uma piada nos deixa livres para rir ou mandar o piadista se enxergar.

Agora, imaginemos que o presidente da Câmara proponha a mesma observação numa sabatina (Folha de 3 de maio). Nesse caso, uma das maiores autoridades da República, além de ludibriar das professoras, escarnece todas as mulheres que, antes ou ao lado do casamento, transaram alguma vez por amor ou por prazer. E não se trata de uma piada, pois a desproporção de poder entre piadista e auditório transforma a gozação em abuso. Não há piada quando não há liberdade para dar o troco ao piadista. Politicamente incorreto não é zombar das mulheres "professoras", é forçar um auditório a rir da zombaria ou a calar-se (CALLIGARIS, 30/06/2005).

Como vemos, o politicamente incorreto é tomado como um tópico importante de análise – poderíamos falar em um “princípio regulador” – à discussão sobre os limites de humor. Mais relevante do que isso, porém, é talvez o fato de que, ao tentar explicar o que é politicamente correto – como anunciado no título –, o texto se atém a uma definição sobre o sentido do politicamente incorreto. Essa estreita imbricação entre uma categoria e outra parece emergir, de modo cada vez mais evidente, como marca da interdiscursividade que se estabelece entre o politicamente correto e o politicamente incorreto. Em 2006, um artigo de Sylvia Colombo, ao comentar as então recentes polêmicas envolvendo a revista satírica argentina *Barcelona*, coloca em evidência as remissões e referências mútuas que se estabelecem entre os sentidos do politicamente correto e do politicamente incorreto:

Há quem acuse a revista de fazer uso oportunista do politicamente incorreto para causar sensação numa sociedade que hoje é conservadora no que diz respeito à imprensa. O diretor da publicação se defende: “A incorreção política não nos interessa, pois trata-se de provocação gratuita. Gostamos, sim, de fazer o que politicamente nos parece, justamente, que é correto. O que se conhece por ‘correção política’ mesmo, na maioria dos casos, me ‘parece uma imbecilidade’”, disse Pablo Marchetti à Folha (COLOMBO, 31/06/2006).

Como se vê, o rótulo “politicamente incorreto” pode ser associado também a um valor negativo e, como tal, ser refutado pelos agentes sociais. Como no caso do politicamente correto, o incorreto também se mostra objeto de disputas na esfera pública. Se, por um lado, casos como os de humoristas que se autorrotulam “politicamente incorretos” – em especial, aqueles ligados ao movimento do *stand-up comedy*, como é o caso de Rafinha Bastos – remetem à conversão do “incorreto” em fator normativo em nome do preconceito, não deixa de haver manifestações que remetem à mobilização da expressão “politicamente incorreto” como forma de acusação, crítica, muitas vezes ofensiva, atribuindo-lhe, portanto, valor negativo.

De fato, a categoria “politicamente incorreto” originalmente parece denotar a verdade a que não é permitida a presença na linguagem, frente à consolidação de uma outra verdade. Mais tarde, o incorreto converte-se em discurso, pressupondo modos de agir e posições possíveis. Quando transformado em espécie de marca, o politicamente incorreto apresenta-se como valor positivo, signo de sublevação diante da norma.

Em todos os casos, porém, parece-nos claro que a relação entre os discursos do politicamente correto e do politicamente incorreto caracteriza-se por uma dimensão de delimitação mútua. Ser “politicamente incorreto” só pode ser entendido à luz do que significa ser “politicamente correto”. Essa polarização “correto”/“incorreto” remete à questão do assujeitamento (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 287), pois, na medida em que o discurso é sempre atravessado pelo interdiscurso, discursos independentes uns dos outros não são colocados em contraste.

De fato, é interessante notar que, na delimitação mútua entre o politicamente correto e o politicamente incorreto, joga-se com as possibilidades de sentido fixadas pela língua. Se, no sistema linguístico, entre os significantes “correto” e “incorreto” instaura-se uma relação em que o significado do primeiro termo aparece positivado e o do segundo, negativo – já que entendido como “desvio” do correto –, nos discursos circulantes emergem sentidos ligados à atribuição de valor negativo ao “correto” e valor positivo ao “incorreto”. Ainda que não consensuais, esses discursos circulantes pressupõem a “incoreção” da norma e, por conseguinte, levam a um subentendido acerca da “correção” do desvio.

Amarrando algumas colocações, entendemos que, à medida que amadurecem as discussões sobre o discurso politicamente correto, consolida-se também um discurso politicamente incorreto. De objeto do discurso, o politicamente incorreto passa a um lugar de constituição da subjetividade. Porém, analisar as condições históricas que permitem a formação de dados discursos não corresponde a dizer que estamos diante de discursos previamente existentes, postos em contato posteriormente por conjunturas específicas. Relembrando Maingueneau, é preciso atentar para o primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2005).

O discurso politicamente incorreto, quando emerge no horizonte social, emerge justamente porque partilha do mesmo campo discursivo do politicamente correto. A existência deste, por sua vez, pressupõe que se vislumbre um contrário do correto. Como

vemos, a heterogeneidade é constitutiva do próprio discurso, que nasce das brechas que fazem parte das redes interdiscursivas.

Trata-se de uma marca de interdiscurso fundamental a esse campo, não apenas porque pressupõe a delimitação recíproca entre o discurso politicamente correto – ou os discursos, nesse caso, dada a diversidade de posições e sentidos em torno da categoria “PC” – e o discurso politicamente incorreto, mas também porque o par opositivo “correto”/“incorreto” faz eco às outras relações interdiscursivas implicadas – em particular, sobre os cruzamentos com os discursos do humor e da liberdade de expressão, que abordaremos mais adiante. Na apropriação discursiva das oposições “humor”/“vigilância” e “liberdade”/“censura”, parece replicar-se a polêmica instaurada entre o que pode ser considerado correto e o que deve ser avaliado como incorreto.

3.3. Cruzamentos entre discursos

Se, por um lado, a emergência do politicamente incorreto como par opositivo do correto remete ao interdiscurso tomado em um sentido restritivo, é preciso sublinhar o estabelecimento de outras formas de interdiscursividade, em relação ao politicamente correto, tomadas em sentido amplo. Como assinalam Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 287), o interdiscurso remete não apenas às relações de delimitação mútua entre discursos de um mesmo campo, como também ao conjunto de unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação, implícita ou explicitamente. Neste tópico, abordaremos o interdiscurso a partir dessa segunda acepção.

Com isso em vista, a primeira marca de interdiscursividade que buscamos mapear diz respeito ao estabelecimento de relações entre o discurso politicamente correto e o discurso da liberdade de expressão. Consideramos esse traço como o elemento talvez mais central à rede discursiva que se estabelece em torno do politicamente correto. No caso desta pesquisa, concentramo-nos no espaço público como representado pelo discurso midiático. Não obstante, em discussões travadas em outras esferas para além do espaço jornalístico – como os campos político, jurídico ou acadêmico –, observamos que os discursos sobre politicamente correto são postos continuamente em relação com os discursos da liberdade de expressão.

Na sequência, como segunda marca de interdiscursividade fundamental aos textos analisados, buscamos evidenciar as relações travadas entre o discurso do humor e o discurso politicamente correto. Com base em nossos achados, consideramos que o discurso do humor corresponde a uma das duas unidades discursivas que estabelecem, em relação ao discurso politicamente correto, relações de interdiscursividade mais estreitas – ou de maior visibilidade – no debate público contemporâneo.

3.3.1. O discurso da liberdade de expressão

No Brasil, desde o momento em que as discussões sobre o PC alcançaram visibilidade na esfera pública, as matérias jornalísticas analisadas, ao mobilizar a categoria “politicamente correto”, estabelecem relações, implícitas ou explícitas, com a liberdade de expressão. Em 1992, temos o primeiro exemplo desse cruzamento. No texto *Lobbies do ‘PC’ atacam cinema de Hollywood*, o ideário da livre expressão é invocado sob o argumento da liberdade de criação cinematográfica. Nessa ótica, descreve-se o PC como nova “palavra de ordem” da indústria do cinema, o que leva ao cerceamento da produção cultural (RIBEIRO NETO, 24/02/1992).

Nos primeiros anos da década de 1990, o politicamente correto é associado a ameaças à liberdade individual, de maneira abrangente. Começam a surgir textos que se referem ao politicamente correto como forma de cerceamento do falar cotidiano, dando conta de exemplos inusitados. A primeira referência à liberdade de expressão como direito fundamental do Estado de Direito, no universo de nosso *corpus*, aparece em 1994, em um editorial da *Folha de S. Paulo* intitulado *Racismo na TV*, que já mencionamos mais cedo (FOLHA DE S. PAULO, 08/11/1994).

Já nessa época, surgem as primeiras associações entre o PC e a censura. Em nossos achados, a primeira vez que tal vinculação aparece de modo explícito nos textos analisados – com, inclusive, o emprego da palavra “censura” – se dá em 1995, no artigo *Contos de fada satirizam correção política*, assinado por Marcelo Coelho. Referindo-se ao público norteamericano, o autor afirma que este se encontrava “submetido a um intenso ataque de militância politicamente correta, a uma vigilância e a uma censura muito mais irritantes do que a conhecida no Brasil” (COELHO, 23/06/1995).

Não obstante, na primeira metade dos anos 1990, eram relativamente pontuais as associações explícitas do PC à ideia de censura. Muitos textos apresentavam os efeitos do PC em restringir a circulação de ideias e a liberdade criativa, mas apenas pontualmente reivindicava-se abertamente a defesa da liberdade de expressão. A partir da segunda metade dos anos 1990 e, em especial, após o ano 2000, tonam-se cada vez mais abundantes as matérias que definem o politicamente correto como uma forma de censura. De modo correlato, torna-se cada vez mais difícil encontrar um texto que, ao falar sobre o politicamente correto, passe ao largo das discussões sobre censura e livre expressão.

De modo cada vez mais frequente, os textos passam a ser construídos a partir do par opositivo “liberdade de expressão”/“censura” e formas correlatas, como “liberdade de expressão”/“vigilância”, “autonomia”/“submissão”, “liberdade”/“controle”, “liberdade”/“repressão”, “democracia”/“autoritarismo”, “arte”/“pedagogia”. Também nesse sentindo, inserem-se os pares opositivos do tipo “humor”/“vigilância”, que mencionamos algumas páginas atrás. Na imensa maioria das matérias jornalísticas analisadas, o politicamente correto aparece atrelado ao segundo termo das oposições citadas, enquanto o primeiro se reveste de valor positivo.

A liberdade de expressão e o politicamente correto parecem consolidar, nesse momento, uma relação próxima à concorrência em um mesmo campo discursivo; se não temos propriamente uma delimitação mútua, ao menos o politicamente correto parece ser delimitado em função de sua relação com a liberdade de expressão. A respeito dessa interdiscursividade, há dois aspectos peculiares que devemos salientar. Primeiro, que a relação entre os dois discursos não se apresenta de modo unívoco ou estável. Ora o discurso da liberdade de expressão faz aliança com o discurso do politicamente correto, ora ambos se colocam em relação de polêmica – embora a segunda forma de concorrência seja mais frequente e decisiva na representação do espaço público construída pelo discurso jornalístico.

Ainda assim – e, talvez, justamente por isso –, a interdiscursividade estabelecida entre o PC e a liberdade de expressão parece constituir objeto de particular relevância a análises discursivas, especialmente por manifestar-se na forma de uma concorrência deslizante, que oscila entre a aliança e a polêmica. Isso nos conduz ao segundo aspecto que gostaríamos de destacar. Como sabemos, o interdiscurso é anterior e constitutivo do próprio discurso. No caso do discurso politicamente correto, ele parece emergir

justamente nas brechas de uma rede interdiscursiva marcada pelo embate de diferentes discursos sobre os fundamentos da vida pública – entre os quais, de modo particularmente evidente, o discurso da liberdade de expressão.

Essa pregnância da liberdade de expressão em discussões públicas sobre o politicamente correto parece estar relacionada, em primeiro lugar, à polarização que marca tanto as discussões sobre a censura, quanto aquelas sobre o politicamente correto. Em outras palavras, no espaço discursivo onde se inserem esses discursos, os sujeitos são interpelados a se engatarem em um lado ou em outro. Esse dado, que deve ser considerado à luz do atravessamento inevitável do discurso pelo interdiscurso, leva à categorização de ações/sujeitos conforme o par opositivo “liberdade/censura”.

Historicamente, as discussões contemporâneas sobre censura e liberdade de expressão inserem-se em um contexto de reacomodação de seus limites, após o desmonte das burocracias censórias que não sobreviveram ao sepultamento do século XX. Se, por um lado, as formas de controle tornam-se mais indiretos e plurais, sobrevive a motivação político-ideológica que sempre mobilizou os processos de interdição à produção simbólica (COSTA, 2014, p. 30). No caso das formas de interdição associadas à categoria “politicamente correto”, não poderia ser diferente: ainda que de estofa mais democrático, já que ligado aos ideais atravessados pelo discurso dos direitos humanos, o PC coloca em cena problemáticas vinculadas a questões de posicionamento político-ideológico.

Esse processo emerge como sintoma do amadurecimento da democracia no Ocidente – em especial, uma democracia ligada ao desenvolvimento dos meios de comunicação e à participação da população (COSTA, 2014, p. 29). Discutir o politicamente correto à luz dos discursos sobre liberdade de expressão é evidência do processo segundo o qual, após a abertura democrática brasileira, a temática da censura deixa os bastidores do poder e é trazida à tona como encenação na esfera pública (PAGANOTTI, 2012). Nesse cenário de problematização da própria democracia, ganham força os conflitos entre direitos, também constitutivos do campo discursivo onde se debate o politicamente correto.

Ademais, a afirmação da defesa da liberdade de expressão – que atravessa o discurso jornalístico, como mostra grande parte das matérias de nosso *corpus* – é indício da demarcação de uma posição de sujeito que diz respeito ao engajamento em um discurso acerca do papel que o jornalismo deve assumir enquanto “vigilante” – ou “cão de

guarda”, para usar um jargão do campo jornalístico – do poder estabelecido. A emergência desse discurso remete, historicamente, ao estabelecimento da imprensa como esfera pública e responsável por trazer à tona os temas de interesse da sociedade como um todo. Para o jornalismo, reafirmar sua legitimidade significa reafirmar também seu lugar e seu poder de fala.

3.3.2. O discurso do humor

Desde os anos 1990, o discurso jornalístico, ao mobilizar a categoria “politicamente correto”, estabelece relações com os discursos sobre o humor – no caso, o humor tomado sempre em sua vertente inserida no contexto da indústria cultural. Já no início do debate público sobre o PC no Brasil, a ideia de que o politicamente correto deve ser entendido como uma forma de limitação ao humor aparecia nos enunciados que compõem as páginas do jornal, ainda que de modo esparsos e pontuais.

O exemplo mais antigo, em favor dessa hipótese, que localizamos em nosso *corpus* diz respeito à matéria *Stern desafia o politicamente correto*, publicada em 11 de novembro de 1993. Referindo-se ao contexto norteamericano, o texto aborda o posicionamento assumido pelo radialista Howard Stern – conhecido como “o homem mais desagradável de Nova Iorque” – em seu programa matinal e no livro *Private Parts*. Segundo a matéria, Stern “compra brigas” diárias com negros, homossexuais, imigrantes do Terceiro Mundo, judeus – daí considerá-lo como inimigo do politicamente correto. Seguindo esse raciocínio, o PC é apresentado como entravo ao humor, à sátira e à liberdade. Em contrapartida, o radialista de que fala a matéria é apresentado como espécie de “herói”, em sua trajetória de sucesso, por se opor ao politicamente correto (GODOY, 11/11/1993).

Ainda nos anos 1990, outro caso de invocação de um discurso sobre o humor na abordagem do politicamente correto – este já em relação ao contexto brasileiro – aparece no artigo *Muito riso e pouco siso em 1998*, já mencionado ao longo destas análises. Apontando os advogados como grandes responsáveis pela “onda” do politicamente correto, o texto descreve o PC como uma forma de controle sobre a conduta e a fala individual – especialmente, no que diz respeito às piadas: “Nos velhos tempos, antes de os advogados inventarem a ideia de controlar nossas línguas e impor o ‘politicamente

correto’, a gente se rachava de rir do azar dos outros, como, por exemplo, os portugueses ou os vesgos” (ZINGG, 08/01/1998).

Avançando um pouco no tempo, surgem enunciados que definem o politicamente correto, explicitamente, a partir de sua relação com o humor. Em 9 de fevereiro de 2000, a *Folha de S. Paulo* publicou matéria intitulada *Discurso politicamente correto sufoca humor de “Mary & Rhoda”*. Como o título sugere, o texto defende que o PC – entendido, no caso, de modo vago, enquanto forma genérica de comprometimento social que leva a representar as mulheres de modo mais independente – termina por “engessar” o humor: “Com tantas demandas politicamente corretas para atender, sobrou pouco ou nenhum espaço para as risadas” (GASPAR, 09/02/2000).

Assim, com o passar dos anos, a associação entre politicamente correto e humor torna-se não apenas mais estreita, como também mais evidente e recorrente nos textos jornalísticos. A partir de meados da primeira década dos anos 2000, a temática do humor se torna campo privilegiado aos debates sobre o politicamente correto. Parte significativa dos textos, nessa época, se constroi em torno dos pares opositivos “humor”/“vigilância”, “humor”/“esterilidade”, “humor/simplificação” – com o primeiro termo da oposição, em todos os casos, investido de valor positivo.

Outro dado relevante é o engajamento, de sujeitos atravessados pelo discurso do humor, nos debates sobre o politicamente correto. Esses sujeitos, tomados como autorizados a falar, são convidados a participar, na esfera pública, das discussões sobre o PC. Isso fica evidente na matéria *“Chamar de negão era circense”*, diz Didi, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 23 de março de 2012. No texto, as fontes – humoristas famosos na cena televisiva – divergem quanto ao sentido da categoria “PC”: Gentilli, por exemplo, não expressa preocupação com a questão do preconceito no humor; Antonio Tabet diz que o politicamente correto é uma patrulha exagerada; Renato Aragão diferencia o PC de censura, mas diz que ele restringe a expressão dos humoristas. Em todos os casos, está presente a ideia do politicamente correto como uma forma de restrição ao humor (ROXO; MAGENTA, 23/03/2012).

De fato, o caso do humor evidencia os efeitos das restrições decorrentes de regulações sobre a expressão em nome do politicamente correto: efeitos de constrangimentos que atravessam a vida dos indivíduos, em sua dimensão mais cotidiana, tornando-os “programados”. Atravessados pelo discurso politicamente correto, cujos

efeitos fazem-se sentir de modo particularmente notável em relação ao humor, os sujeitos passam a calcular anedotas e piadas. Como se vê, o debate em torno do politicamente correto remete às discussões sobre os limites que se impõem ao riso. Nas palavras de Elias Thomé Saliba, o politicamente correto constitui:

[...] uma criação ideológica característica de sociedades que perderam o norte dos padrões morais e acabaram por impor regras casuísticas tópicas, que só conseguem estabelecer limites arbitrários. Batizado com outros nomes ou disfarçado de alguma forma de censura, o “politicamente correto” sempre existiu em sociedades que viveram momentos distópicos, quando a ausência de cenários futuros deixou de ensejar padrões morais estáveis. O resultado é um moralismo nervoso que se manifesta aqui e ali, meio esquizofrênico, tópico, que não sabe bem a que veio e, na história, nunca resultou em boa coisa (SALIBA, 2014, p. 178).

Talvez em resposta a essa vigilância, nos deslizamentos e disputas que marcam os sentidos atrelados à categoria “politicamente correto”, parece emergir uma outra articulação discursiva complexa entre os discursos do humor e do PC. Para explicar melhor, devemos recorrer a mais um exemplo. No texto *Para ator, ser correto demais atrapalha humor*, publicado em 14 de maio de 2009, parte-se de uma diferenciação entre “ser respeitoso” e “ser politicamente correto” para fundamentar a ideia de que o discurso humorístico se constitui enquanto contraposição aos discursos categorizados sob o rótulo “politicamente correto” (FOLHA DE S. PAULO, 14/05/2009).

Note-se como a fuga ao politicamente correto é invocada como espécie de “selo de qualidade” para a produção humorística. De fato, a essa altura, já se via delineado, no debate público, um posicionamento segundo o qual a qualidade de produções humorísticas deve ser vista como diretamente proporcional ao grau de subversão do que se entende por politicamente correto. Não se trata mais, simplesmente, nos anos mais recentes, de afirmar a existência de interferências do politicamente correto sobre o humor. No debate público, raras são as vezes em que, para tratar do humor, não se parte de uma categorização imediata de suas formas entre politicamente corretas ou incorretas. Ao mesmo tempo, os enunciados na esfera pública que mobilizam o PC invocam, com grande recorrência, suas implicações sobre a produção de humoristas.

Em outras palavras, o humor passa a ser qualificado, em discussões travadas na esfera pública, por meio de sua relação com o politicamente correto. Essa manifestação de interdiscursividade – à qual ainda voltaremos algumas vezes – remete ao primado do

interdiscurso, de que nos fala Maingueneau e Charaudeau (2008, p. 287). Em outras palavras, o discurso sobre o humor, e os sujeitos por ele atravessados, vêm-se inevitavelmente submetidos à polarização “correto *versus* incorreto”.

Não há espaço para a neutralidade no humor, como nos lembra Saliba (2014, p. 182). De fato, a polarização do debate que relaciona os tópicos do humor e do politicamente correto está ligada à própria natureza do riso, com sua forte vocação para a ambiguidade: enquanto agrada a alguns, fere outros tantos. Mas há uma razão histórica, talvez mais decisiva, para a centralidade que o humor adquire no debate sobre o politicamente correto. Como assinala Saliba, fazendo eco a considerações de Gilles Lipovetsky, o humor adquire centralidade na própria vida social: é preciso rir de tudo, o tempo todo e cada vez mais (SALIBA, 2014, p. 182). O riso de torna uma categoria fundamental ao modo como nos entendemos na sociedade. Como tal, ele se torna objeto de nossas conversações a toda hora.

Não obstante, há um paradoxo decorrente dessa “extravagância gratuita”: “os códigos humorísticos se disseminaram tanto que não sabemos mais definir o que é humor” (SALIBA, 2014, p. 182). A centralidade que o humor adquire nas discussões sobre o politicamente correto – e vice-versa – parece emergir como sintoma dessa disseminação e, ao mesmo tempo, da indefinição dela decorrente. A profusão de enunciados que colocam as discussões sobre o humor e o politicamente correto em contato surgem como sintoma do momento de crise que define a dificuldade em se traçar distinções sobre os limites éticos e parâmetros estéticos do humor. Não à toa, o espaço discursivo onde colidem o humor e o PC é terreno dos limites – éticos ou antropológicos – do riso. Em rachaduras como essa, revolve-se o fundo do rio onde se depositam os discursos que simultaneamente refletem e modelam a cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na arena da esfera pública, o jornalismo registra o embate de forças em jogo na disputa pelos sentidos das palavras, os quais não deixam de estar envolvidos em processos de mudança linguística. As palavras, seus sentidos e possibilidades de significação estão todos ligados aos discursos ou formações discursivas em que são inseridos e delineados. Nesse entendimento, como postulado pela Análise do Discurso, a relação entre as palavras e os seus significados é sempre um produto histórico.

Na dispersão própria dos discursos, a categoria “politicamente correto” mostra-se atravessada por disputas e embates entre os agentes sociais engajados em seu debate – seja no âmbito das discussões acadêmicas, seja no debate público mediado pelo jornalismo. Não há um consenso acerca do sentido da expressão “politicamente correto”. Nesse ponto, o debate público sobre o politicamente correto guarda aproximações em relação às discussões em torno da censura, sobre cujos sentidos não há também acordo. Não obstante, no caso do politicamente correto, não apenas seu sentido encontra-se em disputa, como também seu valor.

Na segunda metade dos anos 1990 e nos anos 2000, surgem empenhos no sentido de ressignificar a expressão “politicamente correto”, passando pela tentativa de desmontar sua associação à ideia de censura. Esses empenhos constituem um esforço da esquerda como um todo e, em sentido mais específico, de grupos que se vinculam ou simpatizam com as pautas dos movimentos sociais, em resposta às críticas tecidas por conservadores e liberais que vêem no politicamente correto uma forma de ameaça à liberdade de expressão. Essa discussão leva, em um primeiro momento, ao acirramento da polêmica e à inclusão de mais vozes no debate público em torno do politicamente correto. Num segundo momento, termina por polarizar o debate sobre o PC – polarização que parece ser herdada da própria natureza do debate público sobre a censura na contemporaneidade.

Vimos que os lugares de fala atravessados pelo discurso politicamente correto também se mostram diversos. É notório o papel de movimentos sociais na condução de ações e exposição de demandas em nome do que se considera politicamente correto. Ao lado deles, atua também o Estado, incorporando princípios associados à valorização de identidades historicamente marginalizadas a políticas públicas, em especial, à educação.

Ainda com relação à atuação estatal, a Justiça desempenha papel decisivo, em casos de processos movidos por denúncias, geradas por indivíduos privados ou organizações sociais, diante de grande diversidade de manifestações consideradas ofensivas – em especial, contra identidades étnicas, sexuais e de gênero.

Nessa rede de poder, inserem-se ainda as empresas privadas, sobretudo, empresas de mídia e comunicação, que incorporam e dão visibilidade a princípios classificados como “politicamente corretos” – seja como estratégia de *marketing*, seja para resguardarem-se de processos judiciais. Como se vê, são muitas as possibilidades de ações atravessadas pelo discurso politicamente correto. Essas iniciativas partem de lugares institucionais muito diversos e fundamentam-se por motivações distintas.

Ao mesmo tempo, para além dessa dispersão, aos discursos sobre o politicamente correto correspondem também regularidades de acontecimentos discursivos. Essas regularidades, na dispersão dos enunciados das matérias analisadas, evidenciam a positividade dos discursos. A partir daí, buscamos observar os *a priori* históricos que determinam as condições de emergência dos enunciados, suas formas de existência e de coexistência com outros enunciados, os princípios que os regem e que determinam seu aparecimento/desaparecimento.

Pensando, então, nessas regularidades discursivas, procuramos apontar, em nossas análises, um conjunto de condições ou reiteraões, interligadas entre si e que, relacionando-se e influenciando-se mutuamente, parecem reger ou demarcar os enunciados sobre o politicamente correto nas matérias analisadas. Dentre essas regularidades, destacam-se os enquadramentos do politicamente correto de acordo com categorias mais ou menos recorrentes – como tendência, movimento cultural ou ideologia – e modulações do sentido da expressão “PC” conforme o contexto dos debates – passando de modalidade de consumo a luta política.

Além disso, os textos são atravessados por diferentes discursos em circulação na sociedade, constituindo marcas de interdiscursividade fundamentais à consolidação do(s) discurso(s) politicamente correto(s) no Brasil. Para além das batalhas discursivas travadas em torno de tentativas de ressignificação/reavaliação da expressão “politicamente correto”, procuramos apontar também a consolidação de uma relação de delimitação mútua entre os discursos do politicamente correto e do politicamente incorreto. Tomando

o conceito de interdiscurso em sentido amplo, destaca-se o atravessamento dos textos por um discurso do humor e, de modo mais decisivo, pelo discurso da liberdade de expressão.

Sobretudo, as diferentes posições presentes no debate em torno da categoria “politicamente correto” no Brasil – sejam aquelas representadas por argumentos pró politicamente correto, que defendem o uso de linguagens mais neutras como forma de luta contra a discriminação, sejam as que qualificam o politicamente correto como forma de restrição da liberdade de expressão – convergem no ponto exato em que, em todos os casos, o que vemos é a defesa e colisão de direitos democráticos fundamentais.

O que está implicado, quanto a esse aspecto, é um saber acerca da participação e protagonismo dos cidadãos na sociedade. Por um lado, esse saber se traduz na reivindicação de vocabulários mais respeitosos. Por outro, sustenta denúncias acerca dos excessos do politicamente correto, de seu poder de vigilância ou seu potencial de converter-se em forma de censura.

Em ambos os casos, os agentes engajados na discussão partem de um consenso pressuposto acerca da esfera pública enquanto espaço para o debate de ideias relevantes à vida social, buscando dar visibilidade a seus argumentos. Nesse macro entendimento sobre a democracia, enxergamos a consolidação de uma formação discursiva: conjunto de discursos, assentados em longo período de tempo, mantendo linha comum, condensando dizeres e saberes, produzindo regulações sobre campos específicos.

Logo, é evidente que esse regime de verdade sobre a democracia condiciona uma forma específica de compreender e organizar a sociedade, materializada em torno do Estado democrático de direito. De modo correlato, o saber em questão orienta também as práticas e normas componentes do campo jornalístico e representa um ponto fundamental em que se “amarram” diversos discursos que atravessam o jornalismo.

Atravessamentos

A respeito do discurso politicamente correto, é preciso notar que estamos diante de um discurso que guarda, em relação ao discurso político, afinidades fundamentais. O caráter político, no caso do discurso PC, não se refere aos lugares institucionais de exercício político em acepção tradicional, já que o discurso politicamente correto caracteriza-se por atravessar diferentes lugares de fala e ação. Na verdade, seu caráter

político revela-se em sua inclinação à persuasão, à busca de aderência, ao caminho aberto para a militância. Não podemos esquecer, também, que o discurso politicamente correto visa a consolidar sua participação e influência junto a instâncias políticas tradicionais, sendo por vezes encampado por elas.

O politicamente correto constitui marca do fazer político que emerge com a ascensão à cena pública de movimentos sociais, grupos organizados da sociedade civil, ONGs e outras entidades, em uma imbricação estreita com o discurso midiático. Essa concepção de atuação política, amparada em um ideário de participação cidadã – que também leva a jogos de máscara e encenação, próprios do discurso político –, modula valores e sentidos constitutivos do campo político contemporâneo. Nesse contexto, é quase impossível separar discursos como o politicamente correto de outros discursos políticos que circulam a partir da esfera política em sentido restrito.

Seguindo esse raciocínio, o discurso politicamente correto, como expressão de discurso político, remete a um imaginário sociodiscursivo. Os imaginários discursivos são imaginários de verdade, funcionando como fontes de identificação e estratégias de persuasão. No caso de nosso objeto, eles se materializam discursivamente nas reivindicações em nome do que se entende por politicamente correto, a favor de regulações sobre a linguagem como estratégia de ação no combate a discriminações contra diferentes grupos sociais.

A verdade dos imaginários é definida em termos de adesão, a qual depende de seu efeito e força. Os imaginários de verdade mais eficientes mantêm a referência a valores do bem em comunidade. No caso do politicamente correto, é evidente a remissão a um imaginário de “cidadania” – marca do agir político que emerge contemporaneamente sob influência de movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil –, respaldado em uma formação discursiva sobre a democracia.

Além disso, os imaginários discursivos devem ser compreendidos pelo maior número possível de interlocutores, daí a imbricação fundamental que se trava com o discurso midiático. O discurso politicamente correto, como todo discurso de fundamentação política, busca visibilidade através da esfera das mídias, buscando construir adesão quanto ao imaginário que materializa.

O discurso midiático, por sua vez, na encenação de sua função cidadã – guiada por uma lógica simbólica –, mostra-se vigilante em relação ao fazer político. Porém, tendo em

vista sua natureza compósita, a máquina midiática é atravessada por interesses diversos, que incluem não apenas a orientação para a mediação do debate público, como também o imperativo da sustentação comercial e, indo além, a suscetibilidade a interesses e posicionamentos políticos.

Nesses atravessamentos entre esfera política e esfera midiática, ora o discurso midiático focaliza com desconfiança o discurso politicamente correto, ora confere validade ao imaginário discursivo em que se ampara o PC. Em ambos os casos, vemos a busca por influência que marca a relação entre mídia e política. De modo específico, no caso do politicamente correto, é particularmente evidente o poder de influência das mídias sobre o discurso político, produzindo modulações sobre sua retórica.

Como vimos, é notória a inserção da instância midiática nas discussões sobre o politicamente correto, com a produção de um jogo de respostas e rebatimentos entre os enunciados que circulam na mídia e enunciados da esfera política. Sublinhemos, por exemplo, o caso da cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, retirada de circulação pelo governo federal em resposta às duras críticas alçadas à visibilidade pública no recorte de espaço público produzido pela mídia.

De fato, o papel do jornalismo, nas disputas discursivas travadas em torno do politicamente correto, é fundamental. No Brasil, o discurso midiático – na construção que faz do espaço público – impulsiona e coloca em circulação discursos circulantes que mobilizam a categoria “politicamente correto”, oriundos principalmente do contexto norteamericano. Por tudo isso, devemos assinalar que as mídias de massa – com destaque para o jornalismo, tendo em vista sua inclinação a temas políticos maior do que, por exemplo, a da televisão, e sem ainda a concorrência da internet no início dos anos 1990 – contribuem para a introdução e visibilidade da expressão “politicamente correto” entre nós, ajudando também a cristalizar os diferentes sentidos a ela atados.

Recortes

Pensando o enunciado como acontecimento na ordem das coisas, o fato de serem publicadas matérias denunciando a censura tem por base um discurso acerca do “quarto poder” representado pelo jornalismo. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* legitima seu

direcionamento e sua inserção na sociedade, em termos de concorrência no mercado jornalístico e no que diz respeito à afirmação de sua credibilidade.

Hoje os jornais falam – e falam muito – sobre a censura e a liberdade de expressão. Se sob ditaduras a discussão sobre censura fica encoberta pelo silêncio, hoje ela adquire visibilidade crescente nas narrativas midiáticas. A censura, colocada em pauta atualmente, deixa os bastidores do poder e é trazida à tona como encenação na esfera pública. Assim, no caso da *Folha* – que, após a abertura democrática, procurou construir para si a imagem de grande veículo defensor da democracia, pretendendo-se afirmar como “um jornal a serviço do Brasil” –, o caráter decisivo do ideário da livre expressão e sua representação, caros a todo o jornalismo, fica particularmente evidente.

Nas páginas da imprensa, a democracia emerge como constante representação, construída a partir dos discursos que atravessam o jornalismo – os quais não deixam de ser também formas de realização do poder, em sua rede microfísica. De fato, o que pode ser mais decisivo à conformação da vida social do que o próprio discurso? As práticas não-discursivas aparecem amparadas em práticas discursivas – de modo que a própria democracia, como forma de organização político-social, deve realizar-se como discurso. Em outros termos, é preciso que a democracia se realize como espetáculo, na esfera pública midiaticizada, para que se realize “de fato”.

Ao desenhar um mundo a ser visto e vivido, o discurso midiático participa da construção de uma visão sobre o espaço público, como representação que tomaria o lugar da realidade, em uma relação de interferência mútua com as esferas do civil e do político. Os discursos na imprensa sobre liberdade de expressão e democracia são verdadeiros acontecimentos que reiteram a presença desses valores em nossa cultura.

Assim, mesmo produzindo deformações, o jornalismo encontra sua razão de ser no fato de revelar fragmentos do espaço público – apresentados como o espaço público de fato. Paradoxal necessidade do discurso midiático. Particularmente, no caso de nosso objeto de estudo, o papel da mídia se revela decisivo pelo fato de dar visibilidade – recortada, parcial, limitada, mas, ainda assim, existente – aos embates entre argumentos sobre a proteção de determinados direitos em detrimento de outros, o que é fundamental à explicitação dos mecanismos de censura que ainda resistem nos dias de hoje.

Rearticulações

As disputas em torno do sentido, no caso dos debates sobre o politicamente correto, mantêm em suas fundações a questão dos limites entre o que pode e o que não deve ser dito. Isso nos leva a uma discussão de grande notoriedade nos dias de hoje: aquela sobre os limites da liberdade de expressão. Esses conflitos se estabelecem em áreas de fronteira da liberdade de expressão, em zonas onde tal princípio colide com outros direitos e valores. Como temos procurado pontuar, os novos mecanismos que implicam em diferentes formas de controle do fluxo de informações ou das formas de expressão na esfera pública surgem hoje de conflitos entre a liberdade de expressão e outros direitos garantidos pela Constituição.

Esse processo de avaliação e discussão de direitos é trazido à tona na esfera pública pelas narrativas jornalísticas, como forma de discutir o estatuto da liberdade de expressão. De fato, essa parece ser uma característica marcante hoje: apesar de os conflitos entre diferentes valores e direitos terem sempre existido, eles são agora, mais do que nunca, expostos aos olhos de todos e esmiuçados no debate público. Durante a ditadura militar no Brasil, até o final dos anos 1980, tal dinâmica não era possível, uma vez que muitos temas eram previamente censurados e mantidos fora de discussão. De modo correlato, o caráter recente da democracia no Brasil leva à existência de discussões sobre as suas próprias definições. Entendemos que tais condições históricas são fundamentais para a emergência dos discursos que circulam hoje sobre o PC no país.

Para nossa proposta analítica, sublinhamos diversas vezes que o caráter fundamental de se observar a dimensão histórica do discurso, a partir da história dos arquivos do saber que mostram as formações discursivas de uma época – em nosso caso, os arquivos contemporâneos sobre o estatuto das palavras, os direitos humanos, valores democráticos e liberdade de expressão. Na outra ponta da equação, temos a história das ações e regulações que esses arquivos – ligados a redes de poder – justificam e sustentam.

A correlação entre o discurso politicamente e a liberdade de expressão, no debate público, evidencia a existência de uma formação discursiva sobre as possibilidades e os direitos de fala. Essa formação discursiva está amplamente presente no Ocidente desde, pelo menos, o século XVIII, seguindo diferentes modulações. Nesse quadro, parece-nos claro que estamos diante hoje de uma mudança em termos de práticas discursivas

sustentada por uma rearticulação dos saberes sobre a liberdade de expressão, a democracia e os direitos humanos.

Vivemos, desde a abertura democrática, a instauração de uma “ruptura”, “quebra” ou “descontinuidade”; algo como – ainda que em dimensões mais modestas, em um plano “micro” – as “rachaduras” epistemológicas que Foucault persegue em sua obra. Logo, essas “novas configurações do saber” sobre a liberdade de expressão constituem objeto fértil à proposta de abordagem arqueológica dos discursos.

À luz dessas novas configurações dos discursos, devem ser consideradas as tensões entre o discurso politicamente correto e os valores democráticos em nossa sociedade. Por isso, entendemos que as ações em nome do politicamente correto devem ser interpretadas como sinais de crise, tentativas de romper com velhos paradigmas – ou seja, como uma rearticulação das concepções presentes no país sobre a liberdade de expressão e os protocolos de discurso, reposicionando os limites do que é considerado “ofensa”. A ordem que emerge nessas fronteiras entre discursos e valores diz respeito às regras que selecionam e organizam a produção discursiva. Nessa ordem do discurso politicamente correto, configuram-se rituais da palavra: a distribuição do direito de dizer dentro de determinados campos discursivos.

Rasura sobre rasura

Como vimos, a partir das reflexões teóricas e análises propostas, a operação discursiva em jogo no politicamente correto busca uma prevalência do pressuposto sobre o subentendido – ou um apagamento deste último. Procurando encerrar a abertura que possibilita a formulação de ilações a partir de palavras e expressões, privilegiam-se termos cujos sentidos postos ou literais pareçam sobredeterminantes aos demais, fazendo valer a pressuposição de que há uma neutralidade possível na linguagem. Esse grande implícito do gesto politicamente correto, enquanto ligado à ideia de dignidade e respeito a todos os indivíduos, deve ser visto como derivando de uma formação discursiva que anima o Ocidente em nossos dias.

Carregando uma tomada de mundo, essa formação discursiva está ligada àquilo que, dentre os sistemas de exclusão, denomina-se “vontade de verdade”. Determinando uma compreensão do mundo e da vida, ela orienta as demais formas de exclusão,

inclusive a das palavras. No que diz respeito ao discurso politicamente correto, vemos atravessar o Ocidente uma vontade de verdade ligada aos ideais dos direitos humanos: o combate à discriminação e à palavra do preconceito, perfeitamente inserido no “verdadeiro” de nosso tempo, está na base das solicitações de restrição das manifestações linguísticas que escapam a esse quadro.

Ao vincular-se a esses ideais, o discurso politicamente correto se engaja, como mecanismo discursivo, na contenção de dinâmicas de agressão de grupos considerados hegemônicos sobre aqueles tradicionalmente marginalizados. O que está em jogo, no caso das discussões sobre o politicamente correto, são disputas sobre a legitimidade da representação do outro – representação não apenas como a possibilidade de falar em nome do outro, mas também como poder de evocar sua existência, determinar seu lugar no mundo, controlar as imagens produzidas sobre ele.

O tempo todo, vemos a linguagem recortando o espaço, ordenando o mundo, categorizando as coisas. A linguagem está ligada à instauração de uma ordem entre as coisas, distribuindo-as, organizando-as, aproximando umas, enquanto opõe outras: traçado de uma linha, que determina onde residem similitudes e onde repousam diferenças. Mas essa linha não se traça senão com base em um critério prévio: o correto separado do incorreto, aparente lei interior das coisas, resulta na verdade de um crivo, de uma competência da linguagem, grafite riscando à revelia o fundo branco.

A emergência da categoria “politicamente correto”, a separar o correto do incorreto, não se dá com base em algum elemento intrínseco, visceral dos dados categorizados. Não se trata de reconhecer alguma lei interna, de apontar o que só poderia ser de uma mesma forma: a categorização é produto sempre de um viés, uma posição, uma escolha, parte da atividade de linguagem que desenha o mundo. Formas de controle sobre a linguagem sempre existiram, com especificidades a cada época: o que nos parece novo é o fato de que, talvez pela primeira vez, essas formas de controle sejam nomeadas.

A circunscrição de um campo, como faz a expressão “politicamente correto”, torna-o mais visível: mais imperioso, por um lado; mais suscetível à crítica, por outro. As formas de controle sobre a linguagem, não obstante tenham sempre existido, tornam-se hoje objeto destacado de discussões entre os discursos circulantes talvez porque nunca antes tenham tido tanta visibilidade. De fato, o politicamente correto se torna objeto privilegiado de luta quando representado, quando emerge a expressão que lhe dá nome,

recortando o campo de sua ação. Nosso relacionamento com a realidade e a vida social é sempre mediado através da linguagem e intrínseco a ela – o que significa dizer que a linguagem e o discurso são fundamentais às operações de poder. Em outras palavras, as coisas só se tornam objeto de luta política porque são representadas – ou seja, porque possuem uma dimensão cultural ou discursiva.

No fundamento dessa operação, parece-nos residir a pulverização da própria política. A responsabilidade pela dimensão pública da vida materializa-se em nossos gestos mais triviais. Transferida para o cotidiano, torna-se imperativo moral: é preciso distinguir o certo do errado. Ao mesmo tempo, sob o signo da circulação, que marca sociedades altamente informatizadas como a nossa, qualquer entrave à partilha de ideias e formas de expressão torna-se intolerável. Do embate dessas forças, parecem nascer as disputas que se travam, de modo acalorado, no debate público em torno da categoria “politicamente correto”. Nesses discursos, e nas disputas que lhes sucedem, desenham-se as relações que ligam as palavras e as coisas.

Nesse percurso, o politicamente correto configura categoria para legitimar alguma forma de restrição a partir do apontamento de um dado abjeto: o incorreto. De modo geral, ele se respalda na cartilha de direitos humanos, mas é, acima de tudo, instrumento de controle e, portanto, poder. Como instrumento, presta-se à apropriação por entidades diversas. Em um contexto ditatorial, seria privilégio do Estado; em um Estado democrático, está ao alcance de todos.

Na medida em que retira palavras, apaga letras, reforma expressões, o discurso politicamente correto faz rasura sobre a linguagem – também ela, por sua vez, forma de rasura sobre fundo branco. Ao mesmo tempo, também a emergência das categorias “correto” e “incorreto”, como toda categoria, promove enquadramento particular das ideias, excluindo a possibilidade de reflexão para além de seu alcance: uma vez mais, traço que rasura o papel. Noutra dimensão, não podemos desconsiderar que o discurso midiático seleciona dados, destaca posições, faz arranjo dos discursos circulantes. Como vimos, o arranjo promovido pelo jornalismo segue regularidades, fixa sentidos e também implica em posições de poder. Espelho deformante do espaço público, o jornalismo, engata-se na polarização correto/incorreto: rasura que se faz sobre rasura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Bia. “A novela das sete e o incômodo racial”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/03/2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1403200417.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

ALVES, Elder Maia. "Crítica e resignação. O trânsito constante entre categorias nativas e categorias analíticas: a força política e estética da categoria indústria cultural." **Latitude** (vol. 2, n. 1), 2010.

ANDRIGHETTO, Fabio. “‘Politicamente correto é censura fascista’; ouça Luiz Felipe Pondé”. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1069148-politicamente-correto-e-censura-fascista-ouca-luiz-felipe-ponde.shtml>>. Acesso em 15 dez. 2014.

ANJ. “Maiores jornais do Brasil”. São Paulo: ANJ (Associação Nacional de Jornais), s/d. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil-2/#>>. Acesso em 10 Mai. 2015.

ANTENORE, Armando. “Negros vão à Justiça contra ‘Pátria Minha’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/11/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/07/ilustrada/1.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

ARAÚJO, Inácio. “Linguagem desbanca ‘Gaiola’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/05/1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/29/ilustrada/17.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

ARAÚJO, Inês Lacerda. “Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault”. In: **Revista Aulas** (n.º 3). Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/14.pdf>>. Acesso em 29 out. 2013.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AUGUSTO, Sérgio. “PC ou não PC, eis a questão”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/03/1992.

AZENHA, Luis Carlos. "Apresentação". In: LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991, pp. 13-17.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BALOCCO, Anna Elizabeth. "Quando a ficção invade a prosa: práticas discursivas não canônicas no discurso acadêmico". Revista Linguagem em Dis(curso) (vol. 5, n.º 2). Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), 2005, pp. 249-266. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0502/3%20art%201.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2014.

BATOCHIO, José Roberto. "Semântica sob censura". **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 09/03/2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BEARD, H., CERF, C. **The Official Politically Correct Dictionary and Handbook** [Dicionário e Manual Oficial do Politicamente Correto]. New York: Villard Books, 1993.

BERNSTEIN, Richard. "IDEAS & TRENDS; The Rising Hegemony of the Politically Correct". In: **The New York Times**, 28/10/1990. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1990/10/28/weekinreview/ideas-trends-the-rising-hegemony-of-the-politically-correct.html?pagewanted=all>>. Acesso em 27 out. 2014.

BOIX, Carles. **Democracy and Redistribution**. Nova York: Cambridge University, 2003.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BUCCI, Eugênio. “O desejo de censura”. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: OESP, 31/07/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-desejo-de-censura,752342,0.htm?reload=y>>. Acesso em 29 ago. 2014.

_____. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. “Quando só a imprensa leva a culpa (mesmo sem tê-la)”. Revista **Estudos Avançados** (nº. 67). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, dez/2009, pp. 61-78.

_____. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “O olho que vaza o olho”. In: NOVAES, Adauto (org.). **A experiência do pensamento**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2010, pp. 289-321.

_____. “Hegemonia de significado e hegemonia de significante”. **Revista Rio de Janeiro**, v. 15, 2005, pp. 91-101.

_____. “A fabricação de valor na superindústria do imaginário”. **Communicare**: Revista de pesquisa. Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, v. 2, n. 2, 2002, pp. 56- 72.

_____. “Ubiquidade e instantaneidade no telospaço público: algum pensamento sobre televisão”. **Caligrama**. ECA/USP, São Paulo, v. 2, 2007, pp. 1-27.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano Cabral. **Censura em pauta**: uma abordagem arqueológica dos discursos sobre o cerceamento da liberdade de expressão nas páginas da imprensa [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: ECA/USP, 2012.

CALDEIRA, Alfredo. “A censura a que temos direito”. **Media & Jornalismo** (n.º 12). Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2008, pp. 9-18. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewDownloadInterstitial/6331/5749>>. Acesso em 29 ago. 2014.

CALIL, Ricardo. “Entidades pedem o fim de sitcom polêmica”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 13/10/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq13109812.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

CALLIGARIS, Contardo. “O que é politicamente correto?”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 30/06/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3006200528.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

CANELA, Guilherme. “Comunicações no Brasil: da confusão legal à necessidade de regular”. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre: Intercom, 2004, pp. 1-16. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17921/1/R1106-1.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2015.

CANOFRE, Fernanda. “Página racista no Facebook é criada em ‘apoio’ a torcedora gremista”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 24/09/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/187245-pagina-racista-no-facebook-e-criada-em-apoio-a-torcedora-gremista.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

CARELLI, Wagner. “‘Politicamente correto’ chega ao Brasil”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 28/07/1991.

CASTRO, Ruy. “Nada inocentes”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 12/11/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1211201005.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

CIPRIANO, Perly. “Apresentação”. In: QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto & direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d’aquém e d’além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. “Censura, fantasma de múltiplas faces”. In: **O xis da questão** (blog). 31/07/2012. Disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/2012_7_31_14_7_2_43153.pdf>. Acesso em 15 dez. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CIPRO NETO, Pasquale. “‘É presente de grego’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/31367-e-presente-de-grego.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

COELHO, Marcelo. “Contos de fada satirizam correção política”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/06/1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/23/ilustrada/17.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Correção política em dia de churrasco”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 30/05/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3005200725.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Caçada a Monteiro Lobato”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/11/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1411201004.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

COETZEE, J. M. **Contra la censura**: ensayos sobre la pasión por silenciar. Barcelona: DEBOLSILLO, 2008.

COLOMBO, Sylvia. “Revista questiona ‘correção política’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 31/06/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3107200607.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

CONY, Carlos Heitor. “O DNA das palavras”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 04/03/2012.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. “Direitos humanos, cidadania e liberdade de expressão”. **Comunicação & Educação** (v. 14, n. 2). São Paulo: ECA/USP, 2009, pp. 53-60.

_____. “Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e censura”. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA/USP, 2014, pp. 27-34.

COUTO, José Geraldo. “As palavras e as coisas”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 16/04/2005. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 06/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1604200520.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

DANTAS, Andréa. “Guia para presentear as vítimas do estilo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 22/12/1991.

DANTAS, Iuri; SUWWAN, Leila. “Lula usa em seus discursos termos vetados por cartilha”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 06/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0605200518.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DÁVILA, Sérgio. “O mundo dos branquinhos”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 30/05/1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs30059914.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “A santíssima trindade do novo cartunismo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 21/05/2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2105200209.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DECIA, Patrícia. “Politicamente correto atinge até as bíblias”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 22/09/1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/22/mundo/7.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

DUCROT, Osvald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCÓSSIA, Fernanda da. “Patrulha de Carnaval”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 26/01/2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2601200406.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. “‘Political correctness’: The politics of culture and language.” **Discourse & Society** (v. 14, n. 1). London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, 2003, pp. 17-28.

FIORIN, José Juiz. “A linguagem politicamente correta”. In: **Linguasagem - Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**. São Carlos: UFSCAR, v. 1, pp. 1-4, 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticamentecorrta.htm>. Acesso em 27 nov. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação** (13ª edição). São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. **Primeira página** (5ª edição). São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. “Como ser politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/07/1991.

_____. “Teste seu ‘saber’ e descubra seu perfil político”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 28/07/1991.

_____. “Folha implanta o ‘Novo Manual da Redação’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 01/05/1992.

_____. “A filosofia de Caco, o Sapo, sai em livro”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 19/11/1993.

_____. “Racismo na TV”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 08/11/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/08/opinioao/6.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Politicamente correto já toma conta da NBA”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 02/01/1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/02/esporte/16.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Caso provoca polêmica entre juristas”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 09/08/1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/09/ilustrada/9.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Escritor teme revisionismo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 01/03/1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff01039909.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Politicamente correto desvirtua fatos, diz professora”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 05/09/2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0509200128.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Governo lança manual ‘Politicamente Correto’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 01/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0105200517.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Alvo de críticas e de polêmica, entrega de cartilha foi cancelada”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200513.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Para ator, ser correto demais atrapalha humor”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/05/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1405200922.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Não fariam isso se fosse Shakespeare, diz professora”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/10/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2910201003.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Promotoria vê preconceito em termo usado no dicionário Houaiss”. **Folha de S. Paulo** (online). São Paulo: Folha da Manhã, 28/02/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1054519-procuradoria-ve-preconceito-em-termo-usado-no-dicionario-houaiss.shtml>>. Acesso em 30 nov. 2014.

_____. “Torcedora que xingou Aranha pede que página racista seja excluída”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 25/09/014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/187442-torcedora-que-xingou-aranha-pede-que-pagina-racista-seja-excluida.shtml>>. Acesso em 30 nov. 2014.

_____. “Instituto ajusta critérios para aferir circulação de jornais; Folha é líder nacional”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 26/02/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1417947-instituto-ajusta-criterios-para-aferir-circulacao-de-jornais-folha-e-lider-nacional.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “TJ mantém decisão que condena gravadora por música de Tiririca”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 03/03/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/03/896044-tj-mantem-decisao-que-condena-gravadora-por-musica-de-tiririca.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. “Análise de Conteúdo”. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio: Forense Universitária, 2008a.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, Vinicius Torres. “Uma bobagem histórica”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 13/01/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1301200304.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

FRIAS FILHO, Otavio. “Palavras, palavras”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/08/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1408200307.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

GANCIA, Barbara. “Agora, Mulher com mulher dá ‘croco’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/10/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/07/cotidiano/5.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Big Brother invade caixa-postal de colunista”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 08/05/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff08059809.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Humor que não ousa não presta”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 31/07/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3107200902.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

GASPAR, Malu. “Discurso politicamente correto sufoca humor de ‘Mary & Rhoda’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 09/02/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0902200017.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

GODOY, Fernanda. “Stern desafia o politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 11/11/1993.

GOMES, Mayra Rodrigues; CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. “Jornalismo: uma relação com opinião pública”. **Revista Rumores** (n.º 10). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2011. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/pdf/rumores10_1_mayra_nara.pdf>. Acesso em 30 nov. 2014

_____. “The communication order: interdictions under the politically correct principle”. **Crises, ‘Creative Destruction’ and the Global Power and Communication Orders: Papers presented at the 2013 conference of the International Association for Media and Communication Research**. IAMCR, 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

_____. **Ética e jornalismo**: uma cartografia de valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

_____. **Palavras proibidas**: pressupostos e subentendidos da censura teatral [colaboradoras: Eliza Bachega Casadei, Natália Favrin Keri, Pollyana Reis da Cruz]. São José do Rio Preto: Bluecom Comunicação, Fapesp, 2008.

_____. “A comunicação sob o olhar da classificação indicativa”. In: COSTA, Cristina (Org.). **Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão**. Intercom: São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Marcos Augusto. “Bono personifica a chatice da correção política”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 21/02/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2102200610.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GULLAR, Ferreira. “A coisa está branca”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1505200520.htm>>. Acesso em 27 out. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, Sarah (ed.). **The war of the words: the political correctness debate**. London: Virago, 1994, pp. 164-183. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2014.

HALLACK, Jô; LEMOS, Nina; AFFONSO, Raq. “As loiras reivindicam: queremos desconto na água oxigenada!”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 24/09/2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm2409200119.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

HITCHENS, Christopher. “The Power of Facing” (interview). In: **Atlantic Unbound** (http://www.theatlantic.com/unbound/unb_index.htm), 23/10/2002.

KEHL, Maria Rita. “Tortura e sintoma social”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 123-132.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LAUB, Michel. "Spike Lee, Tarantino e racismo". **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 08/01/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/89108-spike-lee-tarantino-e-racismo.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

LEFORT, Claude. **Claude Lefort ataca a crítica conformista**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 20/03/1994. Entrevista a Fernanda Scalzo. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_claude_lefort1.htm>. Acesso em 18 out. 2014.

LEITÃO, Sergio Sá. "Saiba como ser um cara 'politicamente correto'". **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 19/08/1991.

LIMA, Venício. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**, São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, J. "Índice de palavras: cartilha politicamente correta do governo federal condena termos de uso comum entre escritores e compositores". **Veja**. São Paulo: Editora Abril, 11/05/2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110505/p_141.html>. Acesso em 24 Mar. 2015.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. "A Bíblia politicamente correta". **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/10/1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/15/mais!/18.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LOURENÇO, Eduardo. "Michel Foucault ou o fim do humanismo". In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Lisboa: Portugal Editora, 1966, pp. 3-18.

LOURY, Glenn C. "Self-Censorship in Public Discourse A Theory of 'Political Correctness' and Related Phenomena." In: **Rationality and Society** (vol. 6, n. 4), 1994: pp. 428-461.

MAGALHÃES, Mário. “Cor não pega. E racismo?”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/02/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0702200705.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. 2005. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições.

MAISONNAVE, Fabiano. “O Brasil da geração afirmativa”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 06/06/1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs06069905.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MANDEL, Gabriel. “Piada não é literal, diz juiz ao absolver Rafinha Bastos”. **Consultor Jurídico**. São Paulo: Dublê Editorial, 24/02/2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-fev-24/juiz-absolve-rafinha-bastos-afirma-interpretacao-piada-nao-litera>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “Prefácio: A Declaração Universal dos Direitos Humanos – Primado da Dignidade Humana e do Bem Comum”. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **A Declaração Universal dos Direitos Humanos – Sessenta Anos: sonhos e realidades**. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2008.

MARÍAS, Javier. “A inquisitorial demência do politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/01/1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/07/mais!/21.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MARQUES DE MELO, José. “Síndrome da mordaza: a maldição da censura no Brasil”. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da mordaza: mídia e censura no Brasil (1706-2006)**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007, pp. 17-27.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro** (2ª edição). Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, Sandra Oleades. **Uma segunda mudança estrutural da esfera pública**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2009.

MARCONI, Paolo. **A censura política à imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MAYRINK, José Maria. “Censura e democracia: o caso Estadão”. In: MEDINA, Cremilda (Org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010, pp. 115-124.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MCGRATH, Charles. “O alter cérebro”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 21/05/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2105200016.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MELLÃO, Gabriela. “‘Cyrano de Bergerac’ mira ditadura do politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 01/01/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/12142-cyrano-de-bergerac-mira-ditadura-do-politicamente-correto.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTT, Luiz. “Aparecida é preta, não negra”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/10/1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/29/mais!/2.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.

NASCIMENTO, Alexandre do. “Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares”. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/alexandre_do_nascimento.pdf>. Acesso em 29 nov. 2014.

NASSIF, Luís. “O racismo negro”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 04/03/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0403200513.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

NOBRE, Freitas. **Imprensa e liberdade**: os princípios constitucionais e a nova legislação. São Paulo: Summus, 1988.

PAGANOTTI, Ivan. “A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública”. **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf>. Acesso em 8 mai. 2015.

PAIVA, Marcelo. “É bom tomar cuidado com o que você fala”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 03/01/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/03/folhateen/3.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. “De Plenderleith a Al Gore: o ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI”. **Anais do Museu Paulista** (v. 16). São Paulo: Museu Paulista/USP, 2008, pp. 241-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 18 nov. 2014.

PERRY, Ruth. "A Short History of the Term 'Politically Correct' ". In: AUFDERHEIDE, Patricia (ed.). **Beyond PC**: Towards a Politics of Understanding. Graywolf Press, 1992.

PIRES, Elaine Muniz. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. **Projeto História** (n.º 35). São Paulo: PUC-SP, dez/2007, pp. 305-313. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>. Acesso em 22 dez. 2014.

PONDÉ, Luiz Felipe. “2012 retardados”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/11/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2311200921.htm>>. Acesso em 6 mai. 2015

_____. **Guia politicamente incorreto da filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

POSSENTI, Sírío. “A linguagem politicamente correta e a análise do discurso”. **Revista de Estudos da Linguagem** (v. 4, n. 2). Belo Horizonte: UFMG, 1995, pp. 123-140. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016>>. Acesso em 18 nov. 2014.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. “A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira?” **Polifonia** (v. 12). Cuiabá: UFMT, 2006, pp. 47-72. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/245.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2014.

POSSOLO, Hugo. “Chacrinha ainda buzinará a moça e comandaria a massa?”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 11/10/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1110200910.htm>>. Acesso em 6 mai. 2015.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto & direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. “Aqui não tem PC”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/03/1992.

_____. “A devassa da devassa”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/03/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0703201006.htm>>. Acesso em 6 mai. 2015.

RIBEIRO NETO, Artur. “Lobbies do ‘PC’ atacam o cinema de Hollywood”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 24/02/1992.

RODRIGUES, Claudia. “O patronato e as novas coalizões”. In: Federação Nacional dos Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade (2ª edição). Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002.

ROSSI, Jones; MENDES JÚNIOR, Leonardo. **Guia politicamente incorreto do futebol**. São Paulo: Leya, 2014.

ROXO, Elisangela; MAGENTA, Matheus. “‘Chamar de negão era circense’, diz Didi”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/32828-quotchamar-de-negao-era-circensequot-diz-didi.shtml>>. Acesso em 6 mai. 2015.

SÁ, Xico. “Empreiteiros também têm ‘Código de Ética’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 09/11/1993.

_____. “Abaixo a normalidade”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 30/08/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/183179-abaixo-a-normalidade.shtml>>. Acesso em 6 mai. 2015.

SAFATLE, Vladmir. “Correto demais”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 20/11/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/78968-correto-demaiss.shtml>>. Acesso em 6 mai. 2015.

_____. “Liberdade para o racismo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 19/11/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/139579-liberdade-para-o-racismo.shtml>>. Acesso em 6 mai. 2015.

SAFIRE, William. **Safire's political dictionary**. Oxford University Press, 2008.

SALIBA, Elias Thomé. “Humor dos limites e limites do humor”. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA/USP, 2014, pp. 178-186.

SALLUM, Erika. “Propagandas são alvo das mais inusitadas reclamações”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 09/07/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tvfolha/tv0907200009.htm>>. Acesso em 6 mai. 2015.

SCHULTZ, Debra L. “To Reclaim a Legacy of Diversity: Analyzing the ‘Political Correctness’ Debates in Higher Education.” New York: National Council for Research on Women, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Quem tem medo do politicamente incorreto?”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/05/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200511.htm>>. Acesso em 6 mai. 2015.

SCHWARTSMAN, Hélio. “O politicamente incorreto terno ‘assassino’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 24/01/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/24/cotidiano/52.html>>. Acesso em 6 mai. 2015.

_____. “Censurando o dicionário”. **Folha de S. Paulo** (online). São Paulo: Folha da Manhã, 02/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/28780-censurando-o-dicionario.shtml>>. Acesso em 30 out. 2014.

SEMLER, Ricardo. “Impoliticamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 16/01/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/16/brasil/14.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

SOARES, Barbara Musimeci. “Cegueira Brasileira”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 13/12/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs13129827.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. “Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso”. In: PINTO, Paulo R.; MAGNO, Cristina; SANTOS, Ernesto P.; GUIMARÃES, Livia (Orgs.). **Filosofia analítica, pragmatismo e ciência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 217-238.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SOUZA, Maurício Maia de. **Henfil e a censura: o papel dos jornalistas**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. “O rosto do mundo”. In: FOLHA DE S. PAULO. **Primeira página** (5ª edição). São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 9-11.

SUZUKI JR., Matinas. “O politicamente correto chega aos esportes”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/03/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/29/esporte/7.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

TASCHNER, Gisela Black. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis. **De la démocratie en Amérique - Souvenirs et L’ancien régime et la révolution**. Paris: Bouquins, 1986.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **E se Lenin lesse os jornais de hoje?** Linha editorial e imprensa como partidos políticos [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: ECA/USP, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira; CULAU, Fábio Vacaro. “Notas sobre o politicamente correto”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** (vol. 14, n.2). Rio de Janeiro: UERJ, 2014, s./p. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/12663/9827>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

WHITNEY, D. Charles; WARTELLA, Ellen. "Media Coverage of the “Political Correctness” Debate." **Journal of Communication** (vol. 42, n. 2), 1992: pp. 83-94.

WILLIS, Ellen. "Toward a Feminist Revolution". In: **No More Nice Girls: Countercultural Essays**. Wesleyan University Press, 1992.

WILSON, John K. **The Myth of Political Correctness: The Conservative Attack on Higher Education**. Duke University Press, 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

YAGUELLO, Marina. “**Introdução**”. In: BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 11-19.

ZINGG, David Drew. “Norte-americanos conseguem acabar com seu problema de ‘PC’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 05/07/1992.

_____. “Muito riso e pouco siso em 1998”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 08/01/1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq080121.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

ANEXO I – TABELA DE ANÁLISE DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

GRADE DE LEITURA - UNIDADES DO <i>CORPUS</i>				
Data / Título da matéria	Agentes/ instituições sociais	Sentidos / valores do PC	Organização fundamental do texto	Palavras/campo semântico
23/07/1991 <i>Como ser politicamente correto</i>	Não há especificação;	O PC é apresentado como uma pessoa sem preconceito de raça, sexo, estilo de vida etc., no contexto dos EUA. Notar que a característica PC era muito individualizada, nesse momento. A charge traz o PC sendo apresentado como valor negativo – não deixar que as pessoas digam coisas de que não gostamos.	Liberdade (+) X Ofensa (-)	Enunciados potencialmente ofensivos, de modo geral.
28/07/1991 <i>Politicamente correto chega ao Brasil</i>	Editora	O PC é apresentado como uma “nova etiqueta” e, em seus exageros no contexto dos EUA, é bastante criticado (valor negativo). Quando fala sobre o Brasil, o texto ressalta a existência de dúvidas entre o que poderia ser considerado correto ou incorreto. A matéria enfatiza a dimensão do consumo do produto em questão e trata o PC como aspecto da conduta individual.	Tendência (+) X Exagero (-)	Verso de música infantil, sobre maus tratos a animais.
28/07/1991 <i>Conceito cria polêmica entre estudante se governo dos EUA</i>	Universidades / Estado	Destaca a concepção corrente do PC como polícia do pensamento, mas destaca que o prejuízo por ele causado é muito menor do que o preconceito vivido pelas minorias nos EUA. Busca defender uma visão positiva, não propriamente sobre o conceito PC – que, assume o autor, se fato reflete um primarismo, mas sobre a causa da qual ele parte.	Mudança social (+) X Conservadorismo (-)	Designações machistas, racistas, homofóbicas.
28/07/1991 <i>Teste se saber e descubra seu perfil político</i>	Não há especificação;	Propõe uma escala de correção política, buscando traduzir os conceitos presentes nos EUA para o contexto brasileiro.	Incorreção/ Felicidade (+) X Correção /Infelicidade (-)	Enunciados potencialmente ofensivos, de modo geral.

		Quando descreve o sujeito politicamente “correto”, aponta-o, de modo caricato, como alguém exagerado, de grande chatice e infeliz. Além disso, sua preocupação recai sobre uma gama variada de assuntos políticos – a questão das minorias sociais é apenas um aspecto dentre vários.		
19/08/1991 <i>Saiba como ser um cara ‘politicamente correto’</i>	Tem como principais adeptos os estudantes / ecologistas / líderes de minorias	PC é apresentado como uma “síndrome”, uma “moda” e uma “praga”, exportada pela esquerda dos EUA. Segundo o texto, afeta apenas a linguagem. Ao expor as contradições e simplificações do PC, atribui-lhe valor negativo. A matéria ainda, nesse momento, apresenta a visão de que não há um consenso sobre o teor preconceituoso ou não de termos como “negão” e “crioulo”.	Luta (+) X Ingenuidade (-)	Enunciados potencialmente ofensivos, de modo geral.
22/12/1991 <i>Guia para presentear as vítimas do estilo</i>	Tem adeptos especialmente nas universidades norteamericanas.	PC é descrito como uma corrente oriunda dos EUA, cujos seguidores defendem questões raciais, culturais e sexuais. Fala de modo satírico e depreciativo, ridicularizando o sujeito PC por sua ingenuidade e exagero. Ênfase no consumo e na dimensão individual de ser PC – não se trata de uma postura política ou de engajamento social, mas sim, de estilo de vida. Neste momento, a forma de crítica do PC raramente partia de valores/conceitos políticos: ela se dava pela constatação do modismo, do ridículo ou do exagero envolvidos no PC.	Modismos (-) X Não modismos (+)	Enunciados potencialmente ofensivos, de modo geral.
24/02/1992 <i>Lobbies do ‘PC’ atacam cinema de</i>	Movimentos sociais	O PC é apresentado como a “palavra de ordem” da indústria do cinema, que,	Liberdade (+) X Vigilância (-)	Representações de diversos grupos sociais.

<i>Hollywood</i>		pela pressão de grupos sociais e seus lobbies, acaba por cercear a produção cultural. Valor negativo.		
15/03/1992 <i>PC ou não PC, eis a questão</i>	Movimentos sociais (atuando, sobretudo, em universidades)	O PC é apresentado como uma praga, que gera um índice de proibições. Dessa aproximação com a censura, decorre o valor negativo atribuído ao PC.	Liberdade (+) X Vigilância (-)	Designações étnicas (afroamericanos -, latinoamericanos, americanos nativos), sexistas, relativas a procedência nacional.
29/03/1992 <i>Aqui não tem PC</i>	Movimentos sociais	O autor destaca a dificuldade de implantação do PC e destaca sua qualidade democrática e a importância do avanço na conquista de direitos por movimentos/ minorias sociais, embora sublinhe também sua ingenuidade e simplismo. Discute o valor positivo e o valor negativo do PC, embora sublinhe o primeiro componente.	Mudança social (+) X Conservadorismo (-)	Designações étnicas, de gênero, sexuais (prescrição das palavras “nigger”, “black”, “colored”; “homossexual”)
01/05/1992 <i>Folha implanta o ‘Novo Manual da Redação’</i>	Empresa de mídia	O texto diz que o novo manual da Folha filia-se ao que a empresa considera “politicamente correto”, ao mesmo tempo em que afirma rejeitar as pressões de grupos sociais em nome do PC. Nessa ambigüidade, fica claro o sentido e o valor negativos automaticamente associados à expressão “politicamente correto”, que remete, no contexto da matéria, a uma ideia de exagero.	Respeito (+) X Exagero (-)	Proscrição de palavras relacionadas a certos grupos sociais: étnicos (negros), palavras relacionadas à pobreza, à velhice, aos nordestinos, às pessoas de baixa estatura, aos menores infratores.
10/05/1992 <i>Direita também exerce seu patrulhamento nos EUA</i>	Movimentos sociais / esquerda	O PC é apresentado de modo vago como em empenho da esquerda nos EUA em obrigar as pessoas a utilizarem seu ideário vocabular. Aponta o PC como risível, enquanto o politicamente errado da direita é perigoso por contar com o apoio dos poderosos.	Tolerância (+) X Intolerância (-)	Designações racistas.

		À expressão “PC”, mesmo p destacando um caráter inofensivo, associa um sentido negativo.		
14/06/1992 <i>Senso comum acha que todo escritor é gay</i>	Movimentos /minorias sociais	O PC é apresentado de modo vago. Por um lado, destaca-se sua importância na conquista de avanços pela minoria no combate à discriminação. Por outro, ressalta seu papel em torno a questão da homossexualidade ainda mais tabu. Em um caso e no outro, porém, a ideia do PC é associada a um exagero.	Arte (+) X Militância (-)	Designações quanto a opção sexual (homossexual, homoerótico ou gay?)
05/07/1992 <i>Norte-americanos conseguem acabar com seu problema de ‘PC’</i>	Universidades / Escritores / Igrejas	O PC é apresentado como uma “baboseira”, um eufemismo que visa a controlar as palavras que as pessoas utilizam.	Liberdade individual (+) X Vigilância (-)	Designações relativas a diversos grupos sociais.
09/11/1993 <i>Empreiteiros também têm ‘Código de Ética’</i>	Empreiteiras	O PC é usado na matéria para designar as indicações do manual quanto a evitar discriminações a diversos grupos (por sexo, religião, opção política, raça, cor, idade, condição social) e quanto ao respeito ao meio ambiente. O uso da categoria PC não está no próprio manual, partindo do autor da matéria. Não se detém no uso da expressão, mas em todo o texto perpassa um sentido de hipocrisia atribuído à ação das empreiteiras, que se manifesta também na menção ao PC.	Ética (+) X Etiqueta (-)	Designações relativas a diversos grupos sociais.
11/11/1993 <i>Stern desafia o politicamente correto</i>	Movimentos / minorias sociais	O PC é apresentado no texto como inimigo do humor, da sátira e da liberdade. O radialista retratado na matéria é apresentado como espécie de “herói”, em sua trajetória de sucesso, por se opor ao PC. Valor negativo atribuído ao PC.	Humor (+) X Vigilância (-)	Designações étnicas, de opção sexual e procedência nacional.

19/11/1993 <i>A filosofia de Caco, o sapo, sai em livro</i>	Não há especificação	O PC é apresentado como uma “mania”. A matéria retrata a visão expressa no livro de Caco, segundo o qual o PC é um problema por seus exageros. Valor negativo.	Liberdade individual (+) X Vigilância (-)	Não especificado.
03/01/1994 <i>É bom tomar cuidado com o que você fala</i>	Minorias sociais	Fala sobre o PC como uma “onda”, que ainda não havia “pegado” no Brasil e restringe as possibilidades de fala e do humor. Valor negativo.	Vigilância (-) X liberdade de fala (+)	Surdo; anão; gordo; negão; sapatão; Deputado; primeira-dama.
16/01/1994 <i>Impoliticamente correto</i>	Não há especificação;	Fala do PC de modo vago, afirmando que se ápice estava nos EUA e o Brasil aguardava sua vez para repetir a moda. Diz que o PC não passa de eufemismo, de mascaramento da realidade. Valor negativo.	Cinismo (-) X decência (+)	Paraplégico; deficiente; Nigger/Black; Gordo; velhinho
27/01/1994 <i>O nome da Rosa</i> <i>*Editorial</i>	Não há especificação;	Diz que o debate sobre o PC começava a surgir no Brasil. Descreve-o de modo vago, associando-o à proscrição de palavras. Apresenta-o como baseado em um raciocínio simplista e enfatiza sua ineficácia. Valor negativo.	Combate ao preconceito (+) X Controle de palavras (-)	Baixo, índio, black
07/10/1994 <i>Agora, mulher com mulher dá “croco”</i>	O termo foi criado pela revista New Yorker e adotado pelo festival Mix Brasil de Manifestações da Sexualidade	Refere-se ao politicamente correto como um movimento que procura resolver conflitos sociais à base de eufemismos “rasteiros”, levado a cabo por uma “gentilha”.	Igualdade (+) X Diferenciação (-)	Sapataria (a ser substituído por “lesbian chic”, termo introduzido para se referir a parcela de lésbicas)
07/11/1994 <i>Negros vão à justiça contra pátria minha</i>	Movimentos negros	Não há muitos detalhes sobre o sentido de PC. Ele aparece como tendo sido citado pelos roteiristas da novela, que teria concebido o diálogo polêmico em nome do politicamente correto. Na defesa dos roteiristas, há, como pressuposto, o sentido de “politicamente correto” como preocupação em dar visibilidade a minorias	Exposição do racismo (+) X Exposição de uma situação ideal	Negro; crioulo

		sociais, mesmo que, para isso, sejam empregados termos capazes de chocar. Percebe-se uma tentativa de manipulação do valor do politicamente correto.		
08/11/1994 <i>Racismo na TV</i>	Movimentos negros	Apresenta o PC como um cerceamento à liberdade de criação e de pensamento. Valor negativo.	Controle sobre o discurso (-) X liberdade de criação (+)	Expressões racistas
29/05/1995 <i>Linguagem desbanca 'Gaiola'</i>	Produtoras cinematográficas;	Sem muitos detalhes, a ideia do PC aparece como objeto de críticas correntes, embora o autor defenda, não exatamente a nomenclatura PC, mas o tipo de preocupação à qual se refere. Valor positivo.	Permanência (-) X transformação (+)	Representações da homossexualidade
23/06/1995 <i>Contos de fadas satirizam correção política</i>	Movimentos sociais;	O PC é definido como uma militância, muito mais forte nos EUA, que recai em vigilância e censura. Valor negativo.	Multiculturalismo (-) X universalismo (+)	Geral
17/09/1995 <i>Twain sem censura</i>	Escolas;	O PC é apresentado como uma forma de pensamento que busca instaurar eufemismos e recai em censura. Valor negativo.	Censura (-) X liberdade de expressão (+)	Nigger (crioulo)
15/10/1995 <i>A Bíblia politicamente correta</i>	Editoras; Teólogos;	O PC é apresentado como uma retórica e um movimento, com uma credibilidade pública bastante desgastada. Destaca-se o efeito social próximo do nulo da publicação em foco e seu caráter ingênuo e ridículo, além de prejudicar a qualidade literária. Valor negativo.	Linguagem artificial (-) X linguagem corrente (+)	Gênero; etnia (negros e judeus); sistemas políticos (reino); deficiências (cego, manco)
29/10/1995 <i>Aparecida é preta, não negra</i>	Movimento negro; Igreja católica; Legislativo/Judiciário;	O politicamente correto é apresentado como uma forma de interferência sobre as palavras, sendo descrito de modo muito vago. O texto destaca suas contradições e o fato de	Valorização identitária (-) X dados históricos (+)	Preto

		contradizer verdades históricas. Valor negativo.		
26/12/1995 <i>Regular ou educar?</i>	Fabricantes de brinquedos; Estado;	O PC é descrito como uma nova moralidade e um caldo de cultura, uma “espécie de reedição bem-intencionada do espírito macartista nas relações sociais”. Apesar de seus exageros e de tornar-se objeto de “zombarias”, o texto enfatiza que há fatores positivos no PC. Porém, ao final do texto, em um posicionamento notadamente liberal, sublinha que é preciso educar em lugar de regular – opondo-se, assim, ao modo de operar do politicamente correto. Toma o valor negativo normalmente associado ao PC, inicialmente problematizando-o, mas, ao final, termina por endossá-lo.	Regulação (-) X educação (+)	Vocabulário racista, de modo geral.
22/09/1996 <i>Politicamente correto atinge até as bíblias</i>	Mercado editorial	O PC é apresentado como elemento característico de uma “era”, em que dados do senso comum passam a tornar-se ofensivos. Pelo título, vê-se o pressuposto do texto: nada escapa à tesoura do politicamente correto. Note-se que a expressão “politicamente correto” é atribuída pela autora da matéria, não pelos editores da bíblia em foco. Valor negativo.	Atualização (-) X tradição (+)	Representações da mulher; referência a canhotos (retirar a “mão direita de Deus”);
02/01/1996 <i>Politicamente correto já toma conta da NBA</i>	Times esportivos; Movimentos ligados à defesa dos direitos indígenas	Apresenta o PC como um movimento sócio-cultural. Cita o posicionamento de fontes, ligadas a clubes de basquete, que enfatizam a importância de adotar novos nomes. A atribuição da categoria “PC”, porém, se dá pelo autor do texto, não pelas fontes. No geral do texto, procura atribuir um valor neutro à	Excesso (-) X Espontaneidade (+)	Bullets (referência à violência); redskins (referência aos indígenas norte-americanos)

		expressão PC.		
07/01/1996 <i>A inquisitorial demência do politicamente correto</i>	Não há especificação	Fala sobre o PC como uma “praga”, uma mentalidade eufemística puritana, que incorre em falsidades, destacando seus perigos. Ressalta o prejuízo causado pelo PC em função da modificação de obras literárias. Associa ao PC o sentido de arrogar-se o direito de juiz, em uma referência (“inquisitorial”) que também remete à censura. Valor negativo.	Manipulação (-) X Literalidade (+)	Escuridão; Pai (em referência à nomeação de Deus na Bíblia); Escravos; cegos; paralíticos; velhos; gordos
15/04/1996 <i>Wideman ataca racismo dos críticos</i>	Movimentos sociais	A expressão “PC” parece ter sido adotada na edição do texto para organizar alguns assuntos da entrevista. Logo, não parece ter sido empregada pelo entrevistado, mas sim, pelo próprio jornal. Apesar disso, o entrevistado refuta o controle sobre as palavras que se identifica pelo rótulo “PC”.	Enquadramento por determinação biológica (-) X Enquadramento pela cultura (+)	Negros
07/08/1996 <i>Só falta agora censurar os bichos da Parmalat</i>	Judiciário	O “PC” é apresentado como uma forma se suscetibilidade exagerada, uma ofensa sem fundamentos. Além disso, é associado à ideia de censura. Valor negativo.	Brincadeiras inofensiva (+) X “Melindre” (-)	Referências a etnia e gênero (“negra fede” / “lôraburra” / “macaquito”)
09/08/1996 <i>Caso provoca polêmica entre juristas</i>	Judiciário	O texto confere mais espaço e ênfase a declarações de fontes críticas ao PC. PC é associado a uma forma de censura. Valor negativo.	Liberdade de Expressão (+) X Censura (-)	Referência a etnia (quanto aos negros)
24/01/1997 <i>O politicamente incorreto terno (sic) Assassin</i>	Não há especificação	Fala-se em tempos do “politicamente correto”, sem maiores especificações. Valor neutro.	Uso de palavra portadora de preconceito (-) X Uso de palavra relativamente mais neutra (+)	Assassino
29/03/1997	NBA (liga de	O texto fala sobre o	Combate ao	Frase racista sobre

<i>O politicamente correto chega aos esportes</i>	basquete)	politicamente correto atrelando-o aos seus excessos. Mesmo quando defende o combate ao racismo no esporte, o autor do texto invoca o PC imediatamente associando-o à ideia de “excesso”. Valor negativo.	racismo (+) X Ameaça à liberdade de expressão (-)	jogador negro (não há uma palavra em particular, mas o sentido da frase, colocando o negro em uma posição de inferioridade)
18/05/1997 <i>Politicamente correto muda equipe nos Estados Unidos</i>	Times esportivos;	Categoria atribuída pelo autor do texto para se referir à mudança do nome de um time de basquete.	Paz X Violência	Bullets (referência à violência);
08/01/1998 <i>Muito riso e pouco siso em 1998</i>	Judiciário (o texto aponta os “advogados” como responsáveis pela onda do PC)	O PC é apresentado como uma forma de controle da língua – ou, ainda, das “línguas”, em referência à fala individual. Aparece atado à ação de advogados. Valor negativo.	Humor (+) X Controle (-)	Piadas depreciativas, de modo geral, sobre nacionalidades diferentes (portugueses, irlandeses) ou sobre portadores de algum tipo de deficiência (vesgos)
08/05/1998 <i>Big brother invade caixa postal de colunista</i>	Não há especificação (o PC é associado a uma reação genérica do público à colocação da colunista)	Refere-se ao PC como um movimento, classificando-o como “demência americana”. Valor negativo.	Liberdade de fala (+) X Vigilância (-)	Veado
13/10/1998 <i>Entidades pedem o fim de sitcom polêmica</i>	Movimentos negros; Estado (Câmara Municipal de Los Angeles)	O texto se refere ao PC como uma ditadura. Valor negativo.	Liberdade de humor (+) X controle (-)	Referências racistas contra negros
13/12/1998 <i>Cegueira brasileira</i>	Movimentos sociais	Crítica o discurso disseminado no Brasil, especialmente no jornalismo, que vê o PC como um movimento que domina e submete a liberdade de expressão nos EUA. Embora parta da pressuposição de que o termo “PC” possui valor negativo, haja vista a ideia disseminada no Brasil, a autora defende o	Excessos do politicamente correto (-) X Luta por direitos civis (+)	Geral (fala, de modo genérico, sobre a interferência do politicamente correto sobre o vocabulário).

		combate aos preconceitos, ao racismo, e questiona a reivindicação da liberdade para piadas racistas. Não chega a buscar ressignificar a expressão “PC”, mas apresenta valor positivo às iniciativas comumente por ela descritas.		
17/10/1998 <i>Politicamente correto?</i>	Não há especificação.	Invoca o PC como rejeição ao uso de palavras e discursos discriminatórios. Questiona o fato de que algumas classes profissionais sejam ainda tratadas de modo politicamente incorreto. Valor positivo.	Preconceito (-) X Valorização de categorias profissionais (+)	Coberturas da imprensa que estigmatizam certas categorias profissionais, especialmente, a dos funcionários público e a dos juízes.
22/01/1999 <i>“Cinderella”, o filme, corrige conto de fadas</i>	Produtora cinematográfica	O PC aparece como um empenho de correção artificial, que elimina os traços humanos de produtos culturais, em nome de “nobres” (note-se a ironia) valores de justiça social. Afirma que tudo o que é fruto do PC aproxima-se do ridículo. Valor negativo.	Tradição (+) X Revisionismo (-)	Representações da mulher
01/03/1999 <i>Escritor teme revisionismo</i>	Escolas	Incorpora a opinião de uma fonte que fala sobre o PC como um ranço. Não ouve fontes com opiniões diferentes. A expressão “PC” é empregada pelo entrevistado com sentido pejorativo, como modo de legitimar a crítica que propõe. Valor negativo.	Tradição (+) X Revisionismo (-)	Troca da palavra “descobrimento” por “invasão” ou “posse” em narrativas sobre a chegada dos portugueses ao Brasil.
30/05/1999 <i>O mundo dos branquinhos</i>	Não há especificação	O texto invoca o “criticado” politicamente correto. A expressão é apresentada pelo autor do texto, embora ele cite entrevistados que defendem o papel das palavras da perpetuação dos preconceitos. Os entrevistados não buscam ressignificar/ revalorar o	Respeito às diferenças (+) X linguagem preconceituosa (-)	“A coisa está preta”, “fulano mijou para trás”, “judiar”, “dar mancada” – Negros, mulheres, judeus e deficientes físicos.

		termo (não fica claro se eles utilizam ou não a expressão “PC”), mas fica evidente o empenho deles em denunciar o preconceito velado. Valor positivo.		
06/06/1999 <i>O Brasil da geração afirmativa</i>	Academia	O texto registra, pelo depoimento de fontes, que o PC assumiu um sentido pejorativo. Segundo o entrevistado, a expressão, nos EUA, tornou-se uma forma de criticar minorias sociais. O entrevistado busca reverter essa crítica, embora se registre o sentido/valor negativo da expressão. Valor positivo.	Visibilidade (+) X Invisibilidade (-)	Representações de grupos marginalizados
09/02/2000 <i>Discurso politicamente correto sufoca humor de “Mary & Rhoda”</i>	Emissora de TV	O PC é apresentado como um discurso que sufoca o humor. Valor negativo. A matéria fala sobre o politicamente correto de maneira vaga, sem vinculá-lo a demandas específicas/grupos específicos. O entendimento de politicamente correto, aqui, é meramente enquanto forma de engajamento/comprometimento político e social, e como forma de representar as mulheres de modo mais independente.	Humor (+) X correção (-)	Representações da mulher e do engajamento político
21/05/2000 <i>O alter cérebro</i>	Não há especificação	O texto se refere ao PC como uma obsessão que assolara os EUA – note-se a associação do PC à ideia de um grande “mal”. Valor negativo.	Liberdade (+) X controle (-)	Manifestações misóginas e racistas
15/06/2000 <i>Jim Carrey – filme do ator escandaliza ao fazer piada com esquizofrenia</i>	Aliança Nacional para Defesa dos Doentes Mentais (ONG)	O PC é apresentado como algo que vitimiza obras culturais, em especial, o humor. A ideia de politicamente incorreto, por outro lado, é apresentada como valor positivo de uma obra.	Humor (+) X Controle (-)	Expressões que depreciam doentes mentais (por exemplo, “retardado”)

		A expressão “PC” é apresentada pelos produtos do filme como algo que se busca refutar. Valor negativo.		
09/09/2000 <i>Propagandas são alvo das mais inusitadas reclamações</i>	Conar	O PC é apresentado de modo vago. Ele aparece como contraposto à liberdade de expressão, como sinônimo de exagero e com um sentido automaticamente pejorativo. Valor negativo.	Controle (-) X Liberdade de expressão (+)	Representações de diversos grupos: categorias profissionais, pessoas acima do peso etc.
11/09/2000 <i>Gays e negões</i>	Estado; candidatos políticos	O PC é apresentado como uma medida que, apesar de alguns ganhos, tem um caráter superficial. Valor negativo.	Civilização (+) X barbárie (-)	Expressões racistas
01/10/2000 <i>Peça desmistifica racismo nos EUA de hoje</i>	Não há especificação	O PC aparece como um código de conduta rígido e como sinônimo de bobagem. Ele é citado, mais uma vez, como um entrave – no caso, ao correto andamento das atividades acadêmicas em uma universidade. Valor negativo.	Simplificação (-) X Complexificação (+)	Expressão racistas
27/07/2001 <i>Nova versão é racista e inferior ao original</i>	O próprio crítico do jornal atribui a noção de PC ao filme avaliado	O autor admite que pode estar sendo politicamente correto: nesse caso, vê-se o PC sendo usado como sinônimo de exagero e com valor negativo. Logo, mesmo que faça uma crítica a uma manifestação preconceituosa, a expressão PC continua aparecendo com valor negativo.	Racismo (-) X Humanismo (+)	Representações racistas, de modo amplo. Em particular, cita o caso da palavra “nigger”
26/08/2001 <i>Sexo e razão</i>	Não há especificação.	O PC aparece como um gesto político contra a discriminação de minorias. O autor refere-se a ele como uma “discurseira” e afirma que, embora seja fundamental a luta pelos direitos das minorias, seu efeito em alterar a percepção das pessoas é questionável.	Preconceito (-) X Emancipação (+)	Representações da homossexualidade (fresco, veado, bicha, boiola, marica, maricon, qualira, efeminado, ventilado, pederasta, tobeiro, invertido, bicha-louca, bichona, uranista, pirobo, bandeja, fanchono,

		Embora parta de um sentido negativo atado ao PC, o autor busca atribuir um valor positivo ao empenho de se produzir programas televisivos libertadores.		frango, gorgota, fruta, engole-espada, oré, suné, pintosa, puto, sodomita, tia, sacana, xibungo, paca, arejado, vinte-e-quatro)
05/09/2001 <i>Politicamente correto desvirtua fatos, diz professora</i>	Editoras de livros didáticos	Incorpora a opinião de fontes críticas ao PC. Baseando-se nessas fontes, define o PC como uma praga, que prejudica o rigor histórico. Valor negativo.	Fatos (+) X ideologia (-)	Geral (visões marxismo sobre fatos históricos, por exemplo, mulheres feministas na Idade Média, visões da guerra do Paraguai em que o presidente paraguaio é apresentado de maneira progressista)
24/09/2001 <i>As loiras reivindicam: queremos desconto na água oxigenada!</i>	Não há especificação.	O PC é apresentado como uma histeria, uma reivindicação excessiva e indiscriminada por parte de grupos sociais. Despolitiza o conceito. Valor negativo.	Setorização (-) X Universalismo (+)	Referências/piadas com mulheres loiras
06/12/2001 <i>Excesso de zelo</i>	Não há especificação. Aqui, a atitude PC foi empreendida por um redator anônimo de um cartaz exposto em vias públicas.	O PC é associado ao sentido de excesso, que provoca estragos no uso da língua. Valor negativo.	Excesso/desvio (-) X Regra/correção (+)	Preocupação com questão de gênero: Predominância do masculino na língua (“Cidadãos e (ãs)”).
21/05/2002 <i>A santíssima trindade do novo cartunismo</i>	Não há especificação. As ameaças que os cartunistas recebem vêm por e-mail, de fontes diversas.	Como forma de atribuir valor positivo aos cartunistas citados, o jornalista aponta que eles se opõem ao PC, definido como uma “onda”. Dessa recusa em submeter-se à patrulha, resulta que os cartunistas são constantemente ameaçados. Valor negativo.	Liberdade criativa (+) X Censura (-)	Alusões ao 11 de setembro, ao terrorismo, a figuras políticas norte-americanas.
12/07/2002 <i>Garotas ganham heroínas nas telonas</i>	Não há especificação.	Aqui, o politicamente correto, em si, é associado a um valor negativo (o que aparece como pressuposto no texto),	Diversidade (+) X homogeneidade (-)	Representações da mulher (sobretudo, a mulher como passiva)

		mas o caso particular de que fala a matéria é apresentado como positivo, configurando uma exceção em um cenário chato. É quase como se a autora precisasse pedir licença para elogiar algo que aparenta ser produto do mesmo cenário cultural que gerou o PC.		
13/01/2003 <i>Uma bobagem histórica</i>	Estado (por meio do sistema de ensino) – lei que obriga as escolas a terem aulas de cultura afro-brasileira	Valor negativo; PC como uma normatização artificial na educação.	História (+) X Ideologia (-)	Tornado obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras
15/02/2003 <i>Obra revigora código masculino</i>	Não há especificação.	Valor negativo; É apontado pelo autor como um movimento que gera repressão e apagamento de tabus – no caso, especificamente em relação a assuntos da sexualidade e de gênero – como as piadas que os homens fazem sobre as relações. Fica implícito o apelo à liberdade de expressão.	Liberdade criativa (+) X Repressão (-)	Representações que os homens fazem sobre as mulheres (“códigos masculinos”)
16/03/2003 <i>Ilegal, imigrante latino-americano vira sem-saúde</i>	Instituições de saúde e da igreja	O termo aparece de modo vago e pontual.		Instituição do termo “indocumentado” em lugar de “clandestino” (para os imigrantes latinos ilegais no Brasil)
14/03/2003 <i>Palavras, palavras</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Valor negativo; Apresentado pelo autor como uma doutrina associada a um automatismo, que acaba por escancarar e até criar reforçar preconceitos – por tentar reprimi-los na mente, onde são inapagáveis, o PC os torna mais sedutores, porque proibidos. O PC é apontado como “polícia do pensamento”, quando radicalizado.	Liberdade (+) X Repressão (-)	Representações ligadas a gênero e sexualidade.

16/08/2003 <i>'A casa caiu' tem o mérito de escancarar preconceitos</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Valor negativo; PC apresentado, de modo vago, como algo que forja uma convivência racial pacífica.	Exposição (+) X ocultação (-)	Representações ligadas a etnia.
26/01/2004 <i>Patrulha de carnaval</i>	Politicamente correto operando por meio de processos judiciais, movidos por políticos ou pela Igreja.	Valor negativo; PC apresentado, de modo vago, como uma patrulha, que censura diferentes possibilidades de expressão. Associa-se a uma ideia de um “moralismo” disseminado. Não diz respeito, nesse caso, aos direitos de minorias, mas sim, a tentativas de conter formas diversas de ofensa.	Liberdade criativa (+) X Vigilância/repressão (-)	Representações da imagem do Brasil e de políticos; Representações ligadas à sexualidade.
14/03/2004 <i>A novela das sete e o incômodo racial</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado de modo genérico, associado às ideias de conferir visibilidade a grupos historicamente marginalizados. Além disso, aparece o pressuposto de que o PC estaria associado a uma contenção de polêmicas. Não fica claro, no entanto, se o sentido a ele atribuído é positivo ou negativo. Ele aparece como algo positivo, na medida em que busca conter injustiças sociais, mas parece ser também algo negativo, quando, extremado, parece levar a uma tentativa de esconder os preconceitos.	Naturalismo (+) X naturalização (-)	Representações ligadas a etnia (uso de palavras como “neguinha”, na novela) – especialmente, no caso, em relação aos negros.
27/06/2004 <i>Mestiçagem fora de lugar</i>	EUA – universidade de movimentos sociais. Disseminação da expressão pela mídia.	Politicamente correto é apresentado pelo autor como uma experiência antropológica, inovadora e relevante, com sentido positivado, quanto a esse aspecto. Mas ele também relata que, quando chega ao Brasil, o PC é tratado de modo geral, no debate público, em tom de piada e de modo negativado – o que ele critica. Apesar disso, o autor critica o PC na medida em que busca apagar o olhar do diferente sobre o	Valorização da mestiçagem (+) X Apagamento da mestiçagem (-)	Representações ligadas a etnia – especialmente, no caso, em relação aos negros.

		diferente.		
18/07/2004 <i>Humor na contramão da propaganda</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Politicamente correto é apresentado de modo vago, como uma tendência em voga nos EUA. Mas, ao contrapor a ele a ideia de um humor crítico, que faz da explicitação de preconceitos uma arma, a autora deixa transparecer o pressuposto de que o PC busca apenas ocultar os preconceitos e reduz a força crítica de experiências/produtos culturais, ligando-o a uma ideia de simplificação e atribuindo-lhe um valor negativo.	Crítica/explicitação (+) Simplificação/apagamento (-)	Representações ligadas a etnias, gêneros ou deficiências físicas.
03/09/2004 <i>Mendigo, morador de rua ou pessoa em abandono?</i>	Indicação feita por um indivíduo notório – ele considera que o uso de certas palavras “mascara” a realidade.	Não se discute a fundo a ideia do PC no texto. A autora diz estar “encafitada” diante da indicação de se evitar certas palavras, o que evidencia o sentido negativo que ela atribui ao PC. O PC é apresentado especificamente como tentativa de restrição sobre certas palavras.	Controle palavras (-) X Ausência de controle sobre palavras	Pessoas em situação de risco social – trocar as palavras “mendigo” e “morador de rua” por “pessoa em abandono”
23/01/2005 <i>Escolas afastam samba da malandragem</i>	Escolas de samba (fica evidente, nesse caso, a incorporação do que se refere na matéria como “politicamente correto” de modo espontâneo e por interesses mercadológicos. O patrocínio vem do governo, empresas ou consulado.	Politicamente correto apresentado como uma tendência ao didatismo, adotada como forma de ampliar aceitação. A atribuição da expressão “politicamente correto” é feita pelo autor da matéria, e não pelas fontes ouvidas. Nesse sentido, fica implícito o apelo à liberdade de expressão.	Espontaneidade (+) X Mercantilização (-)	Adoção de temas didáticos, voltados a campanhas sociais (doação de órgãos, paz no trânsito, HIV etc.)
04/03/2005 <i>O racismo negro</i>	Movimentos sociais	Ele aponta que o politicamente correto, e sua manifestação em políticas afirmativas, pode levar a uma intolerância racial, por grupos negros politizados, contra setores brancos e pardos mais pobres. Valor negativo.	Solidariedade (+) X artificialidade (-)	Designações étnicas/raciais (em especial, as relativas a negritude).

<i>O choque entre ética e realismo</i> 03/04/2005	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Discute a versão satírica da bíblia, que busca evidenciar os extremos do politicamente correto, para debater uma crise de valores da contemporaneidade. Tomando a expressão “politicamente correto” do título do livro que comenta, toma-a como uma tendência generalizada à permissividade e perda da ética em função de um discurso liberal (valor negativo).	Ética (+) X Farsa (-)	Reelaboração de imperativos morais.
16/04/2005 <i>“Politicamente correto” irrita vizinhos</i>	Estado	O PC é apresentado, pelas fontes ouvidas, como uma mania exagerada que se dá importância excessiva a coisas que importam menos (segundo as fontes argentinas ouvidas). Valor negativo. Fica implícito o apelo à liberdade de expressão.	Exagero (-) X Efetividade (+)	Afirmações racistas.
16/04/2005 <i>As palavras e as coisas</i>	Estado	Questiona o sentido pejorativo da expressão “politicamente correto”, dizendo que seu uso busca tornar menos graves manifestações de ofensa étnica/racial. Por outro lado, reconhece que o PC, ao prescrever o uso de certos termos, torna-se exagerado. O sinal do valor do PC depende, portanto, do seu teor de exagero.		Afirmações racistas.
28/04/2005 <i>Censura é uma lata na boca</i>	Marketing/anúnciantes	O PC é apresentado de modo genérico. Seu pressuposto é o de que ele impede a veiculação de toda forma/conteúdo capaz de causar polêmica, ofender ou que leve a um “mau exemplo”. Ele é apontado como uma forma de censura (valor negativo).	Massificação (-) X Liberdade de criação (+)	
01/05/2005 <i>Governo lança</i>	Estado	Como pressuposto, há a ideia de que o PC	Espontaneidade (+) X Excesso (-)	Palavras pejorativas a

<i>manual 'Politicamente correto'</i>		corresponde a um exagero – sendo, portanto, apresentada de modo negativo. Fica implícito o apelo à liberdade de expressão.		diversos grupos sociais.
03/05/2005 <i>Besteira tem hora</i>	Estados / empresas de mídia	De modo genérico, PC é apresentado como uma bobagem e um exagero, que causa entraves ao falar cotidiano. Diz-se que ele parte de uma iniciativa oficial, do governo, e acabará influenciando setores midiáticos a incorporarem seus ditames. Fica implícito o apelo à liberdade de expressão.	Espontaneidade (+) X Excesso (-)	Palavras pejorativas a diversos grupos sociais.
06/05/2005 <i>Lula usa em seus discursos termos vetados por cartilha</i>	Estado	O PC é apresentado como um imperativo para que se evitem usar estereótipos para designar grupos sociais. No entanto, ao apontar as incoerências do presidente, desautoriza a iniciativa, mostrando suas contradições. Valor negativo.	Espontaneidade (+) X Excesso (-)	Palavras pejorativas a diversos grupos sociais.
15/05/2005 <i>A coisa está branca</i>	Estado Risco de se espalhar para as mídias, artistas, professores etc.	O PC é apresentado como uma “mania” que quer censurar o falar popular. Valor negativo. O autor critica o PC desconstruindo as hipóteses do preconceito associado à etimologia dos termos (por ex., judiar ou “a coisa ficou preta”). Apresenta o PC como tendência perigosa, que pende à censura ou à burrice, que engessa o humor e a língua, embora afirme que o uso de apelidos ofensivos não é desejável.	Liberdade de expressão (+) X Censura (-)	Palavras pejorativas a diversos grupos sociais.
15/05/2005 <i>Alvo de críticas e de polêmica, entrega de cartilha foi cancelada</i>	Estado	A matéria, embora não se debruce sobre o sentido de “politicamente correto”, tem, como pressuposto, no uso da expressão, o sentido de que se trata de um	Inconsistência (-) X X Coerência (+)	Palavras pejorativas a diversos grupos sociais.

		empenho em evitar o uso de expressões pejorativas a grupos sociais. No entanto, ao enfatizar as críticas e polêmicas envolvendo a cartilha, a matéria sublinha seu teor controverso e questionável. Valor neutro/negativo.		
30/06/2005 <i>O que é politicamente correto?</i>	Tendência genérica / iniciativas governamentais.	Toma “politicamente correto” no sentido de restrições sobre o uso das palavras. A expressão, em si, é tomada com sentido/valor negativo, embora se debruce com cuidado sobre as iniciativas às quais costuma se referir. Afirma ser contra a polícia da linguagem, embora diga que nem tudo pode ser dito. Nesse sentido, enfatiza a importância do contexto e diz que “politicamente incorreto” não é cometer um ato de zombaria individual, mas submeter a ele grande parcela de pessoas sem condição igual de resposta. O politicamente correto ou incorreto, nesse caso, dependeria da simetria/assimetria de poder envolvida na situação de comunicação em questão.	Abusos de políticos (-) X liberdade de fala (+)	Palavras pejorativas a diversos grupos sociais.
21/02/2006 <i>Bono personifica a chatice da correção política</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Tendência genérica a estar do lado dos “mais fracos”, que reúne uma legião de fãs. Nesse sentido, retoma a ideia do PC como uma moda, um estilo, com padrões de consumo específicos. É apresentado como uma chatice. Valor negativo. Diz que Bono olha para o Terceiro Mundo com olhos benevolentes, esquecendo-se das mazelas do governo brasileiro.	Hipocrisia (-) X Realismo (+)	Palavras pejorativas a diversos grupos sociais marginalizados (negros, homossexuais)
27/03/2006 <i>Para feminista,</i>	Universidades / Sistema de ensino.	O PC é adotado, na edição, como eixo central	Liberdade (+) X Vigilância (-)	Designações de etnia e gênero.

<i>esquerdismo acadêmico bloqueia debate</i>		da entrevista. A expressão é usada pela própria entrevistada, apresentando-o como uma vigilância sobre o discurso e a incorporação da preocupação com grupos marginalizados em políticas públicas afirmativas. Ele é descrito como um “estalinismo”, que contaminou os campi e o feminismo, evidenciando seu teor autoritário.		
29/05/2006 <i>O dicionário sai do armário</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado. A incorporação de seu oposto se dá por uma editora.	O rótulo de PC é rejeitado, e o dicionário busca rotular-se como “politicamente incorreto”. O PC é apresentado como uma chatice. O PC é adotado pelo autor do texto como eixo para a leitura e análise da obra.	Humor (+) X Vigilância (-)	Designações de opção sexual.
29/05/2006 <i>“Aurélia” cumpre o que promete, mas esquece “espada” e opta pelo feminino.</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O autor questiona a opção do dicionário pelo gênero feminino. Logo no início, o texto frisa a recusa ao rótulo “politicamente correto” pelo dicionário, ressaltando seu caráter polêmico e controverso. Como pressuposto, há a ideia de que o PC desconsidera e restringe o caráter vivo da língua. Valor negativo.	Espontaneidade da língua (+) X Vigilância (-)	Designações de opção sexual.
12/06/2006 <i>Pinga e chuchu</i>	Judiciário (Lei eleitoral) / Grupos de mídia	PC é usado de forma vaga, como um exagero, uma preocupação excessiva em não se comprometer.	Liberdade autoral (+) X exagero (-)	Manifestações político-partidárias.
31/07/2006 <i>Revista questiona “correção política”</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	A autora endossa o ponto de vista da fonte de que a correção política é uma “imbecilidade”. Como pressuposto, a ideia de que o PC corresponde a uma atitude de subserviência ideológica, oposta ao tom satírico e provocador da revista. O PC aparece, assim, como um entrave à liberdade de	Autonomia (+) X submissão (-)	Falar sobre assuntos polêmicos/sensíveis, políticos e religiosos

		crítica – com valor negativo, portanto.		
07/02/2007 <i>Cor não pega. E racismo?</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apontado como uma “maldição” capaz de restringir a alegria do falar natural. A ele, atribui-se um valor negativo. Não obstante, na mesma medida em que não fica claro com qual sentido se toma a expressão “politicamente correto”, o autor do texto critica a naturalização do preconceito e do racismo. Ou seja, mesmo quando a bandeira do combate à naturalização do racismo pelo uso de certas palavras é levantada, a filiação à categoria “PC” é refutada. “politicamente correto” diz respeito sempre a um outro, e um outro tido como mais radical do que o “eu” do discurso.	Desconstrução do preconceito (+) X Naturalização do preconceito (-)	Expressões racistas (em marchinhas de carnaval).
24/04/2007 <i>Proibir ou compreender</i>	É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado como nova ética das sociedades democráticas (uma “ética” hipócrita) Valor negativo.	Liberdade individual (+) X Repressão (-) Concreto (+) X Abstrato (-)	Representações do “outro”, de modo geral.
30/05/2007 <i>Correção política em dia de churrasco</i>	Artistas / Músicos	O PC é apresentado de modo vago, como uma tendência genérica, porém que se alastra de modo indesejável “poucas eram as músicas que não queria transmitir uma mensagem politicamente correta”. Esse valor negativo vem associação à atribuição, ao PC, de um sentido de “pedagogia” e “esforço civilizatório”. Essa politização do universo infantil é apresentada como uma perda do prazer associado à espontaneidade e aos espaços de descomprometimento – a exemplo do sentido expresso no título do texto.	Espontaneidade (+) X Normatização (-)	Temáticas gerais do universo infantil, como referências ao trabalho infantil, crítica ao excesso de compromissos das crianças etc.
26/06/2008 <i>Autor zulu</i>	Não há especificação.	Embora o entrevistado também se refira ao PC, é	Autonomia (+) X Submissão (-)	Discursos racistas e sexistas.

<i>desnuda sociedade com humor</i>	É apresentado como um pensamento generalizado.	a condução da entrevista e a edição do texto que o colocam como assunto central. O PC é apresentado como uma “onda”. Como pressuposto, está a ideia de que o PC restringe a liberdade de crítica e sátira – valor negativo. O entrevistado diz que o verdadeiro motor do PC é o “medo” de expor opiniões com honestidade.		
23/11/2008 <i>Diminuem as manifestações de preconceito</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC, referido como um discurso que se popularizou nos últimos anos no Brasil, é apresentado, no discurso das fontes, como uma “vacina”/“praga” que aumenta a consciência em relação a frases discriminatórias, embora mantenha a ambivalência em relação ao racismo. Valor negativo. É interessante notar que, mesmo em um texto que indica um dado positivo (redução do racismo), há um empenho em trazer o PC à baila para criticá-lo.	Consciência (+) X Etiqueta (-)	Designações racistas.
24/11/2008 <i>O racismo mais cordial</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado como algo que “inundou” o país – como uma onda. Ele é apresentado como uma etiqueta. Fica implícita a noção de que ele não contribui de fato para o combate do racismo, mas apenas para mascará-lo. Valor negativo.	Consciência (+) X Etiqueta (-)	Designações racistas.
14/05/2009 <i>Para ator, ser correto demais atrapalha humor</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	PC é apresentado como uma tendência genérica que torna o humor “chato”. Há uma diferenciação entre “ser respeitoso” e ser PC. Valor negativo. O PC é adotado como eixo organizador da edição da entrevista.	Humor (+) X esterilidade (-)	Designações racistas, machistas, homofóbicas.

31/07/2009 <i>Humor que não ousa não presta</i>	Estado (Ministério Público)	O PC é apresentado como uma onda, uma militância, um excesso, que restringe a atividade de humoristas. Há um aproximação entre a ação do Ministério Público e a polícia secreta de Stalin – referência à censura. Valor negativo	Liberdade de expressão (+) X Censura (-)	Manifestação racista (frase de Danilo Gentili sobre King Kong)
07/08/2009 <i>“Filme de mulher” desliza no politicamente correto</i>	Incorporação por uma produtora cinematográfica.	PC como busca de visibilidade e representações que dêem destaque a grupos marginalizados – estar do lado dos “mais fracos”. Ele é apresentado como sinônimo de “erro”: cair no PC é deslizar, cometer um equívoco. Valor negativo. O PC é a lente adotada para a análise do filme, aparece pouco explicitamente no texto, mas está no título.	Sutileza (+) X Excesso (-)	
11/10/2009 <i>Chacrinha ainda buzinará a moça e comandaria a massa?</i>	Pensamento interiorizado pelas empresas de comunicação.	PC é apresentado como comportamento “doentio” que apela para a construção de representações mais “civilizadas” e sem “deboche”, que comprometem o humor. Valor negativo.	Humor (+) X civilização (-)	Formas de “deboche e esculhambação”
23/11/2009 <i>2012 retardados</i>	Incorporação por uma produtora cinematográfica.	O PC é apresentado como um comportamento estúpido caracterizado pela preocupação infantil com os mais fracos, que tem sua maior fraqueza justamente na simplificação de questões humanas e sociais complexas. É apresentado como uma ideologia que toma todos os âmbitos da produção cultural. Valor negativo.	Complexidade (+) X Simplificação (-)	
28/02/2010 <i>Nova onda do politicamente correto invade mundo gay</i>	Associação de direitos homossexuais (ONG/Estado)	O texto cita fontes que são críticas ao PC. A ele atribui-se um valor negativo decorrente de sua ineficiência na tentativa de regular a linguagem e, também, de sua ineficácia para	Espontaneidade (+) X Etiqueta (-)	Designações relativas à homossexualidade

		combater os preconceitos. Ele é descrito de modo genérico como um pensamento, uma tendência. O manual é descrito como um manual de “boas maneiras”.		
07/03/2010 <i>A devassa da devassa</i>	CONAR	Apresenta uma definição de PC, dizendo que se trata de termo pejorativo. Ressalta a importância do PC no combate a alguns preconceitos que, de tão naturalizados, passam despercebidos. Pondera sobre o valor positivo e sobre o valor negativo do PC, embora reconheça seu uso padrão implique em um valor negativo.	Justiça (+) X Excesso (-)	Representações machistas.
16/03/2010 <i>Linguagem politicamente correta</i>	Movimentos sociais.	O PC é apresentado como uma linguagem de protesto. A ele, atribui-se valor positivo, em uma tentativa de revalorizar o termo. Mesmo assim, o autor critica os excessos do PC.	Consciência (+) X Excesso (-)	Designações relativas a grupos sociais marginalizados
24/04/2010 <i>Dilma copia ex-presidente chilena e quer se lançar candidata a “presidenta”</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	A expressão PC é invocada por uma fonte e se refere a uma iniciativa exagerada de assegurar a igualdade (de gênero, no caso) na linguagem. Nesse momento, ao PC atribui-se um valor negativo. É interessante citar que as outras fontes, que consideram positiva a discussão sobre o machismo na linguagem, não utilizam a expressão PC para se referir a essa discussão.	Consciência (+) X Excesso (-)	Designação de gênero (“presidenta”)
29/10/2010 <i>Não fariam isso se fosse Shakespeare, diz professora</i>	Estado (CNE) / movimento negro	O PC é descrito, pela entrevistada, como uma forma de linguajar que se tornou modelo e que contribui para condenar muitas formas de expressão (por esse caráter restritivo, podemos verificar a atribuição de um valor negativo)	Educação (+) X Regulação (-)	Designações racistas (episódio Monteiro Lobato).

12/11/2010 <i>Nada inocentes</i>	Estado (CNE) / movimento negro	O PC é apresentado como uma forma de pensamento que repreende e rejeita manifestações de violência e dominação, que rejeita o olhar do vencedor. Apresenta uma crítica ao PC, dizendo que a violência só se torna nítida quando os adultos enxergam a “maldade”, pois as crianças não são vêem nela essa dimensão problemática. Valor negativo.	Inocência (+) X Exagero (-)	Representações sob a ótica do vencedor.
14/11/2010 <i>Caçada a Monteiro Lobato</i>	Estado (CNE) / movimento negro	O PC é apresentado como uma tendência que, embora traga progressos no combate à discriminação, é problemática por trazer seriedade demais às obras culturais, interferindo em excesso em sua forma e em seu conteúdo.	Educação (+) X Regulação (-)	Designações racistas (episódio Monteiro Lobato).
08/01/2011 <i>Grande Huck</i>	Editora.	O PC é apresentado como algo que “vitimiza” os autores, impondo cortes e supressões a suas obras – uma forma de cerceamento e censura, portanto. Valor negativo.	Educação (+) X Regulação (-)	Palavra “nigger” (criolo), de Huckleberry Finn.
27/03/2011 <i>Musical reflete acidez de “South Park”</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado como uma forma de sujeição e silenciamento sobre os tabus. Como pressuposto, há a ideia de que ele limita a liberdade criativa. Ser contra ele é apresentado como característica positiva. O PC, nesse sentido, tem valor negativo.	Sátira (+) X esterilidade (-)	Temáticas tabus de modo geral.
06/09/2011 <i>Piadas</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Não há muitas informações sobre o PC e é possível depreender muito pouco pelos implícitos do texto, pois ele se concentra mais em discutir o teor de piadas e seu caráter inofensivo. Como pressuposto, há a ideia de que o PC diz respeito a toda forma de	Humor (+) X zelo (-)	Piadas (sobre outras nacionalidades – portugueses)

		expressão capaz de gerar ofensa a um outro. O autor o critica, destacando o teor inofensivo das piadas: pode-se depreender, pois, que o PC é tido como medida exagerada. Valor negativo.		
01/12/2011 <i>'Cyrano de Bergerac' mira ditadura do politicamente correto</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado como uma tendência que cerceia o falar cotidiano espontâneo e é descrito como uma “ditadura”, fazendo referência às ideias de autoritarismo, exceção e censura. Valor negativo.	Espontaneidade (+) X Repressão (-)	Não especificado. Falar cotidiano de modo geral.
07/02/2012 <i>Preconceitos</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado como um “clima” que impede o raciocínio, pois leva à generalização. Valor negativo.	Distinção (+) X Generalização (-)	Designações preconceituosas em geral.
15/03/2012 <i>'É presente de grego'</i>	Estado (Ministério Público)	O PC é apresentado como uma “bobajada”, sendo atrelado à ideia de restrição à expressão, ao uso de palavras, e à ideia de excesso. Valor negativo.	Registro (+) X Prescrição (-)	Palavra cigano (grupo étnico)
23/03/2012 <i>“Chamar de negão era circense”, diz Didi</i>	Estado (Judiciário)	As fontes divergem quanto ao sentido de PC – Gentili não expressa preocupação com a questão do preconceito no humor; Antonio Tabet diz que o PC é uma patrulha exagerada, mas há excessos; Renato Aragão diferencia o PC de censura, mas diz que ele restringe a expressão dos humoristas. Em todos os casos, está presente a ideia do PC como uma forma de restrição, mais ou menos exagerada – embora o componente do “exagero” apareça em todas as falas. Além disso, todos atribuem ao PC um valor negativo.	Humor (+) X Cerceamento (-)	Expressões diversas – especialmente, quanto a etnia e classes profissionais.

30/03/2012 <i>Guru do Méier sabia escancarar injustiças e preconceitos sem escancará-los</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Desconstro a ideia de que o PC irá acabar com o humor. Seu sentido, no caso, é o de evitar o reforço de preconceitos e seu sentido é positivo.	Evidenciação de preconceitos (+) X Reforço de preconceitos (-)	Expressões diversas
27/04/2012 <i>Politicamente correto é tratado com clareza no filme 'Acusados'</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Desconstro a ideia de que o PC é muito forte no Brasil. Descreve-o como a tentativa de combater a perpetuação de preconceitos na linguagem e destaca seu mérito de mudar concepções correntes na sociedade. Valor positivo.	Combate aos preconceitos (+) X Crítica ao PC (-)	Expressões diversas (especialmente, caso da culpabilização das vítimas de estupro)
11/06/2012 <i>Vadi@ ou vadia?</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	PC como uma forma de cerceamento, coisa de “fascista”. Referência ao autoritarismo, à censura, à exceção.		Troca de letras para evitar preconceito de gênero.
14/09/2012 <i>Caçadas a Pedrinho</i>	Estado (STF) / movimento negro	O PC é descrito, de modo genérico, como o empenho em recalcar as manifestações de preconceito/racismo, com uma tendência à censura. Valor negativo.	Debate (+) X Repressão (-)	Designações racistas
22/09/2012 <i>O bom-mocismo corrói a literatura, afirma Ruth Rocha</i>	Estado (STF) / movimento negro / editoras / escolas	A referência ao PC tem, como pressuposto, a ideia que se trata de uma pedagogia que abate toda a produção cultural e da qual nenhuma literatura “escapa”. O PC é descrito como “veneno” e como um “bom-mocismo”. Valor negativo.	Arte (+) X Pedagogia (-)	Designações racistas e palavra que representam partes do corpo (“bunda”). Fala especificamente sobre o universo da literatura infantil.
20/11/2012 <i>Correto demais</i>	Instituições diversas (Comitês esportivos / Estado)	Fala sobre a “ditadura” do PC de modo a ressignificar/ revalorar o termo. Questiona a defesa da liberdade de expressão feita pelos críticos do PC. Defende que é preciso separar opinião de preconceito para a qualidade da democracia. Define o PC ironizando o sentido a ele atribuído por seus críticos, defendendo que as tentativas de	Mudança social (+) X Conservadorismo (-)	Designações racistas.

		combater o preconceito reconhecidas como politicamente corretas são necessárias à manutenção de um vínculo social mínimo. Valor positivo.		
08/01/2013 <i>Spike Lee, Tarantino e racismo</i>	Cineasta.	O autor aponta o PC como um movimento que tem como virtude o poder de devolver a minorias a condição de narrar sua própria história (valor positivo). No entanto, ao esperar que temas sensíveis sejam tratados com solenidade literal, limita a arte. Ressalta também os limites da linguagem e os excessos do PC (valor negativo).	Arte (+) X excesso (-)	Designações racistas.
07/05/2013 <i>Politicamente correto, sim, e daí?</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é apresentado como uma “cultura”, uma sensibilidade em relação a grupos marginalizados, própria de sociedades com tradição democrática mais avançada. Valor positivo.	Democracia (+) X Preconceito (-)	Designações machistas.
03/11/2013 <i>Guinada à direita</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Contrapõe-se à ideia de que o PC corresponde a um “cabresto” que busca censurar produções humorísticas supostamente “libertárias”. Combate o valor negativo associado ao PC.	Mudança social (+) X Conservadorismo (-)	Designações de diferentes grupos sociais.
19/11/2013 <i>Liberdade para o racismo</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	A revista citada (Charlie Hebdo) menciona a “ditadura” do politicamente correto, ao que o autor do texto se contrapõe. Segundo ele, apontar o politicamente correto tornou-se uma estratégia adotada por todos que são pegos em atitude de racismo e discriminação – para ele, o uso da categoria PC não passa de um argumento retórico. O termo, no texto, aparece no discurso do “outro” que o autor critica, com	Tolerância (+) X Hipocrisia (-)	Designações de diferentes grupos sociais.

		sentido negativo. O autor tenta, nesse sentido, revalorar as iniciativas às quais ele se refere.		
26/06/2014 <i>'Sit Down Drama'</i> <i>discute limites do humor politicamente correto</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O personagem da peça é apresentado como uma espécie de vítima do PC, com os limites que impõe ao humor. As críticas vem porque ele tem opiniões “que vão contra a posição da maioria”. Em outras palavras, ele é punido por ser original e autônomo. Valor negativo, pois ele é associado a um “disfarce” para as patologias sociais.	Verdade (+) X hipocrisia (-)	Piadas consideradas ofensivas, de modo geral.
06/07/2014 <i>Palestina</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é descrito como uma forma de pensamento, que se volta aos ideais pacifistas e de defesa dos mais fracos, mas passa ao largo da razão. Valor negativo.	Razão (+) X Ideologia (-)	Adoção do termo “Palestina”
13/08/2014 <i>Juventude carrancuda</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	É apresentado como um “clima”, efeito colateral de um movimento civilizador, enfatizando seus efeitos negativos –no caso, o banimento das piadas de cursinho e o prejuízo pedagógico disso decorrente. É interessante notar que o autor se posiciona contra os defensores do humor sem patrulhas, afirmando que não vê o PC como inimigo a ser esmagado. Ainda assim, o autor não consegue se afastar de apontar seus aspectos negativos: não se explica com clareza o que é de fato o PC, mas dele só se ressaltam os exageros. É um efeito colateral – logo, não se trata de algo “desejável”, mas sim, de um “mal inevitável” decorrente de um empenho louvável. Mas os limites entre uma coisa e outra não ficam claros.	Civilização (+) X Excesso (-)	Piadas consideradas ofensivas, de modo geral.
30/08/2014 <i>Abaixo a</i>	Estado (justiça)	O PC é apresentado com sentido vago. Mas o autor	Denúncia (+) X Naturalização (-)	Designações racistas

<i>normalidade</i>		<p>se contrapõe ao senso comum que o critica, tendo como pressuposto a diferença entre liberdade de expressão e crime de ódio.</p> <p>O pressuposto aqui é que o valor do PC, em si, é tomado como negativo, embora o autor discorde que o caso em questão diga respeito ao politicamente correto. Negar o rótulo PC é, dessa forma, uma forma de buscar legitimidade ao argumento que se quer defender.</p>		
09/09/2014 <i>Melhor pedófilo que racista</i>	Autoridades locais (polícia, serviços sociais, políticos).	<p>O PC é apresentado como uma “doença” intelectual, que causa prejuízos imensos pois, ao proteger certos grupos, acaba desprotegendo outros. Com efeito, destrói também a honra dos grupos que quer proteger, ao esquivar-se de punir adequadamente certos indivíduos simplesmente por pertencerem a minorias. Valor negativo.</p>	Universalismo (+) X Multiculturalismo (-)	Omissão frente a crimes cometidos por minorias étnicas.
17/09/2014 <i>Onda politicamente correta matou a liberdade criativa</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	<p>O PC é apresentado como uma “onda” cerceadora. Valor negativo. O texto endossa o ponto de vista da fonte, transformando-o em foco central da pauta.</p>	Liberdade criativa (+) X Vigilância (-)	Não especificado.
24/09/2014 <i>Página racista no Facebook é criada em ‘apoio’ a torcedora gremista</i>	Estado (justiça)	<p>Não se aprofunda na discussão do PC, que aparece apenas no título da página criada em apoio à torcedora do Grêmio que ofendera o goleiro Aranha. Na página, o PC é tomado como uma hipocrisia, com sentido negativo. É interessante notar que, embora se oponha ao racismo, a narrativa do jornal situa a torcedora como vítima da situação – inclusive, pela criação da página, que contribui para manchar-lhe a imagem.</p>	Justiça (+) X Racismo (-)	Designações racistas.

25/09/2014 <i>Torcedora que xingou Aranha pede que página racista seja excluída</i>	Estado (justiça)	Idem à anterior. O caso coloca em evidência um elemento fundamental do debate sobre a liberdade de expressão e seus limites hoje: quando se trata desse assunto, a liberdade de expressão que se defende é sempre a “minha” – a minha liberdade de ofender, por um lado, mas também se pede que o outro, ao gerar ofensa similar, seja silenciado. Embora seja invocada, de modo quase retórico, como princípio universal, o que se vê é a defesa pontual de liberdades, a pulverização do debate, a reivindicação de espaços para se expressar sempre conjunturais e limitados.		Designações racistas.
19/11/2014 <i>Tolerância intolerante</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	O PC é abordado como uma patrulha ideológica, um neofundamentalismo, associado a ideias de intolerância e censura. Nesse caso, o texto aborda as distorções que a preocupação PC gera ao tirar enunciados de seu contexto. Valor negativo.	Tolerância (+) X Intolerância (-)	Designações racistas.
24/12/2014 <i>Politicamente correto</i>	Não há especificação. É apresentado como um pensamento generalizado.	Trata-se do primeiro texto que busca mapear uma definição precisa para o PC: “Politicamente correto é entendido como “o que não ofende os fracos e oprimidos, tudo que for progressista e de esquerda”. Politicamente incorreto, por oposição, é “ofensivo, opressivo, conservador e de direita”. Mas o autor desconstrói esse sentido e esse valor, apontando o PC como a tentativa de impor um pensamento “único”, uma patrulha, remetendo à ideia de uma “novilíngua”, o que dissolve a noção de política. Valor negativo.	Democracia (+) X Autoritarismo (-)	Não especificado.

ANEXO II – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO *CORPUS*

1991*

23/07/1991 – *Como ser politicamente correto*

28/07/1991 – *Politicamente correto chega ao Brasil*

28/07/1991 – *Conceito cria polêmica entre estudante se governo dos EUA*

28/07/1991 – *Teste se saber e descubra seu perfil político*

19/08/1991 – *Saiba como ser um cara ‘politicamente correto’*

22/12/1991 – *Guia para presentear as vítimas do estilo*

1992

24/02/1992 – *Lobbies do ‘PC’ atacam cinema de Hollywood*

15/03/1992 – *PC ou não PC, eis a questão*

29/03/1992 – *Aqui não tem PC*

01/05/1992 – *Folha implanta o ‘Novo Manual da Redação’*

01/05/1992 – *Direita também exerce seu patrulhamento nos EUA*

10/05/1992 – *Senso comum acha que todo escritor é gay*

05/07/1992 – *Norteamericanos conseguem acabar com seu problema de ‘PC’*

1993

09/11/1993 – *Empreiteiros também têm ‘Código de Ética’*

11/11/1990 – *Stern desafia o politicamente correto*

19/11/1993 – *A filosofia de Caco, o sapo, sai em livro*

* Listamos apenas os títulos e datas de publicação referentes às matérias do *corpus* publicadas entre 1991 e 1993, pois os textos publicados pela *Folha de S. Paulo* não puderam ser transcritos integralmente aqui. Isso porque os acervos do jornal *Paulo* anteriores a 1994 só estão disponíveis, na página do *Acervo Folha*, por meio das imagens digitalizadas das páginas do jornal, o que impossibilita a cópia de seus conteúdos.

1994

(03/01/1994)

É bom tomar cuidado com o que você fala

MARCELO PAIVA

ESPECIAL PARA A FOLHA

"Baby, you drive me crazy". Se um sujeito diz isso para uma mulher é de uma profunda lindura. Garota, você me deixa louco, me dirige à loucura, suas mãos em mim me guiam nas curvas, escorrego na pista, e quase digo adeus.

Mas se é uma mulher que diz isso, "you drive me crazy", é chauvinista. Lá vem ela, a coitadinha antagonica, dizer que é o homem que guia a mulher.

Nos dias de hoje, é preciso calcular as falas. Existem tantas minorias, que um escorregão pode ofender uma. O politicamente correto ameaça a descontração de um papo.

O que falar das piadas? Surdo não. Portador de deficiência auditiva. Anão? Nada disso. Pessoa de menor tamanho. Gordo é pessoa de maior tamanho. Negão? Afro-brasileiro. Sapatão? Pessoa de preferência sexual pelo mesmo sexo. Chacrinha: "Maria pessoa de preferência pelo mesmo sexo, pessoa de preferência pelo mesmo sexo, pessoa de preferência pelo mesmo sexo, de dia é Maria, de noite é João..."

*

Se a onda pega no Brasil, novas categorias deverão ser incluídas. Muitos deputados são ladrões. Usar a expressão "deputado" será cometer um ato de discriminação. Logo, logo, para se referir a um, deverá ser dito: "Parlamentar eleito pelo voto direto".

Devido aos últimos acontecimentos, haverá a aposentadoria do termo "primeira-dama", relacionado à inutilidade de uma dondoca que, às barbas de Netuno, rouba alguns tostões dos miseráveis. "Esposa do presidente eleito pelo voto direto", dirão.

*

Alguns verbos serão criados. Se "malufar" refere-se a "construir pontes e viadutos num fôlego só", "itamarizar" significará "convidar mulheres bonitas para o fim da festa". "E aí, belo, o seu aniversário vai itamarizar?"

FHCezar será o verbo para chamar uma coisa de outra (no caso do próprio, tal coisa é o dólar). "A menina é um calhau, mas fhcezei, e disse que ela tinha o seu charme". Clintonito: assim serão chamados os antigos galinhas. As vaquinhas, clintonitas. Enrolar todo mundo? Ibsenizar.

Falar mal dos próprios amigos? Querciar.

Lá vai: "o show de ontem estava itamaricado, mas chegou um clintonito, ibsenizando que não passavam de pessoas de preferência pelo mesmo sexo."

(16/01/1994)

Impoliticamente correto

RICARDO SEMLER

Tantas ruas têm no nome uma homenagem a políticos desonestos. Fico então pensando quem estaria sendo honrado no caso da avenida Marginal. Sigo a toda nela, quando, de repente, o trânsito engasga para ver o boneco Ricardão que, aliás, deveria se chamar Paulão. Afinal, teve a imagem confeccionada por dinheiro público e só serve para criar ilusão de ótica para os menos avisados.

No primeiro farol uma turma estende uma faixa pedindo ajuda para compra de cadeiras de rodas. Procuro a carteira, enquanto penso na desculpa fácil dos que não dão esmola porque habituariam mal aos que deveriam estar trabalhando. Passo o dinheiro e me ocorre: cadê os paraplégicos? Fico envergonhado de achar que os deficientes têm que ser desfilados em pleno cruzamento para que os motoristas sejam movidos à caridade. Dou um pouco mais. Eta dilema moral burguesão.

Dou a partida e penso nas palavras que usei: paraplégico, deficiente. Pouco depois passo pela AACD, uma associação em prol das "crianças defeituosas". Nossa, põe politicamente incorreto nisso, mas décadas atrás não era problema algum. Aliás, neguinho era expressão carinhosa; negão denotava porte; japonês era todo oriental e alemão o único ruivinho no campo de várzea. Agora não pode mais não.

O ápice do politicamente correto está nos EUA, e nós, como bom quintal cultural deles, aguardamos nossa vez para introduzirmos infantis conceitos de semântica, da mesma forma que aguardamos com benemérita paciência para que o Robert Plant do Led Zeppelin chegue por aqui na aposta de que não perceberemos que ele está com 18 anos de atraso. Lá, o ex-crioulinho, depois de nigger, coloured, negro e recém-black virou afro-american. E a palavra afro-brasileira já pintou por aqui. Daí, o gordo virou obeso, que virou avantajado, e agora tende para "horizontalmente privilegiado". O velhinho se transformou em idoso e migra firmemente em direção ao "cronologicamente progressivo". O baixinho saiu de pintor de rodapé diretamente para o "verticalmente desinteressado".

Cruzo em frente ao Hospital dos Defeitos da Face e já consigo ver o novo nome: Centro de Desenvolvimento de Semblantes Alternativos. Parece que o Jânio, que tirou favelas da Cidade Jardim para os moradores esquecerem que moram em São Paulo, da mesma forma que o Maluf promete proteger uma árvore de 40 anos enquanto arruina a vida de milhares de moradores. Ou então, as empresas que separam o papel de vidro e do metal, apenas para que seus lixeiros (desculpe, Articuladores do Material Reutilizável) juntem tudo numa pilha única no dorso do caminhão.

Minha gente, (como dizia o pai-de-todos-da-CPI) vamos botar os pés no chão. Ninguém vira respeitador através da semântica. Não vamos botar banca de educados. Fazemos de conta que não somos racistas, discriminadores e machistas, mas é claro que somos, e bastante. Tapar o sol com a peneira, aprendendo a manejar a linguagem do eufemismo atrasa ainda mais a verdadeira modernidade, porque ensina aos cínicos a linguagem dos Ricardões. Tá certo que a CPI vai dar em massa recheada com aliche, comida por senhores de casa de boa reputação. É que a correção do IPVA e do IPTU é uma forte penetração alternativa de grupo de risco, mas o português claro é mais honesto. Vamos deixar de sacanagem verbal, pô.

(27/02/1994)

O nome da rosa

Politicamente correto. O termo já provoca histeria nos EUA. Várias palavras foram praticamente proscritas do inglês. No Brasil, começa a surgir o debate. Lá na América, já não se diz "baixo", mas "verticalmente prejudicado". O bom e velho "índio" cedeu lugar ao "americano nativo". Até mesmo o "black" tornou-se "africano-americano".

A idéia por trás desse movimento é bem-intencionada. Como se sabe, a linguagem é de fato um dos meios pelos quais a ideologia se faz perpetuar. Assim, se se desejam eliminar certos preconceitos, bastaria retirá-los da linguagem. Como se vê, a segunda parte do raciocínio é simplista. Se é verdade que a ideologia se manifesta através da linguagem, é igualmente certo que não se eliminam preconceitos abolindo-se seus nomes. Afinal, a rosa não deixaria de ter o mesmo aroma se tivesse outro nome.

Ainda assim, é inegável que sempre que se escreve opera-se um processo de seleção de vocabulário que pode e deve ser sempre questionado. Um texto de jornal, por exemplo, deve normalmente ser escrito numa linguagem clara, precisa e o mais objetiva possível. É óbvio que, dependendo do efeito que se deseja produzir, podem ser feitas modificações. Esta semana, por exemplo, o articulista da Folha Arnaldo Jabor referiu-se em seu texto, numa linguagem bastante direta, à influência do órgão genital feminino na política brasileira. O público aparentemente compreendeu. E as manifestações sobre o artigo foram majoritariamente elogiosas. De resto, expressões do politicamente correto podem ser desastrosas. Foi o que aconteceu na Suíça, no século 18. Como se sabe, nos Alpes é mais difícil obter uma dieta equilibrada em iodo. Assim, era comum o nascimento de crianças com algum comprometimento físico e mental que se transformavam, depois de crescidas, em verdadeiros idiotas. Ora, os elegantes suíços não iriam se referir de maneira injuriosa a essa minoria. Chamavam-nos de "cristãos", em seu dialeto: "cretins". Ou seja, criaram um palavrão internacional: "cretino".

(07/10/1994)

Agora, mulher com mulher dá ``croco''

BARBARA GANCIA
COLUNISTA DA FOLHA

O movimento politicamente correto ainda me mata de rir. Essa gentalha que resolve as discrepâncias do comportamento humano à base de eufemismos rasteiros agora inventou uma que é de rolar.

Para atenuar o fenômeno e torná-lo passível de ser enquadrado em alguma categoria de consumo, eles agora deram para chamar a ``sapataria" de ``lesbian chic". O conceito é simples. Se a ``bolacha" compra nas melhores lojas e emperiquita-se com bijuterias e cosméticos, ela é ``lésbica chic". Agora, se a ``sapa" é um bagulho que anda de fusquinha, ela continua a ser a mesma ``fanchona" horripilante de sempre. Entenderam?

Não? Eu explico melhor: ``lesbian chic" é quando a modelo Cláudia Liz, uma senhora casada com marido ciumento e mãe de um filho, beija na boca outra modelo, de mentirinha, durante um desfile de moda para causar repercussão na mídia.

Ou quando o pessoal batiza de ``café com bolacha" o anúncio de café Melitta em que a assumida e aposentada atriz Florinda Bulcão serve café para uma suposta namorada. Surgido há dois anos na revista ``New Yorker", o termo sugere que, antes dele, as homossexuais, trubufus ou boazudas, eram todas tratadas em pé de igualdade.

Hoje, depois de seu aparecimento, tudo mudou. Enquanto o ``lesbian chic" é tema de revistas que estão nas bancas, como ``Elle" e ``Nova", e de programas como o ``Documento Especial", do SBT, o ``lesbian brega" passou a ser escorraçado à base de vassoura de piaçava. Um exemplo: o convite para o festival Mix Brasil de Manifestações da Sexualidade, que celebra a cópula de invertidos e começa no MIS no próximo dia 11. Na primeira versão do festival, ano passado, os organizadores não permitiram o uso da palavra ``lésbica" no convite.

Já sei! Já entendi por que os organizadores do Mix Brasil não deixaram colocar ``lésbica" no convite! É que mulher com mulher dá jacaré. Já imaginou a saúde pública se digladiando com um bando de répteis em plena avenida Europa?

Por outro lado, ``lesbian chic" com ``lesbian chic" dá crocodilo. De preferência –e Deus e os politicamente corretos ajudando– uma bolsinha kelly de couro de crocodilo da Hèrmes. Bem bonitinha.

(07/11/1994)

Negros vão à Justiça contra 'Pátria Minha'

ARMANDO ANTENORE
DA REPORTAGEM LOCAL

Representantes da comunidade negra em São Paulo decidiram recorrer à Justiça contra "Pátria Minha". Na semana passada, a novela da Globo levou para o horário nobre um tema que poucos brasileiros ousam discutir às claras: o racismo.

O assunto entrou em cena durante o capítulo de quarta-feira, quando um dos protagonistas da trama, o empresário Raul Pelegrini (Tarcísio Meira), acusou o jardineiro Kennedy (Alexandre Moreno) de roubo.

Era uma acusação injusta. Mesmo assim, o funcionário teve que ouvir o patrão esbravejar: "Você abriu meu cofre, negro safado."

Chorando, o jardineiro jurou inocência. "Você pensa que acredito em crioulo?", prosseguiu Raul. "Vocês, quando não sujam na entrada, sujam na saída. Foi vingança? Vingança porque não deixei você estudar? Você pensa que conseguiria aprender alguma coisa? Não sabe que o cérebro de vocês é diferente do nosso?"

Gilberto Braga e os demais autores da novela dizem que conceberam o diálogo entre Raul e Kennedy em nome do politicamente correto. Querem denunciar o preconceito racial no Brasil. Usam "palavras fortes" para "revoltar os telespectadores e mobilizá-los contra a discriminação". O Geledés/SOS Racismo, organização de São Paulo que luta pelos direitos dos negros, pensa diferente. Considera que a cena de "Pátria Minha" aguçou, sim, o preconceito racial –menos por causa dos termos que Raul usou e mais pela maneira como Kennedy reagiu às agressões. "O jardineiro não se portou com dignidade. Recebeu as ofensas quase que passivamente. Teve uma conduta que não reflete o comportamento do negro contemporâneo", afirma Sueli Carneiro, coordenadora do Geledés.

O grupo promete entrar hoje na Justiça com uma notificação contra a Globo e os autores da novela.

Notificação é um instrumento jurídico que funciona como alerta. O Geledés pretende utilizá-lo para manifestar oficialmente a intenção de processar a emissora e a equipe de Gilberto Braga por preconceito racial "caso os próximos capítulos da novela não resgatem a auto-estima dos negros". O grupo avalia que o resgate só acontecerá se Kennedy "sofrer um processo de conscientização". Ou melhor, se outros personagens negros –e não os protagonistas brancos– o fizerem perceber que foi vítima de preconceito e que deve brigar por seus direitos.

LEIA MAIS sobre "Pátria Minha" à pág. 5-3.

(08/11/1994)

Racismo na TV

Vem causando uma série de protestos de movimentos negros a cena de racismo explícito exibida na semana passada pela novela "Pátria Minha", da Rede Globo.

Os grupos anti-racistas têm não só o direito como o dever de insurgir-se contra tudo aquilo que considerem preconceituoso. Ainda assim, parece ter havido por parte dos movimentos negros, senão um açodamento, uma tentativa –aí sim válida e legítima– de dar maior visibilidade para o episódio.

Muitas das obras ficcionais –sobretudo as novelas de TV– consistem numa série de processos em que certos fatos vão desencadeando tensões que ao longo da trama acabam sendo resolvidas. Novelas sem vilões não são novelas e vilões que não praticam atos condenáveis não são vilões. É preciso esperar o desfecho, mas parece impossível que, nestes tempos do politicamente correto, os autores da obra optem por fazer triunfar uma apologia do racismo.

Ainda que o fizessem, seria preciso agir com muita cautela. Se a intolerância racial, religiosa ou étnica é uma ameaça à democracia, o cerceamento à liberdade de criação e pensamento também o é. No Estado de Direito não se pode impedir as pessoas de escrever bobagens, não importa o seu tamanho.

De resto, o racismo no Brasil é –e os movimentos negros por certo não o ignoram– uma dura realidade. Muito maior do que já se tentou propagar através de grandes mistificações como a da democracia racial brasileira.

A novela tem o mérito de levar a milhões de telespectadores de todas as etnias e origens a oportunidade, ainda que fugidia, de refletir sobre um problema extremamente sério. Toca numa ferida que, se no Brasil não provocou grandes hemorragias (como o fizeram o nazismo ou o apartheid), tampouco cicatriza, tornando, aos poucos, o corpo social exangue. Um dos mais perversos racismos é aquele que não mostra sua face e não pode, assim, ser combatido, perpetuando-se por gerações e gerações.

1995

(29/05/1995)

Linguagem desbanca 'Gaiola'

INÁCIO ARAUJO
DA REDAÇÃO

Emile Benveniste escreve que, quando se cruza a fronteira entre França e Inglaterra, o que se chamava até então de "boeuf" (boi) passa a se denominar "ox" (boi).

Mas "boeuf" e "ox", acrescenta o linguista francês, não são a mesma coisa. Isto é, não existe esse "boi" essencial, que se transporta inocentemente de uma língua para outra. O que existe são línguas que se diferenciam das outras na medida em que recortam a realidade diferentemente e, portanto, a entendem de maneiras diversas.

Na língua do cinema, o homossexual é uma figura privilegiada. Não por acaso, em "A Gaiola das Loucas 3" (como nas anteriores), ele é necessariamente uma mulher em estado caricatural. Motivo de riso. Ou antes, de exclusão pelo riso.

Estranho efeito da Aids: quando começa a se difundir e, mais, quando deixa de ser uma simples "praga gay", a representação da homossexualidade ganha um novo caráter. Os que foram mostrados recentemente em "Filadélfia" ou "E a Vida Continua" não têm nada de risíveis. É sintomático que a série das "Loucas" tenha sido recebida como um humor inocente. E que "Filadélfia", digamos, tenha sido atacado como politicamente correto (PC).

O que se ataca no PC é a inquietação que instaura. É que subitamente a linguagem deixe de oferecer uma representação confortável das coisas. "A Gaiola das Loucas 3" (mas a 1 e a 2 também) é expressão de um preconceito tão satisfeito consigo e tão seguro de si que nem se preocupa em prestar contas.

(IA)

(23/06/1995)

Contos de fada satirizam correção política

MARCELO COELHO

Livro de humorista americano dá ``versão adaptada aos novos tempos" de clássicos da literatura infantil

Satirizando a moda de se evitar a todo custo denominações preconceituosas na linguagem comum, o humorista americano dá ``uma versão adaptada aos novos tempos" de alguns clássicos de literatura infantil.

Os Três Porquinhos são ecológicos e constroem suas casas com rampas para deficientes físicos. Cinderela não tem ``madrasta" (palavra preconceituosa), mas uma ``mãe por enlace matrimonial paterno e não por consanguinidade". Chapeuzinho Vermelho encontra o Lobo Mau com as roupas da avó e comenta: ``Que nariz grande você tem - relativamente, é claro, e, certamente, bonito a seu modo".

É divertido, mas não é terrivelmente engraçado. Tiradas desse tipo se esgotam com rapidez no decorrer do livro e, sem dúvida, o público norte-americano, submetido a um intenso ataque de militância politicamente correta, a uma vigilância e a uma censura muito mais irritantes do que a conhecida no Brasil, encontra nas gozações de Garner motivos mais fortes para rir.

Aqui, são relativamente raras as tentativas de se impor um vocabulário politicamente correto. Idéias como a de proibir o emprego de termos como ``quadro-negro" nas escolas e mesmo a exigência, amplamente aceita nos Estados Unidos, de que se fale sempre ``ele ou ela" quando se faz referência a uma pessoa indeterminada, não pegam tanto por aqui.

Não só porque é menor o poder das organizações antipreconceito, ou porque sejamos menos moralistas, ou dotados de mais senso do ridículo. Mas também porque, no Brasil, o racismo, machismo etc. parecem usar de uma estratégia vocabular que é ela própria eufemística.

Nos Estados Unidos, é o ``politicamente correto" que recorre a eufemismos: em vez de ``pobre", exige-se, por exemplo, que diga ``economicamente prejudicado" -já que ``pobre" seria uma palavra preconceituosa. Ou que, em vez de ``gordo", diga-se ``horizontalmente avantajado" e, em vez de ``anão", verticalmente prejudicado.

Acontece que, no Brasil, a própria linguagem dominante se encarrega de eufemizar o vocabulário. Falar de ``pobres" é mais chocante, e menos preconceituoso, que falar de ``classes desfavorecidas da população".

Já na linguagem comum, diz-se que a pessoa é ``gordinha" ou ``está mais forte" e não que é gorda. Um anão é sempre um ``anãozinho". substituímos ``velho" por ``idoso", sem que haja nenhuma pressão dos militantes da terceira idade.

Em certos aspectos, aqui o sistema já é politicamente correto, sem que ninguém tenha pedido e sem que grandes progressos tenham sido alcançados.

Claro que é tudo uma idiotice. O politicamente correto parece basear-se na ilusão de que, modificando o nome das coisas, as coisas possam em si ser mudadas.

Suponha-se que por decreto ninguém mais possa usar a palavra ``judeu", substituindo-a sempre por ``pessoa do Povo Eleito". Como o preconceito continua a existir, logo as palavras ``pessoa do Povo Eleito" se cercariam de conotações pejorativas também e teriam de ser substituídas novamente.

Mas, se o politicamente correto não constitui no Brasil uma fonte de aborrecimento real, nem por isto deixa de suscitar críticas candentes e de ser tema de muita discussão.

Tratando de uma mania tipicamente norte-americana, o livro de James Finn Garner atrai grande curiosidade entre nós.

Por trás da infantilidade das legislações sobre o vocabulário, há uma questão que envolve tanto os Estados Unidos quanto o Brasil; tem a ver com as idéias de vitimização e culpa.

Dizer que uma pessoa é "feia" ou dizer que é "esteticamente diferente" não muda nada. O problema é o que se quer mudar, e porquê.

E o que se quer mudar é o sentimento que temos diante daquela pessoa. Gostaríamos de não achá-la feia, gostaríamos de pensar que não damos importância ao fato -que o que importa é a beleza interior etc.

Claro que, se não déssemos importância ao fato, não precisaríamos mencioná-lo, e então sequer estaria sendo discutida a palavra "correta".

Mas a questão dos "bons sentimentos", o fundo de culpa envolvido na percepção desta ou daquela característica de uma pessoa, passa a presidir as atitudes pessoais. Fulano não é uma vítima por ser feio, mas uma vítima do preconceito que se tem contra os "feios"; a culpa, ou a acusação, recai sobre quem o vê.

Essa inversão é tratada no livro de Garner. Em "Chapeuzinho Vermelho", o lobo não pode ser culpado: comer a vovó era "uma ação inteiramente válida para o carnívoro que era".

Claro que não podemos ser preconceituosos com os lobos. O autor tira partido humorístico da idéia politicamente correta de que X ou Y são sempre as "vítimas" dos fatores P e Q.

Mas os contos se complicam, porque bem ou mal precisam de vilões. E vilões serão os machistas, os incorporadores imobiliários, os agressores da ecologia.

Mas a questão se coloca: deverão eles ser feios, gordos, brancos, velhos? Isso seria preconceito com os feios, gordos, brancos, velhos em geral. E mesmo um machista poderia ser qualificado, em tese, de "defensor de procedimentos tradicionais nas relações com as mulheres". Se fosse muçulmano, então, nem se fala.

De modo que, a rigor, um conto politicamente correto estaria impossibilitado de ter vilões -a sociedade toda é formada de vítimas em colisão. Os contos de Garner, parodiando o politicamente correto, reviram-se em enredos paradoxais, pois cada atitude condenável de um personagem tem imediatamente de ser desculpada com raciocínios semelhantes aos que a condenavam. O que talvez seja a mais pertinente crítica ao politicamente correto e a todo o complexo de atitudes em que se baseia: defendendo os "valores culturais" mais díspares, sendo pelos direitos humanos, mas contra qualquer universalismo de critérios morais, cria uma espécie de ética que se devora a si mesma, um maniqueísmo que critica o maniqueísmo, uma censura feita só de "respeito às liberdades", a mais intolerante das tolerâncias, exercida por pessoas assustadoras de tão boazinhas que são. Uma mistura de Stalin e Gasparzinho -seria este, aliás, o verdadeiro fantasma camarada.

(17/09/1995)

TWAIN SEM CENSURA

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA
DE WASHINGTON

Segundo Ernest Hemingway, "toda a literatura moderna americana vem de um livro de Mark Twain chamado 'Huckleberry Finn' ". William Faulkner chamava Twain de "o pai do romance nos EUA" por causa de "Huckleberry Finn".

Apesar de muitos elogios enobrecedores como esses, o livro "As Aventuras de Huckleberry Finn" tem sido o objeto do ódio de muitos norte-americanos desde sua publicação há exatos cem anos. Louisa M. Alcott, autora de "Pequenas Mulheres" (Little Women), assim reagiu na época ao romance: "Se o sr. Samuel Clemens (nome verdadeiro de Twain) não pode pensar em coisa melhor para contar aos nossos rapazes e moças de mente pura, é melhor que pare de escrever para eles".

Nas duas primeiras décadas do século 20, centenas de cidades dos EUA proibiram que "Huckleberry Finn" fosse lido por seus estudantes de segundo grau, porque o consideravam imoral e antireligioso.

Nas duas últimas décadas do século 20, de novo "Huck" é censurado pelos EUA afora por acharem que ele degrada e destrói a humanidade dos negros. Do caro e sofisticado colégio St. Alban em Washington, onde estudam os filhos do vice-presidente Al Gore e do pastor negro Jesse Jackson, às escolas públicas de Winnetka, Illinois, Twain se encontra sob censura.

A Folha publica hoje, pela primeira vez no Brasil, trecho inédito de "Huckleberry Finn" que estava entre manuscritos de Mark Twain descobertos em 1990, no sótão de uma casa em Hollywood, Califórnia. Os papéis eram os originais da primeira parte da novela, que se julgava perdidos. Eles foram reunidos à segunda parte e agora tudo está exposto na biblioteca pública de Buffalo, em Nova York.

Pesquisadores descobriram muitas diferenças entre os manuscritos de Twain e a primeira edição do livro, de 1885. Entre elas, no capítulo 9, esse episódio até agora desconhecido (e que só neste ano foi publicado nos EUA, pela revista "The New Yorker").

Não se sabe porque Twain decidiu não incluir esse pedaço da história na edição publicada. Ele descreve uma conversa entre Huck -que fugia de seu pai bêbado e cruel- e Jim -o escravo que escapara de sua dona-, numa caverna da ilha de Jackson, no rio Mississippi, durante uma tempestade.

A amizade entre Huck, branco, e Jim, negro, é o principal motivo das polêmicas recentes sobre o livro de Twain. Huck havia aprendido na sociedade do Sul dos EUA, na primeira metade do século 19, que ajudar um escravo a fugir era pecado mortal, que custaria ao autor da "traição" a eternidade no inferno.

Quando conhece Jim, Huck se afeiçoa por ele e sofre grave drama de consciência entre a obrigação social e religiosa de entregá-lo e o dever humano de ajudá-lo a ser livre. Afinal, Huck resolve preferir correr o risco da eterna danação.

Apesar da clara opção pela fraternidade entre brancos e negros, muitos líderes da comunidade negra norte-americana se sentem ofendidos pelo livro. Primeiro, porque o termo "nigger" (crioulo), considerado hoje em dia muito insultuoso, é usado 160 vezes no texto de Twain. Na época em que o enredo de "Huckleberry Finn" se passa, todos os brancos se referiam a negros como "niggers" e a expressão nem era tão ofensiva. Mas isso não é levado em consideração pelos que se acham insultados pela "palavra N", eufemismo politicamente correto para substituir "nigger".

Outro motivo para a condenação de Huck entre alguns negros atuais é que, para eles, Huck escolhe não denunciar Jim apenas porque o ama, não por achar aquele o comportamento correto. A prova disso, para eles, é que Huck, mais ao final do livro, diz se decepcionar com o seu ídolo

Tom Sawyer, quando descobre que Sawyer protegia escravos fujões por uma questão de princípios.

O debate sobre o suposto racismo de Twain parece não ter fim. Há pouco tempo, foi descoberta uma carta dele que, na opinião de seus defensores, comprova que Twain se opunha à segregação racial. Na carta, de 24 de dezembro de 1885, Twain diz ao reitor da Universidade de Yale que gostaria de financiar os estudos de Warner McGuinn, o primeiro estudante negro a cursar aquela instituição. "Nós (os brancos) arrancamos deles (os negros) a sua humanidade e nós é que temos que nos envergonhar disso, não eles -e nós devemos pagar por isso", escreveu Twain ao reitor Francis Wayland.

Os acusadores do romancista lembram que em 1861, aos 26 anos, ele se alistou como voluntário no exército confederado, do Sul do país, que lutava pela separação dos EUA para manter a escravidão em sua região. Mas, três semanas depois de ter-se alistado, Twain desertou e fugiu para o Oeste do país, onde trabalhou como jornalista.

Ralph Ellison, o maior romancista negro da história dos EUA, autor do monumental romance "O Homem Invisível", dizia que ele próprio, enquanto crescia no ambiente racista do Sul do país no começo do século 20, podia se imaginar como Huck Finn, entender o drama de consciência que ele viveu.

Reduzir "As Aventuras de Huckleberry Finn" à questão racial, no entanto, é um erro grave, porque o valor maior do livro não é filosófico, sociológico ou moral, mas literário. Negar aos estudantes o privilégio do prazer de ler "Huck Finn" é um crime contra a formação estética e emocional de uma geração.

"Huckleberry Finn" é o primeiro livro no vernáculo norte-americano. Ou seja: Twain usou de ponta a ponta a linguagem que as pessoas comuns falavam no Sul dos EUA no início do século 19, um verdadeiro dialeto.

Por isso, traduzir "Huck Finn" é tão difícil. A tradução que a Folha publica (leia na página ao lado) é menos vernacular do que o original. Mas o leitor tem a chance de ler o trecho inédito em inglês (à pág. 5-6) e verificar a riqueza da linguagem.

"As Aventuras de Huckleberry Finn", em tradução de Sergio Flaksman, será lançado em outubro pela editora Ática, com o trecho recém-descoberto, dentro da coleção "Eu Leio", na qual já foi publicado "As Aventuras de Tom Sawyer", também de Mark Twain, dentre outros clássicos da literatura

(15/10/1995)

A Bíblia politicamente correta

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA
DE WASHINGTON

“Pai-Mãe nosso que estais no céu/ santificado seja o vosso nome/ venha a nós o vosso domínio...”.

Parece familiar? É a versão “politicamente correta” do Pai Nosso, proposta por um grupo de teólogos que acaba de lançar uma nova versão “inclusiva” da Bíblia.

O livro, publicado pela prestigiosa Oxford University Press, chegou às livrarias dos EUA na semana retrasada e provoca furor entre os religiosos mais conservadores do país.

A questão do sexo dos anjos pode ainda estar em aberto para alguns. Mas, para os autores da nova Bíblia, uma coisa é certa: Deus não tem sexo. Por isso, não pode ser chamado de Pai nem de Mãe, e sim de Pai-Mãe.

As expressões Senhor e Mestre também ficam proibidas. Não só por serem sexistas, mas também por referendarem uma sociedade de classes que deve ser combatida. Quanto a Rei, nem falar: além de tudo, essa é monarquista.

Como o grupo de teólogos da versão “inclusiva” da Bíblia é composto por defensores do sistema republicano, a palavra “reino” também foi abolida do texto.

A “escuridão” foi tirada do texto sagrado. Foi substituída por “noite” porque, segundo os novos evangelistas, o sentido pejorativo do termo “escuridão” pode ser associado a pessoas de pele negra.

No prefácio, os autores justificam sua ação: “Nós criamos novas metáforas, como a do Pai-Mãe, para fazer o leitor pensar sobre o poder que a metáfora tem de nos fazer questionar a realidade”. Eles acham que as Bíblias tradicionais, ao se referirem repetidas vezes a Deus como Pai, fazem com que as pessoas acabem associando a imagem de Deus à de um ser do sexo masculino.

Mas não é só pelo combate ao sexismo que eles condenam o termo. É também porque milhões de pessoas que tiveram pais violentos, autoritários, acabam acreditando que Deus se parece com seus genitores.

Por motivos similares, Jesus Cristo não é mais “o filho de Deus”, mas “a criança de Deus”. Para os novos evangelistas, o fato de Jesus ter nascido com o sexo masculino não tem qualquer importância teológica.

Como as versões tradicionais da Bíblia têm poucos personagens femininos, a “inclusiva” resolveu acrescentar alguns para tornar o Livro Sagrado um trabalho literário mais equilibrado. Assim, quando se conta a história de Abraão, Sara agora aparece com mais frequência. Quando se fala de Salomão, inclui-se agora o nome de sua mãe, Bathesba, antes omitido.

Em vez de se referir ao “cego” ou ao “manco”, a nova Bíblia fala em “pessoa que é cega” e “pessoa que é manca”, para não ratificar o que consideram desumanização do deficiente físico. Também para não referendarem a desumanização de quem foi escravo, os novos evangelistas sempre substituem o termo “escravo” por “pessoa escravizada”, que ainda tem a vantagem adicional de deixar claro que o escravo foi submetido à sua condição, não a escolheu.

Quando o termo “judeu” é usado na Bíblia tradicional com sentido pejorativo, para designar os inimigos dos cristãos, ele foi trocado por “autoridades religiosas”. A nova Bíblia não quer parecer anti-semita.

A Bíblia “inclusiva” pode parecer radical demais a ouvidos desacostumados com a retórica politicamente correta. Mas seus autores se consideram muito razoáveis.

Por exemplo, eles não alteraram a palavra “circuncidado” quando ela se refere não à condição física exclusiva de alguns homens, mas a uma condição espiritual de homens ou mulheres. “A imagem está tão emprenhada no pensamento de São Paulo que resolvemos deixar”, dizem eles. Quanto a alguns trechos do Novo Testamento, com exortações às mulheres para “obedecerem”

seus maridos, é claro, não pode haver condescendência nenhuma. Esse verbo foi substituído pela locução verbal "estar comprometida" com os maridos.

As crianças também deixam de ser aconselhadas a "obedecerem" aos pais. Agora, elas devem "prestar atenção" aos pais. Não há mais escravidão, mas mesmo assim os escravos da Bíblia também não precisam mais "obedecer a seus mestres", mas apenas "prestar atenção a seus donos".

Deus não "disciplina" ou "castiga" mais os seus fiéis: Ele agora os "guia" ou os "treina", porque os verbos "disciplinar" ou "castigar" serviam para justificar muitos episódios de violência doméstica.

Ninguém mais precisa ter "temor" a Deus. Agora basta ter "reverência" por Ele.

Nem os canhotos foram esquecidos na versão "inclusiva" da Bíblia. Agora, ninguém mais fica "à mão direita de Deus", fica-se "perto de Deus" ou "ao lado de Deus".

Os novos evangelistas terminam seu prefácio orando: "Possa esse volume prover direção e força àqueles que desejam justiça".

Victor Roland Gold, Thomas Hoyt Jr., Sharon Ringe, Susan Thistlewaite, Burton Throckmorton e Barbara Withers podem ter tido as melhores intenções. Mas de boas intenções, o Inferno (o domínio do Diabo-Diaba) está cheio.

A nova versão "inclusiva" da Bíblia é ingênua na melhor das hipóteses, provocativa na pior e ridícula na mais certa.

Ela acaba com o estilo literário de um trabalho por vezes primoroso (os Salmos, por exemplo), vai ter efeito social próximo do nulo e provavelmente conseguirá apenas minar o pouco que ainda resta de credibilidade pública do movimento "politicamente correto".

É inacreditável que uma editora do porte e da importância da Oxford University tenha se prestado a chancelar tamanha bobagem.

ONDE ENCOMENDAR

"The New Testament and Psalms: A Inclusive Version" (Oxford University Press, US\$ 14,95) pode ser encomendado à Livraria Cultura (av. Paulista, 2.073, Conjunto Nacional, tel. 011/285-4033, São Paulo)

(29/10/1995)

Aparecida é preta, não negra

LUIZ MOTT

ESPECIAL PARA A FOLHA

"Preto é a cor: negra é a raça!", costumam retrucar os militantes do movimento negro quando alguém inadvertidamente chama um afro-brasileiro de preto. Hoje, o politicamente correto no Brasil é chamar os negróides de negros. Nos Estados Unidos é o contrário: lá os ex-coloreds, ex-blacks, ex-afros querem ser chamados de "african-americans". A defesa do jogador O.J. Simpson utilizou como uma das principais peças da desqualificação de uma testemunha o fato de que o acusante era racista contumaz: usara frequentemente a inaceitável expressão "niger" (negro). No Brasil colonial houve época em que negro era sinônimo de não-branco, incluindo não apenas os "negros da Guiné", mas também os índios, conhecidos como "negros da terra".

O recente episódio da agressão física e verbal à imagem de Nossa Senhora Aparecida por parte de um bispo da Igreja Universal vem suscitando entre os brasileiros sentimentos os mais variados: protestos verbais e judiciais; desagravos públicos e retaliações por parte dos católicos; indignação até de ateus e protestantes históricos contra a intolerância e a falta de respeito à religião alheia. No bojo desta polêmica, como a suscetibilidade e ufanismo dos negros estão na flor da pele às vésperas do tricentenário da morte de Zumbi, um novo ingrediente começa a ser manipulado nessa guerra santa tupiniquim: a acusação de racismo contra o insulto à imagem de Nossa Senhora Aparecida.

O deputado negro Paulo Paim, do PT gaúcho, registrou denúncia de crime racial, alegando que o crente, ao chamar a Virgem Aparecida de feia, cometeu um insulto racista. O novo arcebispo de Aparecida, d. Aloísio Lorscheider, surfando na onda racial, ratificou esta mesma ilação, associando a aparição da imagem da santa negra, no século 18, a uma espécie de reforço celeste à luta dos negros contra as injustiças da escravidão. A mesma escravidão que era abençoada e fartamente praticada pela Igreja Católica com os negros daqui e dalém mar.

Apesar do apelo politicamente correto destes dois posicionamentos, a bem da verdade histórica e para desmistificar a manipulação oportunista dos mitos, convém esclarecer ao ilustre deputado que Nossa Senhora Aparecida não é negra e ao piedoso cardeal que a Virgem Aparecida nunca foi devoção privilegiada dos negros do Brasil.

"A estátua de Nossa Senhora Aparecida não é senão cópia em barro do retrato miraculoso da aparição de Nossa Senhora do Guadalupe", diz o principal estudioso da padroeira do Brasil, padre João Corrêa Machado, em seu livro "Aparecida na História e na Literatura". A primeira Virgem de Guadalupe teria se manifestado a um humilde pastor dos arredores de Toledo, na Espanha, no século 13: é retratada branca, loira, de olhos azuis.

Já em 1531 consta sua segunda aparição a um índio no México, o qual divulgou sua estampa pintada miraculosamente num pano branco: seus olhos amendoados, cabelos escorridos e pele cúprea sugerem-na resultado da miscigenação entre os colonizadores brancos e os nativos indígenas. Não se conhece nenhuma imagem antiga de Nossa Senhora representada com fenótipos negróides: os poucos santos africanos a merecer a honra dos altares foram Santo Elesbão, Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antonio Noto e de Catigeró; Baltazar, o Santo Rei Mago e, mais recentemente, São Martinho de Lima, todos sempre retratados com o cabelo carapinha e demais fenótipos característicos da raça etíope.

No Brasil, nos inícios do século 17, sob o domínio filipino, já existiam quatro altares dedicados à Virgem de Guadalupe. Portanto, a imagem que os pescadores paulistas encontraram no rio Paraíba, em 1717, identificada pelos especialistas como reprodução da Virgem guadalupenha, não apresenta nenhum traço africano que justifique sua identificação como santa negra. Preta sim: a cor escura da pequena imagem original de 42 centímetros explica-se seja pela queima da terracota, seja pelo acúmulo de lodo durante o tempo que esteve submersa no porto de Itaguaçu.

Do mesmo modo como a venerada Virgem Negra, a padroeira da Polônia, ícone com nítidos traços caucasóides, tornou-se preta devido ao fumo de um incêndio e não à sua origem negróide. Pesquisas históricas comprovam que, desde o século 16, foi Nossa Senhora do Rosário (dos Pretos) a devoção que mais atraiu os negros cristianizados tanto na África portuguesa quanto no novo mundo: em uma centena de irmandades negras existentes no Brasil escravista, não há nenhuma consagrada à Virgem de Aparecida. Mesmo na cidade de Aparecida, os negros regionais sempre preferiram realizar suas tradicionais congadas e moçambiques na capela de São Benedito e não na igreja da virgem preta. Também no sincretismo umbandista católico, Oxum e Iemanjá estão associadas a Nossa Senhora das Candeias, da Glória, da Conceição, do Carmo, todas virgens brancas, e nunca à Aparecida. Nos candomblés defensores do purismo-nagô, que rejeitam qualquer sincretismo branco, não há lugar para Nossa Senhora, nem mesmo pintada de preto.

Portanto, é bastante recente no imaginário nacional a associação da Virgem Aparecida com a negritude. Até o propalado milagre do escravo libertado das correntes por intermédio da santa tem seu registro e divulgação somente a partir de 1907, quando os redentoristas assumiram o controle do santuário. Associação que, embora recente, demonstra mais uma vez a cordialidade com que os brasileiros se relacionam, ao menos no imaginário, com a negritude: há notícia de algum católico que tenha protestado ou discriminado a cor preta da padroeira do Brasil? Alguém reclamou que a originalmente branca ou mestiça ameríndia imagem da Virgem de Guadalupe-Aparecida passasse a ser pintada de preto nas estatuetas industriais da santinha? O termo negro, no linguajar dos brasileiros, se de um lado conserva conotação negativa -como "a situação está preta", "o mercado negro", "não denigra minha imagem"-, não deixa de ser maravilhoso e sintoma de cordialidade máxima, o costume que nós brasileiros temos, inclusive filhos de imigrantes, de chamar às pessoas mais amadas com os termos: meu neguinho, minha neguinha. Meu pai italiano me chama carinhosamente de "negão" e minha mãe, paulista de 400 anos, no telefone me trata por "meu nego". Só vim reparar nestes detalhes linguísticos quando me acusaram de racista por ter sugerido cinco hipóteses a respeito de uma possível homossexualidade de Zumbi dos Palmares. Faça a experiência: chame carinhosamente a um afro-brasileiro de "meu branco" e de "meu negro" a um descendente de europeu e veja qual será a reação de ambos.

Zumbi, Nossa Senhora Aparecida e Tiradentes são símbolos nacionais e, como tais, devem ser tratados com respeito, inclusive resgatando-se o que de verdadeiro existe em suas histórias, mesmo que tal depuração documental obrigue a corrigir nosso imaginário. Afinal, nosso compromisso é com os fatos ou com os mitos? A imagem oficial de Tiradentes, com barba e cabelo compridos, como Jesus Cristo, não tem nada a ver com a realidade. Zumbi, nos últimos anos de sua vida, era coxo e continua incógnita sua sexualidade. A venerada escrava Anastácia, "princesa Bantu" com templo e praça no Rio de Janeiro, nunca existiu a não ser na imaginação de seus devotos. Nossa Senhora Aparecida não é negra: é preta.

(26/12/1995)

Regular ou educar?

Território sagrado da livre concorrência, os Estados Unidos contraditoriamente produziram nesta década uma nova moralidade que regulamenta até mesmo a atividade espiritual do homem. Trata-se do caldo de cultura que estimula o comportamento considerado "politicamente correto", isto é, aquele que procura evitar qualquer tipo de discriminação social das minorias raciais e sexuais.

Em geral afeitos a modismos que muitas vezes beiram a excentricidade, os norte-americanos acabaram por fazer da defesa do "politicamente correto" uma espécie de reedição bem-intencionada do espírito macartista nas relações sociais. Por isso, os exageros em torno dessa voga acabam sendo, inevitavelmente, objeto de zombaria.

Na época das compras de Natal, por exemplo, questiona-se, agora também no Brasil, a pequena quantidade de bonecas negras à venda, tendo em vista denunciar a preconcebida associação entre beleza e os padrões estéticos da etnia branca.

Nos EUA, onde existem Barbies brancas e negras, as negras encalharam nas prateleiras das lojas. Trata-se sem dúvida de mais um episódio anedótico.

De modo geral, não há por que se opor a iniciativas que procuram promover comportamentos considerados "politicamente corretos". Da reserva de 20% das candidaturas às Câmaras Municipais para as mulheres até a abolição dos "elevadores de serviço" que segregam as empregadas domésticas, passando pela prescrição de um vocabulário que não denuncie inclinações racistas, procura-se traduzir um anseio legítimo de ver extirpadas das relações humanas todos os vícios culturais que separam os homens e criam entre eles vínculos de hostilidade. O caso Barbie, porém, prova que apenas regulamentar pode ser inútil. É preciso, antes, educar.

1996

(02/01/1996)

Politicamente correto já toma conta da NBA

DA REPORTAGEM LOCAL

O politicamente correto, movimento sócio-cultural que visa derrubar preconceitos e defender as minorias (às vezes, com exageros), chegou ao esporte nos EUA.

A porta de entrada foi Washington, a capital do país.

Os dois principais times da cidade resolveram mudar os nomes em razão de seu conteúdo discriminatório e impopular.

A equipe local de basquete deixará de se chamar Bullets (balas).

O anúncio foi feito por Abe Pollin, o proprietário da franquia -na NBA, os times pertencem a empresas, e não a clubes.

"Não podemos nos afastar dos interesses de nossa comunidade. Em razão da campanha antiviolença, vamos ter que mudar", disse.

Washington é uma das cidades mais violentas dos EUA. Ocupava em 1990 a segunda posição no ranking dos homicídios no país.

"Antigamente, o lema de nosso time era 'mais rápido que uma bala'. Hoje, a conotação dessa mensagem é outra. Está associada a coisas horríveis", declarou o proprietário.

A idéia surgiu em maio. Mas Pollin só anunciou a decisão após o assassinato a tiros do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, em 4 de novembro. "Ele era meu amigo pessoal."

Os Bullets, criados há 34 anos, decidiram ser originais. Contrataram uma empresa de marketing para mobilizar os torcedores.

O novo nome da equipe, que cumpre a 11ª melhor campanha nesta temporada entre os 29 times da NBA (15 vitórias em 28 jogos), será escolhido pelos fãs e implantado na temporada 97-98.

Os votos estão sendo dados em supermercados. Foram registrados 150 mil até o dia 20 (a região metropolitana de Washington tem 1,700 milhão habitantes).

O anúncio do resultado deverá ser feito no final deste mês.

O outro time que vai mudar de cara é o de futebol americano.

A comunidade índia (ou nativo-americana, como prefere a cartilha politicamente correta) protestou, e a direção do Washington Redskins (peles-vermelha) cedeu.

O clube, três vezes vencedor do Super Bowl (a finalíssima do esporte), ainda discute o novo nome.

Na NBA, a correção política também ganha adeptos entre os jogadores e os cartolas.

O melhor exemplo é o "Dream Team 3". A seleção que vai representar o país na Olimpíada de Atlanta excluiu todos os "bad boys", atletas conhecidos por denegrir adversários e torcedores.

LEIA

a classificação, os resultados da semana e a coluna "Basquete no Mundo" à pág. 2

(07/01/1996)

A inquisitorial demência do politicamente correto

Logo julgarão errado que o assassino Otelo tenha sido negro

JAVIER MARÍAS

ESPECIAL PARA A FOLHA

A praga do "politicamente correto" está se tornando muito mais grave e ameaçadora do que parecia. Embora algumas de suas perversões possam ser aqui consideradas como brincadeira, acreditando que não nos afetarão, convém ficar de sobreaviso. Os prejuízos já causados nos EUA e na Europa do norte, devem ser levados em conta, uma vez que quase tudo que procede desse país e dessa região termina impondo-se sem dificuldade entre nós.

Dias atrás, um amigo que passou o verão na Nova Inglaterra contava-me que essa praga incorre em falsidades, não só no presente como no passado. O quadro do pintor francês William Bouguereau, intitulado "Ninfas e Sátiro", que se encontra num museu de Massachusetts, mostra quatro jovens nuas arrastando o sátiro alegremente para uma lagoa. A obra é de 1873, e seu autor é muito conhecido por suas cenas de suave luxúria e grupos joviais. Ocorre que a encarregada do museu, feminista acirrada, não hesitou em colocar junto ao quadro a seguinte explicação: "As ninfas, cansadas do assédio sexual por parte do sátiro, decidem lançá-lo às águas como castigo". Toda uma iconografia clássica tergiversada, ou melhor, censurada.

Há pouco apareceu outra notícia com sinais de demência: a publicação de uma edição da Bíblia "politicamente correta", levada a cabo por vários teólogos e impressa pela Oxford University Press (que nunca terá o meu perdão). Nessa edição não se menciona Deus Pai, senão Deus Pai-Mãe; não se fala do Filho, mas da "Criança" (porque em inglês a palavra é neutra); a Escuridão não é mais sinônimo de inferno para não ofender as pessoas de pele escura; nas parábolas não há escravos, nem cegos, nem paralíticos, mas "seres submetidos", "com falta de visão e com diferentes capacidades"; ninguém se sentará à direita de Deus para não incomodar os canhotos, entre os quais me incluo, sem que nunca isto me tenha perturbado. Tudo parece uma grande piada, um engodo, uma paródia e no entanto a coisa está se tornando cada vez mais séria e não me estranharia que toda essa cretinice em questão alcançasse um grande índice de vendas.

Eu não sou crente e para mim a Bíblia não apresenta um caráter mais sagrado que literário, é um dos melhores livros já escritos (Faulkner dizia que lia a Bíblia todas as manhãs para estar em contato com a boa prosa). Para muitas pessoas a Bíblia tem sido um segredo ou continua sendo. Deve-se o conceito moderno de tradução precisamente à Bíblia e à versão conhecida como "os Setenta". Antes, os textos eram vertidos com descuido, de maneira utilitária, para que fossem somente entendidos. Porém não se tinha certeza de que a Bíblia pudesse ser traduzida, uma vez que era a "palavra de Deus" e não cabia aos homens alterá-la.

Conta-se que 70 sábios foram encerrados em suas celas para traduzi-la, e que, ao sair, todas as suas versões coincidiram ponto por ponto, como se os 70 tivessem sido inspirados pelo sopro divino. Certamente aqueles que se dedicaram a esta tradução esmeraram-se ao máximo, conseguindo que cada palavra em hebraico tivesse uma correspondente grega, cada vírgula uma vírgula, e cada ponto um ponto. Inventara-se a fidelidade e até mesmo a literalidade. Introduziu-se na mentalidade humana a sacralização dos textos, o que permite que o Quixote seja imutável e comece dizendo: "Em um lugar da Mancha, de cujo nome não quero me lembrar...", embora saibamos hoje que "não quero" significava também "não creio". Isto também faz com que as passagens obscuras e misteriosas de Shakespeare permaneçam na sua infinidade de traduções, porque do contrário não seriam Shakespeare.

Acontece que agora é possível alterar o que escreveram outros em épocas menos bregas, afetadas e melindrosas, em que se davam nomes aos bois, e os cegos eram cegos; os velhos, velhos; os gordos, gordos; os escravos, escravos. Algumas mentalidades eufemísticas e puritanas (e que

ainda por cima se crêem de esquerda) não apreciam que o mundo tenha sido como tem sido, e que a imagem tradicional de Deus seja masculina. Têm todo direito de tentar mudar esta situação, mas não baseadas em falácias e tergiversando o passado e a história. Esta é uma postura de censura, inquisitorial e totalitária, semelhante a das ditaduras. Em breve, essas mentes julgarão errado que Otelo, um assassino, fosse negro; que Romeu e Julieta, dois suicidas, fossem menores de idade; que Macbeth, outro assassino, fosse instigado por uma mulher, a sua; e que Dom Quixote tivesse um escudeiro "porque todos os homens são iguais". Talvez decidam então fazer versões "politicamente corretas". Continuo e continuarei dando nomes aos bois, a isso eu chamo de inquisição, censura, tergiversação, manipulação, falsidade e sequestro. No momento, a Bíblia já foi vítima de tudo isso.

JULIAN MARÍAS é escritor espanhol, autor de, entre outros, do romance "Coração Tão Branco" (Martins Fontes)
Tradução de LILIA ASTIZ

(09/08/1996)

Caso provoca polêmica entre juristas

DA REPORTAGEM LOCAL

O "caso Tiririca" coloca em confronto dois valores garantidos pela Constituição brasileira.

O primeiro é a liberdade de expressão. Está previsto no artigo 220, parágrafo 2º, que proíbe "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

O outro valor -a igualdade racial- ampara-se no artigo 5º, inciso 52º: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível".

Os juízes que determinaram as sanções contra o cantor Tiririca entendem que, embora se trate de um direito constitucional, a liberdade de expressão tem limites.

Consideram, ainda, que quem ultrapassa tais limites está cometendo um abuso.

Mais especificamente: para os juízes, Tiririca incita o racismo na música "Veja os Cabelos Dela".

Ultrapassa, assim, um dos limites que transformam o direito à liberdade de expressão em abuso.

Daí, a censura -tida como uma espécie de antídoto contra o excesso.

Nem todos os juristas pensam da mesma maneira. O advogado Samuel Mac Dowell de Figueiredo, 47, concorda que há limites para a liberdade de expressão. Mas não acha que a censura seja o melhor modo de combater os abusos.

"Quem ultrapassa os limites deve ser responsabilizado civil e criminalmente. Ou melhor: a Justiça pode requerer indenizações financeiras e mesmo a prisão dos que cometeram os excessos. O que não pode é censurar", diz Figueiredo.

O advogado e articulista da Folha, Luís Francisco Carvalho Filho, 38, também condena os vetos à canção. "A censura exercida por um juiz é tão grave quanto a exercida por um general. Precisamos tomar cuidado quando, em nome do politicamente correto, ameaçamos a liberdade de expressão. A história já nos mostrou que as sociedades sempre sabem como a censura começa, mas nunca sabem de que maneira termina."

O diretor geral do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Celso Bastos, 58, vai além e questiona os pareceres de que Tiririca cometeu discriminação racial.

"Só há racismo quando se prega que uma raça é inferior à outra. E isso Tiririca não fez. O simples fato de brincar com as características que diferenciam as raças não é sinônimo de racismo."

(22/09/1996)

Politicamente correto atinge até as bíblias

Versões em inglês são 450

PATRICIA DECIA

DE NOVA YORK

Se dirigir a Deus como "Pai" parece razoável e amplamente aceito em praticamente todas as religiões ocidentais. Mas, nos anos 90, a era do "politicamente correto", esse senso comum ofende algum segmento da sociedade que enxerga nessa denominação uma amostra de sexismo. Para agradar aos descontentes, o mercado de bíblias, o maior best seller de todos os tempos, criou uma versão publicada recentemente nos EUA que só se refere a Deus como "Pai-Mãe" ("Father-Mother"). Mais: a "mão direita" descrita no livro virou "mão poderosa", para não ofender canhotos de qualquer credo.

As bíblias "politicamente corretas" -como "O Novo Testamento e Salmos: Uma Versão Abrangente", que contém os exemplos acima- ou em versões simplificadas e dirigidas a um público bastante específico viraram tendência no mercado editorial e junto às igrejas, numa tentativa cada vez mais agressiva de arrebatar novos fiéis.

450 versões

Atualmente há 450 versões em inglês da Bíblia, incluindo partes do Novo e Velho Testamento e livros de estudo.

A editora Zondaran, por exemplo, publica a "Bíblia Devocionista para Mulheres", a "Bíblia de Estudo para Adolescentes", a "Bíblia para Casais", além de uma "Bíblia Aplicada à Vida".

O mercado também fornece aos norte-americanos versões para a Internet (rede mundial de computadores), versões em vídeo e guias de ajuda para ler a Bíblia.

Segundo levantamento do "Publisher's Weekly", publicação das editoras, são gastos cerca de US\$ 400 milhões por ano no país apenas em bíblias.

A "New Living Translation" ("Nova Tradução Viva"), por exemplo, já vendeu 40 milhões de cópias no país desde seu lançamento, no início do ano.

Segundo o crítico de livros religiosos da "Publisher's Weekly", Henry Carrigan, a intenção dessas atualizações é tornar a Bíblia mais acessível e facilmente compreensível para o leitor comum, que teria dificuldades de entender a escrita arcaica do século 17 usada na edição Rei Jaime, uma das mais tradicionais nos Estados Unidos.

"Essas traduções usam o inglês que um estudante de primeiro grau pode entender", afirmou. As diretrizes dessas editoras incluem a abolição de qualquer uso da poesia, considerada muito elaborada e sujeita a compreensões erradas por parte dos leitores.

É importante ressaltar ainda que muitas das novas versões são dirigidas a protestantes e têm sua base de comparação na versão Rei Jaime, escrita em 1611, quando passou a ser considerada oficial por esses religiosos.

A tradução em inglês mais adotada pelos católicos romanos data de 1609, feita por Douay Rheims, com revisões durante todo o século 18.

(15/04/1996)

Wideman ataca racismo dos críticos

JOSÉ GERALDO COUTO
DA REPORTAGEM LOCAL

O norte-americano John Edgar Wideman, 54, que chega hoje ao Brasil para lançar seu livro "Acaso Sou o Guarda de Meu Irmão"?, não aceita pacificamente o epíteto de "principal escritor negro americano da atualidade".

"Pretender colocar um autor num compartimento de acordo com a cor de sua pele é uma atitude racista e anticultural", disse ele em entrevista à Folha por telefone, de Pittsburgh, Pensilvânia (EUA).

Pós-graduado em literatura em Oxford (Inglaterra), professor da Universidade de Massachusetts, autor de uma dúzia de livros premiados, Wideman tem um irmão e um filho na cadeia, ambos condenados à prisão perpétua -o primeiro por assassinato durante assalto, o segundo pelo homicídio de um colega, num acampamento.

Sobre o irmão ele escreveu o livro que sai agora no Brasil. Sobre o filho ele não fala nada para não atrapalhar o caso, que tramita na Justiça. A seguir, os principais tópicos da entrevista.

*

ASTROS NEGROS - "Qualquer afro-americano que obtenha sucesso desempenha um papel ambíguo na sociedade, pois é usado como um indício de que o sistema funciona. As pessoas dizem: 'Olhe para esses sujeitos. Por que você não pode ser como eles? Por que não escreve livros ou joga basquete?' Por isso é tão importante que sejam feitos livros e filmes contando a história do ponto de vista de quem vive o problema na carne."

"LITERATURA NEGRA" - "Tenho orgulho de fazer parte de uma cultura afro-americana, de ter uma herança étnica, biológica, um modo próprio de falar inglês. Mas sou também um americano que leu Twain, Faulkner etc. É isso tudo que molda minha literatura, não a cor da minha pele. Os críticos frequentemente confundem os reinos da biologia e da cultura."

POLITICAMENTE CORRETO - "Não se trata de usar esta ou aquela palavra, 'negros' ou 'afro-americanos'. Trata-se de tentar entender a história e a cultura na sociedade atual. Há pessoas de boa-vontade que estão fazendo um esforço para compreender a diversidade e outras que simplesmente tentam manter a mitologia que justifica sua posição privilegiada na sociedade. Estas pessoas são perigosas, não importa que linguagem ou rótulos elas usem."

LITERATURA ORAL - "Quando me perguntam que autores me influenciaram mais, digo que foram as fontes orais: pregadores que ouvi quando criança, histórias que minha mãe me contava, conversas ouvidas na barbearia, a linguagem usada nas quadras de basquete. Essa é a língua através da qual aprendi a sentir, é minha língua primordial, aquela que fica com você para sempre, mesmo que você aprenda vários outros idiomas."

(07/08/996)

Só falta agora censurar os bichos da Parmalat

BARBARA GANCIA
COLUNISTA DA FOLHA

Cada um tem o Salman Rushdie que merece. O nosso é um palhaço desdentado e tosco com um senso de humor tão chulo que é capaz de assustar até quem vê lirismo nas letras dos Mamonas Assassinas.

Me refiro ao Tiririca, o humorista cearense que teve sua música "Veja os Cabelos Dela" censurada por uma juíza metida a paladina do Rio.

Ora, ora, ora. Fiz um texto sobre o assunto para a "Ilustrada" de sábado passado, que saiu todo truncado. Em síntese, dizia que, se um francês fizesse uma música sobre o difundido mito de que seus conterrâneos não são adeptos do hábito de tomar banho, ninguém daria a mínima.

Mas, quando o negro nordestino Tiririca faz uma música dizendo que a nega fede, todo mundo vira gringo politicamente correto e se sente pessoalmente ofendido por uma brincadeira autodepreciativa sem a menor importância.

Com aquele layout de fim de feira, Tiririca só pode mesmo frequentar senhoras que fedem. Ou alguém se ilude que ele tenha passado os últimos anos tomando chá das cinco na companhia da Carmen Mayrink Veiga?

Quando Gabriel, o Pensador, cometeu aquela musiqueta sobre a lôraburra, que eu saiba, nenhum movimento de defesa das minorias subiu nas tamancas. E olha que, no Brasil, loira é minoria das minorias.

Mas, ultimamente, o tapuia entrou numas de achar que demonstrar melindre por qualquer besteira é dar de cidadão desenvolvido.

Andaram censurando página na Internet, implicaram com os concertos do grupo Planet Hemp e agora só falta tentarem censurar a campanha "Mamíferos", da Parmalat, sob alegação de que a ovelha, animal que é sinônimo de submissão, é encarnada por um menino negro.

Veja o caso do jornal argentino que, antes do jogo Brasil x Nigéria, publicou a manchete "Que vengam los macacos".

O que teve de símio vestindo a carapuça, não foi bolinho.

Pois desde que me conheço por gente argentino chama tapuia de "macaquito". A expressão nada mais é do que um misto de provocação com demonstração de carinho.

A mim não incomoda em nada. Afinal, antes ser macaco do que conterrâneo da junta de generais que mandou milhares de rapazes para a morte nas Malvinas, sem motivo algum.

1997

(24/01/1997)

O politicamente incorreto terno 'assassino'

HÉLIO SCHWARTSMAN
DA EQUIPE DE ARTICULISTAS

Nesses tempos do politicamente correto, em que negros tornam-se afro-brasileiros, e os tradicionais baixinhos viram indivíduos verticalmente prejudicados (pelo menos em inglês), cabe refletir sobre o uso indiscriminado do termo "assassino(a)", provavelmente a palavra mais pronunciada nas cercanias do tribunal onde se julga o homicídio de Daniella Perez.

Trata-se de imemorial preconceito cristão contra muçulmanos, mais especificamente contra uma seita ismaelita xiita (sempre os xiitas, coitados) da Síria, de cuja existência os cristãos tomaram conhecimento no século 12.

Diz a lenda que eles se embriagavam com haxixe, "hashish" em árabe, e, depois, em meio a visões do paraíso, matavam com notável habilidade seus inimigos, principalmente os infiéis. Os "hashishiyn", como eram conhecidos pelos seus próprios compatriotas sírios, viraram assim os "assassinos", na pronúncia aproximada das línguas neolatinas.

Esse relato, contudo, não é digno de crédito. Muito embora, com a proibição do consumo de álcool pelo islamismo, não restassem grandes opções de embriaguez aos muçulmanos, é improvável que os "hashishiyn" fumassem a resina rica em tetrahydrocannabinol (THC) mais pelo menos 241 substâncias ativas antes das batalhas.

O haxixe tem propriedades relaxantes. Segundo especialistas, pode até provocar apatia, estado absolutamente indesejável num embate militar. Cenas de guerra em câmara lenta, só em Hollywood.

Uma vez que os próprios sírios os designavam como consumidores de haxixe, o mais provável é que apenas celebrassem suas vitórias com a supra-referida droga, muito embora possa tratar-se de mera maledicência, dadas as rivalidades histórico-teológicas entre muçulmanos sunitas e xiitas. Dificilmente, porém, os sírios teriam inventado esse nome do nada.

Assim, em respeito à fé islâmica, aos consumidores de cânhamo em geral e às influências do politicamente correto sobre a linguagem, fica a sugestão de substituir o excessivamente sibilante "assassino" pelo vernáculo "homicida" ou, no caso, pelo neologismo "femicida". Convém, porém, esperar o resultado do julgamento, como requerem os mais básicos ditames da civilização.

(29/03/1997)

O politicamente correto chega aos esportes

MATINAS SUZUKI JR.
DE NOVA YORK

Meus amigos, meus inimigos, durante uma partida da NBA entre o Miami Heat e o Golden State, na semana passada, um locutor de Miami proferiu o seguinte comentário: "Thomas Jefferson ficaria orgulhoso desse passe do Crotty. Quando Jefferson estava vivo, o basquete não havia sido inventado ainda, mas aqueles escravos trabalhando nas fazenda de Thomas Jefferson, eu estou seguro de que poderiam se tornar ótimos jogadores de basquete".

O passe foi dado pelo jogador branco do time de basquete de Miami, John Crotty, para o seu companheiro negro Keith Askins.

Crotty veio do estado da Virgínia, fundado por Thomas Jefferson.

A frase do locutor de Miami, que se chama David Halberstan, foi considerada racista e chocou os jogadores do Heat.

Na sexta da semana passada, antes do novo jogo do Heat, Halberstan pediu desculpas.

Isso não o isentou da multa de US\$ 2.500,00, aplicada pelo "manager" da NBA, David Stern.

*

Já o técnico dos Nets, John Calipari, levou uma multa recorde, dez vezes mais salgada do que a do locutor de Miami: US\$ 25 mil.

Ele chamou o repórter do jornal "The Star-Ledger", de Newark, aqui pertinho de Nova York, de "mexicano idiota".

Calipari, como o locutor de Miami, teve que pedir desculpas oficiais ao jornalista.

Detalhe que pesou na fixação do preço das duas multas: o salário do locutor é baixo, enquanto John Calipari já assinou um contrato de US\$ 15 milhões para ser técnico e vice-presidente de operações dos Nets por cinco anos.

*

É importante que o racismo seja combatido dentro e fora do esporte.

No caso da NBA, como se viu, ele foi punido de maneira rápida e pública, além da aplicação de multas.

É também impressionante o grau de organização da NBA, que não passa de um sistema de franquias, na gestão desse esporte em todos os seus detalhes.

Mas, aqui, como entre tantos outros casos, é preciso ficar vigilante quanto aos excessos do politicamente correto.

Se a sentença contra o locutor for levada a extremos, a liberdade de expressão pode ficar seriamente ameaçada.

Além disso, ao multar o locutor, a NBA o condenou -em um caso que seria tipicamente da alçada da Justiça.

Se você tem dúvida, veja o filme "O Povo Contra Larry Flint", em cartaz aí no Brasil.

*

Sábado é dia de seleção dos elegantes.

Aí vai a do chic da publicidade, o corintiano Washington Olivetto:

Lev Iashin (russo, o aranha vermelha, aquele que não caía à toa), Carlos Alberto (até agora uma unanimidade), Mauro Ramos, Djalma Dias (novidade na lista, indicada pelo Olivetto) e o clássico Nilton Santos; Franz Beckenbauer, Falcão (duas unanimidades, também), Didi e Johann Cruyff (que aparece em quase todas as listas).

No ataque, o doutor Sócrates (que também entrou na lista do Falcão) e, escolha surpreendente, Michel Platini, o francês que ganhou tudo quando jogava pela Juventus, de Turim.

(18/05/1997)

NBA define hoje ordem do 'draft' universitário; Malone deve ser eleito melhor jogador do ano; Politicamente correto muda equipe nos EUA

DA REPORTAGEM LOCAL

NBA define hoje ordem do 'draft' universitário

Um sorteio vai determinar nesta tarde a ordem de escolha na próxima seleção de calouros da liga. O Boston Celtics, que cumpriu a pior campanha de sua história, aposta no "draft" para se reerguer. Tem 36% de chances de ficar com o direito de escolher em primeiro lugar. A seleção será em 21 de junho.

Malone deve ser eleito melhor jogador do ano

O ala-pivô do Utah Jazz, Karl Malone, é favoritíssimo ao prêmio "Most Valuable Player", dado ao melhor jogador da temporada da NBA e que será anunciado hoje à tarde. Michael Jordan, armador do Chicago Bulls, deve ficar em segundo lugar na votação dos 115 jornalistas indicados para o júri.

Politicamente correto muda equipe nos EUA

Em autoproclamado protesto contra a violência urbana, o Washington Bullets (balas, projéteis), da NBA, passou a se chamar Washington Wizards (magos) a partir da última sexta-feira. As cores do time também mudaram: saíram vermelho, azul e branco; entraram bronze, azul e preto.

1998

(08/01/1998)

Muito riso e pouco siso em 1998

DAVID DREW ZINGG

em Sampa

"A longo prazo, é melhor possuir um abscesso ou um tumor do que possuir um senso de humor."
Ogden Nash

Comecemos pelas boas notícias -depois de fazermos longos e complicados cálculos usando logaritmos algébricos complexos e pouco conhecidos. O professor Dave chegou à conclusão de que nunca mais precisaremos rir das piadas sem graça feitas sobre o ano de 1997.

Isso significa, por exemplo, que durante o novo ano não seremos mais forçados a ouvir a Xuxa contando para quem quiser ouvir o quanto anseia por ficar grávida -ela já atingiu essa meta complexa e difícil durante o ano que acaba de findar.

Em 1998, porém, vamos poder ouvi-la descrevendo para nós os prazeres intermináveis associados ao tornar-se mamãe.

Tudo isso terá lugar num programa da TV Globo patrocinado por um fabricante de -surpresa, surpresa!- fraldas. Em 1999, a mamãe Xuxa será patrocinada por um fabricante de leite em pó infantil, e, no ano 2000, por um bichinho.

1998 será a maior fábrica de risos de todos os tempos. Afinal, haverá uma eleição.

Prevejo que o sábio público eleitor brasileiro vai votar exatamente nas mesmas pessoas que já se encontram no poder. Elas serão FHC e os integrantes do bom e velho Congresso.

Será uma escolha muito inteligente, pois garantirá que o governo federal fará o absoluto mínimo possível no futuro previsível.

Nossa economia está ótima, graças principalmente à inteligente indústria de economistas instalada por Fernandinho em Brasília.

Os economistas que hoje gozam de emprego em tempo integral no Brasil já ultrapassam, em número, o total de cidadãos sem-terra, sem-teto e sem emprego no país inteiro.

Quanto mais economistas tivermos em 1998, mais piadas de economistas vamos ouvir em 1998. Por exemplo:

Cem economistas enterrados em areia até o pescoço são o quê?

Pouca areia.

Nos velhos tempos, antes de os advogados inventarem a idéia de controlar nossas línguas e impor o "politicamente correto", a gente se rachava de rir do azar dos outros, como, por exemplo, os portugueses ou os vesgos.

Hoje em dia, esse tipo de atitude deixou de ser considerado boa conduta por parte de pessoas civilizadas.

As piadas que os ingleses contavam dos irlandeses, ou que os gringos contavam sobre os poloneses, hoje são contadas sobre pessoas sem sexo descritas como "loiros" ou, mais frequentemente, "loiras".

Uma loira entra num bar acompanhada de um porco. O barman pergunta: "Onde você achou esse bicho burro e rechonchudo?" O porco responde: "Ganhei numa rifa".

No Mercosul, o novo ano promete trazer novas variações sobre problemas antigos. Tio Dave prevê, por exemplo, um novo surto da chamada "doença da vaca louca", que vai fechar muitos restaurantes na vizinha Argentina.

Graças à reação rápida das autoridades sanitárias, o problema será resolvido, com as vendas de baby-beef retornando aos patamares normais, apenas para mergulharem outra vez com a chegada de um surto da temível "doença do ketchup louco".

O elevado senso de honestidade e responsabilidade cívica do sudeste brasileiro fará manchetes no novo ano.

A família imediata de uma importante figura política paulista será alvo de acusações de delitos diversos. Quando os investigadores da Polícia Federal descobrirem que o cofre bancário do referido político na Suíça contém o Estado de São Paulo inteiro, o político vai se defender, alegando que foi "um presente de casamento" que recebeu.

No ano que vem o Rio de Janeiro vai conferir um novo sentido à frase "atendimento ao público". Buscando melhorar sua atual imagem de a cidade que mais maltrata visitantes e turistas no mundo ocidental, o Rio vai criar cursos acelerados de cortesia para serem ministrados a seus motoristas de táxi.

Os motoristas terão aulas de etiqueta, contendo dicas sobre pontos tais como:

* Quando estiver dirigindo sobre a calçada, buzine com toques curtos e educados.

* Sempre que possível, evite cuspir diretamente sobre o(s) passageiro(s).

* Não diga "vá se (expletivo)" ao passageiro. Em lugar disso, opte por "tenha uma (expletivo) de dia".

Em 1998, na previsão do Velho Profeta Dave, vamos assistir ao fim rápido e definitivo da recente série de tragédias da aviação civil que vem acometendo companhias aéreas brasileiras, tais como a TAM, a TAM e a TAM.

Um de meus informantes altamente situados no DAC -o departamento que controla todos os vôos comerciais no espaço aéreo brasileiro- me informa que esse órgão do governo vai atuar de maneira ousada e decisiva para acabar com a onda de desastres que tanto preocupa os viajantes. Podemos esperar para o futuro próximo a decretação de uma norma pioneira proibindo todas as companhias aéreas, tanto nacionais quanto estrangeiras, de sobrevoarem a sede do DAC.

A Copa do Mundo será o grande assunto de 1998. Dingo Dave lança a ousada previsão de que cerca de 10 mil jogadores de futebol vão reunir-se no estádio de Paris (o mesmo onde Lindbergh aterrisou no final de seu vôo transatlântico) e assinar um contrato vitalício exclusivo com o presidente da Nike, João Havelange, comprometendo-se a nunca mais darem "bom dia" a Pelé. No ano que vem, o Ministério brasileiro da Saúde tomará medidas ousadas para combater a crescente epidemia de Aids por meios educativos.

O ministro nacional da Saúde vai anunciar a aquisição de mil pênis de madeira de 12 cm de comprimento, a serem usados para mostrar às moças donzelas ianomamis como se coloca uma camisinha.

Os pauzinhos -uma gracinha, diga-se de passagem- foram postos no mercado mundial pelo Ministério da Educação canadense (é verdade).

Em mais uma iniciativa governamental ousada, o DAC, como parte de seu compromisso constante com a segurança dos vôos civis brasileiros, vai anunciar a transferência de sua sede em Brasília para um local subterrâneo.

Que tal um brinde a todas as piadas que nos esperam em 1998?

O quê? Você está dizendo que não bebe porque o álcool faz mal a seu coração?

Tá mal, cara! Que pena!

Mas alguém vai ter que se encarregar dessa árdua tarefa.

Passe sua taça pra cá.

(08/05/1998)

Big Brother invade caixa-postal de colunista

BARBARA GANCIA

Colunista da Folha

Alô, Pedro Bial! Agora entendo porque você ainda não se manifestou publicamente sobre a gafe cometida no "Fantástico", em que você chamou o balé Kirov de "coisa de viado", sem saber que seu microfone estava ligado.

Na quarta, esta coluna espinafrou a indignação ocasionada pela gafe do Bial.

Gata escaldada, com 14 anos de colunismo nas costas, costumo saber de antemão quando um de meus comentários irá gerar o entupimento de minha caixa-postal eletrônica com mensagens iradas.

Mas confesso ter sido tomada de surpresa pela reação do leitor com a coluna de quarta. Não é que mais de 90% deles ficou ofendidíssimo com minhas colocações? Oh, vida! Oh, dor!, como diria aquela hiena do desenho animado, o Hardy Har-Har. Onde é que enterraram a leveza e a graça que costumavam elevar o espírito desta nossa gente bronzada? Quem foi o filho de uma égua que contaminou o tapuia com essa demência americana chamada de comportamento politicamente correto?

Confira, ó leitor humorado, alguns dos lamentáveis trechos das carrancudas mensagens: "Surpreendente ler em sua coluna que 'contar piada de negro, judeu e viado pode'. Só tomando Anafranil na veia para não chorar, né não?

Outro: "...perdeu a chance de ficar calada. O Bial pode falar o que pensa na casa dele, mas na TV não". Esse escolheu ignorar completamente o fato de que o Bial não sabia que seu microfone estava ligado. Eu entendo. É mais prático ler o que der na telha, do que aquilo que está escrito.

Mais um: "Sou membro do grupo Dignidade de gays, lésbicas e travestis de Curitiba e acho dispensável você criticar os gays por um direito". Cuma?

E dá-lhe tristeza: "Você não acredita naquela coisa de dar um bom exemplo?" Não, não acredito, meu caro. O mínimo de respeito que posso ter pelo meu leitor é presumir que ele tem opiniões formadas.

E, para concluir: "Quando o Ricupero falou aquelas coisas em off você se indignou". Pois é. Dizer que você só está ocupando um cargo no governo para servir de trampolim é igualzinho a perpetrar uma tirada inocente.

No dia em que não se puder mais fazer comentários jocosos no local de trabalho, como querem esses leitores preconceituosos, eu antecipo minha ida para a Patagônia.

QUALQUER NOTA

Picante No feriado, viajei de carro ouvindo o áudio-livro do diário de Alec Guinness. En passant, o ator menciona um drinque de dar água na boca. Sinta só a mistura: Clamato (suco de tomate e extrato de molusco. Pode ser encontrado em lojas de importados), acquavit Aalborg, um espirro de vinagre balsâmico e outro de tabasco.

Mistério

A versão oficial não convenceu. Mas, mesmo conhecer o Pedro Bial, os jornais italianos andam sugerindo que o crime dos guardas do Vaticano foi "coisa de viado".

Luto

Chora galera! No dia 14 de maio a TV americana exhibe os derradeiros episódios de dois dos melhores seriados de todos os tempos: "Seinfeld" e "Ellen".

barbara@uol.com.br

(13/10/1998)

TELEVISÃO

Entidades pedem o fim de sitcom polêmica

RICARDO CALIL

especial para a Folha, de Nova York

A ditadura do politicamente correto volta a atacar nos EUA. Para várias instituições -desde grupos negros (ou afro-americanos, como eles preferem) até a Câmara Municipal de Los Angeles- a nova sitcom do canal UPN (braço televisivo da Paramount Studios) trivializa a história norte-americana e faz humor com um tema considerado no mínimo inadequado: a escravidão negra no país.

"The Secret Diary of Desmond Pfeiffer" conta a história de um nobre inglês negro (Chi McBride) que, após ser confundido com um escravo, vai trabalhar como mordomo do presidente Abraham Lincoln (Dann Florek) e acaba virando seu conselheiro.

Para Danny Bakewell, presidente do grupo de direitos civis Brotherhood Crusade, "a série despreza o sofrimento causado pela escravidão e, por isso, deve ser tirada do ar o mais rápido possível". Ele afirma que a comunidade negra precisa lutar pela dignidade de seus ancestrais.

A entidade promoveu um protesto contra a série no dia 5, dia da estréia na TV, em frente à sede da Paramount, em Hollywood. O reverendo Jesse Jackson se juntou aos ativistas e também pediu o cancelamento da série. Ele proferiu palavras de ordem como "just say no" (simplesmente diga não), bordão de campanha antidrogas.

Caso a série não seja tirada do ar, o próximo passo da Brotherhood Crusade será promover um boicote à Paramount e aos patrocinadores da sitcom.

Os protestos dos grupos negros foram ouvidos pela Câmara Municipal de Los Angeles, que pediu o adiamento da série em uma moção encaminhada à UPN. A Câmara deu dez dias à sua Comissão de Direitos Humanos para avaliar se pede ou não o fim da sitcom.

A UPN já declarou que não pretende tirar a série do ar, apesar dos protestos. Ontem seria exibido o segundo episódio do seriado.

Para o presidente da UPN, Dean Valentine, os protestos são infundados porque a série não trata da escravidão. "A última coisa que queremos é ofender uma parte tão importante da sociedade", disse à imprensa dos EUA.

Apesar da polêmica, a série estreou na semana passada com baixos índices de audiência. "The Secret Diary of Desmond Pfeiffer" registrou um público 48% menor do que a estréia de sua antecessora, "Good News", em 97.

A UPN decidiu na última hora colocar o segundo episódio no ar porque o piloto continha piadas que poderiam ser consideradas racistas. Em uma delas, o chefe do staff da Casa Branca ordena que o mordomo negro tire os pés da mesa dizendo que os escravos ainda não haviam sido emancipados.

O fracasso da estréia não deve ser creditado ao boicote, mas sim à baixa qualidade da sitcom. Mais do que uma farsa política, a série é um besteiro sobre os bastidores da Casa Branca que traça um óbvio paralelo entre as administrações de Lincoln e Bill Clinton.

Um dos assessores de Lincoln, retratado como um presidente extremamente mulherengo, chega a fazer sexo online -só que, em vez do telefone, ele usa um telégrafo. Por piadas como essa, um crítico chegou a batizar a série de "Quem Vai Ficar com Mary Todd?", uma ironia que junta o nome do filme dos irmãos Farrelly com o da primeira-dama, Mary Todd Lincoln.

Se não fosse motivo de polêmica, "The Secret Diary of Desmond Pfeiffer" certamente passaria despercebida. As atuações são pífias, mesmo para uma sitcom, e as piadas não tem graça -o que fica ainda mais claro pelo uso mais que insistente da claqué. Talvez fosse melhor que o diário secreto de Desmond Pfeiffer permanecesse inédito. Mais uma vez, muito barulho por nada.

(13/12/1998)

POLÍTICA

O politicamente correto não ridiculariza os EUA como se pensa comumente

Cegueira brasileira

BARBARA MUSIMECI SOARES

especial para a Folha

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o status de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país -tratado, frequentemente, como um bloco indiferenciado- esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, ao exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ter se iniciado e se diversificado nos EUA? Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, frequentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em "os americanos" não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em "os americanos", desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é um "ato falho" que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais. Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada "ditadura do politicamente correto". Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte

considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem "os americanos".

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e a ameaça às liberdades individuais -fontes legítimas de inquietação- aconteceram em decorrência de mudanças profundas, que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, "os americanos" já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor, uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial?

Barbara Musimeci Soares é co-autora do livro "Violência e Política no Rio de Janeiro" (Relume-Dumará).

(17/10/1998)

LUÍS NASSIF

Politicamente correto?

O episódio das supostas denúncias contra privilégios dos juízes federais obriga a uma nova reflexão sobre alguns vícios ainda extremamente arraigados na mídia.

O principal deles é a ditadura da primeira versão. Depois que sai a versão inicial, não há santo que inverta a bússola. "Mocinhos" e "bandidos" são imediatamente entronizados nos seus devidos postos, e toda a cobertura trata de receber da maneira mais acrítica as manifestações dos "mocinhos" e da maneira mais depreciativa as colocações dos "bandidos".

Isso, obviamente, dá margem a toda sorte de manipulação. Basta a fonte dirigir a análise do jornalista para determinado ângulo para ter a segurança de que não haverá alteração de rota no caminho.

O episódio em questão já foi explicado na coluna. A emenda 19 à Constituição, base da reforma administrativa, estabeleceu teto para o funcionalismo público e algumas regras para reduzir a disparidade entre faixas salariais de uma determinada categoria -entre as quais a dos juízes federais.

A emenda é auto-aplicável. Mas, por um desses expedientes jurídicos de postergação, entendeu-se que não seria. Sendo, afetaria de imediato os vencimentos de políticos, marajás do próprio Judiciário e até de ministros do Supremo Tribunal Federal -cujo subsídios, sendo o teto do funcionalismo, teriam dificuldades em ser reajustados depois da promulgação da lei, pelas implicações sobre toda a folha de funcionários.

Essa postergação de uma lei auto-aplicável acabou afetando diretamente os direitos dos juízes federais, especialmente os de início de carreira, cujo subsídio está flagrantemente abaixo dos mais altos. Em grande parte dos tribunais, há funcionários ganhando mais que juízes.

Só que, se o STF aceitasse a aplicação dos reajustes, implicitamente estaria reconhecendo que a emenda é auto-aplicável -o que resultaria no corte imediato de todos os salários que excedessem o teto. Atirou-se em uma codorna, para se permitir ao gavião escapar incólume dos caçadores de notícias.

Preconceito

O segundo vício é o enorme preconceito que se dedica a determinadas classes sociais. É politicamente incorreto falar mal de negro, índios, homossexual e mulher (não apenas politicamente incorreto como sinal de selvageria de uma cultura).

No entanto praticam-se às escâncaras o mais desprezível preconceito contra outras categorias profissionais, numa homogeneização de críticas que fere normas elementares de direito individual, além de ser prova cabal de ignorância.

Em geral, o funcionário público é vítima desse preconceito. Pouco importa o quanto ganhe e o quanto trabalhe. Sempre será taxado de preguiçoso e marajá. Entre os funcionários públicos, poucos são tão criticados quanto os juízes.

Não que o Judiciário seja um poder imune a críticas. Pelo contrário, há que se lutar por uma abertura maior das informações e por formas de controle administrativo. Existem mazelas de monta no Judiciário, seja na indústria da desapropriação ou das ações contra a União. Daí a decretar que todo juiz, ou a maioria, seja privilegiado vai uma distância estelar. Tem-se enorme contingente de juízes que abriram mão de possibilidades de rendimentos muito maiores, em escritórios de advocacia, para cumprir a missão de levar a Justiça a todos os cantos do país. Para cada malandro, há dezenas de bem intencionados, trabalhando longe dos palácios planaltinos e cumprindo efetivamente papel social dos mais relevantes.

No entanto há uma série de fatos que deflagram coberturas pavlonianas, sem um mínimo de ligação com a realidade. Sempre que aparecem temas ligados ao Judiciário mostram-se essas pirâmides sem nexo dos tribunais de Brasília, como se fossem o símbolo do que ocorre em todo o

Brasil. E o que tem a ver com isso o juiz do interior, ele também vítima dessa enorme distorção que cobre de regalias o centro e deixa a descoberto a ponta -justamente aquela que presta serviços diretamente ao cidadão?

Quando os juízes mostram seus contracheques, sempre aparece um leitor "provando" que se pode viver bem com esse salário -que é inferior à média de qualquer grande redação do país. Como se batalhar por salários decentes fosse uma atitude antinacional.

Há que se coibir abusos -e essa é uma das principais missões da imprensa. Mas não se pode mais embarcar nesse simplismo, de estigmatizar categorias profissionais dessa maneira.

E-mail: lnassif@uol.com.br

1999

(22/01/1999)

"Cinderella", o filme, corrige conto de fadas

BERNARDO CARVALHO

especial para a Folha

Em tempos de pós-feminismo politicamente correto, aos contos de fadas só resta mesmo serem corrigidos. O menor resquício de futilidade feminina, por mais humano que seja, desaparece para dar lugar a nobres valores de justiça social. E os bons sentimentos passivos são transformados em bom-mocismo engajado.

"Para Sempre Cinderella" começa com esse tipo de correção. Os irmãos Grimm, autores de uma das várias versões da lenda já conhecida desde o século 16, são chamados ao castelo de uma velha rainha (Jeanne Moreau) para tomar um pito e serem confrontados com a "verdade histórica" da vida de sua antepassada.

É esta a história corrigida que a rainha tem para lhes contar: ao contrário do que escreveram, Cinderella foi, na realidade, uma moça emancipada, que se preocupava muito mais com livros de filosofia política e o destino dos oprimidos do que com vestidos e sapatinhos.

Desde pequeninha, seu livro de cabeceira era "Utopia", de Thomas More, e sempre que podia abrir a boca ela discorria sobre a educação do povo e a justiça social, baseada em seu autor preferido.

É quando o espectador começa a desconfiar que, talvez, tudo não passe de uma paródia cômica desse revisionismo.

Quando entra na biblioteca do príncipe, a Cinderella ilustrada tem vontade de chorar de emoção diante de tantas obras impescindíveis. Como em sua versão mais convencional, ela é boa de coração e amiga dos injustiçados, mas não se contenta com a solidariedade passiva de sua antiga imagem: quando precisa, sai em socorro dos oprimidos e também não hesita em socar a irmã no meio da cara.

Para uma Cinderella revisionista dessas, a simples idéia de uma fada madrinha já seria motivo de escândalo, a ser denunciado e combatido. Na própria versão dos irmãos Grimm também não há nenhuma fada, e a pobre moça consegue todos os seus desejos derramando lágrimas sobre o túmulo da mãe.

Aqui, a solução foi outra. "Para Sempre Cinderella" é um filme de índole mais renascentista do que romântica. Não existe milagre, nada é sobrenatural, no máximo obra da ciência e da razão. Não adianta alimentar falsas esperanças. O príncipe pode ser "encantado", mas a fada madrinha, nesse caso, teve de ser transformada em Leonardo da Vinci.

Graças à cabecinha do gênio renascentista, Cinderella consegue não apenas conquistar o coração do príncipe, mas fazê-lo superar seus preconceitos de classe mais arraigados. E aqui, como com tudo o que se pretende politicamente correto, o difícil é saber se aquilo a que se assiste é sério mesmo -e o ridículo, involuntário- ou se tudo não passa de um exercício engraçadinho de auto-ironia.

2

Filme: Para Sempre Cinderella

Produção: EUA, 1998

Direção: Andy Tennant

Com: Drew Barrymore, Anjelica Huston, Dougray Scott, Patrick Godfrey e Jeanne Moreau

Quando: estréia hoje, nos cines Iguatemi 1, Olido 2, Gazeta e circuito

(01/03/1999)

Escritor teme revisionismo

da Sucursal de Brasília

O jornalista Eduardo Bueno -autor do best seller "A Viagem do Descobrimento", da Editora Objetiva- vê com cautela a iniciativa das escolas de Brasília de trocar a palavra descobrimento por invasão ou tomada de posse.

"Entendo e concordo com os motivos das escolas. É claro que o que houve foi uma invasão, uma conquista. Mas tenho medo de que seja deflagrada no Brasil uma onda de revisionismo histórico como aconteceu durante a comemoração dos 500 anos do descobrimento da América, em 1992. É desse ranço do politicamente correto que eu discordo", afirma.

Em seu livro, Bueno troca a palavra descobrimento por achamento, mas explica que a escolha foi casual.

Embora defenda as mesmas teses dos professores brasilienses (de que Cabral não foi o primeiro europeu a chegar ao Brasil e de que o desvio para o oeste foi proposital), Bueno prefere continuar usando os termos tradicionais.

"Não quis entrar nessa polêmica. Estava mais interessado em dar ênfase à aventura que foi a chegada dos primeiros europeus ao Brasil do que em dar início a uma revisão historiográfica." O escritor -que está finalizando o terceiro volume da coleção "Terra Brasilis"- explica que é contra a revisão historiográfica porque não quer que aconteça com a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil o mesmo que ocorreu durante as celebrações dos 500 anos da América. "Alguns autores americanos chegaram a boicotar as comemorações, dizendo que uma invasão não deve ser festejada. Mas temos de admitir que estamos contando uma história escrita pelos vencedores. O Brasil e a América são resultados desse jogo de trocas mercantis." Para Bueno, não há problema em manter a nomenclatura tradicional desde que, no subtexto, fique claro para o leitor o que de fato ocorreu.

"Escrevi no livro que o achamento do Brasil tem de ser visto pela perspectiva da proa (dos europeus) e da praia (dos índios). Para a proa foi descobrimento. Para a praia, invasão." **(DF)**

(30/05/1999)

DIÁLOGOS IMPERTINENTES

Rose Marie Muraro e Vicentinho debatem o preconceito no Brasil

O mundo dos branquinhos

SÉRGIO DÁVILA

Editor da Ilustrada

Quem sofre mais preconceito no Brasil? A mulher? O negro? O nordestino? Para Rose Marie e Vicentinho, os três de maneira igual. E mais: o homossexual. O pobre. O sindicalista. A idosa. O deficiente.

Este foi o tema do penúltimo encontro da série "Diálogos Impertinentes", promovida pela Folha, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Sesc.

No Sesc Pompéia, em São Paulo, o encontro teve a participação da escritora Rose Marie Muraro, editora da Rosa dos Tempos, e do sindicalista Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No começo da conversa, que foi mediada por Mário Sérgio Cortella, professor do departamento de teologia e ciências da religião da PUC-SP, e por este jornalista, Vicentinho evocou o criticado politicamente correto.

"Quando você diz que 'a coisa está preta', 'fulano mijou para trás' ou 'não fique judiando', ou ainda 'sicrano deu mancada', ofende, sem que eles fizessem nada a você, os negros, as mulheres, os judeus e os deficientes físicos. E quem aqui nunca falou uma coisa assim?", provocou o sindicalista.

"Sou cega, sei bem o que ele diz quando se refere aos deficientes físicos", concordou Rose Marie. A escritora, autora de dez livros (entre eles "Seis Meses em que Fui Homem"), e Vicentinho, que cursa direito na Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban-SP), não chegaram ao debate de mãos abanando.

Ambos foram armados de números, pesquisas e tratados. "De 1972 a 1992, a Polícia Militar de São Paulo matou cerca de 8.000 pessoas; dessas, 51% eram negras, sendo que, segundo o IBGE, o negro representa 25% da população paulista", disse Vicentinho.

"Você sabe que 1% da população brasileira tem 30% da riqueza do país? E que 348 pessoas no mundo são donas de metade do PIB mundial, ou seja, US\$ 14,5 trilhões?", fez as contas Rose Marie.

Vicentinho disse que há uma antena que não descansa nos que podem ser alvo de preconceito. E lembrou de um caso curioso: há algum tempo, esteve no Vaticano representando as centrais sindicais brasileiras num encontro que discutiria o neoliberalismo.

A certa altura, o padre-anfitrião levou-o a conhecer a Capela Sistina. "Uma coisa belíssima, emocionante", lembrou.

"Ensinarão que foi em tal lugar que o Michelangelo ficou bravo e foi embora e que o Papa mandou buscá-lo, que em outro não podia tirar foto porque estragava", foi contando o sindicalista.

"De repente, olho para o céu, todo mundo nu, Deus de caderno na mão, decidindo quem fica e quem cai. Olho para o inferno... Não é que era tudo escurinho? E os do céu, todos branquinhos." Branquinhos!

(06/06/1999)

Programas para minorias desenvolvidos nas universidades redefiniram o estudo e o perfil dos brasilianistas nos EUA, onde mais de 40 livros sobre o Brasil estão sendo

O Brasil da geração afirmativa

Divulgação

A cientista política e brasilianista Melissa Nobles, 35, professora do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), que lançará livro sobre a questão racial brasileira

FABIANO MAISONNAVE

especial para a Folha

Uma nova geração de brasilianistas está surgindo nos Estados Unidos. Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de negros, e de mudanças na sociedade brasileira, ela traz abordagens diferentes para velhos temas, principalmente relações raciais, e acrescenta outros, como estudos sobre pentecostalismo e homossexualidade.

Outra novidade é que os trabalhos recentes são assinados por pesquisadores com um perfil multicultural -há muito mais mulheres, negros, gays e latinos, resultado dos programas de ação afirmativa, que prevêm vagas nas universidades para minorias, e da criação de centros de estudo que abrigam esses grupos.

Entre obras publicadas sobre o Brasil desde o ano passado e que serão lançadas até o ano 2000, a Folha contabilizou pelo menos 49 livros acadêmicos -e o número pode ser ainda maior. Em 95 e 96, o número de publicações chegou a 38 -um aumento de 24%. Além disso, boa parte é resultado de teses defendidas recentemente. "A quantidade de livros que tem saído sobre Brasil em antropologia, história e ciências políticas é impressionante", atesta o historiador Thomas Skidmore, 66 anos de idade e 38 de brasilianismo.

Nesta edição, o Mais! apresenta alguns dos principais nomes da nova geração de brasilianistas surgida nos Estados Unidos.

Mercado de trabalho

Um indicativo do crescimento do interesse pelo Brasil foi a fundação, nos EUA, da Brasa (Brazilian Studies Association). Criada em 92 com 60 sócios, ela conta hoje 1.274 integrantes - dos quais 640 são brasileiros, 491, norte-americanos, e o resto se divide entre franceses, ingleses e portugueses, entre outros.

Parcialmente subvencionada pelo governo brasileiro, a Brasa surgiu como uma dissidência da Lasa (Latin American Studies Association), que mantém uma seção sobre o Brasil, com 85 associados. "Cansamos de ser o reboque da Lasa, eles nunca deram atenção ao Brasil", diz o professor de literatura brasileira da Universidade do Novo México, Jon Tolman, 60, atual diretor-executivo.

Entre as principais características das novas pesquisas está a combinação do estudo do Brasil com outros temas e a ênfase em comparar a realidade brasileira com a de outros países, sobretudo com os EUA. "O Brasil acabou virando um exemplo", diz o professor de história da USP José Carlos Sebe Meihy, 56, autor de dois livros sobre o brasilianismo. "Com a globalização, os estudos de área ficaram menos importantes. O pesquisador agora tem de estudar o Brasil como um caso de feminismo ou racismo."

O motivo é simples: mercado de trabalho. Com raríssimas exceções, dificilmente alguém arranjará emprego em uma universidade norte-americana só para dar aulas sobre o Brasil. Há poucos centros de estudo e apenas um departamento especializado no país, ainda assim dividindo as atenções com Portugal: o da Universidade de Brown, em Providence, onde estão, entre outros, os historiadores Thomas Skidmore e Anani Dzidzienyo (leia entrevista na pág. 5-8). Em geral, o brasilianista tem de dar aula sobre vários temas, e o Brasil acaba servindo de "caso", em cursos de história latino-americana ou de relações de etnicidade e gênero, por exemplo. Para o antropólogo John Burdick, 40, isso é uma tendência geral das ciências humanas, cujos reflexos não afetam apenas o brasilianismo. "Nas décadas de 50 e 60, ainda era possível ir para um país e escrever um estudo etnográfico sobre tudo. Hoje, temos de escolher um tema e focalizar nele", diz Burdick, autor de dois livros sobre o Brasil. Professor da Universidade de Syracuse (Estado de Nova York), ele nunca ministrou um curso sobre o país.

O fato de os trabalhos apresentarem o Brasil como um "caso" faz com que o termo "brasilianista" dificilmente seja usado nos EUA. "O brasilianismo é uma invenção dos brasileiros", afirma o historiador Robert Levine, 58, diretor de estudos latino-americanos da Universidade de Miami. "Poucas vezes vi um norte-americano usar a palavra. Os brasileiros pensam que nos dedicamos só ao Brasil, mas somos treinados para ser historiadores, antropólogos, não brasilianistas". Detalhe: Levine é de longe o acadêmico norte-americano com o maior número de livros sobre o Brasil em todos os tempos -16, dos quais 5 somente entre 98 e este ano.

O enfoque comparativo não significa que faltem estudos mais relacionados à especificidade brasileira. "O Brasil ainda desperta muito interesse em si", diz Skidmore, que, como exemplo, cita um ex-aluno de doutorado porto-riquenho que recentemente defendeu tese sobre educação no Rio de Janeiro da década de 30.

Essas duas tendências -estudos temático-comparativos e estudos mais focalizados na especificidade brasileira- aparecem nitidamente em três áreas, que têm se destacado nos últimos anos: raça, gênero e religião. Nas duas primeiras, a tendência é pela comparação, o que em geral enfatiza as semelhanças -e muitas vezes o retrato do Brasil acaba tendo contornos norte-americanos. Nos estudos sobre religião, a ênfase em fenômenos como pentecostalismo dá mais espaço à particularidade brasileira.

"Os trabalhos sobre raça e gênero são reflexos no Brasil do que tem acontecido nos EUA", diz o historiador porto-riquenho Dain Borges, 44, presidente da Brasa e professor da Universidade da Califórnia em San Diego. Para ele, os estudos sobre religião tendem a ser mais originais. "A orientação é menos preconcebida, tem uma agenda menos norte-americana." A verdade é que, apesar de o Brasil não ter mais a importância estratégica da década de 60, quando os EUA, temendo que a Revolução Cubana se espalhasse pela América Latina, deram incentivos generosos para quem quisesse estudar o país, o interesse está aumentando. E isso apesar da falta de estímulos: há quase unanimidade em dizer que está cada vez mais difícil conseguir financiamento. Se na década de 60 o brasilianismo se expandiu por causa das bolsas, hoje continua apesar delas.

Com a entrada de mulheres e minorias e a criação de centros de estudos para esses grupos, a academia norte-americana viu-se inundada por pesquisas com temáticas sociais "de baixo para cima". Por causa disso, esses trabalhos têm sido muitas vezes classificados de "politicamente

corretos".

Segundo Levine, entre os brasilianistas o politicamente correto tem se manifestado muitas vezes na escolha do tema. "Há muitos trabalhos sobre o movimento negro no Brasil, que é muito pequeno, frágil. Existe um interesse desproporcional em escolher um assunto em que pode haver vítimas e culpados. Acho interessante estudar sobre Palmares, mas é igualmente interessante fazer estudos nos quais não se sabe como sairá a conclusão."

Para Dzidzienyo, 58, o termo "politicamente correto" acabou virando nos EUA uma crítica velada a mulheres e minorias. "É muito fácil agora falar que as relações raciais, de gênero, imigração, pobreza, tudo isso é politicamente correto. Então o que significa isso? Que temos de voltar ao status antigo, onde essas coisas permaneciam bem caladas e cada um fica no seu lugar?", pergunta o historiador, que é negro.

Fabiano Maisonnave é pós-graduando em história na Universidade de Connecticut (EUA) e bolsista da comissão Fulbright.

2000

(09/02/2000)

TELEVISÃO

Discurso politicamente correto sufoca humor de "Mary & Rhoda"

MALU GASPAR

de Nova York

Mais de 30 anos depois de ter protagonizado a última cena da sitcom "The Mary Tyler Moore Show", em 1977, a atriz Mary Tyler Moore e sua parceira Valerie Harper voltaram a encarnar os mesmos personagens anteontem na TV norte-americana, em um filme exibido pela rede ABC. O telefilme é apenas um "reencontro". A idéia de retomar o seriado, que chegou a ser considerada pela ABC, foi deixada de lado.

Na versão original, que fez sucesso por sete anos na década de 70, Mary Richards (Tyler Moore) e Rhoda Morgenstern (Harper) eram duas solteiras de 30 anos morando em Minneapolis, no norte do país, que se metiam em confusões com os homens na vida amorosa e no trabalho.

Com estrelas sessentonas, com várias cirurgias plásticas e filhas pós-adolescentes, "Mary & Rhoda" (esse é o nome do filme) troca as risadas pelo drama e o discurso politicamente correto. Desta vez, elas se reencontram casualmente em Nova York depois de Mary ter enviuvado e de Rhoda ter abandonado o marido mulherengo em Paris.

Novamente sozinhas, elas vão morar juntas e retomar a carreira-Mary como produtora de TV e Rhoda como fotógrafa-, mas enfrentam preconceito. "Estamos numa idade em que somos invisíveis", diz Rhoda à amiga.

No primeiro dia de trabalho de Mary, novamente como produtora de TV depois de oito anos, Rhoda tenta acalmá-la: "É claro que você está nervosa. É um mundo totalmente novo e você não sabe se vai se adequar".

Aí vem mais uma mensagem que o filme quer passar: Mary é uma produtora que luta contra o formato sensacionalista do noticiário da TV, cujo dono tem 30 e poucos anos. No dizer do chefe, ela tenta "embelezar" a notícia. Ela argumenta que só quer fazê-la mais humana. Novamente o contraste. No seriado original, ninguém daria a mínima. O diretor da redação era um bufão, o roteirista, um cínico, e a própria Mary não era lá muito preparada para a função, a ponto de passar boa parte do tempo apontando e reapontando lápis.

Não só no formato como no conteúdo, portanto, Mary e Rhoda se transformaram nesse intervalo de três décadas. Com tantas demandas politicamente corretas para atender, sobrou pouco ou nenhum espaço para as risadas.

(09/07/2000)

INTERVALO

Criadores de porcos e psicólogos se revoltam contra comerciais de produtos de limpeza e cartões de crédito

Propagandas são alvo das mais inusitadas reclamações

Reprodução

*Luiz Fernando
Guimarães
fantasiado de
diabo no anúncio
da Antarctica*

ERIKA SALLUM

DA REPORTAGEM LOCAL

NÃO são apenas as propagandas de cigarro -que recentemente têm estado na mira de um projeto de lei que deverá ser votado em agosto pelo Congresso- que sofrem reclamações de indivíduos ou entidades no Brasil. De cartão de crédito a iogurte, passando por esponja de aço e cerveja, se queixar de um comercial de televisão não é raridade.

Um dos casos mais recentes foi o da propaganda do Credicard, criada pela agência W/Brasil. Nela, uma mãe pensava, com ar preocupado, se daria ou não um cartão para seu filho. Depois de muitas conjecturas, ela decide que sim, que daria o Credicard ao garoto, "afinal, sai mais barato do que terapia". O Conselho Regional de Psicologia não gostou nada do que viu na TV e, para não comprar briga com ele, a agência e o Credicard resolveram alterar a propaganda.

"Em hipótese alguma tivemos a intenção de ofender aos terapeutas. Apenas quisemos brincar com uma frase coloquial. Preferimos tirá-la do filme, já que não mudaria em nada a mensagem do anúncio", diz Ronaldo Gasparini, vice-presidente de operações da W/Brasil.

Nem sempre a decisão de modificar uma propaganda é tão "espontânea". Muitas vezes a mudança é determinada pelo Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), instituição que fiscaliza a ética da propaganda veiculada no Brasil.

Foi o Conar, por exemplo, que decidiu pela alteração em um comercial de iogurte dietético da Parmalat, em que uma "gordinha" é alvo de brincadeiras em seu escritório. Apesar de a agência DM9DDB, que criou a propaganda, alegar que ela apenas "retrata uma situação comum do dia-a-dia", o conselho recebeu queixas de consumidores e concordou que o anúncio expôs os obesos ao ridículo.

"O Conar defende a liberdade de expressão comercial, desde que ela não seja enganosa, abusiva ou cause constrangimento ao consumidor ou a empresas", diz Gilberto C. Leifert, presidente da entidade. Mas ele concorda que muitas vezes "a compreensão de um anúncio é influenciada demais pelo politicamente correto", ultrapassando os limites do aceitável.

É o caso, por exemplo, do comercial da Antarctica em que o ator Luiz Fernando Guimarães, fantasiado de diabo, perturba um pacato homem que está comprando verduras. Em cartas ao Conar, consumidores consideraram que a campanha "induz à veneração do demônio e leva a crer que consumir cerveja é melhor do que comer verdura". O conselho decidiu "arquivar" a reclamação.

O Conar também deu razão aos argumentos da Vésper quando um engenheiro agrônomo considerou negativa a comparação, em uma propaganda, do trabalho de um funcionário da

empresa de telefonia ao de uma formiga. Segundo o agrônomo, as saúvas têm "efeito devastador" nas plantações, e a Vésper não estaria dando bom exemplo.

Nem os peixinhos da Brahma escaparam da fúria dos telespectadores. Consumidores reclamaram ao Conar sobre um anúncio no qual um pescador joga a cerveja em um lago, dizendo que ele estimula "comportamento reprovável em crianças", que, incentivadas, poderiam jogar a bebida e outros objetos em rios e lagos. O Conar concordou com a explicação da agência F/Nazca de que a intenção foi apenas divulgar a cerveja por meio de situações engraçadas. "Tivemos o cuidado de mostrar que o pescador não jogou a lata, apenas a cerveja na água. Além disso, cerveja é biodegradável, então não há problema em lançá-la em um rio", explica Fabio Fernandes, presidente e diretor de criação da F/Nazca.

Um caso curioso ocorrido há mais de um ano envolveu a propaganda da Bombril em que o "astro" era um porquinho que deixava delicados rastros de lama. A Associação Brasileira de Suinocultores ficou irada com o anúncio, por ele associar a carne do porco com sujeira. O Conar entendeu a reclamação da entidade, mas decidiu que a brincadeira do comercial apenas reproduzia uma idéia popular e totalmente disseminada.

Para evitar qualquer confusão nesse sentido, a agência Lowe Lintas inovou em seu comercial da Axe. Baseado em um anúncio argentino, um homem empina um pipa na chuva. "Colocamos um aviso antes da propaganda falando para o telespectador não ser babaca e fazer o mesmo. Mas decidimos dar mais impacto trocando o rapaz por espigas de milho. Além de evitar problemas com o Conar, surpreendemos o consumidor", explica o diretor de arte Luiz Tastaldi.

(01/10/2000)

TEATRO

"Spinning into Butter", da estreante Rebecca Gilman, em cartaz no Lincoln Center, conquista público de Nova York

Peça desmistifica racismo nos EUA de hoje

SÉRGIO DÁVILA

DE NOVA YORK

Uma americana instruída, loira, de olhos azuis, vice-reitora de universidade com maioria branca de alunos confessa que toda vez que vê um negro sentando no metrô evita se sentar ao lado.

E que sempre faz uma tabela mental sobre o assunto "sentar-se no metrô": homem asiático é melhor que mulher negra com filhos, que é melhor que mulher negra sozinha, que é melhor que homem latino. Homem negro sozinho está no último lugar.

Ela não veste capuz de Ku Klux Klan; é culta, agradável, articulada. Até então, a platéia, de maioria branca, se identificava com a personagem e até torcia por ela. A cena faz parte da peça mais polêmica em cartaz em Nova York.

É "Spinning into Butter", originalmente atração do Lincoln Center Festival 2000, mas com tanto barulho que ganhou carreira própria. Escrita por Rebecca Gilman, 35, uma autora estreante (e branca) do Alabama, choca ao falar de racismo sem meias-tintas.

"Spinning" narra um incidente fictício na Universidade de Vermont, na Nova Inglaterra, em que um estudante negro começa a receber bilhetes anônimos racistas. A comunidade se une, a polícia é chamada para investigar.

No centro de toda a agitação está a vice-reitora Sarah Daniels, responsável pela relação com os alunos. A peça, com dois atos e oito atores, se passa inteira em seu escritório na faculdade.

A protagonista é interpretada por uma ótima Hope Davis. O público conhece a atriz mais do cinema - a namorada de Jeff Bridges em "O Suspeito da Rua Arlington", a mulher solteira que procura em "Próxima Parada: Wonderland" -, mas Davis é assídua do circuito teatral local. Estreou profissionalmente nos palcos roubando o papel de uma ainda jovem e desconhecida Madonna na premiada peça "Speed-the-Plow", de David Mamet, em Chicago. Desde então, está sempre no círculo "cabeça" Lincoln Center/Off-Broadway.

No final, descobre-se que o autor dos bilhetes racistas é o próprio estudante negro (que não aparece em momento nenhum): ele só queria chamar a atenção. Consegue, e a peça também.

A trama começa com a vice-reitora vivendo uma situação muito real nos EUA de hoje: tem de driblar suscetibilidades politicamente corretas para conseguir uma bolsa para um aluno porto-riquenho -ou "nyurican", como é cordato se falar agora.

O conflito interno dela, que explode no assustador monólogo do segundo ato (leia trecho abaixo), é o de todos os seus colegas brancos, obrigados a lidar cada vez mais com a diferença (os negros, os imigrantes), via um código de conduta rígido (as normas do politicamente correto), mas sem terem resolvido de verdade suas questões racistas.

"Spinning into Butter" não é uma peça racista. A autora defende que, como todos os humanos, há negros bons, ruins, chatos, agradáveis, bem-educados, mal-educados. Racismo seria ligar a parte ruim à cor da pessoa. E politicamente correto (e bobagem), achar que só há a parte boa. Perto do fim, o personagem Burton Strauss, um vice-reitor tradicional, conta uma história: num país da África, um negro é roubado por um tigre, que leva sua camisa. Logo após, um outro tigre rouba suas calças. Por fim, um terceiro tigre leva seus sapatos, e o sujeito fica nu.

Na sequência, os três tigres começam a discutir quem está mais bem-vestido. Brigam, um correndo atrás do outro, girando até virarem manteiga ("spinning into butter"). O negro volta, passa a manteiga no pão e os come.

A peça fica em cartaz pelo menos até o final do ano no teatro Mitzi E. Newhouse, no Lincoln Center. Na última quinta, os 200 lugares estavam tomados. Havia dez negros na platéia. Doze, contando o rapaz que levava o público às cadeiras e a vendedora de refrigerante no lobby de entrada.

Avaliação: ★ ★ ★ ★

Peça: *Spinning into Butter* Autora: Rebecca Gilman Diretor: Daniel Sullivan Com: Hope Davis, Jai Rodriguez, Matt DeCaro, Daniel Jenkins Na Internet: www.lct.org/show17.html
(11/09/2000)

VINICIUS TORRES FREIRE

Gays e negões

SÃO PAULO - Marta Suplicy não esconde que defende a união civil de homossexuais. Se eleita, não se sabe o que arrumaria na Prefeitura de São Paulo. Mas a petista contribui para tornar menos tosca a nossa democracia. Ignora muxoxos reacionários e arrisca-se a perder votos. Até o seu PT gostaria de mais pragmatismo.

A relevância de sua atitude mede-se pela reação que suscita no príncipe da direita, Paulo Maluf. Com o oportunismo de quem não perde a chance de incitar ódios baixos e preconceitos populares, o candidato do PPB recorre a um bordão entre a idiotia e a infantilidade a fim de solapar a petista, que seria a favor do "homem com homem, que dá lobisomem".

Aqui, organização social para defender a instituição de direitos é pouca. Candidatos ricos não movem palha sem ouvir pesquisas, para não arranhar o ouvido do eleitor. Mas não atingiram a sofisticação da hipocrisia primeiromundista: ter discursos para todos os grupos de pressão, pois a sociedade aqui é inerme e pressão firme quase só a de lobista rico.

Em tal geléia, políticos tanto evitam temas "polêmicos" como barbarizam quem tem peso menor na eleição. Nem temos o nosso politicamente correto.

O politicamente correto dos EUA é, hoje, a perversão de um sistema que mal e mal garante a instituição de direitos. É, por exemplo, uma forma de congelar o racismo, de garantir que o ódio seja livre desde que não infrinja a lei, de criar um zoológico étnico ou racial, com espécies em jaulas estanques. Mas permite que mulheres não sejam humilhadas sexualmente no trabalho, que negros não sejam publicamente discriminados.

Aqui, Celso Pitta, se permite ser insultado por um certo Faria de Sá, que o chama de negão, esse capataz que manda a meganha municipal sequestrar bens de mendigos.

Há lampejos de civilidade. O governo Covas criou uma delegacia para reprimir crimes de intolerância -racismo, assassinatos de gays. Marta abre sua militância. Mas é pouco.

(21/05/2000)

+ livros

O escritor Philip Roth fala sobre seu novo romance, "The Human Stain", no qual um professor é obrigado a recriar sua identidade para tentar escapar do policiamento do "politicamente correto" nos EUA dos anos 90

O alter cérebro

Charles McGrath

do "The NYT Book Review"

Considerado um dos mais importantes escritores americanos vivos, Philip Roth acaba de lançar uma nova obra, "The Human Stain" (A Mancha Humana). O romance gira em torno da obsessão pelo "politicamente correto" que assolou os EUA nos anos 90, tendo como pano de fundo o caso Clinton/Lewinsky.

Professor de letras clássicas na pequena New England, o personagem Coleman Silk perde seu posto depois de ser acusado de misoginia e racismo. Muda-se para Nova York e, apesar de negro, faz-se passar por judeu. Casa-se, tem quatro filhos e reinicia uma bem-sucedida carreira universitária, levando "uma vida séria dedicada a coisas sérias". Construindo sua nova vida sobre uma mentira, Coleman leva até o limite o princípio genuinamente americano de liberdade para tentar, desse modo, apagar o passado e reinventar a si mesmo.

Nascido em Newark, Nova Jersey (EUA), em 1933, Philip Roth deu aulas de literatura nas universidades de Iowa e Princeton. Entre seus principais romances estão "Complexo de Portnoy", "Operação Shylock", "O Teatro de Sabbath" e "Pastoral Americana" (Companhia das Letras). Leia abaixo entrevista concedida pelo autor no escritório de sua casa, na zona rural de Connecticut, onde vive desde 1973. É um lugar, diz, onde "não há muito o que fazer, exceto escrever".

O sr. disse que vê "The Human Stain" como a terceira parte de uma trilogia, que começou com "Pastoral Americana" e "I Married a Communist". Mas não é uma trilogia de maneira evidente - não é sequencial ou cronológica.

Eu a vejo como uma trilogia temática que trata dos momentos históricos da vida norte-americana do pós-guerra que exerceram maior impacto sobre minha geração. Eu diria que são os que exerceram maior impacto sobre mim, não fosse pelo fato de que não acredito que minha reação seja exclusivamente minha.

Quais foram esses momentos?

O primeiro foi a era do macarthismo. Você lia os jornais, mesmo quando era estudante, e se assustava, ficava hipnotizado, se sentia ultrajado. Ainda mais contundente foi o impacto da Guerra do Vietnã. Esse foi o acontecimento nacional mais devastador de minha vida adulta. Uma guerra brutal se prolongou - se prolongou ainda mais do que aquele outro grande marco, a Segunda Guerra Mundial - e trouxe em seu bojo uma turbulência social que não era vista desde a Grande Depressão.

O terceiro momento foi 1998, o ano do impeachment presidencial. Em 1998 tivemos a ilusão de que, de repente, éramos capazes de conhecer este país imenso e impossível de conhecer, capazes de vislumbrar seu cerne moral. O que estava sendo representado no palco público parecia possuir o poder concentrado de uma grande obra literária. A obra à qual me refiro é "A Letra Escarlate". Outro elemento que interliga os três livros é o personagem Nathan Zuckerman - seu alter ego, já disseram algumas pessoas.

Alter cérebro.

Seu alter cérebro. Ele o acompanha desde "The Ghost Writer", certo?

Há muito tempo. Pensei que o tivesse deixado para trás depois de "The Prague Orgy". Mas em "Pastoral Americana" essa inteligência mediadora chamada Nathan Zuckerman solucionou o problema de como lançar o livro. Foi apenas quando consegui colocar Zuckerman lá dentro, pensando, que consegui fazer a história dos Lvov deslanchar. Eu tinha começado o livro cerca de 20 anos antes, perto do final da Guerra do Vietnã. Escrevi mais ou menos 70 páginas, mas foi só depois de concluir "O Teatro de Sabbath", quando eu já estava "por aqui" com Mickey Sabbath - sabe, eu também tive que conviver com a enorme desordem que é esse homem, por mais tempo até do que o pobre leitor - que

pensei: "Bem, aqui está esse homem ordeiro, moderado, bondoso, decente segundo todos os critérios convencionais, tudo que Sabbath não é" e que mudança seria começar a imaginá-lo.

Foi assim que o sueco ganhou importância tão grande para mim e que passei a apresentá-lo -como não fizera da primeira vez- como se Zuckerman o tivesse conhecido como ídolo de sua juventude. Zuckerman era minha fonte de informações confiáveis, minha porta de entrada confiável para a vida do sueco, que de alguma maneira me proporcionou a liberdade de conhecê-lo. Descartei Zuckerman na página 90 -ele deixara de ser necessário.

No livro seguinte, "I Married a Communist", Zuckerman já não é apenas uma presença mediadora. Nessa história, é um personagem real.

Ele é um ouvido real nessa história, durante pelo menos metade do tempo. Ele ouve a história de Ira Ringold sendo narrada por seu irmão, Murray Ringold, da maneira como Murray conhece a história de Ira. Depois, mais ou menos em capítulos alternados, Zuckerman relata a história como ele a conhece. Murray e Zuckerman vão passando a bola narrativa de um para o outro até a história do fracasso de Ira ser registrada até a derradeira traição -sendo que o tema do livro é a traição, já que era ela, de todas as maneiras concebíveis, a obsessão dominante da era McCarthy. É uma temática muito diferente da de "Pastoral Americana" e se manifesta num tipo diferente de narrativa.

No novo livro, Zuckerman mais uma vez exerce um papel diferente.

Sim, ele é um ator nos acontecimentos que se desenrolam, mais do que o foi nos dois livros anteriores. É um amigo, o amigo de Coleman Silk. Ele é solitário, se torna seu amigo e depois o perde. E, quando se propõe a reconstruir a história do amigo perdido, descobre uma biografia secreta desconhecida não apenas dele, mas de virtualmente todo mundo.

*Não consigo evitar que nossa história
comum penetre, sorrateira, em minha
obra; o tempo passa, você ganha a
perspectiva histórica e não consegue mais
se livrar dela*

Voltando à temática de "The Human Stain", os acontecimentos de 1998 são comentados, com certeza, mas o que mais chama a atenção é que esse livro é sobre um negro que se faz passar por branco e judeu. Poderíamos dizer que é um livro que trata de raça, judaísmo e a intersecção das duas coisas?

Não de raça e judaísmo. Não existe nada sobre judaísmo no livro.

Bem, ele escolhe assumir uma identidade judaica.

Como meio de se passar por outra pessoa, como disfarce social, como pretexto para sua aparência. A opção de Coleman não tem nada a ver com os aspectos éticos, espirituais, teológicos ou históricos do judaísmo. Não tem nada a ver com querer pertencer a outro "nós". É uma escolha astuta que consegue lhe proporcionar um disfarce na fuga de seu próprio "nós". A escolha é estritamente utilitária -como o são tantas outras coisas, no caso deste homem.

De onde veio a idéia?

Ela tem suas origens em Chicago, onde fiz faculdade em meados dos anos 50 e aonde voltei para viver por alguns anos depois do Exército. Chicago me proporcionou minha primeira visão do grande mundo. Foi a primeira vez que realmente senti, vi, registrei a presença negra numa cidade americana, a primeira vez em que me comprometi pessoalmente, mesmo que de maneira mínima, com os negros.

Quando eu era criança e adolescente em Newark, nos anos 30 e 40, todos nós -irlandeses, italianos, eslavos, negros, judeus- vivíamos acomodados e seguros em bairros distintos. Praticamente não havia sobreposição social, e a população negra era, de fato, relativamente pequena naquela época. Foi só por volta de 1950, na época em que parti para a universidade, que Newark começou a se tornar a cidade predominantemente negra que é hoje.

Mas a Chicago na qual aterrissei era algo totalmente diferente. E, quando eu era estudante na Universidade de Chicago, conheci uma garota de outra faculdade da cidade com quem tive um pequeno namoro universitário e que era negra -ademais, negra originária de uma família de profissionais liberais. Acho que até aquele momento eu não havia me dado conta da existência de uma classe média negra de qualquer dimensão, e a família da garota representou uma novidade total para mim -como, aliás, eu certamente representei para ela.

Em todo caso, começamos a sair juntos e conheci a família dela, que era de negros de pele muito clara, especialmente na parte materna da família. E nunca me esqueci de ter ouvido sua mãe contar que havia parentes seus que se tinham perdido para todo seu povo. Foi a frase que ela usou - "se perdido para sua gente". Mais tarde a garota me explicou do que sua mãe estivera falando - que esses parentes, que eram capazes fisicamente de fazê-lo, tinham deixado de identificar-se como negros, mudado para longe e ingressado no mundo branco para nunca mais voltar. E aquilo foi algo de que nunca me esqueci, embora nunca tivesse imaginado que nessa história encontraria um tema sobre o qual escrever. Porém tanto a história quanto as pessoas me deixaram uma impressão duradoura. Autotransformação. Auto-invenção. O destino alternativo.

Repudiar o passado. Coisas poderosas.

O que a trilogia diz sobre nós? Se é uma espécie de relatório sobre os EUA, como estamos nos saindo?

Essa é uma pergunta que merece ser feita, mas não a mim. Estamos falando em mais de mil páginas de ficção. Apenas queria que essas "débâcles" históricas penetrassem os personagens e os atravessassem - apenas queria descobrir como isso seria. Queria, sobretudo, descobrir como precisaria ser um romance para que não fosse uma ficha de relatório sobre a América, mas uma obra de ficção sobre ela.

Qual será seu próximo trabalho?

Quero me desligar desse clima grandioso. Quero limpar minha cabeça de toda essa seriedade.

O senhor está escrevendo um romance cômico?

(rindo) Não, quero outra voz para o presente. Nos próximos seis meses, um ano, eu gostaria de olhar as coisas sob outro prisma. Estou tentando me libertar da visão sombria da vida americana que é própria de Zuckerman.

Houve uma época em sua vida em que o senhor gastava certa dose de energia escrevendo sobre outros escritores. Será que agora é hora de algo análogo a isso?

Não. Entre 1974 e 1989 editei a série "The Other Europe" para a Penguin. Eu lia todos esses romances europeus orientais traduzidos, encontrava escritores do Leste europeu, alguns por lá, outros no exílio, e tudo aquilo era novidade para mim. Naquela época eu morava em Londres sete meses por ano; assim, sem muito trabalho, viajava com frequência a Paris, Praga ou Jerusalém. Quando retornei da Inglaterra em definitivo, em 1989, foi minha redescoberta da América como escritor. Retornei, na verdade, porque estava me sentindo fora de contato. Não que não soubesse o que se passava aqui, pela leitura dos jornais, mas o que me faltava era o contato cotidiano imediato com o que as pessoas estavam pensando e dizendo - ou seja, estava deixando de captar tudo que acontecia ao longo do caminho. Se eu estivesse vivendo em qualquer outro lugar em 1998, por exemplo, jamais poderia ter escrito "The Human Stain". Desde longe eu não teria podido reagir de maneira tão visceral quanto fiz ao ambiente moral de 1998, que teve muito a ver com a maneira como imaginei a história de como Coleman Silk se acaba. Quando olho para trás, hoje, vejo que "O Teatro de Sabbath" é o verdadeiro retorno às coisas americanas. A voz de Mickey Sabbath é totalmente americana. E a trilogia americana veio depois dele, não de dentro dele. Vejo pelo que estou escrevendo agora mesmo que, mesmo que tente, não consigo evitar que nossa história comum penetre, sorrateira, na temática de minha obra. É resultado de envelhecer, imagino. Não se tem perspectiva histórica por muito tempo. Uma perspectiva histórica requer tempo. Então, infelizmente, o tempo passa, você ganha a perspectiva histórica e não consegue mais se livrar dela

The Human Stain

361 págs, US\$ 26 de Philip Roth. Houghton Mifflin (EUA).

Onde encomendar

Em SP, na Livraria Cultura (tel. 0/xx/11/285-4033), e, no RJ, na Livraria Marcabru (tel. 0/xx/21/ 294-5994).

Tradução de **Clara Allain**.

(15/06/2000)

"Me, Myself & Irene", da dupla de "Quem Vai Ficar com Mary?", entra na mira de ONG que protege doentes mentais

Jim Carrey - Filme do ator scandaliza ao fazer piada com a esquizofrenia

Divulgação

Jim Carrey, astro do filme "Me Myself & Irene", que estréia dia 23 nos Estados Unidos

SÉRGIO DÁVILA

DE NOVA YORK

"From gentle to mental." Esta frase, que em inglês quer dizer "de gentil a débil mental", é o slogan do filme "Me, Myself & Irene", o novo título dos irmãos Farrelly, com o comediante Jim Carrey no papel principal, que estréia dia 23 nos EUA.

Foi o que bastou para que a comédia dos irmãos criadores dos sucessos politicamente incorretos "Quem Vai Ficar com Mary?" (US\$ 350 milhões arrecadados no mundo inteiro) e "Debi & Lóide" (US\$ 150 milhões) entrasse na mira da barulhenta Nami. Nami é a sigla em inglês para Aliança Nacional para Defesa dos Doentes Mentais, uma ONG cujo braço principal é a Rede dos Caçadores de Estigma, que luta contra Hollywood e as emissoras de TV norte-americanas para acabar com a visão estereotipada que alguns filmes/programas passariam dos doentes mentais.

A reclamação principal da Nami é que o filme "Me, Myself & Irene" perpetuaria o mito de que esquizofrenia é o mesmo que ter múltipla personalidade (não é).

No filme, Jim Carrey é Charlie, um policial rodoviário de Rhode Island que, perdedor em todos os setores, traído pela mulher e desrespeitado pelos amigos, desenvolve uma segunda personalidade - Hank, sujeito abusado e sem frescuras, cafajeste e conquistador barato. E ambos se apaixonam pela mesma mulher, Irene (Renée Zellweger).

É da relação entre Charlie e Hank e do tipo de comédia física que a situação dá a Jim Carrey que vêm 90% da graça do filme.

Acrescente a isso um melhor amigo albino, um rival anão, negro e doutor em Harvard, uma vaca que é morta a tiros no meio de uma rodovia e três filhos bastardos que parecem cantores de rap e falam dez palavrões a cada frase, e eis um legítimo produto com a marca Farrelly.

Numa carta a Bill Mechanic, presidente do estúdio 20th Century Fox, detentor dos direitos do filme, a diretora-executiva da associação, Laurie Flinn, pede, entre outras coisas, que:

- * em anúncios em rede nacional, pagos pela Fox, Jim Carrey fale da verdadeira natureza da esquizofrenia, seus sintomas e oportunidades de tratamento e recuperação;

- * durante entrevistas a "talk shows" e jornais sobre o filme, o ator esclareça as principais diferenças entre múltipla personalidade e esquizofrenia.

O estúdio não quis comentar o caso, mas, em entrevista na semana passada, os irmãos Farrelly falaram à Folha sobre o tipo de protesto que o filme poderia causar.

"Nós não temos limites para nosso humor", disse Bobby Farrelly, que dirige o filme. "Mas procuramos usar os deficientes, as minorias e os retardados sempre de modo simpático, integrado ao ambiente, que é como acontece na nossa realidade", completa Peter Farrelly, o roteirista. Diga-se a favor da dupla -uma espécie de versão demente e mais engraçada dos irmãos Coen- que "Me, Myself & Irene" é a coisa mais hilariante do ano 2000 a chegar às telas grandes até agora. Eles não medem as palavras e preferem chamar doentes mentais de "retardados" ao politicamente correto "doente mental", por exemplo -"É como todo o mundo fala", disseram, "e tivemos apenas uma carta reclamando de nossos filmes até hoje."

A ONG promete não parar por aí, e seu currículo de barulho a credencia. Em abril deste ano, em parte devido a pressões da Nami, em parte devido à audiência não ter alcançado o número previsto, a emissora ABC tirou o programa "Wonderland" do ar.

A série era ambientada num manicômio judicial; a associação achou que vincular doença mental sempre à violência, como "Wonderland" fazia, seria prejudicial à imagem dos doentes.

2001

(27/07/2001)

CRÍTICA

Nova versão é racista e inferior ao original

SÉRGIO DÁVILA

DE NOVA YORK

Lembra-se da dra. Zira, do Cornelius e do dr. Zaius? Do Taylor/Olhos Azuis e da mudinha Nova? Não tem nada disso na refilmagem que Tim Burton fez do primeiro episódio de "Planeta dos Macacos", que estréia hoje nos EUA e chega sexta ao Brasil.

Também não tem aquela ingenuidade do filme de 1968, reflexo de uma época em que o "bem" e o "mal" pareciam mais bem-definidos e assim ficava fácil torcer pelos humanos/mocinhos e ter raiva dos macacos/tiranos. Mas o pior é que o filme atual é racista.

Racista, sim. Evidência número 1: a certa altura, um dos humanos refere-se aos macacos como "monkeys", em vez de "apes" (ambas as palavras querem dizer "macaco", em inglês). É reprimido por um deles, que diz: "Nós achamos "monkey" pejorativo; por favor, nos chame de "ape". É referência nada sutil à reivindicação do movimento negro americano, que acha o termo "black" aceitável, mas considera "nigger" uma das piores ofensas.

Evidência número 2: nas entrevistas que deu à imprensa, Helena Bonham-Carter disse que a peruca de sua personagem, a macaca Ari, foi inspirada no penteado da cantora negra Janet Jackson.

OK, pode ser que o crítico esteja sendo politicamente correto demais. Mesmo assim, a refilmagem é inferior ao original. Na transposição do "cinema ético" de Franklin J. Schaffner (o diretor do de 1968) para o "cinema criativo" de Burton, perdeu a história.

Parte é culpa do roteiro, que foi descuidado. Parte é a contradição que é um cineasta original como Burton dedicar-se a uma releitura. Salvam-se Tim Roth, excelente como o general-macaco Thade; a ponta irônica de Charlton Heston, que era o mocinho do primeiro filme; e a cena final, bem sacada e inusitada.

Planeta dos Macacos

The Planet of the Apes ★

Direção: Tim Burton

Produção: EUA, 2001

Com: Tim Roth, Helena Bonham-Carter

Quando: estréia dia 3 de agosto

(26/08/2001)

CRÍTICA

Sexo e razão

HÉLIO SCHWARTSMAN

FRESCO , veado, bicha, boiola, marica, maricon, qualira, efeminado, ventilado, pederasta, tobeiro, invertido, bicha-louca, bichona, uranista, pirobo, bandeja, fanchono, frango, gorgota, fruta, engole-espada, oré, suné, pintosa, puto, sodomita, tia, sacana, xibungo, paca, arejado, vinte-e-quatro. Esses são alguns dos termos mais comumente usados para se referir ao homossexual masculino no Brasil. Preconceito inscrito e carimbado na língua? Sem dúvida. Mas, antes de imprecisar contra a homofobia ou até a ignorância do brasileiro, convém lembrar que homossexualismo diz respeito a sexo, e a sociedade -qualquer sociedade- tem decididamente um problema com sexo, em todas as suas modalidades. Como sinônimo de "meretriz", o dicionário "Aurélio" registra nada menos do que 96 vocábulos, poucos deles enaltecidos. Para designar o ato sexual, encontrei pelo menos 94 expressões. Admitindo também o uso de imagens rebuscadas, como "afogar o ganso", "molhar o biscoito", "introduzir o lagostim no capitólio", são quase infinitas as formas de se referir à cópula. Se é verdade que a língua é a expressão do caráter de um povo, então o brasileiro é, acima de tudo, um tarado.

Essa longa e discutível introdução vem a propósito do "Fica Comigo" gay, que foi ao ar, pela MTV, no último dia 8. Não há dúvida de que a exibição do programa representa um marco tanto na história da TV brasileira como na do movimento pela igualdade dos direitos dos homossexuais. Vale lembrar que a TV, quando aborda o homossexualismo, normalmente o faz de forma caricata. Quem aparece não é o gay, mas a bicha-louca, cheia de trejeitos e, paradoxalmente, quase assexuada.

Assim, é animador constatar que a TV, ou melhor, um seu pedaço que se pretende vanguardista, a MTV, seja capaz de promover um programa de namoro com homossexuais. O episódio gay foi idêntico à versão heterossexual, que vai ao ar semanalmente. Fica implícita a asserção de que um cidadão é um cidadão independentemente do sexo das pessoas que leve para a cama. Trata-se de um corolário até óbvio da democracia, mas que ainda está longe de ter sido inteiramente assimilado pela sociedade.

Esse foi o lado bom do "Fica Comigo" gay. Há obviamente também aspectos menos positivos. Pelo que li, a MTV não tem planos para transformar a atração em série fixa. Ao que parece, existem dificuldades para conseguir participantes que se disponham a aparecer na TV. Outra hipótese a considerar é a de haver resistência por parte de anunciantes. É um pouco como se se afirmasse a "normalidade" do homossexualismo com a exibição de um programa em versão gay para em seguida negá-la, ao recusar-lhe um padrão de regularidade.

Também a reação do público merece considerações. O "Fica Comigo" gay deu à emissora um de seus maiores índices de audiência. Posso ser pessimista, mas não creio que a maioria dos telespectadores assistiu ao programa como gesto político pelo fim da discriminação das minorias. Embora eu não disponha de pesquisas, tenho a sensação de que boa parte da audiência queria mesmo é assistir a dois homens se beijando. É possível que o caráter de "aberração" tenha predominado sobre o politicamente correto.

É claro que toda a discursão em torno dos direitos de minorias é importante. Fundamental até. Mas ela é incapaz, pelo menos num primeiro momento, de mudar a percepção das pessoas. Da mesma forma que certos textos bíblicos, notadamente o "Cântico dos Cânticos", podem ser lidos como peças eróticas, é possível assistir de modo preconceituoso a um programa concebido para ser libertador. Quando a Globo explode num shopping o casal de lésbicas da novela, não o faz por militar nas fileiras homóforas, mas apenas por preferir o caminho fácil de dar ao telespectador o que as pesquisas sugerem que ele quer ver.

E, quando o assunto é sexo, desmoronam as muralhas da racionalidade possível. (É agora que aquela minha introdução algo barroca ganha lógica.) Não somos capazes de, individual ou socialmente, abordar o sexo de forma apenas racional. Qual é o sentido, por exemplo, de ser contrário ao que dois homens podem fazer em cima (ou embaixo) de uma cama? Trata-se de uma ação absolutamente sem consequências sociais, sobre a qual quem não está no quarto nem deveria se posicionar.

Raciocínio análogo pode ser aplicado à prostituição. Devemos, obviamente, lamentar e combater as iniquidades sociais que levam uma mulher a buscar seu sustento no comércio carnal, mas não há como ser contra o meretrício. Ou bem nos utilizamos desse serviço e não podemos nos opor a ele, ou não o usamos e, nessa hipótese, não nos diz respeito. A lógica é irrefutável, mas, ainda assim, a "profissão mais antiga do mundo" não só segue polêmica como permanece ilegal em vários países do mundo, alguns supostamente civilizados.

Tinha razão Albert Einstein, que afirmou: "Época triste a nossa, em que é mais difícil quebrar um átomo do que um preconceito".

(05/09/2001)

Politicamente correto desvirtua fatos, diz professora

DA SUCURSAL DO RIO

A praga do politicamente correto nos livros didáticos muitas vezes descontextualiza fatos e personagens históricos. Essa é a opinião da professora Vânia Leite Fróes, da UFF (Universidade Federal Fluminense).

Vânia pesquisa principalmente o período medieval e aponta como um dos erros mais comuns dos livros didáticos a interpretação anacrônica de fatos históricos. "Muitos livros tratam personagens históricos mulheres como precursoras de um feminismo. É absurdo você falar dessa visão na Idade Média. Essa é uma problemática que surge para o historiador nos anos 60", diz. Um exemplo citado por Vânia é o tratamento dado para Heloísa, cuja história ficou conhecida como a de um amor proibido com Abelardo. "Dizer que Heloísa era feminista reflete uma concepção da história mascarada pelo politicamente correto", diz.

Além do politicamente correto, os historiadores citam casos como o da Guerra do Paraguai (1865-1870), onde, na opinião de Manolo Florentino, da UFRJ, a história é ensinada de maneira "engajada".

"Em geral, o presidente paraguaio na guerra, Solano López, é tratado como herói progressista, portador de uma luta antiimperialista na América do Sul. Muitos historiadores paraguaios até acham graça dessa visão de um caudilho sul-americano", afirma o pesquisador.

A reportagem da Folha encontrou exemplo dessa visão da Guerra do Paraguai no livro "História e Reflexão", de Gilberto Cotrim, editado pela editora Saraiva e que é um dos mais indicados por professores da rede municipal de educação do Rio de Janeiro (veja quadro nesta pág.).

Holien Bezerra, avaliador do MEC de livros de história, diz ter detectado, na primeira avaliação realizada pelo ministério, um problema recorrente de enquadramento do conteúdo dentro de apenas uma visão historiográfica, a marxista. "Mas essas falhas estão diminuindo ao longo das avaliações", acrescenta Bezerra.

(24/09/2001)

As loiras reivindicam: queremos desconto na água oxigenada!

**JÔ HALLACK
NINA LEMOS
RAQ AFFONSO**

COLUNISTAS DA FOLHA

No próximo dia 30, uma comemoração promete parar o país (ou pelo menos os salões de beleza): o Dia das Loiras. Depois do Dia dos Negros, do Dia da Amante e do Dia do Pendura, O Dia das Loiras promete agitar o comércio do país. Os comerciantes estão animados com a venda de água oxigenada e xampus de camomila. He, he, he! Brincadeirainha.

O Dia das Loiras representa "um grito contra o preconceito em relação aos cabelos claros e uma celebração do jeito loiro de ser" (sic)! O movimento brasileiro não é o primeiro do mundo. Nos Estados Unidos, no dia 9 de julho, foi comemorado o National Blonde Day. Para celebrar a data, além de gritar que as loiras não são burras, as organizadoras conseguiram que uma grande rede de salões desse um dia de transformação capilar de graça! Para loiro, claro. Com certeza, conseguiram mais adeptas ao movimento.

Segundo a porta-voz do movimento tupiniquim, a advogada Heloísa Helena Silva, o Dia das Loiras quer ajudar a acabar com a crença de que as loiras são burras e incapazes e divulgar as qualidades das loiras ao longo da história. O Dia das Loiras vai ser no mesmo dia em que se comemora o Dia da Secretária. Isso vai facilitar a vida de muitas pessoas que têm secretárias loiras e que só precisarão comprar um presente.

Só falta agora as loiras quererem trocar de nome e escolherem algo politicamente correto. Como "fêmea humana de cabelo amarelo", que tal?!

Mas dúvidas assolam nossa cabecinha carente de neurônios: as comemorações se estendem a todas as loiras ou apenas às que são loiras de nascença? E quem passa água oxigenada na perna também pode exigir uma lembrancinha ao menos? E quem for loura com "U"?

Temos medo de que essa mania pegue. Outras mulheres podem quere criar o Dia da Ruiva, Dia da Morena Jambo, Dia da Cabelo Cor de Mel, Dia da Preto Graúna e uma outra infinidade de dias, porque a tabela de cores das tinturas não tem fim, sabe-se bem. E também, Dia Mundial do Cabelo Palha, dedicado àquelas que abusaram das cores.

Fica apenas um protesto: se com o Dia das Loiras as tiradas sobre elas forem proibidas, como vai ficar o repertório de piadas mundiais? Daqui a pouco só falta inventarem o Dia do Português.

2002

(21/05/2002)

NET CETERA

A santíssima trindade do novo cartunismo

SÉRGIO DÁVILA

DE NOVA YORK

Se o seu inglês dá para o gasto, vale a pena descobrir o que de melhor e mais incômodo está sendo feito na área de cartunismo político e social nos Estados Unidos. Ted Rall, David Rees e Aaron McGruder compõem a (nada) santíssima trindade da arte.

Não por acaso, os três já sofreram alguma forma de censura desde 11 de setembro por seu humor cáustico, que não poupa ninguém e vai na contramão da onda de patriotismo e de politicamente correto que domina a grande imprensa do país desde o ataque. Não por acaso também, foram e são ameaçados constantemente.

A principal coerção vem na forma dos chamados "hate-mails", que também não poupam ninguém (Rall me disse na semana passada que recebe pelo menos dez e-mails por semana falando sobre sua mulher e sua filhinha). Esta e também a correspondência de apoio inundam a caixa postal dos sites -sim, todos têm sites bem-feitos e, claro, bem desenhados, que valem uma visita. David Rees começou o seu como um blog, cujo link foi passando de amigo para amigo até virar um pequeno fenômeno e um livro. São tiras diárias feitas sem muito acabamento (o mesmo desenho é repetido várias vezes), com diálogos telefônicos que ele teve ou que amigos lhe contaram.

Ali, ele escreve o indizível, o que muita gente está pensando, mas não fala por pudor ou medo. Num deles, um amigo pergunta se o outro viraria um homem-bomba se Osama bin Laden estivesse do lado. A resposta: "Não, o ponto de matar Osama é fazer com que eu possa viver mais".

Já Aaron McGruder criou The Boondocks, em que um menininho negro desbocado vive deixando os pais sem ação e sem resposta. Ficou famoso o que Huey (é o nome do garoto) reza antes do jantar e mostra as surpreendentes semelhanças na biografia do terrorista saudita e do presidente norte-americano.

Foi recusado por grande parte dos mais de cem jornais que publicam a tira diariamente e deu fama nacional ao autor e a sua obra.

Por fim vem Ted Rall, que já foi notícia na Folha em duas ocasiões, a primeira por satirizar o que ele chamou de "viúvas do terror", desenho censurado pelo site do "New York Times", e a segunda por citar o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva.

É o traço mais elaborado dos três e o mais engraçado. Em suas mãos George W. Bush vira "El Generalíssimo El Busho".

David Rees: www.mnftiu.cc

Ted Rall: www.rall.com

The Boondocks: www.ucomics.com/boondocks

E-mail: sergiodavila@uol.com.br

Site: www.uol.com.br/sergiodavila

(12/07/2002)

CINEMA/ESTRÉIA

"AS MENINAS SUPERPODEROSAS"

Longa de animação chega ao Brasil

Garotas ganham heroínas na telona

NINA LEMOS

COLUNISTA DA FOLHA

Se você tem uma filha ou alguma garotinha querida por perto, pode respirar aliviada. Ela não precisa mais ficar submetida só a cinderelas e afins e -desgraça das desgraças- correr o risco de crescer acreditando em príncipe encantado e depois se ferrar pelo resto da vida adulta.

Agora temos heroínas moças no cinema e deixamos de ser apenas mocinhas vulneráveis em perigo. Tudo bem, tinha as Panteras. Mas quem mandava nelas era o Bosley e o Charlie! Com as nossas queridas Docinho, Florzinha e Lindinha, não é nada disso.

E elas são ainda mais fofas e legais no cinema. O filme "As Meninas Superpoderosas" está na categoria imperdível (pelo menos para meninas, seja lá qual for a idade que a gente tenha).

Logo no início, a gente fica sabendo que elas foram feitas de "tempero, sal e um monte de coisas boas". Tem coisa mais fofa? Só que são estranhas. E é aí que mora a melhor metáfora do desenho. Que criança de seis, sete anos não se sente "freak" por não ter o cabelo da Sasha, ser negra, gordinha, filha de pais separados ou filha de pais casados (se ela estudar em uma escola de crianças modernas)?

As superpoderosas são estranhas justamente porque têm poderes. E, como avisa os pais delas, "as pessoas precisam de um bom tempo para se acostumar com o que é diferente e nem sempre estão preparadas para a diferença". Tem verdade maior que essa?

E que alegria saber que essa sentença tão certa está justamente em um filme para crianças -dá até vontade de comemorar a era do politicamente correto, que nos trouxe tanta coisa chata, mas, ao mesmo tempo, nos presenteia com meninas tão especiais...

Só que quem é estranho também precisa ser aceito. E as garotas falam o filme todo que "precisam do amor das pessoas". Como foram feitas de todas as coisas boas, resolvem conquistar esse amor fazendo o bem -e trabalhando muito para conseguir isso.

É por isso, por elas serem estranhas, que nós, as garotas superpoderosas de 30 anos, nos identificamos tanto com elas. Trabalhamos muito e várias vezes temos de salvar uma cidade inteira em um dia, somos "freaks" (não, não vamos casar na igreja). Mas, como Docinho, Florzinha e Lindinha, precisamos de uma boa cama quentinha depois de salvar o mundo. E de amor, é claro!

As Meninas Superpoderosas

The Powerpuff Girls - Movie ★ ★ ★ ★

Direção: Craig McCracken

Produção: EUA, 2002

Quando: a partir de hoje nos cines Anália Franco, Eldorado, Interlagos, Morumbi, Shopping D, Villa-Lobos e circuito

2003

(13/01/2003)

VINICIUS TORRES FREIRE

Uma bobagem histórica

SÃO PAULO - Quando eu era criança, nos anos 70, as escolas de São Paulo ensinavam a Revolução de 1932, a guerra da elite paulista contra a incipiente ditadura de Getúlio Vargas. Nove de Julho, dia da eclosão da revolta, é feriado no Estado.

Ensinavam o que era o movimento MMDC (Martins, Miragaia, Drauzio e Camargo, rapazes mortos em protesto pró-Constituinte) e sentimentalices. O enfoque era paulista-nacionalista, provinciano, fruto ainda da influência da comunhão da velha elite paulista.

Na ditadura, nos perfilavam em atitude militar para ouvir o Hino Nacional. Havia aulas fascistinhas de "moral e cívica". Cada época tem sua mania ideológica e horror didático. Na educação de agora, há a praga submarxista, o pedagogismo esquerdoíde e, agora, uma bobagem politicamente correta que é lei.

Ficou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras. Lula da Silva ainda teve certo bom senso ao vetar a parte da lei que reservava 10% do ensino de história e artes para "temática negra". 10%? 10% do quê? 10% parece gorjeta.

Não há curso de história, a não ser os intelectual e moralmente cretinos, que já não ensine história dos negros. Ou de índios, italianos, (15% dos brasileiros têm origens na Itália), cafuzos. Precisa de curso específico?

Nosso racismo é vasto, negros ganham menos, morrem cedo. O preconceito é ensinado, da casa-grande à escola. Não se trata de tema trivial. Mas a educação melhora com a lei?

O ensino sobre índios é burro, estigmatizante ("eles" nos deram rede, mandioca e banhos diários, como dizia meu livro didático), o de história é marxóide-esquemático.

As crianças não sabem ler bilhetes e somar após quatro anos de aulas. Não têm informação para refletir decentemente sobre nada, pois em vez de aprender algo são treinados para ser "sujeitos críticos da construção do conhecimento" (pfui), diz o pedagógês. Há o risco de o politicamente correto levar à doutrinação desmiolada de cabeças vazias.

(15/02/2003)

"MODOS DE MACHO..."

Obra revigora código masculino

MARCELO RUBENS PAIVA

ARTICULISTA DA FOLHA

O jornalista Xico Sá investigou as denúncias de corrupção do governo Collor. Conhecia o esconderijo de PC Farias, quando ele era o homem mais procurado do Brasil. E hospedava em sua casa de São Paulo os meninos do mangue beat, ao mesmo tempo em que era visto em todos os bares da cidade.

Onipresente, consegue estar nos botequins cariocas, nos bares paulistanos e subindo as ladeiras de Olinda ao mesmo tempo. Assim, escuta histórias de todas as fontes e cria uma síntese entre seu repertório erudito e o dito popular. Sá não gradua as informações.

Sabe que no matuto há tanta sabedoria quanto nas universidades. É o que se vê em "Modos de Macho & Modinhas de Fêmea - A Educação Sentimental do Homem", nome "sampleado" de Gilberto Freyre ("Modos de Homem & Modas de Mulher").

Neste livro, uma compilação de "crônicas testosteronizadas" editadas na Revista da Folha e em outras publicações, o jornalista-escritor, em "idade da próstata", mexe em 300 vespeiros.

Ele fala de mulheres e perversões masculinas, indicando o ridículo que há em cada ser atormentado pelas mil faces do sexo. Fala de mulheres daquele jeito que nós, homens, eventualmente falamos às escuras, envergonhados e cínicos, como meninos rindo da própria travessura.

Esse código masculino foi soterrado pelo movimento do politicamente correto anglo-saxão, povo sexualmente resolvido tanto quanto um vigário. Movimento que, no Brasil, não colou, já que tal travessura é apenas um código tribal, para se firmar uma identidade, criar hierarquias grupais, e não a expressão de um preconceito. Preconceito?! Ora, os homens amam as mulheres. Mas os homens também amam fazer piadas sobre as relações.

E muitos não têm humor para destacar a piada do caráter de um homem, confundem o machismo das personagens com a atitude do autor, pensam que os tabus não devem ser revelados e, como stalinistas, querem passar uma borracha nas confissões.

Modos de Macho & Modinhas de Fêmea

★ ★ ★ ★

Autor: Xico Sá **Editora:** Record **Quanto:** R\$ 29 (156 págs.) Lançamento: segunda, a partir das 18h30, na Livraria Cultura (av. Paulista 2.073, São Paulo); festa no Xingú (rua Martinho Prado, 119, SP), a partir das 23h

(16/03/2003)

IMIGRAÇÃO

Risco de doenças como a tuberculose levou igreja e prefeitura a estudarem como atrair esse grupo para a rede pública

Ilegal, latino-americano vira "sem-saúde"

AURELIANO
DA

REPORTAGEM

BIANCARELLI
LOCAL

Estima-se que eles sejam 400 mil só em São Paulo, 240 mil deles "indocumentados", nome dado àqueles que estão em situação irregular. Falam espanhol, guarani, quíchua ou aimará, línguas dos Andes bolivianos e peruanos.

Muitos vieram, em travessias "clandestinas", direto para oficinas de costuras da região central de São Paulo. Num mesmo espaço, eles comem, dormem e trabalham -às vezes 16 horas por dia. Eles formam a comunidade latino-americana que vive em São Paulo, onde predominam os bolivianos, paraguaios, peruanos, colombianos, chilenos. Mais recentemente começaram a chegar também os argentinos.

Sem documentos, camuflados nas multidões do centro, eles evitam as instituições e serviços públicos em que precisem apresentar os "papéis" que não têm. Para serem atendidos nos serviços de saúde, dependem da boa vontade dos funcionários. E, da mesma forma como "escapam" da polícia, também "escapam" dos serviços de vigilância epidemiológica. Trabalhando e dormindo em espaços apertados e não ventilados, comendo precariamente, eles formam o caldo de cultura para doenças como a tuberculose.

A Pastoral do Migrante estima que 20 em cada mil deles possam estar com a doença, o dobro da incidência da região central de São Paulo. O centro já tem o maior índice do país por causa da população de rua, cortiços, albergues e doentes de Aids. A incidência no Brasil é de 1,9 por mil. Essa situação dramática e de risco para a saúde pública começou a mudar na semana passada, quando prefeitura, Pastoral do Migrante e representantes da comunidade latina se reuniram.

A intenção é criar uma forma de atraí-los para a rede pública, mesmo sem papéis, garantindo que não serão vigiados ou presos pela polícia. A política é semelhante àquela hoje adotada pelo Ministério da Saúde para encorajar os dependentes de drogas a procurarem os serviços de saúde. No caso dos latinos, a "operação" poderá ser facilitada com a reabertura da rádio comunitária Latin Sat, fechada na última sexta-feira, e que transmitia 24 horas por dia em castelhano, guarani, aimará e quíchua. Ouvida em boa parte das oficinas de costura dos bairros centrais, seria o meio para falar com a comunidade.

"A intenção é usar a rádio como meio de passar informações de interesse para a comunidade e de assegurar que podem procurar os serviços de saúde sem riscos", diz o padre Roque Pattussi, pároco da Pastoral do Migrante.

A iniciativa é desafiadora. Enquanto a lei do SUS (o serviço público de saúde) garante atendimento a todos, sem excluir nacionalidades, os imigrantes estão ilegais, pelo menos enquanto providenciam os papéis.

O termo "indocumentado" foi adotado como politicamente correto pelas instituições de saúde e da igreja que lidam com os imigrantes. "Não se deve chamá-los de clandestinos", diz Huda Farah Siqueira Cunha, coordenadora de saúde da Subprefeitura Sé. É nessa região que se concentram os imigrantes latino-americanos, e é nela que deve começar o trabalho da prefeitura. "A lei (do SUS) é para quem cumpre a lei, e essas pessoas entraram de forma irregular", diz Cunha. "Não poderiam estar aqui, mas, uma vez que estão, precisam ser incorporadas ao sistema de saúde. Estamos estudando um jeito de fazer isso."

O hospital ou posto costuma pedir um atestado de residência e um documento para que recebam o cartão SUS. Como a maioria trabalha de forma ilegal, costurando para os "patrões" coreanos, não possuem atestados e evitam dizer onde moram.

"É o ciclo do medo", diz a advogada Ruth Myrian Camacho Kadluba, filha de paraguaios e que há dez anos oferece assessoria jurídica na Pastoral do Migrante. "Eles temem que, uma vez doentes, com tuberculose, por exemplo, alguém da saúde vá até a oficina e constate que as instalações não são adequadas. O agente terá então que avisar o Ministério do Trabalho, que, por sua vez, informará a Polícia Federal."

Se forem pegos, arcarão com uma multa de R\$ 838, mais a ajuda de advogados que a Pastoral costuma oferecer, e terão três dias para deixar o país. "A maioria desaparece na cidade e continua aqui", diz Ruth Kadluba.

Pela lei, só pode permanecer no país quem tem um visto, quem tem um filho brasileiro ou se casa com brasileiro. Para não correr riscos, a gravidez não conta com pré-natal, diz a advogada. E quando o pedido de permanência é encaminhado à Polícia Federal, a família recebe uma "visita social" dos policiais. "Todos os ilegais que moram ali acabam tendo que se mudar com medo da tal visita."

A próxima reunião entre a comunidade, a prefeitura e a pastoral acontece amanhã. "Nossa preocupação é com a saúde, não com os papéis dessas pessoas", diz Cláudio Luiz de Oliveira, que representa a Secretaria da Saúde nessas reuniões. Para a Pastoral do Migrante, o problema não existiria se a lei fosse modernizada. "É a lei que cria os ilegais."

(14/08/2003)

OTAVIO FRIAS FILHO

Palavras, palavras

Bastante glosado na imprensa, o episódio da galinha preta mostra como há um automatismo perverso no pensamento politicamente correto. Ao condenar a estripulia de universitários que atiraram a ave na direção da prefeita Marta Suplicy, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que "seria como se um homem estivesse falando e jogassem um veado". Caso memorável de emenda pior que o soneto, como veio a reconhecer o próprio ministro, tido por pessoa esclarecida e elegante. Traído por uma associação de idéias, seu lapso foi acorrer com uma analogia sexual, ausente, parece, na motivação dos estudantes e que só veio à luz do dia, de toda maneira, graças a sua intervenção infeliz. A doutrina politicamente correta parte do pressuposto de que a discriminação é reforçada e reproduzida pela linguagem. Sua conclusão é a de que a linguagem precisa, logo, ser erradicada de todo preconceito. Levada às últimas consequências, como em certos ambientes norte-americanos, essa tendência funciona como uma polícia do pensamento. Mas os conteúdos mentais não podem ser erradicados. Freud falava em retorno do reprimido, efeito bumerangue em que o recalado ressurgue na forma de sonho, mas também como ato falho ou piada. Não por acaso, a associação de idéias do ministro trouxe um contrabando de caráter sexual, o que faria o bruxo vienense sorrir de felicidade. Ao estigmatizar termos e expressões por serem preconceituosos, o pensamento correto os combate ali onde eles são invencíveis, nas profundezas da mente. Proibidos, acabam por exercer sedução ainda maior. É somente quando a prática social deixa de ser preconceituosa que o deslize de linguagem se torna anódino, um tigre de papel.

★

Voltou à moda um discurso de esquerda segundo o qual a democracia é o regime em que o conflito social se explicita. Até aí se trata de um truísmo do qual nem o rei Luís 16 teria discordado, até por tê-lo provado na própria pele. A consequência, porém, é que a democracia não se contém nos limites da lei, mas deve ultrapassá-la.

Ou seja, a democracia é o regime em que os grupos sociais forçam os limites da lei e criam, assim, novos direitos. Segundo uma versão do mesmo raciocínio, exposto com toda candidez, os grupos oprimidos não só podem como devem violar a lei na defesa de seus interesses, algo que é, porém, vedado aos demais grupos.

Fica implícito que a esquerda é a intérprete mais adequada do interesse da maioria oprimida e que esse interesse arrasta a sociedade consigo porque ele é portador do futuro histórico. Essa tese pode ser defensável e até pertinente no debate intelectual, mas, ao ser colocada na discussão política, ela passa a gerar efeitos práticos e nada intelectuais.

A direita também tem sua teoria. Para ela, sempre que a esquerda atinge o poder, decai a inovação tecnológica, socializa-se a miséria e se instala uma ditadura. Conforme a esquerda se julga autorizada a estimular a violação da lei, o mesmo pode acontecer com a direita. Quantas vezes já se viu esse filme? Quantas vezes já se chorou esse leite derramado?

Otávio Frias Filho escreve às quintas-feiras nesta coluna.

(16/08/2003)

CINEMA

"A Casa Caiu" tem o mérito de escancarar preconceitos

PEDRO BUTCHER
CRÍTICO DA FOLHA

Existe algo de corajoso nas comédias vulgares, assumidamente apelativas. Elas se baseiam na simplificação máxima dos personagens, no humor físico e em situações básicas que não têm nenhum compromisso com a verossimilhança. De certa forma, vão contra os padrões do bom gosto cinematográfico.

Veja só a trama de "A Casa Caiu", filme de Adam Shankman ("O Casamento dos Meus Sonhos", 2001) em cartaz em São Paulo: Peter Sanderson (Steve Martin), um advogado divorciado, corresponde-se pela internet com uma suposta advogada loira e esbelta.

Eles marcam um encontro, na casa dele, mas quem aparece é uma mulher negra e rechonchuda, que vinha enganando-o com textos brilhantes sobre legislação criminal. Na verdade, Charlene (Queen Latifah, do musical "Chicago") aprendeu os segredos dos tribunais enquanto esteve presa por assalto à mão armada.

Charlene quer que o amigo de "chat" a ajude a reabrir seu caso. Ela jura que é inocente e insiste que seu nome fique limpo na justiça. Tem, aparentemente, uma causa mais do que justa, e usa toda sorte de artimanhas para convencer o advogado a ficar de seu lado.

Ele, no entanto, faz tudo para expulsá-la de sua vida e só volta atrás movido pela vergonha do escândalo que seria se sua correspondência com uma mulher negra e ex-presidiária viesse à tona. Peter acaba topando até que Charlene vá morar em sua casa, onde ela acaba passando como babá de seus filhos.

Preconceito

A situação é tão improvável e preconceituosa quanto verdadeira: ao mesmo tempo em que força a barra para criar uma convivência totalmente irreal entre os personagens, em nenhum momento o filme forja uma convivência racial pacífica na América em nome do politicamente correto. Desfilam, em cena, os piores preconceitos, os personagens mais reacionários. Peter, por exemplo, tem uma vizinha que a certa altura do filme afirma ter ouvido "negrolês" nas redondezas. Sua cunhada só pensa em fisgar homens velhos e ricos para abocanhar suas heranças. E sua principal cliente (Joan Plowright) foi criada por ex-escravos e deles aprendeu alguns "spirituals", que ela canta à mesa numa das boas cenas do filme.

Burocrata

Todo esse painel de exploração dos preconceitos, às vezes disfarçado de "denúncia", é orquestrado por Shankman, ex-coreógrafo alçado à condição de cineasta.

Shankman não ajuda, mas também não atrapalha. Ele é o típico diretor da Hollywood atual, um burocrata da imagem que filma roteiros pré-fabricados com cartilhas consideradas infalíveis.

Apesar de tudo isso, "A Casa Caiu" faz rir. Steve Martin não é um comediante desprezível, e Queen Latifah não fica muito atrás. Juntos, os dois funcionam muito bem. E, talvez, os estereótipos que os dois encarnam transpirem mais verdade sobre a sociedade americana do que outros filmes politicamente mais corretos.

A Casa Caiu

Burning down the House

Produção: EUA, 2003 Direção: Adam Shankman Com: Steve Martin, Queen Latifah, Eugene Levy
Quando: nos cines Extra Anchieta, Metrô Tatuapé, Villa-Lobos e circuito

2004

(26/01/2004)

FERNANDA DA ESCÓSSIA

Patrulha de Carnaval

RIO DE JANEIRO - Primeiro foi o presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Abalou-se até o barracão da São Clemente, na avenida Brasil, para pedir à escola que jogasse no lixo a alegoria em que Tio Sam faz de privada uma das cúpulas do Congresso. Ele viu ofensa na brincadeira. Depois, a mesma São Clemente trocou o nome de uma ala batizada como "Veadinhos de Pelotas", que irritara a cidade gaúcha. Na mudança, tripudiou: "Não Dou Pelotas para Veadinhos" é o novo nome.

Agora, o enredo da Grande Rio - "Vamos Vestir a Camisinha, Meu Amor"- atrai a ira da Arquidiocese do Rio. Num enredo sobre o uso do preservativo, a escola de Joãosinho Trinta quer levar para a Sapucaí um carro alegórico com esculturas exibindo as milenares acrobacias do Kama Sutra.

A arquidiocese cria caso todo ano. Em 89, censurou o Cristo mendigo no desfile da Beija-Flor. Os queixosos alegam desrespeito moral e danos à imagem do país no exterior. Mas ninguém dá pitaco sobre as mulatas recebendo turistas no Galeão, num estímulo involuntário à imagem do Brasil como paraíso sexual. Mal sabem os incomodados que, para as escolas, quanto mais disse-que-disse, melhor: mais holofotes elas vão atrair. É como apelido: quando o apelidado reclama é que pega mesmo.

Com tanto melindre, o Carnaval do Rio fica mais amarrado. Não bastassem o ritmo taquicárdico dos sambas-enredo e o apartheid que afasta da Sapucaí as comunidades das escolas, ainda reforçaram a patrulha carnavalesca.

Só falta o advogado de Bush se queixar da São Clemente, que planeja mostrar o Tio Sam com os dedos sujos de tinta. Nessa cadência, o politicamente correto acaba virando enredo.

(14/03/2004)

CRÍTICA

A novela das sete e o incômodo racial

BIA ABRAMO

COLUNISTA DA FOLHA

Parece politicamente correto, justo e verdadeiro e, no entanto, pode estar provocando um efeito inesperado. E tal efeito inesperado talvez seja uma das formas de entender a atenção que "Da Cor do Pecado" vem atraindo -semana passada, a novela chegou a picos de audiência raros para o horário, perto dos índices de novelas das oito.

Em tese, o fato de ser a primeira a ter uma protagonista negra é tanto a novidade quanto o principal mérito da novela. Dando visibilidade a uma mulher negra e fazendo essa personagem contracenar com um homem branco, a televisão estaria contribuindo para discutir o preconceito racial e reparando uma dívida histórica com os negros etc. Mas o problema é que, quando se dá visibilidade a uma questão complexa e tortuosa como a relação entre brancos e negros no Brasil, também se mostra alguma coisa da violência e hipocrisia que estão aí enfrontadas.

Em "Da Cor do Pecado" o que parece ser novo, de fato, é a franqueza naturalista com que se tratam as relações entre negros e brancos, coisa que transparece especialmente nos diálogos. Digamos que os personagens dão voz àquilo que não se fala publicamente, mas que se ouve a três por dois no ambiente privado. São os vilões que o fazem -a ambiciosa e cruel Bárbara (Giovana Antonelli) e o magnata sem coração Afonso (Lima Duarte)-, mas, como se sabe, os vilões não são odiados em bloco e, muitas vezes, são invejados por não serem submetidos às amarras morais (ou moralistas) dos seus companheiros mocinhos.

Recentemente, Afonso descreveu Felipe (Rocco Pitanga) como "um negro boa gente". Bárbara, a bandida, refere-se à mocinha negra interpretada por Taís Araújo, como "aquela neguinha". Como Afonso, milhares de espectadores formulam frases desse mesmo tipo, em que o "gente boa" se opõe ao ser negro, com um "apesar de" oculto na fala. E, na hora de desqualificar alguém, outros tantos fazem coro com Bárbara -destacam a origem étnica, nacionalidade, orientação sexual, gênero etc. daquele que querem xingar.

Um contra-exemplo pode ser ainda mais esclarecedor: ao revelar a Edilásia (Rosi Campos) que ela poderia ter um neto, Germana (Aracy Balabanian) faz questão de assinalar que o menino é mulato -coisa que enche as amigas de júbilo. Mesmo que aparentemente para o "bem", está reservada para os negros a condição de outro, daquele que não somos nós.

Num país que tem mais vergonha do que culpa de ser racista e continua tratando as outras etnias com enorme incômodo, a franqueza naturalista com que são registradas essas relações na novela acaba por ter uma função catártica.

E intenção esclarecedora transforma-se simplesmente em naturalização das operações mentais que colocam negros e brancos em territórios separados.

E-mail: biabramo.tv@uol.com.br

(27/06/2004)

MESTIÇAGEM FORA DE LUGAR

CARÁTER RADICAL E INOVADOR DA EXPERIÊNCIA DO "POLITICAMENTE CORRETO" NOS EUA DURANTE OS ANOS 90 NÃO DEVE LEVAR A SOCIEDADE BRASILEIRA A DESCARTAR SEU MAIOR TRUNFO, QUE É A MISTURA DAS DIFERENÇAS

por Hermano Vianna

Em 1991, morei em Chicago completando minha pesquisa de doutorado. Quando botei os pés na cidade, enfrentando um vento que chegou a baixar a temperatura para -50°C, a "Newsweek" que estava nas bancas trazia a capa sobre o "politicamente correto". Era a primeira vez que a grande mídia dava destaque para um debate que antes acontecia mais ou menos escondido no território das universidades e de grupos ligados ao "movimento social".

Peguei o período mais quente desse debate, impulsionado por uma cobertura da imprensa que não parou de crescer, mesmo na época da Guerra do Golfo. Eu olhava para tudo espantado, quase como se estivesse fazendo trabalho de campo numa aldeia da floresta de Papua-Nova Guiné. Mas o que era exótico rapidamente se tornou familiar. Vi logo que aquilo não era uma brincadeira de nativos doidos.

As pessoas ao meu redor tinham plena consciência da gravidade do que estava sendo discutido, do caráter existencialmente e socioculturalmente experimental da discussão (e da nova prática que ela acarretava), da possibilidade de erros e exageros, mas mesmo assim dedicavam suas melhores energias à experiência. Nada era vivido apenas com fria racionalidade: vi muita gente gritar em plena sala de aula discutindo as palavras que deveriam ser usadas para derrubar preconceitos de raça ou as medidas que precisavam ser adotadas para combater o "sexual harassment". Passei a respeitar muito os meus colegas mais estridentes.

Por isso, quando voltei para o Brasil, não suportava ouvir esse debate -tão sério e tão emocionalmente carregado- ser tratado em tom de piada. Achava que os Estados Unidos estavam prestando um serviço para a humanidade com essa experiência propriamente antropológica. Confesso que, vendo quanto sofrimento aquilo tudo causava (certamente um sofrimento bem menor do que o causado por séculos de discriminação e racismo, mas mesmo assim sofrimento), me sentia um pouco aliviado por não ser daquele país ou por ter vivido aquilo por um tempo e logo ter tido a oportunidade de cair fora, pois estava me sentindo sufocado (até porque fui classificado como hispânico, coisa que nunca pensei ser, apesar de adorar a cultura dos chicanos e porto-riquenhos da cidade).

Mas agradecia aos norte-americanos por estarem passando por esse sufoco todo, de maneira tão exigente e a meus olhos tão radical: quem sabe dali não surgiram lições importantes para o resto dos povos, que poderiam no futuro ser adotadas mundialmente sem os mesmos pesados custos, pois já poderíamos ver o que deu ou não certo? Porque é óbvio, mesmo para os mais politicamente corretos dos norte-americanos, que muitos dos aspectos dessa experiência -como de qualquer outra experiência social- não vão dar certo.

Sendo bastante mecanicista (como os parágrafos anteriores já o foram, tratando o caso norte-americano como se fosse algo absolutamente nacionalizado, separado daquilo que acontece no resto do mundo): povos diferentes fazem diferentes experiências para depois serem comparadas, trocadas, misturadas por todos os outros. Se não é para isso que a tal diversidade cultural serve, para que é então? Cada cultura passa por seu sufoco particular para que todas as outras não tenham que passar por todos os sufocos.

Não é muita serventia, eu bem sei -mas esse pouco é o máximo de tendência evolucionista que consigo ter ou, pior (ou melhor, dependendo do ponto de vista -até porque evolucionismo não é exatamente uma tendência charmosa), é o máximo de otimismo que consigo sentir ao contemplar a estranha sina dos desejos desencontrados da humanidade.

No meu ano nos EUA, vi coisas muito boas de pensar sobre alguns importantes aspectos dessa sina. No departamento de antropologia da Universidade de Chicago havia a proposta para retirar um totem lindo do vão da escada em espiral que conduzia à secretaria (não sei se continua lá - causava cômica impressão para quem adentrava naquele edifício de estilo gótico-"fake" dar logo de cara com objeto tão "autêntico"). Estudantes diziam que era uma apropriação indébita de um objeto religioso de outra cultura. Alguns professores chegaram a concordar com a devolução do totem para a tribo que o havia criado, mas gostaram menos de outra proposta de retirada, dessa vez a de um mapa-múndi que enfeitava o segundo andar com alfinetes coloridos fincados nos locais onde gente do departamento realizava suas pesquisas.

O mapa era realmente uma imagem forte. "Eles estão em todo mundo!", exclamei um tanto enciumado, acostumado que estava com a determinação acadêmica brasileira de que brasileiros devem estudar problemas brasileiros, que ajudem nosso país a se desenvolver. Num país pobre como o Brasil, não ficaria bem -diz mais ou menos de forma explícita o senso comum das agências financiadoras de pesquisas- ver um estudante gastando dinheiro, público ou não, para pesquisar a estética da dinastia Ming chinesa ou as relações de parentesco de uma etnia da Tanzânia.

Muitas vezes enxergo até sólidas vantagens na cópia pura e simples, sem antropofagia cultural nenhuma; por que não copiar o que é bom?

Mas os norte-americanos podem estudar o que querem pelo mundo afora, em nome do progresso do "conhecimento humano". Isso revela um poder danado, que aqueles alfinetes que ocupavam como formigas o mapa-múndi da Universidade de Chicago "denunciavam" com uma clareza eloquente.

Mas o que muita gente dizia era que a retirada do mapa ou dos alfinetes não solucionava o problema. A verdade era que as pesquisas patrocinadas e orientadas pelo departamento estavam sendo feitas em todos os continentes. Retiramos o mapa, mas trazemos todos os pesquisadores de volta para casa? Aceitamos assim a regra que só gente do Terceiro Mundo pode estudar o Terceiro Mundo, só havaianos podem estudar havaianos, só negros podem estudar negros, só gays podem estudar gays e assim por diante? Não estaríamos decretando com essas regras a morte da própria antropologia, que na sua história produziu talvez suas mais brilhantes teorias e práticas por meio do estudo, feito por diferentes, das diferenças?

Essa pergunta tem a ver com outro problema que naquele ano quase paralisou alguns cursos do departamento de sociologia da Universidade Northwestern (ao qual eu estava oficialmente ligado). Em 1991, a pós-graduação desse departamento, numa tentativa consciente de aumentar a diversidade étnica de seu corpo discente, passou a ter o maior número de estudantes negros de sua história. Todos sabiam que houvera processo especial para a escolha dos negros que ali começaram a estudar naquele ano, diferente daquele pelo qual passaram os outros alunos.

Essa diferença, em grupos tão pequenos, traz uma perene ameaça velada de crise, como se a qualquer momento pudesse surgir a acusação de que quem entrou por meio de processos especiais não tem méritos suficientes para estar ali ou que o próprio aluno que sabe estar ali por "ação afirmativa" acabe, mesmo sem querer, se sentindo e atuando como penetra numa cerimônia para a qual não foi totalmente convidado. É claro que todo mundo no departamento sabe desconstruir a questão de mérito individual etc. -mas tanta sofisticação ideológica e militância política anti-racista não tornam a situação totalmente confortável.

Pelo contrário: a situação tem mais chances de ser tornar paralisante. Foi o que aconteceu logo no primeiro ano. No início de cada curso, quando o professor apresentava a bibliografia, os estudantes negros reclamavam que não havia um número justo de afro-americanos entre os autores dos textos recomendados. Alguns cursos pararam naquele debate, que não deixava de ser muito interessante, apesar de adiar o início da matéria em que todo mundo tinha se inscrito. Foi então que um aluno negro escutou, nos corredores, um aluno branco reclamar que achava chato o

que estava acontecendo. O caso foi parar na direção e várias reuniões de todo o corpo docente e discente foram marcadas para encontrar uma solução para o problema racial do departamento. A conversa chegou num impasse quando foi proposta a participação obrigatória de todos no "Desfazendo o Racismo", workshop de dois dias e meio de duração. Ninguém era contra o workshop. Muita gente era contra a obrigatoriedade, por isso cheirar a autoritarismo cultural. Problema de natureza similar aconteceu num curso, também bastante experimental, que reunia estudantes de ciências sociais e de performance (a Northwestern tem fama de formar excelentes atores), onde fazíamos encenações a partir de textos de sociologia e também a partir do material de nossas pesquisas. Naquele ambiente, que parecia um laboratório de teatro, era mais fácil que as emoções tivessem espaço para expressão mais livre, digamos assim. A classe inteira não soube como reagir quando uma aluna começou a chorar copiosamente ao contar que era descendente de índios, mas nunca usou sua identidade étnica para conseguir vagas em colégios ou no trabalho. Todos ficamos em silêncio, esperando o choro passar.

Não contei esses casos para rir deles. Mesmo lembrá-los me deixa angustiado, mas orgulhoso dos meus colegas que deles foram protagonistas. Sei que parecem banais, individuais demais para terem real importância, mas para mim são como portas de entrada para problemas mais coletivos, problemas que vêm se somar aos problemas certamente maiores do racismo "tradicional" e que não sabemos -nem temos como saber a partir do exemplo inconcluso dos EUA- se vão levar realmente à superação do racismo. É uma tentativa de superação, talvez um caminho para a superação (não sabemos se o melhor caminho, isso só o tempo dirá), que merece nosso respeito, nossa colaboração e também a nossa crítica construtiva.

O leitor mais esperto já deve saber em que assunto delicado, e mais brasileiro, estou como que pedindo licença para entrar com todos os parágrafos anteriores. Não, não estou querendo insinuar, com todo esse palavreado possivelmente e perversamente relativista, que o que é bom (sufoco) para os EUA não seria bom para o Brasil. Até porque não vejo problema em culturas imitarem umas às outras.

Muitas vezes enxergo até sólidas vantagens na cópia pura e simples, sem antropofagia cultural nenhuma. Por que não copiar o que é bom? Por que essa pretensão louca de inventar sempre um caminho original?

Mas não é esse o problema. Tem algo que me incomoda nesse debate brasileiro sobre -tomo coragem e falo logo o nome delas, mesmo sabendo que vou pagar caro por me intrometer nesse ambiente de idéias muito exaltadas (e todas convictas de sua verdade)- cotas e não é a aplicação aqui de uma experiência vivida inicialmente por gringos e também não é o tal "imperialismo" denunciado naquele texto tão atacado de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant [ver o número especial da revista "Estudos Afro-Asiáticos", janeiro-abril de 2002, que traz esse texto, intitulado "Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista" e várias respostas, norte-americanas e brasileiras, para seus argumentos].

Sei que os advogados das cotas para afrodescendentes e outros grupos étnicos já venceram ou vão vencer muito em breve. Talvez até para seu próprio espanto e surpresa. Eles sempre começam seus textos falando do poder inabalável do mito da democracia racial brasileira. Mas o mito ruiu sem deixar saudade, como se nunca tivesse tido nenhum poder. Não conheço uma só pessoa que defenda hoje ser o Brasil uma democracia racial. Mesmo os argumentos contra as cotas: nenhum deles nega o racismo existente no Brasil. Cada vez mais brasileiros reconhecem abertamente que vivem numa sociedade racista e estão dispostos (assim espero) a combater esse racismo com cotas ou sem cotas. A maioria -61,1% da população segundo pesquisa CNT/ Sensus- aprova as cotas para afrodescendentes nos vestibulares universitários. Sempre combati o racismo e os preconceitos, de várias maneiras e em muitas frentes. Se o Brasil escolhe agora o caminho das cotas para essa briga, continuo brigando ao lado dos grupos anti-racistas e pró-cotas. Sei que enfrentaremos -nós, que queremos o fim do racismo- novos grandes problemas, muitos não tão "pitorescos" como os que vi em Chicago. Mas não costumo me acovardar diante desse tipo de dificuldades ou desafios. Mesmo assim devo confessar, talvez pela última vez, minha diferença fundamental em relação aos advogados das cotas. É a confissão de algo que no ambiente político atual está se transformando em pecado: gosto de mestiçagem, gosto também da idéia de que até

agora o melhor do Brasil foi produzido sobretudo pela valorização da mestiçagem. Nunca achei que valorizar a mestiçagem fosse sinônimo de defender a idéia de que vivemos numa democracia racial. Entendo até que o elogio da mestiçagem possa ser usado ou tenha sido usado por algum ignorante (entre eles não estava Gilberto Freyre) que queria provar a inexistência de racismo no Brasil. Mas nunca foi a maneira como lidei com o assunto: para mim a valorização da mestiçagem é uma das armas mais poderosas para serem usadas no combate anti-racista, no Brasil ou fora do Brasil.

Se adotarmos que "branco é branco, preto é preto", certamente perderá força uma alternativa "indefinida" para o mundo

Não foi fácil inventar esse orgulho de ser mestiço no Brasil. Havia um pensamento dominante que chegava a usar argumentos biológicos para dizer que o mestiço era um ser humano degradado e doente, que casais formados por pessoas de cores de pele diferentes deveriam ser proibidos de ter filhos e que culturas também se enfraqueceriam ao se misturar umas com outras. O pensamento brasileiro corajosamente tentou dizer o oposto: que misturar diferenças é bom. Eu pensava que deveríamos radicalizar politicamente o elogio da mestiçagem, indicando para o mundo (o meu sebastianismo...) um outro caminho para erradicar o racismo. Acho -com alguma pena, mas, se é isso mesmo que todo mundo quer, vamos nessa! Não vou ficar atrapalhando o desejo da maioria- que não daremos esse passo mestiço à frente e que vamos jogar essa experiência brasileira no lixo da nossa história. Pois, assim como a experiência do politicamente correto e de um tipo de cotas (que lá não são exatamente cotas) tem a ver com uma experiência radical -e com o modo de classificar as raças- da sociedade dos EUA, houve -já falo no passado- aqui no Brasil uma experiência também radical (mas hoje tida como conservadora), uma experiência única de valorização da mestiçagem, que não foi levada às suas últimas libertárias conseqüências. Como Caetano Veloso sintetizou no poema "Americanos": "Para os americanos branco é branco, preto é preto (e a mulata não é a tal), bicha é bicha, macho é macho, mulher é mulher, e dinheiro é dinheiro. E assim ganham-se, barganham-se, perdem-se, concedem-se, conquistam-se direitos, enquanto que aqui embaixo a indefinição é o regime e dançamos com uma graça cujo segredo nem eu mesmo sei".

Jogando no lixo

Se adotarmos, aqui embaixo, como já aparentemente adotamos, o "branco é branco, preto é preto", classificando pardos (e a tal da mulata) como pretos, certamente perderá força uma alternativa "indefinida" para o mundo. Talvez essa alternativa indefinida, mesmo ainda mais radicalizada para ficar absolutamente clara sua postura anti-racista, seja menos eficaz -no combate contra o racismo- que o caminho proposto pela experiência norte-americana. Mas quem pode saber com certeza? E se estamos jogando no lixo a melhor alternativa, como se fosse fácil demais ser mestiço (quando -repito- não é nem nunca foi, pois para o pensamento dominante ocidental é muito mais fácil ser "definido")?

Obviamente não existem uns EUA homogêneos lá e um Brasil homogêneo aqui. Michael Hanchard, em seu artigo contra Bourdieu e Wacquant, está certo em lembrar que o movimento negro é transnacional (mas não está certo ao afirmar que, para pessoas como Caetano Veloso, "miscigenação racial é igual a democracia racial" -todo mundo sabe que não é igual-, mas ninguém pode dizer de antemão que a valorização da miscigenação racial é inimiga, ou mais inimiga que as cotas, da vontade de criar uma verdadeira democracia racial).

Ainda bem que é assim, pois o movimento de valorização da mestiçagem -ou da hibridização ou da criouliização (para usar termos mais politicamente corretos)- também não é um fenômeno só brasileiro e -acredito- vai continuar vivendo razoavelmente bem e talvez florescer da maneira que eu imagino que deveria acontecer no Brasil, em outros lugares. Talvez, principalmente, porque em outros países não existe essa associação enganosa e quase automática, feita por setores hoje

dominantes do movimento anti-racista, de mestiçagem com o mito de democracia racial. Exemplo desse florescimento foi o seminário "Créolité and Creolization", organizado pela última edição da Documenta de Kassel, a mais importante exposição internacional de arte contemporânea, que tinha como debatedores o curador Okwui Enwezor, o poeta Derek Walcott e o sociólogo Stuart Hall. Sintomaticamente, nenhum brasileiro foi convidado, talvez porque o mundo já acredite que a nossa mestiçagem é de direita, mito -esse da mestiçagem ser de direita- que criamos para substituir o mito da democracia racial (isto é, criamos o mito de que, para combater o nosso racismo, devemos, entre outras coisas, deixar de valorizar o fato de sermos um povo mestiço).

A base do debate proposto pela Documenta é o livro-manifesto "Elogio da Crioulidade", lançado em 1989 na França (a intelectualidade francesa continua a gostar dos mestiços e de qualquer indefinição antiplatônica), que se tornou referência para vários grupos do movimento negro internacional por propor uma leitura pós-negritude e pós-Edouard Glissant para o assunto. No epicentro do campo mais pop, o surgimento de uma revista de moda e comportamento como a "Trace", editada em Nova York e Londres, é uma grande novidade. Os mestiços -das mais variadas combinações étnicas- estão nas capas, e o elogio da mistura é repetido em todos os artigos.

A "Trace" lançou neste ano um livro chamado "Transculturalism", que parece um "Casa-Grande & Senzala" para fashionistas de vanguarda. Não por acaso o título foi tirado da obra de um antropólogo caribenho, o cubano Fernando Ortiz. A crioulização como o futuro da moda, logo quando o Brasil abandona o barco?

Em todos os novos pensadores da mestiçagem pop ou acadêmica há a ênfase na mistura não como produto, mas como processo -"o estado permanente de crioulização" advogado por um herdeiro pós-moderno e pró-identidade-fractal de Ortiz, o também cubano Antonio Benítez Rojo-, e também no caráter não-sintético do mestiço (ou crioulo ou híbrido), no qual as diferenças não se desfazem, mas enriquecem o todo por permanecerem diferentes ocupando o mesmo espaço.

Como já dizia, há tanto tempo, o autor "proibido" Gilberto Freyre: a mestiçagem é um precário equilíbrio de antagonismos. Ou, mais recentemente, Agostinho da Silva (não iria perder a oportunidade de citar meus "sebastianistas" preferidos): "Essa vontade de ser sinceramente todas as coisas...". Há algo muito subversivo nessas palavras. Que a subversão mestiça continue viva em outras praias, praias caribenhas!

Pois o Brasil está em via de deixar de ser o país da mistura. Tudo bem, vamos perder muitas coisas, vamos ganhar muitas outras. Como gosto de novidades, não tenho muito do que reclamar. Tomara que viremos um país menos racista com a adoção das cotas e outras leis que vão vir por aí (por favor, só não chamem todo pensamento anticotas de pensamento racista! Essa é uma simplificação medonha!). Aquela coisa do bebê e da água do banho: para nos livrarmos do mito da democracia racial, jogamos fora a valorização da mestiçagem. Cota definitivamente não se dá bem com mestiços! Se o Brasil com isso se transformar mesmo numa verdadeira democracia racial, não teremos perdido grande coisa... Ou teremos? Afinal, não somos todos (nós seres humanos), desde sempre e para sempre, culturalmente e "racialmente", mestiços?

Hermano Vianna é antropólogo, autor de "O Mundo Funk Carioca" e "O Mistério do Samba" (ed. Jorge Zahar). Ele escreve periodicamente na série "Brasil 505 d.C.", do Mais!.

(18/07/2004)

CRÍTICA

Humor na contramão da propaganda

BIA ABRAMO

COLUNISTA DA FOLHA

A Sony vem exibindo nas noites de segunda-feira duas excelentes séries cômicas, que estão totalmente na contramão da propaganda dos modos de vida norte-americanos, matéria-prima de 90% dos seriados. "Whoopi" e "Becker", ambas já canceladas nos EUA, são uma espécie de lado avesso da idéia do bem-estar norte-americano.

Em primeiro lugar, porque as séries apostam na dupla humor e crítica. Vão um pouco além dos gracejos históricos que dominam boa parte das séries ditas cômicas e tentam usar o riso como arma, se não exatamente de reflexão, de algum tipo de incômodo. Em segundo lugar, porque ali sim há personagens cujos desajustes são impossíveis de serem glamourizados.

Whoopi Goldberg, estrela da série batizada com seu prenome, é daquelas comediantes mais ou menos desperdiçadas pelo cinema, que ou bem lhe dá papéis grandes em filmes ruins ou pequenos em filmes melhores.

Desbocada e sarcástica, Whoopi faz piada de si mesma o tempo todo -mulher, negra, de esquerda etc. É justamente na dupla condição de mulher e negra que seus ataques ao politicamente correto ficam ainda mais certos. Na série, ela é Mavis Rae, uma ex-cantora se torna dona de um hotel meio decadente em Manhattan.

Ao lado de um irmão conservador e desempregado, da cunhada branca que se veste e fala como uma negra do Bronx e de um empregado recém-chegado do Irã, Mavis Rae passa em revista de maneira impiedosa a atmosfera extra-moralizante da sociedade norte-americana e os desacertos do governo Bush.

Aliás, o próprio presidente foi alvo de mais de uma gozação ao longo da série. Numa Nova York difícil de ver na TV -dura, segregada, pobre-, os personagens à margem de "Whoopi" representam o outro lado da "city" glamourizada e fashion da série de Sarah Jessica Parker. Durou pouco, é claro -foram só 13 episódios-, o que é uma pena, pois os diálogos afiados e a presença entre perplexa e crítica de Whoopi fazem falta num cenário onde conservadorismo travestido de cultura pop dá o tom.

"Becker" conseguiu durar bem mais, seis temporadas, o que é de espantar, porque a série tinha um humor demolidor e corrosivo. A série do médico mau reclamão também se passava numa Nova York não-turística, no Bronx, e também fazia da ironia pesada sua matéria-prima.

O doutor Becker, antípoda do médico televisivo bem-sucedido ou heróico, não fazia concessão alguma aos não-me-toques verbais em relação às diversas minorias e às deficiências de corpo ou de alma.

Curiosamente, "Becker", cujo humor ácido estava quase à altura de "Seinfeld", sempre teve menor atenção da crítica. O que depõe contra esta, pois indica que também aqueles que escrevem sobre a televisão se deixam levar pelo óbvio.

biabramo.tv@uol.com.br

(03/09/2004)

BARBARA GANCIA

Mendigo, morador de rua ou pessoa em abandono?

Justiça seja feita. A idéia do jogo entre Brasil e Haiti não partiu de algum Duda Mendonça das Relações Exteriores. Partiu do primeiro-ministro haitiano, Gérard Latortue. O projeto pode até ter sido abraçado com uma dose de oportunismo pelo governo tapuia, mas o êxito da operação, há de se admitir, parece ter sido dos mais doces.

A ida da seleção ao Haiti foi tratada por alguns céticos como uma mera exibição circense. Pois eu digo que, se nossa vocação para trazer algum alento às vítimas de conflitos que se arrastam há anos reside na realização de joguinhos bocós de bola, que seja. Mesmo que o único ganho consista, em termos de imagem, em ver o talento brazuca se fixar nas mentes dos mais jovens. Veja só: na semana passada, o canal pago de televisão GNT exibiu um documentário tocante, "Promessas de um Novo Mundo", sobre o cotidiano de crianças palestinas e israelenses. Um dos meninos mostrados no filme, o palestino Faraj, 13, demonstra grande resistência a aceitar a sugestão do diretor do documentário, B.Z. Goldberg, de se encontrar com judeus da sua idade.

A barreira finalmente é rompida e Faraj concorda em falar ao telefone com o israelense Yarko, 12. Os dois começam a conversa pisando em ovos e só vão encontrar algo em comum quando Faraj pergunta para quem Yarko torceu na final da Copa de 1998. "Para o Brasil", diz o menino judeu. Faraj abre um largo sorriso.

Os céticos que consideram ter sido dinheiro jogado no mar das Antilhas o investimento de levar a seleção ao Haiti vão dizer que é bobagem. Mas já pensou que bacana ver Faraj e Yarko, na mesma arquibancada, torcendo pela seleção brasileira?

★

Eu já andava meio encafifada com o uso do termo politicamente correto "morador de rua" para designar mendigo quando recebi um e-mail do senhor José Vieira Rocha Jr. dizendo o seguinte: "A locução é contraditória em termos. É rua ou é moradia. Morar implica fixar-se. Rua, por definição, é caminho, é via de passagem. Ademais, rua é coisa pública, jamais disponível a ser apoderada pelo particular".

Ele diz ainda: "O uso impensado do vernáculo escancara nossa acomodação diante do fenômeno. Fugimos à reflexão e fingimos compreensão quando mascaramos a realidade". O senhor Vieira sugere que, em vez do pejorativo "mendigo" ou do equivocado "morador de rua", se passe a usar "pessoa em abandono".

QUALQUER NOTA

Porção canina

A melhor tirada sobre John Kerry partiu do comediante norte-americano Dana Carvey. Em entrevista a David Letterman, ele disse que o candidato do Partido Democrata é "29% basset hound".

Verborragia

Tapuia precisa mesmo de auto-estima. Sem ela, como engoliria um presidente que usa os ditos de Zeca Pagodinho como se estivesse citando Shakespeare?

De luva

Quer apostar um picolé de limão como o maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima já deve estar na mira da campanha "brasileiro não desiste nunca"?

**E-mail - barbara@uol.com.br
www.uol.com.br/barbaragancia**

2005

(23/03/2005)

CARNAVAL

Para pesquisadores, enredos se tornaram politicamente corretos porque agremiações buscam patrocínio e respeito da elite

Escolas afastam samba da malandragem

ADRIANA CHAVES

DA SUCURSAL DO RIO

Os sambas-enredo das escolas cariocas abdicaram dos pressupostos da malandragem, aderiram ao politicamente correto e repetem fórmulas de sucesso na tentativa de ampliar sua aceitação, afirmam pesquisadores ouvidos pela Folha.

O historiador da USP (Universidade São Paulo), José Carlos Meihy, aponta o risco de transformação dos desfiles das escolas de samba em "festa cívica".

"É triste porque trocam-se brincadeiras, picardias e malandragens por propagandas patrocinadas por empresas, órgãos governamentais ou consulados", declara Meihy.

De acordo com o o historiador os atuais sambas-enredo podem ser enquadrados em três categorias: demonstrativos, trazendo elementos como fogo, água, energia e natureza; históricos, retratando guerras, batalhas, homenagens, festas e celebrações; e de campanhas, que abordam questões como a doação de órgãos, educação no trânsito, combate ao HIV etc.

Sua crítica recai principalmente sobre os sambas de campanha e os excessivamente didáticos (veja quadro). "Claro que não é errado defender essas bandeiras. Mas são temas que fogem do espírito do Carnaval. Há uma espécie de retomada dos pressupostos da ditadura e as contradições surgem", disse o historiador.

Monotonia marchada

Pesquisador de Carnaval, o psiquiatra da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Aloysio Felix ressaltou que os CDs das escolas vendiam seis vezes mais há dez anos do que hoje. Segundo ele, devido à queda de qualidade das letras e por terem ficado parecidos uns com os outros.

"Querendo animar com refrãos fáceis, [os sambas] desanimam pela sua monotonia e marcheamento; querendo descrever a história, a fazem por imagens pobres com palavras pouco inspiradas. Há um privilégio do ritmo da bateria em detrimento da boa harmonia do samba, como no funk introduzido pela Unidos do Viradouro em 1997 para justamente esconder possíveis erros do samba", afirmou Felix.

O pesquisador diz acreditar que a oficialização do Carnaval como festa nacional, nos anos 30, e o surgimento do carnavalesco na década de 1960 promoveram uma espécie de "embranquecimento" nos sambas. Ele também aponta a entrada dos patrocínios e a padronização dos desfiles como fatores responsáveis pela "pasteurização" das letras.

"O malandro da comunidade, que compunha samba de forma primitiva não pôde mais competir com os chamados condomínios -compositores de classe média-alta composta de letristas e músicos que invadem várias escolas simultaneamente, lançam seus sambas de acordo com a sinopse e quase invariavelmente ganham a disputa, que requer dinheiro aplicado", disse Felix.

Retalhos de melodia

Com "raríssimas exceções", os sambas-enredo tornaram-se "repetitivos e bobinhos" afirma o sambista e estudioso do tema Nei Lopes. "São colchas de retalhos, principalmente de melodia, sempre colagens de motivos já ouvidos", critica.

"Às vezes, a gente se anima com a empolgação, a interpretação do cantor, alguma convenção no arranjo, mas quando vai ver direitinho é como um jingle: "grudou no ouvido" porque remete a trechos de canções ou fórmulas já utilizadas", afirmou Lopes.

Para a professora de pós-graduação em psicologia da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio Monique Augras, a "malandragem" nunca teve muito espaço nos sambas-enredo. "A origem das escolas é reacionária."

"As escolas precisam do reconhecimento institucional, da aceitação da sociedade erudita. Não têm esse viés crítico, querem aparecer e aparecer bem, ser bacanas. O discurso do samba-enredo é para agradar a quem manda, aos jurados da classe média intelectualizada", disse Augras.

(04/03/2005)

LUÍS NASSIF

O racismo negro

Um dos grandes ativos brasileiros é a convivência racial, especialmente naquilo que o Brasil tem de melhor: o povo brasileiro. Existe um racismo disfarçado em alguns setores, classe média e alta não-intelectualizada, em alguns ambientes, não no ambiente popular.

Freqüento botecos onde convivem brancos, pardos e negros, em que posso chamar o Almeida de "negão" sem ser acusado de racismo, assim como ele pode me chamar de "turco". Tenho liberdade para lhe dizer que "negão" só faz besteira, ele de me ameaçar com um "navio branqueiro" quando tomar o poder, sem precisar dar satisfação de nossa amizade e nossas brincadeiras a nenhum centurião do politicamente correto.

Nosso ponto em comum é a amizade e a música, é cantar dona Ivone Lara e Ary Barroso, é celebrar a mistura de raças, que me permite ter sobrinhos com 50% de sangue judeu e quase outro tanto de sangue libanês.

Corra-se a periferia de São Paulo, das grandes cidades, freqüentem-se as pequenas cidades e se verá o povo irmanado na música, no futebol, na solidariedade para enfrentar um modelo econômico perverso.

Se souber que meu condomínio discrimina negros ou pobres, irei até as barras do tribunal para fazer valer a lei, porque o Brasil tem leis expressas para colocar racista na cadeia.

No entanto, sob a capa das políticas compensatórias, está em marcha um processo que pode fortalecer o pior dos mundos: a intolerância racial aberta, praticada por grupos negros politizados, especialmente contra pardos e brancos de estratos sociais inferiores.

Semanas atrás fui jurado em concurso de práticas sociais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Um dos projetos era um curso profissionalizante em uma favela de Belo Horizonte, ao qual só tinham acesso alunos negros. O favelado quase branco, quase negro passou a sofrer duas espécies de discriminação: fora do seu meio, por ser favelado; no seu meio, por ser um quase negro, quase branco.

O ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) tem uma assessora negra retinta, lustrosa, bonita, instruída. Foi vetada em um bloco de Carnaval em Salvador porque consideraram que sua negritude não era plena.

O Brasil não merece isso! E, quando se entram com políticas compensatórias raciais -como é o caso das cotas para negros em universidades-, começa a se dar legitimidade institucional a esse racismo. Pode-se discutir ou não a legitimidade de cotas para alunos de escolas públicas, cotas para pobres, mas não cotas para negros.

Como é que se vai aceitar esse pensamento desvairado e transformar em política pública algo que começa a contaminar até as relações de solidariedade nas classes populares? As cotas raciais, assim como a elegia a esse racismo negro, são uma ameaça concreta que precisa ser abortada no berço. Não se pode cair na esparrela da dívida histórica para tornar mais deserdados ainda os simplesmente pobres.

E viva Paulinho da Viola -meio negro, meio branco.

Dirceu nos EUA

O cicerone do ministro José Dirceu nos Estados Unidos é um brasileiro muitíssimo bem informado, ligado à ala "light" do Partido Republicano. E o ponto de contato não é George Bush pai.

E-mail - Luisnassif@uol.com.br

(03/04/2005)

JOÃO PAULO 2º
ANÁLISE

O choque entre ética e realismo

SLAVOJ ZIZEK
ESPECIAL PARA A FOLHA

Todo bom cristão não só não se deixa ofender, mas deveria sentir nada mais do que alegria sem culpa diante de "The Politically Correct Guide to the Bible" (Guia Politicamente Correto Para a Bíblia, ed. Crown), de Edward Moser.

Se esse hilariante livrinho tem algum problema, é o fato de que depende um pouco demais do procedimento padrão de iniciar cada verbete com a bem conhecida e sisuda linha da Bíblia e acrescentar ao final, como uma reviravolta, uma qualificação absolutamente contemporânea, seguindo a bem conhecida blague de Marx sobre a maneira pela qual os direitos humanos garantidos pela Revolução Francesa (1789) funcionam na vida real do mercado: "Liberdade, igualdade e Bentham".

"Ainda que eu caminhe pelo vale da sombra da morte, não temerei, pois "temor" e "bem" são formulações ideológicas que dependem de uma lógica binária e exclusivista." "E eles começaram uma algaravia, mas cada homem os ouvia em sua própria língua, devido aos programas de educação bilíngue."

Essa forma de reescrever chega a um ponto alto quando Moisés reformula os dez mandamentos e faz deles "dez recomendações". Basta mencionar duas delas: "Não respeitarás o domingo, para que possas fazer tuas compras naquele dia" e "não tomarás o nome de Deus em vão, a não ser com exagero, particularmente se fores um artista da linha "gangsta rap".

O problema é que aquilo que Moser evoca satiricamente e com exagero em seu trabalho está na realidade acontecendo hoje: não praticamos uma reforma semelhante nos mandamentos? Um comando é severo demais? Basta devolver a cena ao monte Sinai e reescrevê-lo. "Não cometerás adultério exceto se for emocionalmente sincero e servir à meta de uma profunda realização pessoal."

Exemplar quanto a isso é "The Hidden Jesus" (O Jesus Oculto, ed. Griffin), de Donald Spoto, uma visão "liberal" do cristianismo, em que lemos, a propósito do divórcio, que "Jesus claramente denunciou o divórcio e segundas núpcias... Mas Jesus não chegou jamais a dizer que casamentos não podem ser desfeitos... Não existe em qualquer outra parte de seus ensinamentos uma situação em que uma pessoa se veja eternamente acorrentada às consequências do pecado. Seu tratamento das pessoas, como um todo, envolvia liberação, não legislação... É evidente que na verdade alguns casamentos simplesmente se dissolvem, que compromissos são abandonados, que promessas são violadas, amores, traídos".

Por mais simpáticas e "liberais" que sejam essas palavras, elas envolvem uma confusão fatal entre altos e baixos emocionais e um compromisso simbólico incondicional que deveria ser mantido exatamente quando deixa de ser sustentado por emoções diretas.

"Não te divorciarás exceto quando teu casamento se dissolve "de verdade", quando ele se assemelha a uma experiência emocional desagradável que te frustra em tua vida", ou seja, exceto quando a proibição ao divórcio teria seu pleno valor (por que alguém se divorciaria quando o casamento está florescendo?)!

Emblemática quanto a isso foi a figura de João Paulo 2º. Mesmo aqueles que respeitavam a postura moral do papa usualmente acompanhavam essa admiração com a qualificação de que ele, no entanto, continuava a ser desesperadamente antiquado, quase medieval, aderindo a dogmas antigos, fora de contato com as demandas dos novos tempos: como ignorar, hoje, a contracepção, o divórcio, o aborto? Não se trata simplesmente de fatos de nossas vidas? Como pôde o papa negar o direito ao aborto até mesmo a uma freira (da maneira que efetivamente o fez no caso de freiras violentadas durante a Guerra da Bósnia)?

Não fica claro que, mesmo que sejamos a priori adversários do aborto, em um caso extremo como esse o certo seria abandonar os princípios e aceitar um compromisso?

Pode-se compreender, agora, por que o Dalai Lama é muito mais apropriado aos nossos tempos modernos e permissivos: ele nos oferece um espiritualismo vago e cheio de bons sentimentos, sem nenhuma obrigação específica. Todo mundo, até mesmo astros decadentes de Hollywood, pode seguir sua doutrina e manter um estilo de vida promíscuo e obcecado pelo dinheiro. Em contraste, o papa nos lembra que existe um preço a ser pago pela atitude ética correta, que é exatamente a sua teimosa adesão aos "velhos valores", sua recusa em acatar as demandas "realistas" de nossa era, mesmo que os argumentos contra ele pareçam "óbvios" (como no caso das freiras violentadas), que fazem dele uma autêntica figura ética.

Mas será que o heroísmo ético exibido por João Paulo 2º é autêntico? Ou se trataria de uma forma daquilo que Alain Badiou chamou de "paixão do real", o falso gesto heróico de assumir plenamente o lado sujo e obscuro do poder: "Alguém tem de fazer o trabalho sujo, vamos lá!". Em sua forma extrema, isso nos lembra da mensagem de Heinrich Himmler aos oficiais da SS (a tropa de elite da Alemanha nazista): é fácil fazer algo de nobre pelo país, até mesmo sacrificar a vida por ele. Muito mais difícil é cometer um crime em seu nome.

A Igreja Católica tem sua organização sigilosa para tarefas secretas, a infame Opus Dei, a "máfia branca" da igreja, envolta em segredos para incorporar a pura lei, para além de qualquer legalidade positiva: seu papel supremo é a obediência incondicional ao papa e a determinação impiedosa de trabalhar para a igreja, com todas as demais regras (potencialmente) suspensas. Como regra, seus membros, cuja tarefa é penetrar os principais círculos políticos e financeiros, não revelam seus vínculos para com a organização. Dessa forma, são de fato a "opus dei" Æbra divina, ou seja, adotam a perversa posição de instrumentos diretos da vontade do outro.

Além disso, há um enorme número de casos de abuso sexual de crianças por padres. A incidência desse tipo de caso é tão grande, da Áustria à Itália, passando pela Irlanda e pelos EUA, que se poderia falar de uma "contracultura" articulada dentro da igreja, com um conjunto de regras ocultas. E existe uma interconexão entre os dois níveis, já que a Opus Dei interfere regularmente para ocultar os escândalos dos padres.

Incidentalmente, a reação da igreja aos escândalos sexuais também demonstra a maneira pela qual a instituição percebe seu papel: a igreja insiste em que esses casos, por mais deploráveis que se revelem, são assunto interno. E, de certa maneira, a igreja está certa: abuso de crianças é seu problema interno, ou seja, um produto inerente de sua organização simbólica e institucional, e não apenas uma série de casos criminais particulares envolvendo indivíduos que por acaso são padres. Consequentemente, a resposta a essa relutância da igreja deveria ser não só a de que estamos lidando com casos criminais Æ, se a igreja não participar plenamente das investigações, estará se tornando cúmplice, mas também a de que a igreja como tal, como instituição, deveria ser investigada, com respeito à forma pela qual ela sistematicamente cria condições para esses crimes.

Essa é também a razão por que não é possível explicar os escândalos sexuais em que padres estão envolvidos como uma manipulação dos oponentes do celibato, que desejam reforçar sua alegação de que, caso os desejos sexuais dos padres não sejam atendidos de maneira legítima, explodirão de forma patológica: permitir que os padres católicos casem não resolveria nada, não teríamos padres cuidando de seu trabalho sem molestar meninos, já que a pedofilia é gerada pela instituição católica do sacerdócio como seu obscuro suplemento secreto.

E é nisso que o papa fracassou: sob seu reinado, a Opus Dei se tornou mais forte do que nunca. João Paulo 2º canonizou o fundador da organização, mas, a despeito de seus pronunciamentos públicos, ele não confrontou plenamente as consequências dos escândalos de pedofilia. E é por isso que João Paulo 2º é um herói trágico, uma prova de que até mesmo uma postura radical e sincera de ética pode ser uma farsa.

Slavoj Zizek é filósofo esloveno e autor, entre outros, de "Um Mapa da Ideologia". Tradução de **Clara Allain**.

(16/04/2005)

"Politicamente correto" irrita vizinhos

DE BUENOS AIRES

"Detenção de 36 horas por um insulto. É tremendo", disse o apresentador de TV Sergio Hendler, ao noticiar para a Argentina a liberação, em São Paulo, do jogador Leandro Desábato.

O comentário do jornalista resume a interpretação que prevaleceu na imprensa argentina do episódio -exagero brasileiro.

"[A detenção de Desábato] é um despropósito típico da mania politicamente correta", disse o escritor Martín Caparrós, torcedor do Boca Juniors e autor do recém-lançado livro sobre o centenário do clube, "Boquitas".

A "mania politicamente correta", segundo Caparrós, "consiste em se horrorizar muito com coisas menores e nada com as que realmente merecem". O escritor afirmou que seria interessante verificar "quantos ministros negros há no governo Lula, que se indignou tanto" com o caso Desábato.

A suposição argentina de que a detenção do jogador esconde segundas intenções das autoridades é citada pelo jornal "Clarín". O diário "Olé" avaliza a versão dos dirigentes do Quilmes de que foi uma operação "armada".

"As autoridades argentinas não conseguem entender o que há por trás disso. Há 15 dias, o Brasil estremeceu pela matança de 30 pessoas no Rio. As vítimas eram negras e foram executadas por grupos parapoliciais do Estado. A sensação que domina os argentinos é que houve oportunismo com Desábato", diz o "Clarín".

Em texto para o "Olé", o jogador argentino Sebastián Domínguez, que atua no Corinthians, afirma: "Os brasileiros têm muitos problemas com o racismo e fazem pouco para resolver. Talvez essa confusão tenha a ver com o fato de que [Desábato] é argentino. Já me chamaram de "argentino de merda" e nunca reagi".

A torcida do Quilmes convocou ontem, pelo site oficial do clube, uma marcha de protesto até a embaixada brasileira em Buenos Aires. Com o anúncio da liberação de Desábato, o protesto foi suspenso. "Mas a torcida do São Paulo vai passar a ter problemas aqui", declarou à **Folha** Luis Alberto Sanchez, funcionário administrativo do Quilmes.

À tarde, a página do Quilmes esteve momentaneamente fora do ar, "por excesso de acessos". (SA)

(16/04/2005)

FUTEBOL

As palavras e as coisas

JOSÉ GERALDO COUTO

COLUNISTA DA FOLHA

O alarde provocado pelo episódio Desábato, com manifestações apaixonadas a favor ou contra a prisão do jogador argentino, revela o quanto a questão é delicada.

Compreendo e respeito a opinião de quem considerou exagerada a punição a Desábato. Juca Kfourri, José Trajano, Tostão, Marcelo Tas, entre outros, defenderam esse ponto de vista. Concorro que o atleta talvez esteja sendo usado como bode expiatório de um ressentimento ancestral contra os argentinos. Há também evidências de que muita gente -a começar do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz- está pegando carona no episódio para se promover. Exagero, rancor, oportunismo, hipocrisia. Tudo isso é verdade. Marcelo Tas lembrou que o apelido do atacante brasileiro ofendido -Grafite- já é um reflexo do nosso próprio racismo de cada dia.

Mas é disso que eu quero partir para ressaltar o que há de positivo no episódio. Estamos tão imersos em preconceitos historicamente adquiridos que encaramos as ofensas de fundo racial ou étnico como coisas banais. Qualquer reação a esses comportamentos discriminatórios automáticos, quase inconscientes, é tachada de "modismo do politicamente correto".

Esse é um terreno movediço, no qual é recomendável pisar com muito cuidado.

A língua, sobretudo na comunicação oral, é um organismo vivo, em permanente transformação. As palavras têm um peso, carregam uma história. Pulsam nelas todas as trocas materiais e simbólicas entre os indivíduos e os grupos.

Uma mesma palavra pode ter seu sentido invertido ao se deslocar de um contexto a outro, de uma boca a outra. Às vezes uma mudança sutil de inflexão vira do avesso o significado de um termo. Entre o "minha nega" dito com afeto por um homem apaixonado e o "sua negra" dito com rispidez por uma patroa há um abismo cavado por séculos de história.

Ao assumir o apelido Grafite como seu "nome artístico", o jogador do São Paulo de certo modo legitimou o termo, mudando seu sinal. O que era para ser uma ofensa passou a ter um valor positivo. Grafite, aliás, é uma cor muito bonita. Pergunte aos designers, cenógrafos e decoradores. As palavras nunca são inocentes. A pessoa que inventou o termo "ecochato", por exemplo, causou um grande desserviço à preservação do meio ambiente. Agora, quando se quer desqualificar um movimento ambiental, é só dizer: "Lá vêm os ecochatos".

Entre os exageros do politicamente correto (querer que usemos "afro-brasileiro" em vez de "negro", por exemplo) e a ironia confortável de quem nunca sentiu na pele a discriminação, é difícil encontrar o caminho do meio.

Mas, se for preciso optar, é melhor o exagero que a omissão. Desábato foi pego para Cristo, mas essa injustiça pontual não será em vão se ajudar a combater injustiças muito mais graves e profundas.

Sem fronteiras

O caso Desábato eclipsou a selvageria da torcida da Inter de Milão no derby contra o Milan. Que sirva de lição para os que, em nome da segurança nos estádios, sugerem a elevação do preço dos ingressos, como se houvesse uma correlação direta entre pobreza e violência. O ingresso na Itália é caríssimo. Milão é a capital italiana da elegância. A estupidez não tem fronteiras de país nem de classe.

Lavagem escondida

Ficou também em segundo plano a conclusão do Ministério Público paulista de que há indícios de lavagem de dinheiro na parceria MSI-Corinthians. Muitos torcedores não entendem, mas é possível ser corintiano e desejar que os fatos sejam esclarecidos e a lei seja cumprida.

E-mail: jgcouto@uol.com.br

(28/04/2005)

ARTIGO

Censura é uma lata na boca

LIVIO TRAGTENBERG
ESPECIAL PARA A FOLHA

O recente episódio envolvendo certas "recomendações" contratuais que vetavam o uso de certos tipos de imagens pelos VJs num grande festival de música eletrônica em São Paulo expõe a situação real da atividade artística em nossos tempos.

Finalmente, chegamos à "música eletrônica de pista no mundo da Xuxa". Não pode ter imagem de drogas, violência, política, mas é para a rapaziada encher a cara...

De uma forma geral, os criadores são reféns (uns mais felizes do que os outros) dos marqueteiros e de suas estratégias publicitárias. O Estado continua ausente da promoção cultural na sociedade, porque lhe falta projeto e estratégias. A lei de incentivo transformou o artista num "mal necessário" nos planos de marketing. E de que artista estamos falando? Que cada vez se aliena mais, num ambiente de pose e de escapismo.

E, me desculpe a rapaziada, a música eletrônica, que surgiu como curtição de uma tribo urbana em busca de novas formulações e veiculação para o fazer musical e que criou resultados inovadores noutros tempos, caiu na vida e já tem suas festas de peão.

Será que esse é o destino único da criação artística nos dias de hoje? Linha auxiliar de campanha de vendas? Se é assim, então pelo menos vamos falar claro.

Estive neste mês na Winter Music Conference, em Miami (EUA). Lá, DJs e assemelhados assumiam alegremente o papel de garotos-propaganda de celulares, gadgets e outros equipamentos periféricos, que são a razão de ser da cena eletrônica de pista nos EUA. Como numa convenção de vendas, DJs faziam demonstrações de equipamentos, produtores negociavam pelos corredores de hotéis, onde a grande excitação girava em torno de qual tecnologia vai dominar os novos suportes.

Nesse ambiente, é natural que uma empresa, na hora de promover seu produto, queira relacioná-lo a comportamentos, sons e imagens que lhe interessam.

Cabe, sim, à rapaziada ficar esperta e perceber que está dançando conforme as escolhas musicais desses marqueteiros em seus refrigerados escritórios e que eles não têm nenhum compromisso com música. Trata-se de negócio.

Mas será que a rapaziada está preocupada em ser, uma vez mais, massa manipulada de um consumismo cada vez mais sacana? Sacana porque inventa comportamentos, símbolos, sons que, através de massiva propaganda, faz crer à moçada que esses são os seus valores e modos de vida. Quanto à situação dos VJs, à censura travestida de linguajar "politicamente correto" e legalista resta constatar que precisam ser criados espaços sociais para que se veicule realmente música, vídeo etc. E que esses megafestivais de celular, cerveja e outros usam sons e imagens apenas como iscas de uma juventude incauta. Que acha que se manifesta "com uma lata na boca", slogan que é uma versão repaginada daquele antigo "liberdade é uma calça velha de jeans". De slogan em slogan desfiamos nossa indignação cultural.

Livio Tragtenberg é compositor

(01/05/2005)

ETIQUETA

Até uso de "palhaço" é criticado

Governo lança manual "Politicamente Correto"

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo iniciou ontem a distribuição de 5.000 cartilhas intituladas "Politicamente Correto", um pequeno manual que lista expressões do dia-a-dia que devem ser evitadas pela conotação pejorativa ou discriminatória para determinados grupos da sociedade. Alguns exemplos são inesperados: não se deve chamar de "palhaço" uma pessoa pouco séria ou de "barbeiro" o mau motorista, porque os termos ofenderiam os profissionais dessas áreas.

Organizado pela Secretaria de Direitos Humanos, o guia é dirigido a formadores de opinião: políticos, jornalistas e professores. A preocupação é evitar ofensas que podem passar despercebidas contra homossexuais, negros e mulheres. Entre os termos vedados estão: sapatão, veado, baitola e gilete -referente ao bissexual.

No quesito racial, há ressalvas sobre a palavra "negro", que pode ser usada de forma ofensiva, mas "neguinho" ou "minha preta" são aceitos como expressões carinhosas. Dizer que "a coisa ficou preta" é inaceitável para designar uma situação negativa.

O manual sugere evitar o termo "xiita", ramo do Islã, para caracterizar "militantes radicais e inflexíveis". A expressão é usada no meio político para designar a esquerda radical. Chamar alguém de comunista também pode ser insulto, para o governo, devido a calúnias para justificar campanhas de perseguição. Em contrapartida, também se considera "reacionário" um insulto para os conservadores.

A cartilha ainda considera que os insultos têm natureza classista, indicando que "ladrão" é usado para pobres e "corrupto" para ricos. "Todas as generalizações são perigosas. Quantas vezes não ouvimos, numa manifestação ou protesto: isso é coisa de "petista'?", disse o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano.

(03/05/2005)

CARLOS HEITOR CONY

Besteira tem hora

RIO DE JANEIRO - Em outros tempos, poderia parecer piada do Teatro de Revista, do "Balança mas não cai", do Max Nunes. Mas a besteira tem caráter quase oficial, pelo menos, mais dia menos dia será adotada pelos manuais de redação dos jornais, das revistas e das editoras. É o politicamente correto, PC para os íntimos, sem nada a ver com o finado PC da Era Collor. O negócio começou aos poucos, limpando a linguagem do dia-a-dia de expressões que seriam agressivas a pessoas, instituições, ofícios e doenças. "Cego", por exemplo, seria ultrajante para quem é deficiente visual. O velho ditado "Em terra de cego quem tem um olho é rei" seria ofensivo e deveria ser traduzido pelas normas corretas politicamente.

O "ceguinho de amor", daquela bonita canção de Ary Barroso e Luiz Peixoto, passaria a ser "deficiente visual de amor". Não caberia no compasso da música, mas seria saudável.

O negro passaria a ser afrodescendente. As numerosas associações que lutam contra o racismo teriam de mudar de nome, pois a palavra "negro" é aceita como designação de uma raça tão legítima como a branca e a amarela. "Preto" sim, é nome de uma cor e vem sendo banida naturalmente.

"Palhaço" e "barbeiro" seriam igualmente ofensivos. Não conheço a alternativa para os dois nomes, que além de mencionarem um ofício respeitável, serve para o desabafo no trânsito, sem conotação negativa para os profissionais das duas atividades. Não acredito que um palhaço de picadeiro ou um barbeiro de salão fiquem ofendidos. "Veado" não ofende a nobre estirpe dos animais notáveis pelos chifres.

Voltando ao "negro". Tivemos aqui no Rio um prefeito e governador que se chamava Negrão de Lima. Há rua e viaduto com o seu nome. Rua e viaduto deverão trocar de placa, que passarão a ser "Afrodescendentão de Lima". Senhores e senhoras: ridículo tem hora. Contudo, depois do traseiro mencionado por Lula, qualquer hora é hora.

(06/05/2005)

AO PÉ DA LETRA

Petista já falou "louco" e "peão", que estão no "Politicamente Correto"

Lula usa em seus discursos termos vetados por cartilha

IURI DANTAS

LEILA SUWWAN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Se fosse levar ao pé da letra a cartilha do "Politicamente Correto", elaborada pelo próprio governo federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia incorrer em preconceito e discriminação em alguns discursos.

Algumas palavras ou expressões, cujo uso em tons pejorativos não é recomendado pelo guia, aparecem nos discursos de Lula. Ainda que sua intenção não seja preconceituosa nem discriminatória, o presidente chega a citar algumas palavras várias vezes, como "louco", "peão" e "burro".

O pequeno manual vem criando polêmica desde a semana passada, quando o governo iniciou a distribuição da primeira tiragem, de 5.000 exemplares. Na segunda-feira, o ministro Nilmário Miranda (Direitos Humanos) resolveu enviar a publicação para exame do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Muitas palavras desaconselhadas pelo manual são amplamente utilizadas pela população, como "barbeiro" para designar maus motoristas. Nesse caso, o guia informa que o uso pejorativo pode ofender os profissionais que vivem de aparar a barba.

Ao discutir a questão ontem, o comitê decidiu que o tema é relevante, mas ainda precisa ser debatido. Para isso, propôs seminário em julho, com o título "Linguagem, Poder e Preconceito". Até lá, a distribuição da cartilha está suspensa, por decisão de Nilmário.

O ministro decidiu pedir o exame do comitê depois de conversa telefônica com o escritor João Ubaldo Ribeiro, na segunda-feira, que criticou a cartilha. E também com base nos comentários que a publicação vem recebendo.

Não à toa, muitas das expressões fazem parte da oratória do próprio presidente. Um dos exemplos mais significativos foi o discurso de Lula no lançamento da Política Nacional de Saúde Mental, na qual chamou, repetidas vezes, os portadores de deficiência mental de "loucos". "A dura realidade é que todos nós temos um pouco de loucos dentro de nós", disse Lula. Em seguida, chamou as instituições de saúde mental de "fábrica de loucos". Segundo o manual, o termo "louco" é visto como insulto.

O termo "peão" também é vedado pelo manual porque tem conotação pejorativa e pode inferiorizar trabalhadores braçais do campo ou da cidade. Porém, é herança do vocabulário sindical de Lula. Em discurso em São Bernardo do Campo (SP) no mês passado, o presidente contava da dificuldade de entregar o boletim sindical aos "peões".

"Porque vocês sabem que, no nosso meio, tem peão folgado. A coisa que me dava mais raiva era quando você ia entregar um boletim, na porta de fábrica, e o peão passava, às vezes às 5h da manhã, o peão estava nervoso, porque tinha trabalhado a noite inteira, e os sindicalistas estavam nervosos porque tinham se levantado às quatro da manhã."

O politicamente correto é evitar estereótipos sobre grupos de pessoas. Porém, Lula generalizou quando falou sobre africanos e latino-americanos num discurso em Moçambique, em 2004. "Somente os africanos e os latino-americanos é que são alegres, mesmo na pobreza. Essa é a grandeza fantástica do nosso povo."

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o objetivo da cartilha é provocar o debate sobre o uso das expressões. Em nenhum momento, o texto do guia é incisivo, proibindo ou censurando palavras e expressões, apenas recomenda a preferência por termos mais amenos.

(15/05/2005)

FERREIRA GULLAR

A coisa está branca

Embora todo mundo já tenha escrito sobre a tal cartilha que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou meter o meu bedelho no assunto. Vocês hão de lembrar que sobre o papa eu não escrevi, que de papa eu não entendo; de cartilha também não, mas querer nos ensinar que pega mal usar expressões como "farinha do mesmo saco" indica que esse pessoal do Lula ou não tem mesmo o que fazer ou está a fim de nos encher o saco (com perdão da expressão politicamente incorreta).

Essa coisa de censurar palavras e expressões nascidas do falar popular é uma mania que de vez em quando aflora. Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se expurgassem dos dicionários palavras como "judiação" ou "judiar", sob o argumento de que são expressões anti-semitas. Bastava pensar um pouco para ver que tais palavras não se referem aos judeus, e sim a Judas Escariotes, isto é, à malhação do Judas no Sábado de Aleluia. Judiar ou fazer judiação é submeter alguém a maus-tratos semelhantes aos que a molecada faz com o boneco de Judas. Outra expressão que a ignorância rancorosa considera insulto racista é "a coisa está preta", que, na verdade, como se sabe, alude ao acúmulo de nuvens negras no céu no momento que precede as tempestades. Assim, quando alguém pressente que as coisas estão se complicando, usa aquela expressão. Pois acreditem vocês que um conhecido meu, pessoa talentosa, me disse que em sua casa está proibido dizer "a coisa está preta"; lá se diz "a coisa está branca"! Pode?

Essa cartilha -que o governo promete consertar, como se tal coisa tivesse conserto- pode abrir caminho para restrições à liberdade de expressão, se não em termos de lei, mas por induzir pais de família e professores a discriminar textos literários ou jornalísticos e, conseqüentemente, seus autores. No que me toca, já estou de orelha em pé, pois acabo de lançar um livro para crianças (!!) cujo título é "Dr. Urubu e Outras Fábulas". Para azar meu, o poema que dá título ao livro começa assim: "Doutor Urubu, a coisa está preta".

Temo ser levado ao Tribunal da Inquisição por incorrer em duplo delito, pois, além de usar a expressão condenada, ainda dou a entender que a frase alude à cor negra da ave, e logo que ave! Um urubu, bicho repugnante, que só come carniça! Adiantaria alegar que não fui eu quem pintou o urubu de preto? Minha sorte é que vivemos numa democracia, e o nosso povo, por índole, é pouco afeito ao fanatismo desvairado, em que pesem as exceções.

Exagero? Pode ser, mas, se exagero, é de propósito, para pôr à mostra o que há de perigoso e burro nesses defensores do politicamente correto, porque, se não há o perigo da fogueira, há o perigo do império da burrice ir tomando conta do país. E tudo devidamente enfeitado de boas intenções.

Sim, porque, conforme alegou o autor da cartilha, ela foi concebida com o propósito de resguardar a suscetibilidade de brancos e negros, de judeus e muçulmanos, de cearenses e baianos, de palhaços e beatas... Até os comunistas foram beneficiados sob o pretexto de terem sido vítimas de graves calúnias. Não sei se a Secretaria de Direitos Humanos acha natural chamar a outros de fascistas ou nazistas; quanto a acoimá-los de vigaristas, creio que não, pois isso ofenderia os vigários em geral. Não posso afirmar se a cartilha resguarda também a suscetibilidade dos chifrudos, dos pançudos, dos narigudos, dos cabeludos e dos cabeçudos; dos pirocudos, acredito que não, pois isso é tido como elogio. Mas e as moças de pouca bunda e poucos seios (do tipo Gisele Bündchen), que o pessoal apelida de "tábua"? E o gorduchos, apelidados de "bolão"? Os magricelas, de "espeto"? E os baixotes, chamados de "meia porção"? Isso sem falar num respeitável senador da República a quem seus confrades -acredito que sem malícia- apelidaram de "lapiseira".

Estou de acordo com que não se deva tratar pessoa nenhuma por apelidos depreciativos. Por exemplo, num papo com Bin Laden, eu teria a cautela de não chamá-lo de terrorista, especialmente se ele estivesse acompanhado de um homem-bomba. Do mesmo modo agiria com

o juiz Nicolau, a quem nunca trataria de "meritíssimo Lalau", embora certamente não lhe revelasse a senha de meu cartão de crédito.

Como se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas, porque não se trata de engessar apenas o humor (bom ou mau) das pessoas, mas de engessar o próprio idioma. Falar, de certo modo, é reinventar a língua, já que o que se diz estava por ser dito e, ao dizê-lo, damos-lhe uma forma imprevisível até para nós mesmos. Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes irônicas, sarcásticas ou simplesmente engraçadas. Criam modos de dizer inusitados, apelidos, ditos, tiradas, que nos divertem e enriquecem o nosso falar cotidiano. É que falar é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal), que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura.

Aliás, para terminar, sugiro que se mudem os nomes de certos insetos como barata, formiga e piolho, por coincidirem lamentavelmente com os sobrenomes de algumas respeitáveis famílias brasileiras.

(15/05/2005)

ARTIGO

Quem tem medo do politicamente incorreto?

LILIA MORITZ SCHWARCZ

ESPECIAL PARA A FOLHA

Há algum tempo uma polêmica inusitada surgiu nas páginas da imprensa norte-americana. O debate girava em torno do nome da tradicional história infantil, "A Branca de Neve e os Sete Anões". Tomados pela voga do politicamente correto, alguns críticos reclamaram da nomenclatura "sete anões" e acabaram por propor uma saída à altura: "Branca de Neve e os sete verticalmente comprometidos", esquecendo que a própria Branca de Neve também poderia ser entendida como uma ofensa a todos aqueles que não fossem brancos, como a neve.

Folclore ou não, essa história está de volta, agora no Brasil, com a publicação, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos. Distribuído pela primeira vez em 2004, na Conferência Nacional de Direitos Humanos, o material voltou à cena no começo do mês de maio, em novo seminário sobre o tema.

O destino desse pequeno manual, composto por 96 expressões e com uma tiragem de 5 mil exemplares, seria igualmente conturbado: o documento foi retirado de circulação, enquanto aguarda nova avaliação.

Mais do que julgar a idéia ou mesmo avaliar a pertinência desse tipo de iniciativa, importa refletir acerca do material e dessa voga do politicamente correto, importada dos EUA.

É possível dizer que a atitude politicamente correta consiste em alterar nomes e termos para que não seja preciso mudar a própria estrutura social. Trata-se de algo à moda de Lampedusa, que em seu livro "O Leopardo" afirmou ser preciso mudar alguma coisa para que tudo ficasse exatamente como estava.

Mas nada como recorrer à própria cartilha e tomar alguns de seus verbetes. Começemos com uma coincidência: o verbo "Anão". Na definição da cartilha ficamos sabendo que "as pessoas afetadas por nanismo são vítimas de um preconceito particular: o de sempre serem consideradas engraçadas. Não há nada de especialmente engraçado em ter baixa estatura, fato que não torna ninguém inválido nem diminui sua dignidade". Ou seja, toma-se a forma pelo conteúdo e chegamos a uma espécie de beco sem saída. Qual seria a conclusão: trocar anão por nanismo ou por "verticalmente comprometido"?

Outro exemplo: é desaconselhável empregar o termo "africano", uma vez que "sua utilização genérica muitas vezes serve para negar a diversidade de países e povos daquele continente ou para discriminá-los [...]". Nesse caso, a cartilha não dá nenhum conselho de como substituir o termo e ficamos, nós, sem solução. Mas a confusão é ainda maior, uma vez que, em março de 2004, o próprio governo aprovou a disciplina "História e Cultura Afro-brasileira e Africana".

O mesmo ocorre com termos que carregam duplo sentido. "Bárbaro", por exemplo, deve ser condenado, pois é sinônimo de cruel, grosseiro, incorreto, malvado, rude e violento... É fato que o etnólogo Claude Lévi Strauss teria uma vez dito que "bárbaro é aquele que acredita na barbárie", mas e o uso oposto? Como incluir na cartilha uma opção para o outro contexto lingüístico, quando bárbaro é aquele que pratica atos, digamos assim, geniais?

E mais, ficamos sabendo que chamar alguém de "barbeiro" é ofensivo, não porque acusa o motorista inábil, mas porque agride o profissional especializado em cortar cabelos. Ainda nessa linha, em nome do "respeito e cuidados médicos que os alcoólicos merecem" -e, sim, merecem-, deve ser evitado o termo "bêbado". A realidade é a mesma, os nomes é que são diferentes. O termo "cigano" também é considerado pejorativo e em seu lugar somos instados a usar designações étnicas como Rom, Sinti e Calon. Numa versão nacional, o termo "caipira", cuja cultura foi recuperada por Antonio Candido em seu clássico "Parceiros do Rio Bonito", na cartilha surge como sinônimo de rústico e rude. Isso sem esquecer do conceito "peões", recentemente retomado no documentário sensível de Eduardo Coutinho, e que aqui aparece mais uma vez como termo pejorativo.

Termos que denotam conflito político e social, como "classe baixa" ou "pobre", também devem ser evitados, pois justificariam discriminação ou processo de inferiorização. Nesse caso, a representação parece ser mais forte que a realidade. Continuamos a ter uma classe baixa e uma população pobre, mas é melhor não nomeá-los, ao menos dessa maneira.

Mais estranho ainda é o verbete dedicado ao "funcionário público". Deveríamos chamá-los de servidores públicos, para mostrar que sabemos que servem ao público mais do que ao Estado. Por sinal, há também um verbete dedicado ao "político", que traz um alerta: a cartilha lembra que nem "todo político é corrupto", assim como não é verdade que "todos os políticos são farinhas do mesmo saco". Todas essas expressões seriam, apenas, "preconceitos de gente mal informada". Revelador dessa troca alargada de termos é o item consagrado ao "homossexualismo". A indicação é para que se passe a usar "homossexualidade", uma vez que este termo descreve a condição de forma neutra, enquanto que o primeiro teria uma carga pejorativa e associaria o homossexual a uma doença.

Não parece ficar bem usar o termo "latino-americanos", já que essa nomenclatura geopolítica não indicaria nossa origem comum e majoritariamente ibérica. Nesse sentido, nada como a recomendação de aplicar com cuidado o conceito de "comunista". Nessa lógica politicamente correta, ele perde a história para ganhar apenas a tirania do senso comum e o suposto de que se trata de instrumento de acusação.

Até o termo "minorias" parece estar em questão, mesmo porque pode confundir quando é utilizado sem que se leve em conta o peso demográfico do grupo referido. Afinal, mulheres e negros, segundo a cartilha, não são mais minorias entre nós.

"Aleijado" é também um termo considerado ofensivo e, nesse caso, a saída é referir-se a tais pessoas como "portadoras de deficiência" ou, simplesmente, "pessoas com deficiência". Ora, de que maneira essa nova expressão altera, de fato, a situação de uma pessoa que possui dificuldades físicas e anula a carga de preconceito voltada contra ela em sua rotina? Não seria melhor adotar medidas que visassem facilitar o cotidiano dessa população, com uma política de instalação de rampas em vez de escadas e de entradas especiais em transportes públicos? Da mesma maneira, não é correto usar o termo "surdo-mudo", uma vez que, acertadamente, nem todo surdo é mudo. Mas a pergunta é ainda a mesma: em vez de refinar o léxico, não seria importante tomar medidas públicas que realmente beneficiassem os prejudicados?

Por fim, o termo "velho" é recusado, assim como "melhor idade". É fato que temos um problema com a temporalidade e que nossa sociedade, cada vez mais neófitas, encontra pouco espaço para os idosos. Mas, por que não pensar mais seriamente na questão aviltante da aposentadoria e em mais recursos sociais? A saída, ao contrário, é apostar na "terceira idade" e no poder milagroso dos nomes. De todos os nomes.

Os exemplos são muitos e a cartilha recorre inclusive aos já clássicos: "denegrir", "está russo", "a coisa ficou preta", "farinha do mesmo saco". Não me parece o caso de cansar o leitor com mais nomes e classificações. O problema é que talvez estejamos trocando seis por meia dúzia e supondo que a representação é maior do que a realidade. Pois é, mudam-se os nomes e a situação permanece a mesma.

Esse parece ser antes um recurso de maquiagem social, que alivia tensões imediatas sem investir nos problemas reais. Como dizia o historiador Sérgio Buarque de Holanda: "Muito lastro e pouca vela". E não podemos esquecer que nomes são relações e carregam diferentes sentidos em contextos também diversos.

Não estou sugerindo que não exista preconceito entre nós; justamente o contrário, e muito menos que esses temas não devam ser debatidos. Penso apenas que medidas profiláticas como essas trazem um lustro civilizacional, sem enfrentar a questão em si: a exclusão numa sociedade cada vez mais desigual. O resultado é uma espécie de trava-língua que nos deixa tomados por um medo discursivo: entre dizer e dizer mal, parece melhor omitir. Se a intenção da cartilha não é cercear, mas fazer refletir, seria preciso inserir esses termos em contextos e mostrar como adquirem sempre muitos sentidos. Definitivamente não é hora de nos fiarmos em nomes...

A filosofia da cartilha lembra uma passagem de Lewis Carrol, em "Alice no País das Maravilhas". Alice precisa beber do líquido de uma garrafa para ficar pequena e passar por uma porta ainda

mais diminuta. No entanto, em vez de uma garrafa, Alice encontra duas, com um mesmo rótulo que diz "beba-me". Mas o pior é que Alice descobre que seus efeitos serão opostos: enquanto o líquido de uma garrafa a fará crescer, e muito (impossibilitando assim sua passagem), o outro a deixará pequena e com direito a ganhar o passaporte de entrada para seu novo mundo. E é exatamente nesse momento que se trava o seguinte debate: "Como posso saber qual das garrafas escolher se os rótulos são iguais?", pergunta Alice. Ao que Humpty-Dumpty responde: "Aquele que acredita em rótulos, no mais das vezes se engana". Não estamos para entrar no País das Maravilhas, mas andamos de certa maneira fisgados pelos rótulos e seu poder de encantar.

Lilia Moritz Schwarcz, professora do Departamento de Antropologia da USP, é autora de, entre outros livros, "Racismo no Brasil" (Publifolha) e "As Barbas do Imperador" (Companhia das Letras)

(15/05/2005)

SAIBA MAIS

Alvo de críticas e de polêmica, entrega de cartilha foi cancelada

DA REDAÇÃO

No início do mês, o governo federal deu início à distribuição de uma polêmica cartilha, intitulada "Politicamente Correto". Organizada pela Secretaria de Direitos Humanos, chefiada pelo ministro Nilmário Miranda, o manual traz uma relação de palavras e expressões de uso corrente, como "peão", "palhaço" e "barbeiro", que deveriam ser evitadas por trazerem conotação pejorativa ou discriminatória.

O público-alvo do manual são os formadores de opinião (políticos, jornalistas e professores), e a preocupação declarada é evitar ofensas que podem passar despercebidas contra homossexuais, negros, mulheres e profissionais.

Mal foi iniciada, a entrega das 5.000 cartilhas, porém, foi abortada por ordem do ministro. A razão foi a polêmica criada com a divulgação dos termos desaconselhados pela cartilha, e, conseqüentemente, as críticas recebidas pela secretaria.

Uma delas está no fato de que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva utiliza em seus discursos algumas das palavras "proibidas".

Por fazer parte de sua rotina quando metalúrgico, "peão", por exemplo, é termo recorrente nas falas do presidente.

Depois de uma conversa com um dos críticos do manual, o escritor João Ubaldo Ribeiro, Nilmário decidiu parar a distribuição e enviar a publicação para a análise do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. O comitê decidiu que o tema precisa ser debatido e propôs a realização de um seminário -com o título Linguagem, Poder e Preconceito- para discussão.

(30/06/2005)

CONTARDO CALLIGARIS

O que é politicamente correto?

Não vou retomar a discussão (um pouco batida) sobre o "politicamente correto", ou melhor, vou retomá-la para sugerir que a gente ouça essa expressão de um jeito diferente. Mas vamos com calma.

Sou contra a existência de uma polícia da linguagem, que circularia pelas nossas frases como a brigada dos bons costumes circulava pelas ruas de Cabul, açoitando as mulheres sem véu e os homens sem barba.

É claro que não considero que tudo possa ser dito. Há palavras que acarretam conseqüências nefastas, mas cuidado: seu sentido e seu alcance dependem da situação, ou seja, dependem da intenção de quem fala, do lugar que a pessoa ocupa no momento em que abre a boca e, sobretudo, do lugar onde, falando, relega os que o escutam.

Imaginemos que Severino Cavalcanti, numa roda de padaria, diga que os homens não chegam virgens ao casamento (e, portanto, conseguem orientar-se debaixo dos lençóis) porque algumas mulheres têm vocação para "professoras". É uma piada de última. Se eu estivesse na roda, não acharia graça, mas nem por isso invocaria a polícia da linguagem: afinal, uma piada nos deixa livres para rir ou mandar o piadista se enxergar.

Agora, imaginemos que o presidente da Câmara proponha a mesma observação numa sabatina (Folha de 3 de maio). Nesse caso, uma das maiores autoridades da República, além de ludibriar das professoras, escarnece todas as mulheres que, antes ou ao lado do casamento, transaram alguma vez por amor ou por prazer. E não se trata de uma piada, pois a desproporção de poder entre piadista e auditório transforma a gozação em abuso. Não há piada quando não há liberdade para dar o troco ao piadista.

Politicamente incorreto não é zombar das mulheres "professoras", é forçar um auditório a rir da zombaria ou a calar-se.

Outro exemplo. Na terça-feira retrasada, o presidente Lula comentou que a confusão do momento "é por conta de um cidadão que diz que pegou R\$ 3.000, um cidadão de terceiro escalão". Podemos achar simpático que o presidente fale que nem a gente, e, certamente, Lula usou a palavra "cidadão" no sentido genérico de "sujeito". No entanto, numa república, pode haver funcionários, psicólogos, médicos, engenheiros ou colonos de terceiro escalão, mas os cidadãos são todos (e sempre) de primeiro escalão, ou seja, dita pelo presidente, a expressão se torna politicamente mais que incorreta, ameaçadora.

Periodicamente, em vários países, são propostos e aprovados projetos de lei para garantir que nossa fala seja "politicamente correta". Dizem que se trata de proibir expressões que denigrem uma categoria de cidadãos (a propósito, "denegrir" é um verbo que deveria ser banido: por que, se não por um ranço racista, usaríamos "denegrir" (tornar negro) no sentido de "infamar"? -estou sendo irônico).

Ora, é possível suspeitar que esses projetos sejam inventados para despistar a atenção, para que esqueçamos o que é mesmo politicamente incorreto: os abusos verbais impostos por uma classe política que nos desconsidera sem pudor.

Talvez a coisa tenha piorado nos últimos tempos. Talvez eu seja especialmente intolerante por praticar uma disciplina na qual se constata que cada palavra instaura ou mesmo impõe uma relação.

Tomemos o exemplo, banal, da mentira. Os pais, às vezes, estranham o humor ressentido de suas crianças depois da morte de um próximo (uma avó, um tio). Acontece que os ditos pais, por pensarem que as crianças não entenderiam ou não deveriam sofrer com a dureza de uma separação irreversível, decidiram mentir: o tio foi viajar e não disse quando voltará, a vovó, um dia desses, vai escrever uma carta para a gente.

Mesma coisa quando uma família sofre um baque financeiro brutal. Os pais não encontram a coragem de contar seu infortúnio, temem perder assim o respeito ou o amor das crianças ou então

acham que as crianças devem ser poupadas (terão tempo mais tarde para os sufocos da vida); em suma, os pais decidem mentir. E logo estranham que as crianças se tornem sombrias e quase vingativas.

Nesses casos, verifica-se que as crianças (sempre muito mais atentas e menos ignoras do que os adultos imaginam) sabem o que aconteceu realmente e entendem a mentira dos pais pelo que ela é: uma palavra que desconhece e menospreza a subjetividade delas. Pior, uma palavra que, desconsiderando as crianças, acaba acuando-as, forçando-as a ficar para sempre sob tutela, privadas da verdade.

Uma parte relevante do discurso dos políticos (que não tem nada a ver com o discurso político) produz o mesmo efeito. Sob o pretexto de nos tratar "com carinho", os políticos se esquecem de nos tratar como adultos.

Domingo, em São Paulo, por exemplo, estive numa reunião em que imaginava que se discutiriam as dificuldades concretas e complexas de nossa vida social. De entrada, escutei o presidente do PT, José Genoíno, afirmar que o governo adora as CPIs: todas elas, a começar pela CPI dos Correios. Decidi que, se era para ser tratado como criança, eu preferia sair e jogar com bolinhas de gude no sol, com meus coetâneos.

@ - ccalligari@uol.com.br

2006

(21/02/2006)

COMENTÁRIO

Bono personifica a chatice da correção política

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES

EDITOR DA ILUSTRADA

Bono parece ser um sujeito legal. Está sempre do lado -como diria Rita Lee- dos frascos e comprimidos. Bono é a encarnação roqueira do politicamente correto. É uma espécie de Sting, o que faz dele, ao menos em parte, um chato. E também um equivocados: mal desembarcou no Brasil e já saiu correndo para emprestar seu prestígio a Lula. Nenhum questionamento, tudo beleza: a corrupção do PT e o faz-de-conta do presidente devem ser uma invenção da direita que não compra discos do U2.

Bono faz parte daqueles formadores de opinião do Primeiro Mundo Maravilha que acreditam em duendes progressistas do Terceiro Mundo. Estão sempre achando que vai brotar algo novo por aqui.

O "núcleo duro" de sua legião de fãs é a geração posterior à minha, hoje na faixa dos 35/40 e poucos. Um dos traços característicos dessa moçada é a correção política, aquela compulsão de chamar negros de "afrodescendentes", falar em "opção sexual", viver em permanente estado de solidariedade às minorias étnicas, colocar a culpa do terrorismo islâmico no Ocidente e recomendar filmes feitos nos cafundós do mundo sobre situações arcaicas e "humanas".

Bem, não deixa de ser um alívio ouvir de um artista dessa geração (Nuno Ramos, em entrevista publicada no sábado) que há muita arte de "cabeça baixa", tratando de questões imediatas: "Vivemos numa época extremamente controladora, e o pior é que aquilo que nos controla tem ótimos valores". Realmente, assistimos a um "boom" do que chamo de "arte ongueira", aquela produção ligada a ONGs, que se refugia no bom-mocismo para fazer sucesso.

Claro que Bono é "do bem". Irlandeses são gente fina. A África é pobre. O futebol brasileiro é mágico. E já que Bono quer dar uma força para o Terceiro Mundo, pode fazer um show na França contra os subsídios agrícolas. Aí diríamos: ao U2, as batatas!

(27/03/2006)

ENTREVISTA DA 2ª CAMILLE PAGLIA

Autora de "Personas Sexuais" diz que banalização do politicamente correto dogmatiza a educação

Para feminista, esquerdismo acadêmico bloqueia debate

**LEILA SUWWAN
DE NOVA YORK**

A feminista Camille Paglia, 58, não esconde o rancor quando o assunto é o "politicamente correto" do establishment liberal dos Estados Unidos, grupo cujo pensamento está mais associado à esquerda no país e que se contrapõe aos conservadores. Com língua afiada, queixa-se da uniformização e esterilidade do pensamento acadêmico, da lavagem cerebral feminista, da hipocrisia da esquerda moderna e resume o problema: "O liberalismo está intelectualmente exausto".

A derrota mais recente aconteceu mês passado, quando Larry Summers, reitor da Universidade Harvard, sucumbiu à pressão e decidiu deixar o cargo. Poucos se atreveram a defendê-lo em público e incorrer na mesma pecha de preconceito, racismo e falta de sofisticação acadêmica. Entre esses poucos, Paglia, mulher que se descreve como persona non grata dos campi mais prestigiosos dos Estados Unidos, mas é uma das intelectuais mais influentes no país pela atitude libertária.

Para ela, Summers, que foi também secretário do Tesouro do governo Bill Clinton, errou apenas na conduta, não no mérito das polêmicas que criou. Acovardou-se diante de uma luta válida contra o "politicamente correto entrincheirado" de Harvard, que também corrói outras faculdades de elite do país. Arquiniimiga do feminismo tradicional e "estalinista", considera que a "gafe" de Summers sobre as diferenças inatas de aptidão científica entre homens e mulheres deveria ter suscitado a inclusão da biologia no currículo de estudos de gênero, não num pedido de desculpas. Em palestra em janeiro de 2005, Summers causou polêmica internacional ao propor uma investigação sobre as diferenças e a variabilidade dessas habilidades entre os sexos para explicar o número inferior de mulheres cientistas e engenheiras. "Nada me agradaria mais do que estar errado", disse Summers então. Porém foi pressionado a recuar e dizer que foi simplista e não tinha embasamento empírico para sustentar sua afirmação. Nisso, Paglia viu mais uma vitória do politicamente correto feminista que promove teses de que todas as diferenças de gênero são resultado de condicionamento social.

Em 2001, Summers confrontou o notório professor Cornel West, cuja produção acadêmica considerava insuficiente para seu posto. West, acadêmico negro, trocou Harvard por Princeton, na esteira de um debate mal resolvido sobre raça e mérito. Para Paglia, um exemplo de mimos dados a acadêmicos medíocres, protegidos pelo politicamente correto.

Paglia não poupa ataques a Harvard. Avalia que Summers fracassou na reforma de uma instituição mais prezada pela tradição e rede de contatos profissionais do que pela qualidade de educação.

Autora dos livros "Personas Sexuais", "Sexo, Arte e Cultura Americana" e "Vamps e Vadias", Paglia está promover seu novo best-seller de análise poética, "Break Blow Burn" (sem título em português). Entre aulas e viagens, concordou em responder por escrito a perguntas da Folha. Leia a seguir trechos.

★

Folha - O que você acha que Larry Summers estava tentando mudar em Harvard?

Camille Paglia - O politicamente correto entrincheirado, o elitismo arrogante e uma indiferença quanto à qualidade do curso de graduação.

Folha - Por que ele fracassou?

Paglia - Ele teve pouca habilidade diplomática. Ele cometeu fiasco após fiasco, recorreu a brados casuais e espontâneos em vez de apresentar posicionamentos públicos razoáveis para estimular uma política de reforma.

Folha - *O episódio Cornel West foi um exemplo de hipocrisia liberal?*

Paglia - Eu não sou uma admiradora de West, que nunca produziu livros do porte de seu ranking acadêmico cômodo e salário estonteante. Mas eu também não acho que cabe a um reitor de uma universidade cutucar ou provocar um professor sênior da forma que Summers fez com West. Se o Summers quisesse travar uma guerra contra a superpolitização do recrutamento de acadêmicos em Harvard, deveria ter anunciado um programa de ação. Agora, a fúria de West e sua ida para Princeton foram uma eloqüente demonstração da indulgência e do mimo aos quais essas estrelas estão acostumadas.

Folha - *E o chamado episódio das "mulheres na ciência"?*

- O Summers também errou no tratamento da questão de mulheres na ciência. Ele estava correto em levantar a questão biológica como fator de diferença entre os sexos, algo que as feministas atribuem unicamente à injustiça social. Mas ele estava ingenuamente despreparado para o bombardeio e se entregou a seus críticos numa rapidez vergonhosa, como um cão com o rabo entre as pernas.

Poderia ter sido um momento importante para o feminismo americano, a introdução de biologia nos estudos de gênero. Hoje a palavra "natureza" sequer pode ser pronunciada. Essa área está cheia de propaganda, retórica e pensamento em grupo. Os alunos estão sofrendo lavagem cerebral. A maternidade é desprezada e os homens são vilanizados.

Folha - *Você avalia que a graduação de Harvard depende muito de reputação e virou um ímã de alunos e professores carreiristas?*

Paglia - A educação universitária de elite nos Estados Unidos virou uma indústria comercial frenética, um espetáculo repulsivo de esnobismo de marca e materialismo explícito. Pais que pagam mais de US\$ 40 mil ao ano por um diploma de Harvard para seus filhos estão ávidos por status, mas não há evidência de que a educação em Harvard seja superior à de centenas de outras boas universidades.

Folha - *Há recompensa para pensamento independente no mundo acadêmico?*

Paglia - Certamente não. O pensamento independente foi universalmente silenciado ou isolado. Eu sou persona non grata em quase todos os campi no país, e leciono em uma pequena faculdade de artes. A educação universitária está cada vez mais estéril por causa da autodestruição das ciências humanas desde os anos 70.

Folha - *O que está acontecendo com o politicamente correto no mundo acadêmico?*

Paglia - Muito pouca diversidade de opinião política é permitida entre os professores de humanidades nos Estados Unidos. Só há uma forma de pensar para uma variedade de assuntos, de geopolítica a gênero.

Folha - *Isso se traduz em que para os alunos?*

Paglia - Os estudantes estão sendo doutrinados pelo dogma do relativismo e do niilismo por professores pós-estruturalistas ou pós-construtivistas que parecem não ter valores ou paixão real pelo aprendizado. Por exemplo, Michel Foucault considerou "Esperando Godot", de Samuel Beckett, uma influência marcante na geração de pensadores da França pós-guerra. Eu sempre desprezei Godot pelo pessimismo reacionário e visão neurótica da fragmentação da cultura. A grande forma de arte da minha geração foi o rock, música empática, emocional, sensorial e conduzida pelos ritmos sublimes da natureza.

Folha - *E como o feminismo se moldou pelo politicamente correto nos últimos anos?*

Paglia - No começo dos anos 90 eu declarei guerra contra o estalinismo do politicamente correto no establishment feminista. Isso causou controvérsia, especialmente minha defesa da pornografia e das revistas de moda. Mas, graças à Madonna, minha ala do feminismo ganhou a batalha. Ela influenciou uma geração de mulheres que abraçou novamente o sexo e a beleza.

Folha - *E hoje? As mulheres não estão se focando demais no chauvinismo americano?*

Paglia - As feministas foram marginalizadas nos Estados Unidos por causa dos excessos dos anos 80 e início dos 90. A visão é negativa, de estridência e extremismo. É uma situação

desconcertante, mas é culpa das próprias líderes feministas. Elas ficaram obcecadas com aborto e assédio sexual e negligenciaram assuntos muito mais importantes que afetam as mulheres no mundo. Eu acredito em igualdade de oportunidade: os obstáculos para o avanço devem ser removidos, mas sem proteções especiais.

Folha - E as cotas raciais, ajudaram ou atrapalharam?

Paglia - A ação afirmativa, como diretriz federal, nunca deveria ter se tornado um sistema de cotas. Deveria apenas ter auxiliado negros da classe trabalhadora a obter acesso à educação universitária que não poderia ser bancada por outros meios. Mas a ação afirmativa foi seqüestrada por mulheres brancas no meio acadêmico; esse é o verdadeiro escândalo. Em todo campus da Ivy League [designação das mais prestigiosas universidades norte-americanas] há exemplos gritantes de mulheres brancas e medíocres que fizeram chantagem para obter cargos altos e lucrativos. São elas a pior fonte do politicamente correto.

Folha - Você é democrata?

Paglia - Registrada e horrorizada com a desordem do partido.

Folha - Por que os democratas não conseguem reagir?

Paglia - Não há liderança, coragem, programa para o futuro. É assustadora a patética inabilidade dos nossos senadores de capitalizar os erros de George W. Bush.

Folha - Como vê a ascensão do neoconservadorismo?

Paglia - Eu respeito, mas não concordo com o ponto de vista conservador. Eles estão certos ao dizer que "o liberalismo está intelectualmente exausto". Os democratas já perderam o apelo com o público. Estamos numa era de terrorismo, e isso pode durar um século. Após o fiasco do Vietnã, os democratas ficaram antimilitares, e essa é uma das razões pela qual são vistos como incompetentes.

Folha - E a questão religiosa?

Paglia - Essa é a segunda razão pela qual o neoconservadorismo aumentou seu poder. O humanismo secular, com o qual estou comprometida, tornou-se vazio. Eu sou atéia, mas reverencio as grandes religiões como formas espirituais de relacionar a humanidade e o cosmos. Os neoconservadores oferecem a sensação de tradição, estabilidade e propósito para quem repele o individualismo narcisista e hedonista do nosso tempo. Minha estratégia como escritora é oferecer a arte como uma alternativa à religião.

(29/05/2006)

O dicionário sai do armário

"Aurélia", livro que cataloga termos do mundo gay, é lançado em São Paulo; família de Aurélio Buarque de Holanda e editora Positivo rejeitam a "homenagem"

NINA LEMOS

COLUNISTA DA FOLHA

Será lançada amanhã, em meio a polêmicas, a livra "Aurélia, A Dicionária da Língua Afiada" (143 págs., R\$ 24), pela Editora da Bispa. A frase acima está escrita na forma preferida de comunicação entre alguns dos integrantes do mundo gay, sempre colocando as palavras no feminino.

Isso, segundo os (ou as) autores do primeiro dicionário de expressões gays do Brasil, o jornalista Victor Ângelo, 38, que assina com o codinome de Ângelo Vip, e Fred Libi, que prefere não se identificar e é descrito na obra como um "gay de nascença que refugiou-se nos estudos para entender o mundo que o hostilizava". De acordo com eles, o que era "o", vira "a" entre os homossexuais (leia ao lado).

O título é uma alusão ao famoso "Aurélio", de Aurélio Buarque de Holanda, um dos maiores lexicógrafos do Brasil, morto em 1989. "Aurélia" contém 1.300 verbetes, todos descritos, na forma, como em um dicionário tradicional.

"O nome é uma homenagem ao Aurélio. Ele é pop. Tanto que quando você fala em um Aurélio, se refere a um dicionário. Seria muito feio se fosse Houaiss [referência ao autor do "Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa", de Antonio Houaiss]. A prova de que é uma homenagem é que não chamamos o livro de "Houaiss", explica Victor Ângelo.

Homenagem dispensada

A tal "homenagem" não agradou a família do dicionarista nem a editora Positivo, que detém os direitos sobre as edições e comercialização do "Aurélio" desde 2003. O diretor de marketing do grupo Positivo, André Caldeira, afirmou que "tomaria todas as medidas judiciais cabíveis para defender a marca".

"Quero deixar claro que não é uma prática de homofobia. É proteção a uma marca", disse. Segundo Caldeira, "Aurélia" seria uma "deturpação do nome". "Estão pegando carona em uma instituição muito importante."

O advogado José Pinheiro, um dos proprietários da Editora do Bispo, discorda. "A própria Lei dos Direitos Autorais diz que são livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra original nem lhe impliquem descrédito. É o caso do "Aurélia", que além de não desobedecer a lei, acaba prestando uma homenagem."

A viúva de Aurélio Buarque de Holanda, a também lexicógrafa Marina Baird Ferreira, 83, afirmou, por e-mail, que a família "dispensa a homenagem". "A família em nome do falecido autor declara-se contrária a qualquer demonstração de homofobia, mas dispensa essa "homenagem" ao dicionário." De acordo com Ivan Junqueira, membro da Academia Brasileira de Letras, "é interessante que exista no Brasil um dicionário de expressões gays". "Só acho que eles pegaram pesado com a brincadeira e erraram na mão. O Aurélio é uma instituição brasileira." Longe das polêmicas, o autor Victor Ângelo afirma que prefere chamar o livro de "dicionária" e que acha que a catalogação das expressões gays é importante. "Além disso, o livro pode ser usado para que os pais entendam o que os filhos falam. E também para que bofes (heterossexuais masculinos) compreendam melhor as frases de suas namoradas, já que muitas mulheres falam como os gays."

Código dos travestis

De acordo com ele, o livro foi feito por pesquisas realizadas por ele e Fred Lip há cerca de dez anos. "Começamos a perguntar para amiguinhos e amiguinhas. Conversamos com gente do Rio

Grande do Sul, Pernambuco e Ceará e também com amigos portugueses. E também entrevistei travestis", explica Ângelo.

Os travestis são os responsáveis, de acordo com ele, por boa parte dos termos. "O bajubá [linguagem usada pelos travestis] é muito interessante, pois antes era um código entre eles. Quando dizem, por exemplo, "aquienda o alibã", querem dizer cuidado com a polícia."

O tom de "Aurélio" é bastante politicamente incorreto. Na primeira página, eles já avisam: "Este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto. Muitos termos são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos. Nesse caso, recomendamos a interrupção imediata da leitura".

"Não teria graça alguma fazer um livro gay politicamente correto. E também, que coisa chata ter que ser chamado de gay. É viado, é bicha. Muitos grupos ficam com essa coisa de chamar de "homossexualidade", o que é uma chatice."

Apesar de escrito por dois homossexuais, o livro várias vezes tira sarro dos próprios gays. No verbete "piti", por exemplo, eles explicam: "Nervosismo, histeria, ataque de bichice".

Apesar de tão "incorreto politicamente", parte da renda obtida será doada a instituições de apoio a soropositivos.

A noite de autógrafos é amanhã, às 18h30, na Livraria Cultura, no Conjunto Nacional, av. Paulista, 2.073, em São Paulo.

(29/05/2006)

"Aurélia" cumpre o que promete, mas esquece "espada" e opta pelo feminino

PASQUALE CIPRO NETO
COLUNISTA DA FOLHA

Está na página 5 da "Aurélia", com todas as letras: "Este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto". Adiante, vem esta observação: "Nossa intenção é a de levantar o maior número possível de termos ligados de alguma forma à cultura gay e lésbica". Pois aí já temos (ou teríamos) o primeiro embate relativo ao "politicamente correto": o fundo da obra é a cultura gay e lésbica, mas a opção foi pelo (gênero) feminino (o subtítulo da obra é "A Dicionária da Língua Afuada"; o prefácio não é prefácio, é "prefácia"). O pau já começa a rolar entre os próprios produtores do "corpus" do dicionário, digo, da dicionária. Espadas e bibas que se entendam. No "Houaiss", a segunda definição de "dicionário" (que se dá por extensão da que todos conhecem) é esta: "Compilação de alguns dos vocábulos empregados por um indivíduo (por exemplo, um escritor), um grupo de indivíduos, ou usados numa época, num movimento etc.". Pois é nessa categoria que se enquadra a "Aurélia", cujo repertório inclui muitos termos que "são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos". Resta saber se ainda há quem se ofenda com isso.

Quem tiver o trabalho de ler "a prefácia" vai encontrar nela uma importante observação sobre esse tipo de dicionário, "exigido pela nossa época". Trata-se do dicionário lingüístico, isto é, o que leva em conta não apenas a lexicologia (o estudo do vocábulo quanto ao seu significado, morfologia etc.), mas também a lexicografia (que diz respeito aos princípios de seleção do vocabulário, ao ambiente em que se usam determinados vocábulos etc. -à noção de valor, enfim). Posto isso, convém dizer que muitos dos verbetes são dispensáveis, por não serem exclusivos do mundo gay-lésbico. Por outro lado, nota-se a falta de alguns que -supõe-se- lá deveriam estar. Um deles é justamente "espada". Cadê?

Daqui para a frente, é com você, leitor. Com uma ou outra lacuna, a dicionária cumpre o que promete. Se o que ela retrata for de seu interesse, vá fundo. Se não for, deixe quieto.

(12/06/2006)

CARLOS HEITOR CONY

Pinga e chuchu

RIO DE JANEIRO - O pessoal que trabalha na mídia está sendo lembrado de algumas das disposições da complicadíssima Lei Eleitoral que vigorará para o próximo pleito e cujo chute inicial será no primeiro dia de julho. Como todos os outros profissionais da mídia, recebi as instruções que deverão me guiar nos comentários que aqui fizer, não apenas no jornal, mas no rádio e na TV. São recomendações óbvias, como a de não manifestar preferência por determinado candidato.

No meu caso pessoal, a advertência é desnecessária, não tenho preferência por qualquer candidato, não votarei em nenhum deles, sejam quais forem os que se apresentarem até a hora da onça beber água. Não defendo o voto nulo para os outros, não defendo o voto nulo nem para mim mesmo. Apenas não voto um direito meu do qual não abdicó.

Nas instruções há um exagero, digamos, politicamente correto. Pede "cuidado com os adjetivos e ironias". Fica difícil deixar de adjetivar os candidatos, que são substantivos e na maioria das vezes merecem ser adjetivados para o bem ou para o mal. Quanto à ironia, será impossível a um cronista, articulista ou colunista (eu me considero cronista, e não colunista) passar três meses de grande agitação na seara política sem pingar alguma gozação -motivo haverá, e muitos. Os candidatos terão uma exibição na mídia que ocupará o espaço que agora damos aos jogadores da seleção nacional.

Em eleição passada, uma candidata processou uma jornalista que a chamou de "quatrocentona". Não vejo ofensa alguma na classificação. Fico em dúvida se poderemos lembrar que um candidato elogiou o chuchu e outro é chegado a uma pinga de boa procedência. Tá certo. Não rolarão adjetivos e ironias na cobertura da campanha. Mas dinheiro suspeito rolará, como sempre.

(31/06/2006)

Revista questiona "correção política"

Publicação argentina, "Barcelona" aborda governo Kirchner, temas religiosos delicados e maus hábitos da imprensa local

Equipe do periódico acaba de lançar o livro "Puto El Que Lee - Dicionário Argentino de Insultos, Injúrias e Impropérios"

SYLVIA COLOMBO
DA REPORTAGEM LOCAL

Na entrada do site da revista satírica argentina "Barcelona" (www.revistabarcelona.com.ar), você dá de cara com um teste de múltipla escolha. Ali, uma pergunta: "Como você acha que vai terminar o conflito no Oriente Médio?".

Entre as alternativas: "Israel ganhará e obrigará o mundo inteiro a comer matzá por toda a vida"; "O Hizbollah vai ganhar e decidirá que a Terra Santa se espalhará até a Argentina, onde colocarão Menem de volta na Presidência", ou, ainda, "todo o Oriente Médio será destruído pelos Estados Unidos".

Assuntos políticos explosivos, temas religiosos ultra-delicados, um sem-número de costumes da sociedade argentina e os maus hábitos e cacoetes da imprensa local são os temas pelos quais deitam e rolam (de rir) os jornalistas que fazem esse periódico quinzenal, independente e que vende cerca de 13.500 exemplares por edição desde a sua fundação, em 2003.

Há quem acuse a revista de fazer uso oportunista do politicamente incorreto para causar sensação numa sociedade que hoje é conservadora no que diz respeito à imprensa. O diretor da publicação se defende: "A incorreção política não nos interessa, pois trata-se de provocação gratuita. Gostamos, sim, de fazer o que politicamente nos parece, justamente, que é correto. O que se conhece por "correção política" mesmo, na maioria dos casos, me parece uma imbecilidade", disse Pablo Marchetti à Folha.

Seu título evoca a cidade dos sonhos de muitos imigrantes que fogem das ciclótomicas crises argentinas e sonham com o glamour e os empregos de uma cidade cosmopolita em que podem se virar e sobreviver sem ter de aprender uma outra língua. Já o subtítulo, "una solución europea para los problemas de los argentinos" reforça o não menos ridículo -ainda que pensado para ser sério- subtítulo do jornal "El Clarín", "un toque de atención para la solución argentina de los problemas argentinos".

Na edição de nº 87, que se encontra agora nas bancas, está uma notícia sobre Kirchner negando que pretenda adotar mais políticas nacionalizantes. A ilustração? Uma fotomontagem de manifestação na extinta União Soviética com a multidão carregando placas de Marx, Lênin e... do próprio Kirchner. Em outra edição recente, a publicação questionou o "mito" que se criou do futebol argentino como uma potência, colocando em dúvida os dois mundiais conquistados pela seleção (um teria sido "roubado", com uma mãozinha dos militares, o outro, com o gol de mão de Diego Maradona).

Da política do governo com relação aos imigrantes ("seria legalizado o porte de escravos bolivianos para consumo pessoal") à ambição dos argentinos em "emplacar" um papa nacional ("Bergoglio [o papável deles]: "é muito difícil competir com um nazista alemão"), poucos assuntos nacionais e internacionais relevantes ficam de fora da pauta da revista.

Para mascote da Copa da África do Sul, em 2010, sugeriram o mascote "Esclavito", um menino negro com um osso na cabeça e grilhões nos pés. Mas a idéia, dizem eles, é apenas satirizar a histeria coletiva em torno dos mundiais e o que eles representam como grandes negócios publicitários.

As provocações fizeram a "Barcelona" multiplicar seus meios de ação. Além de participarem de programas de TV e rádio, os jornalistas acabam de lançar "Puto El Que Lee - Dicionário

Argentino de Insultos, Injúrias e Impropérios" (ed. Barcelona, 2006). Marchetti justifica a publicação contando que muitos dos termos que os argentinos usam no dia-a-dia não estão escritos em lugar nenhum. "Nesse sentido, o dicionário serve também como um trabalho lingüístico que dá conta da maneira como falamos neste determinado momento da história argentina."

Imprensa

Mas o alvo principal da "Barcelona" é mesmo a imprensa dita tradicional. Marchetti explica que, desde a crise de 2001 até hoje, a economia argentina atingiu relativa estabilidade, mas que isso acabou fazendo com que, na sua opinião, os jornais tradicionais ficassem cada vez mais apáticos ou explicitamente governistas. "A maioria dos meios é hoje muito oficialista. Quando fazem oposição, é sem autocritica e sem noção do ridículo. Não há nenhum meio, por exemplo, que coloque em dúvida o suposto progressismo de Kirchner. E, para nós, isso é tão óbvio que é incrível que ninguém comente."

Não é apenas o tratamento dado pela mídia aos grandes assuntos que está na mira de "Barcelona". Pequenas manias não passam despercebidas. "Usamos muito nos títulos as expressões "ahora dicen" (agora dizem) e "cada vez más gente" (cada vez mais gente), que são fórmulas que a imprensa supostamente séria daqui utiliza diariamente para instalar temas ou criar tendências. Mas elas são de uma imprecisão absoluta, o contrário do que deveria ser o jornalismo." Mas, afinal, qual é o objetivo disso tudo? "Acho que fazemos um convite para que as pessoas leiam os jornais com cuidado e busquem a razão pela qual, para alguns meios, são certos personagens que importam, enquanto outros têm o foco em pessoas diferentes."

2007

(07/02/2007)

MÁRIO MAGALHÃES

Cor não pega. E racismo?

RIO DE JANEIRO - Há três quartos de século, a cada fevereiro renova-se a pergunta: e se a cor pegasse? Foi logo depois da Revolução de 30 que Lamartine Babo lançou "O Teu Cabelo Não Nega", co-autoria dos irmãos Valença. Como ensinam as professoras às crianças com direito a creche, cantam os versos: "Mas como a cor não pega, mulata/ Mulata eu quero o teu amor". Pelo lógica da letra, a resposta é inescapável: se a cor pegasse, tchau, mulata, bye-bye, amor. Sem dúvida, marchinhas carnavalescas não foram feitas para consagrar a lógica. Bem como, se a maldição do politicamente correto se impusesse à folia, a festa correria o risco de acabar. "Cabeleira do Zezé" tem mesmo certa dose de homofobia. Porém não se compara à idéia implícita, do mal em si, na cor da mulata.

Argumentam que era a cultura da época, sem conotação discriminatória. O racismo, contudo, é inegável. E, fosse para eternizar cabeças do passado, talvez valesse reintroduzir a escravidão e a chibata.

Incomoda que se trate como natural o que não é. Dizer que só topa a moçoila porque cor não se transmite é barbaridade, não liberdade poética. Reconsiderar o que cantamos desde o berço não implica avalizar desvarios autoritários como cartilhas para sufocar a arte. Muito menos proibir a composição de Lamartine Babo e dos Irmãos Valença, criadores da marcha que, reinventada por Lalá, virou sucesso.

O Brasil só teria a ganhar se, vez por outra, pensasse sobre aberrações como essa. Fizesse isso em relação a outras tantas expressões de segregação, quem sabe fosse menos racista. Da minha parte, recuso-me a perpetuar o "espírito d'antanho".

Quando o bloco vai de "O Teu Cabelo Não Nega", ouço calado. É o tal protesto silencioso.

mariomagalhaes@folhasp.com.br

(24/04/2007)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Proibir ou compreender

GILBERTO DUPAS

Uma sociedade democrática e responsável orienta, alerta, apóia, mas não deve criminalizar uma ação fruto da liberdade individual

AS SOCIEDADES contemporâneas resolveram adotar o "politicamente correto" como sua nova ética, ainda que temperada com razoável hipocrisia.

Examine-se a questão do fumo. A nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária resolveu propor sua proibição total em bares, restaurantes e lugares públicos ou privados. Cubículos para fumantes devem estar fechados, com portas automáticas, e não poderão ter aparelhos de recreação, bebidas ou comidas. Os argumentos: "Fumar faz mal à saúde" e "respeitar o fumante passivo".

Mas, nos ambientes para os quais haja opção, não bastaria a obrigação do cartaz "aqui se fuma; se lhe incomoda, procure outro lugar"? Afinal, desemprego e trabalho informal também fazem mal à saúde. Vamos proibi-los? Num mundo em que nosso sistema de produção apodrece dia-a-dia o ar que respiramos com CO₂ e substâncias cancerígenas, por que não proibir os indivíduos de respirar?

E quanto ao aquecimento planetário e o extermínio de espécies, que tal também proibi-los? Ou os indivíduos de se drogarem?

Os EUA são o maior consumidor de drogas ilícitas do mundo, obviamente proibidas. E o seu consumo só aumenta, junto com o crime organizado e a contravenção. Vamos proibir bebida, suicídio, sexo sem camisinha?

Ao paciente da UTI, em estado terminal, proibiremos que solicite o desligamento das máquinas artificiais que prolongam seu sofrimento intolerável e aumentam o lucro da indústria da saúde? Uma sociedade democrática e responsável orienta, alerta, apóia, mas não deve criminalizar uma ação fruto da liberdade individual, a não ser quando alguém seja claramente prejudicado em seus direitos.

Para que não haja dúvidas, exerci essa liberdade e consegui parar de fumar há 40 anos. No caso do fumo e das drogas, o que parece estar em questão é que pessoas possam exibir publicamente seu prazer, ainda que de forma autodestrutiva. O filósofo esloveno Slavoj Žižek - usando conceito lacaniano- acha que "a imagem do vizinho que goza demais" nos é intolerável. Curiosamente, o chamado "assédio sexual" -entendido aqui no seu sentido amplíssimo- é cada vez mais punido também nos EUA.

Para Žižek, no entanto, o encontro com o outro é sempre perturbador. Quando alguém declara sua paixão, há sempre algo embaraçosamente violento para quem é objeto da declaração. E o que são os pequenos gestos de conquista e sedução? Não é uma forma sutil de "assédio"? A contrapartida à total impossibilidade de "assédio" é o "quero ficar sozinho"; manter o próximo à distância, junto com o prazer e a dor que um relacionamento pode causar. A função da filantropia, para além de ajudar e aliviar as consciências, é também de manter o outro -no caso, o pobre- a uma distância não perturbadora; abrimos e fechamos rápido o vidro escurecido do carro, damos algo para que não tenhamos mais nenhum envolvimento. A nossa sutil hipocrisia continua na mania com produtos "corretos", ou seja, despojados de suas propriedades "maléficas": café descafeinado, leite sem gordura, cerveja sem álcool, guerra sem baixas do nosso lado, política sem política.

O escritor gaúcho Luís Fernando Veríssimo disse querer cobrar dos arrogantes o imenso prazer perdido com centenas de deliciosos ovos fritos que ele deixou de comer por terem sido, por décadas, considerados veneno para as coronárias; até que, no ano passado, foram solenemente declarados saudáveis!

O mesmo Zizek estava com amigos em Los Angeles. Viam uma mulher cantar blues na TV. Ele comentou que, pela voz, parecia uma negra afro-americana, embora seu nome fosse europeu. Foi ferozmente atacado.

Disseram-lhe que essa identificação era inaceitável e reducionista. Perguntou-lhes, então, se era permitido identificar as pessoas de alguma forma; disseram que não. Concluiu que, naquele grupo, o outro só é permitido como uma abstração. Como se já estivesse morto.

Enfim, esse outro -imigrante, ocidental, muçulmano, em suma, diferente- ou mantém-se miragem ou transforma-se em inimigo potencial que pode nos fazer mal. A aproximação dele e de suas crenças, por serem elas sedutoras, instigantes e desestruturantes das nossas, pode significar perigo. Melhor guardar distância. Se não pudermos apagá-lo da memória, por que não tentar sua eliminação?

Que tal um atentado às torres gêmeas? Ou uma vingança a esmo destruindo o Iraque?

GILBERTO DUPAS, 64, é presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), coordenador geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e autor de "O Mito do Progresso" (Unesp), entre outros.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

(30/05/2007)

MARCELO COELHO

Correção política em dia de churrasco

Auge do politicamente correto veio numa canção em favor da bolacha de água e sal

NO DOMINGO passado, levei meus dois filhos pequenos a um show de música para crianças, numa casa de espetáculos chamada Tom Brasil. O lugar tem o tamanho de umas dez ou 15 churrascarias de porte médio, com cada centímetro ocupado por mesinhas de boate, em torno das quais se espremem cadeiras e garçons.

Imagine agora que em cada mesinha há, em média, duas crianças com idades que variam de dois a nove anos, e ocasionais bebês de colo, a quem os pais querem acostumar, desde cedo, aos prazeres da música popular sofisticada. Para você achar a mesinha (meu número era o 1.907), carregando bolsas, ursos de pelúcia, casaquinhos e seus donos, é necessária uma boa dose de sangue-frio e organização mental.

Mas você não mais está de posse dessas qualidades: uns dois quarteirões antes de chegar ao teatro, seu carro foi abordado por uma dezena de marmanjos que ficam no meio da rua. No começo, pensei que fossem guardadores de carro, daquele tipo que exige adiantado o pagamento. Nada disso. Já privatizaram os flanelões. Hoje eles estão a serviço dos estacionamento ali perto, e praticamente forçam o motorista a deixar o carro em suas mãos, parando em fila tripla.

Isso em todo caso é pouca coisa, perto do processo de sair do show: crianças e pais se embolam como uma torcida em fim de jogo, com direito a todo tipo de chilikies e tropeços. Entre a chegada e a saída, deu-se a apresentação de um refinado grupo de música infantil, o Palavra Cantada. Estamos longe do universo histórico de Xuxa e congêneres. Tudo é feito para crianças e pais pensarem sobre o cotidiano, numa linguagem que combina delicados efeitos de percussão e lembranças de ciranda com aquele gênero de canto típico da "vanguarda paulistana", que imita as inflexões da linguagem falada do dia-a-dia.

Quem tem filho em idade pequena já deve ter topado com alguns sucessos de Sandra Peres e Paulo Tatit, disponíveis em CD e DVD. Há uma música muito graciosa sobre um ratinho apaixonado, e outra, falando dos ingredientes da sopa do nenê, que obtêm imediata adesão do público infantil. No meio daquela monstruosa churrascaria musical, algumas coisas do Palavra Cantada começavam contudo a me incomodar. Poucas eram as músicas que não queriam transmitir uma mensagem politicamente correta.

Não estamos mais, é claro, nos tempos em que se faziam canções políticas em louvor de Vargas, Stálin ou Mussolini, que crianças de outros tempos aprendiam junto com os hinos da pátria. Mas acho muito estranho que crianças de quatro ou cinco anos sejam levadas a cantar, como ocorre no show, uma espécie de manifesto contra o trabalho infantil, em que os versos "Criança não trabalha, criança dá trabalho" são entoados num ardor de passeata. Os pais podem achar certo. Só que nenhuma criança, a meu ver, deve incorporar a frase "criança dá trabalho" como se fosse seu próprio discurso. Por definição, ela não sabe disso; numa espécie de ventriloquia, é a fala de seus pais que, nessa música, está sendo levada a repetir.

Mais correção política aparece em outra letra, cujo tema é o excesso de compromissos que uma criança paulistana é forçada a assumir: aula de judô, natação, terapia... A música conclui que crianças foram feitas para empinar pipa, rolar no chão etc. Muito certo. Mas o recado, que se volta evidentemente para os pais, tem algo de contraditório. Fosse para preservar o espírito da infância tradicional, o Palavra Cantada deveria insistir mais em cantigas de ratinhos e fadas em vez de musicar princípios pedagógicos.

O auge do politicamente correto veio numa canção em favor da bolacha de água e sal. Nada de recheio de morango, dizem esses desalmados. Os pais cutucam os filhos, forçam-nos a cantar em coro esse hino a Esparta e ao dentista. Fui cutucar também o meu filho menor. Na escuridão de boate do ambiente, vi que de sua boca escorria um fino fio de chocolate. Um bombom lhe fora administrado para que se mantivesse quieto até o fim do show. "Tu quoque, fili mi!" Era hora de ir embora.

Bons paulistanos, meus filhos estavam tendo as primeiras lições de sobrevivência ética no nosso ambiente: como sempre, trata-se de levar ao máximo o distanciamento entre a prática cotidiana e os princípios que se defendem. Melhor o mundo dos ratinhos.

coelhosp@uol.com.br

2008

(26/06/2008)

A BOLA DA VEZ

Ndumiso Ngcobo comenta as agressões a imigrantes africanos, a Copa do Mundo e o sucesso de seu livro

Autor zulu desnuda sociedade com humor

DA REPORTAGEM LOCAL

Nas livrarias dos aeroportos e grandes cidades, lá está ele, onipresente nas estantes dos mais vendidos: um coco transformado num rosto sorridente.

A figura está na capa de "Some of My Best Friends Are White" (alguns dos meus melhores amigos são brancos; 170 págs., ed. Two Dogs), do escritor zulu Ndumiso Ngcobo, e ilustra a gíria que significa "negro por fora e branco por dentro".

A menção poderia ser explosiva no país que viu o regime racista do apartheid ruir há apenas 18 anos. Mas, usando humor e deixando o politicamente correto de lado, Ngcobo, 35, tornou-se um dos blogueiros mais lidos no portal Thought Leader (www.thoughtleader.co.za/silwane), sob o pseudônimo de Silwane Kanjila, e viu seu primeiro livro virar sucesso de vendas. Leia trechos da entrevista exclusiva de Ngcobo concedida à **Folha** por e-mail. (MARINA DELLA VALLE)

FOLHA - A que elementos você credita o sucesso de seu primeiro livro?

NDUMISO NGCOBO - Eu acho que foi uma combinação da qualidade do produto, marketing persistente e o elemento da sorte. Acho que os leitores apreciam a honestidade brutal da escrita e o modo não-carola como os assuntos são abordados. Começar um blog de sucesso também provou ser uma jogada de mestre em termos de promoção.

FOLHA - Ao escrever, você não poupa ninguém de comentários ácidos, incluindo você mesmo, e não mostra muito respeito pela atual onda politicamente correta no mundo. Como esse aspecto de sua escrita se encaixa na sociedade sul-africana 18 anos após o fim do apartheid?

NGCOBO - A ascensão do [comportamento] politicamente correto nunca é atribuída às verdadeiras forças que estão por trás dele. Uma dessas forças é simplesmente o medo. O medo de se encontrar fora do círculo da normalidade. O medo de ser diferente. O medo de se expressar honestamente. A onda politicamente correta não impede as pessoas de acalantar estereótipos racistas, sexistas ou outros exemplos negativos sobre outros grupos. Tudo o que ela faz é permitir que esses sentimentos prosperem dentro dos confins escuros dos peitos das pessoas, infectando como bactéria. Eu acredito que se deve permitir que os sentimentos das pessoas sejam expostos antes da pressão do confronto.

Expor visões pouco populares dá a outras pessoas a oportunidade de questioná-las, entendê-las. Alternativamente, pode até modificar a posição de quem emite tais opiniões. No entanto, estou certo de uma coisa: não falar com pessoas que têm posições com os quais discordamos é o máximo da estupidez.

FOLHA - Como você vê o problema da violência contra imigrantes de outros países africanos na África do Sul? Como esses últimos episódios se relacionam com a situação geral da questão social?

NGCOBO - Estou feliz por você descrever as vítimas dessa recente idiotice como "imigrantes africanos", pois é um reconhecimento de que é uma xenofobia seletiva especialmente dirigida a imigrantes negros.

Mas sejamos claros sobre uma questão: não é algo dirigido especificamente a imigrantes negros. É por isso que eu me recuso a chamar o fenômeno de xenofobia. Eu acho que é mais um ódio racista de si mesmo. Caso fosse xenofobia, também seria dirigida a imigrantes da Ásia e do Leste

Europeu. O que mais me preocupa, após a loucura a que assistimos, é a evidência de que, como sociedade, nossa capacidade de análise das causas é particularmente pobre.

Na África do Sul, parece que decidimos, sem análise adequada, que a causa é a frustração com o lento avanço do programa de alívio da pobreza do governo. Bobagem. Se isso fosse verdade, o povo pobre e marginalizado teria, figurativamente, tomado a Bastilha. Não há uma explicação racional de porque outras pessoas pobres e marginalizadas deveriam sofrer o peso das falhas do Estado.

FOLHA - Qual sua opinião sobre a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul? Como você acredita que a população está respondendo aos preparativos para o evento?

NGCOBO - Ser sede da Copa do Mundo é uma grande oportunidade para a África do Sul reverter a maré de negativismo que se infiltrou na sociedade nos últimos três anos. É uma oportunidade de nos dar um foco para todo o trabalho para o evento, e, durante o processo, fazer com que nós percebamos que temos um interesse comum em fazer as coisas darem certo. Os sul-africanos são incrivelmente resilientes e determinados. Mas respondemos mais à inspiração do que ao planejamento meticuloso. Em 2010, acredito que vamos dar ao mundo um dos eventos mais memoráveis.

FOLHA - Você publicou um relato engraçado sobre como é a vida hoje em dia nos subúrbios e nas townships. Como vê as últimas mudanças na sociedade sul-africana?

NGCOBO - A sociedade sul-africana permanece ainda segregada, dividida entre a grande maioria negra e pobre e a minoria branca e rica. Sim, há uma pequena classe média negra que, em sua maior parte, está tentando invadir o privilégio dos brancos, antes exclusivo. Infelizmente, essa parece ser a única abordagem unidimensional para resolver o abismo sempre maior entre os ricos e os pobres.

FOLHA - Você diz no livro que não é fã da Cidade do Cabo porque toda vez que vai lá, acaba pagando uma fortuna por comida e bebida e "sendo tratado como um suspeito da Al-Qaeda". Há um tratamento diferente para os turistas negros nessa cidade? E em outros pontos turísticos?

NGCOBO - O livro é, em grande escala, uma coleção de opiniões pessoais baseadas em minhas próprias experiências. Um engano comum sobre ele é que expresse opiniões que representam uma porção maior da população, por exemplo, os homens zulus.

A verdade é que minhas percepções negativas sobre a Cidade do Cabo bem podem ser resultado de idéias preconcebidas minhas. Tendo dito isso, acho que parte do meu problema com a Cidade do Cabo é que eu provavelmente sinto que ela não é suficientemente "africana". Afinal, a Cidade do Cabo tem uma população negra menor do que qualquer outra cidade grande na África do Sul.

Por outro lado, temos uma história particular nesse país, e seria pouco realista não reconhecer que ainda nos relacionamos com base na cor da pele.

Mas esse é um fenômeno geral por todo o país. Eu acabei de voltar da Cidade do Cabo e foi uma ótima experiência. Não é meu lugar favorito para relaxar - ainda prefiro Durban, a costa norte de KwaZulu-Natal e Port Elizabeth. Mas é apenas uma preferência pessoal.

FOLHA - Como turista, senti mais tensão social em Durban do que na Cidade do Cabo. Essa é uma percepção real?

NGCOBO - Você precisa entender o fato de que a população da África do Sul tem uma obsessão desproporcional com o crime em geral. A Cidade do Cabo tem um problema muito maior com o crime do que Durban [onde o autor mora]. Acho que a população da Cidade do Cabo está começando a perceber a situação e ficando menos obcecada. Pessoalmente, eu nunca senti uma angústia maior em relação ao crime em Durban em comparação à Cidade do Cabo.

FOLHA - Quais seus locais prediletos para férias no território da África do Sul? E quais lugares você recomendaria aos turistas brasileiros?

NGCOBO - A África do Sul é muito mais do que a Cidade do Cabo e Durban. Mencionei o norte de KwaZulu-Natal, mas há Mpumalanga, o Noroeste, o Cabo Leste, Limpopo etc. Eu, particularmente, adoro locais pequenos e calmos, como Isandlwana e Mthunzini.

(23/11/2008)

VALORES

Diminuem as manifestações de preconceito

Na comparação com pesquisa de 1995, cai racismo "assumido" e concordância com frases discriminatórias

DA SUCURSAL DO RIO

Seja por mero pudor ou realmente por uma questão de consciência, os brasileiros, hoje, se mostram menos preconceituosos do que há 13 anos.

Ao repetir neste ano perguntas feitas em 1995, o Datafolha identificou que caiu significativamente o grau de concordância da população com frases como "negro bom é negro de alma branca" ou "se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem".

O que não mudou de lá para cá foi a constatação, aparentemente contraditória, de que o brasileiro reconhece o preconceito no outro, mas não em si mesmo. Ou, como já definiu a historiadora da USP Lilia Moritz Schwarcz, "todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados".

Para 91% dos entrevistados, os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros. No entanto, quando a pergunta é pessoal, só 3% (excluindo aqui os autodeclarados pretos) admitiram ter preconceito.

Foi igualmente alto (63%) o percentual de entrevistados que afirmaram que negros têm preconceito em relação a brancos, mas somente 7% (excluindo os brancos) dizem ter, eles mesmos, algum preconceito.

Também caiu (de 22% para 16%) a proporção de brasileiros que se sentiram discriminados por sua cor. Esse percentual, no entanto, chega a 41% entre autodeclarados pretos.

Para Schwarcz, o que mudou de 1995 para 2008 foi a popularização do discurso politicamente correto. Ela, no entanto, demonstra algum ceticismo com relação ao menor percentual de concordância com afirmações preconceituosas.

"As coisas mudaram, mas nem tanto. As pessoas reagem mais às frases preconceituosas, como se já estivessem vacinadas. É positivo ver que há maior consciência, mas é preocupante constatar que a ambivalência se mantém. Parece que os brasileiros jogam cada vez mais o preconceito para o outro. "Eles são, mas eu não."

Também historiador, Manolo Florentino, da UFRJ, tem opinião semelhante. "O que cresceu foi sobretudo o pudor. Para tanto deve ter colaborado, em alguma medida, a disseminação da praga politicamente correta. Se for este o caso, estaremos mais uma vez frente à constatação de que nosso racismo é envergonhado, que, afora casos patológicos, o brasileiro só expressa seu preconceito racial através de carta anônima."

Constrangimento

O sociólogo Marcos Chor Maio, da Fiocruz, faz leitura mais otimista. O fato de os brasileiros só admitirem preconceito nos outros -o que pode ser visto como hipocrisia-, para ele, é um valor: "As pessoas têm vergonha de parecerem racistas, cria-se um constrangimento enorme. Isso é ótimo".

Fulvia Rosenberg, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e coordenadora do programa de bolsas da Fundação Ford, vê na ampliação do debate sobre a questão racial, provocado principalmente pela discussão das cotas em universidades, uma das causas para a queda do preconceito.

"Isso não acirrou a oposição branco/negro e parece ter desenvolvido maior consciência e atenção às relações raciais."

A socióloga Fernanda Carvalho, do Ibase e uma das coordenadoras do movimento Diálogos Contra o Racismo, concorda: "Não deixamos de ser um país com forte racismo, mas evoluímos. Não se discutia tanto a questão do negro. Hoje, as pessoas estão compreendendo melhor o tema e têm mais consciência de que o preconceito é um valor negativo".

Yvonne Maggie, antropóloga da UFRJ, tem opinião diferente sobre o racismo no país. "Os pretos se sentem mais discriminados, mas são eles também os que mais acreditam no esforço pessoal. Somos uma sociedade que tem optado por não marcar o sentimento da vida a partir da raça", diz ela, citando o dado de que 71% dos pretos concordam que, se um pobre trabalhar duro, melhorará de vida. Entre brancos, o percentual é de 67%.

Maggie diz também que o aumento da escolaridade nos últimos anos deve ter contribuído para a queda no preconceito. "Pode até ser que o debate sobre raça tenha influenciado, mas não é possível concluir isso com base na pesquisa. O que temos de concreto nesses últimos anos foi que houve uma melhoria radical do sistema educacional no Brasil", diz a antropóloga.

Segundo o Datafolha, quanto maior a escolaridade, menor a manifestação de preconceito. Entre a população com nível superior, apenas 5% concordam que negros só sabem fazer bem música e esporte. Entre os que não passaram do fundamental, a proporção é de 31%.

A idade do entrevistado também influencia. Entre os que têm 41 anos ou mais, 27% concordam com a frase sobre negros na música e esporte. Entre os mais jovens (16 a 25), a proporção cai pela metade: 13%.

(ANTÔNIO GOIS)

(24/11/2008)

FERNANDO RODRIGUES

O racismo mais cordial

BRASÍLIA - Há algum valor no fato de "apenas" 26% dos brasileiros não enxergarem racismo na frase "negro bom é negro de alma branca". Em 1995, segundo levantamento do Datafolha, 47% não viam nada de mais nesse enunciado.

Hoje, "só" 9% continuam a considerar apropriada a afirmação "se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem". Há 13 anos, o percentual era 23%.

Essas medições da utilíssima pesquisa publicada ontem pela **Folha** indicam ter havido, no mínimo, uma transformação na forma pela qual o preconceito de cor se manifesta no país. Mas nunca é demais notar a distância enorme a nos separar da noção -já sepultada- de que no Brasil vigoraria uma peculiar democracia racial. Como dizia Florestan Fernandes nos anos 60, "o brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito".

Em 1995, quando saiu a primeira pesquisa Datafolha sobre preconceito de cor no país, cunhou-se um termo para sintetizar o resultado: racismo cordial. Era uma alusão à definição de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em "Raízes do Brasil". Para ele, a cordialidade do brasileiro "pode iludir na aparência -e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações". Por fim, "a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência".

De 1995 para cá, o "politicamente correto" inundou a sociedade. Os brasileiros estão alertas. Exceto uma minoria isolada de internet, TV ou rádio, poucos duvidam do racismo embutido nos enunciados do início deste texto. É um avanço.

Mas essa atitude pública comportada talvez só mascare o forte racismo presente no país. Ainda que hoje expresso de forma mais cordial.

frodriguesbsb@uol.com.br

2009

(14/05/2009)

entrevista

Para ator, ser correto demais atrapalha humor

DA REPORTAGEM LOCAL

O humorista Evandro Santo, 34, que há cerca de dois anos interpreta o personagem gay Christian Pior, no Pânico na TV, da Rede TV!, afirma que é preciso haver respeito sem exagerar no politicamente correto, para não deixar chato o que deveria ser engraçado.

★

FOLHA - Você apoia esse tipo de medida?

EVANDRO SANTO - Acho que a televisão é um complemento. O primeiro problema da homofobia é em casa, relacionado a como se educa um filho. Não é nem só a homofobia. É o racismo, o machismo... Não adianta nada a mulher reclamar que o marido bate nela se deixa o filho chegar às 5h e a filha a 1h. Mas a televisão também pode colaborar. É preciso respeito. Mas se você fica muito pisando em ovos e com muitos dedos, fica chato. O excesso do politicamente correto prejudica o humor.

FOLHA - O seu trabalho tem algum aspecto homofóbico

SANTO - Não. Porque é um personagem gay que brinca com héteros, com gays. Se excluísse os gays das brincadeiras, seria homofobia.

FOLHA - Um personagem humorístico gay não significa um trabalho homofóbico?

SANTO - Se eu fizesse aquele personagem vítima, que os héteros usassem de escada e sempre o colocassem de maneira muito fragilizada, aí seria homofobia.

FOLHA - Como você vê os personagens gays em geral na TV brasileira?

SANTO - Essa coisa é antiga. Nos anos 80, ele era vítima. Nos anos 90, era aquela coisa mais Vera Verão. Hoje se tornou uma coisa mais politizada. A homofobia diminuiu e isso se reflete no humor.

(31/07/2009)

BARBARA GANCIA

Humor que não ousa não presta

*Para deixar de ser tão careta, o pessoal
deveria ir ver o filme do Brüno umas 12
vezes e rever e reler Lenny Bruce*

RETOMO um pouco a conversa da semana passada sobre o Twitter para falar sobre o assunto do momento, o suposto ato de racismo cometido pelo comediante Danilo Gentili.

Na madrugada do último sábado, o integrante do "CQC" usou os 140 caracteres do Twitter para enviar a seguinte mensagem: "Agora no TeleCine King Kong, um macaco q depois q vai p/cidade e fica famoso pega 1 loira. Quem ele acha q é? Jogador de futebol?".

Se o susto o fez cuspir o suco de laranja ou engasgar com a torrada do café da manhã, meu nobre leitor, melhor poupá-lo de maiores dissabores chamando atenção para o fato de que a associação entre o jogador de futebol negro e o macaco é sua.

O que Danilo ofereceu foi uma comparação entre um gorila famoso e uma estrela do esporte. Vai dizer que o King Kong não ficou famoso e se apaixonou por uma loira? Vai negar que jogador é conhecido e gosta de mulher que tingem o cabelo?

A resposta à provocação de Danilo foi imediata. Seu Twitter foi inundado por protestos e, acuado, o comediante achou melhor se explicar postando uma segunda mensagem: "Alguém pode me dar 1 explicação razoável pq posso chamar gay de veado, gordo de baleia, branco de lagartixa mas nunca negro de macaco?". O argumento não fez a turma do politicamente correto arrefecer. E a ela juntou-se o Ministério Público Federal, que veio a público para informar que a piada será alvo de uma análise. Isso, em si, já deveria fornecer material para vários shows de stand-up comedy: como pode a provocação infantilóide de um comediante virar alvo de uma investigação oficial? O que é isso, a Stasi? Stálin deve estar aplaudindo do além-túmulo.

Ao longo da semana, dois colunistas da Folha, Contardo Calligaris e João Pereira Coutinho, condenaram a cruzada moralista contra o premiê italiano Silvio Berlusconi. Não creio que exista no mundo uma descendente de italianos que tenha mais vergonha de Berlusconi do que eu. Mas o joguinho que o "L'Espresso" e o "La Repubblica" fazem contra o premiê é intolerável.

Se é para execrar Berlusconi, que ele seja condenado por usar a máquina governamental para favorecer seus negócios, não por dormir com esta ou aquela. Como diz o Contardo: "E eu com isso?". O mesmo se aplica a Danilo ou a qualquer outro humorista da face da Terra. Quem não gostar da piada, que não dê risada, que seja indiferente, que vá comprar uma água de coco na praia e não se fala mais nisso. Agora, chamar a polícia?

Na segunda-feira, com a polêmica já instalada, em entrevista a Mauricio Stycer, do iG, Gentili afirmou: "O politicamente correto está deixando as pessoas idiotas". O argumento não serviu para sensibilizar os ofendidos. A ONG Afrobras manifestou-se dizendo que cogita processar Gentili. E, no seu blog, o comediante negro Hélio de la Peña aliviou, pero no mucho: "Não tenho problemas com piadas, desde que engraçadas. Não foi o caso. Associar o homem preto a macacos causa desconforto ao homem preto".

O quê? Até o Hélio de la Peña, um dos meus ídolos? Que pena! Sinceramente, acho que é o caso de o pessoal dar uma arejada, ir ver o que está sendo feito em matéria de humor em outros lugares, assistir a "Brüno" de castigo umas 12 vezes, rever e reler Lenny Bruce, renovar um pouco o repertório e deixar de ser tão careta.

barbara@uol.com.br

www.barbaragancia.com.br

Twitter: **@barbaragancia**

(07/08/2009)

CINEMA/ESTREIAS

Crítica/ "A Vida Secreta das Abelhas"

"Filme de mulher" desliza no politicamente correto

DO CRÍTICO DA FOLHA

Da nossa perspectiva humana, alguém inventou que, para produzir mel, as abelhas alcançaram um modelo social cuja perfeição tem mais a ver com o culto à disciplina e à organização.

Como se já não bastasse, as coitadas ainda se viram associadas ao poder feminino, como se rainha e operárias fossem exemplos de um matriarcado utópico capaz de estabilizar a desordem humana caso aprendêssemos a nos mirar nele.

"A Vida Secreta das Abelhas" adota tais ideias e ideais como um espelho em sua vontade de alcançar a eficiência dentro do gênero "filme de mulher". No centro da colmeia, encontra-se a imagem maternal e acolhedora de Queen Latifah, rainha desde o nome.

Em torno, voejam as operárias-padrão Jennifer Hudson e Alicia Keys, ambas, como mulheres e negras, representantes da luta das minorias pela igualdade civil nos anos 60. Além destas, Sophie Okonedo vive uma garota perturbada que simboliza os efeitos da ordem social fundada na exclusão.

A doçura do mel vem na cor dos cabelos e nos olhos sempre úmidos de Dakota Fanning, a pequena Lilly, traumatizada pela morte da mãe e pelos maus-tratos que recebe do pai.

Para completar o teor feminino, Gyna Prince-Bythewood assina roteiro e direção da história, baseada no romance da escritora Sue Monk Kidd.

O pano de fundo é a América racista em que a distinção étnica entre brancos e negros se confunde com superioridade e subserviência. Enquanto a política promete a chegada de direitos iguais para todos, a vida real nos confins da Carolina do Sul revela que nada mudou para as minorias.

O simbolismo da utopia da ordem social das abelhas é recuperado como figura da perfeição e do equilíbrio, em tudo oposta às perseguições e exclusões que a pequena Lilly padece como amiga de pessoas "de cor". A desigualdade social se desdobra na trajetória de sua mãe, Deborah, vítima do poder machista e exclusivista associado aos brancos.

No papel, esse tipo de filme cumpre todos os protocolos da eficiência dramática, moral e histórica com sua obsessão pela representação politicamente correta de tudo e de todos.

Mas quando se transforma em filme, a compulsão pelo equilíbrio se desfaz em tanta "doçura" e "delicadeza" de sentimentos que pode produzir enjoos num público que sente prazer como efeito de nuances, não de ênfases. (CSC)

A VIDA SECRETA DAS ABELHAS

Direção: Gyna Prince-Bythewood

Produção: EUA, 2008

Com: Queen Latifah, Dakota Fanning e Jennifer Hudson

Onde: HSBC Belas Artes, Reserva Cultural, Cinema da Vila e circuito

Classificação: livre

Avaliação: regular

(11/10/2009)

ANÁLISE

Chacrinha ainda buzinará a moça e comandará a massa?

Será que o deboche livre de culpa e o descaramento sacana do velho guerreiro caberiam no mundo careta de hoje? Existe algum espaço para aquela anarquia?

HUGO POSSOLO

ESPECIAL PARA A FOLHA

Quem ousaria dizer que Roberto Carlos é um bosta? Sob o impacto dessa declaração começa "Alô, Alô, Teresinha", documentário de Nelson Hoineff, que entra em cartaz dia 30. É o ex-calouro Manoel de Jesus quem enche a boca para mostrar que é melhor que o Rei. Mas o pobre canta tão mal que desabamos na gargalhada sem dó. Chacrinha não o exporia a tanto ridículo e apertaria sua buzina antes que ele respirasse para cantar.

O filme deixa o velho guerreiro Abelardo Barbosa e se concentra mais nos que viveram à sua volta: ex-calouros, cantores cuja carreira impulsionou e a vida atual das ex-sensuais e para sempre chacretes. Eram as gostosas in natura, sem silicone, que hoje são simpáticas senhoras, sem o glamour que tinham. Rita Cadillac, dizem, se deu "melhor" em pornô.

Talvez por falta de imagens de arquivo, trechos em preto e branco do período da TV colorida dão a sensação de incompreensão. Fica no ranço dos perdedores, dos agradecimentos canastrões de antigos ídolos e do envelhecimento das musas do pastoril eletrônico. Coitadas, não foram para o trono e ganharam o troféu abacaxi.

Nu e cru, o filme quebra um pouco a expectativa de quem queria reviver a explosão comunicativa do velho palhaço.

Chacrinha é do tempo em que favela era favela. Não tinha esse eufemismo tolo de dizer comunidade. Não disfarçava o brega, que se assumia em sua plenitude. Apostava na mistura. Elymar Santos usava o mesmo microfone que Caetano Veloso. Raul Seixas ocupava o mesmo picadeiro que Wanderlei Cardoso. Aquilo era a diversidade e não a separação mercadológica da audiência. E não era intenção maquiada de bom mocismo, era a esculhambação pelo prazer da diversão.

O possível herdeiro da pança que balança, Faustão, não se perdeu na noite e fincou o pé nos domingos tornando-os piores que uma enfadonha segunda. Mauricinho de camiseta polo, colocou terno no pagode e casaco de couro no sertanejo. Chacrinha era feira livre e Faustão é shopping center.

Chacrinha promoveu a desmistificação da telinha, revelando e dialogando com os câmeras, fez a balbúrdia permanente sem deixar que organizassem a festa. É nesse contexto que o filme ganha sentido. Um dos pontos altos são as variadas versões para saber quem é a tal Teresinha do bordão. Nenhum filósofo acharia a solução sobre o que é a verdade sob os trópicos.

Gilberto Gil traz a declaração mais contundente ao falar da crueldade do humor. Mas para o doentio apelo do politicamente correto, deboche e esculhambação, hoje, são deméritos. Qual seria, agora, o espaço para as loucuras desse bardo? Jogar farinha nas macacas de auditório, apertar o nariz de um calouro, não deixar ele cantar, iriam para o ar?

Será que o deboche livre de culpa e o descaramento sacana do velho guerreiro caberiam no mundo careta de hoje? Os CEOs das grandes indústrias de comunicação têm capacidade de compreender aquela anarquia? Aceitariam o velho palhaço? Ou a ousadia deve, cada vez mais, chegar enlatada e pronta para fácil consumo? Quem iria querer bacalhau?

HUGO POSSOLO, 47, é palhaço, dramaturgo e diretor dos Parlapatões e do Circo Roda Brasil.

(23/11/2009)

LUIZ FELIPE PONDE

2012 retardados

*Além de clichês, filme-catástrofe
acrescenta a palhaçada do
politicamente correto*

O FILME "2012", de Roland Emmerich, é um lixo da geração Obama.

Filmes-catástrofe são fracos, servem para tardes chuvosas de domingo, recheados com cama, chuva e preguiça, ao lado de alguém com quem você gosta de ficar na cama abraçado. Além, é claro, do fato de que o ano "fatídico" 2012 é uma maldição do povo maia, essa "grande civilização" que fazia sacrifícios humanos.

Além dos clichês mais banais de filmes-catástrofe (cientistas bonzinhos, autoridades malvadas, presidentes americanos solidários, famílias despedaçadas que se reúnem em meio ao caos, vinganças da deusa natureza contra o dinheiro -aquele mesmo que todo mundo quer no bolso), "2012" acrescenta a palhaçada do politicamente correto. Isso sim é o fim do mundo. Leitores me perguntam por que essa palhaçada me irrita tanto. Respondo: porque é coisa de retardado.

Nós não vamos morrer todos afogados em grandes ondas do mar, nem em labaredas vulcânicas, nem com a gripe da porca (H1N1). Nosso espírito sim vai sufocar sob a bota do fascismo retardado do politicamente correto.

Sempre temo que, sem Clint Eastwood, o cinema dos Estados Unidos afunde na "catatonia do bem" retardado.

Como essa "catatonia do bem" piora o já terrível "2012" (cheio de interpretações sofríveis, salvo o "profeta" Woody Harrelson, roteiro sem pé nem cabeça, soluções ridículas para os personagens)? Antes de tudo, vale salientar que a temática apocalíptica tem seu peso no imaginário. A ideia do fim do mundo espreme os seres humanos contra a força de questões essenciais como "o que fizemos com nossas vidas?", "como chegamos a essa situação?", "como perdemos tanto tempo com bobagens?".

É aí que o retardamento mental do politicamente correto estraga tudo: ele responde as questões de uma forma mais infantil do que cartinhas de crianças para o Papai Noel. E a força do drama humano se dissolve no ácido da estupidez.

É claro que o cientista bonzinho é um anjo negro. Não o anjo negro do Nelson Rodrigues, que tem as vísceras de quem de fato sofre e de quem padece da maldição de ser homem, mas o anjo negro da geração Obama, cujos intestinos digerem não o bolo alimentar, mas as flores e as virtudes santas.

Ao contrário dos cientistas reais que correm atrás de dinheiro para pagar suas pesquisas e fazem qualquer negócio pra consegui-lo (com razão), esse se preocupa apenas com os pobres, claro, apenas os pobres dos países do G8.

O presidente, outro anjo negro, morre procurando o pai perdido de uma criancinha chorona. Sua filha (diga-se de passagem, uma deusa africana), só se preocupa com a salvação da arte universal. A namoradina do magnata russo canalha, que o trai com seu piloto particular (mas tudo bem...), em meio à destruição do mundo, confessa a outra mulher santinha: "Foi meu namorado quem me obrigou a pôr silicone, eu não queria". Mentira: qualquer pessoa não retardada sabe que as mulheres colocam silicone para que as outras invejem seus seios e para seduzir os homens, e não porque seus namorados as obrigam. Evidentemente que os namorados usufruem, graças a Deus, e elas ficam mais bonitas e felizes.

O único "bad guy" (bandido) é um gordo branco preocupado com dinheiro, como todos nós. Mas claro que, no novo mundo dos retardados do bem, ninguém quer dinheiro, por isso a pérola que o anjo negro da ciência do bem diz: "Não devemos começar um mundo novo assim".

O mundo acaba. Os continentes afundam, menos a África, que, em vez de afundar, se ergue. Ora bolas, a África é o berço da humanidade, até faz sentido. Mas o mais importante é que, na geopolítica dos retardados, a África é o continente onde todo mundo é legal e vítima dos malvados brancos.

E aí vem o pior. Imagine um "loser" (fracassado), um escritor falido que ganha a vida sendo motorista de limusine. Agora imagine que ele ainda ama sua ex-esposa (a outra mulher santinha que citei acima). Imagine que essa ex-esposa o trocou por um médico bem-sucedido! Agora adicione o fato de que seu filho o despreza e adora o novo marido médico bem-sucedido da sua mãe. Depois imagine que, em meio ao fim do mundo, esse filho pentelho diz para o pai "loser": "Você deveria dar uma chance ao Gordon [nome do marido médico de sua mãe], ele é bem legal".

E aí o infeliz marido trocado responde: "Eu vou tentar, meu filho".

No dia que um homem, nessa situação, concordar com um papo furado desse, de um filho pentelho assim, aí sim, o mundo acabou.

ponde.folha@uol.com.br

2010

(24/02/2010)

Nova onda do politicamente correto invade o mundo gay

Associação lança manual com normas para instituições se dirigirem ao meio

"Operação para troca de sexo" vira "cirurgia de redesignação sexual"; linguista e sexólogo criticam medida, adotada até pela Presidência da República

VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO

DA REPORTAGEM LOCAL

Se fosse lançada hoje, a marchinha "Maria Sapatão", consagrada no Cassino do Chacrinha, causaria horror na militância gay, dentro e fora do Brasil.

Último reduto do politicamente incorreto, o movimento criou um manual de boas maneiras que estabelece normas, nomenclaturas e terminologias para pessoas e instituições se dirigirem a quem é do meio.

Concebido pela ABGLT (Associação Brasileira da Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros), o compêndio proíbe termos consagrados pelo uso.

Em vez de "o travesti", prega a militância, deve ser "a travesti", porque eles se veem como mulher. No lugar de "GLS" tem de ser "LGBT". "Homossexualismo" deve ser trocado por "homossexualidade", já que o "ismo", dizem, remete a uma doença. E a "cirurgia de troca de sexo" passa a ser "cirurgia de redesignação sexual".

"Ah, isso é veadagem. Sou do tempo em que todo mundo falava "operada", diz o travesti de "nom de guerre" Shanon Bruni.

"Tem coisas que ofende, sim. Vivemos por um período de educação sobre a homossexualidade. Acostumando-se com isso a cabeça das pessoas vai", diz o estilista Carlos Tufvesson.

"Não tem problema nenhum se falarem "o travesti". Tenho uma identidade totalmente feminina e a convicção de que me vejo como mulher", diz o travesti Patrícia Araújo, que desfilou no Fashion Rio e fez um ensaio sensual (de tapa-sexo) para uma revista masculina.

O manual da militância gay foi adotado pela Presidência da República, que o colocou no site do Observatório da Igualdade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, e por conselhos federais, como o de Serviço Social.

"Não é mudando os termos que se vai mudar os conceitos. Pouca diferença faz. Não dá para se ofender por causa de denominações genéricas. Engessar não é bom", diz o psiquiatra e sexólogo Ronaldo Pamplona, professor da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana.

"A língua não admite prescrição. O uso quem faz é a língua corrente. Não dá para estabelecer previamente o que deve ser dito ou não. Não pega. Nem a gramática tradicional faz isso.

Assim como toda a gama do politicamente correto que vem dos EUA, esse manual não tem importância", diz Luiz Tatit, professor de linguística da USP.

Presidente da ABGLT, Toni Reis diz que a iniciativa gerou discórdia e controvérsia entre os próprios militantes gays. "Tem coisas que são ofensivas, outras dá para negociar.

Passamos por muita polêmica e tivemos bate-bocas", diz Reis. "As pessoas não têm uma formação de algo que ainda é novo.

Esses termos precisam ser bem empregados", defende Manoel Zanini, coordenador da parada gay de São Paulo. Aliás, para entrar no politicamente correto do manual, parada LGBT.

"As pessoas não sabem como tratar os gays. Sempre dizem: "tenho amigos iguais a você", diz Lizandra Brunelly, vencedora do concurso Miss Gay Brasil em 2008.

Não é difícil de imaginar a resposta que Chacrinha daria a quem contestasse a modinha "Maria Sapatão". Quem não se comunica se trumbica.

Veja a íntegra do manual

(07/03/2010)

A devassa da devassa

Suspensão de propaganda de cerveja estrelada por Paris Hilton escancara os limites do "politicamente correto" e aponta para o desgaste do erotismo na sociedade atual

Michal Cizek - 17.mar.06/France Presse

Mulheres utilizam serviços de "spa da cerveja", que incluem imersão na bebida, em Chodova Plana, República Tcheca

RENATO JANINE RIBEIRO
ESPECIAL PARA A FOLHA

Provei a cerveja Devassa num dia no aeroporto. Mas, quando vi na TV sua propaganda com uma norte-americana rica que deve a fama a um vídeo pornô que circulou na internet, achei de mau gosto e perdi a simpatia pela bebida. Ponto. Agora, quando o Conar retirou a propaganda do ar, vale a pena discutir um pouco o assunto.

O Conar é um órgão privado -Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. Quando alguém fala em regular os excessos da televisão, a mídia costuma citar o Conar como exemplo de como fazê-lo sem o Estado intervir. Quando se para de falar em regulação social, esquece-se o Conar. De todo modo, ele nada tem a ver com o governo.

Numa pesquisa de 2000 que publiquei em meu livro "O Afeto Autoritário" (ed. Ateliê), analisei os julgamentos do Conar que encontrei. Notei uma certa contradição. Quando o Conselho de Enfermagem reclamou de quatro propagandas mostrando enfermeiras como mulheres fáceis, o Conar concordou e as publicidades sumiram.

Já quando psicólogos reclamaram duas vezes porque sua profissão era ridicularizada, o Conar disse que as propagandas eram, só, engraçadas. Em suma, onde para uns há humor, para outros há preconceito; mas a linha de corte depende, muito, do grau de mobilização dos que se sentem ofendidos.

A questão do humor ou do preconceito é ponto em que a publicidade converge com uma preferência dos jornalistas que tratam de entretenimento e variedades: segundo eles, o politicamente correto se distinguiria pela falta de humor. O elogio-padrão a uma peça de teatro engraçada diz que ela é "politicamente incorreta".

"Politicamente correto" é um termo pejorativo, usado para criticar a preocupação, nascida nos EUA, de movimentos sociais com expressões que depreciavam grupos historicamente perseguidos.

Por exemplo, os verbos denegrir e judiar vêm do preconceito contra negros e judeus -embora ninguém pense nisso hoje, quando os usa.

Piada de português

É difícil, mas necessário, separar o que é justo, para combater um preconceito de largas raízes históricas, e o que é excesso de algumas pessoas que levam, com boa-fé ou mesmo sem ela, longe demais a suscetibilidade. Denegrir, judiar, humor negro não me parecem exprimir, hoje, preconceito. Tampouco vejo problema em piadas de loira, de português, de papagaio e do Juquinha. Já afirmar que "o asfalto é o preto de quem todo mundo gosta", como disse um ministro dos Transportes em 1997, é grave.

E o é justamente porque o ministro o disse sem maldade: mostra que em nossos costumes há brincadeiras preconceituosas que rotulam negativamente grupos discriminados. Sem o "politicamente correto", isso passaria batido.

A propaganda da Devassa recorda que, na TV brasileira, a publicidade de cerveja a alia a mulheres gostosas. Lembro uma publicidade que fazia um corpo feminino tornar-se garrafa de cerveja. Mulheres são convertidas em coisa, em objeto de consumo? São, sim. Aparecer em propaganda de cerveja é coisa de gostosa. Recentemente, [o colunista da Folha] José Simão foi proibido de dizer que uma atriz era devassa (porque a personagem dela, não ela como pessoa, tinha um "bar da Boa").

Se Hilton aceita aparecer como devassa -mesmo acreditando que a palavra quer dizer apenas "sexy", como sua equipe declarou à Folha-, talvez seja uma resposta ao "affair" Simão: ela aceita fundir sua pessoa com sua personagem. Quem gosta de cerveja gosta de gostosa, portanto, cerveja é gostosa, talvez devassa.

Mas, se não há diferença entre a mulher-garrafa e a "devassa", por que saiu do ar esta última propaganda? O Conar pode ter mudado sua percepção das sensibilidades sociais. A redução da mulher a objeto se teria tornado intolerável. Se o Conar deu razão às enfermeiras, mas não aos psicólogos, é porque atua sob pressão -o que é outro modo de dizer que é atento à sensibilidade social.

Pois, se um indivíduo é injustiçado e só consegue justiça fazendo pressão, isso é errado. Mas, se um grupo maior se sente injustiçado e só obtém o que deseja pressionando, isso pode ser positivo. Nas relações macrosociais, justiça não se dá, não se recebe passivamente, mas se constrói. Por isso, se as mulheres recusam o papel de objeto, a decisão do Conar pode ser uma conquista delas. Contudo, para várias mulheres, tornar-se objeto não é redução, mas aumento, de poder.

"Playboy" e "Big Brother"

É o que leva algumas ao "Big Brother Brasil". Nos anos 90, a revista "Playboy" colhia suas capas nas novelas da Globo.

Hoje, seu maior estoque é o "BBB". Há décadas, a mulher que posava para calendários de borracharia saía mal na reputação. Mas, hoje, na mídia, é ela, como objeto de desejo, que controla o sujeito desejante.

O jogo ficou mais complexo. O sujeito não manda, necessariamente, no objeto. Há mulheres que extraem poder de uma condição de objeto habilmente constituída. Madonna explicitou isso com seus cliques, com seu livro "Sex". O problema é que essa não é uma verdade universal nem majoritária. A mulher atacada sexualmente na rua não controla nada, não tem poder, é vítima de uma violência inadmissível.

Mas um número menor de mulheres -que consegue ser protagonista do que [o filósofo] Walter Benjamin chamava a reprodução mecânica e que hoje chamaríamos a imagem na mídia- ganha dinheiro, fama, poder com isso.

O problema é que há mais estupros do que capas de "Playboy", de modo que o poder e a riqueza de algumas não apagam o abuso sobre muitas. Finalmente: quando a mídia defende o direito (da cervejaria? da socialite? do espectador voyeur?) à propaganda com Paris Hilton, vivemos um fenômeno de desgaste: durante milênios o erotismo esteve no jogo entre o que se vê e o que apenas se adivinha. Mostrar dependia de esconder. Um autor árabe fala do erotismo que emana de

um corpo velado: ele se faz imaginar pelo som das joias se chocando, pelo perfume, pelo movimento do corpo andando. Erotismo é imaginação.

Ora, como ficam as coisas quando o corpo se desnuda tanto? Não se trata apenas de transformar a mulher em objeto. Pois muda o registro sensual do corpo. Seria errado achar que as mulheres despidas suscitam menor desejo do que as imaginadas. Nossa sociedade se sexualizou intensamente, com a mostra ilimitada dos corpos objetos.

Falta de imaginação

Não creio que isso vá embotar o desejo, embora digam alguns que é de sua natureza buscar o difícil e desdenhar o fácil. Mas o certo é que, entre o desejo e a realização, o prazo diminuiu. Imaginação exige tempo, demora, frustração, desvio. Corpos se oferecem, se tomam, como cervejas, mas parece que, se aumentou o acesso físico ao corpo alheio, reduziu-se a capacidade de imaginar. Sexo, talvez, sem erotismo.

RENATO JANINE RIBEIRO é professor titular de ética e filosofia política na USP. O título deste texto é uma homenagem do autor, totalmente fora de contexto, ao belo livro de Kenneth Maxwell sobre a Inconfidência Mineira (Paz e Terra).

(16/03/2010)

RUBEM ALVES

Linguagem politicamente correta

Aprendi que as palavras não são inocentes, elas são armas que os poderosos usam para ferir e dominar os fracos

ERA O ANO de 1971. Eu fora convidado a fazer uma conferência no Union Theological Seminary de Nova York. Na minha fala, usei a palavra "homem" com o sentido universal de "todos os seres humanos", incluindo não só os homens, que a palavra nomeava claramente, como também as mulheres, que a palavra deixava na sombra. Era assim que se falava no Brasil. Depois da conferência, fui jantar no apartamento do presidente. Sua esposa, delicada, mas firmemente, deu-me a devida reprimenda.

"Não é politicamente correto usar a palavra "homem" para significar também as mulheres. Como também não é correto usar o pronome "ele" para se referir a Deus. Deus tem genitais de homem? Esse jeito de falar não foi inventado pelas mulheres. Foi inventado pelos homens, numa sociedade em que eles tinham a força e a última palavra. É sempre assim: quem tem força tem a última palavra..."

O que aprendi com aquela mulher naquele jantar é que as palavras não são inocentes. Elas são armas que os poderosos usam para ferir e dominar os fracos.

Os brancos norte-americanos inventaram a palavra "niger" para humilhar os negros. E trataram de educar suas crianças. Criaram uma brincadeira que tinha um versinho que ia assim: "Eeny, meeny, miny, moe, catch a niger by the toe"... Quer dizer "Agarre um crioulo pelo dedão do pé" (aqui no Brasil, quando se quer diminuir um negro, usa-se a palavra "crioulo").

Foi para denunciar esse uso ofensivo da palavra que os negros cunharam o slogan "black is beautiful" ("o negro é bonito"). A essa linguagem de protesto, purificada de sua função de discriminação, deu-se o nome de linguagem politicamente correta ("PC language").

A regra fundamental da linguagem politicamente correta é a seguinte: nunca use uma palavra que humilhe, discrimine ou zombe de alguém. Encontre uma forma alternativa de dizer a mesma coisa.

Não se deve dizer "Ele é aleijado", "Ele é cego", "Ele é deficiente" etc. O ponto crucial é o verbo "ser". O verbo ser torna a deficiência de uma pessoa parte da sua própria essência. Ela é a sua deficiência. A "PC language", ao contrário, separa a pessoa da sua deficiência. Em vez de "João é cego", "João é portador de uma deficiência visual." Essa regra se aplica a mim também. Por exemplo: "Rubem Alves é velho". Inaceitável. Porque chamar alguém de velho é ofendê-lo -muito embora eu não saiba quem foi que decretou que velhice é ofensa. (O título do livro do Hemingway deveria ser mudado para "O idoso e o mar"?)

As salas de espera dos aeroportos são lugares onde se pratica a linguagem politicamente correta o tempo todo. Aí, então, na hora em que se convocam os "portadores de necessidades especiais" para embarcar -sendo as necessidades especiais cadeiras de roda, bengalas, crianças de colo-, convocam-se também os velhos, eu inclusive.

Mas, sem saber que palavra ou expressão usar para se referir aos velhos sem ofendê-los, houve alguém que concluiu que o caminho mais certo seria chamar os velhos pelo seu contrário. Assim, em vez de convocar velhos ou idosos pelos alto-falantes, a voz convoca os cidadãos da "melhor idade".

A linguagem politicamente correta pode se transformar em ridículo. Chamar velhice de "melhor idade" só pode ser gozação. É claro que a "melhor idade" é a juventude.

Quero, então, fazer uma sugestão que agradará aos velhos. A voz chama para embarcar os "cidadãos da "idade é terna". Não é bonito ligar a velhice à ternura?

rubem_alves@uol.com.br

(24/04/2010)

foco

Dilma copia ex-presidente chilena e quer se lançar candidata a "presidenta"

UIRÁ MACHADO

DA REPORTAGEM LOCAL

A coordenação da campanha de Dilma Rousseff decidiu copiar Michelle Bachelet, primeira mulher presidente do Chile, e dizer que a petista é candidata a "presidenta". Na avaliação do PT, o termo feminino pode marcar um diferencial da candidatura, mas ainda é preciso ter certeza de que não causará estranheza.

As palavras "presidente" e "presidenta" estão corretas, "mas a forma feminina é pouco usada", diz Thaís Nicoletti, consultora de português do Grupo Folha-UOL. Palavras terminadas em "ente", segundo ela, são resultado do antigo particípio presente e formam substantivos neutros. O que define o gênero é o artigo: "o" presidente, "a" presidente.

Para Pasquale Cipro Neto, o uso da forma "presidenta" "é desnecessário se considerarmos todos os outros casos. Os dicionários dão como forma possível, não obrigatória. Talvez a "exigência" decorra do politicamente correto".

Maria Helena de Moura Neves, professora do Mackenzie e da Unesp, concorda que não é necessário usar "presidenta", mas diz que, do ponto de vista da campanha, "faz sentido, porque valoriza o fato de o PT estar lançando uma mulher à Presidência".

Para Regina Dalcastagnè, professora da UnB, é impossível saber se isso terá impacto eleitoral positivo, mas diz que a questão "é política em sentido amplo, pois marca a presença do feminino e rompe com a uniformização na língua, sempre no masculino".

Também da UnB, Susana Moreira de Lima diz que "o correto é usar "presidenta", pois é a palavra registrada para designar a mulher que preside": "A discussão é saudável, porque traz a questão do machismo na linguagem".

Colaborou **ANA FLOR**, da Reportagem Local

(29/10/2010)

CONTRA O VETO AO LIVRO

Não fariam isso se fosse Shakespeare, diz professora

Especialista defende Lobato e diz que escola deve contextualizar tema

Para Milena Martins, preconceito visto hoje nos livros era interação de personagem negro com a época do escritor

DE BRASÍLIA

Milena Ribeiro Martins, especialista em Monteiro Lobato e professora de literatura brasileira e teoria literária da Universidade Federal do Paraná, defende a utilização das obras do escritor nas escolas e remete ao mediador de leitura a discussão sobre o tratamento aos negros.

Folha - Há elementos de racismo na obra do escritor?

Milena Martins - De fato, aparecem muitos ditos preconceituosos na obra de Monteiro Lobato. [Hoje] temos um linguajar politicamente correto que é tido como modelo, e tudo o que foge a ele é errado: preto é menos desejável que negro, melhor ainda é afrodescendente.

Na época de Lobato, é bom que a figura do negro apareça com o destaque de uma pessoa afável como a Tia Nastácia. Antes, aparecia só como denúncia social ou não aparecia. Então, temos uma personagem negra que assume voz importante, mesmo que seja chamada de negra beicuda. Significa que ela está interagindo.

O CNE recomendou uma nota para acompanhar os livros. Qual é sua opinião?

Precisa haver o discernimento do professor. Um livro levado para escola não é lido sem a mediação do professor. Se vamos passar pente fino nos livros procurando preconceito, vamos ter que fazer em todos os clássicos. É humanamente impraticável.

O que a sra. acha do abandono do livro pelo governo?

O Lobato é um escritor contra o qual muitas vozes se levantam. Se o ponto fosse o abandono de "O Mercador de Veneza" pela questão dos judeus, não se faria porque é [William] Shakespeare. O livro de Lobato deve ser distribuído, ele é um grande escritor nacional.

(12/11/2010)

RUY CASTRO

Nada inocentes

RIO DE JANEIRO - Fess Parker, o ator que interpretou o caçador Davy Crockett numa série produzida por Walt Disney para a TV americana nos anos 50, morreu em março último, e seus obituários ressaltaram o assombroso sucesso dos filmes: 40 milhões de telespectadores por semana, de 1954 a 1956, e um gigantesco merchandising em torno do personagem.

Durante anos, os garotos americanos obrigaram seus pais a comprar-lhes um chapéu de guaxinim, com rabicho e tudo, como o usado por Davy. Além dos mocassins, jaquetas de franjas e calças (tudo de couro), mochilas, rifles de brinquedo, machadinhas, quebra-cabeças, gibis, o disco com "The Ballad of Davy Crockett" e toda quinquilharia que se referisse ao herói. Hoje, o herói já não o é tanto. Descobriu-se que Crockett, vivendo na floresta, não matava animais apenas para comer, mas esfolava-os -coatis, gambás, castores, alces, gamos e até ursos- às centenas, e vendia seus couros e peles para os intermediários que abasteciam os empórios. Viviam disso. E, de couro dos pés à cabeça, ele já era um comercial de si próprio.

Sem saber que incidia em pecado, a série também mostrava Crockett como matador de índios e feroz perseguidor dos mexicanos que ousavam conspirar o solo dos EUA. Enfim, agora descobrimos que, aos olhos do politicamente correto, não podia haver personagem pior.

Até morrer, em 1966, Walt Disney (o Monteiro Lobato americano, só que ao cubo em matéria de negócios) nunca se preocupou com isso. Os meninos que idolatravam a série também não reparavam nas maldades de Davy. Da mesma forma, os milhões de brasileiros inocentes que vemos Lobato em criança nunca nos demos conta de que Tia Nastácia vivia sendo humilhada pelo autor. Tivemos de esperar 50 anos para que adultos de hoje, mais perspicazes e nada inocentes, finalmente nos informassem disso.

(14/11/2010)

ENSAIO

Caçada a Monteiro Lobato

Prosa de alta radioatividade

RESUMO

A releitura de "Caçadas de Pedrinho" e de outros clássicos de Monteiro Lobato, avaliados como "racistas" em recente polêmica na Folha, revelam uma prosa anterior aos ditames politicamente corretos. Expressões em desuso, ainda que eivadas de racismo, não impedem a construção de um mundo ficcional complexo e rico.

MARCELO COELHO

EXISTE RACISMO na obra de Monteiro Lobato? A resposta, definitivamente, é sim. Leia-se, por exemplo, o que ele escreveu num artigo de jornal, reproduzido em "Ideias de Jeca Tatu" sem mudanças, nas diversas edições que o livro teve ao longo da vida do autor.

"Enquanto colônia, o Brasil era uma espécie de ilha de Sapucaia de Portugal. Despejavam cá quanto elemento antissocial punha-se lá a infringir as Ordenações do Reino. E como o escravo indígena emperrasse no eito, para aqui foi canalizada de África uma pretalhada inextinguível." Mesmo para os padrões da época (o artigo foi escrito no começo do século 20), não deixa de soar chocante e incomum esse "pretalhada inextinguível".

Certo que portugueses, índios, italianos e alemães não recebem tratamento muito melhor. O afrancesamento das elites, Lobato repetiu o tema várias vezes, era coisa de "macacos".

Mas o "pretalhada inextinguível" não se apaga facilmente da memória, quaisquer que fossem as intenções caricaturais e polêmicas do escritor.

Isso está na obra para adultos de Monteiro Lobato, hoje bem menos levada a sério do que sua literatura infantil.

NEGRA COMO PRONOME Passo às "Caçadas de Pedrinho", que não é o único livro a fazer de Tia Nastácia uma personagem caricatural, insistindo em descrever seus traços africanos.

A todo momento, o leitor é lembrado de que a cozinheira é "preta". Ela arregala os olhos como "duas xícaras de chá"; resmunga, "pendurando o beijo"; apavorada ao ver um rinoceronte, cai desmaiada no chão, e o narrador comenta: "desmaio de negra velha é dos mais rijos".

Mais do que isso, a referência à cor serve o tempo todo como uma espécie de pronome, substituindo "Nastácia", para evitar a repetição do nome próprio: "a negra aproximou-se", "a pobre negra era ainda mais desajeitada do que Rabicó", "a pobre negra se convenceu" etc. etc. Nenhum livro hoje em dia, para crianças ou para adultos, usaria esse tipo de vocabulário, e por mais que se ironize a ideia do "politicamente correto", há inegável progresso em evitar esse tipo de caracterização.

Discuto mais adiante o teor do famigerado parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre "Caçadas de Pedrinho", que antes de mais nada notou o que é visível a olho nu: um palavreado como o de Lobato não se admite mais atualmente.

Observo apenas, no recenseamento desses termos, que um trecho do livro não é tão racista quanto parece. Nastácia é comparada a uma "macaca de carvão" quando, em desespero, sobe rapidamente num mastro de São Pedro para escapar das feras da floresta. O macaco de carvão, ou mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), tem pelo claro, quase loiro.

A VELHA, O ALEMÃO Dito isso, o tal uso "pronominal" do termo "negra" para substituir "Nastácia" tem equivalentes em outros personagens do livro. Dona Benta é por vezes chamada de "a velha", e o dono de um circo, o sr. Fritz, recebe imediatamente o tratamento de "o alemão". Por sua vez, Emília, sendo interesseira e boa comerciante, é chamada de "ciganinha". Um exemplo

mais recente, que não é de Lobato. Reportagem policial publicada na Folha em julho de 1969 referia-se à testemunha de um assassinato como "a negra Angelina Maria de Jesus (...) gorda e baixa, de nariz achatado e grande". A reportagem sempre usa o termo "negra" ao referir-se a ela.

Ruim, sem dúvida, que no ano de 1969 ainda se escrevesse assim. O caso talvez nos advirta para ver com mais estranheza, por exemplo, alguma notícia nos dias de hoje que fale de um "coreano" ou um "boliviano" assaltado no centro da cidade, em vez de mencionar apenas sua condição, digamos, de comerciante ou de turista.

Voltando a Tia Nastácia, vale notar que sua cor também acaba introduzindo um certo componente "estrangeiro" ao conjunto dos personagens do "Sítio do Picapau Amarelo". Enquanto Dona Benta é uma velhota assustada, que acaba propiciando as condições para as aventuras dos netos, Tia Nastácia assume um papel mais rico e contraditório. É ela quem toma distância do mundo fantástico do Sítio; crédula no que diz respeito a sinais da cruz, é bem mais cética do que Dona Benta quanto estão em jogo as invencionices de Emília e as aventuras de Pedrinho. Para Tia Nastácia, o marquês de Rabicó é, antes de tudo, um leitão. Ela corresponde a um "mundo adulto", mais realista, que Dona Benta encarna apenas imperfeitamente.

Quando Emília propõe a Tia Nastácia que compre o rinoceronte, a cozinheira responde sem paciência nenhuma: "Era só o que faltava (...) Se fosse uma chocateira eu fazia negócio, porque a minha está vazando".

Por fim, quando todos perdem o medo do rinoceronte e o atrelam a um carrinho para passear, ela é a última a aceitar a novidade. É assim que termina o livro, numa frase "antirracista": "Tenha paciência", diz Nastácia, ou melhor, "a boa criatura", expulsando Dona Benta de seu posto no carrinho. "Agora chegou a minha vez. Negro também é gente, sinhá..."

RACISTA AFINAL? Para resumir. Existiria, para usar o clichê, um "conteúdo racista" em "Caçadas de Pedrinho"? Conteúdo, propriamente, não, porque o livro não diz que os negros seriam uma "raça inferior" etc. etc. Mas há "formas de expressão" racistas ao longo de todo o texto, mesmo quando, no último parágrafo, os direitos de Nastácia à igualdade são reivindicados (e atendidos).

Seria essa incômoda e deseducativa presença de vocabulário racista o suficiente para banir "Caçadas de Pedrinho" das escolas brasileiras?

Certamente não. Mas o recente parecer do Conselho Nacional de Educação nunca propôs isso. O relatório, escrito pela professora Nilma Lino Gomes, merece ser lido na íntegra, e procura resolver com equilíbrio uma situação burocrática e legal das mais complexas.

Trata-se de responder à reclamação de um funcionário da secretaria de Educação do Distrito Federal, que notou a seguinte ambiguidade. Uma edição recente do livro, publicada em 2009, vinha com adaptações às novas normas ortográficas e com uma nota explicando que Lobato, ao fazer Pedrinho matar uma onça, vivia numa época em que os cuidados com o ambiente não eram tão intensos como hoje.

O "ecologicamente correto", até que bastante injusto com Lobato, um dos primeiros a denunciar queimadas no Brasil, impôs notas e advertências na nova edição de "Caçadas de Pedrinho".

NOTAS DEMAIS Por que não colocar o mesmo tipo de coisa no tocante ao vocabulário racista? É isso o que sugere o relatório do CNE, sem deixar de enfatizar o caráter clássico da obra. Pode-se discordar, talvez, de tantos cuidados pedagógicos com notas e contextualizações, como se professores e alunos fossem incapazes de tocar com as próprias mãos num texto carregado de radioatividade política.

Pode-se imaginar que, no futuro, notas e explicações sobre "ciganinhas", "alemães", "velhas" ou o que quer que seja terminem sobrecarregando o livro com a seriedade do politicamente correto. Será o momento em que as aventuras de Pedrinho, Narizinho e Emília deixarão, em definitivo, de divertir os seus leitores e tratá-los com inteligência, para tornarem-se apenas uma "maçaroca" e uma "caceteação", como diria Lobato, a serem enfiadas pela goela das crianças.

"A todo momento, o leitor é lembrado de que a cozinheira é "preta". Ela arregala os olhos como

"duas xícaras de chá"; resmunga, "pendurando o beijo"; apavorada ao ver um rinoceronte, cai desmaiada no chão, e o narrador comenta: "desmaio de negra velha é dos mais rijos"

"Enquanto Dona Benta é uma velhota assustada, que acaba propiciando as condições para as aventuras dos netos, Tia Nastácia assume um papel mais rico e contraditório. É ela quem toma distância do mundo fantástico do Sítio; crédula no que diz respeito a sinais da cruz, é bem mais cética do que Dona Benta"

"Existiria um "conteúdo racista" em "Caçadas de Pedrinho"? Conteúdo, propriamente, não, porque o livro não diz que os negros seriam uma "raça inferior". Mas há "formas de expressão" racistas ao longo de todo o texto, mesmo quando, no último parágrafo, os direitos de Nastácia à igualdade são reivindicados"

2011

(01/01/2011)

'Cyrano de Bergerac' mira ditadura do politicamente correto

Montagem do clássico protagonizado por sujeito narigudo e hipersincero estreia no sábado, no CCBB de SP

GABRIELA MELLÃO
DE SÃO PAULO

Depois de interpretar Renato Russo por quatro anos, Bruce Gomlevsky vive um dos mais emblemáticos personagens da dramaturgia mundial, Cyrano de Bergerac.

O personagem-título do clássico de Edmond Rostand, cuja nova montagem estreia no sábado, é tão narigudo quanto incorruptível.

"Acho importante montar a peça agora. Trata-se de um personagem que defende a verdade a qualquer custo e que não se vende pela fama", afirma Gomlevsky, que divide a cena com 14 atores.

Para ele, "Cyrano de Bergerac", de 1897, surge como contraponto à ditadura do politicamente correto atualmente em vigor. "Quanto cada um pode mesmo falar o que pensa hoje?", provoca.

Por dizer o que tem vontade, Cyrano de Bergerac faz inúmeros inimigos já na primeira cena.

Em um de seus solilóquios, Bergerac dá uma aula de ética e civilidade. Afirma, entre outras coisas: "Quer que eu busque a proteção de algum nobre e poderoso mecenas e suba com ajuda alheia em vez de subir com o próprio mérito? Não, obrigado [], sou orgulhoso demais para me transformar em um parasita. Talvez não chegue ao topo da montanha, mas o que dela eu conquistar terá sido sozinho".

Bergerac só não diz o que sente para sua amada, Roxane. Devido ao nariz avantajado, julga-se demasiado feio e não merecedor de seu amor.

Com a montagem, Gomlevsky realiza um sonho que acalenta há quase duas décadas, desde quando assistiu ao filme "Cyrano de Bergerac", com Gérard Depardieu.

Na época em que viu o longa, estava começando a fazer teatro. Segundo conta, ficou atraído não só pelos valores de Bergerac mas também pela versatilidade da obra, que combina humor, história de amor, drama e aventura.

Quando conseguiu patrocínio do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), encomendou uma tradução mais coloquial do texto e convidou o diretor João Fonseca. "Eu me interessou pelo conceito de teatro popular de arte. Quero tocar as pessoas com uma dramaturgia consistente", resume o ator.

(08/01/2011)

RUY CASTRO

Grande Huck

RIO DE JANEIRO - Certa vez, ao saber que seus livros "As Aventuras de Tom Sawyer" e "As Aventuras de Huckleberry Finn" tinham sido proibidos numa escola americana do 2º grau, Mark Twain (1835-1910) exclamou: "Fizeram bem. Estes livros não são para crianças". Podia ser só uma frase de efeito, e podia ser que de fato ele pensasse aquilo.

Mas o que Twain diria de Alan Gribben, o professor de inglês que, em 2010, propôs a uma editora do sul dos EUA sanear "Huck Finn" da palavra "nigger" (crioulo), onde ela aparece 219 vezes, e substituí-la por "slave" (escravo)? A nova versão sai em fevereiro. Para Gribben, "nigger" é tão ofensiva que está afastando os jovens da obra de Twain. Daí, resolveu "corrigi-lo". Bem, se quisesse, Gribben teria muito mais que "corrigir". Em "Tom Sawyer", um homem é assassinado ao violar um túmulo; outro é emparedado numa caverna e morre de fome depois de comer os últimos morcegos e tocos de vela. Em "Huck", a brutalidade ainda é maior: contém 13 cadáveres, além de cenas de escravidão, guerra, miséria e corrupção. E o herói, o menino Huck, detesta ir à igreja e à escola e tomar banho, e adora andar descalço, dizer palavrões e mentir. Grande Huck.

O próprio Twain tinha ojeriza à religião organizada, abraçava qualquer causa política minoritária e era contra quase tudo o que se referisse à "maldita raça humana". Quando saiu, em 1884, "Huck" era um vasto painel da vida no Mississippi, com seu racismo, atraso, costumes, superstições, jeito de falar etc. Daí "nigger" a três por dois. Mas basta saber ler para entender por que Twain usava essa palavra.

Cem anos depois de morto, Twain é o maior autor, até agora, a ser vítima do "politicamente correto" -nos EUA. Como sempre macaqueamos o que eles têm de pior, já demos o primeiro passo por aqui: vamos sanear a Tia Nastácia de Monteiro Lobato.

(27/03/2011)

Musical reflete acidez de "South Park"

Dupla de criadores do desenho estreia na Broadway espetáculo sobre jovens mórmons que atuam em Uganda

Autor de "Avenida Q" completa trio que aborda temas tabus como Aids, estupro e mutilação feminina

LUCAS NEVES

ENVIADO ESPECIAL A NOVA YORK

A metralhadora giratória do desenho "South Park" acaba de ganhar atiradores de carne e osso. Não se engane: Kyle, Kenny e cia. continuam desafiando impropérios em suas encarnações 2D, achatadas. O que saltou da TV é o espírito anárquico, sem papas na língua, dos diálogos e situações criados por Matt Stone e Trey Parker.

À frente de "The Book of Mormon" (o livro de Mórmon), que estreou nesta semana na Broadway com repercussão na mídia americana inferior apenas à do desafortunado "Spider-Man: Turn Off the Dark", renovam o arsenal de torpedos contra o politicamente correto.

Para contar a história de dois jovens missionários mórmons despachados para os confins de Uganda, enfileiram piadas sobre o depauperado país africano.

A livre circulação de milícias pelas ruas, o sono profundo do poder público e o atraso tecnológico daquelas bandas -uma das personagens manda mensagem para os amigos via máquina de escrever- são objeto de tiradas ácidas. Mas Stone e Parker vão bem mais longe. Assuntos como Aids e mutilação sexual feminina circulam pelas conversas do povoado ugandense em tom de aterradora trivialidade.

Alguns portadores do vírus, inclusive, estão convictos de que podem se curar fazendo sexo com bebês. A ignorância conduz ao abjeto, ao grotesco, que desemboca no riso estupefato. Os autores poderiam passar por ianques cruéis a tripudiar sobre a desgraça alheia. Esquivam-se da armadilha ao guardar parte considerável de sua pólvora para o "fogo amigo".

A trupe americana que tenta catequizar os africanos acha que o tal livro -escrito por Joseph Smith Jr. em 1830, a partir de placas de ouro apontadas por um anjo- guarda respostas para todas as aflições daquela terra.

SOBROU PARA DEUS

Essa ingenuidade é exposta (e devidamente ridicularizada) já de saída, quando o grupo que acolhe a dupla de Salt Lake City exhibe um hino escapista cujo refrão ecoa um "vá se foder, Deus!". É a expressão de quem sente que "lá tem Jesus que está de costas", parafraseando a canção de Chico Buarque sobre o subúrbio carioca.

Diante dos fatos, Price, o mais aplicado da dupla recém-chegada, observa, em tom desolado, que a animação "O Rei Leão" incorporou liberdades poéticas demais ao retrato do continente africano. Pede para sair.

O gordinho Cunningham, misto de Jack Black e personagem saído de comédia teen à "Superbad", divisa outra saída: interpretar de modo heterodoxo as palavras do livro sagrado para que ressoem com o rebanho local.

Pinça dali referências obtusas (e imaginárias) à Aids, às práticas sexuais com bebês e à amputação feminina. Dá à retórica mórmon algum sentido naquela latitude. O projeto de "The Book of Mormon" existe desde 2003, quando Stone e Parker conheceram Robert Lopez, o criador do (também desbocado) musical "Avenida Q" -que já teve montagem brasileira, assinada por Charles Möeller e Claudio Botelho.

Acertada a parceria, o trio inicialmente cogitou produzir uma animação ou um filme com atores de carne e osso. Acabou se decidindo por uma montagem depois de um workshop.

No espírito boquirroto de "South Park", Lopez contou ao "New York Times" o que o atraiu no imaginário mórmon: "É uma bobajada enorme [a história da escritura do livro de Mórmon]. Mas as pessoas creem tanto nisso, e suas vidas são efetivamente melhoradas por essa fé".

Ceticismo com uma ponta de sentimento: é de um musical que se trata, afinal, e cabe saber declarar armistício.

(06/09/2011)

CARLOS HEITOR CONY

Piadas

RIO DE JANEIRO - Recebo vigorosa espinafração de um leitor a propósito de crônica em que, incidentalmente, contei uma piada sobre Portugal, reconhecendo antecipadamente que se tratava de um texto politicamente incorreto, e até mesmo não recomendado pelos manuais da Redação dos jornais de todo o mundo.

O leitor chega a pedir que eu leia o Zé Simão, que declara o Brasil como um país de "piadas prontas". Admiro o Simão e concordo com ele. Mas se tirarmos os portugueses e os papagaios de nosso anedotário oficial, sobrariam apenas as piadas velhíssimas do grande sonetista que foi Bocage.

Não sou nem nunca fui adepto do politicamente correto. Quanto às piadas, acho que elas valem pelo que são, boas ou infames, não fazem mal a ninguém e a nada.

Lembro o bom humor com que Getúlio Vargas ouvia piadas sobre sua pessoa (não sobre seu governo; havia o DIP para censurá-las). Vargas frequentava os teatros de revista e se deliciava com as referências feitas a ele, geralmente amáveis. Era querido e popular no meio do rebolado da praça Tiradentes.

Uma noite, a vedete Virginia Lane elogiava as qualidades do amendoim como afrodisíaco, leu algumas mensagens a respeito, inclusive uma do próprio Vargas, que estava na plateia. "Minha cara Virginia, graças ao amendoim eu mantive a dita dura por 15 anos."

E já que lembrei um ditador, vou lembrar outro. Quando Hitler invadiu a antiga Tchecoslováquia, o mundo ficou estarecido com a ambição territorial do líder nazista e exigiu dele uma declaração oficial de que não mais invadiria país algum. Num comício em Berlim, diante dos embaixadores de toda a Europa, Hitler declarou: "Prometo que jamais invadirei Portugal". Foi, certamente, a única promessa que ele cumpriu.

2012

(07/02/2012)

FRANCISCO DAUDT

Preconceitos

O 'politicamente correto' impede o raciocínio; o novo senso comum diz que todos os preconceitos são errados

A palavra inglesa (também do latim) *prejudice* é mais precisa do que a nossa, pois sugere julgamento antecipado e prejuízo, dano. Já preconceito fala de um conceito pré-formado. Ora, você que está vendo essas manchas de tinta no jornal só entende o que quero dizer porque tem um conceito pré-formado (na escola e na vida) de como elas soam e o que significam. Ou seja, passamos a vida usando conceitos pré-formados que lhe dão sentido e que a salvam (quando você só atravessa no sinal verde, por exemplo).

O clima do "politicamente correto" em que nos mergulham impede o raciocínio. Este novo senso comum diz que todos os preconceitos são errados. Ao que um amigo observou: "Então vocês têm preconceito contra os preconceitos". Ele demonstrava que é impossível não ter preconceitos, que vivemos com eles, e que grande quantidade deles nos é útil. Estatisticamente úteis. Você entraria sozinho num elevador que só portasse um tipo muito mal-encarado? Está vendo? Eu não disse "pitboy marombado, cheio de piercings e tatuagens, com cabelo moicano". Bastou dizer "tipo mal-encarado" que você pensou "Melhor não...". E se ele for uma flor de pessoa? Mas a estatística diz que não, melhor não ("forma é conteúdo", dizem os filósofos).

É noite, a rua é mal iluminada, e na sua direção, na mesma calçada vem um senhor negro de terno carregando uma pasta de trabalho. Por acaso seu coração dispara e você muda de calçada? Não, porque usou seus preconceitos, ainda que ele possa ser o assassino do parque ("Pouco provável", dirá você, usando a estatística a seu favor).

Mas, afinal, quais preconceitos são pré-julgamentos danosos? São aqueles que carregam um juízo de valor depreciativo e hostil. Lembre-se do seu tempo de colégio. Quem era alvo dos bullies? Os diferentes. Pense nos apelidos: girafa; pintor de rodapé; rolha de poço; Pelé, tição; quatro-olho; nerd, CDF; "mulerzinha". Um amigo sardento era chamado de "arroto de Fanta"! As crianças parecem repetir a história da humanidade: nascem trogloditas, violentas, cruéis com quem não é da tribo, e vão se civilizando aos poucos. Alguns, nem tanto. Serão os que vão conservar esses rótulos pétreos, imutáveis, muitas vezes carregados de ódio contra os "diferentes", e difíceis (se não impossíveis) de mudar.

O curioso é que existem preconceitos a favor. As pessoas belas são talvez o maior exemplo. Mas esses costumam mudar com relativa facilidade. Não demora muito para você descobrir que aquele Apolo tem um caráter questionável, e o preconceito já vai mudando. O problema são os preconceitos contra que resistem a tudo, impedindo que você veja a pessoa, o indivíduo, que deixa assim de ser "essa gente". O preconceito danoso sempre considera tribos, ou grupos, "os diferentes são todos iguais", sempre referidos como "eles".

São esses preconceitos que devem ser punidos como crime, quando causam dano a alguém. Outra coisa bem diversa é um preconceito que percebemos em nós, mas cuidamos de questioná-lo e não deixar que ele transborde como prática.

fdaudt2@gmail.com

(15/03/2012)

PASQUALE CIPRO NETO

'É presente de grego'

O dicionário não inventa significados, não os "depura", não esconde o jogo, não "doura a pílula"

O CARO leitor decerto tomou ciência da polêmica sobre o que se encontra no grande dicionário "Houaiss" no verbete "cigano". Um membro do Ministério Público entende que o "Houaiss" afronta a lei ("o direito à liberdade de expressão não pode albergar posturas preconceituosas e discriminatórias, sobretudo quando caracterizadas como infração penal").

O "Houaiss" e outros dicionários registram (sob a rubrica "pejorativo") o uso de "cigano" como "que ou aquele que trapaceia", "velhaco, burlador", "que ou aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro", "agiota", "indivíduo esperto, enganador, especialmente nos negócios", "que ou quem age com astúcia para enganar ou burlar alguém" etc.

Transcrevi essas definições de alguns dicionários (o próprio "Houaiss", o "Aulete" eletrônico e até um português, o "Universal"). Como se vê, o membro do Ministério Público "esqueceu" os outros dicionários ou vai processar cada um deles separadamente. Prepare-se, editor do "Universal"! Algum tribunal internacional será convidado a tratar do tema...

O fato é que há um grande equívoco em toda essa questão. Não sei se o ovo é anterior à galinha, mas, em se tratando da relação língua/dicionários, a língua e os usos linguísticos vêm antes dos dicionários, que nada mais são que "cartórios" da língua. Ao dicionarista não cabe julgar antes de registrar, não cabe o papel de censor.

O que o dicionarista faz é definir o "corpus" de sua pesquisa e, a partir daí, registrar o que atinge determinado número de incidências. E fim.

Um dicionário de caráter amplo, como o "Houaiss" ou o "Aurélio", apoia-se num "corpus" vasto (linguagem formal, informal, chula, familiar, técnica, antiga, literária etc.) e num amplo arco temporal. O "Houaiss", por exemplo, vai longe no tempo.

Moral da história: se é uso, o dicionário registra e, portanto, cumpre o seu papel. O dicionário não inventa significados, não os "depura", não esconde o jogo, não "doura a pílula", não é esquizofrênico, não é hipócrita.

Bem, a esta altura, cabe-me sugerir ao Ministério Público que estenda a ação judicial aos outros dicionaristas e a alguns dos nossos artistas. Sugiro dois nomes: o monumental Chico Buarque e o grande Humberto Teixeira. Bem, Humberto Teixeira já faleceu (em 1979), mas processar um defunto não seria menos bizarro do que é processar o "Houaiss" pelo verbete "cigano". Que fez Teixeira, que, além de letrista, era advogado? Empregou "judiação" na letra da memorável "Asa Branca". Sim, todo brasileiro manifesta preconceito explícito contra os judeus quando emprega termos como "judiar" e "judiação".

E Chico Buarque? Em 1969, quando nasceu uma de suas filhas, o Mestre, torcedor do Fluminense, recebeu do querido e saudoso Ciro Monteiro ("Gostar de Ciro Monteiro é prova de caráter", dizia Vinicius) uma camisa do Flamengo. Mais que depressa Chico transformou o fato na memorável canção "Ilmo Sr. Ciro Monteiro" ou "Receita para Virar Casaca de Neném". Diz a letra: "Minha petiz / Agradece a camisa / Que lhe deste à guisa / De gentil presente / Mas caro nego / Um pano rubro-negro / É presente de grego / Não de um bom irmão". Eta Chico preconceituoso! Nego? Presente de grego? Processo nele!

Fico com os versos seguintes da memorável mensagem de Chico a Ciro: "Nós separados / Nas arquibancadas / Temos sido tão chegados / Na desolação". Que maravilha! E motivos não faltam para a desolação. Um deles é constatar que a bobajada do politicamente correto já deu o que tinha de dar. Xô! É isso.

inculta@uol.com.br

(23/03/2012)

"Chamar de negão era circense", diz Didi

Trapalhão Renato Aragão é o homenageado do ano no festival Risadaria, que hoje debate limites de piadas na TV

Humoristas dizem que não se importam com polêmicas e processos, desde que a piada faça o público dar risada

ELISANGELA ROXO
MATHEUS MAGENTA
DE SÃO PAULO

Em meio a uma série de processos e polêmicas envolvendo humoristas na TV, há um consenso entre a classe que provoca o riso de que o país pode estar levando os bobos da corte a sério demais.

O tema será discutido na mesa-redonda Fronteiras do Humor na TV, que acontece hoje à noite na terceira edição do festival de humor Risadaria (veja a programação em risadaria.uol.com.br).

Para Marcelo Tas, curador do evento, componente da mesa e apresentador do "CQC" (Band), "o público está subestimando a própria ignorância, que pode ser traduzida por intolerância" em relação às polêmicas quanto aos humorísticos na TV.

"Acho essa discussão de limites a mesma daquele quadro 'Piada em Debate', do 'TV Pirata'", afirmou. Para ele, "um dia, teremos vergonha de estar discutindo isso."

Tas, como grande parte dos novos nomes da cena, acredita que o limite do humor, afinal, é "ser engraçado".

Dentro desse contexto, porém, ele ressalva que não está incluída a gracinha que levou à saída de Rafinha Bastos do elenco do "CQC", no ano passado. "Nesse caso, não foi piada."

Ele faz questão de defender a liberdade de expressão das piadas engraçadas. "Os humoristas expõem as condições para rirmos de nós mesmos."

O diretor da Central Globo de Comunicação, Luis Erlanger, diz que os humorísticos do canal costumam provocar a ira de entidades de classe -como secretárias, enfermeiras e, recentemente, metroviários de São Paulo contra um quadro do "Zorra Total".

A maioria das reclamações contra a Globo são oriundas do Ministério Público.

"Negadis"

O homenageado deste ano do Risadaria é Renato Aragão, que liderou "Os Trapalhões" e agora é da "Turma do Didi".

À **Folha**, Aragão difere censura de politicamente correto. "As coisas que a gente fazia nos 'Trapalhões', chamar de paraíba e negão, eram algo circense. Hoje ninguém poderia tocar no assunto assim."

"As classes conquistaram o respeito e têm o direito de exigí-lo", afirma Aragão, que é embaixador no Brasil do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

"'Os Trapalhões', do jeito que eram, não seriam aceitos agora por causa do politicamente correto", diz Paulo Bonfá, idealizador do festival.

Antonio Tabet, do site Kibe Loco, concorda em parte. "A patrulha pode ser exagerada, mas não é gratuita. Se houvesse bom senso, nada disso teria acontecido."

"Não me importo com essas coisas. Se não deram risada, aí, sim, ficarei preocupado", diz Danilo Gentili, do "Agora É Tarde" (Band).

Na semana passada, ele participou do "Proibidão", show no qual o público assina um termo para evitar processos por causa das piadas.

Na ocasião, a polícia foi chamada após um músico negro se sentir ofendido ao ser comparado a um macaco.

(30/03/2012)

OPINIÃO

Guru do Méier sabia escancarar injustiças e preconceitos sem reforçá-los

ANTONIO PRATA
COLUNISTA DA FOLHA

Na primeira Flip, em 2003, perguntaram a Millôr se a onda do politicamente correto não iria acabar com a graça do mundo, uma vez que o humor era sempre "contra algo". "Será que tem mesmo que ser contra?", respondeu o escritor. "Olha só essa frase: 'Millôr Fernandes: livre como um táxi'. É contra o que, os táxis?".

Risos no auditório, uma cotovelada no senso comum e uma lição que me volta à cabeça toda vez que vejo um desses novos comediantes escondendo-se atrás do crachá de humorista para exhibir seus preconceitos mais primários.

É preciso reler Millôr. Não porque evitasse os temas delicados, mas pelo contrário: por ter sabido manipular os espinhos de cada época sem furar os dedos nem tampouco fazer com eles coroas para os cristos da vez.

Em 1970, publicou em "O Pasquim" "O Bolão do Século", levando -literalmente- na esportiva os conflitos que acirravam-se.

POBRES x RICOS: "O jogo, como sempre, é no campo do Rico, onde os pobres jogam ainda pior. Vitória do Rico, na certa"; PRETOS x BRANCOS, "Sou pela vitória dos Pretos, a não ser que aconteça um inesperado -o campo ser invadido por amarelos. Neste caso, os dois times aceitariam um empate"; MONOGAMIA x SEXO GRUPAL, "Apesar da minha predileção pelo Sexo Grupal (desde que, naturalmente, eu entre com o sexo e alguém entre com o grupal), acho que o Monogamia vai ganhar".

Classista? Racista? Machista? Não. A graça está em escancarar as injustiças e preconceitos, não em reforçá-los. Eis o poder do verdadeiro humor que poucos, como Mark Twain, Woody Allen e Millôr Fernandes, souberam fazer: nos irmanar na fraqueza, deixar-nos quites uns com os outros e com a vida.

O Humor com agá maiúsculo não está aí para massacrar ninguém: sempre termina em empate. Assim como o sexo e -por que não?- o frescobol, que jamais saberemos se é mesmo uma invenção do guru do Méier ou apenas mais uma de suas grandes piadas.

(27/01/2012)

CRÍTICA

Politicamente correto é tratado com clareza no filme 'Acusados'

INÁCIO ARAUJO
CRÍTICO DA FOLHA

Toda vez que se critica o "politicamente correto" adquire-se (ou presume-se) uma aura de superioridade intelectual que convém indagar de onde pode vir.

Porque essa transformação da linguagem, visando combater preconceitos, pode até soar um tanto artificial, mas sua influência e sua presença no Brasil são mais imaginárias do que outra coisa.

No entanto, é provável que devamos a seus reflexos entre nós certas conquistas, como, por exemplo, o direito das vítimas de estupro serem consideradas vítimas e não agentes ou rés do sucedido.

"Acusados" (TC Cult, 22h, 18 anos) trata desse momento com limpeza. É um filme de tribunal valorizado pelas atrizes: Jodie Foster (a vítima) e Kelly McGillis (a advogada).

(11/06/2012)

LUIZ FELIPE PONDE

Vadi@ ou vadia?

Quem diz coisas como "sexo é saudável" escova os dentes depois de fazer sexo oral

Vadi@ ou vadia, eis que a questão. A primeira é de mentirinha, a segunda é pra valer.

Você me pergunta como pronunciar a palavra "vadi"? A resposta é: não se pronuncia. A intenção no uso de "" no lugar da vogal que designa o gênero de uma palavra é exatamente ser politicamente correto e emudecer a palavra. Coisa de fascista.

Pergunto-me: que mente brilhante teve tempo vazio o suficiente para pensar em algo tão sublimemente vazi@? Mas e "vadia"? Vadia, até ontem, era uma mulher fácil. Mas, agora, é um termo que designa um novo direito: aquele de vestir saia curta, mostrar os seios, e não ser objeto de violência sexual. Tem todo meu apoio. "Homem que é homem não bate."

No fundo, o novo uso da palavra "vadia" significa: "só gosto de apanhar de quem me dá tesão", como me disse, uma vez, mais ou menos assim, uma aluna, para definir o que era, para ela, uma mulher emancipada.

O movimento das vadias, nascido no Canadá, retoma a ideia de ser vadia de uma forma bem-humorada e, espero, sem incorrer no erro clássico do feminismo: deserotizar a mulher a fim de torná-la "cidadã".

Uma das coisas que me faz simpatizar com a "agenda das vadias" é sua estética, que a distancia da agenda careta e puritana do feminismo institucionalizado. O puritanismo feminista, que não entende nada de mulher, faz da mulher uma "camarada" vestida de homem em meio a um mundo brocha de tanta exigência de igualdade entre os sexos.

Pecado dá mais tesão do que a revolução sexual, esta brincadeirinha de menina de classe média.

Não existe "sexo correto", sexo é o lugar no qual nos perdemos, e por ser gostoso, sempre "metemos" os pés pelas mãos.

Aliás, o sentido ambíguo da palavra "metemos" nesta frase (num contexto sobre sexo) fala mais de sexo do que uma lei que diga que "sexo é dever do Estado e direito de todo cidadão" ou que "sexo é saudável e que devemos praticá-lo três vezes ao dia, segundo pesquisas em Harvard".

Como diria Freud, sendo irônico: "Penis normalis dosim repetatur" não resolve o problema da histeria. Veja, por exemplo, a literatura sadiana (do Marquês de Sade, autor do século 18, chamado de "divino" por quem provavelmente não faz sexo): existe coisa menos erótica do que sua histeria a favor do "sexo livre"? Sade cresce quando fala que a natureza é perversa e não quando fazem dele arauto da Revolução Francesa e sua breiguice ideológica.

O risco maior é do movimento das vadias fazer da vadia uma vadi@ e com isso revelar nosso preconceito contra as verdadeiras vadias, mulheres que encantam o mundo com seu Eros intratável.

As verdadeiras vadias devoram homens porque em sendo promíscuas, entendem mais sobre a alma humana do que "padres, freiras e revolucionários", parentes muito próximos das feministas, e mais afins com a tendência de fazer do sexo um "direito de todo cidadão".

Quem diz coisas como "sexo é saudável" faz gargarejo e escova os dentes depois de fazer sexo oral.

Recomendo para quem quiser ser vadia pra valer e não vadi@, a trilogia de E.L. James, uma inglesa, "Fifty Shades", cujo primeiro volume, "Fifty Shades of Grey" (cinquenta tons de cinza) é best-seller absoluto no mundo de língua inglesa.

O livro narra o romance entre um homem de cerca de 30 anos, "macho alfa" (rico, bonito, seguro, inteligente) e uma mulher de cerca de 20 anos, também arrasadora. Surpresa: ele curte "somasô" light e ela se descobre apaixonada pela submissão sexual ao homem como jogo de prazer. Contra quem acusa seu livro de "machista", a autora diz que graças ao seu livro as mulheres estão conseguindo falar de sexo de novo depois de anos em silêncio devido à patrulha das "camaradas".

A diferença entre vadi@ e vadia é que enquanto a primeira geme de ressentimento porque é mulher, a segunda geme de tesão quando puxam seu cabelo. Depois, ela toma um banho e vai numa reunião de negócios sem que ninguém suspeite em qual secreta posição ela gosta de apanhar de quem lhe dá tesão.

Amanhã é Dia dos Namorados. Compre uma saia de vadia pra sua namorada. E não escove os dentes depois.

(14/09/2012)

EDITORIAIS

Caçadas a Pedrinho

Talvez seja até um bom sinal, em país acostumado a dizer que "tudo termina em pizza", a circunstância de que tanta coisa, agora, alcance o Supremo Tribunal Federal.

Constitui evidente exagero, todavia, que a polêmica sobre o livro "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, necessite da intervenção do STF para ser dirimida.

Ainda não se chegou a acordo definitivo sobre o tema, na audiência de conciliação promovida nesta semana pelo ministro Luiz Fux. De um lado, o Ministério da Educação não concorda em sustar a distribuição da obra nas escolas públicas. De outro, representantes do movimento negro veem racismo em expressões usadas pelo autor quando se refere a Tia Nastácia.

Parece faltar equilíbrio em muitas dessas manifestações. Em primeiro lugar, não se trata propriamente de "censura" ao clássico infantil. "Caçadas de Pedrinho" continua a circular livremente.

Em segundo lugar, há sinais de racismo em vários escritos de Monteiro Lobato. Num trecho de sua obra adulta chegou a referir-se à presença de uma "pretalhada inextinguível" no país. Comparando Nastácia a uma "macaca de carvão", no momento em que a cozinheira sobe às pressas numa árvore, sem dúvida o livro "Caçadas de Pedrinho" desperta conotações racistas - ainda que o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), notável pela agilidade, tenha pelagem aloirada.

O recurso a notas explicativas e materiais auxiliares poderia perfeitamente evitar, se é que existe tal risco, o reforço de uma mentalidade racista entre os alunos. Mais que isso, seria estímulo interessante à discussão do tema.

Para alguns setores do movimento negro, não é suficiente. Com parcela de razão, argumentam que nem sempre os professores da rede pública estão preparados para desenvolver esclarecimentos satisfatórios sobre o assunto.

E sobre vários outros, cabe acrescentar. A lembrança não exclui, entretanto, a comichão censória que tantas vezes acompanha o espírito politicamente correto. Julga-se eliminar o racismo recalando, e não dissecando, suas manifestações.

A audiência de conciliação registrou, ao que se noticia, alguns avanços, mas ainda se reivindicam "medidas concretas" para que os professores da rede pública sejam devidamente preparados para tratar de "Caçadas de Pedrinho".

Há algo de ridículo nessa insistência, e não há conciliação possível quando uma das partes está mais interessada em manter a discussão para além do que seu âmbito, restrito e pontual, permite.

(22/09/2012)

O bom-mocismo corrói a literatura, afirma Ruth Rocha

Escritora defende Monteiro Lobato e conta que já tentaram censurar o cachimbo do Saci em uma de suas histórias

Para Ziraldo, a essência da criança não mudou, e o Brasil tem a melhor produção de literatura infantil do mundo

DE SÃO PAULO

A admiração por Monteiro Lobato (1882-1948) é um dos fatores que unem Tatiana Belinky, Ruth Rocha e Ziraldo.

Belinky chegou a conhecer o escritor e, no começo dos anos 1950, ao lado do marido, o diretor Júlio Gouveia, adaptou o "Sítio do Picapau Amarelo" para a TV Tupi.

A recente polêmica envolvendo um dos livros de Lobato, "Caçadas de Pedrinho", foi criticada pelos três.

Em 2010, um parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação, órgão ligado ao Ministério da Educação) recomendava a retirada da obra publicada em 1933 do Programa Nacional Biblioteca na Escola. A alegação é que o livro é racista na abordagem da personagem Tia Nastácia e de animais como os macacos.

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal e segue ainda sem solução.

"Acho que existe um veneno que está corroendo a literatura infantil -o bom-mocismo. Literatura não é pedagogia, é arte", diz Rocha.

A escritora conta que, da sanha do politicamente correto, nem mesmo o folclore tem escapado. Uma editora, por exemplo, chegou a sugerir cortar o cachimbo do Saci de um de seus livros.

Já Ziraldo recebeu reclamações de uma escola por usar a palavra bunda em "O Menino Maluquinho".

RECEITA

Rocha diz que não há uma fórmula para se fazer um bom livro, mas que é fácil perceber quais receitas não seguir.

"O livro não pode ser moralista, não pode ter didatismo. Isso não me interessa."

O que a motiva, desde que publicou seu primeiro título, em 1976, é exercitar a imaginação dos leitores com temas mais instigantes e complexos.

Na série "O Reizinho Mandão", por exemplo, ela aborda a democracia, o autoritarismo e a corrupção. Tudo, garante, perfeitamente entendido pelas crianças.

Rocha escreve à mão e, apesar da concorrência acirrada com internet, TV e videogames, acha que o livro nunca vai perder espaço.

"A criança não liga para jogo. O único objetivo é ganhar. Já o livro movimenta o leitor emocionalmente, que se interessa pelos personagens. Isso faz toda a diferença."

Rocha vem se dedicando nos últimos meses a relançar sua obra pela editora Moderna. Dos 140 livros que já escreveu, o grande xodó dos leitores é "Marcelo, Marmelo, Martelo", que já vendeu cerca de 2 milhões de cópias.

"A criança é mais esperta do que pensamos. Por isso sempre procuro mostrar uma irreverência, um olhar mais crítico sobre nossa realidade social", conta.

MALUQUINHO

A política brasileira sempre foi uma constante nas charges de Ziraldo, seja em "O Pasquim" ou no "Jornal do Brasil". Mas hoje, conta, não importa o que tenha feito, as pessoas só lembram dele como o pai de "O Menino Maluquinho".

Publicado em 1980, o livro já chegou à centésima edição, vendeu quase 3 milhões de exemplares, inspirou dois filmes, peças, HQs, jogos e séries de TV.

"Virou uma instituição. Até por isso nunca senti necessidade de atualizar a história, de fazê-lo crescer. A essência das crianças não muda."

A estabilidade financeira poderia garantir uma bela aposentadoria em frente à praia, mas, para Ziraldo, não há paisagem mais bonita que uma prancheta e uma caixinha de lápis.

Ele escreveu mais de 70 livros infantis, sendo o último "Os Meninos de Marte", lançado em agosto. Pelo anterior, "O Menino de Mercúrio", é um dos finalistas do prêmio Jabuti deste ano.

Até 24/10, quando completa 80 anos, é bem provável que o próximo já esteja a caminho das gráficas.

"Nós temos a melhor literatura infantil do mundo. Estamos bem à frente da ficção adulta atual do Brasil." (**MARCO RODRIGO ALMEIDA**)

(06/10/2012)

EDITORIAIS

Excesso de zelo

Na tentativa de justificar a absolvição de José Dirceu, voto de Lewandowski no mensalão colhe efeito contrário ao pretendido

Seria necessário nada mais que um programa avançado de inteligência artificial -e não o concurso de magistrados humanos- se qualquer dose de convicção subjetiva devesse ser excluída das decisões judiciais.

Foi na proporção do maior ou menor grau de convencimento íntimo por parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), assim, que se dividiram bastante as opiniões sobre alguns réus no processo do mensalão.

É possível admitir, no que respeita ao réu mais insigne de todo o caso, ponderações discrepantes quanto às evidências de sua culpabilidade. Não se encontraram mensagens eletrônicas ou documentos assinados a vincular, de forma inequívoca, o ex-chefe da Casa Civil no governo Lula, José Dirceu, aos esquemas do mensalão.

Decidindo absolvê-lo, o ministro revisor Ricardo Lewandowski poderia cingir-se a esse tipo de argumento; fizera o mesmo, por vezes com apoio de seus pares, no caso de outros imputados. Lewandowski pretendeu, contudo, ir além -e, no afã de justificar a absolvição, terminou sem dúvida produzindo efeito inverso ao pretendido.

Foi assim que, seguindo a laboriosa argumentação da defesa, referiu-se a dezenas de depoimentos de lideranças petistas, espalhadas por todo o território nacional. Nada se extraía desses testemunhos -que certamente contribuíram para atrasar o ritmo do processo- além da tese de que José Dirceu, na chefia da Casa Civil, não se ocupava das finanças do partido, notoriamente entregues a Delúbio Soares.

Dirceu não foi levado ao tribunal, entretanto, porque cuidasse das dívidas específicas da agremiação no Acre ou no Pará. Foi seu papel de articulador político do governo o motivo das graves suspeitas que suscita.

Lewandowski descartou, ademais, os depoimentos de Roberto Jefferson, maior responsável pelas denúncias, com o argumento de que o presidente do PTB os desmentira na presença do juiz. Não é verdade -e, logo após seu voto, a ministra Rosa Weber leu o trecho dos autos em que Jefferson dizia confirmar tudo.

Em momentos ainda mais confusos, para não dizer constrangedores, Lewandowski terminou negando a própria existência de relação entre os recursos recebidos pelos parlamentares da base aliada e seus votos no Congresso.

Os múltiplos indícios dos contatos entre Marcos Valério, dirigentes do Banco Rural e José Dirceu foram desprezados por Lewandowski. É prerrogativa sua, com certeza, acreditar que entre esses personagens se trocavam apenas impressões genéricas sobre a situação política nacional.

O convencimento de outros juízes do STF, na sessão de quinta-feira, não foi nessa direção. Com efeito, presumir tanta inocência de José Dirceu, pelo menos nos termos propostos por Lewandowski, contribui mais para trazer descrédito à Justiça do que para confiar no exame rigoroso, ainda que pessoal, das provas apresentadas.

(20/11/2012)

VLADIMIR SAFATLE

Correto demais

Em Paris, neste final de semana, houve uma passeata contra o projeto do governo de permitir o casamento entre homossexuais. Depois de agressões a grupos feministas e a jornalistas, alguns manifestantes se voltaram contra a "ditadura do politicamente correto".

Há alguns meses, na época da Olimpíada, uma atleta grega foi suspensa da equipe de seu país por comentários racistas em sua conta do Facebook. À notícia na imprensa europeia, seguiam-se necessariamente centenas de posts denunciando a "ditadura do politicamente correto" que impedia a atleta de enunciar suas opiniões sobre a quantidade de imigrantes em seu país.

No Brasil, discussões sobre o conteúdo racista de um livro de Monteiro Lobato degeneraram, por sua vez, em denúncias violentas contra a mesma "ditadura do politicamente correto" que, ao que parece, deve ser o resultado de um grande complô mundial contra livres pensadores travestidos de atletas gregas, manifestantes que gostam de agredir feministas e defensores da clarividência política de Lobato.

Na verdade, por trás da defesa de tal modalidade de "livre expressão" há o desejo mal escondido de continuar repetindo os mesmos velhos preconceitos e a mesma violência contra os grupos vulneráveis de sempre.

Por trás da atitude do adolescente que parece se deleitar com a descoberta de que é capaz de enunciar, à mesa do jantar, comentários "chocantes" que fazem seus pais liberais revirarem-se, há a tentativa de travestir desprezo social com a maquiagem da revolta do homem comum contra a ditadura dos intelectuais. Não por acaso, essa era uma estratégia clássica para dar direito de cidade a comentários antissemitas.

No entanto, é bom lembrar que uma democracia sabe separar a opinião do preconceito. Uma opinião é aquilo que é, por definição, indiferente. Ela abre um espaço de indiferença a respeito de enunciados e discursos. Mas há enunciações que não podem ser recebidas em indiferença, já que trazem, atrás de si, as marcas da violência que produziram ao serem enunciados. Uma sociedade tem a obrigação moral de defender-se deles.

Colocar uma advertência em um livro por ter conteúdo que pode ser sentido por minorias raciais como violência, impedir que pessoas escarneçam de grupos socialmente vulneráveis é condição para um vínculo social mínimo.

Claro, tais pessoas que julgam normal fazer piadas com negros nunca mudarão de ideia. Mas elas devem saber que há certas coisas que não se diz impunemente.

A falsa revolta é apenas mais uma arma daqueles que querem continuar com as exclusões de sempre.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

(08/01/2013)

MICHEL LAUB

Spike Lee, Tarantino e racismo

Como quase sempre nesse tipo de briga, há um tanto de oportunismo e autopromoção

Linguagem é poder, como sabem economistas, advogados, marqueteiros e qualquer um que use jargão para demonstrar autoridade. Logo, é também política: uma guerra começa a ser ganha quando um indivíduo é chamado de "militante" em vez de "terrorista", e vice-versa.

Spike Lee sempre teve consciência disso, e não por acaso se fixou num termo pejorativo - "nigger"- para atacar diálogos escritos por Quentin Tarantino nos anos 1990.

A controvérsia foi citada num ótimo filme do cineasta negro, "Bamboozled" (2000), que fala de um executivo de TV cujo emprego é salvo por um seriado racista.

Há algumas semanas, Lee voltou à carga, a pretexto de "Django Livre". O filme, que estreia hoje no Brasil, é mais uma paródia tarantinesca cheia de sangue e glória pop, desta vez usando referências do faroeste italiano para acompanhar um ex-escravo (Jamie Foxx) nos Estados Unidos de 1858. Como quase sempre nesse tipo de briga, há um tanto de oportunismo e autopromoção. Mas é interessante perceber o que está sendo de fato discutido.

Em termos históricos, é um processo que passa pela consolidação do chamado politicamente correto.

Em seu aspecto virtuoso, que veio na esteira da luta americana pelos direitos civis na década de 1960, o movimento devolveu a minorias a prerrogativa de narrar a própria história, com timbre, gramática, referências e valores não aceitos anteriormente. A questão está no centro de "Bamboozled", que atualiza e ironiza estereótipos de brancos sobre negros, negros sobre brancos, brancos sobre brancos e negros sobre negros.

Spike Lee trata o assunto de modo engenhoso. Entre piadas com crack, potência sexual, roubo de galinheiro e um grupo musical chamado Macacos do Alabama, as boas intenções do espectador são testadas até o limite do constrangimento. Quando os esquetes que imitam "minstrel shows" e seriados do tipo "Pai Tomás" começam a soar engraçados, é o desconforto de se perceber parte da engrenagem cultural do racismo que dá à trama um caráter subversivo. Ao final, a crueza de um universo é exposta nas entrelinhas de uma sátira algo histórica, registro que não chega a ser estranho à obra de Tarantino.

É então que surge o problema: Lee define a escravidão americana como "holocausto", e qualquer brincadeira de gênero a respeito -como a que faz "Django Livre"- para ele seria uma ofensa. Por lógica, dá para perguntar qual é a diferença entre negros se chamando pelo termo proibido em "Bamboozled", o que fazem o tempo todo (calça é "nigga jeans", melancia é "nigger apple"), e Leonardo DiCaprio fazendo o mesmo enquanto dirige uma fazenda brutal no Mississipi.

Como representar a violência real e simbólica, ativa ou incorporada, da qual fazem parte o chicote e a linguagem depreciativa, sem que tais elementos apareçam em cena?

O discurso de Lee, que confessou não ter visto e nem ter vontade de ver "Django Livre", é sintomático em vários sentidos. O mais óbvio não é só estético: uma das características da arte, que é forçar limites temáticos e formais para enfrentar tabus de sua época, não seria possível num mundo em que um holocausto só pudesse ser tratado com solenidade literal.

"Bastardos Inglórios", espécie de faroeste de Tarantino sobre a Segunda Guerra e o nazismo, com sua celebração anárquica da vingança e baixo índice de fidelidade histórica, seria um caso de grande obra impedida de vir à luz nesse contexto.

Indo além: se "Django Livre" está interditado na esfera das ideias válidas, ao contrário de "Bamboozled", e isso nada tem a ver com tom, enfoque e resultado final de ambos, a diferença só pode ser explicada a partir da pessoa que os dirige. Das características que compõem a autoridade de ser, digamos, e não de fazer ou de pensar. Não é preciso muita esperteza para perceber onde termina um argumento assim.

Uma das intenções do politicamente correto, que incentivou a tolerância tanto quanto algum excesso e muito de folclore, é mudar a realidade por meio do instrumento que temos para expressá-la. Só que a linguagem também tem limites.

O racismo, por exemplo, sobrevive sem precisar se declarar como tal. Duas linhas da pregação de Spike Lee, e isso se revela claro como às vezes podem ser as trevas.

(07/05/2013)

OUTRAS IDEIAS

MICHAEL KEPP

Politicamente correto, sim, e daí?

Uma brasileira pode não se ofender se alguém no trabalho disser que ela é bonita; nos EUA é diferente

A maioria dos brasileiros acha a cultura americana politicamente correta ("pc"), chata e confusa. Tome-se o caso de um carioca que conheço. Quando ele era pós-doutorando em Boston, comentou com duas colegas americanas que o que mais o impressionara na professora deles fora a beleza. "Meu elogio as ofendeu", comentou. "Por quê?"

Expliquei que, nos EUA, destacar a beleza de uma mulher quando se fala de seu desempenho no trabalho a desvaloriza como profissional. Se as mulheres não forem julgadas unicamente por sua competência, nunca haverá igualdade de gêneros, especialmente em locais de trabalho, onde algumas pessoas são acusadas de usar sua aparência para obter vantagens.

Mas ele não entendeu meu argumento. E quatro dos cinco amigos cariocas que convidei para jantar pouco depois, e para quem contei essa história, também não entenderam.

Afinal, uma brasileira provavelmente não se ofenderia se alguém no trabalho dissesse que ela ou uma colega dela era bonita.

No jantar, um amigo reagiu ao meu argumento, chamando-me de "pc" naquele tom pejorativo em que o termo geralmente é usado.

Eu poderia ter dito que uma pessoa de uma sociedade mais machista, em que o feminismo é menos avançado, teria mesmo dificuldade para entender o conceito. Mas eu queria que ele ficasse para a sobremesa.

Eu me recordei de minha cultura "pc" no mês passado, quando o presidente Obama descreveu uma colega de partido como "a procuradora-geral mais bonita do país", depois de dizer que ela era brilhante, dedicada e forte.

Depois de vários graus de reações negativas da mídia --um comentarista considerou a frase "vergonhosa", outro a qualificou como uma gafe pequena--, Obama ligou para a colega e pediu desculpas.

Se ele tivesse descrito um colega de partido como bonitão, não teria sido criticado. Isso é porque os homens, diferentemente das mulheres, não sofrem discriminação sexual no trabalho, um ambiente cujas regras de conduta ainda estão sendo negociadas e no qual as mulheres têm uma relação meio complicada com sua aparência.

Eu disse isso ao amigo que me tachou de "pc". Falei também que o termo não deveria ser sinal de patrulhamento linguístico, mas apenas de sensibilidade em relação a grupos marginalizados, entre eles o das mulheres.

Eu não esperava que ele aderisse ao meu argumento. Queria apenas que me aceitasse como sou, o que todo mundo deseja. E ele não me decepcionou.

MICHAEL KEPP, jornalista americano radicado há 30 anos no Brasil, é autor do livro "Tropeços nos Trópicos - Crônicas de um Gringo Brasileiro" (Record)

(03/11/2013)

ANTONIO PRATA

Guinada à direita

Você, cidadão de bem: junte-se a mim nesta nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Há uma década, escrevi um texto em que me definia como "meio intelectual, meio de esquerda". Não me arrependo. Era jovem e ignorante, vivia ainda enclausurado na primeira parte da célebre frase atribuída a Clemenceau, a Shaw e a Churchill, mas na verdade cunhada pelo próprio Senhor: "Um homem que não seja socialista aos 20 anos não tem coração; um homem que permaneça socialista aos 40 não tem cabeça". Agora que me aproximo dos 40, os cabelos rareiam e arejam-se as ideias, percebo que é chegado o momento de trocar as sístoles pelas sinapses.

Como todos sabem, vivemos num totalitarismo de esquerda. A rubra súcia domina o governo, as universidades, a mídia, a cúpula da CBF e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Câmara. O pensamento que se queira libertário não pode ser outra coisa, portanto, senão reacionário. E quem há de negar que é preciso reagir? Quando terroristas, gays, índios, quilombolas, vândalos, maconheiros e aborteiros tentam levar a nação para o abismo, ou os cidadãos de bem se unem, como na saudosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que nos salvou do comunismo e nos garantiu 20 anos de paz, ou nos preparemos para a barbárie.

Se é que a barbárie já não começou... Veja as cotas, por exemplo. Após anos dessa boquinha descolada pelos negros nas universidades, o que aconteceu? O branco encontra-se escanteado. Para todo lado que se olhe, da direção das empresas aos volantes dos SUVs, das mesas do Fasano à primeira classe dos aviões, o que encontramos? Negros ricos e despreparados caçoando da meritocracia que reinava por estes costados desde a chegada de Cabral.

Antes que me acusem de racista, digo que meu problema não é com os negros, mas com os privilégios das "minorias". Vejam os índios, por exemplo. Não fosse por eles, seríamos uma potência agrícola. O Centro-Oeste produziria soja suficiente para a China fazer tofus do tamanho da Groenlândia, encheríamos nossos cofres e financiaríamos inúmeros estádios padrão Fifa, mas, como você sabe, esses ágrafos, apoiados pelo poderosíssimo lobby dos antropólogos, transformaram toda nossa área cultivável numa enorme taba. Lá estão, agora, improdutivos e nus, catando piolho e tomando 51.

Contra o poder desmesurado dado a negros, índios, gays e mulheres (as feias, inclusive), sem falar nos ex-pobres, que agora possuem dinheiro para avacalhar, com sua ignorância, a cultura reconhecidamente letrada de nossas elites, nós, da direita, temos uma arma: o humor. A esquerda, contudo, sabe do poder libertário de uma piada de preto, de gorda, de baiano, por isso tenta nos calar com o cabresto do politicamente correto. Só não joga a toalha e mudo de vez pro Texas por acreditar que neste espaço, pelo menos, eu ainda posso lutar contra esses absurdos.

Peço perdão aos antigos leitores, desde já, se minha nova persona não lhes agrada, mas no pé que as coisas estão é preciso não apenas ser reacionário, mas sê-lo de modo grosseiro, raivoso e estridente. Do contrário, seguiremos dominados pelo crioulo, pelas bichas, pelas feministas rançosas e por velhos intelectuais da USP, essa gentinha que, finalmente compreendi, é a culpada por sermos um dos países mais desiguais, mais injustos e violentos sobre a Terra. Me aguardem.

(19/11/2013)

VLADIMIR SAFATLE

Liberdade para o racismo

Há alguns dias, uma revista francesa publicou na sua capa uma foto da ministra da Justiça da França, a negra Christiane Taubira, comparando-a a uma macaca à procura de banana.

Ela já havia sido comparada ao nosso parente distante por uma criança em uma manifestação anticasamento homossexual, sem que ninguém esboçasse uma reação indignada. A maior indignação partiu, vejam só vocês, da revista em questão, que inverteu o jogo alegando que tudo era apenas uma piada e que não suportava a "ditadura do politicamente correto".

É interessante perceber como, atualmente, todos os que são pegos em franco delito de racismo e preconceito (contra imigrantes, ciganos, árabes, negros, índios, homossexuais, ecologistas, feministas) alegam, na verdade, serem perseguidos pela implacável polícia do politicamente correto. Estamos diante de uma legião de humoristas incompreendidos a lutar contra burocratas da língua que procuram impor à sociedade um discurso asséptico e uma maneira de ser.

Afinal, que época é esta em que não se pode mais chamar uma negra de macaca, ou dizer, com uma ironia calculada, que mulher gosta é de apanhar? Será que todos perderam seu senso de humor?

Há anos, isso era tão engraçado, mas, agora, as pessoas parecem que se deixam policiar por todos os lados, abrindo mão de sua liberdade de livre-pensar e brincar de adolescentes à procura da opinião mais bombástica capaz de chocar seus pais intelectualizados. Sim, meus amigos, a mais nova moda é chamar racismo e preconceito de afirmação rebelde da liberdade.

Esses estilistas do ressentimento social apareceram travestindo inicialmente seu discurso político de indignação moral. Foram imbuídos do dever de denunciar todos os que usavam o palavreado da igualdade e da tolerância e que, segundo eles, procuravam ganhar dinheiro em ONGs ou aumentar sua vontade de poder.

Mas, em vez de criticar a pretensa hipocrisia em questão e defender a igualdade e a tolerância de seus usurpadores, eles preferiram aproveitar o que entendiam como fraqueza moral de seus oponentes e colocar na avenida todo o ressentimento escondido durante décadas.

Assim, aquele sentimento de desconforto diante da diferença e da transformação social, de recusa a auto-crítica de seus próprios valores, de mediocridade medrosa e de colonialismo xenófobo mal disfarçado podiam, enfim, voltar. Pior, voltar com o selo da liberdade. Poucos, entretanto, se enganam com o tipo de mundo medieval e pequeno que tal "liberdade" produz.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

2014

(19/11/2014)

LUÍS PEREIRA E SÍLVIO PERA

Tolerância intolerante

Nós, professores de ensino médio e pré-vestibular, temos sido alvos de pesadas acusações. Os patrulheiros praticam um preconceito às avessas

Você é machista! Ao ouvir essa acusação, um professor de história sentiu o golpe. Ele abordava o período colonial e a situação de inferioridade da mulher naquela sociedade patriarcal. A base era o livro "História das Mulheres no Brasil", de Mary del Priore.

Diante da constatação de que a maioria dos livros didáticos conta uma "história masculina", a respeitada pesquisadora defende a necessidade de se procurar a mulher na narrativa histórica. Apesar de o discurso do professor estar alinhado ao da historiadora, a única coisa que uma aluna registrou foi: "A história é masculina". Interpretou a fala como uma absurda exemplificação da inferioridade feminina. Foi o suficiente para considerar o professor machista e, portanto, seu inimigo.

Nós, professores de ensino médio e pré-vestibular, temos sido, em sala, alvos das mais pesadas acusações. Imbuídos de uma espécie de "neofundamentalismo politicamente correto", alguns alunos retiram nossas observações de contexto e as usam como combustível para justificar sua intransigência, que cresce a cada dia em progressão geométrica de razão infinita.

Claro, atitudes machistas, homofóbicas e afins devem ser combatidas. Mas, em torno dessa causa justa, surgiram patrulhas ideológicas, sempre atentas a toda possível ação preconceituosa. O olhar do crítico está tão viciado que busca preconceito, avidamente, onde não há.

Outro exemplo: um colega foi acusado de homofobia por contar, em classe, uma história vivida por ele e um amigo homossexual. O detalhe de o amigo ser gay era importante no caso, e o relato tinha um fim pedagógico. Atacado por um aluno, defendeu-se: "Homofobia? Onde?". O aluno respondeu: "Ora, pelo fato de você ter dito que seu amigo era gay". Novamente o professor: "E ser gay é defeito?".

Os patrulheiros não costumam ser agentes de mudança. São como fiscais de trânsito, que só multam, mas não colaboram para melhorar o fluxo. "Descobrem" infrações que nem foram cometidas. Medem cada palavra do professor, buscando ferozmente uma má intenção que não está ali.

Nessa caça intensa, os patrulheiros não se dão conta de que ficaram mais agressivos do que muitos daqueles que imaginam combater. Praticam um preconceito às avessas. "Eu faço parte de um grupo iluminado que dita as regras e é bom você me obedecer." Só que as regras --repetidas "ad nauseam", sem reflexão-- quase nunca fazem sentido quando avaliado o contexto.

Machismo é obviamente abominável. Sobretudo numa sociedade como a nossa, que carrega uma tradição de hegemonia masculina, e em que, apesar de as mulheres serem mais da metade da população, ocupam menos de 9% das cadeiras do Congresso Nacional. Mas uma pessoa não é machista por não gostar, digamos, de lojas de sapatos femininos (sim, algo parecido aconteceu com outro colega). Machismo seria, por exemplo, achar que uma mulher não pode ser cientista. Madame Curie que o diga.

A situação guarda perigosa semelhança com o romance "1984", de George Orwell, em que a novilíngua definia as novas palavras aceitáveis. Certas coisas deixariam de existir pelo simples fato de não haver uma palavra que as explicasse. Controle de pensamento: "Seja como eu. Concorde comigo. Diga o que eu quero ouvir. Ou você é da minha turma ou é meu inimigo". Sem meio termo.

Ao ouvir certas expressões (o contexto pouco importa), detectam "preconceito" e atiram contra o inimigo. Os jovens patrulheiros veem maldade em tudo. Impregnados, eles sim, por preconceitos, desprezam o humor popular, que muitos professores usam apenas para quebrar a tensão. Acreditam que só o "humor inteligente", isto é, o militante da "causa", é aceitável. Jamais aprovariam a comédia nonsense dos mestres ingleses do Monty Python, pois "não é engajada". São movidos por boas intenções, mas podam, são censores. Transformaram-se naquilo que dizem abominar. Em nome da tolerância, têm cometido as maiores intolerâncias.

LUÍS PEREIRA é professor de química de curso pré-vestibular

SÍLVIO PERA é professor de história de curso pré-vestibular

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

(26/06/2014)

'Sit Down Drama' debate limites do humor politicamente correto

Peça mostra comediante em crise após fazer piada controversa

GABRIELA MELLÃO

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O humor controverso do protagonista de "Sit Down Drama" é o ponto de partida da peça, que estreia nesta sexta (27), para debater os limites do politicamente correto na hora de fazer rir.

Com suas piadas, o comediante Alves De, personagem principal, desperta uma situação que lembra as polêmicas criadas por humoristas como Rafinha Bastos, Gregorio Duvivier e Fábio Porchat.

Alves De expõe ideias que vão contra a posição da maioria, é duramente criticado e torna-se uma espécie de bode expiatório. Mas essas piadas não são reveladas no texto. O público vê apenas a reação da sociedade às anedotas do comediante.

Na peça, nem mesmo a piada que detona o caos na vida do personagem, contada num programa de televisão, é revelada ao público.

"Imaginar é um exercício prazeroso. Não devemos negá-lo a quem nos assiste", afirma Michelle Ferreira, autora do texto, que ganhou direção de Eric Lenate.

Alves De é um humorista em crise criativa. Como ele diz em cena, procura um outro tipo de risada. Acaba de voltar de uma turnê na Noruega e, influenciado pelo contato com uma cultura diferente, deseja se reinventar.

"Riso é aprovação. Alves De precisa do riso para existir e para se aceitar", diz a autora. Segundo ela, o personagem busca preencher o vazio inerente ao artista, que cria para se sentir vivo.

"Ele se sente deprimido, angustiado e tenta ser amado contando uma piada radical. Ele é um artista radical. E por isso nunca será 100% aceito", diz a autora.

Para Danilo Grangheia, que faz o protagonista, a crise é sobretudo resultado de uma "inadequação diante dos limites impostos pela sociedade e da normatização das relações". Ele contracenava com Caco Ciocler, Chris Couto e outros nove atores.

O diretor Eric Lenate diz acreditar que Alves De tenha tido contato com uma sociedade mais evoluída na Europa e queira fazer um outro tipo de humor. "Talvez as piadas chulas que devem tê-lo tornado famoso já não bastem para ele", diz.

"Sit Down Drama" é uma tentativa de Michelle Ferreira de criar uma discussão sobre o papel da arte na sociedade. A autora tem outros três textos previstos para subir aos palcos do país até o final do ano.

Segundo Ferreira, não se pode exigir que a arte seja politicamente correta. "Isso diminui qualquer obra. O politicamente correto se torna um disfarce mal-ajambrado de uma sociedade que não encara de frente suas patologias. E a arte precisa enfrentar tudo de frente", diz.

SIT DOWN DRAMA

QUANDO sex. e sáb., às 21h; dom. às 18h; até 10/8

ONDE Sesc Consolação, r. Dr. Vila Nova, 245, tel. (11) 3234-3000

QUANTO de R\$ 6 a R\$ 30

CLASSIFICAÇÃO 16 anos

(06/07/2014)

FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH
TENDÊNCIAS/DEBATES

Palestina

Ainda que não exista um povo palestino, o pensamento politicamente correto, que não costuma frequentar a razão, adotou a expressão

Não existe povo palestino. A Palestina é uma região geográfica, assim como a Patagônia ou o Pantanal. Seu nome vem do Império Romano. Era a forma como as legiões romanas se referiam aos sítios áridos do Oriente Médio, à estreita faixa de terra que se estende da franja do Mediterrâneo ao mar da Galileia e ao Mar Morto, delimitada ao norte pelas colinas de Golã e pelos montes do Líbano, e ao sul pelo deserto do Sinai e pelo golfo de Eilat. Antes, o pequeno território era conhecido pelos nomes atribuídos, desde tempos bíblicos, às suas sub-regiões, como a Galileia, a Judeia e a Samaria.

A expressão "povo palestino" é nova. Fruto de jogada magistral de marketing de Yasser Arafat, foi incorporada aos poucos e acabou digerida a contragosto por Israel, na vã esperança da paz, no amplo contexto dos acordos de Oslo, do espetáculo da entrega simultânea dos prêmios Nobel da Paz e do cansaço.

O preço tem sido caro, pois, embora seja fácil comprovar com argumentos históricos, geográficos, antropológicos, literários e até religiosos, a inexistência de um povo palestino, o pensamento único politicamente correto, que não costuma frequentar a razão, adotou-a.

Entretanto, sob qualquer critério utilizado pelas ciências sociais, não se identificará nos agrupamentos humanos agora chamados de "povo palestino" característica capaz de incorporar conceitos elementares aplicados à tentativa racional de definir o que seja um povo.

Como o Estado moderno afirma que todo poder vem do povo e em seu nome é exercido, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) não demorou a perceber que a utilização política da expressão "povo palestino" significaria a melhor fonte possível de legitimação do poder.

Entretanto, não faz muito tempo, quando seus integrantes se dedicavam ao ofício de explodir aviões de passageiros, ninguém se atrevia a usá-la; naquela época, isso soaria estranho até à ética peculiar do Fatah. Expulsa da Jordânia e inadaptável a qualquer outro país árabe, a organização de Yasser Arafat buscava apenas um território para exercer poder político. Nele, abrigaria grupos díspares e dispersos (Jihad, Hizbullah, Hamas), cujo singular fator de unidade era e é o ódio a Israel.

O antissemitismo é a mais antiga, renitente e perversa forma de preconceito. Foi matriz da diáspora, da Inquisição e do genocídio. Depois da Segunda Guerra Mundial, quando sobreviventes do holocausto migraram para a Palestina, unindo-se aos milhares de judeus que já residiam lá, e com a instituição do Estado de Israel, o antissemitismo vestiu uma camuflagem conveniente; apenas mudou de nome. Passou a chamar-se antissionismo.

Varrer Israel do mapa era um artigo programático do estatuto da OLP. Aniquilar os judeus, a "solução final" engendrada por Hitler, e executada em Auschwitz, Buchenwald, Dachau e alhures, continua a ser o objetivo de pessoas, grupos, organizações terroristas e até de Estados.

A Constituição diz que o Brasil repudia o terrorismo, o racismo, preconceitos e discriminações. Seja nas Nações Unidas, seja em qualquer foro, mais do que identidades ideológicas fugazes ou laços pessoais oportunistas, são esses fatos irrefutáveis que devem ser levados em consideração na adoção de qualquer posição oficial brasileira que diga respeito à região denominada Palestina.

FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, 74, é ministro aposentado do Superior Tribunal Militar

(13/08/2014)

HÉLIO SCHWARTSMAN

Juventude carrancuda

SÃO PAULO - Reportagem de Thais Bilenky publicada no domingo mostrou que os professores de cursinhos pré-vestibulares estão aposentando as piadinhas e comentários jocosos. O motivo é o clima PC (politicamente correto) que se instalou em parte da juventude. Hoje, tiradas que constituíam o feijão com arroz das aulas de cursinhos até alguns anos atrás geram indignação e até protestos por parte de alunos.

Há duas questões interessantes aqui. A primeira é prática. Cursinhos não haviam se tornado centros de produção de piadas por abrigar comediantes frustrados que, por algum motivo, abraçaram o magistério. Gozavam dessa condição porque chistes, além de manter desperto o interesse do estudante estafado, são um excelente auxiliar da memória.

Uma forma razoavelmente eficaz de reacessar um conteúdo cognitivo que já tenha sido aprendido é associá-lo a um trocadilho infame ou qualquer outra bobagem. Professores de pré-vestibulares, com graus variáveis de sucesso, tentavam explorar essa faceta de nossa arquitetura cerebral em favor dos alunos. É claro que ninguém vai morrer se ficar sem essa muleta mnemônica, mas receio que algo se perca com o banimento das piadas de cursinho.

A outra questão diz respeito ao próprio PC. Ao contrário de outros defensores do humor sem patrulhas, não vejo o politicamente correto como o inimigo a ser esmagado. Prefiro descrevê-lo como o efeito colateral de um movimento civilizador, que foi a mobilização da sociedade para conter seus impulsos racistas e sexistas. É claro que o fato de o PC ter uma origem bacana não elimina a necessidade de combater seus exageros.

Se há algo tão ruim quanto uma pilhéria de gosto duvidoso, é perder a capacidade de rir das incongruências do mundo. A diferença é que, enquanto a primeira tende a ser resolvida com o silêncio que reservamos às piadas sem graça, a falta de humor priva a vida de seus sabores.

helio@uol.com.br

(30/08/2014)

XICO SÁ

Abaixo a normalidade

O mais maluco é que o juizão do jogo quase pune o Aranha; interpretou que provocava os torcedores

Amigo torcedor, amigo secador, diante de atos racistas como o de alguns gremistas, na noite desta quinta-feira, aparece sempre uma corrente com o seguinte argumento: isso é coisa de futebol, isso é xingamento normal de estádio, acontece.

Há até quem diga que o mundo esteja mais chato por causa disso. Se é por essa causa, prefiro o tédio às incorreções da crônica de costumes. Há até quem ponha tudo no mesmo pacote, na mesma baciada do politicamente correto.

Discordo. O futebol não pode, como querem muitos, estar acima do bem, do mal e das leis. Racismo é racismo em qualquer canto. Com ou sem a bola rolando. Contra o Aranha ou contra a menina negra M.D.M.R, mineira de Muriaé, atacada no Facebook após postar uma foto com o seu namorado branco.

Racismo é racismo. Ponto. Se era "normal" chamar de macaco no passado, que dane-se o passado, é hora de desmascarar a cara de pau da normalidade. Como disse o goleiro do Santos, naquele momento o racismo estava mostrando mais uma vez sua face, sua cara. Que seja punido.

É fácil ser branco e entender como normal ou mero xingamento. Normal uma ova. Atacar o outro pela cor da pele é, além de crime, uma covardia inominável. Não tá legal e eu não aceito o argumento.

Nas palavras do Aranha: como dói. O mais maluco é que o juizão do jogo quase pune o Aranha. Interpretou que provocava o grupo de torcedores do Grêmio. Batia no braço para mostrar que tinha orgulho de ser negro.

Só com a repercussão da tragédia humana pôs um adendo, um post scriptum, um velho P.S., na súmula da partida em que o Peixe bateu o tricolor gaúcho por 2 a 0. Os árbitros costumam jogar nesse time da maldita herança escravocrata futebol clube.

Aranha confessou que já havia suportado esse tipo de ofensa. Ao insistir, ainda durante a peleja, na denúncia, quebrou a corrente da normalidade. Normal, uma ova.

Muito orgulho do goleiro do melhor time das Américas do século 20. Um goleiro que cita, em nota à imprensa, Martin Luther King e o sonho da igualdade. Muito orgulho, como bradou ontem o brother Peu Araújo. O santista Mano Brown, idem, que o diga.

Por jogar no time da normalidade futebol clube é que mantemos sinais de Casa Grande & Senzala nos números da violência, por exemplo. Por achar normal é que a polícia aperta mais o gatilho contra os pretos e pobres. Normal, um cacete. Quem tiver sua normalidade que a deixe em casa, é preciso se espantar com as coisas malditas.

É preciso escrever pequenos libelos e "suelos", como na velha imprensa abolicionista. É preciso todo dia enxergar a anormalidade. No atacado e no varejo.

E viva a Lindona do Bahêa, que chegou para fazer companhia ao Super Homem, como novíssima mascote preta do tricolor soteropolitano. Panamérica de Áfricas utópicas, meu caro José Agripino de Paula, mais novo possível quilombo de Zumbi.

@xicosa

(09/09/2014)

JOÃO PEREIRA COUTINHO

Melhor pedófilo que racista

No glorioso mundo do multiculturalismo demente, parece que é pior ser racista do que ser pedófilo e cafetão

Era uma vez uma pequena cidade no sul do Yorkshire chamada Rotherham. Nunca a visitei. Mas, pelas fotos disponíveis, parece uma daquelas típicas cidades do interior de Inglaterra, com o seu encantador ar de desolação e sujidade. Conheço várias.

Acontece que Rotherham passou a estar nas notícias devido a um "escândalo" que terá ocorrido entre 1997 e 2013.

Nesse período, e como tem relatado o enviado desta **Folha**, 1.400 menores terão sido abusados sexualmente e traficados para prostituição pelo país inteiro. Caso recusassem participar nos crimes, eram ameaçados com violências de uma inimaginável crueldade.

Perante esta novela, a pergunta lógica é saber como foi possível, durante 16 anos, violar e traficar 1.400 menores a partir de um lugarejo que fica a três horas de Londres --e não em Cabul ou Mogadíscio.

A resposta, contida no relatório do professor Alexis Jay, é de arrepiar um defunto: as "autoridades" locais --serviços sociais, polícia, até políticos-- sabiam ou desconfiavam do sucedido. Alguns até receberam as vítimas --peço desculpa: as "alegadas" vítimas, que denunciavam os crimes e pediam ajuda na punição dos agressores.

O problema, como afirma o mesmo relatório, é que essas vítimas eram brancas; e os agressores --peço desculpa novamente: os "alegados" agressores eram na sua maioria paquistaneses muçulmanos, que gostavam de "caçar" carne branca.

As "autoridades" preferiram não investigar a fundo a monstruosidade de Rotherham porque, no glorioso mundo do multiculturalismo demente, parece que é pior ser racista, ou acusado de racismo, do que ser pedófilo e cafetão.

Aliás, o relatório nem precisava de o afirmar: tempos atrás, e como lembra a revista "Spectator", os serviços sociais de Rotherham entenderam que era seu direito remover três crianças do lar familiar porque os pais eram simpatizantes do partido eurocético Ukip.

Não vale a pena lembrar que o Ukip, por mero acaso, venceu as últimas eleições europeias na Inglaterra. Democraticamente.

A verdadeira ameaça, para os serviços sociais, estava no fato dos pais daquelas crianças votarem num partido que se recusa a "promover ativamente a causa multiculturalista". A mesma causa que condenou 1.400 menores a um regime de escravidão sexual. Desconheço se as três crianças retiradas da família também fizeram parte do circuito de violação e prostituição que não perturbou os serviços sociais.

A procissão ainda vai no adro e o temor inglês é que, depois de Rotherham, comecem a surgir por toda a Inglaterra casos semelhantes. Há até quem fale em Oxford, essa arcádia de conhecimento e solenidade, como um antro de criminalidade igual.

Esperemos pelas cenas dos próximos capítulos. Por enquanto, a história de Rotherham oferece duas lições.

A primeira, óbvia, é mostrar como o pensamento politicamente correto não é apenas uma doença intelectual. Na prática, essa doença tem consequências: ao desejar "proteger as minorias" de estigmas e discriminações, os fanáticos do pensamento politicamente correto acabam desprotegendo outras minorias que estariam melhor servidas se a lei fosse igual para todos. Cega e justa.

Mas existe uma segunda lição, menos óbvia, mas igualmente importante: a covardia das autoridades de Rotherham não é apenas uma traição a gente pequena e vulnerável.

Também é uma traição para a própria comunidade paquistanesa, sobretudo para os milhares de inocentes que, como lembra o enviado desta **Folha**, ajudaram a construir o país e a defender o reino na Segunda Guerra Mundial.

Se os criminosos tivessem sido tratados e punidos individualmente, a comunidade paquistanesa não seria confundida com eles. Nem manchada pelos seus crimes.

Mas o pensamento politicamente correto não trata os indivíduos como indivíduos. Prefere a atitude totalitária de os tratar em rebanho, removendo-lhes a identidade --e a responsabilidade.

Eis a ironia final: aqueles que defendem a "política de grupos" são os mesmos que destroem a dignidade desses grupos.

(17/09/2014)

ARENA DO MARKETING - WASHINGTON OLIVETTO

Onda politicamente correta matou a liberdade criativa

Para publicitário, humor brasileiro passa por uma crise de vulgaridade: "tenta gargalhar e não sabe fazer sorrir"

**MARIANA BARBOSA
DE SÃO PAULO**

Algumas campanhas publicitárias lendárias, como a da menina de 12 anos que veste seu primeiro sutiã -- "o que não se esquece"--, hoje seriam inimagináveis, afirma o criador do filme, o publicitário Washington Olivetto.

"Seria impensável mostrar esse filme com a Patrícia Lucchesi, um comercial com música clássica e uma menina descobrindo o gesto de ser mulher", disse Olivetto, 62, na segunda-feira (15) no Arena do Marketing, evento organizado pela Folha em parceria com a ESPM.

Para o publicitário, o pensamento politicamente correto "acabou com a alegria da liberdade criativa". "Você tem de um lado o cara politicamente correto, que é cerceador e bem-educadinho. E do outro o incorreto, que é mal-educado e pseudodivertido. Temos que buscar o que é politicamente saudável, que respeita a inteligência, mas com irreverência e bom humor. Há coisas que não são ofensivas, mas fazem pensar." Para Olivetto, o humor brasileiro vive "uma crise de vulgaridade". "É um humor que tenta gargalhar, mas não sabe fazer sorrir."

Emmanuel Publio Dias, professor da ESPM que participou do bate-papo mediado pela jornalista da **Folha** Anna Virginia Balloussier, disse que outro clássico de Olivetto hoje seria alvo de ataques politicamente corretos: os amortecedores Cofap, com cães da raça dachshund. "Este seria barrado pelas associações de protetores de animais."

Os dois comerciais e outros de Olivetto, como a série da Bombril com o ator Carlos Moreno, traduzem o que o profissional diz ter sido sua ambição maior quando escolheu virar publicitário, nos anos 70: fazer uma publicidade que cai no gosto popular e que se propaga pelo velho boca a boca.

"Eu queria entrar para o imaginário popular e, com isso, transformar o consumidor em mídia. Hoje isso é óbvio, mas na época foi intuitivo. Porque esse negócio de rede social já existia, mas sem a tecnologia. As vovozinhas conversando na rua formavam uma rede social."

Um dos publicitários mais premiados do país e do mundo, com mais de 50 Leões no Festival de Publicidade de Cannes, Olivetto fez uma crítica ao atual momento da área -- na sua visão, prejudicada pelo excesso de possibilidades de formatos.

"As possibilidades de formas aumentaram muito, mas as formas estão sendo usadas para esconder a falta de conteúdo. A tecnologia permite fazer qualquer coisa, mas o fundamental é o conteúdo. As pessoas precisam saber escrever melhor", disse o publicitário, que contou ter aprendido a ler muito cedo.

Falando para uma plateia formada principalmente por estudantes de publicidade, Olivetto comentou ainda sobre a rotina de trabalho nas agências. "Prefiro quem trabalha com tensão do que com ansiedade. Mas a cultura da tensão se instaurou."

Para ele, apesar de hoje haver "mais gente comendo pizza no trabalho na sexta-feira à noite", isso não resultou em uma publicidade melhor.

Ao contrário.

"Isso é em todas as empresas, não só na publicidade. Há uma cultura de que o profissional não pode ter vida pessoal. Conviver com pessoas de outras áreas e se realimentar com a vida são fundamentais."

(24/09/2014)

Página racista no Facebook é criada em 'apoio' a torcedora gremista

FERNANDA CANOFRE
COLABORAÇÃO PARA FOLHA, DE PORTO ALEGRE

Uma página criada há dez dias no Facebook intitulada "Apoiamos Patricia Moreira contra a hipocrisia do Politicamente Correto" usa a imagem da torcedora para criticar desde a definição do racismo até a vinda de imigrantes haitianos para o Brasil.

A auxiliar de odontologia Patrícia Moreira, 23, ficou em evidência ao ser flagrada por câmeras de televisão no jogo entre Grêmio e Santos, dia 28 de agosto pela Copa do Brasil, gritando a palavra "macaco" para o goleiro Aranha.

Devido à exposição, Patrícia passou a ser investigada por injúria racial, perdeu o emprego e teve de deixar sua casa por causa de ameaças.

Na última semana, ela afirmou que pretendia se tornar "um símbolo nacional contra o racismo". Na internet, porém, o episódio que ela protagoniza com o goleiro do Santos gerou efeito colateral.

A página do Facebook mostra montagem com jogadores de futebol como Neymar, Pelé, Tinga e Robinho acompanhados de mulheres loiras, para criticar a "hipocrisia" do "orgulho negro".

Texto postado nesta terça (23) traz mensagem crítica a relacionamentos inter-raciais: "Diga não à miscigenação racial. Se o povo de Israel não se mistura, a gente também tem o mesmo direito".

O criador da página afirma ser um advogado carioca, ter 27 anos, ser torcedor do Flamengo e simpatizar com o Corinthians e com o Grêmio. Diz chamar-se Jeferson.

Para ele, Aranha "aceita o coitadismo" e está entre os negros que funcionam como "massa de manobra".

De acordo com o delegado substituto da Delegacia de Repressão a Crimes Informáticos da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Joerbert Nunes, como nenhuma denúncia foi recebida não há crime.

Se investigada, no entanto, a página pode ser enquadrada por prática de injúria racial ou racismo segundo Código Penal brasileiro.

O advogado de Patrícia Moreira, Alexandre Rossato, disse desconhecer a página e seu conteúdo. "Lamentável isso, estou sabendo por intermédio de vocês", declarou por telefone à **Folha**. Rossato estuda tomar medida judicial contra os administradores do perfil e pedir investigação ao Ministério Público.

(25/09/014)

RACISMO

Torcedora que xingou Aranha pede que página racista seja excluída

DE SÃO PAULO - A torcedora do Grêmio Patrícia Moreira da Silva, 23, que chamou o goleiro Aranha de "macaco" registrou nesta quarta (24), via advogado, boletim de ocorrência na 4ª Delegacia de Polícia Civil de Porto Alegre contra o grupo "Apoiamos Patricia Moreira contra a hipocrisia do Politicamente Correto", no Facebook.

O advogado Alexandre Rossato pediu que a página seja excluída em até 24 horas por usar de forma indevida o nome e a imagem de sua cliente. Até a conclusão desta edição, a comunidade continuava ativa.

"Nossas alegações são o uso irregular da imagem dela e também o crime de injúria", disse o advogado à Folha.

O grupo traz foto da torcedora e faz críticas à definição do racismo e até à vinda de imigrantes haitianos ao Brasil. Uma montagem mostra jogadores de futebol como Neymar, Pelé, Tinga e Robinho com mulheres loiras, para criticar a "hipocrisia" do "orgulho negro".

(24/12/2014)

FRANCISCO DAUDT

Politicamente correto

O domínio de uma única maneira de pensar, a "correta", simplesmente acaba com a política

Chamar urubu de "meu louro" é uma espécie de selo da loucura, ficamos tontos, não entendemos mais nada, perdemos o chão e as referências.

Mas, quando as distorções das palavras fazem parte da "novilíngua", devemos nos lembrar do conselho que Polônio deu ao rei Cláudio, padrao de Hamlet: "Majestade, essa loucura tem um método".

"1984", romance de George Orwell, descreve uma sociedade totalitária onde todos eram vigiados pelo Big Brother (daí o nome do programa), a história era constantemente reescrita segundo a conveniência dos poderosos, o povo era conduzido a se unir pelo ódio a um inimigo comum (a elite branca da época), e as palavras, através do ministério da propaganda, ganhavam novos sentidos que confundissem as mentes, que impedissem a clareza de pensamento, que levassem a uma crença única, o amor obediente ao Grande Irmão. Era a novilíngua.

A coisa está se parecendo levemente familiar? É, e eu, em defesa da saúde mental pública, tenho dedicado várias destas colunas a decifrar o sentido original dos termos da novilíngua atual. Ora, "contabilidade criativa", "recursos não contabilizados", "malfeitos" e "aloprados" são de fácil tradução: trapaça, caixa dois, crimes e criminosos, respectivamente.

Mas, depois de decifrar "burguês" e "conservador", chegou a vez do "politicamente correto".

O que querem dizer essas expressões, "politicamente correto" (PC), e "politicamente incorreto" (PI)?

Politicamente correto é entendido como "o que não ofende os fracos e oprimidos, tudo que for progressista e de esquerda". Politicamente incorreto, por oposição, é "ofensivo, opressivo, conservador e de direita".

Mas, será mesmo? Vamos ao bê-a-bá da coisa. Politicamente: o que se refere à política; de maneira política. Ora, política é o nome que designa a correlação de forças entre pessoas que passaram a viver juntas na Polis, a cidade-Estado grega, há 2.400 anos. Antes não havia política, pois, sem a Polis e suas leis, as diferenças eram resolvidas na porrada, no assassinato ou na guerra.

Então, "politicamente" significa "da maneira que a correlação de forças entre pessoas diferentes se dá, dentro da Polis". Nela, essas diferenças não podem mais ser resolvidas com dedo no olho, golpe abaixo da linha da cintura e assassinatos. As diferenças têm que obedecer a lei, e o debate civilizado substitui a força. Se as coisas ficarem mal paradas, e a conversa não dá mais conta, o Estado é acionado para aplicar as leis, até, se necessário, com uso da força.

Então, politicamente correto é o embate de diferenças que acontece obedecendo às leis democráticas do Estado.

Já o sentido atual de politicamente correto, que é o domínio de uma única maneira de pensar, a "correta", com o patrulhamento de qualquer desvio, de qualquer diferença, simplesmente acaba com a política: sem diferenças não há debate.

É este o método da loucura, da novilíngua, da lavagem cerebral que é a patrulha do "PC" (agora, entre aspas): estão querendo nos dominar!

O mais engraçado é que, uma vez que debato civilizadamente minhas ideias, me descobri politicamente correto.

www.franciscodaudt.com.br